

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

CAIO VINICIUS DE CARVALHO FERREIRA

**O INTERIORANO “SUBVERSIVO”:
IMPRENSA E PERSEGUIÇÃO POLÍTICA NO PONTAL DO
TRIÂNGULO MINEIRO (1951-1964)**

**UBERLÂNDIA-MG
2021**

CAIO VINICIUS DE CARVALHO FERREIRA

**O INTERIORANO “SUBVERSIVO”:
IMPRENSA E PERSEGUIÇÃO POLÍTICA NO PONTAL DO
TRIÂNGULO MINEIRO (1951-1964)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História.

Linha de Pesquisa: Política e Imaginário

**UBERLÂNDIA-MG
2021**

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

F383 Ferreira, Caio Vinicius de Carvalho, 1989-
2021 O interiorano "subversivo" [recurso eletrônico] :
Imprensa e perseguição política no Pontal do Triângulo
Mineiro (1951-1964) / Caio Vinicius de Carvalho
Ferreira. - 2021.

Orientador: Jean Luiz Neves Abreu.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em História.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2021.149>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. História. I. Abreu, Jean Luiz Neves,1973-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-
graduação em História. III. Título.

CDU: 930

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4395 - www.ppghis.inhis.ufu.br - ppghis@inhis.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	História				
Defesa de:	TESE DE DOUTORADO, Ata 2, PPGHI				
Data:	Vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e um	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	18:00
Matrícula do Discente:	11713HIS003				
Nome do Discente:	Caio Vinicius de Carvalho Ferreira				
Título do Trabalho:	O interiorano “subversivo”: imprensa e perseguição política no Pontal do Triângulo Mineiro (1951-1964)				
Área de concentração:	História Social				
Linha de pesquisa:	Política e Imaginário				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Dimensões do imaginário na modernidade				

Reuniu-se de forma remota através da plataforma de webconferências Mconf RNP a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professores Doutores: Regma Maria dos Santos (UFG/Catalão), Radamés Vieira Nunes (UFCAT), José Josberto Montenegro Sousa (UNILAB), Marcos Antonio de Menezes (UFJ), Jean Luiz Neves Abreu orientador do candidato.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Jean Luiz Neves Abreu, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(as) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Jean Luiz Neves Abreu, Professor(a) do Magistério Superior**, em 25/02/2021, às 17:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ JOSBERTO MONTENEGRO SOUSA, Usuário Externo**, em 25/02/2021, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Radamés Nunes, Usuário Externo**, em 25/02/2021, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regma Maria Santos, Usuário Externo**, em 25/02/2021, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Antonio de Menezes, Usuário Externo**, em 25/02/2021, às 18:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2576476** e o código CRC **5A1A53C4**.

Caio Vinicius de Carvalho Ferreira

**O INTERIORANO “SUBVERSIVO”: IMPRENSA E PERSEGUIÇÃO
POLÍTICA NO PONTAL DO TRIÂNGULO MINEIRO (1951-1964)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História.

Uberlândia, 25/02/2021

Banca Examinadora:

Prof. Drº Jean Luiz Neves Abreu – UFU

Profª. Drª Regma Maria dos Santos - UFG

Prof. Drº Radamés Vieira Nunes - UFCAT

Prof. Drº José Josberto Montenegro Sousa - UNILAB

Prof. Drº. Marcos Antonio de Menezes - UFJ

Suplentes:

Prof. Drº. Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior - UFU

Profª. Drª. Vera Lúcia Silva Vieira - UFCAT/PMC

AGRADECIMENTOS

Agradecer é, antes de tudo, o reconhecer e o retribuir. É também uma forma de compensar por algo. Aqui, a ajuda dessas pessoas e entidades foram fundamentais para a produção desse trabalho e, nem de longe, sinto que as compensei por isso. Minha gratidão é imensurável e inenarrável.

Agradeço em primeiro lugar à minha família: minha irmã Anelize, meu pai Neto e minha mãe Julia que me acompanham e me apoiam nessa jornada desde meus primeiros passos.

Agradeço ao professor Jean, pelos encaminhamentos, críticas e todo o trabalho desenvolvido nos últimos anos. Ao professor Radamés pelas ideias apresentadas em suas arguições. Ao professor Marcos, pela leitura atenta e as reflexões propostas. Ao professor Josberto, grande amigo, pelo trabalho minucioso de análise. E agradeço, principalmente, à Professora Regma por todo o trabalho desenvolvido nos últimos 6 anos que combinou rigor e liberdade intelectual. Mais que uma mentora, fiz uma amiga.

Agradeço à Lara e Lidiane pelas revisões e construções de escrita no trabalho.

Agradeço ao Jorge, à Julia e ao Márcio, amigos de maior importância que tive nesses momentos finais de construção da tese. Aos conterrâneos: Zizil, Giba, Miryah, Rhenan, Adriano, Manoel, Elisa, Juliana, Angélica, Camila, Pata, Caio, Giovana, Sandro, Thiago, Nathalia, Maria Stella, Elis, entre outros.

Aos amigos que fiz na pós-graduação: Patrícia, Michelle, Ítalo, Coxinha, Pamela, Tadeu, Auri, Arthur, Grace, Jean e principalmente à Nathalia que me acompanha desde a graduação. À Xein pelo acolhimento e apoio.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa. À Universidade Federal de Uberlândia (UFU) por me abrigar como mente pensante durante os últimos 12 anos.

Agradeço aos amores do passado, do presente e do futuro.

E, por fim, agradeço ao poder superior e incompreensível que nos rege. Apesar do difícil momento em que vivemos, tenho FÉ que dias melhores virão.

Entretanto, como é de praxe, advirto que os erros, imperfeições e falhas desse trabalho são exclusivamente minhas.

RESUMO

Caracterizada no que é conhecida como uma imprensa do interior, a *Folha de Ituiutaba* foi um jornal produzido entre os anos de 1942 até 1964, na cidade Ituiutaba, no estado de Minas Gerais, em que seus escritos eram voltados aos leitores da região do Pontal do Triângulo Mineiro, chegando, em seus últimos anos, à tiragem de 3.000 cópias. O impresso e os seus jornalistas tiveram suas trajetórias marcadas por constante vigilância da polícia política durante a década de 1950/60, até que, com o desenrolar do golpe civil-militar de 1964, o periódico foi fechado, o dono e o redator-chefe presos acusados de “subversão”, e, posteriormente, encaminhados para o DOPS, em Belo Horizonte, onde foram mantidos em cárcere privado por um período. Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o jornal *Folha de Ituiutaba*, de 1951 até 1964, período em que os jornalistas Geraldo Sétimo Moreira e Ercílio Domingues da Silva estiveram à frente da redação do impresso, buscando, em nossas discussões, compreender as ações políticas do Jornal e os motivos pelos quais foi vigiado e fechado. Para tanto, problematizamos o projeto gráfico e editorial do periódico, frente às suas relações econômicas e políticas, pensando na composição da sua redação, seus colaboradores, nas alianças e desavenças constituídas nesse percurso, compreendendo sua trajetória, os seus interesses, os grupos que o impresso apoiava ou aos quais fazia oposição, pensando que o periódico era voltado para valores, significados e linguagens compartilhadas entre ele e o público leitor. Tomamos o Jornal como objeto de estudo e como fonte privilegiada (ao lado de outros documentos), focando a pesquisa em edições produzidas no final dos anos 1940 até o fechamento do periódico. Acreditamos que o impresso foi perseguido e empastelado devido ao seu alinhamento político, sendo um difusor de concepções nacionalistas na região, ideias essas que iam de encontro com as de outros grupos políticos do Pontal do Triângulo Mineiro.

PALAVRAS-CHAVE: Folha de Ituiutaba. Imprensa do Interior. Subversão. Perseguição. Pontal do Triângulo Mineiro.

ABSTRACT

The *Folha de Ituiutaba* newspaper was produced in Ituiutaba, State of Minas Gerais, between 1942 and 1964. It can be defined as provincial press. The newspaper circulated throughout the region of Pontal do Triângulo Mineiro, and had the print run of 3,000 copies in its last years. The paper and the journalists who worked for it had been constantly watched by the political police during the 1950s and 1960s until the 1964 Brazilian coup d'état, when the newspaper was closed, the publisher and the editor-in-chief arrested for subversion and then held in false imprisonment at the Department of Political and Social Order (DOPS) in Belo Horizonte. This work aims to analyze the *Folha de Ituiutaba* newspaper, between 1951 and 1964, when the journalists Geraldo Sétimo Moreira and Ercílio Domingues da Silva were responsible for the editorial department. We seek to understand the political actions the paper took, and the reasons why it was watched and closed. To achieve this goal, we examine the newspaper's visual and editorial projects compared to its political and economic relations. We investigate the newspaper's editors, employees, alliances and splits, aiming to understand its existence, interests, the groups that the paper supported or held opposition, considering that the paper had values, meanings, and languages shared with the readers. The *Folha de Ituiutaba* newspaper is the object of study and the main source for this work, and the focus of this research is the editions produced from the 1940s until the closing of the newspaper. The analysis suggests that the paper was persecuted and hampered by virtue of its political alignment, once it spread nationalist ideas, which contrasted those of other political groups of Pontal do Triângulo Mineiro.

KEYWORDS: Folha de Ituiutaba. Provincial Press. Subversion. Persecution. Pontal do Triângulo Mineiro.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIAPI - Associação Comercial, Industrial e Agro-Pecuária de Ituiutaba

AI-1 – Ato Institucional Número 1

AI-2 – Ato Institucional Número 2

AI-5 – Ato Institucional Número 5

AIB – Ação Integralista Brasileira

ALMG - Assembleia Legislativa de Minas Gerais

APM – Arquivo Público Mineiro

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ATI - Associação dos Trabalhadores de Ituiutaba

CEERG - Companhia de Energia Elétrica Rio-grandense

CEGEB - Companhia de Empreendimentos Gerais do Brasil

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

CEPDOMP - Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal

CIA - Agência Central de Inteligência

CPI - Comissão de Parlamentar de Inquérito

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DVS – Delegacia de Vigilância Social

EUA – Estados Unidos da América

FACIP – Faculdade de Ciências Integradas do Pontal

FAPEMIG – Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de Minas Gerais

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FPN – Frente Parlamentar Nacionalista

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IC – Internacional Comunista

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

IPM – Inquérito Policial Militar

ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JID - Junta Interamericana de Defesa

JJ - João Goulart

JK – Juscelino Kubitschek

JPEG – Joint Photographics Experts

JQ – Jânio Quadros

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MG – Minas Gerais

MNPT - Movimento Nacional Popular Trabalhista

OEA - Organização dos Estados Americanos

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PCUS - Partido Comunista da União Soviética

PDC - Partido Democrata Cristão

PDF – Portable Document Format

PR – Partido Republicano

PRP – Partido Republicano Progressista

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

STF – Supremo Tribunal Federal

SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária

TER – Tribunal Regional Eleitoral

UDN – União Democrática Nacional

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USA - United States of America

LISTA DE IMAGENS

FIGURA 1 – Diferentes edições da Folha de Ituiutaba, cada uma pertencente a um dos acervos.....	47
FIGURA 2 – Edição completa da <i>Folha de Ituiutaba</i> com suas quatro páginas em período eleitoral.....	75
FIGURA 3 - Reprodução de capa do jornal <i>Correio do Pontal</i>	93
FIGURA 4: Reprodução de capa do jornal <i>Correio do Triângulo</i>	97
FIGURA 5: Reprodução de capa do jornal <i>Correio do Triângulo</i>	100
FIGURA 6: Escrito sobre a Semana Inglesa.....	121
FIGURA 7: Reprodução de foto de trabalhador espancado até a morte pela polícia local, que figurou em edição especial de aniversário da cidade.....	162
FIGURA 8: Recorte do escrito “Um esclarecimento” da <i>Folha de Ituiutaba</i>	199
FIGURA 9: Edição da <i>Folha de Ituiutaba</i> que noticiava a morte de Getúlio Vargas e trazia sua carta testamento.....	218
FIGURA 10: Reprodução do jornal com cédula eleitoral de 1955 preenchida.....	231
FIGURA 11: Reprodução de imagem de campanha eleitoral de Geraldo Sétimo.....	274

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 - Os “interesses da região”: Imprensa e o Pontal do Triângulo Mineiro.....	51
1.1 – “Propriedade de Domingues e Cia., Ltda”: Um breve histórico da <i>Folha de Ituiutaba</i> , seus redatores e seus colaboradores.....	52
1.2 – Um “Orgão dedicado aos interesses da região”: Um jornal de imprensa do interior.....	64
1.3 - A “terra pródiga”: o Pontal do Triângulo Mineiro pela <i>Folha de Ituiutaba</i>	77
1.4 - “Um jornal de opinião” e o “órgão noticioso e independente”: Os concorrentes da <i>Folha</i>	90
2 - “Os Generais da Batalha”: Gestores políticos, partidos, movimentos sociais e as autoridades regionais.....	110
2.1 - O princípio de “defender e aplicar”: Política local e os partidos nas páginas da <i>Folha</i>	111
2.2 – O “Panorama político da região”: Relação da Folha com deputados e eleitos pela região.....	128
2.3 - “Vai começar a sindicalização rural”: A <i>Folha</i> , os trabalhadores e as associações.....	143
2.4 – “Arbitrariedades policiais”: A <i>Folha</i> entre denúncias e a segurança pública.....	160
3 - “Independente e de convicção democrática”: Guerra Fria, revolução e comunismo	172
3.1 - “EE. UU X URSS – cifras pela conquista do cosmo”: Escritos sobre a Guerra Fria.....	173

3.2 – “ <i>O exemplo de Cuba</i> ”: Representações da Revolução Cubana na <i>Folha</i>	184
3.3 - “ <i>Um esclarecimento</i> ”: A relação da <i>Folha</i> com o comunismo e os comunistas.....	196
4 – “<i>Em jôgo os destinos democráticos do Brasil</i>”: Presidência e oposição.....	212
4.1 – Getúlio Vargas: “ <i>Um exemplo marcante de nacionalismo puro e honesto</i> ”	213
4.2 – Juscelino Kubistchek: O “ <i>maior presidente do Brasil</i> ”	224
4.3 – “ <i>‘Lacerdinhas’ infestaram a cidade</i> ”: A <i>Folha</i> oposicionista.....	240
4.4 - O “ <i>gigante acelerou a marcha</i> ”: O governo João Goulart – Parlamentarismo, Plano Trienal, Reformas de Base e Reforma agrária.....	255
5 - O “<i>veterano combatente das barricadas nacionalistas</i>”: Nacionalismo nas páginas de um impresso tijucano.....	269
5.1 - “ <i>Irrompe de forma irresistível</i> ”: <i>Folha de Ituiutaba</i> e o nacionalismo à tijucana.....	271
5.2 - “ <i>Nacionalismo “versus” Entreguismo</i> ”: Os inimigos do nacionalismo pela <i>Folha</i>	288
5.3 – “ <i>Critica da crítica do nacionalismo</i> ”: Os colaboradores nacionalistas.....	297
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	313
REFERÊNCIAS	332
Fontes Hemerográficas	333

Fontes Textuais.....	361
Fontes Orais.....	362
Sites e blogs consultados.....	364
Bibliografia.....	366

INTRODUÇÃO

A imprensa do interior se destaca não apenas pela territorialização do meio comunicativo, mas também por sua identificação com o leitor desse espaço. A natureza desse tipo de imprensa reside no fator da proximidade, voltando-se para o mercado regional, independente do grau ou do teor do que foi publicado. Assim essas empresas de comunicação estão fora das capitais, situadas em regiões da parte interna dos estados ou em áreas de fronteira. Portanto, abordar uma imprensa do interior é pensar nas relações do meio de comunicação com as particularidades de determinado território, no qual é atribuído o “regional” ou o “local” (ASSIS, 2013).

Existe, no mercado editorial e nas pesquisas acadêmicas, um número satisfatório de estudos sobre a participação política dos jornais, porém, ainda engatinham os estudos que se referem à imprensa interiorana nesses contextos. Esta constatação instiga questionamentos sobre o comportamento e a trajetória de outros tipos de imprensa, para além dos já destacados pela produção historiográfica.

Os estudos de história política sobre os veículos de comunicação buscam compreender as relações de poder, dominação, subordinação e sujeição exercidas, visando ao entendimento da participação e ação dos jornais como um instrumento e agentes dentro desses processos em determinados períodos. As imprensas do interior agem e agiram, em seus espaços, configurando embates e apresentando projetos e ideais em suas páginas.

Existe a necessidade de pesquisarmos jornais de produção e circulação local e regional, e, também, de nos atentarmos ao fato de que, da mesma maneira que outros tipos de jornais, esses periódicos tiveram uma relação com os poderes políticos, e eram atores ativos nos processos históricos. Entendemos que o historiador deve considerar como “sua tarefa escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 2012, p. 245), ou seja, ir contra a correnteza das histórias oficiais e/ou propor investigações históricas alternativas contra as tradicionais e clássicas. Partindo dessas ideias, buscamos aprofundar elementos para a compreensão da participação de uma imprensa interiorana na vida política em um determinado período e lugar.

A *Folha de Ituiutaba* era um desses jornais de imprensa do interior, voltado a noticiar para uma regionalidade, e preocupado com um mercado de proximidade. Impresso e elaborado na cidade de Ituiutaba¹, circulava em várias cidades, com ênfase

¹ Ituiutaba é um município do interior do estado de Minas Gerais, localizado na região sudeste do Brasil e no oeste do estado mineiro, sendo a principal cidade da microrregião do Pontal Triângulo Mineiro no que se refere a sua importância econômica e populacional regional. Segundo dados do IBGE, no Pontal do

nas da microrregião do Pontal do Triângulo Mineiro, e teve produção e circulação de 1942 até o ano de 1964, sendo, até o momento em que foi fechado, o periódico com maior duração nesse espaço em que se dedicava a levar seus escritos².

Em sua trajetória, a *Folha de Ituiutaba* e seus responsáveis, ao longo dos anos 1950 e 1960, foram constantemente vigiados e alvos de denúncias pela polícia política do Estado, sendo que, em 1964, com o golpe-civil militar, o Jornal teve as suas atividades interrompidas, foi fechado, e o dono junto ao redator-chefe foram presos. O impresso foi acusado de ser um veículo de comunicação “subversivo”.

Alguns jornais foram, por parte do Estado, controlados, perseguidos, censurados e fechados, durante o período que conhecemos como Brasil republicano (1889-), principalmente, durante as duas ditaduras que tivemos no século XX³. Em 1964, apesar do apoio massivo dos jornais de grande imprensa brasileiros, no processo do golpe, houve vários outros jornais que tiveram suas atividades interrompidas e silenciadas. Entretanto, apesar da proeminência de estudos sobre os jornais e outros periódicos, em períodos autoritários, nas últimas décadas, ainda são escassas as pesquisas voltadas à compreensão da repercussão sociopolítica desses processos, em contextos e objetos que se encontram à margem da produção dos grandes centros urbanos, e de impressos sem destaque nacional, seja de circulação ou de tiragem, sem contar a carência de pesquisas sobre a perseguição a esses meios de comunicação em contextos que não são de Estados de exceção e/ou períodos autoritários.

Como afirma Capelato (1988), desde “os seus primórdios, a imprensa se impôs como uma força política. Os governos e os poderosos sempre a utilizam e temem; por isso adulam, vigiam, controlam e punem os jornais” (CAPELATO, 1988, p.13). A imprensa, no Brasil, desde seu surgimento, teve uma íntima relação com o poder, da mesma maneira que qualquer meio de comunicação sempre esteve próximo da política, direta ou indiretamente, seja criticando, apoiando e/ou agindo na vida pública. Podemos afirmar que a imprensa tem um papel fundamental na sociedade como meio de

Triângulo Mineiro, a microrregião de Ituiutaba, em 2010, apresentava uma população de 143.348 habitantes, distribuídos em seis municípios: Ituiutaba, Cachoeira Dourada, Ipiaçu, Capinópolis, Santa Vitória e Gurinhatã (IBGE, 2010). Esses municípios, até metade do século XX, eram distritos pertencentes ao município de Ituiutaba. Sendo que Santa Vitória é elevado a município em 1948, em 1953, desmembrasse Capinópolis, em 1962, é a vez de Ipiaçu, Cachoeira Dourada e Gurinhatã elevarem-se à condição de município.

² Segundo Franco (2020, p.91), um outro jornal passou a circular na região do Pontal do Triângulo mineiro sob o nome de *Folha de Ituiutaba* em 1982. Apesar da chancela do ex-dono do jornal para o uso do nome, a *Folha* estava sobre outra direção nesse novo momento.

³ Referimo-nos, aqui, ao Estado Novo de 1937 até 1945, e à Ditadura Militar de 1964 até 1985.

comunicação representativo de ideias políticas e sociais, bem como um papel de força ativa na vida política, social e cultural.

Desse modo, mais do que nunca, é importante estudarmos as histórias dos meios de comunicação, pois neles se encontram um poder de comoção social, não só como registros temporais, mas também de publicação, circulação de ideias e opinião, que interferem no seu meio. Além disso, o estudo é essencial para entendermos o papel das mídias como produtos sociais, aliadas ou não a determinados poderes e grupos, e como elas participam ativamente do cotidiano do pensamento brasileiro.

Neste trabalho, a nossa principal questão se baseia em compreender o que teria feito ou como teria agido o jornal de imprensa interiorana *Folha de Ituiutaba*, ao longo de seu percurso, para que fosse vigiado, perseguido e, por fim, fechado.

Para tanto, nesta tese, investigamos e analisamos as ações do jornal *Folha de Ituiutaba*, por meio de suas publicações, ao longo desse período (1951-1964), pois os “regimes autoritários impuseram (e ainda impõem) limites às atividades jornalísticas, por meio de censura, apreensão de edições, proibição de circulação, perseguição de profissionais etc.” (MARTINS; LUCA; 2006, p.11).

Neste trabalho procuramos entender, por meio do impresso, como o funcionamento e a dinâmica de um jornal de imprensa do interior, que foi perseguido politicamente e fechado, se constituiu. Assim nos empenharemos em problematizar a linguagem específica desse impresso, como material escrito, dialogando com a complexidade do seu desenho ou da sua identidade visual, pois a análise do projeto jornalístico da *Folha de Ituiutaba* nos demonstra a sua historicidade e a sua intenção como periódico, compreendendo-o como representante político de ideias, espaço de lutas, empreendimento e de forças que atuaram na conjuntura. Ao analisarmos os escritos do periódico, a nossa intenção é compreender suas posições e ações, e, assim, visualizarmos os motivos que levaram a polícia política a perseguir e cassar o jornal tijucano⁴.

Buscamos escrever uma narrativa sobre o jornal *Folha de Ituiutaba*, durante o período em que teve à frente da sua redação os jornalistas Geraldo Sétimo e Ercílio Domingues da Silva (1951-1964), os dois jornalistas tidos pela polícia política como responsáveis pelo periódico. Desse modo contemplamos diversos dos escritos que carregam o impresso em suas páginas de vários autores durante esse período.

⁴ Tijucano, da mesma forma que ituiutabano, se refere ao gentílico de quem é nascido ou reside em Ituiutaba. Esse nome se dá porque a cidade se localiza às margens do Rio Tijuco (ou Tejuco).

Especificamente, objetivamos entender a formação da redação do Jornal e dos colaboradores ao longo dos anos, qual era o formato do periódico, como se estruturavam suas colunas e suas publicidades, além do teor dessas e das características principais do impresso, levando-o em consideração como um produto, e o seu projeto editorial e gráfico, compreendendo como a *Folha de Ituiutaba* construiu, ao logo de sua jornada, o seu suporte de transmissão de suas “mensagens” para o público leitor, e como os responsáveis pela produção do jornal, – diretor, redator e anunciantes, - construíam o seu projeto jornalístico. Refletimos, também, na relação da *Folha de Ituiutaba* com outros dois jornais locais concorrentes, também com características de imprensa do interior. Buscamos refletir sobre a relação do jornal com os poderes regionais ao longo dos anos: os partidos políticos, o executivo e o legislativo tijucanos, bem como com representantes regionais nos poderes legislativo estadual e nacional, com os sindicatos, associações de trabalhadores e grupos de classes e categorias sociais, e também das suas visões perante autoridades policiais e militares locais, visualizando seus alinhamentos e discordâncias com as elites políticas e com os movimentos sociais da região. Objetivamos ver como o impresso trazia notícias e contextos políticos internacionais e nacionais, – tanto seus apoios e alianças, quanto as suas desavenças e papel oposicionista, bem como suas posições perante as eleições, eventos, e os diferentes poderes executivos ao longo desses anos. Também refletimos sobre o desígnio político e econômico do Jornal, com suas várias vozes, e a ideia que os unia - o nacionalismo -, ao longo de sua construção, e questionamos sobre os motivos pelos quais a aliança civil-militar do golpe de 1964 ocupou-se em eliminar um jornal que tinha um plano editorial e de notícias, voltado à região em que era produzido e onde circulava.

Para pensarmos sobre essas relações, faz-se necessário atentar para a formação e ação de quem ali produz, na condição de sujeitos sociais, seu tipo de organização, suas preocupações com o momento vivido, a maneira como se relacionavam com a sociedade local, com os partidos políticos, com os movimentos sociais e as ideologias que se estruturavam no momento. Para isso, entendemos o jornal *Folha de Ituiutaba* como suporte de condução de mensagens produzidas por pessoas e grupos, sendo destinado para a leitura e circulação em um determinado espaço, o que nos leva a problematizar a imprensa escrita como um meio de comunicação fecundo, que produz uma linguagem específica para o cumprimento de sua atividade como veículo comunicativo.

A perspectiva que sustentamos é que, a partir dos anos 1950, com as mudanças na economia regional e a ascensão dos trabalhadores locais, reivindicando seus direitos

políticos, a *Folha de Ituiutaba* passou a representar em seus escritos, políticas que se diziam em favor desses trabalhadores e na defesa de suas lutas, criticando os privilégios dos latifundiários e empresários, tanto em nível local quanto nacional. Por tais motivos, as autoridades policiais e alas das elites políticas locais, esse último grupo formado pelos donos de indústrias e fazendeiros, se mostravam descontentes com o Jornal desde os anos de 1950, e agiram em diversas tentativas de empastelar⁵ o Jornal ao longo dos anos, embora todas tenham falhado devido à ilegalidade das propostas e força que o Jornal tinha como órgão político. Entretanto, com o golpe de 1964, esses grupos se viram empoderados pela nova conjuntura política que ascendia, com os atos arbitrários da aliança civil-militar, conseguindo fechar o Jornal definitivamente, e embargar a difusão das ideias e críticas expostas nos escritos do periódico. Assim, afirmamos que essas elites locais tomaram proveito do momento, e, ao fazer uma aliança com os setores militares, eliminaram seus inimigos políticos. Por outro lado, os militares viram nesse tipo de aliança um terreno fértil de controle político e social regional.

Ainda não há nenhum estudo exclusivo sobre o percurso político e a atuação, nesse sentido, do jornal *Folha de Ituiutaba*, marcando esse trabalho com caráter inédito como pesquisa. A temática tratada nesta pesquisa pode contribuir para o conhecimento histórico acerca da experiência e trajetória de uma mídia de circulação e influência regional e também no entendimento de como foi a relação da repressão política a uma imprensa do interior no período.

Certeau (2011) afirma que a História é, ao mesmo tempo, uma disciplina, uma prática e uma escrita, sendo que a atividade da pesquisa histórica está inserida em um *lugar social*. A história como uma prática necessita de técnicas para sua produção, sendo essas *maneiras de fazer*, em que a prática do historiador se centra em transformar um objeto em histórico, historicizando um elemento, no qual, se não fosse analisado, ficaria possivelmente relegado ao espaço do *não-dito*. O historiador trabalha em cima de um material, com o intuito de transformá-lo em História, e esse trabalho deve seguir as regras estabelecidas pelo meio acadêmico e pelos seus pares, que reconhecem e validam o trabalho. Por fim o historiador deve fazer o transporte desse produto do campo cultural

⁵ Segundo o jornalista Alberto Dines (2006) a prática de empastelamento de um jornal consiste no ato violento de linchamento do espaço físico ou do maquinário de um meio de comunicação como forma de calar veículos opositores. Aqui tomamos o exercício do empastelamento também em sua forma simbólica: maldizer, destruir a reputação e impedir de ser produzido e de circular também é um modo de linchamento. Para saber mais, visitar o sítio online

<http://www.observatoriodeimprensa.com.br/jornal-de-debates/empastelamento-modo-de-emprego/>
Acesso em 01/03/2021.

para o histórico. A história, como escrita de um texto historiográfico, depende da passagem do que realizou o historiador na sua prática, em vista dos limites da atividade histórica, a qual está submetida a uma ordem discursiva em uma arquitetura de escrita. Assim a escrita da história faz parte de um lugar social, submetido a práticas que são frutos do lugar social ocupado pelo historiador. A história é uma operação, um procedimento que se afirma a partir de escolhas teóricas, de um lugar institucional e de um lugar social.

Ricouer (2012) também defende a história como um procedimento, acrescentando a problemática do esquecimento como também parte da narrativa. Assim a história não é apenas uma narrativa de memória, mas também de esquecimento. A história é uma narrativa complexa, na qual a organização se institui a partir de procedimentos com a memória como o arquivamento, o testemunho e a fase documental, além dessas, a compreensão e a explicação se fazem marcas da operação. Na passagem da memória para trabalho historiográfico, há uma ressignificação do espaço e do tempo junto ao testemunho. O narrar aciona sentidos e dá significações para o mundo. O historiador representa o passado a partir de um compromisso de verdade, entretanto, essa verdade exclui e silencia outras narrativas e verdades.

Em seu ofício, ao tentar compreender seu objeto de estudo, o historiador precisa se apropriar de conceitos que contribuem para essa tarefa. Os conceitos devem ser entendidos como ferramentas que auxiliam na construção das teorias históricas por meio do entendimento de problemáticas dos estudos e pesquisas. Entretanto não podemos tomá-los, em suas aplicabilidades, de modo engessado, em enquadramentos não maleáveis. Assim os conceitos devem ser tomados como pontos de partida e nunca de chegada. Ao longo deste trabalho, há uma gama de conceitos que pegamos emprestados de vários autores das mais diversas áreas do conhecimento, essas nos auxiliaram para compreensão dessa trama histórica, portanto navegamos em diversas áreas do conhecimento. Usamos, aqui, desde trabalhos de sociólogos, geógrafos, cientistas políticos, críticos literários, filósofos, jornalistas, entre outros. A história, como área de conhecimento e prática sistemática, avançou porque abriu-se ao diálogo com as outras disciplinas durante as últimas décadas do século XX, possibilitando novos métodos, problemas, questões, reflexões e hipóteses.

Os jornais, nas últimas décadas, tornaram-se, reconhecidamente, um tipo de documentação das mais ricas para o trabalho dos pesquisadores de história do Brasil, sendo admitidos pelos profissionais como um valioso material de pesquisa para o estudo

de um determinado período. No entanto, nem sempre foi assim, já que, até a metade do século XX, os impressos foram tratados como fontes que iam a duas distintas direções: ou havia um excesso de suspeita, ou um enaltecimento deles como repositório da verdade (CAPELATO, 1988). Essas duas posturas são contestáveis, pois negam a pluralidade e a diversidade dos impressos, que constituem um instrumento de cultura, carregados de interesses, tensões e de intervenção na vida política e social. Os jornais são produzidos por agentes históricos, e as edições são datadas em determinada época de produção, e como tal não escapam às mudanças sociais impostas pelo tempo. Como todo o documento histórico, eles devem, via de regra, ser analisados por meio de métodos críticos.

As mudanças no pensamento em relação a essas fontes como temas das pesquisas se deram, como nos afirma Burke (2011), pois os historiadores, principalmente os ligados ao movimento francês que ficou conhecido como a *Nouvelle Histoire*, nas três últimas décadas do século XX, começaram a repensar o papel dos documentos para a área do conhecimento histórico. Esse movimento veio de um esforço reflexivo em busca de novos problemas, abordagens e objetos, ampliando significativamente as ideias e seus usos para a pesquisa histórica. Esse grupo francês reuniu forças contra um paradigma tradicional da História, que afirmava a necessidade de se ater aos documentos de cunho oficial para a produção de uma História objetiva. Esse ideal, hoje, se sabe, é irrealista, uma vez que “se os historiadores estão mais preocupados que seus antecessores com uma maior variedade de atividades humanas, devem examinar uma maior variedade de evidências” (BURKE, 2011, p.14). O diálogo com outras disciplinas e o processo de alargamento das temáticas trouxeram contribuições importantes para o conhecimento histórico, levando os historiadores a repensarem as fronteiras da disciplina e a própria concepção e análise dos documentos.

Dessa maneira, como nos afirma Capelato (1988), sobre a relação dos historiadores com as fontes da imprensa, o

[...] historiador dessacralizou os fatos e sequer admite que eles sejam a base da objetividade, pois reconhece que eles são fabricados e não dados. Mais importante do que a “realidade dos fatos” é a maneira pela qual os sujeitos da história tomaram consciência deles e os relatam. (CAPELATO, 1988, p. 22)

Na escrita jornalística, interferem não apenas os elementos subjetivos daquele que escreve, mas também os interesses aos quais os determinados jornais estão vinculados. O historiador deve, portanto, ter ciência de que um periódico, independentemente de seu

perfil, está envolvido no jogo de interesses e tramas, com suas contradições e tensões, ora conflitantes, ora convergentes.

A imprensa, com a renovação dos estudos históricos, nas últimas décadas do século XX, tornou-se fonte e objeto rico em diversas áreas do conhecimento. Não foi diferente para a *História Política*, pois os periódicos registram, opinam e agem cotidianamente nos embates e as tensões pelo poder com as suas páginas e seus escritos. Segundo Remond (2014), a história política passou por um processo de retomada e revalorização a partir dos anos de 1970. Durante boa parte do século XX, essa foi descreditada e passou por um processo de marginalização, o movimento dos *Annales*, emergente desde o final da década de 1920, conferiu relevante renovação ao campo do conhecimento histórico, mediante a crítica à hegemonia da história política e a atribuição de centralidade ao econômico e social, dimensões que passaram a ocupar um lugar fundamental na historiografia. Essa “tradicional” história política caracterizava-se por dedicar-se eminentemente aos fatos políticos de feição individualista, factual, subjetiva, elitista e anedótica, em detrimento de outras dimensões da experiência social, marginalizando sujeitos e práticas não pertencentes ao âmbito da política oficial. No entanto, nas últimas décadas do século XX, a história política foi reabilitada, sendo que o retorno do interesse pela política como objeto de pesquisa é uma grande marca da historiografia nas últimas décadas. As condições internas que propiciaram a renovação da história política, como o contato com outras disciplinas, entre elas, a linguística, as ciências políticas, a psicanálise, entre outras, foram abrindo novos campos para o conhecimento. Nessa renovação a história política tomou novas fontes, métodos e problemas anteriormente ignorados, e que não eram considerados relevantes para a tradicional história política, integrando diversos atores sociais, inclusive os mais modestos, na conjuntura dos estudos, atentando à pluralidade e a diferentes temas, além das múltiplas temporalidades. Os estudos políticos sobre e com a imprensa se encaixam também dentro dessas nova perspectiva de história política.

No Brasil há diversos trabalhos que se dedicaram a compreender processos políticos por meio dos jornais, desde o apoio até o papel de crítica ou de resistência. Como é amplamente afirmado pelos estudos históricos, a imprensa brasileira foi um importante ator político dentro do golpe de 1964. Esses trabalhos enfatizam que a grande imprensa brasileira agiu com suas publicações na desestabilização do então Presidente João Goulart, em críticas de tom alarmista sobre o governo, em um discurso que o viam como uma ameaça à ordem política e social, além de enfatizar o momento inflacionário

(CAPELATO, 1988; MARTINS; LUCA, 2006)⁶. Anos mais tarde, boa parte dessa grande imprensa que apoiou o golpe de 1964, passou a fazer oposição à Ditadura que ajudaram a implementar. Com o advento do Ato Institucional Número cinco (AI-5), em 1968, os principais órgãos de imprensa brasileiros foram submetidos à censura prévia, que exercia controle direto sobre as publicações (MARTINS; LUCA, 2006)⁷.

A noção que usamos de “Grande Imprensa” brasileira é designada aos jornais com altos números de tiragem e de circulação nacional. Segundo Luca (2015) a expressão grande imprensa “apesar de consagrada, é bastante vaga e imprecisa, além de adquirir sentidos e significados peculiares em função do momento histórico em que é empregada” (p.149) e, grosso modo, “designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro” (LUCA, 2015, p. 149).

Para Sodré (2007), a designação se refere para além dos jornais de grande tiragem e circulação nacional, à passagem de uma imprensa artesanal e amadora para um sistema industrial e profissional, de produção em massa, que se iniciou nos fins do século XIX, concretizando-se nos meados do século XX, sendo a chave de sua existência e de seu desenvolvimento atrelado à passagem para um capitalismo industrial do século XX.

Luca (2015) também vê essa passagem de uma imprensa artesã, no final do século XIX, para um sistema industrial, movido por um amplo rol de transformações, como o fim da escravidão, chegada de grandes levas de imigrantes, instauração do regime republicano, disseminação do letramento(apesar de ainda ser limitado), prosperidade do café, crescimento dos centros urbanos, extensão da malha rodoviária, surto industrial, aliados a artefatos modernos que configuravam outras sensibilidades, subjetividades e formas de convívio social, tendo em vista que a imprensa tornou-se parte desse processo de aceleração. Mesmo assim, o advento desses jornais industriais não implicou na

⁶ Um dos destacados trabalhos dessa área é o de Motta (2006a), que, por meio de análise de caricaturas de jornais, tentou interpretar o contexto do Golpe de 1964, analisando como parte da grande imprensa operava no pré-1964, demonstra como se instituiu o imaginário social no período diante da crise política. As charges da maioria dos jornais de grande circulação, ao pintar uma imagem desfavorável de João Goulart, acabaram ajudando no processo de desestabilização do presidente.

⁷ Dentre os trabalhos sobre a censura durante à ditadura militar (1964-1985), a historiadora Maria A. Aquino (1999), ao comparar o jornal da Grande Imprensa *O Estado de S. Paulo* com o semanário *Movimento* – considerado um jornal de Imprensa Alternativa típico da década de 1970 -, discute a censura e seus efeitos práticos nos diferentes periódicos durante a ditadura militar, apontando de maneira latente a resistência e a criatividade dos diferentes jornais. Por outro lado, Beatriz Kushmir (2004), ao analisar o jornal *Folha da Tarde*, também de grande tiragem e circulação nacional, afirma que muitos dos jornalistas foram colaboradores do regime autoritário, contribuindo com autocensura dos jornais. Inclusive muitos dos jornalistas do impresso analisado eram apoiadores e trabalhavam em favor da ditadura militar.

eliminação das “pequenas tipografias” ou no uso de técnicas e de equipamentos obsoletos. Impressos domingueiros e publicações esporádicas continuaram circulando, e, cada uma ao seu modo e tempo, incorporavam as novidades técnicas e as novidades produtivas.

A imprensa no interior, mesmo com a criação de jornais em sistema empresarial, continuou sobrevivendo, sendo produzida e agindo nos rincões do Brasil. Isso se dá porque, mesmo tendo um jornal de circulação nacional chegando em uma determinada região interiorana, ainda há uma demanda sobre a informação que se volta para o local e o regional, em especificidades culturais e sociais, que encontre as melhores estratégias para cada realidade comunicativa (ASSIS, 2013).

Na cidade de Uberlândia, vizinha de Ituiutaba, e, hoje, o maior e mais influente município em termos econômicos e políticos do Triângulo Mineiro, os jornais começaram a serem produzidos ainda no final do século XIX, bem como o município teve sua primeira tipografia, quando ainda se chamava São Pedro do Uberabinha. Primeiramente, de propriedade privada, o espólio foi adquirido pela câmara municipal, se tornando veiculador de publicações oficiais do município. Na primeira década do século seguinte, se abriu mais quatro tipografias, uma em conjunto com uma livraria, chamada de *Kosmos*, espaço de encontro da intelectualidade local no momento. Como nos afirma Santos (2009a), diversos jornais foram produzidos e saíram de circulação no município nos anos seguintes. Esses jornais expressavam projetos e ideais políticos para o município e região, reivindicações e projetos que se tornaram fatos ou não, mas eram desejos de grupos.

Como nos atesta a *Folha de Ituiutaba* em edição, o primeiro jornal da região do Pontal do Triângulo apareceu na primeira década do século XX. O *Vila Platina* foi fundado em 1907, e carregava o nome que, então, pertencia ao município. Foi fundado pelo Pio Augusto Goulart Brum, primeiro presidente da Câmara Municipal em 1902, e defensor da causa emancipatória da cidade, em termos políticos e administrativos, tema que cercava o seu impresso (FOLHA DE ITUIUTABA, 24/07/1963).

Com o golpe de 1964, do mesmo modo que a *Folha de Ituiutaba*, alguns periódicos foram perseguidos e tiveram seu funcionamento interditado pelo Estado. A particularidade que queremos apontar da *Folha de Ituiutaba* se encontra em seu perfil como jornal. Após uma pesquisa em centros de documentação *online* e em bancos de pesquisa acadêmica, não encontramos nenhum jornal com o perfil de uma imprensa do interior, ou seja, que era produzida e tinha suas publicações voltadas para uma determinada localidade, visando ao mercado de proximidade, que foi interditado pelo golpe civil-militar de 1964. Os impressos que foram fechados nesse momento tinham

outras características como periódicos: eram jornais voltados diretamente a posicionamentos, críticas e/ou sátiras políticas, periódicos partidários e de movimentos sociais, entre outros, em que a maioria desses se apresenta mais como uma imprensa engajada em determinado partido ou grupo político e intelectual, Como nos afirma Kucinski (2003), esses impressos eram o embrião do que seria conhecido como imprensa alternativa. Nas palavras de Martins e Luca (2015):

Publicações identificadas com reivindicações populares, partidos ou ideias de esquerda foram os primeiros a sentir o peso da nova ordem: órgãos do clandestino Partido Comunista, das Ligas Camponesas, do Movimento Estudantil, de setores progressistas da igreja católica ou de tendência nacionalistas foram fechados. Destino idêntico tiveram coleções voltadas para a divulgações de temas políticos e revistas de reflexão teórica, que reunião parte da intelectualidade. (MARTINS; LUCA, 2015, p.101-102)

Como nos fala Kucinski (2003), alguns exemplos desses impressos fechados em 1964 foram *O Binômio*, Jornal de sátira e crítica política, produzido em Belo Horizonte; *O Semanário*, Jornal de orientação nacionalista; *Brasil Urgente*, informativo católico; *Panfleto*, Jornal da Frente de Mobilização Popular (Brizolista); *Política Operária*, tabloide da nova esquerda; os semanários clandestinos *Novos Rumos* e *A Classe Operária* que eram jornais ligados ao PCB; *A Liga* do movimento das Ligas Camponesas; *Cadernos do Povo Brasileiro* de popularização de temas políticos; *Estudos Sociais* e *o Brasiliense* de discussão teórica; a revista estudantil *O Movimento*. Além da interdição desses espaços, o golpe também fechou o principal veículo de informações da grande imprensa voltado para o campo popular: *O Última Hora*, ação que foi alimentada por alguns de suas concorrentes da grande imprensa:

A articulação do golpe contou com a participação central da família Mesquita. A grande imprensa tinha como objetivo próprio a liquidação do ÚLTIMA HORA. Assim, o empastelamento das redações do ÚLTIMA HORA, em abril de 1964, pode ser visto não apenas como parte das operações gerais de repressão, mas como o assalto final de uma ofensiva das oligarquias tradicionais da imprensa contra o arrivista ÚLTIMA HORA. É simbólico desse assalto a repartição dos despojos. (KUCINSKI, 2003, p. 23)

Para o autor, o surgimento da imprensa alternativa está intimamente ligado ao vazio deixado pelo desbaratamento dessa imprensa vinculada ao campo popular: o golpe fechou progressivamente os jornais e revistas ligados, de alguma forma, às esquerdas. Todos esses periódicos eram uma alternativa ao que conhecemos como a Grande Imprensa, ou mídia burguesa. Esses impressos se apresentavam como críticos ao sistema liberal, ou eram apoiadores de políticas reformistas do momento (KUCINSKI, 2003). Esses periódicos tiveram suas atividades interditadas pela decretação do Ato Institucional

(AI-1), logo, nos primeiros dias, após o golpe de 1964. Apesar da variedade desses jornais fechados com o golpe, verifica-se que nenhum desses se encaixa dentro do perfil do que se conhece como um jornal de Imprensa do interior.

A “Imprensa Alternativa” ou “Imprensa Nanica” se refere geralmente a uma qualidade de impressos que surgiram e circularam durante a ditadura militar (1964-1985). Segundo Kucinski (2003, p. 13), esses foram os periódicos que “tinham como traço em comum a oposição intransigente ao regime militar”, o nome de “nanico” se deu pelo formato comum adotado, na maioria *tabloid*. Esses jornais cobravam o retorno da democracia e o respeito aos direitos humanos, além da crítica do modelo social-econômico brasileiro, sendo, para o autor, veículos de comunicação que destoavam da grande imprensa por se opor ao discurso oficial. Por tais motivos, muitos foram perseguidos, e os mais notórios eram tidos como inimigos da ditadura militar, vigiados e interditados por agentes do regime, sendo que algumas edições, mesmo depois da censura prévia, foram proibidas de circular, demonstrando como era incômodo para os militares. Aguiar (2015) afirma que o termo imprensa alternativa não é própria do período da ditadura, sendo usado para periódicos brasileiros desde o século XIX. O autor ainda usa exemplos de jornais alternativos surgidos antes e depois da ditadura, sendo que uma das principais características deles são a vida efêmera junto à pretensão de oposição à hegemonia de outros impressos de espírito oligárquico e de ideologia liberal, dominante no Brasil, tendo como marca um discurso contra-hegemônico, por isso o uso da palavra “alternativo” passou a se associar à posição antigovernista de jornais durante a Ditadura Militar. A imprensa alternativa se destacou durante o período da Ditadura devido à crescente onda de censura, fazendo com que jornalistas saíssem dos periódicos de grande circulação, buscando espaços alternativos com maiores liberdades de produção, junto a leitores insatisfeitos com o que liam (e o que não liam devido à censura) nos jornais de grande imprensa, procurando outros meios de informação.

Os jornais, além de registrarem e comentarem, participam ativamente da história em constante disputa por leitores. Acima de tudo, a imprensa se interessa em vender o seu produto, formatando-se como uma mercadoria particular, desde sua apresentação, seu conteúdo e todos seus recursos persuasivos de propaganda. É, portanto, essencial considerar que a empresa jornalística coloca à venda um produto muito específico: a mercadoria política. A esse respeito, Martins e Luca (2015), ao abordarem a relação entre a imprensa e a história política no Brasil, afirmam que:

Os impressos que por aqui circulam em duzentos anos não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país. Em outras palavras: as histórias do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se autoexplicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel. Nesse cenário, muitas vezes personagens são exatamente os mesmos, na imprensa, na política e nas instituições. Em outras, são, no mínimo, bastante próximos, pois intervenções políticas de peso são decididas no interior das redações, estabelecendo e testemunhando avanços e recuos das práticas dos governos, da dinâmica do país, da formação de seu povo, do destino nacional. E os exemplos vêm da Colônia, passam pelo Império, persistem na Primeira República, seguem no Estado Novo e chegam até nossos dias. (MARTINS; LUCA; 2015, p. 8)

Os jornais não são isentos de tensões, e, muitas vezes, desempenham papel fundamental em prol dos interesses de grupos que lutam pela hegemonia política, sendo que, muitas vezes, não cumprem somente um papel de vigilância, mas sim de cumplicidade e de ação política. Por outro lado, os Jornais são empresas, e, como tal, buscam o lucro. Assim, o jornal negocia um produto muito especial, pois ele é capaz de formar opiniões, estimular comportamentos e ações políticas, ou seja, os jornais “se limitam a apresentar o que aconteceu, mas selecionam, ordenam, estruturam e narram, de uma determinada forma, aquilo que elegem como fato digno de chegar até o público.” (MARTINS; LUCA, 2006, p.11).

Briggs e Burke (2004), ao refletirem sobre *Uma história social da mídia* – ou das mídias, – fazem reflexões sobre as formas de comunicação e os meios antes mesmo da criação da prensa creditada à Johannes Gutenberg, por volta de 1450, passando pelo mundo antigo e suas formas, como o uso de pergaminhos, argila, papiros e papéis. O uso da comunicação oral na cultura grega e medieval, junto aos rituais, era o modo mais eficaz de disseminar informações em seus tempos. Manuscritos tiveram um aumento na sua produção dois séculos antes da criação da prensa, e marcaram uma crescente demanda por material de leitura. Com a era moderna, mudou-se algo grandioso, além da produção em massa de impressos: os meios de transportes fizeram a diferença no compartilhamento de informações, que se deu de maneira mais dinâmico e ágil, pela velocidade das locomotivas e de outras formas de deslocamento e condução. Entretanto, segundo os autores, ideias como a de “opinião pública” apareceram no final do século XVIII, e a preocupação “com as massas” surgiu no próximo século.

A partir dos anos de 1920, pesquisadores passaram a falar sobre “mídia”, e, a partir de 1950, mencionaram uma “revolução da comunicação”. Todos esses termos ascenderam junto aos interesses acadêmicos pelo estudo da propaganda. Para os autores, o surgimento da imprensa e sua popularização no século XIX foi um evento significativo

para a propagação de ideias, pois, junto à difusão da informação, veio uma regularidade de distribuição que se tornou contínua, introduzindo, no cotidiano das sociedades, não apenas as informações, mas uma alteração na noção de tempo e espaço. Os autores propõem que os estudiosos que trabalhem com os meios de comunicação devam levar em conta a história desses meios e pensar nessas mudanças ao longo do tempo, propondo que fujamos de dois perigos: o de afirmar que tudo piorou, ou de que houve um progresso ininterrupto com o advento de novos meios de comunicação. Entretanto, é necessário apontar que as mudanças comunicativas impactaram e tiveram consequências de extrema importância na cultura, repaginando as sociedades.

Boa parte das teorias e estudos sobre as mídias e os meios de comunicação visam compreender o seu impacto e como era sua receptividade social. Entretanto, mais do que a recepção da informação, esse trabalho está mais preocupado em tentar compreender qual era a mensagem que o jornal queria passar aos seus leitores, - o que era escrito, como era e quais eram as suas intenções. Não tivemos, no presente trabalho, a pretensão de esgotar as possibilidades de leituras do jornal, mas sim, tentamos compreender os discursos políticos do jornal, identificando suas ações e seu grupo, por meio das representações, o que pode ser significativo na análise, pois a imprensa, mais do que um espelho da realidade, é preciso ser entendida como um espaço de representação do real e de ação. Os jornais são produtos confeccionados a partir de representações contextualizadas na realidade, o que, de certa forma, representa formas simbólicas de luta pelo poder, afirmindo-se como porta-voz de grupos, de memórias, de ideais e de movimentos políticos. Como nos afirma Capelato (1988), a “leitura dos discursos nos jornais permite acompanhar o movimento das ideias que circulam na época. A análise do ideário e da prática política dos representantes da imprensa revela a complexidade da luta social” (CAPELATO, 1988, p. 34).

A *Folha de Ituiutaba* se dedicava a informar, noticiar e dar seu parecer sobre os mais diversos temas voltados para o público da região do Pontal do Triângulo Mineiro, embora esse impresso tijucano não tenha convivido sozinho como periódico, pois, na região, corriam e eram produzidos outros jornais sobre notícias regionais com a mesma finalidade. Até 1964, nenhum teve duração tão longa quanto a *Folha*, como era chamada pela sua linha editorial⁸(tomamos, também, a liberdade de chamá-la assim para este trabalho).

⁸ Segundo Bandeira (2015), durante os 22 anos em que a *Folha de Ituiutaba* circulou, houve pelo menos dez outros impressos que correram na região ao longo desse tempo, sendo que nenhum deles conseguiu

A *Folha* seguia o padrão de um jornal de *imprensa do interior*, que dentre as principais características desse tipo de periódico, se ocupava mais em escrever e noticiar para a sua regionalidade, basicamente, voltado para um mercado de proximidade de onde é produzido (ASSIS, 2013). A *Folha* era impressa em preto e branco, geralmente, contendo de 4 a 6 páginas, com circulação restrita ao Triângulo Mineiro, e algumas outras regiões próximas, sendo produzidas duas edições por semana (em alguns períodos, apenas uma). O periódico era voltado para leitores das cidades em que circulava, principalmente, das localizadas no Pontal do Triângulo Mineiro e no entorno, dando ênfase às notícias da cidade de Ituiutaba, mas também é possível encontrar em suas páginas registros sobre Capinópolis, Santa Vitória, Cachoeira Dourada, Prata, Monte Alegre de Minas, Gurinhatã, Ipiaçu, Campina Verde, Canápolis, entre outras, muitas dessas cidades, até parte da década de 1960, eram distritos pertencentes ao município de Ituiutaba. O periódico também trazia algumas notícias de cunho internacional, nacional e estadual, que, muitas vezes, eram transpostas ou escritas a partir de outros periódicos.

A *Folha de Ituiutaba* construiu-se como potência jornalística regional ao longo do seu histórico. Tinha uma estrutura empresarial, munida da mais potente linotipo da região na década de 1960, corpo jornalístico expressivo dividido em funções específicas, era carregada de editoriais, colunas sociais, esportistas, sensacionalistas, escritos opinativos, entre outros, além de um grande espaço para publicidade e propaganda (inclusive política). Sua tiragem, em seus anos finais, de 3.000 cópias por edição, atingia boa porcentagem regional, tendo, assim, uma considerável visibilidade pública na sua região de circulação. Além de que a *Folha* era um demolidor de outros periódicos: ao longo dos anos em que o estudamos (1951-1964), nenhum outro jornal concorrente sobreviveu tanto tempo quanto ele.

Apesar de toda essa força informativa, e de sua liderança na luta por hegemonia no meio das comunicações escritas regionais, a *Folha de Ituiutaba* teve uma interessante trajetória política, principalmente no que se refere à constante perseguição e observação às quais os jornalistas do periódico foram submetidos por parte da polícia política durante os anos 1950 e 1960.

sobreviver tanto tempo quanto a *Folha* (1942-1964). Entre eles podemos citar *Jornal de Ituiutaba* (1934-1942), *Folha da Semana* (1942-1943), *A Chanha* (1943-1945), *Saneando* (1946), *A Sogra* (1946), *Gazeta de Ituiutaba* (1949), *A Estampa* (1955), *O Patriota* (1956), *Brasília* (1956), *Correio do Pontal* (1956-1959) e o *Correio do Triângulo* (1959; 1964-1965).

A *Folha de Ituiutaba* e seus jornalistas tiveram diversos problemas relacionados aos seus escritos políticos, e a atuação do seu corpo jornalístico, nesse percurso. O primeiro registro em que encontramos, nesse sentido, arquivado pelo Departamento de Ordem Política e Social do estado de Minas Gerais (DOPS-MG), se refere a 24 de julho de 1953, em que afirmavam que o redator-chefe do Jornal, Geraldo Sétimo Moreira, junto de outras lideranças dos trabalhadores, “ocultamente”, alimentaram um movimento local que desaguou em uma greve geral dos operários de diversos seguimento, mas, principalmente, de trabalhadores do ramo de beneficiamento de arroz. Segundo o documento, o motivo da manifestação foi para “forçar aumento salarial” (APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 068, Pasta 4684-im. 5).

Desde os fins da década de 1940 até o início dos anos 1970, a microrregião do Pontal do Triângulo mineiro passou por significativas mudanças sociais, políticas e econômicas em seu quadro. Iniciou-se, na região, nesse período, um forte investimento no plantio de arroz nas grandes propriedades rurais, tornando a região um polo nacional de produção do grão. O perímetro industrial urbano também se transformou com a instalação de galpões para o beneficiamento do produto (MATEUS, 2013; GIAVARA, 2019). A região carecia de mão de obra, onde começou uma migração em massa de trabalhadores, principalmente, pessoas vindas da região nordeste, para suprir os trabalhos nas lavouras e nas indústrias locais, aumentando significativamente o número populacional na região⁹. Surgem aí novas questões dentro dessa nova lógica, desde problemas na estrutura física do município de Ituiutaba, devido ao *boom* populacional, junto à emergência de novos sujeitos reivindicando direitos sociais e políticos, em contraposição a outros grupos que agiam pela manutenção de privilégios.

Em 1954, a edição do Jornal de 3 de março foi registrada no DOPS-MG. O motivo foi ter transposto, de vários outros jornais (inclusive do *Diário de S. Paulo*), uma publicação de propaganda do “Projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil”, partido que vivia na clandestinidade desde 1947, em nota, com o título “Seção Livre – O PCB apresenta o seu programa” (APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 068, Pasta 4684-im. 3-4; 7.). O proprietário do Jornal, Ercílio Domingues da Silva e o redator-chefe, Geraldo Sétimo Moreira, foram conduzidos à delegacia local para dar esclarecimentos, onde

⁹ Conforme os resultados censitários dos anos de 1950 e 1960, Ituiutaba teve sua população urbana elevada em mais de 17.188 habitantes, passando de 36.052 para 53.240 em apenas uma década, representando um acréscimo considerável. Na década de 1960, a população geral do município, incluindo campo e cidade, passaria para 70.992 (IBGE, Censo demográfico 1950/1960).

afirmaram que a tal notícia foi paga por um terceiro para ser publicada no Jornal. Ercílio Domingues foi processado com base na Lei de Imprensa¹⁰, processo que foi arquivado ainda no mesmo ano (FOLHA DE ITUIUTABA, 10/04/1954).

Posteriormente, em 1957, em outra ficha produzida no DOPS, afirmava-se que o redator-chefe fazia mau uso de seu cargo público de recenseador no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e, na redação da *Folha*, “professando abertamente ideologias extremistas”, usando do jornal para fazer propagandas “partidárias ao credo moscovita”. A ficha ainda afirmava que ele havia sido remanejado de seu cargo de recenseador de Ituiutaba para o município, também em Minas Gerais, de São Gonçalo do Pará, cidade onde não ficou por três meses, retornando para Ituiutaba. Além disso aponta que o Jornal era “usado para a prática de atividades subversivas” (APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 068, Pasta 4684-im. 6).

Dois anos após, mais uma vez, Geraldo Sétimo aparece descrito em outro documento do DOPS, esse produzido em 28 de janeiro de 1959. Essa ficha é muito parecida com as outras que foram escritas em 1953 e 1957, inclusive nas palavras usadas. Nela havia uma denúncia de Geraldo Sétimo, por alimentar rumores de uma greve geral de operários, de diversas categorias na região, com ideias de “intrigar e sabotar”, usando, para isso, de seu cargo no IBGE e de redator da *Folha de Ituiutaba*. Afirmava que ele apoiava movimentos comunistas, sendo consoante das ideias do *Jornal do Povo*, que, segundo a ficha acusatória, dizia ser ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). O escrito também afirmava que o jornalista, em comício no município, se posicionou a favor da libertação de Luís Carlos Prestes e outros líderes comunistas, assim, “professando abertamente ideologias extremistas. Funcionário da causa”, onde “o jornal em referência é também francamente partidário do credo moscovita” (APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 046, Pasta 3809-im. 163-164).

Por fim, com o golpe civil-militar, é produzido o último documento no DOPS sobre a *Folha* em abril de 1964, sendo descrito dentro de um Inquérito Policial Militar (IPM), que levou à cassação do registro do jornal. Com isso, o periódico teve suas atividades interrompidas, foi interditado, proibido de circular, e teve a coleção de edições anteriores confiscadas (acervo que Ercílio Domingues resguardava). Uma junta militar

¹⁰ A lei de imprensa a que se refere é a Lei Nº 2.083 de 1953, que “regula a Liberdade de Imprensa”. O processo foi enquadrado dentro no capítulo II, “DOS ABUSOS E PENALIDADES”, nos artigos 8º e 9º que se refere a “fazer propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou propaganda que se proponha a alimentar preconceitos de raça e de classe” (LEI Nº 2.083, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1953).

vinda do município vizinho, Uberlândia, com o endosso de civis locais, dentre eles, diversos membros dos diretórios locais da União Democrática Nacional (UDN) e alguns do Partido Social Democrático (PSD), executaram o fechamento do jornal e prenderam o dono e o redator-chefe da *Folha de Ituiutaba*. Após a prisão, Ercílio e Geraldo foram coercitivamente encaminhados para o DOPS em Belo Horizonte, onde ficaram por um período mantidos em cárcere privado, prestando depoimento. O Jornal foi acusado de “atentar contra a ordem política e social, por meio de pregação de ideias e práticas extremistas” (APM-Fundo DOPS/MG, rolo 049, pastas 3882-im.11).

O dono da *Folha* concedeu um depoimento em 1995¹¹, no qual abordou sobre o Jornal e os acontecimentos em que se envolveu nesse período:

(...) eu ingressei na atividade comercial e jornalística, tendo fundado, ou melhor, tendo adquirido o acervo de um jornalzinho que existia na época, é, em sociedade com o então professor, também do Marden, Guilherme Borges Lacorche, hoje já falecido, e foi assim que eu dirigi aquele jornal *Folha de Ituiutaba*, durante longos anos. Ou seja, até 1964, quando o jornal foi interrompido pelo golpe militar daquele ano, tendo sido o jornal interditado, dado à sua orientação independente. Então o jornal foi taxado de subversivo, exatamente por criticar, é... e anunciar que o golpe estava sendo perpetrado, isto é, estava sendo tramado nos bastidores da vida pública do país, e com isso o jornal foi perseguido, interditado e fomos, nessa perseguição, fomos presos, fomos porque não fui só eu, o redator também foi preso e processado por crime político, processo esse que andou de “seca e meca”, foi parar até no Supremo, de lá retornando dois anos depois com o parecer do Sr. Desembargador, cujo nome eu não me recordo, sugerindo o arquivamento do processo por falta de fundamento. (SILVA, 1995)¹²

Apesar das responsabilidades pelo Jornal terem caído sobre os ombros do redator-chefe e do dono do periódico, outros personagens que escreviam constantemente no Jornal também foram fichados dentro desse IPM. Dentre esses podemos apontar o farmacêutico, que assinava também como redator do jornal durante a década de 1950, Manoel Agostinho e os colunistas da *Folha*, o alfaiate e sindicalista Ivanildo Francisco dos Santos, e os advogados Humberto Teodoro Gomes e Tomaz de Aquino Petraglia.

Ainda, nessa mesma ação repressora local, em 1964, ocorreram outras arbitrariedades no Pontal do Triângulo Mineiro. Entre elas, gestores públicos do município de Ituiutaba, eleitos por sufrágio, também foram surpreendidos pela

¹¹ A entrevista com Ercílio Domingues da Silva foi gravada em 26 de setembro do ano de 1995, em Ituiutaba, pela historiadora Dalva Maria de Oliveira Silva, para fins da pesquisa *Trabalhadores nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro nas décadas de 1950 e 60*, que resultou em uma dissertação de mestrado (SILVA, 1997). Na entrevista, que abordava outra temática, Ercílio Domingues, de maneira voluntária, começa a falar sobre os problemas que ele e os demais jornalistas tijucanos se envolveram em 1964. Agradeço à pesquisadora por ceder gentilmente a entrevista para este trabalho.

¹² Os documentos aqui utilizados, em sua ortografia, foram transcritos do modo como foram produzidos originalmente, buscando, assim, em parte, manter seu exemplo gramatical do período.

intervenção dessa junta militar vinda do município de Uberlândia, que contou com o apoio de nomes influentes da política local, sendo esse o mesmo grupo que fechou o Jornal. Dentro desse contexto, o Prefeito de Ituiutaba, o Vice, ambos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e a bancada da legenda que ocupava cargos na Câmara Municipal, maioria dentro do legislativo tijucano, foram depostos de seus cargos¹³. No poder executivo, foi instituído para o posto de prefeito um dos vereadores que pertenciam a UDN da cidade.

Além de empastelar a *Folha de Ituiutaba* e exercer as deposições desses administradores ligados às políticas trabalhistas, outros atos foram executados por essa aliança civil-militar local. Algumas pessoas foram perseguidas e presas na microrregião, também rotuladas como “comunistas” ou “membros do credo vermelho”, acusadas de fazer apologia e propaganda em favor da revolução comunista. Esses eram lideranças de movimentos de trabalhadores regionais e/ou ligados ao recém-fundado Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba, levando ao desmantelamento dessas organizações. Alguns desses também contribuíam com os escritos no periódico tijucano.

Nos documentos da polícia política, o funcionamento da *Folha de Ituiutaba* era visto como uma cooperativa de subversão complexa, no qual vários “subversivos” e “comunistas” usavam suas páginas para difundir a tal ideologia, e Geraldo Sétimo era a liderança deles, o mais perigoso, que usufruía do Jornal para tais ações, seguido dos outros jornalistas, os políticos trabalhistas, e, por fim, vários sindicalistas locais:

Na parte subversiva, Ituiutaba possuía, como célula mais atuante, o jornal “*Folha de Ituiutaba*” que mantinha em seu quadro há longos anos, como redator chefe, Geraldo Sétimo Moreira, um dos mais destacados comunistas locais. Como excelente órgão de divulgação nesta região, prestava-se ao trabalho de exposição do material específico do processo esquerdista, e da sua disseminação, salientando-se, neste particular o trabalho dos doutores HUMBERTO TEODORO JÚNIOR e TOMAZ DE AQUINO PETRAGLIA, advogados locais, que alimentavam o jornal com artigos perniciosos ao regimem.

Ainda o ex-prefeito local, José Arcênio de Paula, alguns Presidentes de Sindicatos e Vereadores da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, pela expressividade de certos manifestos proclamados e que engrossavam o processo vermelho em marcha nesta cidade, foram usados pelo jornal “*Folha de Ituiutaba*”, dentro do plano de difundir, realmente, a ideologia comunista na região.

¹³ Dentre as quinze cadeiras que compunham o legislativo de Ituiutaba, em 1962, o PTB conquistou seis dessas. Segundo da UDN, que conseguiu eleger cinco candidatos a vereança (no começo de 1963, um vereador udenista, Ribamar Nunes, deslocou-se para o PTB), seguindo do PSD, que acabou ocupando três cadeiras, e o Partido Social Progressista (PSP), com apenas uma (FERREIRA, 2017b).

Outros elementos atuantes foram utilizados, - tais como Ivanildo Francisco dos Santos, Nestor Fernandes de Morais, Mario Campos, etc. (APM-Fundo DOPS/MG, rolo 049, pastas 3882-im.3)

Diferente do que afirma o documento, alguns desses citados, como Mario Campos, Nestor Morais e o prefeito petebista deposto José Arcênio de Paula não tinham nenhuma participação dentro da produção ou na escrita da *Folha*. Entretanto, Ivanildo e Mario Campos tiveram participação ativa dentro do recém-fundado Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba, sendo lideranças de movimentos sociais dos trabalhadores.

Perseguições, prisões e até execuções de lideranças de movimentos sociais, jornalistas, políticos, desembargadores, e a cassação de direitos políticos, partindo do Estado, ocorreram durante boa parte da ditadura militar (1964-1985). Esses tipos de eventos, como o da região apontada, se seguiram pela efetivação do Ato Institucional de 9 de abril de 1964 (que ficaria conhecido, posteriormente, como AI-1). Muito do que se ouve falar das perseguições, censuras, prisões, cassações, torturas, extermínios, entre outras barbaridades, durante o período da ditadura, foi efetivado por meio do AI-5, decretado em 1968. Contudo, o AI-1 deu ao governo federal o poder de alterar a constituição, cassar leis do legislativo, suspender direitos políticos, demitir e aposentar qualquer um considerado subversivo contra a segurança do país. Sua intenção foi de destituição política, seguida de neutralizar e eliminar qualquer forma de oposição, além de legitimar a recém-instituída ditadura (ALVES, 1989).

Em 31 de março de 1964, se iniciou a movimentação civil-militar, que desaguaria no golpe de Estado que depôs o Presidente João Goulart (conhecido popularmente como Jango). Contudo, as movimentações e conspirações golpistas precedem esse dia. Goulart teve sua gestão marcada por efervescência e instabilidade política, de maneira que o golpe foi o resultado de uma profunda divisão na sociedade brasileira, marcada por distintos projetos do que seria o processo de modernização e de mudanças sociais no país. As direitas políticas, formadas por liberais e por alas conservadoras¹⁴ da sociedade, combatiam, fortemente, Jango, em aliança com parte dos grandes meios de comunicação, pois João Goulart juntou as políticas trabalhistas com a preocupação do reformismo social para a transformação do Brasil, ação que foi marcada pelo projeto das Reformas de Base.

¹⁴ Representadas por membros de partidos políticos conservadores e reacionários (principalmente da UDN), setores das forças armadas, algumas alas da igreja católica, proprietários rurais, parte do empresariado nacional e investidores internacionais.

João Goulart era visto por essas alas sociais como um corrupto, amigo dos comunistas, um populista que prometia mais do que poderia dar, e um incompetente em relação a ações políticas (NAPOLITANO, 2014).

Esses grupos conservadores clamavam por intervenção no poder público antes do fim de março de 1964, intensificando, nesse período, as atividades conspiratórias, envolvendo não apenas a alta cúpula dos militares, assim como também empresários e políticos que vinham participando de um programa de desestabilização do governo do então presidente. O golpe dependia da iniciativa dos militares, e esses esperavam uma iniciativa ilegal de Goulart para unificar a atitude de grandes unidades militares para marchar contra o presidente. Impaciente, o general Olympo Mourão Filho e sua tropa iniciaram, precocemente, a marcha, em 31 de março, saindo de Juiz de Fora em aliança com o governador do estado de Minas Gerais, o udenista Magalhães Pinto. Aos poucos, a marcha foi ganhando adesão de outras alas militares e políticas. Ante a ofensiva, o presidente caiu, sem resistência para evitar uma guerra civil, ou apenas avaliou que era inútil resistir, exilando-se no Uruguai após perder seu mandato. O presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, pertencente à bancada do Partido Social Democrático (PSD), no dia 2 de abril, formalizou a declaração de vacância do cargo de Presidente da República. O nomeado *Comando Supremo da Revolução*, formado sob um triunvirato das lideranças militares, escolheu, no dia seguinte, o novo Presidente da República, o General Castelo Branco, empossado no dia 15 do mesmo mês (FICO, 2014).

O AI-1 foi decretado em 09 de abril de 1964, também pelo *Comando Supremo da Revolução*, e conferiu à presidência o poder de cassar mandatos efetivos e suspender direitos políticos até o dia 15 de junho do mesmo ano. O Ato dava ao Executivo nacional o poder de cassar representantes governamentais em qualquer nível, municipal, estadual ou federal, autorizando a destituição de mandados políticos em todas as instâncias, além da suspensão de direitos políticos de qualquer cidadão, abrindo o caminho para o que ficaria conhecido pelo codinome de “Operação limpeza”. Foram executados os chamados IPM (Inquérito Policial Militar), onde comissões de inquéritos investigavam atividades de civis e militares para apurar atividades que considerassem “subversivas”. Os inquéritos eram examinados pelo chefe do departamento militar a que a região estava vinculada, que determinava a decisão final e a punição dos indivíduos (ALVES, 1989).

Desarticular os sindicatos e a organização de trabalhadores se tornou uma tarefa fundamental dentro da nova estrutura que ascendia com o golpe, portanto, foi essencial a nova ordem imposta perseguir seus líderes políticos, o que levou ao esfacelamento dos

movimentos no momento. Não bastava cassar os cargos políticos, era preciso eliminar qualquer forma organizada que pudesse agir de maneira a reivindicar direitos dos trabalhadores. Como nos afirma Alves (1989), a estratégia psicossocial da “Operação Limpeza” se concentrou em atingir os movimentos sociais que ganharam força nos anos anteriores ao golpe de Estado. Os diversos IPMs vieram para fazer uma “limpeza” dentro dos sindicatos, e, a partir de então, exercendo controle direto na estrutura política, jurídica e sindical, neutralizando, assim, qualquer possibilidade de articulação das políticas de esquerda¹⁵.

Mas, antes da chegada da junta militar à região do pontal triangulino, no município de Ituiutaba, alas conservadoras da sociedade local, formadas pela burguesia urbana e rural, partidários da UDN, secundaristas, religiosos católicos, entre outros, organizaram uma manifestação em forma de passeata, que apoiava a intervenção militar no país, e que, ao seu fim, prometia atacar o estabelecimento da *Folha de Ituiutaba*. Em um relato datilografado entre os dias 7 e 8 de abril de 1964, Geraldo Sétimo produziu uma narrativa expondo seu olhar sobre os acontecimentos em nível nacional e sua trajetória local durante aqueles dias¹⁶. Nesse momento Geraldo ficou sabendo que, no dia 3 de abril, começou-se a organizar a marcha na cidade, e que, no seu trajeto final, era planejado que o estabelecimento físico do Jornal *Folha de Ituiutaba* fosse apedrejado, o que, de fato, não aconteceu nesse momento devido à intervenção do 1º Juiz da Comarca (MOREIRA, 1964).

Essa movimentação foi uma versão local da chamada “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que aconteceu nesse momento em diversas cidades do Brasil. A primeira ocorreu na cidade de São Paulo, no dia 19 de março de 1964. A manifestação reacionária, majoritariamente, de classe média, contou com faixas de cunho religioso, anticomunistas e contrárias ao governo de João Goulart. A marcha se moveu por discursos

¹⁵ Para Bobbio (1995), o que difere, essencialmente, o espectro ideológico político de direita e de esquerda é a visão sobre a igualdade e a desigualdade humana, e a opinião sobre as mudanças históricas das tradições vigentes. A esquerda busca, em sua essência, promover e lutar por critérios de igualdade, optando por mudança na ordem social. Enquanto a direita prega que a desigualdade é algo intrínseco às sociedades humanas, – apegando-se às tradições e ordens sociais postas.

¹⁶ Com seis páginas, essa narrativa de Sétimo expõe seu olhar sobre os acontecimentos em nível nacional e sua trajetória local durante aqueles dias. A sua visão é um misto de desconfiança e especulação, por não saber o que estava acontecendo, além do sentimento de perseguição e indignação em relação à situação política. Não sabemos ao certo qual motivo levou o jornalista a escrever tal narrativa; podendo ser uma nota que viria a ser publicada no jornal posteriormente, ou um relato que seria enviado como carta para alguém, denunciando o que estava acontecendo, ou, ainda, apenas um registro que Sétimo gostaria de deixar para a posteridade, o que pode ser o mais provável, em vista o teor livre da escrita, que marca a narrativa. Esse registro pessoal foi fornecido pelos familiares.

contra a “infiltração comunista” e contra as Reformas de Base de Jango, proferidos por diversos líderes políticos como o presidente do senado Auro de Moura Andrade (PSD), Herbet Levy (UDN) e o ex-integralista Plínio Salgado do Partido de Representação Popular (PRP), os dois últimos deputados federais. Segundo Napolitano (2014):

As ruas do centro de São Paulo ficaram tomadas por uma grande multidão, calculada em 500 mil pessoas, que empunham cartazes anticomunistas e contra o governo e sua agenda reformista. Patroas de cabelo com laquê e empregadas domésticas não muito confortáveis estavam lado a lado, contra o fantasma do comunismo. Religiosas, políticos, lideranças de classe também estavam presentes na passeata. Organizada pela União Cívica Feminina, uma das tantas entidades femininas conservadoras e anticomunistas que existiam no Brasil da época e que passaram a ser ativistas exaltadas contra a esquerda, a marcha teve apoio de mais de 100 entidades civis. (NAPOLITANO, 2014, p. 56)

Esse modelo de passeata se alastrou em outras versões nas demais capitais, e, posteriormente, ao interior do Brasil. A Marcha da Família em Ituiutaba, na visão de Sétimo, contou com as elites econômicas locais, demonstradas por ele, especificamente, no que se refere à posse de automóveis de alto valor econômico da época, integrantes da UDN local, e com o seguimento católico da cidade, tendo à frente o líder religioso da paróquia local, em conjunto com secundaristas de dois colégios particulares católicos, que existiam na cidade. No entanto, o jornalista declara que a massa trabalhadora da população da cidade não esteve presente no ato. Nas suas palavras:

[...] realizou-se a passeata, com o padre à frente, seguindo dos alunos dos dois colégios católicos da cidade e dos carros da gente rica da UDN. Aero-Willys e Simcas último tipo deram sopa. Massa popular mesmo não havia. Excluindo escolares e algumas religiosas, eram escassos 300 pedestres. (MOREIRA, 1964, p. 4)

Entretanto, um outro jornal local, o *Correio do Triângulo*, em sua primeira edição, afirma que a passeata contou com 5.000 manifestantes (CORREIO DO TRIÂNGULO, 07/04/1964). Independentemente da quantidade de pessoas na passeata local, o acontecimento da marcha nos demonstra o apoio de segmentos civis locais para além de sujeitos ligados à política institucional, como estudantes, religiosos, e parte da classe média local na ação de 1964. A passeata, no Pontal do Triângulo, assim como as demais ocorridas, demonstrava o apoio à intervenção no poder federal, mas também o descontentamento das elites econômicas, em luta pelos seus privilégios, com as políticas trabalhistas de João Goulart, e com a ascensão de novos sujeitos na vida política. Na narrativa de Sétimo, a marcha na cidade marcava um pedido de ação local, iniciado por civis, que tomariam como atitude a depredação do estabelecimento, que abrigava a *Folha de Ituiutaba*, sem que os militares estivessem ainda no contexto.

Perante essa experiência, podemos afirmar que, dentre os desdobramentos decorrentes desses primeiros atos dos intervenientes, depreende-se aquilo que as análises mais recentes acerca da própria definição do golpe, afirmam que seu caráter foi “civil-militar” (FICO 2014; NAPOLITANO, 2014). A condução do golpe foi possível pelo apoio da sociedade e por uma aliança entre os civis e os militares. Sendo que esse apoio partiu da maioria da grande imprensa, – que criticou fortemente o governo de João Goulart -, alas da classe média brasileira, setores da igreja católica, latifundiários, e parte do empresariado nacional.

Mesmo não tendo sido destruída durante a versão local da “Marcha da família com Deus”, a *Folha* estava com seus dias contados. Em abril de 1964, Ercílio Domingues foi preso, e seu jornal foi fechado pela ação civil-militar. Foi escoltado para DOPS na capital Belo Horizonte, onde ficou preso por 21 dias. No dia 25, Ercílio foi liberado provisoriamente da detenção, para tratar de sua saúde, contanto que não saísse da capital sem autorização do “Comando Revolucionário” (APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 097, Pasta 5489-im. 299). No dia 1 de maio, Ercílio foi transferido para a cidade de Ituiutaba, ficando sobre custódia e constante vigilância. Nesse mesmo dia, foi entregue ao DOPS de Belo Horizonte, escoltado pelos militares, o redator-chefe Geraldo Sétimo Moreira, que acabava de se entregar, já que havia se refugiado na zona rural da cidade (APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 018, Pasta 0269-im. 281). Ambos foram processados dentro da Lei nº 1.802 de 1953, acusados de “publicarem artigo atentatório à ordem política e social do país” (STF, recurso criminal Nº 1.070, 07/12/1966).

O processo jurídico foi recorrido pelos jornalistas, tendo seu fim (de maneira formal) ao chegar ao Supremo Tribunal Federal (STF), apenas dois anos após o ocorrido (STF, recurso criminal Nº 1.070, 07/12/1966). A acusação afirmava que:

[...] como DIRETOR e REDATOR-CHEFE, respectivamente, do jornal – *FOLHA DE ITUIUTABA* – que circulava nessa cidade anteriormente ao movimento político do mês de março de 1964, permitido publicações, no referido jornal, de artigos atentatórios à nossa ordem política e social de pregação de idéias e práticas extremistas, sendo, mesmo, alguns deles, de autoria do acusado GERALDO SÉTIMO MOREIRA, transformando-o, assim, em eficiente veículo de difusão e propagação subversiva [...]. Indiscutivelmente, seus artigos não passam de uma terrível propaganda para subverter a ordem política e social, e os leitores do semanário se viam na obrigação de tomar conhecimento daqueles artigos ou transcrições enfadonhas e anti-patrióticas (STF, recurso criminal Nº 1.070, 07/12/1966).

Ao chegar ao Supremo Tribunal Federal, é negado o provimento do recurso criminal em 28 de setembro de 1966. O relator responsável, Ministro Gonçalves de

Oliveira, vota pelo desprovimento, afirmando que não se tratava de propaganda de guerra, violência ou contra a ordem política, e, por unanimidade, dentro do STF, os votos vão à direção do apontado pelo relator, sendo a decisão “não comprovada à acusação”. Apesar de o processo ter sido desprovido, já haviam se passado mais de dois anos desde o fechamento do Jornal, e a situação já não era mais a mesma. As vidas dos jornalistas já haviam sido traçadas pelas arbitrariedades iniciadas em abril de 1964. A produção e circulação do Jornal foi interrompida, e, instantaneamente, outro jornal, o *Correio do Triângulo*, de orientação conservadora, e ligado às elites udenistas locais, ocupou o seu espaço informativo na região, e foi sancionada a demissão do cargo de Agente de Estatística que Geraldo Sétimo ocupava no IBGE, ainda em 1964 (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 09/10/1964, p. 34).

Ercílio Domingues seguiu sua vida residindo em Ituiutaba. Não trabalhou mais com jornalismo, apenas deu seguimento com seus trabalhos na gráfica que antes era ligada ao jornal. Vendeu parte do maquinário que usava para a confecção dos jornais e se voltou para sua propriedade rural, no município de Capinópolis, passando a dedicar sua vida profissional entre o campo e a gráfica. Geraldo Sétimo, pouco tempo depois, mudou sua residência para a cidade mineira de Juiz de Fora.

Dessa maneira, para escrevermos o trabalho sobre o jornal *Folha de Ituiutaba*, o próprio produto impresso foi tomado como fonte privilegiada da pesquisa, ou seja, escrevemos uma história de uma imprensa por meio dela mesma, mas também faremos o uso de documentos complementares.

Para o desenvolvimento deste trabalho, buscamos analisar tanto os textos de opinião quanto os informativos e interpretativos dos jornais, isso porque acreditamos que mesmo os textos que se dizem não opinativos têm um teor de escolha, seleção e posicionamento de quem o escreveu e do grupo ao qual o autor faz parte, carregado de interesses sociais e políticos. Mesmo os textos transpostos de outros veículos de informação, carregam esse teor, pois o ato de transpor de tal veículo informativo demonstra uma escolha, uma seleção pré-organizada com a qual o Jornal se alinha ou se aproxima politicamente. A imprensa noticia cotidianamente cada lance no jogo do poder, mais do que um registro em si, há um posicionamento político, temos que ter em mente que o jornalista também é um agente social que age em seu meio, e o Jornal um instrumento dessas ações.

Aqui analisamos diversas edições do periódico tijucano, dando maior ênfase nas edições desde a entrada de Geraldo Sétimo como redator-chefe até o fechamento da *Folha*

de Ituiutaba, abrangendo os anos de 1951 a 1964. Entretanto, não nos limitamos apenas aos documentos produzidos nesse período, sendo que, em alguns momentos, traremos outros jornais, junto de outros documentos de momentos anteriores ou posteriores.

Como na análise de impressos proposta por Luca (2010), procuramos questionar e problematizar os discursos que constam nos jornais, buscando inquirir sobre as suas relações com os poderes políticos institucionais ou não, e os interesses financeiros do periódico e de seus jornalistas, refletindo sobre as escolhas escritas do grupo responsável pelas publicações frente ao público leitor a que se destinava, problematizando a narração do acontecimento e o parecer que ali contém, pensando nas motivações que levaram a ser publicado algo, da mesma forma como que o Jornal destaca hierarquicamente esses escritos (letra diferente, uso do negrito, manchete, primeira página, ou o que fica relegado ao miolo do impresso, entre outros.). Também nos atentamos ao uso e as escolhas de algumas palavras nesses escritos, pois essas traziam ideias e críticas. Pensamos nas várias vozes dos jornalistas, que, muitas vezes, destoavam ou afinavam entre si, refletimos sobre o que agregava esses indivíduos e o que os tornava parte de projetos coletivos em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir em forma de letras. Dessa maneira:

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só, já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas [...] os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir. (LUCA, 2010, p.140)

Ao analisarmos fontes impressas, devemos atentar não apenas para a escrita do produto, mas também para a sua materialidade, os suportes do periódico e suas demais características. Desde seu formato de impressão, sua periodicidade, o papel, a tinta, o tamanho das letras e das páginas, as manchetes, a presença/ausência e os usos de imagens, a quantidade de páginas, a separação das folhas, a sua capa, o seu corpo documental, a sua estruturação e a divisão de conteúdo, as suas funções e articulações com a sociedade, a sua periodicidade, o tempo e o espaço em que se insere o jornal, sua relação com o mercado, os anúncios e a publicidade (e quem são os anunciadores), o seu meio de sobrevivência financeira, o seu público alvo e os seus objetivos, considerando as suas opções de estética e funções. Buscamos também pensar no jornal como material gráfico,

com um complexo projeto social e político, e com nuances que se articulam em seus conteúdos, nas suas páginas, que são frutos da materialidade do projeto gráfico. Cada periódico é um resultado peculiar, produzido no interior de suas contradições e na particularidade histórica de sua conjuntura, portanto, devemos pensar como o impresso organizava, em suas páginas, seus escritos, suas imagens e a publicidade, entre outros componentes.

Devemos levar em consideração o processo produtivo e os porquês das escolhas entre as diversas condições e as técnicas de produção, levando em conta as funções sociais do impresso e a temporalidade de sua produção. Também, faz-se essencial, na pesquisa, localizar as publicações dentro da história da imprensa (LUCA, 2010).

Cruz e Peixoto (2007), também, nos dá valiosas dicas metodológicas para compreender a imprensa, perante suas historicidades e conjunturas, como força ativa da história que atua na constituição dos nossos modos de vida, perspectivas e consciência. Portanto:

Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p.258)

Deve-se levar em consideração que a imprensa não apenas assimila interesses e projetos, mas é espaço privilegiado de articulação desses, atuando na produção de hegemonia, declamando compreensões de mundo e temporalidades, propondo diagnósticos e afirmando memórias. Os impressos são em si produtos de experimentação e de criação social e histórica, sendo artefatos da modernidade em configurações como materialidade que carregam em suas composições os limites técnicos e as possibilidades de impressão, linguagem e gêneros. Assim os jornais atuam:

- No fomento à adesão ou ao dissenso, mobilizando para a ação;
- Na articulação, divulgação e disseminação de projetos, idéias, valores, comportamentos, etc.;
- Na produção de referências homogêneas e cristalizadas para a memória social;
- Pela repetição e naturalização do inusitado no cotidiano, produzindo o esquecimento;
- No alinhamento da experiência vivida globalmente num mesmo tempo histórico na sua atividade de produção de informação de atualidade;
- Na formação de nossa visão imediata de realidade e de mundo;
- Na formação do consumidor, funcionando como vitrine do mundo das mercadorias e produção das marcas. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 259)

Portanto é necessário: indagar sobre a configuração de seu projeto editorial, desvendando sua historicidade e intencionalidade, quem são seus aliados ou amigos, e que grupos ou forças sociais são identificados como inimigos, adversários ou forças de oposição; Fazer a identificação do periódico: o título, subtítulo e ano de circulação, essas podem dar pistas sobre pretensões e representatividade, indicando também sua abrangência; Atentar para a composição do projeto gráfico/editorial daquela publicação, em que se volta para a organização e distribuição dos conteúdos, junto aos modos de articulação e expressão; Olhar para as dimensões de publicação e produção, identificando o grupo produtor, redatores e colaborador, bem como o público leitor que se destinava, além das condições técnicas e formas de circulação e distribuição (tiragem, preço, distribuição, sustento e lucro); Compreender os editoriais, conduzindo indagações sobre suas posições e articulações sociais e políticas, identificação com campanhas gerais e políticas defendidas e criticadas, visando compreender o processo de intervenção da publicação na conjuntura.

Ainda, para além dos jornais, servimo-nos de análises com outras fontes complementares na pesquisa, pois recolhemos uma série de documentos referentes à *Folha*, aos jornalistas e eventos que analisamos. Desse modo, metodologicamente, fizemos não somente o exercício de questionamento desses outros documentos, mas também do cruzamento com as fontes hemerográficas em busca de diferentes informações e de paradoxos. Concordamos com Barcellar (2010), quando afirma que é dever do historiador “cruzar as fontes, cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências e produzir um trabalho de História” (BARCELLAR, 2010, p.72).

Le Goff (2013) afirma que o que sobrevive do passado, como fonte histórica, não é o que existiu, e sim o que a sociedade e os historiadores elegeram, pois, se o documento é a escolha do historiador, o monumento é a herança do passado. Desse modo, para o historiador francês, tudo aquilo que possibilita fazer reflexões e interpretações sobre o passado, sendo material ou não, pode ser considerado como fonte de pesquisa para a construção do conhecimento histórico.

Para Ricoeur (2012), o arquivo imbrica em configurações de espaço, tempo e testemunho, pois, se os testemunhos constituem o oral, o arquivo é o lugar físico de produção de escritos, mas também um depósito dos silêncios. Os arquivos recortam, selecionam e coletam, em um processo que separa a memória do esquecimento, mas

também preservam, ordenam e classificam o documento conforme regras socialmente estabelecidas, passando por processos de ressignificação.

Como fontes para esta pesquisa, fizemos o uso de jornais produzidos entre os anos de 1949 e 1965. Em relação à *Folha de Ituiutaba*, o nosso principal documento analisado, há três arquivos públicos que tutelam um acervo do periódico tijucano, todos incompletos, com ausência de algumas edições nas coleções, com volumes esparsos.

Um deles é o Centro de Pesquisa Documentação e Memória do Pontal (CEPDOMP), pertencente à Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (FACIP/UFU), que resguarda um acervo do jornal digitalizado por meio de fotocópia, equivalente aos anos de 1949 até 1964. Apesar do competente e rigoroso método de resguardo, recuperação e conservação do centro de documentação da universidade mineira, muitos desses jornais encontram-se em péssimas condições, com rasuras, rasgos, fungos e falta de páginas, frutos de má preservação anterior. As coleções de jornais de Ituiutaba são organizadas em brochuras, compondo uma hemeroteca local, que iniciou seu processo de resguardo apenas nos finais da década de 1980 pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Ituiutaba. Até a metade dos anos 2000, esse arquivo estava abrigado na “Fundação Cultural de Ituiutaba”. Em 2009 iniciou-se, dentro de um projeto de extensão, um trabalho de inventário, digitalização, catalogação e organização de documentação para compor um acervo regional no CEPDOMP pela UFU. Essa hemeroteca local foi um dos arquivos que passou por esses processos. Hoje o CEPDOMP resguarda esse acervo em formato digital, aberto para a pesquisa em formato JPEG (*Joint Photographic Experts Group*).

Outro acervo da *Folha* encontra-se *online*, e disponível para *download*, no *site* da *Fundação Biblioteca Nacional*, fazendo parte das coleções da *Hemeroteca Digital Brasileira*¹⁷. Nessa galeria encontram-se edições do impresso tijucano, que vão do ano de 1951 até 1964, todas digitalizadas, sendo essas reproduções de imagem pelo que é conhecida como *xerox* - em reprografia a seco por meio do xerógrafo. Apesar do bom estado das edições em termos físicos, nessa coleção, alguns dos exemplares de produção da década de 1950 encontram-se extremamente escurecidos, dificultando a leitura e análise em alguns momentos. Também, nesses jornais, há, no canto superior direito, um

¹⁷ Acervo de 1951 até 1960 disponíveis em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=829846&pasta=ano%20195&pesq=>>

Acervo de 1961 até 1964 disponíveis em

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=829838&pasta=ano%20196&pesq=>> Acessos em:
17 de out. 2019.

carimbo de outro centro de documentação, o *Arquivo Público Mineiro (APM)*. Esses jornais encontram-se no formato digital de PDF (*Portable Document Format*).

Por fim, o terceiro acervo em que encontramos uma coleção de edições da *Folha de Ituiutaba*, está resguardado no, já citado acima, *Arquivo Público Mineiro (APM)*, integrando o *Memorial da Imprensa*¹⁸, e a coleção *Hemeroteca Digital do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*, aberta para a pesquisa *online*. Ali as edições encontram-se digitalizadas, também, por meio de cópia do xerógrafo, estando em ótimas condições de conservação, facilitando a pesquisa em termos de visualização, entretanto, a coleção abarca apenas os anos entre 1961 até 1964. O sítio *online* do APM descreve o “Projeto Hemeroteca Digital do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba” que ocorreu entre 2013 e 2016:

O Projeto Hemeroteca Digital do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba teve início em 2013 e foi finalizado em janeiro de 2016. Com os objetivos de preservar e garantir o acesso aos periódicos produzidos na cidade de Uberaba e região, o projeto digitalizou e disponibiliza online e de forma gratuita jornais produzidos entre 1875 e 1990, totalizando mais de 50.000 edições de 85 jornais, o equivalente a mais de 250.000 imagens. O projeto é resultado do empenho e esforço da Secretaria de Estado de Cultura, por meio do Arquivo Público Mineiro e da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Arquivo Público de Uberaba, com financiamento da FAPEMIG. (APM, 06/04/2016)¹⁹

A custódia legal dos originais dessa coleção está sob a tutela da *Hemeroteca Histórica* da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa, a principal biblioteca pública da cidade de Belo Horizonte, também conhecida como Biblioteca Pública de Minas Gerais.

O trabalho que fizemos para compor nossa coleção para a pesquisa foi juntar esses três acervos contidos nesses diferentes centros de resguardo de arquivos, unindo as edições das diferentes coleções, complementando-as em um único acervo e constituindo uma quantidade suficiente de edições para a análise nesta pesquisa²⁰. Vale apontar também que a coleção do Jornal pertencente ao dono da *Folha*, como ele relatou em entrevista (SILVA, 1995), foi confiscada pelos militares em 1964.

¹⁸ Disponível em:
[<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/memorial_impressa/search.php?query=&ttl=FOLHA+D+E+ITUIUTABA&localidade=&dta_ini=01%2F01%2F1942&dta_fim=05%2F04%2F1964&asc_desc=10&ordenar=10&action=results>](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/memorial_impressa/search.php?query=&ttl=FOLHA+D+E+ITUIUTABA&localidade=&dta_ini=01%2F01%2F1942&dta_fim=05%2F04%2F1964&asc_desc=10&ordenar=10&action=results) _ Acesso em 17 de out. 2019.

¹⁹ Disponível <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/news/article.php?storyid=27> Acesso em 17 de out. 2019.

²⁰ Devido ao estado de conservação desses documentos, alguns momentos a leitura de partes ou trecho do jornal ficou prejudicada. Ao fazermos a citação direta desses documentos, as partes que têm rasuras, escurecimento, ou outro motivo que dificulta a leitura, colocamos entre parênteses, em itálico, que está *[Inlegível]*.

Entretanto, por mais que seja satisfatória a quantidade de volumes que encontramos, quanto mais antigas as coleções anuais do Jornal, menor é a sua disponibilidade para pesquisa nos acervos. Por exemplo, no ano de 1949, conseguimos encontrar apenas 4 edições do Jornal, enquanto em 1955, temos 45, e em 1963, conseguimos reunir 77.



FIGURA 1 – Diferentes edições da Folha de Ituiutaba, cada uma pertencente a um dos acervos. Da direita para à esquerda: Documento da Hemeroteca Digital Brasileira, o segundo pertencente ao CEPDOMP e o último do acervo do APM.

FONTE: Folha de Ituiutaba, N.435, ano X, Ituiutaba (MG), 14 de jul. 1951.; Folha de Ituiutaba, N.895, ano XVII, Ituiutaba (MG), 05 de jul. 1958; Folha de Ituiutaba, N.1238, ano XXII, Ituiutaba (MG), 09 de fev. 1963.

Há também outros jornais que usamos de modo complementar nas análises desta pesquisa. Temos em mãos algumas edições de jornal *Correio do Triângulo*, que se referem a dois períodos distintos de existência do periódico, primeiramente, do ano de 1959, e uma segunda versão entre os anos 1964 até 1965. Usamos, aqui, também, algumas poucas edições do Jornal *Correio do Potal*, referentes aos anos de 1957 e 1958. Esses dois jornais também se encontram no CEPDOMP, em condições de resguardo e conservação semelhantes à *Folha*.

Junto das fontes hemerográficas, utilizamos da análise de outros documentos para completar nossa pesquisa, dentre esses, temos: os documentos da polícia política, produzidos pelo DOPS-MG, um relato pessoal de Geraldo Sétimo, datilografado durante os momentos do golpe em 1964, o processo jurídico de fechamento do jornal, que teve fim em 1966, e, também, 8 entrevistas produzidas para outras pesquisas que nos auxiliaram em entender esse processo histórico.

Esse trabalho apresenta-se dividido em cinco capítulos, e, dentro desses, em subcapítulos. No nosso primeiro, pensamos a relação do jornal com o Pontal do Triângulo Mineiro. Nossa intenção, nesse momento, foi de descrever o funcionamento da *Folha de Ituiutaba*, desde sua fundação até a formação redatorial e jornalística que seguiria até o fechamento, falando um pouco sobre seus responsáveis pela linha editorial, os colunistas e as colunas fixas do Jornal, e quem eram os sujeitos que escreviam, traçando um breve histórico de construção do grupo jornalístico, além do perfil do impresso, sua estrutura gráfica, e como se organizavam suas páginas, junto ao papel da publicidade, do formato do produto gráfico e visual da *Folha de Ituiutaba*. Partindo daí, pensamos como o impresso descrevia a região, pensando nele como um agente modificador da realidade e participante na construção desse espaço. Por fim deste capítulo, traremos uma análise sobre dois outros jornais concorrentes da *Folha*, que seguia o perfil de imprensa do interior do Pontal do Triângulo e suas relações na luta por hegemonia, inquirindo sobre quais eram seus alinhamentos políticos, traçando, também, um breve perfil delas.

No segundo capítulo, nós voltamos a pensar na relação do periódico com algumas gestões políticas da região, os movimentos sociais, grupos de classes e com outras autoridades, refletindo sobre as alianças e adversários das disputas locais. Assim os subcapítulos são divididos dentro dessas temáticas. Falamos sobre a relação que a *Folha de Ituiutaba* tinha com os diretórios dos partidos locais, pensando suas filiações partidárias, seu apoio e suas críticas às ações das legendas em contexto regional, refletindo também no tratamento do Jornal, ao longo desses anos, com os poderes executivo e legislativo tijucano. No segundo momento, pensamos na relação construída nas páginas do periódico sobre deputados estaduais e federais da região que concorriam, foram eleitos e tiveram suas gestões nesses anos. Seguimos com reflexões sobre a proximidade e a distância da *Folha* com os movimentos sociais e suas reivindicações na região, bem como com outras associações de classe e organizações que buscavam representar diversos grupos da sociedade regional. E, por fim do capítulo, vemos sobre algumas denúncias que se encontram descritas nas folhas do impresso, em que apontavam violências, principalmente, físicas, por parte de autoridades policiais e militares locais, contra os trabalhadores na região, voltadas em críticas à segurança pública.

Quanto ao capítulo de número três, nós voltamos a pensar nas representações que a *Folha de Ituiutaba* trouxe sobre contextos e ideias em âmbito internacional e nacional, pensando que a acusação principal para perseguição e o fechamento do Jornal foram a acusação de “subversão” e “comunista”. Refletimos sobre as visões do Jornal em torno

da Guerra Fria e seus posicionamentos perante a polaridade ideológica e seus olhares sobre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), pensando em seus posicionamentos e suas críticas. No segundo subcapítulo, vemos como o impresso tijucano trazia o impacto da Revolução Cubana (1959), e seus desdobramentos, e a visão do Jornal perante o contexto no cenário político brasileiro e latino-americano. E, por fim, vemos a relação que a *Folha de Ituiutaba* tinha com o Partido Comunista do Brasil, e como os comunistas brasileiros eram descritos e representados nas suas páginas.

No quarto capítulo, vemos a relação do impresso com os Presidentes do Brasil, bem como as oposições, ao longo do período (1951-1964). No primeiro momento, pensando sobre os escritos frente a gestão de Getúlio Vargas (1951-1954), a crise que se desenrolou com o suicídio do líder trabalhista, e como o periódico via, e dizia, sobre os herdeiros do getulismo nos anos seguintes. Seguimos com a relação do periódico com Juscelino Kubitschek, mesmo quando ocupava outros cargos políticos antes de ser Presidente do Brasil, passando pela conturbada eleição e posse do político mineiro, bem como sua gestão presidencial. Seguimos refletindo sobre o papel de oposição que a *Folha* exerceu contra Jânio Quadros, eleito ao executivo nacional em 1950, seu apoio e crítica à gestão presidencial, junto à renúncia no ano seguinte, também, nesse momento, vimos como o impresso se portava com outras lideranças políticas nacionais, criticando os governadores mineiros Bias Forte e Magalhães Pinto, e, mais ostensivamente, o udenista, que era governador da Guanabara entre 1960-1964, Carlos Lacerda. Por fim vemos como o Jornal apoiava o governo de João Goulart, sendo a favor de sua posse em 1961, após a conturbada derrocada de Jânio Quadros, se posicionando contra a implantação do sistema parlamentarista que vigorou em 1962, e se apresentando em favor de suas políticas como as Reformas de Base, Plano Trienal, entre outros.

O último capítulo, em três divisões, se baseia em compreender a ideia principal que atravessou o periódico como política: o nacionalismo, - principal ideário político seguido e declarado pela linha editorial e pelos colunistas que escreviam no periódico tijucano. Para tanto, no primeiro momento, além de pensarmos o que era o nacionalismo brasileiro típico dos anos 1950/60, refletimos sobre como era o nacionalismo da *Folha de Ituiutaba*, e como os jornalistas se organizavam em frentes políticas, junto de suas militâncias nacionalistas. Na segunda parte do capítulo, nos debruçamos perante os que eram tidos como os inimigos do nacionalismo para o impresso tijucano, sendo esses, além dos países tidos como imperialistas e seus trustes, alguns políticos brasileiros e sujeitos

tidos como “entreguistas”, como também a grande imprensa. Em um terceiro momento, pensamos sobre alguns colaboradores nacionalistas que escreveram para o periódico, refletindo que, ao mesmo tempo que a ideia de nacionalismo era o que fazia a união de quem escrevia no Jornal, muitas vezes, em verdade, essas ideias não eram uniformes e tinham suas divergências.

1- Os “*interesses da região*”: Imprensa e o Pontal do Triângulo Mineiro

Com um estilo próprio, constituído ao longo de seu percurso, a *Folha* manifestava, em suas páginas, suas visões de mundo, agindo no seu espaço de circulação, e consolidando-se ao longo de seus 22 anos de existência, como principal meio de comunicação impresso da microrregião. Poderia não ser o mais avançado em termos técnicos, na região, durante esses anos (o jornal adversário *Correio do Triângulo* de 1959, apresentava uma estética mais moderna em sua apresentação, como veremos), mas era o que tinha maior adesão e reconhecimento do público leitor regional.

Em meio às mudanças construídas ao longo do trajeto do impresso tijucano, a sua função como um produto político e social transparece pela forma como agregava pessoas e grupos em um contexto dentro da sociedade tijucana. Woitowicz (2015), ao estudar o jornal curitibano *Diário da Tarde*, de circulação estadual, no período entre 1912 e 1916, afirma que a imprensa periódica, ao construir o espaço urbano e participar das diversas disputas sociais, pode nos levar a refletir sobre ela como experiência cultural, espaço de ideias e ações cotidianas da sociedade brasileira, sendo uma mediadora e impulsionadora de mudanças. Portanto, o jornal torna-se um lugar privilegiado para compreender o modo de viver e conviver em sociedade. Sendo assim, o jornalismo consiste em uma prática social engajada em um momento histórico de formação e informação sobre a esfera pública.

Analizar o modo como um jornal organiza e estrutura seus assuntos e suas formas de falar, dentro de um contexto de sociedade específico, pode ser significativo para o entendimento, tanto da cultura cotidiana quanto das ações e organizações políticas desse espaço.

1. 1 – “Propriedade de Domingues e Cia., Ltda”: Um breve histórico da *Folha de Ituiutaba*, seus redatores e seus colaboradores.

A *Folha de Ituiutaba* foi produzida e circulou por mais de duas décadas, e, como era uma empresa, seu quadro de trabalhadores modificou-se muito ao longo desses anos. A *Folha* não foi fundada por Ercílio Domingues ou por Geraldo Sétimo. Na realidade a parte da redação da *Folha de Ituiutaba* era bem distinta da que estaria à frente do Jornal em seu empastelamento em 1964. O periódico e a gráfica, onde era produzido, foram fundados em 4 de julho de 1942, quando se iniciou também sua circulação, quase uma década antes de Geraldo Sétimo Moreira iniciar seus trabalhos como redator. Os responsáveis pela fundação do impresso foram outros dois jornalistas da cidade, o escrivão de polícia Ítalo Terêncio José Bermasse Gentil e o escrivão da coletoria estadual

Aloisio Silva Novais. Ítalo Gentil acompanhou a *Folha* em todo seu percurso, pois, após vender o Jornal, continuou escrevendo crônicas sobre os costumes e a cidade, com o pseudônimo de *Anastácio*. Ercílio Domingues da Silva escrevia para o Jornal desde a sua fundação, como afirma em entrevista (SILVA, 1995), apenas como colaborador ou jornalista contratado no início.

No final da década de 1940, as instalações da gráfica e papelaria onde era produzida a *Folha de Ituiutaba* (e que tinha o mesmo nome do Jornal), se localizavam no bairro central da cidade de Ituiutaba, na Rua 20, no número 979. Já, em 1957, em expansão empresarial, a *Folha* muda seu endereço, agora com numeração 1086, ainda na mesma rua e no mesmo bairro do município.

No ano de 1946, o Jornal, junto à gráfica/tipografia, foi adquirido em sociedade por Ercílio Domingues da Silva e por Guilherme Borges Laroche, sendo que esse último ficou como associado do Jornal até o final da década. Quando saiu de cena, sua parte da empresa foi adquirida por Ercílio Domingues, que se tornou dono unitário da gráfica e do Jornal. No expediente do periódico, em 1949, vinha com inscrição de “Propriedade de Domingues e Cia., Ltda”.

Ercílio Domingues seguiu como dono do jornal por 18 anos, até o fechamento em 1964. Durante esse período, o Jornal teve circulação na região quase que interruptamente. Em alguns momentos, nesse período, a *Folha* não circulou, onde a produção foi pausada devido à falta de papel²¹. O material de papel em que se imprimia, era importado, e, por isso, muitas vezes, podia estar em falta no mercado.

Ercílio Domingues da Silva, como narrou em entrevista²² (SILVA, 1995), nasceu em Capinópolis, que, até então, era distrito de Ituiutaba, e, no início da década de 1950,

²¹ Dentre esses momentos, entre outubro e novembro de 1961, o jornal ficou três semanas sem ser produzido, como aponta em edição (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/10/1961). Praticamente um ano depois, o Jornal novamente lança uma nota sobre a falta do papel, justificando não ter circulado nos últimos 10 dias. (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/11/1962). Há vácuo nas publicações entre 06/04/1963 e 24/04/1963, e novamente entre 27/04/63 e 11/05/63, e, também, entre 25/05/1963 até 19/06/1963, essas sem justificar o motivo. Por fim, o último período, e o maior dentre eles, em que o Jornal não foi produzido, se deu no mês de janeiro de 1964, quando, na primeira edição de fevereiro, o Jornal traz a justificativa sobre a falta do material para se imprimir (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/02/1964). Como se vê, a falta do papel aparece como problema várias vezes durante os anos 1960, sendo que a inflação que assolava o Brasil nesses anos teve impacto direto na chegada do produto na região.

²² Boa parte dos dados biográficos que usamos na construção desse subcapítulo foram pensadas a partir informações das fontes orais. Como afirma Alberti (2010), o fazer das fontes orais constitui-se na produção de entrevistas com sujeitos que participaram, testemunharam e experienciaram conjunturas do passado. Tais entrevistas se apoiam nos contextos dos projetos de pesquisa e do objeto em que se almeja pesquisar. Assim, o sujeito, ao contar sua experiência, transforma o que viveu em uma narrativa, selecionando e organizando os acontecimentos em determinados sentidos. A autora diferencia três momentos da pesquisa pela fonte oral: 1) preparação da entrevista; 2) a realização; 3) tratamento. Os entrevistados são tomados como unidades qualitativas. Faz-se importante atentar para os relatos, as interpretações e os pontos de vistas

se emanciparia. Antes disso, Ercílio se mudou para Ituiutaba no ano de 1934, para estudar o curso normal. Iniciou sua vida profissional como cobrador do *Ituiutaba Clube*, onde passou, posteriormente, para o cargo de tesoureiro. O *Ituiutaba Clube* é um tradicional clube esportivo e de lazer de Ituiutaba, e, durante esse período, ocupar sua diretoria era um privilégio e sinal de ascensão social, em vista que o Clube era frequentado pelas elites da cidade. Hoje o clube, apesar de ainda existir, não contempla mais o *status* que lhe era atribuído durante parte do século XX.

Após sua carreira, no clube tijucano, Ercílio Domingues passou a lecionar em um colégio particular local chamado *Instituto Marden*, onde foi docente por três anos e meio. Após esse período, iniciou sua vida como jornalista, e, logo em seguida, adquiriu a *Folha de Ituiutaba*, em 1946, em conjunto com Guilherme Laroche, professor que também lecionava no mesmo colégio, e que ficaria à frente do Jornal até 1949.

É importante também afirmarmos que, na sede da *Folha de Ituiutaba* funcionava a redação e onde era impresso o Jornal e também ofereciam os serviços de gráfica para outras empresas, além de funcionar como papelaria e livraria. A papelaria *Folha de Ituiutaba* oferecia diversos serviços e produtos, como materiais para escritório, venda de papéis, livros, cadernos, lápis, canetas, artigos escolares, carimbaria, até venda de sementes de hortaliças, entre outros. Em 1962, a papelaria passa por reformas e ampliação na sua estrutura física, mudando seu nome para *Papelaria Modélo* (FOLHA DE ITUIUTABA, 15/12/1964).

Ao longo da década de 1940, passou pela *Folha* vários redatores, sendo que, até 1951, junto com Ercílio, pelo menos outros dois redatores-chefes assinaram as páginas da *Folha de Ituiutaba*, entre eles, Otáclio Nascimento, até o ano de 1949, e A. Pajuaba, em 1951. Ainda, em 1949, há edições que assinavam o expediente apenas o nome de Ercílio Domingues, sem nenhum redator ou redator-chefe, creditando ao dono do impresso como único responsável pelo Jornal.

No início dos anos de 1950, Ercílio Domingues procurava um novo redator-chefe para trabalhar no seu Jornal, contratando o recenseador do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) recém-chegado na cidade, Geraldo Sétimo Moreira, que ficou à

e seus significados, e comparar com outros documentos, para buscar compreender as diferenciações dos “fatos” e da narrativa, e pensar, desse modo, suas representações e os deslocamentos temporais.

frente da *Folha de Ituiutaba*, com exceções de três meses no ano de 1957²³, até os últimos dias de circulação do periódico.

Geraldo Moreira, que adotou o “Sétimo” devido a sua linhagem de nascimento entre seus irmãos, nasceu em 1921, na cidade de Santa Bárbara (MG), ainda, na infância, sua família mudou-se para Sabará (MG), onde foi criado, passando a infância e a juventude até a vida adulta. Nos anos de 1940, Geraldo começou sua carreira no IBGE como recenseador. Ainda, em Sabará, Sétimo trabalhou como educador e lecionava a disciplina de Geografia em escolas²⁴, além de que ocupou por anos o cargo de Presidente da Liga de Futebol de Sabará, cidade onde Geraldo Sétimo também já trabalhava como jornalista (FERREIRA, 2017b).

No início dos anos de 1950, Geraldo Sétimo foi remanejado de Sabará (MG), por meio do cargo do IBGE, para Ituiutaba. Logo que se mudou para a sua nova cidade, em 1951, recebeu o convite de Ercílio Domingues para compor a linha editorial da *Folha* como redator chefe, emprego no qual trabalhou pelos próximos 13 anos.

Entretanto, além desses principais jornalistas que assinavam o cabeçalho e o expediente do Jornal, havia outros nomes que escreviam e colaboraram nas páginas da *Folha de Ituiutaba*, ao longo de todos os anos. Por exemplo, em 1951, havia um escrito no interior do Jornal, em que apontava a “administração, redação e a oficina”, informando o local e abaixo creditando como “Diretor: Ercílio Domingues da Silva; Redator: G. S. Moreira.; Cronista Esportivo: Antônio Gentil; Chefe de publicidade: Geraldo de Souza” (FOLHA DE ITUIUTABA, 08/18/1951). Importante notarmos que as funções dentro da empresa jornalística eram divididas em especificidades, demonstrando o grau profissional de organização.

Em fevereiro de 1957, a assinatura da direção do Jornal passava a ser de Eurípedes Alves de Freitas. Ercílio, então, começava a assinar como redator-chefe (FOLHA DE ITUITUABA, 23/02/1957). Na edição, em 23 de fevereiro de 1957, o Jornal trazia que passou a integrar o grupo jornalístico o advogado Lincon Ávila Borges, Natural do

²³ A edição de 20 de junho de 1957 anunciou que Geraldo Sétimo havia sido transferido pelo IBGE para o município de São Gonçalo do Pará, que se localiza na região centro-oeste de Minas Gerais, partindo em 6 de julho de 1957, afirmando que Sétimo deixava a redação do jornal com a mudança (FOLHA DE ITUIUTABA, 20/06/1957). Três meses depois, Geraldo Sétimo voltou a morar na cidade, retornando à redação do periódico. No dia 24 de julho, o Delegado Regional da polícia envia um ofício “urgente” para o delegado de Belo Horizonte, informando sobre essa remoção de Sétimo, descrevendo-o como alguém que “professa abertamente ideologias extremistas”. O ofício se referia a um alerta para manter a vigilância de Sétimo na outra cidade (APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 068, Pasta 4684-im. 6).

²⁴ Tanto Ercílio Domingues quanto Guilherme Laroche e Geraldo Sétimo, antes de exercerem a profissão de jornalistas, foram professores em colégios, isso nos leva a refletir sobre a proximidade que os jornalistas tinham com o ensino na época.

município de São João d'el Rey, que há pouco passou a residir em Ituiutaba. Nesse momento o Jornal apontava que contava com 4 elementos em sua redação, sendo eles: Sétimo, Domingues, Eurípedes Freitas e o novo contratado. Em julho de 1957, Geraldo Sétimo, devido ao seu cargo de recensear do IBGE, foi transferido para a cidade de São Gonçalo do Pará, passando, então, a assinar oficialmente o expediente do Jornal como redator Lincon Ávila Borges (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/07/1957).

Geraldo Sétimo retornava a seu papel no jornal três meses após, assinando agora como Redator-chefe. Nesse mesmo período, o nome de Eurípedes Freitas saía da redação do Jornal e Lincoln Ávila Borges continuava como o redator (FOLHA DE ITUIUTABA, 05/10/1957). O expediente do Jornal ficaria desse modo até o início de 1960, sendo assinado pelos nomes de Borges, Sétimo e Domingues (FOLHA DE ITUIUTABA, 30/04/1960).

Em maio de 1960, assumiu a redação o farmacêutico e proprietário de uma farmácia na cidade, o tijucano Manoel Agostinho²⁵, que já tinha uma grande participação na produção do impresso, pois escrevia variadas notas como colaborador, desde o início dos anos 50, e tinha uma coluna fixa de crônicas no Jornal, chamada “Retalhos do dia”, e, depois da metade da década, passou a ser intitulada como “Tudo em poucas linhas”, e, também anunciava os serviços de sua farmácia nas páginas do impresso.

Apesar de esses serem os nomes que assinaram o cabeçalho do Jornal ao longo dos anos 50 e 60, o periódico teve diversos colaboradores que escreviam constantemente no periódico.

Ao longo de todo o percurso que analisamos, encontram-se os escritos do cronista *Anastácio*, esse era o pseudônimo de Ítalo Terêncio José Gentil²⁶, ex-dono e fundador da *Folha de Ituiutaba*, que ocupava o cargo de escrivão de polícia da cidade, tendo sido delegado na cidade de Capinópolis, como nos atesta o Jornal (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/01/1961). As *Crônicas da Cidade* se dedicavam a diversos assuntos, muitos deles recorrentes à vida tijucana e sobre o cotidiano da população, voltado para os clubes

²⁵ Manoel Agostinho era dono da Farmácia Popular, que, segundo anúncio na própria *Folha de Ituiutaba*, localizava-se na cidade de Ituiutaba, na Rua 20, Nº 1038, na propaganda dizia “O maior estoque pelos menores preços; Manipulação escrupulosa; Solicitude absoluta; Atende dia e noite” (FOLHA DE ITUIUTABA, 28/07/1951).

²⁶ Ítalo Gentil participou, por longos anos, da escrita do Jornal, seja como dono, na redação, ou como cronista. Mudou para Capinópolis em 1957, para exercer o papel de delegado de polícia do município, ficou afastado da profissão jornalística e de seu papel de cronista nesse momento. Ele retoma para Ituiutaba dois anos depois, como escrivão da polícia, como aponta o jornal (FOLHA DE ITUIUTABA, 12/08/1959), e, após esse período, volta a ser colunista do Jornal, elogiando o impresso de “Paladino vitorioso e sereno dos interesses da região” (FOLHA DE ITUIUTABA, 09/07/1960).

recreativos²⁷ e encontros festivos das elites locais. Em certos momentos, as crônicas dele desaparecem por meses, em outros momentos, aparecem quase que semanalmente nas edições.

Havia a coluna *Crônica Relâmpago*, de Alaôr Ribeiro - publicada em uma constância parecida com as crônicas de *Anastácio*, essa coluna trazia notas sobre eventos na cidade e sobre os clubes sociais tijucanos, geralmente, em dois pequenos parágrafos. Também havia a *Crônica da semana*, de Gutenberg Rôlo, que iniciou suas publicações em agosto de 1956, saindo de cena no ano seguinte, exercendo um papel parecido com o das outras duas descritas.

Ainda se encontra nas edições, da década de 1960, esporadicamente, e sem periodicidade fixa, a sessão de *Trapos e retalhos*, sem autoria descrita, e com diversos parágrafos, cada um discutindo temas variados, alguns de interesse local ou sobre questões nacionais, em alguns desses, havia críticas políticas diretas e endereçadas.

Em 1958, Luiz Junqueira Vilela começa a assinar uma nova sessão de crônicas, que duraria o ano todo. Não foi dado nome à coluna. No ano seguinte, encontramos a coluna *Pra hoje é isto*, escrita por Rosendo Resende, também seguia a mesma linha de descrever sobre os eventos e festas na cidade, com a participação de pessoas das elites econômicas.

Dentre as colunas, também havia, nas páginas da *Folha*, assinado por Niodons, uma ala chamada *Fofocadas*, composta de escritas cômicas e piadas. Essa coluna seguiu até o final da vida da *Folha*, apesar de, em alguns momentos, não ter constância.

Durante a década de 1950, no jornal, havia uma coluna intitulada como “Sociais”, posteriormente, na década de 1960, a coluna modificou seu nome, passando a chamar-se “Fôlha Social”, entretanto, seu modelo organizacional e sua função permaneceram a mesma. Nela, que, geralmente, era dividida em partes, iniciava com um ou dois poemas, escritos em trovas ou versos rimados e livres, de autores variados, com diversos temas. A segunda parte da coluna era voltada para parabenizações por aniversários, nascimentos, seguindo de casamentos e noivados, além de notas de falecimentos de pessoas da região. Também, nessa ala, havia narrativas sobre visitantes “Ilustres” recebidos na redação do Jornal ou visitantes na cidade. Algumas edições excluíam a parte dos versos, deixando os comprimentos. Para além dessa coluna, o periódico contava com diversos escritos livres

²⁷ Dentre os clubes sociais tijucanos, vemos, nas páginas do periódico que Ituiutaba abrigava, além do Ituiutaba Clube, o Jóquei Club, o Rotary Club e o Palmeira Clube. Nesse último, notícias aparecem com menos constância.

ao logo de suas páginas, distribuídos de maneira não uniforme, que davam os comprimentos e parabenizações aos sujeitos por esses mesmos motivos.

Muitas dessas colunas, que encontramos nas páginas da *Folha de Ituiutaba*, se baseavam em dar visibilidade nas vidas íntimas de pessoas nas sociedades, membros de elites. Essas práticas jornalísticas, de separar seções dentro dos impressos conhecidos, muitas vezes, como “colunas sociais”, são voltadas em notas sobre pessoas e eventos da alta sociedade: celebridade, pessoas de alta aquisição financeira, autoridades política, figuras excêntricas, entre outros. Comumente atribui-se a esses tipos de escrita um padrão não crítico de comunicação, retirando o teor político dos seus escritos. Entretanto, na realidade, esse tipo de coluna reafirma uma representatividade sobre os grupos de elite, garantindo ou desmontando suas ações.

No Jornal havia notícias sobre outras cidades da região para além das do Pontal do Triângulo, assinadas por correspondentes. Com o título de *A Fôlha na Região*²⁸, seguia com as notícias de outros municípios, principalmente, de Uberlândia, assinada por Geraldo de Souza. Essa ala trazia desde reportagens sobre política, tragédias e outros acontecimentos que ocorriam nos municípios vizinhos com grande influência política e econômica em relação à microrregião do Pontal do Triângulo Mineiro.

Constavam, nas páginas da *Folha*, diversos escritos sobre técnica e a produção agrícola na região e no meio rural, em vista que a principal economia da cidade era a produção de arroz. Encontrava-se entre essas a *Coluna Agrícola*, escrita, primeiramente, por J. M. Ferrer (também conhecido como Pepo), outras vezes, essa coluna aparecia nas edições sem nenhuma assinatura. A coluna se dedicava a temas práticos sobre agronomia, a produção de arroz e outros produtos rurais. Havia outro colaborador que discutia os mesmos temas, assinado por Alberto Monteiro, que escreveu, esporadicamente, no Jornal, na primeira metade dos anos 60, entretanto, cruzando com questões políticas nacionalistas, como veremos no último capítulo deste trabalho.

O engenheiro agrônomo Hernani Santiago Tribuzi também escreve, em 1953, sobre essas mesmas temáticas, e, em 1957, surge a coluna *Agro-Pecuária*, voltada para a criação de gado, de José Ubirajara Monteiro de Barros, coluna que não durou mais que um ano.

²⁸ A *Folha de Ituiutaba*, algumas vezes, quando iria se referir a ela mesma, usava acento circunflexo diferencial na palavra “Fôlha”, respeitando o Formulário Ortográfico de 1943. Entretanto, o uso do acento foi abolido, dentre outras mudanças, pelo Acordo Ortográfico aprovado pelo decreto-lei de 5 de dezembro de 1945 (Decreto-Lei nº 8.286, de 5 de dezembro de 1945). O Jornal, esporadicamente, mantinha o uso do acento ainda em palavras como “êle”, “Sôbre”, entre outras.

Na década de 1960, vale apontarmos também os escritos do alfaiate e sindicalista Ivanildo Francisco dos Santos, que escrevia a sessão sindical inaugurada em 18 de agosto de 1962, o objetivo da coluna era:

(...) prestar esclarecimento aos trabalhadores sindicalizados desta cidade, bem assim propugnar por uma vida sindical mais ativa, capaz de elevar sempre o nível associativo dos empregados no comércio, dos condutores de veículos rodoviários e dos oficiais de alfaiate e costureiras (FOLHA DE ITUIUTABA, 18/08/1962).

Ivanildo Francisco também escreveu entre os anos de 1963 e 1964, no *Legislativo em Ação*, seção em que comentava os lances do poder da Câmara municipal de Ituiutaba e discutia o seguimento das leis, aprovações e negações que ocorriam no poder legislativo da cidade. A seção sobre os encontros da Câmara do município já se apresentava nas páginas da *Folha* desde o final dos anos de 1950, de maneira esporádica e sem autoria.

Também, anos antes, em 1958, iniciava-se a *Coluna do Trabalhador*, essa sem assinatura alguma de autor, e que duraria até o final da década. Com um caráter bem próximo da coluna escrita da Ivanildo dos Santos, com teor informativo sobre leis e direitos para trabalhadores.

Em 1958, durante a época eleitoral para o legislativo e o executivo municipal de Ituiutaba, surgia, no Jornal, a coluna “Outra lição das eleições”, escrita por Paranhos Siqueira (FOLHA DE ITUIUTABA, 1958), que, ao longo do período, trazia notas sobre as leis eleitorais, direitos dos votantes e do sufrágio universal.

Destacamos também os escritos dos advogados Humberto Teodoro Junior e Tomaz de Aquino Petraglia, que escreveram alguns artigos durante os anos 1960 para as edições do Jornal. Ambos escreviam notas sobre política, todas de cunho nacionalista. Os escritos dos dois são de extrema importância para os eventos que fecharam a *Folha*, e para sua trajetória política, pois, no processo do DOPS sobre o jornal, ambos são constantemente apontados por seus escritos “subversivos” e “influentes”, destacando sempre o nível de “cultura”, por terem formação superior²⁹. Outro colunista que se

²⁹ Os arquivos DOPS dizem respeito a investigações, processos e fichas criminais. O processo de digitalização dos arquivos do DOPS de Minas Gerais foi feito por um convênio entre o Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o APM, onde, além da organização e digitalização, o acervo documental foi incluído na base de dados do projeto *Memórias Reveladas*, executados entre os anos de 2002 até 2011. Esses arquivos se encontram todos abertos para a pesquisa online no sítio do APM, que detém a custódia de tal documentação. É possível a pesquisa com exceção de “1%”, que estão bloqueados para a consulta pública, determinados como “informações sigilosas”. Porém, nesse momento, os documentos online do DOPS-MG na plataforma do APM não se encontram disponíveis por problemas de hospedagem online no site, impossibilitando, por enquanto, de se fazer a pesquisa por meios digitais. Entretanto, mediante ao preenchimento de termo de responsabilidade, a secretaria do APM disponibilizou as fichas via e-mail, em formato PDF.

enveredava em falar de nacionalismo nos anos 1960 é o já citado Alberto Monteiro, e, em 1954, surgem alguns poucos artigos de J. L. Martins, também de teor nacionalista.

Vale também apontarmos para o, já citado, farmacêutico, Manoel Agostinho, que viria a ser um dos redatores reesposáveis pelo Jornal na década de 1960. Nos anos de 1950, Agostinho teve colunas de crônicas no Jornal, primeiramente, *Retalhos do dia*, que, posteriormente, mudou seu título para *Tudo em poucas linhas*, no final de 1955. Nessas crônicas, Agostinho discutia variadas temáticas, desde questões religiosas, de cunho sempre cristão, até questões políticas, essas de orientação nacionalista.

Na década de 1950, Geraldo Barreto, traz colaborações fixas sobre literatura, e Laredo assina em colunas em que escreve críticas em formas de poemas. Assinado por Márcio, uma coluna intitulada *Questões de Linguagem*, dava respostas e consultas sobre gramática, ortografia e outras correções de língua portuguesa (FOLHA DE ITUIUTABA, 1950-1959).

O médico Eraldo Velloso traz notas *sobre doenças*, e, nessa linha, havia também a Coluna *Puericultura* do também médico Petrônio Chaves em 1952. Também, nesse ano, aparece a coluna do médico que se denomina como Dr. H. J. Brochado, ambas sem título, que discutem sobre questões de medicina, entrecruzando com temas religiosos, em torno do espiritismo kardecista.

Há outras colunas religiosas ao longo do percurso do Jornal. Dentre essas a *Coluna Espírita*, que se iniciou no final de 1957, assinada pelas abreviaias de U.M.E.I. (FOLHA DE ITUIUTABA, 1957). Também, nesse ano, seguindo até o ano seguinte, havia nas páginas, esporadicamente, a *Coluna Católica*, assinada também apenas por iniciais do nome, de P. J. M., e, posteriormente, A. C.

Durante toda a trajetória do jornal, também se encontra notas sobre ações da loja maçônica “Força e trabalho” da cidade, na maioria, demonstrando serviços de caridade feitos pelo grupo, além de eventos e festas organizados.

Havia também a coluna *Arte e Cinema*, sem assinatura de autor. Nela trazia artigos sobre filmes, que lançavam, ou que estavam em cartaz nos cinemas da cidade de Ituiutaba e outras da região, trazendo, no subtítulo do artigo, ainda, o estúdio que produziu o filme³⁰.

³⁰ A cidade contava, na época, com o Cine Ituiutaba e o Cine Capitólio. Em 02 de fevereiro de 1957, o Jornal anuncia a reabertura do Cine-Progresso, sendo um dos novos donos Otacílio Nascimento (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/02/1957), que fazia parte da redação da Folha nos fins dos anos de 1940.

Em 1961, inicia-se a seção “Conversando que se entende”, que contava com entrevistas curtas, com autoridades e “pessoas importantes” da região. Essas entrevistas eram produzidas pelo repórter J. Queiroz. Ao anunciar a nova seção no Jornal, é descrito que:

Com o presente número estamos lançando uma nova seção, denominada “CONVERSANDO QUE SE ENTENDE”, constante de entrevistas curtas, em que através das palavras de pessoas e autoridades diretamente ligadas a determinados assuntos, levaremos ao público a resposta mais autorizada sobre questões de interesse de toda a região.

“CONVERSANDO É QUE SE ENTENDE” está a cargo do repórter J. Queiroz, valor novo, recentemente arregimentado para a nossa equipe, em cuja inteligência depositamos fundadas esperanças de sucesso. (FOLHA DE ITUIUTABA, 18/01/1961)

Nele várias entrevistas foram executadas, com as “autoridades” selecionadas pelo Jornal, como uma conversa com o então vigário de Ituiutaba, o Padre João Aví, sobre a instalação da Paróquia em Capinópolis (FOLHA DE ITUIUTABA, 18/01/1961), em outra edição, uma entrevista com o médico José Libório Pires, sobre uma campanha para angariar fundos para o Hospital São José (FOLHA DE ITUIUTABA, 21/01/1961). Em outro momento, a entrevista foi feita com o Delegado de Polícia local, José Fonseca, focalizando a discussão sobre o trânsito local e repressão ao crime, “fiscalizando a presença dos marginais que aportam Ituiutaba” (FOLHA DE ITUIUTABA, 04/02/1961), ou ainda uma entrevista inaugural da gestão do novo prefeito de Ituiutaba, José Arcênio de Paula, sobre a legislação trabalhista, o salário-mínimo, entre outros (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/02/1963).

Há, nas páginas de quase todas as edições, notas sobre falecimentos de pessoas da região, avisando da missa de sétimo dia, ou de agradecimento dos familiares à população pelas condolências³¹. A maioria dessas notas se referiam a personalidades da vida pública local: políticos, latifundiários, donos de indústrias e comércio, trabalhadores liberais urbanos ou familiares desses, na maioria das vezes, eram pessoas ligadas às elites financeiras das cidades. Também havia notas de felicitações de aniversários, essas eram para pessoas “importantes”, ou que tinham alguma relação com os jornalistas.

Constante também, nas páginas do Jornal, era uma ala escrita pelos leitores, cartas e posicionamentos contra ou a favor de publicações, direito de resposta, e sobre algum assunto esporádico. Essa coluna chamava-se “*A pedidos*”.

³¹ Curiosamente, até o final dos anos 1950, quando vai se referir ou anunciar algum falecimento em suas páginas, o Jornal usa termos como “desaparece”.

Para mais do que as notícias regionais, a *Folha* também trazia escritos de temáticas internacionais, nacionais e estaduais em suas páginas. Como nos afirma Robert Darnton (1990), em suas reflexões sobre o jornalismo e notícias, os “repórteres de cidades com apenas um jornal precisam se manter apenas à frente da televisão e dos serviços telegráficos, que representam outros tipos de informação e não constituem uma verdadeira concorrência” (DARNTON, 1990, p. 85). Para a produção desses outros meios, eram utilizados: jornais de grande imprensa, rádio e telégrafo.

Seguindo ideia de Darnton (1990), podemos pensar como um ponto de partida para o nosso trabalho, pois muitas das notícias tinham como base e/ou eram adaptadas (quando não transpostas) de outros meios de comunicação, e, nesse processo, os jornalistas da *Folha* davam seus posicionamentos políticos frente às notícias. Mesmos as transpostas integralmente, se configuraram como notas em que o Jornal concordava ou se alinhava com o ponto de vista político do meio de comunicação que, originalmente, a publicou.

Um recurso marcante, que não era um fato excepcional nas notas da *Folha*, era o uso do telégrafo como meio de serviço especial de seus correspondentes. Expressava-se sempre ao início com “pelo telégrafo”, sendo que as notícias com essa base ocupavam considerável espaço do impresso.

O uso de rádios como fontes de notícias nos é demonstrado em partes do relato de Sétimo sobre os acontecimentos de 1964. Geraldo Sétimo narra que, para obter informações sobre os ocorridos no dia 31 de março desse ano, ficou prestando atenção a rádio para saber sobre as movimentações: “[...] as emissoras insistiam nas declarações costumeiras de tais ocasiões, de que imperava a ordem em todo o território nacional [...]” No dia seguinte, segue a narrativa sobre a rebelião militar comandada pelo General Olímpio Mourão Filho contra Jango, em que “[...] era o que diziam as emissoras oficiais, principalmente a Rádio Nacional [...]” seguindo de “[...] as rádios de S. Paulo e de Belo Horizonte, porém, anunciam a adesão do II Exército [...]. O escrito ainda trazia algumas notícias de rádios sulistas sobre o exílio de Jango no Uruguai e acerca do desaparecimento momentâneo do líder trabalhista Leonel Brizola (MOREIRA, 1964)³².

³² Esse registro pessoal foi fornecido pelos familiares. Segundo Barcellar (2010), a documentação de caráter privado é a que diz respeito ao acervo de sujeitos, familiares, grupos de interesse ou empresas. Apesar de, no Brasil, não haver uma prática corriqueira de criação ou preservação de documentos pessoais, muitos desses se fazem necessários nas pesquisas. Sendo que, na maioria das vezes, esses arquivos encontram-se nas mãos de familiares.

Assim, fazemos coro com a afirmação de Darnton (1990), que afirma que a notícia não é o que aconteceu de imediato ou no passado, e sim um relato de alguém sobre esse acontecimento, relato carregado de opinião cultural e política, partindo do lugar social ocupado por quem escreveu, e carregado de tensões históricas. Assim:

Converter os fatos em matérias e publicar matérias é uma questão do que pode caber em termos culturais – convenções narrativas e tradições jornalísticas que funcionam como uma maneira de dar uma forma ao amontoado confuso e ruidoso dos fatos do dia. (DARNTON, 1990, p. 15)

Internamente todo o Jornal possui sua própria dinâmica, e para compreendermos os periódicos, devemos ter uma noção de como eles funcionam e operam as suas produções dos fatos jornalísticos. Darnton (1990), ao fazer um estudo partindo de dentro do Jornal norte-americano *The New York Times*, mistura um estudo crítico e narra, ao mesmo tempo, sua experiência de trabalho com o jornal nova-iorquino. O historiador estadunidense afirma a importância de compreendermos o funcionamento dos jornais, por meio de sua cultura e do meio de produção, ou seja, como ele funciona no seu interior e nas suas práticas. Os jornalistas escrevem por si, mas há uma vasta carga de diversidades que influenciam direta e indiretamente em seu trabalho, desde os preparadores, os diversos editores, as fontes e objetos de seus artigos, os repórteres de outros jornais, amigos e parentes, além de grupos de interesses específicos e financiadores. Portanto, concordamos que “as matérias jornalísticas precisam caber em concepções culturais previas relacionadas à notícia” (DARNTON, 1990, p. 96).

Ao vermos as edições da *Folha*, as leituras nos levam a supor que, em relação às notícias locais, eram necessários trabalhos de campo, isto é, o jornalista que escrevia o “furo” tinha que sair atrás dos eventos e documentá-los, fazendo escritos e se posicionando. Como vemos, sobre as reuniões das câmaras municipais, em que ou os jornalistas estavam presentes e/ou liam as atas, ou sobre as ações do poder executivo, até mesmo em acidentes que aconteciam na cidade e no entorno, eventos os quais os jornalistas cobriam em suas notas. Também havia os escritos de correspondentes que informavam notícias de outros municípios vizinhos da microrregião.

A maioria das notícias regionais era sobre a cidade de Ituiutaba e outras próximas, algumas vezes, trazendo correspondentes dessas outras. Podemos também afirmar que, em relação às notícias internacionais, nacionais e estaduais, – que eram poucas, em vista das notícias locais e regionais, – os jornalistas tinham como referências outros jornais de grande imprensa (principalmente, o Jornal carioca *Última Hora*) e os canais de rádios,

fazendo sempre citação/transcrição, uma vez que a tevê ainda era uma novidade na região, tendo chegado à região no final dos anos 50, junto com a transmissão, e eram poucos os que tinham condições de adquirir³³.

O Jornal ainda contava com editoriais, geralmente, publicados nas primeiras páginas, que discutiam polêmicas, e o Jornal concedia seus posicionamentos, mais ou menos relevantes, mas que assumiam um papel importante dentro da opinião pública local.

1.2 – Um “*Orgão dedicado aos interesses da região*”: Um jornal de imprensa do interior

A escolha e a manutenção dos nomes dos impressos e seus subtítulos nos dão pistas da intenção de representatividade e autoridade, – em nome de quem ou de qual grupo que fala, - e podem indicar, também, as suas pretensões de abrangência (CRUZ; PEIXOTO, 2007). *A Folha de Ituiutaba* assumia, portanto, falar em nome dos tijucanos, apesar de representar não a totalidade desses, mas um grupo específico de elite regional. Quanto à pretensão de abrangência e de circulação da *Folha*, apesar de apontar no seu título apenas o nome de uma cidade, o impresso extrapolava o perímetro de Ituiutaba, sendo distribuído em todo Pontal do Triângulo e em outras cidades.

Além do nome, de fevereiro de 1956 até maio de 1960, carregava junto ao seu expediente o *slogan* “Orgão dedicado aos interesses da região”. Em alguns momentos, houve uma variação desse subtítulo do impresso, sendo que, no início dos anos de 1951 até 1955, encontra-se como “Bi-semanário dedicado aos interesses da região”. Em janeiro de 1956, o escrito é modificado para “Semanário dedicado aos interesses da região”. No mês seguinte, a mudança ocorre novamente para “Órgão dedicado aos interesses da região”, mantendo-se por alguns anos, até que o *slogan* é definitivamente abandonado do cabeçalho do Jornal, em maio de 1960. Independentemente do modo como se expressavam durante esses anos, se mantiveram os “interesses da região”, isto é, o subtítulo que o impresso produzido na cidade de Ituiutaba carregava, resume basicamente

³³ Efetivamente, a transmissão visual sonora e o aparelho televisor começaram a aparecer em Ituiutaba a partir de junho de 1963, quando, junto, iniciam-se anúncios da chegada do sinal de televisão no pontal do Triângulo Mineiro, acontecimento destacado com uma página toda a partir da edição do dia 10 desse mês, em que anunciavam quem eram os moradores que haviam adquirido o aparelho televisivo no município (FOLHA DE ITUIUTABA, 10/06/1963).

a intencionalidade que o Jornal pretendia durante toda a sua trajetória: informar, noticiar e dar seu parecer voltado para a região do Pontal do Triângulo Mineiro.

O Jornal publicava notícias referentes às cidades em que circulava, principalmente, as localizadas na microrregião do Pontal. Majoritariamente os informes eram sobre a cidade de Ituiutaba, entretanto, o impresso cobria, em suas páginas, registros sobre as demais cidades (ou distritos, dependendo do ano) do Pontal do Triângulo, como Santa Vitória, Cachoeira Dourada, Ipiaçu, Gurinhatã e Capinópolis. Mas, para além dessas, o periódico trazia em suas páginas, em menor número, notícias de outras cidades fora da região, mas ainda dentro do Triângulo Mineiro, como Monte Alegre de Minas, Campina Verde, Canápolis, Uberlândia, Uberaba, Araguari, Tupaciguara, Araxá, Frutal, Patos de Minas, Patrocínio, Araxá, entre outras. Essas notícias de localidades, para além do Pontal, inseridas no Triângulo Mineiro, geralmente, vinham em uma coluna chamada *Fôlha na região*, mas poderiam vir soltas nas páginas do impresso.

Podemos afirmar que a *Folha de Ituiutaba* era um Jornal que continha as características do que conhecemos como uma *imprensa do interior*. Como nos afirma Assis (2013), a imprensa do interior é uma temática pouco explorada no campo acadêmico da comunicação. Podemos pensar que também é de maneira parecida no conhecimento histórico, tanto na condição de tema, como também na fonte de pesquisa, pois há pouco foco nesse tipo de estudo. De tal maneira, devemos partir de um esforço em refletir sobre aspectos de sua relação de produção, circulação, e de sua diferenciação dos jornais de interior em relação ao que é conhecido como outras formas de imprensa.

Segundo o autor, imprensa do interior não é o que se refere a qualquer engrenagem midiática situada na parte interna do país, mas sim em cidades de médio e pequeno porte, em contraposição às regiões metropolitanas e capitais do país, ou seja, dentro dessa produção também se caracterizam mídias produzidas em regiões de fronteira e litorânea. Interior, portanto, é um cenário de dimensões bem mais amplo que sua demarcação territorial, e cada local tem suas especificidades culturais e sociais. O fazer jornalístico, nesses ambientes, está para além de reproduzir padrões comuns aos grandes centros, em que essas imprensas buscam sempre encontrar as melhores estratégias para cada realidade comunicativa, levando em conta suas peculiaridades. Para o autor, a Imprensa do Interior é o ambiente onde o jornalismo é praticado com particularidades decorrentes de sua demarcação territorial, e, por conseguinte, da realidade pela qual está circundado:

Resumidamente, essa imprensa se caracteriza como “pequena” ou, no máximo, “média”, contando com equipes reduzidas e, no caso da mídia impressa, com

tiragens modestas, mesmo quando chega à marca dos milhares, uma vez que isso se dá por conta de um considerável número de municípios que determinada publicação atinge. Como dito, caminha-se, nesse âmbito, na contramão da “grande imprensa”, tanto no que diz respeito à circulação quanto às próprias condições de sua produção, quase sempre marcada por limitações [financeiras, de pessoal treinado, de equipamentos, de acesso, etc.]. (ASSIS, 2013, p. 5)

Assim deve-se reconhecer que não há um único *modus operandi* da imprensa que se faz no interior, pois cada uma estabelece sua lógica em seu fazer, dentro de suas tensões e suas contradições criadas com o espaço que circula. Umas das poucas características é que, de maneira quase geral, essas imprensas do interior se preocupam em noticiar os eventos de sua regionalidade, ou seja, um “jornalismo de proximidade” junto a um “mercado de proximidade”, que busca suprir um produto que os demais tipos de imprensa, por mais que cheguem ao interior, não conseguem. Assim temos que pensar nos seus desdobramentos profissionais, as rotinas, e quais são os produtos que esse Jornal oferece.

A *Folha de Ituiutaba* se enquadrava dentro dessas características que fazem uma imprensa do interior, sendo um produto da *imprensa interionana tijucana*, no qual grande parte de sua circulação era restrita às cidades do Pontal do Triângulo, e suas notícias também eram voltadas para essa região, ou seja, destinadas para um público dessa proximidade. Até os escritos sobre eventos em escala nacional e internacional visavam informar um público local, e, também, quando os jornalistas transcreviam ou escreviam notas e notícias de outros jornais, ali buscavam a particularidade de informar um público próximo sobre os ocorridos, portanto, as informações sempre eram voltadas a um leitor de proximidade.

A *Folha de Ituiutaba*, a partir do início dos anos 50, era um “bi- semanário” como se declarava no cabeçalho de parte das edições³⁴. O Jornal era produzido e circulava duas vezes na semana, e até o final de sua vida essa periodicidade se alternaria em alguns momentos da trajetória, correndo em menor número semanal, em algumas temporadas. Por exemplo, em novembro de 1951, devido à falta de operários para a gráfica, o Jornal correu como hebdomadário, em apenas uma edição semanal, em outros momentos, a produção parou ou diminuiu, devido à escassez de papel. Sendo que, em 1956, por tais problemas, o *slogan* embaixo do nome do Jornal muda de “bi-semanário, dedicado aos

³⁴ A *Folha de Ituiutaba* passou a ser um biebdomadário em 1951, segundo a edição de 14/07/1951. Essa é primeira edição em que temos a assinatura de Geraldo Sétimo no expediente do periódico. (FOLHA DE ITUIUTABA, 14/07/1951). Portanto a entrada do novo redator marcou uma dinamização na produção do Jornal.

interesses da região”, para “Semanário dedicado aos interesses da região”, e ainda, no mesmo ano, para “Órgão dedicado aos interesses da região”.

Em várias edições, há anúncios do próprio Jornal procurando entregadores para fazer a distribuição. O que nos leva a firmar que ele chegava ao seu público por meio de entregas em residências, em assinatura. Também era comum a venda avulsa, feita em bancas de jornais e revistas dos municípios. Geralmente o periódico chegava às bancas e aos assinantes aos sábados e às quartas-feiras, podendo variar em edições comemorativas e especiais. Apesar de se voltar, de maneira quase essencial, para os “interesses da região”, como atesta em edição, o Jornal era distribuído quase que em todo o Triângulo Mineiro, oeste de Minas Gerais, parte dos estados de Goiás e de São Paulo, chegando, nos seus últimos anos de trajetória, a ter uma tiragem de 3.000 exemplares por edição (FOLHA DE ITUIUTABA, 26/01/1963)³⁵.

Outra não constância na *Folha de Ituiutaba* foi o número de páginas nas suas edições, geralmente, alternando entre 4 ou 6 páginas. No início dos anos 1950, circulava em quatro páginas por edição, e, a partir do ano de 1954, passou a ter uma folha a mais, sendo no total de 6 laudas. No início dos anos 60, a numeração de páginas retoma seu antigo padrão, voltando periodicamente a ter 4. Entretanto, durante edições especiais, como de aniversário da cidade ou Natal, poderia chegar até 22 laudas por edição, como no caso de 23 de dezembro de 1961, que foi dividido em dois cadernos.

Para Woitowicz (2015), analisar o modo como um jornal organiza e estrutura, seus assuntos e suas formas de falar, dentro de um contexto de sociedade específico, pode ser significativo para o entendimento, tanto da cultura cotidiana quanto das ações e organizações políticas desse espaço e seus embates. A linguagem jornalística não é formada apenas pelo seu conteúdo textual, em vista que o Jornal se compõe de comunicação visual, pois o *design* gráfico e a diagramação são partes essenciais dos periódicos. A forma e o conteúdo são partes inseparáveis do Jornal, formando um meio dissociativo que vai estabelecer relação com os leitores. Concordamos com a ideia de que

³⁵Em relação aos preços das edições, essas variaram e subiram vertiginosamente com o passar dos anos, principalmente, com a inflação econômica nos anos finais de existência do impresso. Até a metade dos anos 50, custavam o Jornal 1 cruzeiro. Em 1956 subiu para o dobro o preço do exemplar das edições, passando para 2 cruzeiros, o Jornal afirmava o aumento devido ao preço do papel e da tinta para a impressão. Em 1961, subiu mais uma vez seu preço, indo para 3 Cr\$. Ainda, nesse mesmo ano, as edições do Jornal passaram a custar 5 Cr\$. No início de 1963, o preço aumentou para 10 cruzeiros, e em sua antepenúltima edição, em 07/03/1964, em nota, o Jornal afirmava que estavam passando por dificuldades financeiras em vista do momento econômico, anunciando que o preço da sua edição passaria a ser Cr\$20,00. Assinatura anual em 1963 era de Cr\$1.000,00, um ano após, a assinatura anual vai para Cr\$2000,00 (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/03/1964).

“o espaço gráfico da publicação evidencia a relação forma e conteúdo, já que as decisões de ordem editorial também são balizadas por diversos parâmetros que se relacionam ao modelo final do objeto impresso” (DAMASCENO, 2013, p. 3). A excelência do *design* das páginas se baseia na integração das palavras e dos escritos com outros elementos visuais como a tipografia, fotografia, ilustrações, infográfico e os espaços. Assim a forma e o conteúdo compõem a personalidade da mercadoria jornalística, pois o periódico é um produto que transmite notícias e ideias, logo, sua forma é parte desse processo.

O Jornal Tijucano era impresso em tinta preta, não variando suas cores. O molde de tamanho do Jornal configurava o que conhecemos como um periódico próximo do formato *standard* (também conhecido como *broadsheet*), sendo uma brochura de padrão grande (em relação a outros formatos como o *Berlinder* e o *Tabloide*), no qual suas páginas tinham entre 53,5x36cm, caracterizando-se por páginas longamente verticalizadas, e, em geral, dobradas horizontalmente no meio (DAMASCENO, 2013). O modelo *standard*, de maneira parecida com o *tabloide*, segue uma diagramação modular que mistura a distribuição vertical com a distribuição horizontal das matérias e anúncios, buscando um *layout* dinâmico como forma de atrair o público leitor. O Jornal tijucano era organizado em colunas que orientavam os textos das páginas, variando o número de colunas por edição e dando forma ao conteúdo, porém, as imagens e os anúncios, muitas vezes, não seguem essas colunas, sobrepondo-as de maneira não padronizada. Sem contar que as colunas não eram fixas em cada publicação, variando seus espaços e páginas conforme as edições.

Segundo Capelato (1988), na segunda metade do século XX, as mídias impressas se modernizaram, embaladas pela concorrência com os veículos de massa eletrônicos, no caso do Brasil, isso se deu principalmente com a popularização da televisão. Assim, as diagramações foram modificadas, trazendo mais fotos, caricaturas, ilustrações e desenhos, como maneira de quebrar a monotonia das colunas escritas, o que imprime movimento ao produto de comunicação³⁶. A exemplo, a *Folha*, em edições de janeiro de 1960, anunciou que modernizaria suas edições a partir de março, pois a empresa havia acabado de comprar uma nova linotipo, que, segundo o Jornal era até então o mais

³⁶ Ribeiro (2000) tem outra visão perante essa dita modernização da imprensa brasileira da década de 1950. Segundo a autora, essas mudanças, que foram concretizadas nos anos 1950, vinham acontecendo desde o início do século. Esse autoargumento, proclamado pela própria imprensa, serviu para conferir autoridade como espaço de oficialização da informação e neutralidade, conferindo-lhe autonomia perante outros campos. Assim essa afirmação nada mais foi que uma estratégia de poder. Essa hipótese pode ser aplicada à *Folha* também, como uma estratégia, ainda maior de hegemonia como impresso informativo na região durante o período, ao se dizer mais moderno e dinâmico.

moderno equipamento de impressão de todo o Pontal do Triângulo Mineiro (*FOLHA DE ITUIUTABA*, 23/01/1960; 30/04/1960). Com a chegada da nova linotipo, a produção do Jornal se dinamiza: as fontes tipográficas da letra se tornam mais límpidas, dando às letras impressas um caráter mais legível e menos borrado, as colunas tomam seus lugares de modo mais linear, e diminuem as sombras que destacavam as bordas das imagens. Partindo desse momento, o Jornal se fixa novamente com produção e circulação bissemanal, apenas dando pausas por falta de papel.

A apresentação dos impressos deve ser algo fundamental, em vista que a embalagem deve ser atraente para a vendagem, em que grandes recursos de persuasão se encontram logo na primeira página. No caso da *Folha*, as principais matérias e notas políticas eram colocadas na primeira página e na última, deixando as duas (ou quatro, dependendo do momento) do miolo para notas sobre a sociedade local, entretenimento, e, principalmente, para publicações de divulgação de decisões e comunicados oficiais, além de publicidade e anúncios -, apesar dessas últimas serem recorrentes em praticamente todas as páginas.

Como artimanha para consumo, muitas notícias na *Folha* iniciavam-se na primeira página, tinham uma quebra e terminavam na última, constituindo uma forma de fazer com que o leitor adquira o impresso para além do olhar na banca, no qual, para poder consumir o escrito por completo teria que comprar a edição. Visto tudo isso, podemos crer que o principal meio de lucro da *Folha* eram as vendas de exemplares – por unidade ou assinaturas -, junto aos anúncios e às propagandas nas páginas do impresso.

Quando Ercílio Domingues adquiriu a *Folha*, os meios de comunicação no Brasil haviam acabado de sair do controle, executado por órgãos oficiais como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), imposto pelo regime ditatorial do Estado Novo (1937-1945). E com o embate da Guerra Fria, os jornais brasileiros passaram a seguir os modelos de imprensa norte-americanos, – principalmente, no que se refere à publicidade e à propaganda, nas quais os EUA se tornaram nossa principal matriz (MARTINS; LUCA, 2006).

Nas páginas da *Folha de Ituiutaba*, havia diversas publicações com os mais variados temas, sendo que grande parte eram sobre assuntos e temas regionais. Além das “colunas sociais” que já falamos, começaremos enunciando sobre as de cunho sensacionalista, com títulos que almejavam chocar, causar impacto sentimental e de curiosidade no leitor e na opinião pública. A maioria das notícias com essas características

se embasava em crimes, fraudes, mortes e acidentes. Durante toda a trajetória analisada do periódico, pode-se encontrar várias notícias com essas características.

Como exemplo, podemos citar a notícia sobre “Tragédia no meretrício” (FOLHA DE ITUIUTABA, 22/08/1951)³⁷. Nela o Jornal começa a descrever que os lugares “boêmios constituem o reduto favorito dos desclassificados”, sendo lugares onde se consumam “os crimes mais tenebrosos”, a partir daí, narrando que, em um desses lugares, aconteceu um crime onde um homem assassinou uma mulher, que era sua “amante” (adjetivando-a de “decaída”), e atentou contra a vida de outras, que foram baleadas. Ao descrever o assassino, o Jornal afirma ser um “jogador inveterado”, que, além de “extorquir dinheiro de sua amásia, frequentemente a submetia a espancamentos”. O escrito ainda detalha o crime que aconteceu às 3 da madrugada, primeiro, tentando matá-la com uma faca, e, posteriormente, dando cabo da vida da amante com uma arma de fogo, em que mais três pessoas ficaram feridas³⁸.

Em 1957, esse tipo de nota se formaliza nas páginas da *Folha de Ituiutaba*, em que aparece como uma coluna fixa chamada *Fatos Policiais*. Nela, as notícias eram feitas com base em boletins de ocorrência (B.O.), de crimes e de acontecimentos tidos como “bárbaros”, publicada em várias das edições do periódico tijucano³⁹. Em 1960, o nome

³⁷ Entre as notícias com esse mesmo teor, podemos citar, ao longo dos anos, notas como “Julgado pelo tribunal do júri: 3 criminosos do homicídio” (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/07/1950); “Por causa de uns doces, uma facada nas costas” (FOLHA DE ITUIUTABA, 04/08/1951) “Nas garras da polícia 2 refinados gatunos” (FOLHA DE ITUIUTABA, 10/12/1952) “Vibrou mortal facada no desafeto”(FOLHA DE ITUIUTABA, 05/06/1954); “Pavoroso desastre na BR-31” e “Homicídio em Santa Vitória” (FOLHA DE ITUIUTABA, 25/06/1955); “Feto humano atirado na vala” e “Trucidado quando buscava salvar uma vida”(FOLHA DE ITUIUTABA, 24/03/1956); “Tarado tentou contra uma menina de três anos” (FOLHA DE ITUIUTABA, 17/08/1957); “Fatalidade provoca tragédia indescritível; Criança morre esmagada sob pesado caminhão” (FOLHA DE ITUIUTABA, 08/04/1961) “Labourista furtado em 1 milhão e 300 mil cruzeiros!” e “Matou a ex-noiva e suicidou-se” (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/11/1962); “Seduziu a própria filha” (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/11/1962); “Pescaria trágica: Homem morreu afogado no São Domingos” (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/02/1963); - “Lavrador assassinado por motivo fútil” (FOLHA DE ITUIUTABA, 08/02/1964).

³⁸ Podemos encarar esse tipo de escrito como uma crítica direta à segurança pública, e também ao modo de vida dos frequentadores dos lugares “boêmios” do município, sendo que a descrição do local onde aconteceu o crime é tão importante na nota quanto as características dos envolvidos, sendo tanto o espaço quanto os sujeitos adjetivados de maneira negativa.

³⁹ Dentre as publicações na coluna do *Front Policial* encontramos: “‘Bala Chita’ foi detido em tempo recorde” (FOLHA DE ITUIUTABA, 25/06/1960); “Devolvidos a Ituiutaba sentenciados removidos para reforma da cadeia” (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/07/1960); “1961 “entrou” (mal) de revólver e peixeira: assassinatos em Ipiaçu e Santa Vitória” (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/01/1961). “‘Cearense’ esfaqueou dois em Perdilândia”(FOLHA DE ITUIUTABA, 25/01/1961); “Ladrões de queijo balearam ambulante: o crime ocorreu em Cachoeira Dourada”(FOLHA DE ITUIUTABA, 04/02/1961);“Mulher abatida com nove facadas”(FOLHA DE ITUIUTABA; 04/11/1961); “Assaltantes presos em Frutal podem ser os que “limparam” a Caixa Econômica”(FOLHA DE ITUIUTABA, 14/04/1962) “Conhecido comerciante assassinado pela amásia”(FOLHA DE ITUIUTABA, 09/05/1962); “Monstro: brutalizou a própria filha”(FOLHA DE ITUIUTABA, 06/06/1962); “Espertalhão estaria passando o “conto do lote””(FOLHA

da coluna se modifica para *Front Policial*. Apesar do surgimento dessas colunas de escritos exclusivos a essas temáticas, outras notícias também de apelo ao sensacional continuavam a ser publicadas no Jornal em escritos extraordinários fora da coluna.

Sensacionalismo é o nome que se dá a uma postura da comunicação que se embasa em assuntos e eventos narrados de maneira exagerada, com o intuito de aumentar o número de expectadores e leitores, ou seja, tornar maior o consumo de tal veículo de comunicação, e, como consequência, avolumando sua publicidade e o seu lucro por finalidade. Apresentando notícias sobre assuntos de temas populares, de maneira trivial, essa tática inclui abordagens com apelo emocional, insensíveis, polémicas e/ou como a ambição de atrair atenção popular. Como afirma Marcondes Filho (1986), sensacionalismo é uma forma radical da mercantilização da informação, em que os meios de comunicação buscam as vendas por meio de apelos nas emoções e no sentimentalismo. Mas também esse sensacionalismo pode servir de ação para legitimar uma visão de localidade violenta e de falta de ações do poder público perante o espaço de circulação da notícia.

Também, constante no jornal, era a prática do jornalismo esportivo, em que as notas eram referentes aos esportes, especialmente, sobre futebol. Havia a coluna *Súmula Esportiva*, em 1952, que anunciavam quais seriam os jogos, campeonatos e próximas rodadas, além de comentar os jogos já acontecidos. Além dessa o impresso apontava, em suas edições, sobre os repórteres que ficavam com o encargo desse tema: No começo dos anos 1950, o responsável pela ala de esportes era Antônio Gentil (FOLHA DE ITUIUTABA, 20/01/1951). No início de 1961, o periódico anunciava que as reportagens esportivas estavam a cargo de novo jornalista José Fabiano Ribeiro (FOLHA DE ITUIUTABA 28/01/1961). Um ano após, o Jornal trazia que o repórter José Ribeiro deixou a equipe do periódico devido a vários afazeres que assumiu, sendo substituído por José Castanheira, também conhecido como Juquita (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/01/1962), no ano seguinte, o Jornal anunciava que procurava para contratação um novo jornalista esportivo (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/03/1963). Em novembro de 1963, surgia uma nova coluna na *Folha de Ituiutaba*, chamada de *Bola Quadrada*, que era escrita em vários trechos de 3 ou 4 linhas, voltadas para o humor sobre esportes, –

DE ITUIUTABA, 23/01/1963); “Furtou que dava para pôr um bazar”(FOLHA DE ITUIUTABA, 10/08/1963); “Polícia continua detendo lunfas” (FOLHA DE ITUIUTABA, 15/02/1964); “Blitz” da polícia contra marginais”(FOLHA DE ITUIUTABA, 14/03/1964); entre outros.

principalmente, sobre futebol. A coluna vinha com imagens, geralmente, uma delas em cada edição era uma charge.

Em praticamente todas as edições, havia notas sobre o esporte. Em sua maioria, ocupavam das páginas do miolo do impresso, junto com os anúncios e propagandas. Assim essas notícias eram sobre partidas de futebol, como confrontos de times paulistas, mineiros e cariocas, mas havia, na sua maioria, notas sobre o futebol local e regional, desde times de cidades vizinhas como Uberlândia e muitas outras que envolviam o *Ituiutaba Esporte Clube* (também chamado de *Boa*) e o *Atlético Clube Ituiutabano*, times abrigados na cidade de Ituiutaba até então. Havia também notas sobre outros esportes, entretanto, essas eram mais raras nas páginas do Jornal tijucano.

Ocupava, também, parte das páginas do periódico, diversas notas de caridade, de cunho assistencialista e de caráter solidário, em forma de pedidos de ajuda para pessoas que estavam passando por algum tipo de necessidades, seja financeira, de saúde ou também ajudando em construções de espaços de assistência⁴⁰.

Outro fator que preenchia as páginas da *Folha* era os anúncios comerciais – os textos publicitários. Esses junto das vendas avulsas do Jornal e das assinaturas eram um dos pilares financeiros do Jornal, em vista de sua sustentação e do seu lucro. Percebe-se, com isso, que a *Folha de Ituiutaba* vivia com o lucro não apenas das vendas das suas edições e assinatura, mas também de anúncios publicitários, o que lotavam suas páginas, – desde a primeira até a última, e, principalmente, no miolo, - as mensagens de venda e anúncios de serviços se faziam bem presentes, isso em praticamente todas as edições que tivemos acesso⁴¹. Em datas comemorativas, como no Natal ou aniversário do município

⁴⁰Como em “Contribua para o termino das obras do asilo de dementes “José Dias Machado” (FOLHA DE ITUIUTABA, 10/01/1952). E “Natal dos pobres”(FOLHA DE ITUIUTABA, 27/12/1952) “Enfermo José Abadio: impõe-se uma maior solidariedade ao antigo líder da população de cor de Ituiutaba”(FOLHA DE ITUIUTABA, 07/01/1956); “Recebidos o primeiros donativos para o casal de nordestinos cujo rancho incendiou-se” (FOLHA DE ITUIUTABA, 22/08/1959) “Expressiva doação à sociedade de S. Vicente”(FOLHA DE ITUIUTABA, 10/06/1961); “Jovem trabalhador ameaçado de invalidez; Necessita de tratamento e apela para a população” (FOLHA DE ITUIUTABA, 14/02/1962) “Donativos para o nordestino enfermo” (FOLHA DE ITUIUTABA, 04/08/1962); “Apêlo ao leitor: um homem precisa de seu auxílio” (FOLHA DE ITUIUTABA, 14/11/1962); “Jovem trabalhador enfermo visitou a redação”(FOLHA DE ITUIUTABA, 24/03/1962); “Surdo-mudo pede aparelho ao leitor” (FOLHA DE ITUIUTABA, 23/03/1963); “Donativos para carroceiro enfermo” (FOLHA DE ITUIUTABA, 23/01/1963), entre outros.

⁴¹ Na segunda metade da década de 1950, em uma descrição, o Jornal traz os preços cobrados pelas publicações de anúncios nas suas páginas, sendo “por centímetro de coluna”. Na primeira página Cr\$15,00, na última página Cr\$10,00 e nas páginas adentro do Jornal Cr\$8,00 (FOLHA DE ITUIUTABA, 13/10/1954). Perto do seu fechamento, em março de 1964, o Jornal anuncia aumento nos preços da publicidade, sendo Cr\$ 150,00 para as páginas internas ou indeterminadas, Cr\$200,00 para a última página, e Cr\$250,00 para a primeira página, isso por centímetro de coluna para anúncios locais, “pois a publicidade

de Ituiutaba, subia, vertiginosamente, o número de publicidade no Jornal, aumentando, consequentemente, o número de páginas do periódico junto com escritos adicionais que acompanham esse tipo de edição.

Havia no Jornal anúncios de produtos vendidos em níveis nacionais, e alguns importados, principalmente, ligados ao ramo automobilístico⁴², tanto para uso doméstico e familiar, quanto para fins de trabalho e de empresas. Nesse sentido, observamos uma efervescência publicitária automotiva no período de todos esses anos, demonstrado em demandas da venda de carros e caminhões na região, bem como de manutenção a tais produtos.

Também havia, nas páginas do impresso, publicidades de produtos e lojas de nível nacional, como dos aparelhos de Rádio *Telefuken*, pasta de dente *Kolynos*, Lojas como *Casas Pernambucanas*, entre outros. A maioria desses anúncios vinha acompanhada de imagens que ilustravam o produto.

Encontram-se, também, os diversos anúncios de estabelecimentos e serviços regionais, de lojas, empresas e trabalhadores liberais⁴³. Desde lojas de matérias para construção, depósitos de ração, armazéns, lojas de insumos agrícolas, transportadoras, oficinas automobilísticas e de maquinários, serviços médicos e de saúde, lojas de vestuário, escritório de advocacia, farmácias, entre outros.

Os cinemas locais também aproveitavam esse tipo de local de publicidade para anunciar quais eram os filmes que estavam em exibição e os seus horários de apresentação semanalmente. Promoviam ali as suas sessões, tanto o Cine Teatro Ituiutaba quanto o concorrente Cine Capitólio, que foi inaugurado na cidade em 1956, sendo, segundo o

de fora custa o dobro devido às despesas de corretagem e cobrança" (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/03/1964)

⁴² Dentre esses podemos apontar as publicidades da bateria de automóveis Heliar; Pneus Goodyears, Caminhonetes Ford; Jeep Willys Overland; trator Valmet e Ferguson, Trator Allis-chamers, trator Zetor. Nesses primeiros, veículos voltados para o ramo agrícola; Renault Gordini e o Volkswagen Sedan (que viria a ser chamado posteriormente de Fusca) e Kombi, esses mais voltados para a circulação urbana, além de caminhões de produção nacional como o F.N.M. – que, na época, se chamava popularmente como Fenemê (FOLHA DE ITUIUTABA, 1949-1964).

⁴³ Esses eram: o Armazém Junqueira; Armazém Luruçu; Armazém Dois Irmãos; Casa Lavoura; Casa Ipiranga; Casa Carvalho, Casa Guimarães, Casa Ipiranga; Casa "A nortista"; Expresso Goiás Transportadora; Transportadora Uberlândia, transportadora Expresso, Ituiutaba Oficina do Caetano; Oficina Mecânica Vulcano; Alfaiataria Atlas; Demétrio Coelho Ortopedista; Ótica Moderna; Bar e Restaurante Icê; Ponto Chic – Bar, petiscaria e churrascaria; Propaganda da tipografia *Folha de Ituiutaba* (do mesmo grupo que produzia o jornal); A Tijucana, loja de calças e sapatos; Sapataria Arantes; Hotel Zazo; Escritório de Advocacia Daniel de Freitas Barros; Geber Bittar dentista; Dr. Zocolli de Andrade; Julmar de Oliveira Diniz - engenheiro civil; Manteiga A Fazendeira; Cine Teatro Ituiutaba; Cine Capitólio, Farmácia popular, Farmácia Santo Antônio, anúncios de assinaturas de Jornais de grande Imprensa com Humberto Teodoro Gomes, etc.(FOLHA DE ITUIUTABA, 1949-1964).

Jornal, “o mais amplo e moderno do interior do país” (FOLHA DE ITUIUTABA, 31/03/56).

Outro tipo de texto de anúncios que se encontrava na *Folha* era o de vendas, aluguéis, trocas, empréstimos e/ou passagem de ponto de estabelecimentos como propriedades rurais, automóveis usados, casas, bares, lojas, restaurantes e outros imóveis, que compunham a estrutura física urbana, rural e de comércio no município, além de objetos no geral. Também havia anúncios de empregos, estágios e oportunidades. Sempre com o uso de muitos adjetivos com intuito de chamar atenção dos interessados. O Jornal não tinha uma ala específica de anúncio classificado (ou *classificados*), entretanto, esses eram espalhados em diversas partes das páginas da *Folha de Ituiutaba*. O responsável pela parte de publicidade no Jornal era Geraldo de Souza, pelo menos no início dos anos 1950, como o periódico nos aponta em edições (FOLHA DE ITUIUTABA, 18/08/1951).

Ocupavam boa parte das páginas do periódico os serviços constantes de publicações de diversos editais de praça das cidades próximas, onde o Jornal circulava e as incluía em suas notícias, como Ituiutaba, Campina Verde, Capinópolis, Ipiaçu, Capinópolis, entre outras, além de decretos municipais, entre outros de cunho oficial. Principalmente publicações dos poderes municipais sobre construções, vendas e concorrência de bens públicos. Também, junto dessas, encontram-se prestações de contas e balanços financeiros de empresas públicas e particulares da região. Essas publicações se localizavam, geralmente, nas partes internas do Jornal, entre a segunda e terceira página, raramente, apareciam na primeira ou última página, porque isso não se mostra como um atrativo para a venda dos exemplares.

Ainda podemos dizer que há outro tipo de anúncios nas páginas do Jornal, preenchendo quase todas as edições em certos períodos: As propagandas políticas, em épocas eleitorais, para o pleito municipal e estadual.

As publicidades eleitorais, que ocorriam a cada quatro anos (no caso da *Folha*, acompanhamos os anos de 1954, 1958 e 1962), enchiam partes das páginas do Jornal, e, geralmente, ocorria entre os meses de julho até o início de outubro, quando se encerravam as corridas eleitorais. Nelas, além do candidato, ou candidatos dos partidos (em um anúncio coletivo) e das coligações, também vinham imagens e escritos curtos sobre os pretendentes. Acreditamos que, para esse tipo de anúncio, o Jornal não tinha preferência de orientação política e partidária, ou seja, o anúncio dependia da compra de seu espaço no periódico.



FIGURA 2 – Edição completa da Folha de Ituiutaba com suas quatro páginas em período eleitoral.
FONTE: Folha de Ituiutaba, N.911, ano XVII, Ituiutaba (MG), 13 de set. 1958.

Importante apontarmos que as páginas do Jornal acompanhavam e faziam as mudanças na região: havia muitas notas sobre a produção agrícola, principalmente, de

arroz, e muitas sobre as mudanças urbanas causadas pelo desenvolvimento da cidade e o crescimento populacional: desde a pavimentação de ruas e rodovias, novos bairros, escolas, encanamento, distribuição de energia, loteamentos, etc.

Outro ponto importante a se levar em consideração era que o Jornal, ao longo de todo seu trajeto, noticiava e apoiava ostensivamente a construção de escolas em Ituiutaba, e, nas cidades do entorno, marcando um forte amparo do Jornal em favor da alfabetização. Nessa mesma linha, o Jornal alimentou, durante a década de 50, o projeto de construção de uma biblioteca municipal em Ituiutaba. Há várias notas sobre a construção, que, finalmente, aconteceria em 1959 – “Instalação da biblioteca Pública – Fato culminante de 16 de setembro” (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/11/1959). – “Biblioteca pública: vitória de uma campanha de 8 anos” (FOLHA DE ITUIUTABA, 09/12/1959). Porém, apesar do Jornal se posicionar em favor da alfabetização, o dono do impresso se posicionou contra o voto em eleições de pessoas não alfabetizadas, criando algumas polêmicas como um dos escritos pelo dono do Jornal, com o título “Minha opinião sobre o voto do analfabeto”. No escrito Domingues afirma que:

O analfabeto não está em condição de bem compreender o valôr do voto, porém a culpa não é sua e sim do próprio governo que não lhe dispensou a instrução necessária para bem comprehendê-lo. Antes de tudo sou de opinião que o governo deva preocupar-se com a intensiva alfabetização dos brasileiros. (FOLHA DE ITUIUTABA, 10/12/1957)

Também devemos levar em consideração que muitas das páginas do Jornal eram voltadas para escritos sobre a “alta sociedade” tijucana e da região, ou seja, das classes e categorias mais abastadas financeiramente, com maior poder aquisitivo e financeiro. Observa-se que há, nas páginas, muitas notas sobre os clubes sociais e esportivos da cidade.

O Jornal publicava diversos anúncios de variados temas e produtos em suas páginas, desde coisas locais, regionais até nacionais, sendo um meio de publicidade rico para a localização onde circulava.

Podemos afirmar que a *Folha de Ituiutaba* era o que descrevemos como um Jornal de *Imprensa do Interior*, configurando o que chamamos de um produto de *Imprensa interiorana tijucana*, sendo, na prática jornalística dela, a junção de vários tipos de jornalismo, com o fins de suprir uma demanda regional, assim, dentro de suas particularidades, o Jornal era composto por temáticas plurais, que foram construídas ao longo de seu histórico, visando a um mercado peculiar, voltado para a região onde era produzido e circulava, com suas especificidades culturais e sociais, criando suas

estratégias frente as sua realidade comunicativa, que se prestava a noticiar os eventos para a sua regionalidade, com vistas à venda para um mercado de proximidade.

1.3 - A “terra prodiga”: o Pontal do Triângulo Mineiro pela *Folha de Ituiutaba*

O que é conhecido como a microrregião de Ituiutaba é um complexo de área de seis municípios inseridos no Pontal do Triângulo Mineiro, sendo Ituiutaba a maior em número populacional⁴⁴ (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2017). As outras cinco dessas cidades, como já apontamos, até a metade do século XX, eram distritos de Ituiutaba, onde todas, até 1962, se emanciparam como municípios. Entretanto, essas linhas de divisões e fronteiras são criações humanas que visam compreender e dar forma à noção de espaço, e como toda criação humana essas divisões estão carregadas de interesses dentro de processos de subjeção e dominação.

A *Folha de Ituiutaba*, como uma imprensa de interior, trazia em seus escritos seu olhar de como era a região em que circulava. Nesse olhar, que se veste de informação, o Jornal descrevia o Pontal do Triângulo mineiro conforme as visões de quem ali o produziam, carregados de interesses sociais e políticos. De tal modo, o periódico, como meio de comunicação, participava diretamente em construção e desconstrução do que era a região do Pontal do Triângulo Mineiro. O Jornal representava o contexto da região em que era produzido e circulava, pois a região não é um recorte espacial natural, mas sim um fruto de um processo histórico construído por sujeitos sociais.

Portanto, é importante atentarmos para as noções espaciais descritas pelo Jornal, que desempenhava a elaboração e reelaboração desse lugar. A região e a sua construção passam por engajamento de forças sociais, de grupos políticos, de elites regionais e de militâncias. Segundo Albuquerque (2008), as noções de espaço dão origem a práticas e a ações, configurando-se como base e dirigindo projetos políticos, administrativos, culturais, étnicos e estéticos, que definem as fronteiras e os domínios. A *Folha de Ituiutaba* arranjava a região do Pontal do Triângulo Mineiro por meio das suas edições, em que, nas páginas do periódico, os jornalistas, os redatores, os colunistas e demais participantes do grupo jornalístico, organizavam, selecionavam e publicavam as suas

⁴⁴ Segundo dados do IBGE, dos 148.348 habitantes da microrregião de Ituiutaba, no censo de 2010, o município de Ituiutaba (MG) contava com 97.171, enquanto dos demais municípios não ultrapassam 20 mil habitantes (IBGE). Em 2019, Ituiutaba encontrava-se com a estimativa de 104.671 pessoas, tanto no meio urbano quanto rural. Informação retirada de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ituiutaba/panorama>. Acesso em 13 de fev. 2020.

representações de fronteiras e do que havia dentro delas, criando uma noção de espaço comum, motivados por seus interesses financeiros e/ou políticos. Não que o Jornal construísse a região de modo físico, mas, ao publicar em suas edições, a *Folha* fazia representações da realidade desse espaço, fazendo-o conforme suas conveniências e paixões.

A *Folha* nos aponta a sua visão de região quando o Jornal se diz voltado para os “interesses da região”. Qual delimitação é essa em que a *Folha* se baseia e afirma ser a região? Acreditamos que esse era o espaço em que ela praticava seus escritos, sua produção e circulação. Ou seja, ela construía uma região interessada em suas notícias e escritas jornalísticas. Assim era uma rua de mão dupla: a *Folha* noticiava e circulava em uma e para uma região que ela mesma descrevia e delimitava.

Visto das publicações que já citamos, o periódico fazia o perímetro urbano constituído de uma estrutura diversa de lojas e comércios voltados para a economia citadina e rural. As publicidades no Jornal nos levam a traçar esse caminho. Os diversos anúncios de automóveis urbanos apontam para uma cidade em expansão, que necessitava de, cada vez mais, carros para o deslocamento pelas suas ruas. Havia também anúncios de outros automóveis que eram voltados para o meio rural, além de tratores e outros carros que tracionavam para o labor no campo. O Jornal descrevia uma cidade urbana e rural ao mesmo tempo, em que os dois espaços formavam um complexo. Anúncios sobre caminhões também eram comuns em suas páginas, criando, assim, uma cidade que necessitava desses para levar e trazer produtos de/para outras regiões. Muitas também eram as publicidades automotivas como venda de peça, consertos e reformas. Outros produtos voltados para a locomoção aparecem nas páginas do periódico, de maneira mais tímida, principalmente, de veículos de duas rodas⁴⁵.

Os anúncios sobre lojas vão à direção de descrever uma cidade repleta de comércio, onde se comportava a papelaria, livraria e gráfica da própria *Folha*, as farmácias (inclusive a de Manoel Agostinho), armazéns e depósitos agrícolas, salas de cinemas, mercados, lojas de sapatos e vestuário, transportadoras, entre outros, além de, também, muitos bares e restaurantes na área central do município, a dar corpo a um espaço boêmio noturno, o que o Jornal chama de “espaço boêmio”.

⁴⁵ Dentre esses, outros meios de locomoção anunciados no jornal tijucano, esses de caráter mais individuais, podemos citar as bicicletas *Monark* (FOLHA DE ITUIUTABA, 14/05/1955) e da motocicleta “*Lambretta*” (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/11/1955).

Trazia, nas suas páginas, uma gama de lojas, armazéns de ração e insumos agrícolas, de modo que, assim, o impresso levava ao seu leitor uma cidade inclinada para o setor agropecuário. O Jornal também nos trazia aos escritórios e locais de serviço de trabalhadores liberais: advogados, engenheiros civis, médicos, dentistas, entre outros, anunciavam seus trabalhos.

As edições tinham publicações oficiais que ocupavam quase uma página dentro das folhas do periódico. Essas se destinam a mostrar uma eficiência de ações, da parte de quem mandava publicarem, principalmente do poder executivo local. O jornal também trazia que a cidade era composta de trabalhadores, e criava a percepção que esses estavam se organizando em movimentos políticos. A *Folha* trazia sobre as elites econômicas nas diversas colunas sociais, publicando muito sobre clubes recreativos locais, como o Ituiutaba Clube e o Rotary Club. As elites políticas eram também destaque no impresso, que trazia sobre os partidos locais, em suas páginas, as frentes políticas, associações, entre outros.

Também o periódico, em suas notas sensacionalistas, nos fala sobre crimes, assaltos, assassinatos, entre outros, sempre visando criticar as políticas públicas, ou a falta delas, como causador. Trazia escritos sobre pessoas em situação de vulnerabilidade social: moradores de rua, pedintes, - criando notas de caridade e assistência para essas pessoas. E também descrevia uma polícia local violenta, truculenta e que perseguia essas pessoas em vulnerabilidade.

Descrevia uma cidade esportiva, voltada para o futebol regional, afirmindo que o *Boa*, poderia se tornar um time de projeção nacional, em vista que competia em ligas amadoras. Quanto à religião, a *Folha* descrevia uma região cristã, - apenas escritos católicos e espíritas apareciam em suas colunas sobre religiosidade.

Entretanto, se pensamos em todas essas descrições sobre o espaço regional, podemos afirmar que o Jornal mais excluía em seus escritos, do que incluía: a publicidade do Jornal era apenas para os que poderiam pagar por tal serviço, sendo assim, há uma gama de lojas, comércios e trabalhadores liberais e informais que eram excluídos das páginas do impresso. Meios de locomoção também entraram nesse corte: outras que eram comuns para além do automotivo, como charretes e carroças, não são citadas. O famoso pau-de-arara que trazia trabalhadores de outras regiões para trabalharem no meio rural, nem se quer é notado pelas páginas do impresso tijucano. O esporte segue essa linha: quase que apenas o futebol aparecia. Também existiam, outras formas de credo e crenças religiosas que não apareciam em suas páginas, em vista de um país tão plural nesse

quesito, não aparecendo nenhum outro tipo de religião ou culto, além desses descritos. Concordamos, portanto, que:

A região é um espaço sob um dado comando, sob um dado domínio, um espaço regido por alguém, governado por alguma força, a demarcação de um espaço sob controle, um espaço em que se exerce uma soberania, em que se estabelece uma dominação após uma vitória sobre um oponente: a região é espaço de luta, é fruto de uma conquista, fronteiras nascidas da implantação de um governo, de uma dominação. A região é fruto de operações estratégicas, políticas, administrativas, fiscais e militares. (ALBUQUERQUE, 2008, p. 57)

Chama atenção em relação às publicações da *Folha de Ituiutaba* sobre a região, como o Jornal manifestava a visão de progresso sobre o *Pontal do Triângulo Mineiro*. Ao longo de todos os anos que analisamos das páginas do impresso, as edições tratam de modo amplo sobre esse impulso, principalmente, relacionando-o à construção civil e aos projetos de infraestrutura.

Santos (2011), ao trazer reflexões sobre várias crônicas do jornalista überlandense Lycídio Paes, em diversos jornais do interior de Minas Gerais, que versavam sobre as transformações das cidades do interior mineiro no século XX, tenta compreender as mudanças inseridas com ritmos ditados pela modernidade nesses espaços, como a chegada do rádio, da televisão, do cinema, do carro, bem como das modificações estruturais urbanas, que passaram a fazer parte de uma sociedade que transformava seus hábitos, imprimindo novas relações de trabalho e lazer. Assim o jornal, ou melhor, a crônica, se torna um lugar de memória, ao registrar as mudanças no ambiente, desde o que era construído até o que era destruído para o surgimento do novo, ou seja, o “progresso” tinha em sua vocação o risco do esquecimento.

Notas descrevendo a construções civis no município, de modo imponente, permearam toda a trajetória do Jornal que analisamos. Nessas oportunidades o periódico fazia questão de usar adjetivos de dimensão grandiosa e numerosa, ou de oposição ao que é velho, no sentido de estar à frente do seu tempo, sempre afirmando como essas embelezam os espaços. Dentre esses, notícias como “Quatro modernos edifícios para Ituiutaba”, afirmavam que seriam construídos novos estabelecimentos, como um matadouro, um mercado municipal e uma estação rodoviária para a cidade. No escrito dizia que essas construções vão resolver, para a cidade, seus mais “importantes problemas”, para além de que era “indiscutível fator de embelezamento da cidade, enriquecida que ficará com quatro modernos edifícios, aos quais não faltará, possivelmente, apreciável valor arquitetônico” (FOLHA DE ITUIUTABA, 18/07/1951),

demonstrado, também, apoio ao projeto do executivo local, que estava em aprovação no legislativo.

No ano de 1960, o Jornal anunciava que “Contará a cidade em breve com seu primeiro arranha-céu”, afirmando que a construção do Banco de Minas Gerais contaria com 8 pavimentos, sendo uma “agência em estilo revolucionário” de “linhas modernas e funcionais, resumindo os apartamentos e demais instalações a última palavra em conforto, o prédio contara com dois elevadores” (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/07/1960). O “moderno” se fazia como palavra de ordem, e era repetido constantemente em outros escritos.

O impresso também demonstrava a expansão das ruas do município, afirmando que “Urge que o trânsito de bicicletas em nossas ruas seja também regularizado” (FOLHA DE ITUITABA, 23/01/1952), e também dos espaços públicos como em “A cidade cuida da sua fisionomia: Prossegue, em ritmo acelerado, a pavimentação dos logradouros e a construção de passeios na zona urbana” (FOLHA DE ITUIUTABA, 17/01/1953) e “Um terço do orçamento de 1955 será absolvido com a pavimentação dos logradouros públicos” (FOLHA DE ITUIUTABA, 14/05/1955), ambos os artigos elogiavam a ação do Prefeito local pelos esforços administrativos que levaram às construções. Nesse último escrito, o Jornal afirmava que era “um projeto do executivo que merece destaque pelo seu vulto” (FOLHA DE ITUIUTABA, 14/05/1955).

Quanto ao lazer, o cinema era notícia nas páginas do periódico tijucano: Havia desde os anúncios dos filmes, quanto das suas construções, modificações e inaugurações desses espaços⁴⁶ na região.

Trazia o impresso também a noção de uma cidade em pleno processo de industrialização, notas como “Ituiutaba Industrializa-se: em breve nova indústria de laticínios na cidade” afirmavam que devido à energia elétrica no município da nova usina, apesar das diversas falhas técnicas, “desfrutamos de abundante força-motriz para movimentar nossa indústria. Aliás viemos assinalar que Ituiutaba é a única cidade do Triângulo Mineiro que dispõe de sobra de energia elétrica” (FOLHA DE ITUIUTABA, 24/08/1957).

⁴⁶ Dentre as publicações, podemos citar: “Será reaberto o Cine-Progresso” (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/02/1957), “A 14 do corrente: inauguração do no Cine Ituiutaba” (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/09/1958) e “Grande edifício será erigido na cidade, destinado à sede do Jóquei e instalação de um moderno cinema” (FOLHA DE ITUIUTABA, 26/01/1952).

Construções de casas populares também foram notícias nas páginas do periódico durante a segunda metade dos anos de 1950, em “Construção de casas populares nesta cidade” (FOLHA DE ITUIUTABA, 26/05/1956), o Jornal afirmava que uma proposta havia sido enviada à Prefeitura do Município pela Fundação Casa Popular, dizendo que essa sempre foi uma reivindicação da população, a qual o Jornal sempre apoiou, e que o Deputado Estadual Omar Diniz (PSP) estava fazendo frente em favor da situação na Assembleia legislativa estadual. No ano seguinte, foi publicado no impresso os passos tomados de aprovação do projeto, da construção, e finalizando com as inscrições para adquirir as casas, algo que se desenrolaria em 1958. Nos escritos, o Jornal afirmava que teve participação direta nas ações em favor das casas populares junto com o deputado estadual e a Associação dos Trabalhadores de Ituiutaba.

O Jornal também levava, em seus escritos, as diversas escolas que se erguiam no município, durante esse período. Dentre essas, colégios religiosos e particulares apareceram com frequência nas páginas de periódico. No final de 1952, o Jornal destacava, em suas publicações, a construção de estabelecimento de dois desses: o Colégio Santa Tereza e o Colégio São José⁴⁷. Também era noticiado sobre o Educandário Ituiutabano, esse ligado a uma comunidade espírita de orientação kardecista na cidade⁴⁸.

Quanto à questão dos colégios estaduais construídos, o Jornal, sempre ao noticiar, trazia, geralmente, quem era o deputado estadual que havia feito a proposta para tal. O Grupo escolar Lidefonso Mascarenha foi um desses. Tendo sido noticiada pela primeira vez, sua verba, em 1955, a construção de seu prédio começou a ser debatida no ano de 1962. Em 1959, em nota, o Jornal afirmava que o deputado estadual Luiz Junqueira havia conseguido uma quantia para a construção do espaço do colégio, e que o montante estava em vias de despacho. Em seguida o impresso fazia uma crítica devido ao fato de que o colégio funcionava em um casarão alugado, e, depois, foi transferido para funcionar dentro de outro colégio estadual, afirmando que “não é sem tempo que se cogita da construção do prédio próprio para o grupo” (FOLHA DE ITUIUTABA, 17/10/1959).

Em uma publicação de seus últimos meses de produção e circulação, o Jornal trazia sobre a fundação de uma universidade na cidade, dando ênfase no papel do

⁴⁷ Entre essas estão “Iniciadas na cidade as obras do Colégio Santa Tereza” (FOLHA DE ITUIUTABA, 26/11/1952), “transforma-se em realidade a construção do novo prédio do Colégio São José” (FOLHA DE ITUIUTABA, 13/12/1952).

⁴⁸Em relação ao educandário Ituiutaba, é publicado “Funcionará no ano vindouro o Educandário Ituiutabano” (FOLHA DE ITUIUTABA, 16/11/1957); “No próximo dia 9, a inauguração do educandário Ituiutabano”. (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/02/1958).

deputado Luiz Junqueira, no projeto de criação. Intitulado como “Universidade do Triângulo: Projeto sancionado pelo Governador” (FOLHA DE ITUIUTABA, 13/11/1963), em um de seus trechos, o impresso descrevia que:

Uma grande vitória, sem dúvida, vem ser alcançada pelo deputado Luiz Junqueira, cujo projeto, criando a Universidade do Triângulo Mineiro, com sede nesta cidade, assunto sobre o qual temos dado noticiário pormenorizado, foi sancionado pelo Govenador Magalhães Pinto. (FOLHA DE ITUIUTABA, 13/11/1963)

Ainda, na área de construções educacionais, na região, o Jornal acompanhava e participava ativamente de uma campanha em favor da criação de uma biblioteca municipal para Ituiutaba, iniciada em 1951, fator que foi desatado em 1959. Em 1952, um registro sobre a “Campanha pró-biblioteca pública de Ituiutaba”, afirmava que “(...) nossa redação tem procurado vivificar e conduzir à concretização inicial, por meio de doações, e, posteriormente, prestigiada pelo Governo Municipal e Instituto Nacional do Livro” (FOLHA DE ITUIUTABA, 09/01/1952). Destaque que o primeiro doador de livros para a futura biblioteca foi o deputado Omar Diniz, segundo o Jornal. Em edições seguintes, o Jornal apontava outras doações para a tal biblioteca, como em 30/01/1951, da Igreja Presbiteriana local, e um grande número de livros por Camilo Chaves Jr. em 06/02/1952.

Anos depois o Jornal trazia uma série de publicações sobre o atraso da construção da biblioteca, afirmando em uma delas: “Inexplicavelmente protelada a instalação da biblioteca pública” (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/04/1957), dizendo que o projeto foi bregado pelo legislativo municipal por falta de verba, usando escritos em caixa alta como “POR UNANIMIDADE”, para reforçar o papel de todos os vereadores em atrasar a construção do espaço físico da biblioteca.

Até o final da década, o periódico trouxe vários outros escritos sobre a biblioteca, sendo que, em 1959, foi descrito que “Biblioteca pública: - vitória de uma campanha de 8 anos!”, em que descrevia que “é necessário frisar – sem modéstia – a decisiva contribuição da *Folha* na conquista dessa importante instituição”. No escrito o Jornal fazia questão de se apresentar como o grande benfeitor e organizador da biblioteca, “junto daqueles intelectuais que participaram da memorável enquete em que fulminamos a melancólica decisão da Câmara passada, - votando - por unanimidade contra” (FOLHA DE ITUIUTABA, 12/09/1959).

A construção da usina hidrelétrica de Cachoeira Dourada também foi notícia no periódico. No começo se afirmava que foram “Iniciadas as obras da usina de Cachoeira

Dourada” (FOLHA DE ITUIUTABA, 29/05/1954), depois, era chamada de “gigantesca”, deixando “viva impressão nos visitantes” (FOLHA DE ITUIUTABA, 04/06/1955). Essas notas foram seguidas de “Energia de Cachoeira Dourada para o Pontal do Triângulo”, ressaltando a capacidade da nova usina gerida pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/07/1958), o impresso trouxe que “Começou a funcionar a usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada”, afirmando que ali “assinala mais um passo para a libertação da economia regional” (FOLHA DE ITUIUTABA, 28/01/1959).

As páginas da *Folha* traziam, em sua organização, as mudanças estruturais da região. Pontes sobre rios e afluentes, tanto no perímetro urbano quanto no rural, nas rodovias e estradas, eram constantes nas páginas do impresso, como “Ponte da 17: foi reiniciada a construção” (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/06/1961) e “Será inaugurada domingo a Ponte Athaides Quirino” (FOLHA DE ITUIUTABA, 13/11/1963), e, também, “Construção imediata da ponte sobre o Rio da Prata”, apontando o deputado estadual Omar Diniz como o proposito da construção (FOLHA DE ITUIUTABA, 12/03/1955).

Em relação a estradas e rodovias, o Jornal trouxe diversas publicações como, “Será pavimentada a rodovia Uberlândia-Ituiutaba”, destacando a autoria do projeto do deputado estadual überlandense Rondon Pacheco (FOLHA DE ITUIUTABA, 09/02/1952). Nos anos de 1960, o Jornal publicava sobre a estrada entre “Ituiutaba – Capinópolis: abertura e asfaltamento da rodovia”, afirmando que foi decisiva a influência do udenista Rondon Pacheco, que, agora, atuava como secretário do interior e justiça do estado de Minas Gerais⁴⁹ (FOLHA DE ITUIUTABA, 08/07/1961). Havia também “Rodovia Uberaba-Ituiutaba: Incluída no plano Rodoviário Estadual o citado trecho”, desse, afirmando a “feliz atuação do deputado Omar Oliveira Diniz” (FOLHA DE ITUIUTABA, 10/12/1955).

O movimento de emancipação dos municípios/distritos do Pontal do Triângulo também teve seus destaques ao longo das páginas do periódico. O movimento de Santa Vitória, que consumou sua emancipação em 1958, reverberou no impresso em “Solenemente instalado o Município de Santa Vitória”. Em nota o Jornal afirma que, em festa, a nova cidade, estava “encetando uma nova etapa no seu ritmo de progresso, Santa

⁴⁹ A notícia sobre essa rodovia teve sua continuidade no ano seguinte em “Asfaltamento da rodovia Ituiutaba – Capinópolis começou na 5ª feira”, dessa vez apontando os caminhos tomados sem citar Pacheco (FOLHA DE ITUIUTABA, 11/08/1962).

Vitória passa agora a vestir calças compridas para guiar seu próprio destino” (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/08/1949).

Cachoeira Dourada foi notícia do Jornal em “Interesse dos turistas pela Cachoeira Dourada”, em que afirmava que o distrito vizinho “está destinado a ser um grande centro de turismo em futuro próximo”, vislumbrando, no futuro, uma cidade com potência turística para a região (FOLHA DE ITUIUTABA, 23/08/1950). Ao elevar para distrito, o Jornal discorria sobre a “Instalação do distrito de Cachoeira Dourada”, local onde aconteceria uma festa, pela vinculação com o recém-emancipado município de Capinópolis (FOLHA DE ITUIUTABA, 28/05/1955). A emancipação ocorreu nos anos de 1960, em que o Jornal trouxe “Cachoeira Dourada: Município Futuroso” (FOLHA DE ITUIUTABA, 09/03/1963).

Já, em relação a Capinópolis, o impresso publicou que “mobiliza-se Capinópolis para pleitear sua emancipação”, chamando-o de “florescente distrito” (FOLHA DE ITUIUTABA, 13/02/52). Dois anos depois, o periódico afirmava que “Periclitou a emancipação de Capinópolis”, noticiando que foi concedida pela Assembleia do Estado de Minas Gerais, a emancipação de Capinópolis (FOLHA DE ITUIUTABA, 15/05/1954). Quanto à Ipiaçu e Gurinhatã, a emancipação administrativa viria em 1962, junto com Cachoeira Dourada e a elevação a distrito de Chaveslândia e Perdilândia.

Também notamos diversas construções bancárias na microrregião, descritas pelo periódico. Dentre esses escritos, temos as agências e os prédios do Banco do Brasil, Banco do Comércio e Indústria, Banco Mineiro de Produção, Banco do Triângulo Mineiro, Banco Lavoura S/A e Caixa Economia Estadual⁵⁰. Segundo Mateus (2013), um dos fatores de extrema importância no alavancamento da produção rural, na região, na metade do século XX, principalmente, do arroz, foram as ações dos bancos, com empréstimos facilitados e sistemas de créditos disponíveis nas instituições (sobretudo, do Banco do Brasil), o que, talvez, explique essa efervescência de agências e variedade de bancos em construção e em inauguração na cidade durante o momento.

As mudanças tecnológicas não ficaram de fora das páginas da *Folha de Ituiutaba* durante os anos de 1960 e 1950. No período foi descrita pela *Folha* a criação de linhas

⁵⁰ Pode se ver notas sobre esses bancos em: “Concluído o prédio do Banco do Brasil em Ituiutaba”(FOLHA DE ITUIUTABA, 19/03/1958); “Instala-se em Ituiutaba a agência do Banco Comercio e Indústria” (FOLHA DE ITUIUTABA, 31/08/1957); “Solenemente inaugurado, o prédio do Banco Mineiro da Produção” (FOLHA DE ITUIUTABA 27/08/1958); “Iniciada em Ituiutaba a construção do prédio do Banco do Triângulo Mineiro” (FOLHA DE ITUIUTABA, 26/04/1958); “Banco da Lavoura S. A. teria uma agência em Ituiutaba até o fim dêste ano” (FOLHA DE ITUIUTABA, 27/05/1959); “Inaugurou-se hoje a agência da Caixa Econômica Estadual” (FOLHA DE ITUIUTABA, 09/02/1963).

telegráficas na região, como em “Linha telegráfica Ituiutaba-Capinópolis-Ipiaçu-Santa Vitória”, também de indicação do deputado Omar Diniz (FOLHA DE ITUIUTABA, 18/05/1955), e “Finalmente dotada de teletipo a Agência de telegráfica local”, apontando um melhoramento tecnológico na comunicação da cidade (FOLHA DE ITUIUTABA, 03/05/1958). No ano seguinte, o periódico dizia que “Terá prosseguimento o prédio dos Correios e Telégrafos”, afirmando que o prédio precisava de uma expansão devido à demanda de comunicação (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/08/1959). Dois anos depois, era publicado que “Construção do Correio vai prosseguir”, segundo o Jornal, graças ao trabalho do Deputado estadual Luiz Junqueira, afirmado que a construção estava paralisada desde 1960 (FOLHA DE ITUIUTABA, 31/03/1962).

O telefone e as linhas também não ficaram de fora das manchetes do impresso tijucano. Notas como “Contratada a instalação dos telefones automáticos” (FOLHA DE ITUIUTABA, 14/04/1956), “Chega ao Brasil o centro telefônico de Ituiutaba” (FOLHA DE ITUIUTABA, 25/05/57) e “Iniciadas as obras de instalação de telefones automáticos em Ituiutaba” (FOLHA DE ITUIUTABA, 31/08/1957), apontavam para uma cidade que seguia a dinamização comunicativa pelo aparelho.

No período de circulação do Jornal que analisamos, também vemos, nos descritos do Jornal, a inauguração de duas rádios na região, ambas a partir dos fins da década de 1950. Primeiramente anunciado que “Vai ser instalada a Rádio Difusora de Ituiutaba”, segundo o Jornal, “a futura difusora ituiutabana será das mais potentes da região e sua instalação nesta cidade constitui um atestado marcante da nossa evolução econômica e cultural e artística” de propriedade dos irmãos Abdulmassih, sendo um deles, de nome Jair, advogado, um experiente radialista do município vizinho de Tupaciguara, cidade onde eles tinham outra emissora (FOLHA DE ITUIUTABA, 04/03/1959)⁵¹.

Outra Rádio, noticiada nas páginas do impresso, foi a Rádio Cancella. “Inaugura-se amanhã a Rádio Cancella”, essa:

Dispondo de grande potência e devendo, portanto, alcançar uma grande área do Brasil Central pretende inaugurar uma era nova na radiofonia regional, rasgando novos horizontes e oferecendo aos ouvintes um rádio modernizado, de alto nível, capaz de galvanizar permanentemente as atenções de todos os ouvintes. (FOLHA DE ITUIUTABA, 16/03/1963)

Ainda, na cidade, havia a Rádio Platina, comprada em 1961 por Alcides Junqueira, e pelo então deputado Luiz Junqueira, quando do ocorrido, o impresso informou que

⁵¹ Poucos meses depois, o Jornal afirma que “A Rádio difusora de Ituiutaba será inaugurada no Dia do Município” (FOLHA DE ITUIUTABA, 25/07/1959).

haveria diversas mudanças como a ampliação e transferência do estúdio (FOLHA DE ITUIUTABA, 18/01/1961).

Também, já nos anos de 1960, o Jornal noticiava, na cidade, a chegada da televisão e do sinal audiovisual⁵². Primeiramente descrito em “Televisão no Triângulo Mineiro”, assegurando que se movimenta todo o Triângulo Mineiro frente à aquisição de aparelho televisivo ante a notícia da concessão do canal 8 para a região (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/07/1962). Quase que um ano depois, é publicado sobre a “Operação T-V”: sucesso absoluto em Ituiutaba”, tendo em vista que, na cidade, foi liberada uma quota de 500 aparelhos, sendo a Companhia de Empreendimentos Gerais do Brasil (CEGEB), a responsável regional pelos aparelhos de diversas marcas que seriam vendidos na cidade, e pela incorporação do sinal televisivo na região (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/07/1963). Nas edições seguintes, as pessoas que compravam o aparelho televisivo eram apontadas no Jornal, assim, destacando-os, com prestígio, por adquirir o produto.

A temática do desenvolvimento tecnológico era constante nas páginas do impresso. Talvez a maior e mais representativa delas seria a aquisição de uma linotipo pelo grupo que produzia a *Folha*. Em escritos como “*Folha* vai instalar a primeira linotipo do Pontal do Triângulo Mineiro”, que, segundo o Jornal era “indispensável na confecção de um jornal moderno”⁵³ (FOLHA DE ITUIUTABA, 23/01/1960), e em “Chegou a Linotipo da *Folha*: A primeira a ser instalada no Pontal”, lê-se a afirmação de que “(...) dentro de breve dias a *Folha* abandonará o arcaico processo de composição manual para ingressar no novo e moderno ciclo de composição mecânica linotipada” (FOLHA DE ITUIUTABA, 30/04/1960). Há uma oposição entre o novo e o velho, o moderno e o arcaico, demonstrado pelo Jornal na aquisição de uma máquina. A compra e o uso do “moderno aparelho” representam, para o Jornal, o desenvolvimento, não apenas da sua produção, mas também da região como um todo.

Nesse sentido a *Folha* condenava algumas práticas que, por eles, eram tidas como arcaicas. Dentre essas, ao longo de todo o trajeto, no Jornal, há notas contrárias a caças e pescas de animais silvestres na região, sendo que há várias sobre proibição de entrada em

⁵² Segundo Barbosa (2010), apesar da primeira transmissão televisiva no Brasil ter ocorrido em 1950, foi na década seguinte que ocorreu a popularização da televisão, capitaneada pelo aumento de consumo, possibilitado por políticas de crédito.

⁵³ Nesse escrito o Jornal descreve a linotipo, sendo ela do “modelo 8, com 3 magazines e 3 fontes de tipos, que se desdobram em 6 tipos diferentes, fornecendo cada fonte 1 tipo claro e outro negrito”, ainda nesse escrito, o impresso afirma suas intenções ao comprar a maquinha, pois “sua instalação constituirá o primeiro passo para a transformação da *Folha* em um diário”, algo que nunca ocorreu (FOLHA DE ITUIUTABA, 23/01/1960).

determinadas propriedades, além de o Jornal reafirmar as leis que proibiam tais práticas ou de apreensões de pessoas e materiais⁵⁴. Outros desses escritos condenavam práticas rurais em meios urbanos, como em “Porcos e porcarias: contra a existência de animais e porcos na cidade” (FOLHA DE ITUIUTABA, 08/01/1955), em que o impresso, em editorial, afirmava ser contra a criação de animais no meio urbano, sendo que muitos “soltos nas ruas a invadir e danificar jardins públicos e particulares sujando as vias públicas com suas dejeções”, tendo a “presença de suínos por todo o canto da cidade. Em pleno centro urbano encontramos porcos nos quintais”, e que “medidas energéticas devem ser tomadas para que Ituiutaba apresente realmente o aspecto de um centro civilizado.” (FOLHA DE ITUIUTABA, 08/01/1955).

Mas o imperativo do jornal era enaltecer o progresso e o desenvolvimento do Pontal do Triângulo Mineiro nas suas páginas. Sempre que o Jornal se referia à região, a regra era a fala sobre a modernização e as riquezas embutidas em mudanças que vinham acontecendo. Criando, assim, a imagem de um espaço de prosperidade e avanço.

Em 1951, em uma chamada para a festa de cinquentenário da cidade, com o título “Ituiutabano！”, se escrevia que “Tu cresceste com Ituiutaba e que te orgulha de ser filho desta terra pródiga, não pode deixar de dar agora teu apôio aos festejos comemorativos do cinquentenário do teu município” (FOLHA DE ITUIUTABA, 15/08/1951). Em outro momento, o Jornal afirmava que “Com o assombroso desenvolvimento desta região, tornou-se Ituiutaba, sem dúvida, uma grande cidade, com imensas possibilidades e centro irradiador de todo o Pontal do Triângulo Mineiro” (FOLHA DE ITUIUTABA, 05/06/1954). Em uma edição de “Aniversario da Folha”, o impresso comemorava seus 14 anos de circulação interrupta, afirmando que cumpria com sua obrigação que é “em pról do engrandecimento desse município e da região, os ideais de progresso têm sido nossa preocupação maior” (FOLHA DE ITUIUTABA, 30/06/1956).

Em 1957 o periódico volta a circular bissemanalmente, o principal argumento para aumentar a sua produção se dá para “acompanhar o ritmo cada vez mais acelerado da marcha avassaladora do desenvolvimento, cujo novos imperativos teríamos forçosamente

⁵⁴ Podem-se conferir algumas dessas notas em “Caça e pesca – Proibição” (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/05/1954), “Fiscalização de caça e pesca na região” (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/05/1955), “Totalmente proibidas (em 1957) as caçadas no Triângulo Mineiro” (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/03/1957), “Embora proibida as caçadas continuam” (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/04/1957) e “Caçadas estão proibidas nesta região” (FOLHA DE ITUIUTABA, 22/06/1963).

de nos submeter” (FOLHA DE ITUIUTABA, 12/10/1957). Ao comemorar o aniversário, de 18 anos de circulação, a própria *Folha* afirmava que:

Nasceu quando a cidade ensaiava os primeiros passos na senda que conduziria à invejável posição que ostenta atualmente, e com ela cresceu, cantando aqui e alhures, todas as etapas de seu prodigioso desenvolvimento, marca indelével da vocação progressista do nosso povo. (FOLHA DE ITUIUTABA, 11/07/1959)

O Jornal também trazia entrevistas de sujeitos externos da comunidade do Pontal, que assinalavam esse “progresso” regional. Em “Dentro de 20 anos será uma das grandes metrópoles do Brasil Central!”, o Jornal dizia que “Dr. Thomas Jabine, do Ponto IV do Governo Americano ficou impressionadíssimo com o progresso de Ituiutaba” (FOLHA DE ITUIUTABA, 11/05/1957). Em outra publicação, o então deputado federal Maurício de Andrade (PSD) afirmava que “Ituiutaba impressiona pela vertiginosidade de seu desenvolvimento” (FOLHA DE ITUIUTABA, 20/09/1958).

Koselleck (2006), compreendendo o tempo não como algo natural, mas sim uma construção sociocultural, complexa em suas concepções e dimensões, afirma que as categorias históricas de “*espaço de experiência*” e “*horizonte de expectativa*” são a capacidade humana de entrelaçar o passado e o futuro. Assim a experiência é a maneira como o passado é incorporado e lembrado, sendo transmitido a cada geração e transformado por indivíduos, grupos ou instituições em comportamentos que presentificam o passado. Já na expectativa, encontra-se percepções como esperança, medo, inquietude, referindo-se sempre a projeções do amanhã, em vista do futuro que as sociedades trazem para o presente. Nesse sentido, para o autor, essas dimensões, com a modernidade, trouxeram a ideia de progresso, se apresentando como uma aceleração do tempo que tornou o “*espaço da experiência*” e o “*horizonte da expectativa*”, cada vez mais distante⁵⁵.

Nora (1993) vê, no século XX, o fenômeno da mundialização, como as grandes guerras, as revoluções e a rapidez dos meios de comunicação levaram a uma “aceleração do tempo”, imprimindo novas percepções de espaço e tempo nas sociedades, em que o vivido se impõe como história. O autor entende que a ameaça pelo esquecimento é

⁵⁵ De modo parecido, Hartog (2013), designa a noção de *regimes de historicidade* como formas temporais de categorizar específicas relações entre o presente, o passado e o futuro, na qual, em um determinado período, em uma determinada sociedade, existe a dominância de uma instância temporal sobre as outras, afirmando que o tempo moderno, e a aceleração do futuro se impôs como uma categoria dominante, um tempo progressivo em que o futuro tem papel preponderante.

evidente nessa sociedade, levando a uma obsessão pelo registro e pelo arquivo. Os jornais e meios de comunicação, em geral, são lugares de memória, pois registram esse tempo.

A *Folha de Ituiutaba*, ao criar, em suas páginas, constantemente, um espaço social e físico que estava em crescente progresso, de modo linear, que levaria a um futuro próspero e que vinha em um movimento de constantes melhorias, tanto na estrutura física, tecnológica e produtiva, tinha como propósito afirmar a posição de desenvolvimento proposto por alas de elites políticas da região que se beneficiavam dessas mudanças. Muitas vezes o impresso vinha a demonstrar essas modificações por meio de ações políticas, dando ênfase e elevando o papel de agentes políticos em prol da região, como vemos sobre o papel do executivo e legislativo tijucano, nas ações de deputados estaduais e federais.

1.4 - “Um jornal de opinião” e o “órgão noticioso e independente”: Os concorrentes da *Folha*

Ao longo de seus 22 anos de existência, a *Folha* teve diversos concorrentes como periódicos de imprensa interiorana do Pontal do Triângulo, cada um ao seu modo e alinhado à determinadas políticas. Nenhum circulou tanto tempo quanto ela.

Apesar da acusação e justificativa para fechar a *Folha* ter apontado os jornalistas como “comunistas/subversivos” (APM-Fundo DOPS/MG, rolo 097, pasta 5489-im. 289; 402), o que leva a pensar automaticamente em ligação com partidos como o PCB, os três dos principais jornalistas que assinavam o cabeçalho do Jornal durante os últimos anos de produção do impresso, – Geraldo Sétimo, Manoel Agostinho e Ercílio Domingues⁵⁶, eram formalmente filiados ao diretório do PSD local⁵⁷. É sabido que Sétimo tentou se eleger como vereador do município de Ituiutaba pela legenda, no ano de 1958, sofrendo uma tentativa de impugnação por parte do Juiz eleitoral da comarca, que também era juiz de direito.

Para Bourdieu (2003), junto à construção da esfera pública, e, como consequência, à formação de consumidores e comunidades voltadas aos bens culturais, criaram-se

⁵⁶ Afirmando isso, com base nas narrativas orais (DOMINGUES, 1995; TANNUS, 2015), e, por meio das publicações da *Folha*, como da campanha eleitoral de Sétimo (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/08/1958; 06/09/1958; 17/09/1958; 24/09/1958).

⁵⁷ Apesar dos jornalistas da *Folha* serem formalmente filiados ao PSD, em época de campanha eleitoral, para os poderes executivo e legislativo local e estadual, as propagandas eram distribuídas quase que por igual nos espaços do jornal independente do partido. Portanto, o critério de ocupação dos espaços de propaganda política no Jornal, nesses momentos, eram os interesses comerciais.

específicos *campos* para a produção do simbólico. O jornalismo é um desses *campos*, em que a percepção de que há um público a ser atingido torna-se fundamental dentro dos meios de comunicação, sobretudo do que o autor chama de mercantilização das formas simbólicas. De tal modo, a esfera pública serve à difusão de determinadas informações políticas, atitudes, valores que são compartilhados em determinados grupos e classes sociais, estabelecendo-se em espaços de disputa, de lutas simbólicas, entre os grupos que concorrem pelo controle de informações.

Segundo Laurenza (2015), os jornais brasileiros da metade do século XX defendiam, em seus escritos, suas posições políticas junto aos atores e grupos políticos e econômicos em que se alinhavam, apesar de tentarem transparecer neutralidade informativa. Em suas páginas, os impressos se desdobravam para configurar embates que eram expostos por meio das publicações. Como exemplo desses feitos, podemos apontar, com grande destaque, dentro da Grande Imprensa, uma batalha na década de 1950, entre o Jornal *a Tribuna da Imprensa*, pertencente ao líder udenista Carlos Lacerda, e o *Última Hora*⁵⁸, de propriedade do empresário russo, naturalizado no Brasil, Samuel Wainer. O primeiro se fez como grande opositor contra o então presidente Getúlio Vargas (1951-1954), seus herdeiros políticos, contra o PTB e a base aliada no Congresso, enquanto o segundo se mostrava não apenas como um apoiador e afinado com os ideais dos trabalhistas e do PTB, mas intimamente ligado a Vargas e ao governo, sendo que, em 1953, Wainer respondeu por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre um provável favorecimento do Jornal junto ao Banco do Brasil para o seu jornal. Ambos os jornais se combatiam nas suas páginas ao logo das trajetórias de seus donos e jornalistas.

Mas, se o grupo que liderava a *Folha*, nos seus anos finais, era composto, em sua essência, por redatores formalmente filiados ao PSD, e ligado a uma ala nacionalista da legenda, havia outros periódicos locais que tinham, frente aos seus escritos, jornalistas pertencentes aos outros partidos e alas políticas durante a década de 1950 e 60. Esses, portanto, traziam em seus escritos, as ideias e anseios de outros grupos que estavam em disputa. Tais jornais concorriam diretamente com a *Folha* como produto de informação local e regional. Citemos os dois mais notáveis no que se refere, também, ao aspecto

⁵⁸ A *Folha de Ituiutaba*, ao trazer eventos em escala nacional, em suas notas, muitas vezes, transpunha essas de outros periódicos da Grande Imprensa. Dentre esses eleitos, o Jornal *Última Hora* era referência, devido ao alinhamento político/ideológico dos jornalistas da *Folha*, com o posicionamento do periódico carioca. Enquanto um dos concorrentes regionais da *Folha*, o Jornal *Correio do Triângulo* exigia, energicamente, em edição que o *Última Hora* fosse cassado pelo golpe de 1964 (CORREIO DO TRIÂNGULO/CORREIO DE CAPINOPOLIS, 13/03/1965).

próximo do que conhecemos como imprensa do interior no Pontal do Triângulo Mineiro⁵⁹.

Começaremos falando sobre o *Correio do Pontal*, – que teve sua produção inicial em 1956 -, Jornal guiado e de propriedade de Pedro Lourdes de Moraes, que, como nos aponta a *Folha*, trabalhava também com corretagem (FOLHA DE ITUIUTABA, 09/08/1961). O periódico era produzido também na cidade de Ituiutaba, e assinava o expediente, além do próprio Pedro Moraes como “diretor-proprietário”, o advogado Luiz Alberto Franco Junqueira como “redator”. Pouco tempo após, em 1957, Junqueira parou de assinar a redação do periódico, que passou a ter “colaboradores: Diversos”, no ano seguinte, Junqueira se elegeu a deputado estadual em Minas Gerais pelo PSP.

Da mesma forma que a *Folha*, a sede do *Correio do Pontal* funcionava junto a uma gráfica, com o mesmo nome do periódico, que oferecia serviços de impressão para terceiros. Em 1957, o estabelecimento físico do Jornal e da gráfica se localizava no centro, na Avenida 11, número 1255. No ano seguinte, a redação e a oficina do *Correio do Pontal* mudaram de localização, ainda continuando no bairro central de Ituiutaba, na rua 26, número 718.

Pedro de Moraes já tinha experiência como jornalista, também dirigiu, no ano anterior ao lançamento do *Correio do Pontal*, uma revista também local chamada *A Estampa*. O *Correio do Pontal* também se dizia um bissemanário, ou seja, eram produzidas duas edições por semana, mas, diferente da *Folha*, corriam nas terças e nas sextas-feiras, sendo que a escolha do dia teria se dado para não ter conflito com o concorrente. A assinatura anual custava Cr\$200,00, e o exemplar, vendido avulso, custava Cr\$2,00 na cidade de Ituiutaba, em outras cidades do Triângulo Mineiro, custava um cruzeiro a mais, o que nos leva a inferir que sua distribuição e vendas eram parecidas com as da *Folha*: em bancas e entregas. Em 1958 sua tiragem era de 1.640 exemplares por edição.

O *Correio do Pontal* seguia um padrão de estrutura bem próximo da *Folha*, seu formato e tamanho eram os mesmos: próximo da forma *Standard*, uma brochura de padrão grande em relação a outros formatos, com o tamanho de suas páginas entre 53,5x36cm, caracterizando-se pelas folhas, que são longamente verticalizadas e dobradas

⁵⁹ Sabemos que, na década de 1950, circularam outros impressos na região, para além dos que citaremos, entre esses, como nos aponta Bandeira (2015), estão as revistas *Estampa* (1955), *Brasília* (1956) e *O Patriota* (1956). Sabemos também que, em 1963, circulava na cidade o *Jornal do Estudante*, sendo chamado pela *Folha* de “o caçula da nossa imprensa” (FOLHA DE ITUIUTABA, 24/07/1963). Infelizmente não tivemos acesso a nenhum desses periódicos.

ao meio de modo horizontal. Sua impressão era em uma única tinta, o preto, e carregava diversas colunas e propagandas. Comumente as edições do Jornal continham 4 páginas, entretanto, em edições comemorativas, esse número poderia aumentar, como no caso da edição especial do aniversário de 56 anos de emancipação de Ituiutaba, que contém um total de 12 páginas (CORREIO DO PONTAL, 15/09/1957).



FIGURA 3 - Reprodução de capa do jornal *Correio do Pontal*.
FONTE: *Correio do Pontal*, N. 116, ano III, Ituiutaba (MG), 21 de fev. 1957.

O nome, *Correio do Pontal*, se apresentava como quem pretendia abranger e falar em nome do Pontal do Triângulo, um pouco mais expandido que a *Folha*, que se dizia de *Ituiutaba*. Quanto ao *slogan* que se encontrava no Jornal, bem abaixo do seu nome, dizia ser “Um jornal de opinião”, ou seja, se afirmava como um periódico que trazia uma maneira de pensar, de dar parecer, de ver e de julgar próprio e de atitude. Isso se devia pelo fato de que, da mesma maneira que os jornalistas dos outros periódicos tijucanos, Pedro Moraes era formalmente filiado a uma legenda política, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e, durante o período em consonância com a circulação do *Correio do Pontal*, foi eleito e exercia o cargo de vereador na Câmara municipal de Ituiutaba, pelo partido, tendo sua legislatura entre 1954 e 1958.

Weffort (1984) estudou a relação entre os partidos e os jornais, propondo, em um artigo que se tornou um clássico nos estudos das ciências políticas, a preposição “Jornais são Partidos?”, e apesar de, literalmente, não serem a mesma coisa, os dois se confundiam face às ações, pois se “os partidos são de opinião, os jornais também são de opinião, nada de surpreendente se estes às vezes se comportam como aqueles” (WEFFORT, 1984, p. 39).

Dentre os partidos da Segunda República, o PTB se configurou como o Partido de orientação mais próxima do getulismo, que defendia o legado e a herança do ex-chefe de Estado, apoiando-se em uma política de continuidade de reivindicação política dos trabalhadores, e tendo Getúlio Vargas como a grande inspiração. Dentro de sua formação inicial, havia, basicamente, políticos ligados ao ministério do trabalho do governo do Estado Novo e sindicalistas. O partido, em sua existência, viveu um paradoxo no qual, ao mesmo tempo em que reclamava a herança do ex-ditador, paulatinamente, se desvinculava de sua imagem, adotando um projeto reformista e se afirmando em torno das Reformas de Base, que seriam o carro-chefe da gestão do presidente João Goulart e dos últimos anos do Partido (1961-1964). O PTB, nacionalmente, se instrumentalizou, por meio do trabalhismo oficial (de cunho assistencial e preso à ordem legal em vigor), trazendo também um forte vínculo com sindicalismo oficial, agindo ao seu final, com fortes potencialidades de política reformista (DELGADO, 1989).

Porém, no ano de 1957, Pedro Morais foi expulso do PTB em plena função de vereança. Afirmamos isso, pois, nesse ano, em uma edição da *Folha*, há uma nota de publicação de banimento de Pedro Lourdes do Partido, por ato de indisciplina, assinado pelo então presidente local do Partido, José Arsênio de Paula (FOLHA DE ITUIUTABA, 16/02/1957). Seguidamente Pedro Morais se filiou ao PSD local, concorrendo ao pleito de vereador em 1958, como a *Folha* nos mostra em publicidade eleitoral, não conseguindo se reeleger ao cargo (FOLHA DE ITUIUTABA, 10/09/1958). Em 1962, após retornar ao seu antigo partido, Pedro Morais se candidatou à vereança novamente, e assumiu como suplente em 1964, sendo obrigado a renunciar do cargo pela aliança civil-militar (FERREIRA, 2017b).

Há contínuas citações de felicitações e agradecimentos ao Jornal *Correio do Pontal* e ao proprietário Pedro Lourdes de Morais nas páginas da *Folha de Ituiutaba*, durante a coexistência dos periódicos concorrentes. Encontramos, em uma edição do *Correio*, uma nota sobre o aniversário de dois anos, em que a *Folha* dava felicitações ao adversário (CORREIO DO PONTAL, 07/02/1958). Segundo alguns dos entrevistados,

Pedro Moraes era irmão da esposa de Ercílio Domingues, assim, para além de compartilharem a mesma profissão, tinham uma relação familiar⁶⁰, e, por um período, fizeram parte do mesmo diretório local de partido.

O redator, que assinava o Jornal em 1956 e em parte de 1957, Luiz Alberto Franco Junqueira, era formalmente filiado a outro partido político, o Partido Social Progressista (PSP), legenda pela qual conseguiu se eleger como deputado estadual de Minas Gerais em 1959, e, novamente, em 1963, compondo o que é conhecido como 4^a e 5^a legislatura. Em seu primeiro mandato de parlamentar, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), foi o líder de seu partido no legislativo do estado, em 1960, além de ter ocupado outros cargos tão importantes quanto⁶¹.

Segundo Motta (2008), o PSP foi um partido de pequena expressão dentro do sistema partidário do período 1945-1965, entretanto, conseguiu atingir parcelas significativas do eleitorado, principalmente, paulista, em que o líder, Adhemar de Barros, tinha grande influência⁶², se tornando um valioso aliado nos momentos de estabelecimento das composições eleitorais. Para Sampaio (1982), o PSP surge em 1946, como um grupo político independente, que não se encaixava, nem nas forças que se opunham a Vargas, nem aos grupos que controlavam os recursos da burocacia, grupos nos quais a política do PSD e do PTB se baseava. O líder do Partido buscava, como estratégia, se identificar com as massas trabalhadoras urbanas, fazendo alianças, inclusive com os comunistas, em 1947, em um discurso difuso, capaz de sensibilizar as massas trabalhadoras. Entretanto, depois que assumiu o governo do estado de São Paulo (1947-1951, 1951-1955), o PSP estabeleceu suas próprias bases de organização, próximas as do PSD, enquadrando um eleitorado com afinidades em padrões mais tradicionalistas, se apoiando nas classes médias rurais, sendo que, nas lideranças locais do Partido,

⁶⁰Dentro do movimento historiográfico da micro-história italiana e da proposta de método microanálise, uma grande prática, para além da diminuição das escalas, se fez na proposta de um método onomástico de refletir sobre “o nome e o como”, pensando não apenas na identificação dos sujeitos dentro de determinados grupos, mas sim os processos de atribuição, transmissão e os usos dos nomes, e como se interligam em redes sociais com finalidades de classificação social (GINZBURG; PONI, 1989).

⁶¹ Luiz Junqueira voltou a ocupar o cargo de deputado estadual de Minas Gerais em 1977, quando assumiu como suplente na 8^a Legislatura, sendo eleito novamente para o cargo em 1979, assumindo na 9^a Legislatura. Para saber mais, visitar o sítio online https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2014/06/23_obituario_luiz_junqueira.html Acesso em 13de abr. 2020.

⁶² Adhemar de Barro havia sido nomeado como interventor em São Paulo, em 1938, durante o Estado Novo, entretanto, rompeu com Getúlio Vargas no início dos anos de 1941, após ter sido substituído em 1941. Barros saiu do governo, mas deixou uma base de adeptos no estado paulista, que o apoiaria na formação de um novo partido, o PSP (MOTTA, 2008).

predominavam homens ligados a grupos econômicos dominantes nas suas respectivas regiões.

O *Correio do Pontal*⁶³ teve vida efêmera, encerrando suas atividades em 1959. Entretanto, na *Folha de Ituiutaba*, o nome do jornalista petebista continuou a aparecer constantemente como participação nas políticas institucionais do município⁶⁴.

Outro importante jornal na região, na década de 1950 e 1960, foi o *Correio do Triângulo*. Na realidade podemos afirmar que esse impresso não foi apenas um único jornal, pois o periódico correu e foi produzido durante dois períodos distintos na região, a primeira, em 1959, e a segunda, em 1964-65, sem contar que, durante um momento de sua trajetória, outro impresso circulou em anexo a ele, o *Correio de Capinópolis*, produzido pelo mesmo grupo e com uma orientação política parecida.

Apesar de manterem a mesma linha editorial, ligação e orientação partidária, o *Correio do Triângulo* se diferenciou em suas duas versões, tanto em sua estética quanto na sua contagem de edições, pois, em 1964, ele reinicia sua numeração, negando a sua primeira versão.

O Jornal teve sua primeira edição lançada em 1959, e correu entre os meses de fevereiro até setembro de 1959. Como nos afirma Bandeira (2015), o periódico possuía o formato próximo do que se conhece como *tabloid*, com 6 páginas, e com suas dimensões entre os tamanhos de 47x33cm, com uma tiragem inicial de 5.000. Ademais, se distingua bastante da *Folha de Ituiutaba* e do *Correio do Pontal*, seja por sua tiragem, que era maior que os outros dois, o uso de tintas na impressão, e, também, pelo seu tamanho físico que era menor⁶⁵.

No *Correio do Triângulo*, havia várias imagens, tanto jornalísticas como publicitárias. Isso demonstra um papel crucial na manutenção do periódico, por meio de

⁶³ Conseguimos poucas informações sobre o *Correio do Pontal* devido ao fato de ter em mãos poucas edições, e as que encontramos estarem em péssimas condições.

⁶⁴ Sabemos que, entre 1960 e 1963, como imprensa de produção regional, circularam na cidade a *Folha de Ituiutaba* e o *Jornal do Estudante*, como no aponta a *Folha*, ao noticiar um evento em homenagem à imprensa local, que foi produzido e transmitido pela Rádio *Cancella*. Segundo a nota, além da homenagem, foi historiando “o jornalismo desde seus primórdios, com o ‘Vila Platina’, seu primeiro órgão de divulgação, até chegar à *Folha de Ituiutaba* e ao *Jornal do Estudante*, este o caçula de nossa imprensa” (FOLHA DE ITUIUTABA, 24/07/1963).

⁶⁵ Nas páginas da *Folha de Ituiutaba*, há poucas citações sobre o *Correio do Triângulo*. Entre essas a *Folha* parabeniza o *Correio* por sua estreia no dia seguinte, de sua primeira circulação. Em elogios afirma que o novo impresso é “dirigido pela experiência jamais desmedida de Benjamin Dias Barbosa e redatoriado pela reconhecida e proclamada cultura de Jayme Gonzaga Jayme, o novo bi-semanário ituiutabano”, e que “se propõe, antes de mais nada, a tornar-se, sem seresteiro, que leve aos quatro cantos da terra tapuia, aos lares de Minas, de todos os quadrantes da Pátria, fotografia real, sem retoques, dessa colmeia gigante, que é Ituiutaba” (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/02/1959).

anúncios, para além da venda de seus exemplares e assinaturas mensais e anuais. Outro ponto importante é que o Jornal era impresso com tintas coloridas, fazendo o uso de tinta em cores primárias (vermelho, amarelo e azul), fugindo do padrão dos jornais de produção local, que eram impressos em preto.



FIGURA 4: Reprodução de capa do jornal *Correio do Triângulo*.
FONTE: *Correio do Triângulo*, N. 18, ano I, Ituiutaba (MG), 19 de mar. 1959.

A redação e a produção estavam nas mãos de Jayme Gonzaga Jayme, enquanto a direção estava a cargo de Benjamin Dias Barbosa. Segundo Bandeira (2015), Jayme era nascido na cidade de Araguari e contribuía também para outros periódicos da região, entre eles, o jornal *O Triângulo*⁶⁶, produzido no município vizinho de Uberlândia, enquanto Benjamin Barbosa integrou a redação e produção de outros jornais da região, como a *Gazeta de Ituiutaba*, que circulou na região no final dos anos de 1940. Nessa primeira fase do *Correio do Triângulo*, Benjamin desiste da direção do periódico pouco antes de ele fechar, no final do mesmo ano. Conforme afirma Bandeira (2015), o Jornal, em seu projeto político, em 1959, defendia ostensivamente os interesses do setor agrário e pecuário, investindo em forte propaganda sobre as riquezas produtivas rurais do

⁶⁶Como nos afirma Santos (2009b), o jornal o *Triângulo*, que era produzido na cidade vizinha de Uberlândia, em seus escritos, durante a campanha eleitoral do município, em 1958, tinha uma íntima ligação política com o PSD de Uberlândia, sendo plataforma política do partido durante o pleito.

município. O Jornal era produzido na tipografia *Finholdt*, propriedade da família de mesmo nome, residentes de Ituiutaba.

O nome *Correio do Triângulo*, diferente da *Folha* e do *Correio do Pontal*, que pretendiam representar e abranger o microrregional, apresenta o impresso dentro de uma maior ambição espacial, tencionando englobar o Triângulo mineiro em um todo e falar por ele. Essa vontade se exprime na sua tiragem, que, no momento, era quase o dobro do que a *Folha* imprimiu em seus últimos anos, e três vezes maior que o *Correio do Pontal* produzia um ano antes. Quanto ao subtítulo do Jornal, nesse momento, em seu *slogan*, contava com os inscritos, “órgão noticioso e independente”. O primeiro adjetivo posto pelo jornal se volta pela vontade de informar, enquanto o segundo aparece de modo vago, se referindo à questão econômica e de financiamento do Jornal, ou em contraposição à grande imprensa, sendo uma imprensa de interior.

Acreditamos que, por esses meios, de ter um formato distinto, o uso de cores e maior tiragem, o que fazia o Jornal ter um custo maior, o *Correio do Triângulo* tentava se diferenciar dos demais jornais locais, procurando se situar como um produto mais potente em número de circulação, e mais modernizado, escapando da roupagem do que era costume entre os concorrentes da região ao oferecer uma alternativa.

A hipótese de Bandeira (2015), para o fim dessa primeira versão do *Correio do Triângulo* (da mesma forma que outros periódicos tijucanos que também tiveram vida efêmera ao logo do século XX), foi por questões financeiras, em vista de seu custo ser maior que os demais concorrentes, pelo tipo de produto, e pelo fato de que a região não suportaria mais um impresso (BANDEIRA, 2015).

Mas, se o *Correio do Triângulo* tentava se distanciar, na sua estética, dos outros jornais produzidos no final na década de 1950, por meio de uma tiragem maior, variedade de cores e diferenciação de formato, ele teve um projeto gráfico bem distinto na segunda versão, que circularia em 1964, desde seu tamanho até a sua impressão.

O jornal produzido na segunda fase do *Correio do Triângulo* se diferenciou em muito da primeira. Não apenas porque esse momento aconteceu cinco anos depois: iniciou-se a circulação da segunda versão em abril de 1964. Mas sim porque, como nos afirma Ferreira (2017b; 2019), ele ressurgiu muito mais parecido, em sua forma, com a *Folha de Ituiutaba* (e afirmamos, aqui, que ele também se parecia esteticamente com o *Correio do Pontal*) do que, propriamente, com seu formato antigo, inclusive em seu tamanho e na diagramação, que se aproximava, agora, de um modelo *standard*, com dimensões próximas entre 53,5x36cm, com páginas “grandes” e dobradas ao meio, na

horizontal, e que passaram a ser impressas apenas na tinta preta, variando sua numeração de páginas entre quatro e seis, a não ser em edições comemorativas, podendo chegar até 12 páginas, como no caso de aniversário do município de Ituiutaba (CORREIO DO TRIÂNGULO, 16/09/1964). Custando, nesse momento, \$30,00, passando no ano seguinte, de 1965, ao preço de \$40,00, e, posteriormente, \$50,00, o exemplar.

A primeira edição do *Correio do Triângulo*, de 1964, foi lançada em 7 de abril, com um intervalo de menos de duas semanas da última edição produzida pela *Folha*, frente ao seu fechamento. Lançado ligeiramente, de modo precário, devido à aceleração para sua rápida execução, o Jornal circulou apenas duas edições em um único mês, se normatizando em maio, em que passou a um semanário. O *Correio*, provisoriamente, teve sua sede na Associação Rural de Ituiutaba, organização formada por proprietários rurais, em sua maioria, de origens e ligações latifundiárias, localizado na avenida 15, nº 805, porém, era impresso em oficinas alheias, como nos aponta o Jornal (CORREIO DO TRIÂNGULO, 07/04/1964). Dessa maneira, o novo *Correio* passou a ser produzido e circular quase que instantaneamente ao fechamento da *Folha de Ituiutaba*. Aparentemente sua produção iniciou-se às pressas, com sede provisória e sem gráfica própria, sendo impresso pela oficina ligada ao grupo do jornal *O Triângulo*, na cidade de Uberlândia (CORREIO DO TRIÂNGULO, 09/04/1965). Desse modo, o *Correio* chegou preenchendo, assim, um vácuo no mercado informativo da região, deixado com a extinção da *Folha*, mas com outro teor político.

A empresa “Correio do Triângulo S/A” possuía vários acionistas, que assinavam como subscritores, muitos desses nomes ligados à política local, principalmente, à UDN e parte da PSD. Possivelmente o surgimento do Jornal está intimamente ligado a verbas levantadas com esses para a empreitada⁶⁷. Dentre esses podemos apontar: o udenista Geraldo G. Franco (que assumiria o executivo de Ituiutaba nos meses seguintes de 1964), o pessedista Agêspolis F. Maciel (que se tornaria chefe do legislativo municipal), Eurípedes A. Freitas (ex-redator na *Folha de Ituiutaba*), entre outros (CORREIO DO TRIÂNGULO, 10/05/1964).

Nesse novo momento do Jornal, voltou a assinar o expediente do *Correio do Triângulo*, Jayme Gonzaga Jayme, como redator-chefe, e Benjamin Dias Barbosa, como

⁶⁷ Nesse sentido a segunda versão do *Correio do Triângulo* se assemelha ao jornal carioca, também ligado ao udenismo, *Tribuna da Imprensa*. Segundo Barbosa (2010), o Jornal de grande imprensa foi fundado em 1949, por Carlos Lacerda, que arregimentou vários amigos e companheiros de partido para serem acionistas para tal empreitada, viabilizando financeiramente o projeto.

secretário. Um novo nome surgiu, também, entre os jornalistas responsáveis pelo impresso: Joaquim Pires das Neves, o diretor comercial. Neves deixa o cargo em outubro de 1964, passando a assinar como diretor Orivaldo Vieira Paiva, que abandona a frente do impresso antes da virada do ano, ficando apenas Jayme e Barbosa como responsáveis pelo Jornal.



FIGURA 5: Reprodução de capa do jornal Correio do Triângulo.

FONTE: *Correio do Triângulo*, N.03, ano I, Ituiutaba (MG), 10 de mai. 1964.

Para além do formato, havia outros pontos em comum entre a *Folha de Ituiutaba* e o *Correio do Triângulo* de 1964. Desde as mesmas publicidades⁶⁸, até colunas com a mesma finalidade, e, algumas carregavam o mesmo nome⁶⁹ ou parecido. Outra prática

⁶⁸ Dentre essas encontramos, em ambos os jornais, anúncios das: Casas Pernambucanas; Livraria ABC; Expresso Ituiutaba; Vidraçaria oriental, Armazém Bandeirante, Trator Ford, Escritório de advocacia Tomaz de Aquino Petraglia e assinatura de jornais de circulação nacional com Humberto Teodoro.

⁶⁹ Entre as colunas em comum, encontramos: uma nota com o nome “A pedidos”, coluna, geralmente, voltada à resposta e a escritos dos leitores (CORREIO DO TRIÂNGULO, 19/04/1964); “Legislativo em Fóco”(CORREIO DO TRIÂNGULO, 14/06/1964); Lista de filmes que se apresentavam durante a semana na cidade em “Cinema – Filmes da Semana”(CORREIO DO TRIÂNGULO, 14/06/1964); A “Coluna da ACIAPI”(CORREIO DO TRIÂNGULO, 19/04/1964); Havia a ala “Correio Esportivo”, sendo uma coluna

comum da *Folha* se refaz aqui: começar um escrito na primeira página e terminar em sua última, inclusive manchetes. Mas o *Correio* tinha publicidades e colunas inéditas para além das parecidas da *Folha*. Acreditamos que a reprodução dessas colunas e anúncios não configuram uma cópia ou plágio, mas sim costumes da imprensa local, sendo que, ao conquistar a liderança jornalística, e domínio informativo na região, o *Correio* começa a reproduzir práticas bem sucedidas de outros impressos com a finalidade parecida.

Em sua estrutura e estética, a *Folha de Ituiutaba* e esse “novo” *Correio do Triângulo* se pareciam muito, o que nos leva a afirmar que o *Correio do Triângulo* e o grupo que o financiava tomou o espaço econômico e mercadológico que era ocupado pela *Folha*, que, praticamente, liderava a luta por hegemonia como meio de comunicação local escrito e impresso na década de 1960.

Em 16 de setembro de 1964, um novo jornal surge em anexo ao *Correio do Triângulo*, geralmente, sendo publicado no miolo, o *Correio de Capinópolis*. Este tinha apenas uma página e era assinado, em sua direção, por João Garcia Filho, e a redação por João Rodrigues Miranda. Em seu expediente, havia escrito que era responsabilidade de Jayme Gonzaga Jayme. Seu *slogan* era um “Arauto das aspirações do município”, e, nessa única página, embutida no meio do *Correio do Triângulo*, trazia, essencialmente, notícias e anúncios referentes ao município que o impresso carregava no nome. O Jornal de página única não chegou a fazer um ano de aniversário, sendo que a última aparição do *Correio de Capinópolis* que encontramos é em 14 de maio de 1965.

O subtítulo que o *Correio do Triângulo*, nesse segundo momento, carregou em seu expediente, era “Pela democracia – Para a Democracia e pela Liberdade”. A palavra democracia era, talvez, uma das que mais apareceram nas páginas do impresso, sendo que ele adjetiva seus jornalistas e colaboradores como democratas. Frente às mudanças políticas acontecidas, com o golpe de 1964, o uso dessas palavras nos leva a entender como uma pretensão de autoafirmar uma imagem sobre seu grupo político e redatorial, como um oposto ao comunismo, que seria o antidemocrático.

Apesar de renegar sua primeira versão, como podemos ver na sua contagem de edições, que se reinicia do zero, em 1964, no *Correio do Triângulo*, encontramos uma

dedicada aos embates do futebol local; Em agosto de 1964, também, aparece uma coluna chamada de “sociais”, com uma organização idêntica à da *Folha*, dando parabéns a notórios personagens da região, inclusive com um poema antes. Ademais, reaparece a *Crônica do Anastácio* no *Correio* (CORREIO DO TRIÂNGULO, 26/11/1964), sendo que, em um expediente de 1965, o nome dele, Ítalo Terêncio Bermasse, aparece entre os colunistas do Jornal (CORREIO DO TRIÂNGULO, 28/08/1965).

citação, a primeira versão do Jornal, sendo em uma nota de parabéns ao aniversário de Jayme Gonzaga Jayme, em que se afirmava:

Ele aqui fundou em 1959, o ‘Correio do Triângulo’, que por motivos óbvios teve curta duração. Quando nos céus da Pátria a sombra negra, ameaçadora, do comunismo internacional; quando o povo daqui, apavorado, sentindo perigo eminente, sentiu a falta de um jornal de opinião, que fosse porta-voz dos verdadeiros democratas – surgiu então a ideia do lançamento de um jornal. (CORREIO DO TRIÂNGULO, 09/08/1964)

Quais seriam esses “motivos” nem tão “óbvios”, aos nossos olhares, que levaram ao fim da produção do Jornal em 1959? Bandeira (2015) afirma que o fim da primeira versão do impresso se deu por questões econômicas. Podemos pensar, por outra via, sendo o motivo, também, devido à falta de apoio ou favorecimento político ao Jornal, em 1959, algo que o impresso teve em 1964. No editorial chamado de “A volta dos covardes”, se referindo à versão de 1959, o Jornal afirmava que:

Antes do 31 de março, nossos jornais eram impedidos de chegar às mãos dos assinantes por funcionários inescrupulosos dos Correios e Telégrafos. Comprovamos isto, fartamente. Depois foi uma maravilha: nenhuma reclamação recebíamos; todos os jornais eram entregues religiosamente. Mas, o susto passou, a politicalha acabou com a punidade e esfriou a Revolução, encorajando de novo os covardes. Agora, já nossos jornais voltaram a ser boicotados. Imprensa independente sofre demais, apanha de todo o lado, porque não pode se amarrar a ninguém [...]. (CORREIO DO TRIÂNGULO, 02/07/1965)

Em sua segunda versão, o *Correio*, não trouxe em suas páginas nenhuma referência direta à *Folha* ou aos seus jornalistas, nem aos eventos que levaram ao seu fechamento. Entretanto, no Jornal, há escritos cobrando a cassação de periódicos que eles consideravam da “imprensa vermelha”. Em um pequeno escrito, em sua segunda edição, em uma ala chamada de “últimas notícias”, o Jornal trazia sobre “e a imprensa vermelha?”, que, em um curto trecho, afirmava que:

A imprensa vermelha, dirigidas por jornalistas vermelhos, continua ‘sadia’... quando virá a “rôle” para seus dirigentes? Será preciso insistir na punição dos jornalistas comunistas do Triângulo. (CORREIO DO TRIÂNGULO, 19/04/1964)

Em outra nota, já, em 1965, o Jornal afirma que vários jornais foram extintos no país com a “revolução de abril”, porém, ainda circula um dos “(...) maiores órgãos de divulgação comunista, montado por Wainer e Baby Bocaiuva – *Última Hora* – com dinheiro comunista circulando livremente, sob intervenção (...)” seguido com a afirmação de que:

A imprensa comunista precisa e deve ser extinta de vez. Desapropriada. Grandes e pequenas empresas. Grandes e pequenos jornais. Antes que o mal recrudesça, novamente... (CORREIO DO TRIÂNGULO/CORREIO DE CAPINÓPOLIS, 13/03/1965)

Se a *Folha* e a segunda versão do *Correio do Triângulo* pareciam-se, em seu formato e montagem, o *Correio do Triângulo* se fez, politicamente, muito distinto da *Folha*, praticamente, em oposição. Em um editorial, o Jornal trazia suas aspirações, em que se posicionava contra o que chamava de “materialismo comunista ou burguês”:

Queremos antes de tudo, um jornal democrático, noticioso das coisas de nossa terra e da região, sentinelas alerta em defesa de princípios contra a ameaça do materialismo comunista ou burguês. (CORREIO DO TRIÂNGULO, 19/07/1964)

Na sua terceira edição, frente ao golpe de 1964, o periódico afirmava quais eram essas suas posições políticas, em editorial intitulado “Advertência oportuna” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 10/05/1964), dizendo que ele “é uma iniciativa dos democratas de Ituiutaba e cidades vizinhas para defender a democracia contra os seus inimigos e combater a doutrina e a prática do comunismo”, descrevendo que o “O processo de recuperação democrática, de alienação do cancro comunista é lento e trabalhoso”, e que:

Mais do que nunca precisamos doutrinar, esclarecer, advertir, documentar contra o comunismo, em favor da democracia. Mais do que nunca precisamos desse jornal para transformá-lo numa cidadela contra o inimigo da humanidade (...).

Vamos cooperar com o governo atual para que nossos filhos não tenham que pegar armas contra a quinta-coluna russa em um futuro próximo. (CORREIO DO TRIÂNGULO, 10/05/1964)

O Jornal se autointitulava como representante dos democratas, repetindo ostensivamente isso. Sempre apontava como principal inimigo o “comunismo”, que seria o antidemocrático, no caso do trecho acima, referenciando como um “cancro”, comparando-o com uma doença.

Sobre a deposição de João Goulart e a ascensão dos militares, o *Correio*, em sua primeira edição, noticiava a versão da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”⁷⁰ em Ituiutaba, que foi publicada com o título “Marcha da Vitória”, em que o impresso afirmava que, no dia 3 de abril:

⁷⁰ A “Marcha da vitória”, descrita pelo *Correio do Triângulo*, é a mesma manifestação pública local descrita na narrativa de Geraldo Sétimo. Segundo o jornalista, entre os manifestantes, estavam parte dos católicos, membros da UDN, proprietários rurais, empresários e donos de indústrias, que, no final da marcha, prometiam apedrejar o estabelecimento da *Folha de Ituiutaba*. Diferente do relato do *Correio do Triângulo*, Sétimo descreve que “massa popular mesmo não havia. Excluindo os escolares e algumas religiosas, eram escassos 300 pedestres” (MOREIRA, 1964).

(...) 5.000 pessoas participaram da grandiosa passeata da vitória, comemorando a mudança de governo e consequente a derrota do comunismo que ameaça as instituições e a própria soberania nacional.

Ituiutaba vibrou, numa das maiores manifestações públicas já realizadas em nossa terra. Regozija pela vitória da democracia. (CORREIO DO TRIÂNGULO, 07/04/1964)

Em relação à tomada do poder local, ficou marcada, nas páginas do *Correio*, certa intimidade com a nova administração do município, que ascendia e que assumira os principais cargos (inclusive sendo acionistas do Jornal). Sobre essas deposições, o Jornal lançava “Ação do Comando Militar em Ituiutaba”, em que se publicava uma “Palpitante entrevista (exclusiva) concedida a este jornal pelo presidente do diretório municipal da UDN”⁷¹, na qual o então líder udenista local respondia sobre as mudanças políticas no município, primeiro, sobre a junta militar que estava na cidade, sendo essa uma “comissão de inquérito, cuja finalidade, é apurar atividades subversivas”, sempre em respostas curtas, como “consta que houve irregularidade”, e quando perguntado pelo Jornal se “houve malversação do dinheiro público?”, sua resposta era “Consta que houve”. Quando perguntado sobre a cassação de direitos políticos, foi respondido que “desconheço, mesmo porque é prerrogativa do sr. Presidente da República.” Ao terminar a nota, o Jornal finalizava dizendo que “Através dela podem nossos leitores ter uma idéia mais segura da verdadeira realidade política e administrativa de Ituiutaba, que volta ao período de paz, tranquilidade e trabalho”. Nessa entrevista, o *Correio do Triângulo* trazia escritos apontando os políticos locais depostos em 1964, de mau uso de verbas municipais e subversão, justificando como “verdade” sobre a situação (CORREIO DO TRIÂNGULO, 07/06/1964).

Entretanto, apesar de falar sobre as mudanças no plano político administrativo local, as notas do *Correio do Triângulo*, em nenhum momento, falam sobre o empastelamento da *Folha*, da prisão dos jornalistas e nem da perseguição aos sindicalistas. Diferente do Inquérito Policial Militar (IPM nº70), instaurado pelos militares, que cita tudo como um único documento, portanto, sendo uma única ação repressiva (APM-Fundo DOPS/MG, rolo 049, pasta 3882, p.1-21).

⁷¹ Em 1964, o líder do diretório local udenista era o médico José Feres. No ano de 1955, Ítalo Gentil, assinando como Anastácio, em sua *Crônica da cidade na Folha*, narrava brevemente um embate entre Feres e Geraldo Sétimo: “Houve ainda uma ligeira polemica entre um ilustre médico local e o ‘pasquim’ que abriga essa coluna. Melhor dizendo verificou-se o entrevero entre o brilhante jornalista que é SÉTIMO e o conceituoso médico dr. José Feres” e que “O jornalista é SÉTIMO e o cirurgião muito se utilizou da Palavra QUINTA” (FOLHA DE ITUIUTABA, 24/12/1955). Sem apontar o motivo, o como ou o início do embate, o escrito nos leva a compreender que, no momento, houve um conflito entre os dois, – e, de certa maneira, colocando o Jornal como parte do confronto.

Apesar de chamar seu grupo de “democrata” e de se dizer “pela democracia”, o *Correio do Triângulo* apoiou o movimento antidemocrático, que levou os militares ao poder em abril de 1964, e fundou a ditadura. Na nota de “Um ano de Luta”, comemorava-se tanto o primeiro aniversário do periódico quanto do “Movimento Revolucionário” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 09/04/1965)⁷². Segundo o periódico:

O Correio surgiu num momento difícil. O país vivia uma das fases mais dramáticas da sua história. Maus brasileiros instalados em altos postos da vida pública nacional, traiam sua pátria e serviam a cargos para fomentar a subversão. Homens públicos, líderes políticos, professores, jornalistas, estudantes, operários, minorias das três armas, homens de todas as classes sociais, uns por convicção, outros por ingenuidade, se entregavam à estranha, à criminosa tarefa de comunizar o Brasil, de transformá-lo em satélite da URSS.

(...)

Passou a soprar, afinal, o vento bom, propício. Estava afastado o perigo eminente do comunismo. O povo respirava aliviado e satisfeito, pela vitória rápida, sem sacrifício de vidas, do movimento revolucionário. Durante um ano de vigência a Revolução muito já realizou. (CORREIO DO TRIÂNGULO, 09/04/1965)

Vale apontarmos, também, que, ao longo das edições do *Correio do Triângulo*, encontravam-se várias frases que misturavam ideias anticomunistas, cristãs e moralistas, distribuídas ao longo das páginas, como: “O comunismo é o último aborto de satanás” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 27/02/1965), “Uma sociedade vale, o que valem suas mulheres” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 09/04/1965) e “Ocupemos o Brasil antes que outros o façam!” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 02/07/1965). Em um desses, encontramos:

Ninguém lhe negará mais o direito de ir à igreja; ninguém mandará na educação de seus filhos; ninguém porá pessoas estranhas na casa onde você mora, nada disso que acontece nos países socialistas acontecerá com você, anule a ação nefasta do comunismo. (CORREIO DO TRIÂNGULO, 02/08/1964)

O Jornal trazia sempre uma contraposição entre o comunismo e a liberdade, usando de palavras cristãs para se fazer uma comparação da doutrina com o demônio e o

⁷² Há outros escritos nas páginas do Correio, que reverenciam o Golpe de 1964. Para além desses, há outros afirmando que havia golpes comunistas em caminho. Podemos citar: “Paradoxos” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 12/07/1964); “O perigo por que passamos” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 12/07/1964); “Comunistas voltam outra vez a perturbar a vida da nação” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 02/08/1964); “Contrastes e confrontos...” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 02/08/1964). “Corrupção é aliada do comunismo” e “Ação comunista na América Latina” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 10/06/1965); “O “Paraíso” comunista no Brasil” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 05/07/1964); “De danosas consequências à democracia Brasileira” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 24/05/1964); “Conheça os fabricantes do comunismo” (CORREIO DO TRIÂNGULO 24/05/1964); “Você e o perigo comunista” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 26/07/1964); “Entidades subversivas: Algumas Organizações comunistas que trabalharam no Brasil e continuam em outros países” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 31/05/1964).

mal, via que a revolução destruiria a moral, a propriedade privada e a religião – coisas vistas como sagradas, como nos afirma Motta (2002), em suas análises sobre o anticomunismo no Brasil. Para o autor, os conservadores viam a revolução comunista como o grande perigo da nação, que destruiria valores sociais como a família, a liberdade, a propriedade privada, assim, tendo sido identificado com o “mal”. Em momentos de agravamento do sentimento anticomunista, como foi em 1964, qualquer modificação política pretendida pelas esquerdas, que incomodaria o *status quo*, seja qual fosse o teor, era visto por esses grupos como uma ameaça à sociedade, e eram, portanto, tachados como “comunistas”.

Se pensarmos em alinhamento partidário, o *Correio* se aproximou do pensamento udenista, com suas ressalvas e particularidades. Um dos jornalistas do *Correio*, Benjamin Dias Barbosa, foi candidato ao cargo de vereador, na cidade de Ituiutaba, pela UDN, em 1962, não conseguindo vencer o pleito.

Como afirma Benevides (1981), enquanto Vargas, em seu segundo governo, se aproximava, em sua plataforma política, da classe trabalhadora, os movimentos mais conservadores se distanciavam e criticavam o ex-ditador. Um dos principais partidos criados na quarta república constituiu-se, no cenário, com uma proposta antitrabalhista. A UDN manifestava-se contra o governo getulista e seus sucessores políticos, defendendo questões liberais e conservadoras, criticando o excesso de intervenção do Estado na economia, posicionando-se a favor da abertura ao capital estrangeiro, e se mostrando contra a corrupção, fazendo o uso de uma imagem moralista. Para compreendermos o udenismo, é importante entendermos sua identificação com questões como a defesa da propriedade privada, o liberalismo, o moralismo e o elitismo, pois era um partido conservador contra reivindicações trabalhistas urbanas e rurais (BENEVIDES, 1981). A UDN, como partido, se constituiu dentro de uma contradição, consolidando-se em uma ambiguidade, pois emergiu da crítica à ditadura do governo Vargas (em que Juscelino Kubistchek, Leonel Brizola e João Goulart eram vistos como herdeiros políticos do ex-ditador, após o suicídio). Porém, a UDN apoiou o golpe de 1964, posicionando-se contra o que chamavam de “infiltração comunista”, que se encarnou na oposição a qualquer movimento social e à política externa independente (BENEVIDES, 1981).

Podemos afirmar que, dessa maneira, o *Correio do Triângulo* trazia consigo um posicionamento udenista: afirmava que defendiam a democracia, mas apoiavam o golpe de Estado em 1964. Falavam que, ali, estava livrando o Brasil de uma futura “ditadura” das esquerdas, quando se instaurou uma ditadura de direita.

O *Correio do Triângulo* era um periódico conservador em muitas das suas características, em que defendiam o *status quo*, principalmente, a conservação, no que diz respeito à propriedade privada, às tradições cristãs, se tornando um representante comunicativo da nova ordem imposta na microrregião, trazendo artigos que tentavam validar e dar legitimidade aos novos administradores que assumiram os cargos. A concepção de conservadorismo que usamos aqui “designa ideais e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e de seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras”⁷³ (BOBBIO et al, 2016, p. 242). Assim, o conservadorismo e progressismo se apresentam como forças antagônicas que se fundamentam em práticas sociais e visões de mundo distintas.

Poderíamos enquadrar perfeitamente o *Correio* como um jornal de orientação udenista, entretanto, chama atenção uma característica que foge desses princípios nas páginas do *Correio do Triângulo*: junto à oposição ao comunismo, em menor constância, aparece críticas ao sistema capitalista e burguês. Escritos de posicionamento do jornal, afirmando ser “sentinela alerta em defesa de princípios contra a ameaça do materialismo comunista ou burguês” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 19/07/1964), ou, na curta frase: “O capitalismo, fonte geradora de todos os males da sociedade hodierna. Vive o seu último momento – agoniza sobre ruínas que vem acumulando” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 16/08/1965).

Parece-nos que o Jornal buscava uma alternativa que fugisse das duas propostas de sistemas econômicos e políticos, sendo contra o comunismo, mas também se posicionando contra o capitalismo burguês, se apresentando mais reacionário ao buscar uma alternativa de sistema. Essas ideias aparecem como um flerte com os ideais do movimento integralista brasileiro, que, no momento, já não existia mais⁷⁴.

⁷³ Apesar da palavra conservadorismo ser muito utilizada em designações políticas, é um conceito que apresenta significados imprecisos e variados. Nas ciências políticas, o termo designa um complexo de ideias e atitudes que visam à manutenção da ordem política existente, e de sua manutenção de funcionamento, se apresentando contra forças inovadoras. Surgiu como uma investida contra o iluminismo nas obras de Edmund Burke (1729-1997), em que a percepção de mundo em transformação, regida pela razão, deveria ser substituída por outra, que via o universo moral estável, ligado a um sistema de valores transcendentais (BOBBIO et. al, 2016).

⁷⁴ Há, no jornal *Lavoura e Comércio*, em edição de 1934, que era produzido na cidade de Uberaba, também no Triângulo Mineiro, um poema assinado por Benjamin Dias Barbosa. Sob o título de “Poema dos camisas-verdes”, segue em um escrito de ode à AIB (Ação Integralista brasileira), embaixo do seu nome, há a descrição de pertencimento “do grupo Meia-Duzia” (LAVOURA E COMERCIO, 13/11/1934). Em janeiro de 1965, há em manchete no *Correio do Triângulo*, inclusive com fotografia, em destaque: “Deputado Plínio Salgado: Aniversaria, dia 22 p.f o ilustre sociólogo e político, deputado federal Plínio Salgado, representante do Paraná na Câmara Federal” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 16/01/1965). Salgado foi fundador e o principal líder da AIB, que funcionou de 1933 até 1938, quando foi proibida pelo Estado Novo.

O integralismo possuía uma doutrina semelhante, em sua essência, aos fascismos europeus, embora gostassem de frisar que seu movimento era autenticamente brasileiro e nacionalista. Para a Ação Integralista Brasileira (AIB), os principais problemas brasileiros estavam ligados à desestruturação moral da nação, em que culpavam a modernidade pela destruição da sociedade tradicional, representando um passado idealizado em uma visão nostálgica de um mundo ordeiro, propondo um retorno aos costumes e valores antigos, por meio de um Estado integral, centralizado e autoritário. Ao contrário dos liberais, que acreditavam em um Estado mínimo e contido, os integralistas apoiavam a criação de um Estado abrangente, capaz de resolver os problemas da nação por meio da centralização. O desprezo pelo liberal se dava pela compreensão de que a liberdade levava à destruição de valores nacionais. Os comunistas eram os principais inimigos do integralismo, vistos como fomentadores das lutas de classe, que levaram à desintegração da nação por meio de valores modernos que solapavam a boa moral, que, para eles, eram baseadas em valores cristãos (TRINDADE, 1979).

O *Correio do Triângulo* retornou, nesse momento, como um jornal alinhado, tanto dos militares quanto das elites políticas e conservadoras locais, que estiveram presentes nas mudanças políticas ocorridos naquele ano na microrregião. O jornal *Correio do Triângulo* não apenas teve a audácia de ocupar o vácuo informativo e econômico regional como produto da imprensa, que se esvaziou com o fechamento da *Folha*, mas veio em um projeto de mensagem política distinto, legitimando aos seus leitores, por meio de seus escritos, a ascensão do seu grupo político em 1964.

O Jornal encerrou suas atividades em dezembro do ano seguinte, entretanto, posterior ao *Correio do Triângulo*⁷⁵, o jornalista Benjamin Dias Barbosa seguiu seus empreendimentos jornalísticos, criando, em 1966, junto a Ruy do Nascimento, um novo jornal de imprensa do interior, capaz de suprir a demanda, intitulado *A Cidade de Ituiutaba*.

Devemos compreender, portanto, que esses três jornais eram portadores de ideias que se alinhavam politicamente com distintos grupos em disputas sociais, sendo eles

⁷⁵ No ano de 1965, o *Correio do Triângulo* relata diversas vezes a dificuldade de sua produção e circulação, acusando o abandono de “democratas” na sua execução, principalmente, por não terem conseguido montar uma oficina própria de impressão. Falam sobre a dificuldade no editorial “Um ano de luta” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 07/04/1965) e em “A volta dos covardes”, afirmando que “(...) esfriou a Revolução, encorajando de novo os covardes. Agora, já nossos jornais voltaram a ser boicotados” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 02/07/1965). Nesse momento também é publicada em várias edições a frase “É mais fácil fazer um jornal comunista que defender a democracia. Para o primeiro jorra dinheiro às mancheias de providênciia duvidosa, através de maus brasileiros. Para o jornal democrático os espúrios centavos são dificeis” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 27/02/1965).

espaços de lutas e empreendimento, e de forças que atuaram dentro dessa conjuntura social, em embate por hegemonia política e informativa como meios de comunicação.

**2 - *Os Generais da Batalha*": Gestores políticos, partidos, movimentos sociais e
as autoridades regionais**

Ao longo de sua existência, o Jornal *Folha de Ituiutaba* apoiava e criticava os diversos projetos políticos expostos pelos cargos públicos ocupados por agentes na e da região, ou eleitos por ela, e também agia, legitimando ou justificando posições. A relação do periódico com movimentos sociais, agremiações, sindicatos e associações também era essencial na constituição das políticas regionais. É importante, para compreendermos os posicionamentos dos jornais, buscarmos como eles se comportavam em relação aos movimentos políticos, tanto os seus apoios quanto as suas desavenças e seus silêncios.

Como bem afirma Galves (2004), as relações políticas que dão as características dos espaços em que circulam periódicos do interior se compõem de variáveis que precisam ser consideradas, como o comportamento eleitoral, a tradição política de quem ali escreve, as relações com as lideranças políticas locais e regionais, além das ações/reações perante os acontecimentos estaduais e nacionais. Precisamos ter em mente que os jornais são um meio de comunicação, portanto, são produtos de expressões de grupos que se articularam, fomentadas por seus interesses e suas pressões culturais, políticas e sociais. Desse modo os jornais, ao fazerem representações de suas realidades, em seus escritos, trazem os interesses de quem ali escreve, e de grupos engajados, com o objetivo de levar as ideias aos leitores, ideias essas que buscam modificar o meio em que vivem, dentro de determinados projetos de poder.

2.1 - O princípio de “defender e aplicar”: Política local e os partidos nas páginas da *Folha*

Os jornais tijucanos, que já apontamos, apesar de suas especificidades políticas, tinham suas afinidades com as legendas políticas locais. Os jornalistas da *Folha* eram ligados, partidariamente, a uma corrente do PSD, e possuíam tendências com alas progressistas e nacionalistas, voltando-se, nos anos 60, às ideias trabalhistas mais ligadas ao PTB. Já os jornalistas do *Correio de Triângulo* se aproximavam ideologicamente do pensamento udenista, enquanto o *Correio do Pontal* tinha ligações com o PTB local durante parte dos anos 50. Apesar de termos essa lógica partidária de filiação entre jornalistas, a relação entre os jornais e esses partidos nem sempre se fizeram de maneira linear, a exemplo, o já dito Pedro Moraes, que foi expulso do PTB, e entrando novamente no partido anos depois, sem contar os apoios políticos que a *Folha* fez a candidatos e representantes de outros partidos ao longo de sua trajetória.

O partido político é o lugar em que se opera a mediação do fazer político, em que há relação e distância entre o domínio do concreto e o discurso, que traz consigo a expressão de ideias, pois:

É no espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, e esta é obra das forças políticas, que têm como uma de suas funções primordiais precisamente articular, na linguagem que lhes é própria as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas das populações. (BERSTEIN, 2014, p. 61)

Como analisou Barbosa (2015), os três partidos nos quais esses três periódicos regionais e seus jornalistas eram ligados, eram os partidos de maior expressão nacional, e que disputava a hegemonia política da microrregião durante os anos de 1950 e 1960, ainda havia, na região, o PRP e o PSP, com força e representatividade bem menor. Segundo Motta (2008), o PSD, o PTB e a UDN foram os partidos de maior expressão nos poderes legislativo e executivo, no cenário nacional, durante a Quarta República, no qual o sistema governamental dependia do apoio ou não desses três partidos.

Com o fim do Estado Novo, em 1945, com o esgotamento dos modelos autoritários de governo, em decorrência do fim da Segunda Grande Guerra, e com a vitória de países comprometidos, pelo menos, formalmente, com a democracia, aconteceu, no Brasil, uma abertura política pela qual foram convocadas novas eleições para presidente e representantes de uma assembleia constituinte. De imediato, iniciou-se uma nova organização partidária, com o olhar para o pleito eleitoral, dando origem a partidos efetivamente nacionais. Nesse contexto, o ex-ditador Getúlio Vargas deixou sua marca em dois, dentre os três principais partidos do período, o PSD e o PTB, o que tornou viável sua volta ao poder, em 1951, dando ênfase a um novo projeto que ficou conhecido como Trabalhismo. Esse modelo demonstrava preocupação com interesses da classe trabalhadora, sobremaneira, em torno da legislação trabalhista, levando isso para o discurso e para a propaganda política de seu novo governo (MOTTA, 2008).

Em um estudo sobre os meios de comunicação e a sua participação nos rumos políticos da sociedade, na cidade vizinha Uberlândia, Santos (2009b) se debruçou sobre a relação entre os partidos políticos, os jornais, as emissoras de rádios e as eleições do município no ano de 1958. Em seu estudo, a autora nos afirma que, no período o uso dos meios de comunicação para propagandas, apoios, críticas, pareceres e avaliações políticas eram quase comuns, localmente, sendo que determinados jornais, junto às rádios, eram ligados a tais partidos durante as eleições municipais. *O repórter*, mesmo se declarando apartidário, assumiu, no período, uma postura, da mesma maneira como fez a *Rádio*

Difusora, claramente alinhada aos interesses do Partido Republicano (PR), e de seu candidato. Enquanto isso, o *Correio de Uberlândia* e a *Rádio Educadora* estavam ligados à UDN, apoiando o candidato udenista para o cargo de prefeito, sendo que o diretor do Jornal se candidatou a vereador na corrida eleitoral. Também, nesse contexto, o periódico *O Triângulo* e a *Rádio Cultura* tinham suas tendências partidárias visivelmente ligadas ao PSD, apoiando o candidato a prefeito pelo partido, enquanto o diretor do periódico também concorria ao pleito pela vereança.

Durante toda a trajetória em que analisamos, podemos afirmar que a *Folha* se comportou de maneira fiel aos seus ideais políticos em nível nacional. Afirmamos isso porque o Jornal seguiu durante esses anos uma mesma linha lógica de política e de coesão até a sua última edição. Em sua trajetória, a *Folha* foi um jornal alinhado com uma determinada ala dentro do partido ao qual pertenciam os seus editores.

A linha de frente da *Folha*, nos seus últimos anos, isto é, o dono e os redatores, eram formalmente filiados ao PSD⁷⁶, sendo que Geraldo Sétimo pleiteou a vereança municipal, em 1958, pelo partido, e sofreu uma tentativa de impugnação por parte do Juiz eleitoral da comarca. Segundo as reportagens sobre a tentativa de impugnação, que ocorreu em conjunto contra outros 3 candidatos pelo PTB, o caso foi parar no Tribunal Regional Eleitoral (TRE), em que o Desembargador Afonso Lages deu continuidade na candidatura de Sétimo, e o TRE votou com unanimidade por 6x0, a favor do pleito à vereança do jornalista e dos petebistas. A tentativa de impugnação foi relatada no Jornal, no final do mesmo ano, logo após a eleição. Mesmo continuando na corrida eleitoral, Geraldo Sétimo não conseguiu se eleger.

Em vários artigos denominados de “A via crucis de uma candidatura”, o jornalista afirmava que a tentativa de impugnação se deu por “questões políticas”, questionando se “teria agido com isenção o Juiz da comarca?” (FOLHA DE ITUIUTABA, 15/11/1958). A tentativa se baseou nos argumentos que apontavam Geraldo Sétimo como um “comunista”, já que o Partido Comunista vivia na ilegalidade desde 1947, e, nesse momento, no Brasil, vários comunistas concorriam usando outras legendas. Em outro desses artigos, o jornalista afirmava que a outra acusação feita foi a de que ele era

⁷⁶ Como afirmamos, os responsáveis pelo expediente do Jornal, na década de 1960, eram todos filiados ao PSD, sendo eles, Geraldo Sétimo, Ercílio Domingues e Manoel Agostinho. Entretanto, outros jornalistas que assinaram o impresso em momentos anteriores pertenceram a outras legendas. Entre ele Otacílio Nascimento foi candidato a vereador pela coligação UDN e PRP (FOLHA DE ITUIUTABA, 10/09/1958), e Eurípedes de Alves Freitas foi o candidato a Prefeito municipal em 1962 pela UDN (FOLHA DE ITUIUTABA, 20/10/1962). Ambos já não estavam na produção do Jornal no momento dos pleitos.

funcionário público e não se ausentou no processo eleitoral, fazendo uso do cargo para propaganda política (FOLHA DE ITUIUTABA, 13/11/1958), seguindo, em outra nota, que dizia que o juiz “Envolvendo, sem provas, em sucessivas tentativas de impugnações, a candidatura a vereador, por desavença políticas”⁷⁷ (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/11/1958). Esse movimento nos demonstra que o jornalista tinha conflitos com o Juiz da Comarca (no qual, em momento algum dos artigos, é citado o nome), mostrando-se a desavença política e pessoal. Interessante também como Sétimo usa do jornal, após o término do pleito, como maneira de denunciar a ação do Juiz.

Houve outras desavenças políticas acumuladas por Geraldo Sétimo, expostas nas publicações do jornal tijucano. Em 1957, quando da transferência de seu cargo, como recenseador do IBGE, para o município de São Gonçalo do Pará, foi noticiado sobre a despedida do jornalista em “Carinhosamente homenageado o jornalista Geraldo Sétimo Moreira”, sendo um evento de almoço com seus familiares e amigos no Bar do Enoch. A nota afirmava que, em oração, Ercílio Domingues “afirmou a certa altura que estava seguramente informado de que fôrças políticas ocultas movimentam-se no sentido de conseguir a transferência do jornalista”. Pedro L. de Moraes (do *Correio do Pontal*) também fez o uso da palavra, e, ao final, afirmava que, “sua transferência haja sido feita através de maquinações políticas” (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/07/1957), apesar de apontarem motivos políticos, não dizem quais são. Três meses depois, em edição que marca o retorno de Sétimo ao jornal e à cidade, o impresso afirmava que foi anulado o ato de transferência do recenseador, mas sem apontar, também, os porquês da transferência (FOLHA DE ITUIUTABA, 05/10/1957).

O Partido Social Democrático (PSD) era um partido político de orientação conservadora (apesar de agregar alas mais progressistas) e ligado à classe média e aos grupos econômicos dominantes (não tão reacionários quanto os da UDN). O partido evitava tomar posições doutrinárias rígidas, e, da mesma maneira que o PTB era também ligado, em suas raízes, ao getulismo, devido à sua formação, que contou com diversos intervenientes, nomeados por Getúlio Vargas durante o Estado Novo (HIPPOLITO, 2012). Com um caráter pragmático, o partido estava mais ligado aos interesses rurais e do interior do Brasil, o que faz muito sentido na região do Pontal do Triângulo, em vista da produção

⁷⁷ É interessante pensarmos que essas mesmas acusações feitas pelo tal juiz se enquadram dentro dos diversos documentos registrados no DOPS, nos anos anteriores de 1953 e 1957, e se repetiriam nos anos seguintes em 1959 e 1964(APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 046, Pasta 3809-im. 163-164; Rolo 068, Pasta 4684-im. 5 - 6). O que nos leva a refletir sobre um possível alinhamento político entre os que o perseguiam, tanto no processo eleitoral quanto dentro da polícia.

rural de arroz e dos políticos locais filiados ao partido, em sua maioria, proprietários rurais, inclusive Ercílio Domingues.

A regra básica, no interior do pessedismo, era conciliação, negociação e a moderação, pois era um partido em que conviviam líderes tradicionais, atentos a bases do interior do país e ao latifúndio, mas também contava com reformistas emergentes voltados ao eleitorado urbano. Esse primeiro grupo é o que a autora chama de as “raposas”, e o segundo, o que era conhecido como “ala moça” (HIPPOLITO, 2012). Muitos desses últimos eram simpatizantes e apoiadores das políticas em torno do nacional-desenvolvimentismo de Juscelino Kubistchek. Segundo a autora, o PSD se apresentou, durante a Quarta República (1945-1964), como um grande fiador da estabilidade do regime democrático, que era povoado por um sistema político pluralista. De tal maneira que o sistema partidário viveu entre 1945 e 1964, grosso modo, na dependência e na capacidade de articulação do PSD com os outros partidos, tanto nas eleições quanto nas articulações dentro do legislativo.

A *Folha de Ituiutaba*, em suas publicações da década de 1950, sempre acompanhava e apoiava as medidas e vitórias do partido (e das coligações partidárias) de seus jornalistas. Assim o PSD era o partido de principal alinhamento do Jornal em relação às políticas regionais institucionais, contudo, essa não era a regra, sendo que diversas vezes o Jornal flertou com políticos de outras legendas, e, até mesmo, criticou membros do pessedistas.

Dentre os escritos do impresso, o primeiro desse que encontramos, em 1952, sobre o pleito para os municípios, o Jornal lançava a nota com o título “Estrondosa vitória do PSD em todo o Estado”, elencando cada prefeitura e câmara legislativa, e elogiando o fato de que, na maioria dos municípios, no estado de Minas Gerais, o partido venceu os pleitos, além de afirmar que “sagrou-se vitorioso com maioria esmagadora”, em que, “de 72 municípios o PSD fez, sozinho, com legenda própria, 51 prefeitos” (FOLHA DE ITUIUTABA, 15/11/1952).

De modo parecido, no pleito para executivo e legislativo, em diversas cidades do Pontal, em 1954, o Jornal, em edições, fez um balanço sobre a região, trazendo que o PSD venceu em várias cidades, tendo publicado que, na maioria dos municípios do Triângulo Mineiro, – inclusive de Ituiutaba, - estavam ocupados por políticos ligados ao partido, ou que fizeram aliança com PSD (FOLHA DE ITUIUTABA, 09/10/1954; 16/10/1954; 23/10/1954).

Nesse ano, na corrida eleitoral pelo legislativo e executivo tijucano, o impresso trouxe sobre “A grande convenção da Coligação Municipal no Cine-teatro Ituiutaba” (FOLHA DE ITUIUTABA, 05/06/1954), afirmando que se juntaram as legendas locais do PSD, UDN, PSP e PRP, junto à dissidentes do PTB, e se uniram “formando uma frente única, a fim de trabalhar pela grandeza de Ituiutaba e pugnarem resolutamente para a solução de seus problemas administrativos”. Sobre o evento, salientou-se que:

Foi um acontecimento cívico o que se viu. O povo dessa cidade e do município compreendendo os altos propósitos da Coligação, acorreu em massa ao lugar designado, emprestando com sua presença apoio decisivo à orientação e ao seu programa, que representa no momento os anseios dos verdadeiros tijucano. (FOLHA DE ITUIUTABA. 05/06/1954)

O entusiasmo sobre a tal coligação tem continuação com a vitória no pleito em “Coligação: esmagadora maioria no Legislativo Municipal” (FOLHA DE IUTIUTABA 09/10/1954)⁷⁸, afirmando que o grupo elegeu 13 membros na câmara municipal tijucana, sendo quatro deles do PSD, além do Prefeito do Município Antônio de Souza Martins, do mesmo partido.

Durante a gestão do prefeito pessedista (1955-1959), o Jornal publicava em manchete, com foto em destaque, sobre uma “Estrondosa manifestação de aprêço e solidariedade ao prefeito municipal”, ao afirmar que ele havia sido atacado verbalmente pelo ex-delegado de polícia local em programa ao vivo na *Rádio Platina*. Segundo afirma a nota, o delegado havia sido destituído do cargo a pedido do Diretório local do PSD. Ainda, no escrito Jornal, repudiava publicamente o ato do delgado, afirmando que, na noite do ocorrido, uma “grande massa humana” se juntou na frente da casa de Antônio Martins, sendo uma “manifestação de repulsa aos ataques desferidos à sua pessoa”

⁷⁸Diversas das vezes, o Jornal trazia notas sobre números e porcentagem de votação nas corridas eleitorais, em Ituiutaba e na região (FOLHA DE ITUIUTABA, 11/10/1958; 15/10/1958; 20/10/1962; 27/10/1962). Bourdieu (2017), em um de seus estudos sobre as técnicas de sondagem, pesquisa de opinião, enquetes e divulgações de resultados, inclusive eleitorais, nos meios de comunicação, afirma que essas são apropriadas estrategicamente para a produção de uma “opinião pública” através da divulgação jornalística. Há uma crítica ao caráter manipulador de técnicas, visando criar um efeito de científicidade e de democracia. Desse modo os intelectuais midiáticos vão buscar, nesses meios, a legitimidade de produção, entre o saber científico e o senso comum. Ao estudar o consumo midiático, de maneira empírica, e interligar ao *habitus de classe*, acredita que esse é resultante de condições objetivas e subjetivas de estilos de vida na esfera da cultura. Há, para o autor, uma homologia entre o espaço de produção midiático e de consumo. Assim, acentuam-se as transformações do *campo político* por demandas específicas do *campo midiático*. A competência de acesso ao capital midiático é diferente conforme as classes sociais em disputa no campo político. Cabem, então, compreender os capitais midiáticos e os capitais econômicos, políticos e culturais dos agentes individuais e institucionais.

(FOLHA DE ITUIUTABA, 30/09/1958). A nota não descreve quais foram as críticas do ex-delegado ao prefeito, ou o motivo pelo qual o PSD pediu o afastamento dele⁷⁹.

Mas o Jornal também trouxe críticas ao prefeito do mesmo partido dos jornalistas. Em 1957, é publicada a manchete “Ameaçada de interrupção parte das obras das casas populares”, que afirmava que por “descuido do Sr. Prefeito Municipal poderá acarretar vultuoso prejuízo à administração pública” (FOLHA DE ITUIUTABA, 27/07/57).

Em suas publicações, o Jornal também nos leva a um entendimento que o PSD local passou por uma reestruturação, vinda de uma divisão interna nos anos de 1958. O impresso trouxe notas como “Abandonou a política o Dr. Camilo Chaves Jr.”, noticiando a desfiliação de um dos fundadores locais do PSD (e que havia sido prefeito da cidade, por indicação do governador, nos finais da década de 1940), sendo ele um dos principais e mais antigos líderes locais do partido, apontando divergências internas entre o pessedistas (FOLHA DE ITUIUTABA, 31/05/1958), mesmo porque, no mês anterior, o Jornal afirmava que “Movimenta-se o PSD de Ituiutaba: Reestruturação do diretório”, dizendo que, depois de um longo tempo em inatividade, o partido começava sua reestruturação, e que “estiveram na cidade destacados próceres do partido de Minas Gerais” para ajudar a solucionar o problema entre os líderes locais. Segundo a nota, o encontro foi em vão, sem sucesso de reagrupação (FOLHA DE ITUIUTABA, 26/04/1958).

Porém, dentro dessa reestruturação, saiu uma nova coligação para o pleito municipal no ano, sendo essa noticiada em “O que foi o comício inaugural da coligação PSD-UDN-PSP”, afirmando que ali houve “ensurdecedores aplausos saudaram a profissão de fé nacionalista dos candidatos”, estando presentes vários candidatos à vereança, entre eles, Geraldo Sétimo, o candidato a vice-prefeito Samir Tannus (PSD), e outros, buscando o cargo de deputado estadual como Luiz Junqueira e Omar Diniz, ambos do PSP (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/08/1958).

Nessa coligação, o Jornal favoreceu, para prefeito da cidade, um candidato udenista: “Candidato da coligação o Dr. Dávid Ribeiro Gouveia”, esse apoio se deu porque a chapa local era formada entre UDN/PSD/PSP, e a coligação entre os partidos tinha como vice o pessedista Samir Tannus, além dos pessepistas acima descritos, que

⁷⁹ Curiosamente, a partir do ano anterior, em 1957, houve um aumento significativo de notícias no jornal *Folha de Ituiutaba*, sobre atos truculentos e arbitrários da polícia local contra trabalhadores do município, marcando denúncias sobre as autoridades policiais locais. Há uma probabilidade dessas denúncias estarem intimamente ligadas à exoneração do delegado, em vista das publicações do Jornal e do pedido do PSD.

buscavam se elegerem como deputados do estado mineiro. A Coligação obteve vitória para os cargos de prefeito e vice, além de Luiz Junqueira, para o legislativo estadual (FOLHA DE ITUIUTABA, 12/07/1958).

Entretanto, dois meses antes dessa conquista, e antes mesmo da formação da coligação local, o Jornal havia lançado um editorial, sobre a UDN, e o fato do diretório local ainda não conseguir escolher o seu candidato ao pleito de prefeito municipal, “Esbôço de reação política municipal: Um partido à procura de um candidato”, que afirmava que o diretório udenista local estava sem candidato ao executivo local, em que se formava duas frentes, uma incumbida de arrumar um candidato, e a outra de levantar fundos para campanha, finalizando que “conclui-se daí que prossegue a indecisão em Ituiutaba e muito há por fazer. Mas a marcha implacável do tempo continua e não espera ninguém” (FOLHA DE ITUIUTABA, 24/05/1958).

O apoio ao Prefeito Udenista David Ribeiro de Gouveia já vinha desde sua primeira gestão (1952-1956), escritos e notas como “Primeiro aniversario da gestão do Dr. David Ribeiro de Gouveia”, afirmavam que até ele assumir o executivo, a prefeitura estava em “órbita”, e que fez o “planejamento e início das amplas obras de urbanização, orientadas no sentido de dar a Ituiutaba uma feição consentânea com, seu progresso econômico”, finalizando que “Apresenta, pois, a sua administração, um saldo positivo.” (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/02/1962). Em “Importante leis sancionadas pelo Prefeito Municipal”, assinalava a eficiência do líder do executivo sobre a construção de pontes e pontilhões, mata-burros, aquisições de carros, serviços de calçamento e meios-fios, móveis escolares, entre outros (FOLHA DE ITUIUTABA, 27/12/1952). Na nota sobre a formação da coligação PSD, UDN, PSP e PRP, em 1954, já citada, anteriormente, dizia que, no encontro, estava o prefeito municipal David Ribeiro de Gouveia, e tecendo elogios diz “que durante o curso de seu mandato, tudo tem feito e tudo tem sacrificado no interesse do povo e da grandeza de Ituiutaba”⁸⁰ (FOLHA DE ITUIUTABA, 05/06/1954).

Segundo Benevides (1981), uma das principais distinções entre o PSD e a UDN, além do getulismo na sua formação, era seu caráter propriamente na orientação política. A UDN estava ligada mais à elite urbana e empresarial, diferente da PSD, que se concentrava no âmbito rural, e continha algumas alas mais progressistas. O PSD era bem

⁸⁰ No início de 1964, já nos seus momentos finais, a *Folha de Ituiutaba* noticia que “Dr. David Ribeiro renunciou à presidência da UDN”, afirmando que o médico havia se afastado do partido no final do ano anterior, “para dedicar-se exclusivamente a profissão de médico”. O Jornal segue dizendo que “sua saída da direção da UDN de Ituiutaba significa um sensível desfalque na hostes dos lenços brancos, onde se projetou sempre como o elemento de maior popularidade” (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/02/1964).

mais maleável para fazer barganhas políticas, – o que marcou a identidade do partido, -, ora se aliando ao PTB, e, em outros momentos, rompendo e fazendo outras alianças. Como a autora afirma:

[...] a principal diferença que existia entre PSD e UDN deriva das posturas tradicionalmente anti-estadista da UDN (nos moldes do liberalismo clássico) e favorável ao capital estrangeiro, enquanto que o PSD, numa linha mais “progressista”, admitia, ao mesmo tempo e com igual ênfase a intervenção estatal e o capital estrangeiro. (BENEVIDES, 1981, p. 280)

Nos anos 1960, as críticas à UDN, junto a uma ala do PSD locais, começam a aparecer nas páginas do periódico regional, principalmente, em posicionamentos nos debates na câmara do município, ao mesmo tempo em que o Jornal se aproximava da legenda trabalhista local. Em um desses escritos, o impresso apontava a não aprovação de uma moção de apoio das Reformas de Base e medidas contra a inflação, no legislativo de Ituiutaba, sendo que udenistas e pessedistas locais juntaram forças contra a moção que “Por um voto: Câmara Municipal ficou contra as reformas”, afirmando que, em uma manobra, um dos vereadores que havia, até então, faltado ao encontro, “foi levado às pressas para evitar o empate”, e que “como se percebe não estava completa a bancada petebista, do contrário haveria empate no plenário” (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/06/1963).

Outra dessas críticas é publicada como “Incrível: Câmara (7x6) não quis apoiar providências contra a carestia!”. Ali se referia a ações do Presidente João Goulart contra a inflação econômica que vinha acometendo no Brasil desde o início da década. O escrito dizia que “Parece mentira, mas é a expressão da verdade. Por 7 a 5 caiu na Câmara Municipal de Ituiutaba uma moção de apoio ao Presidente da República que vem adotando para conter a alta do custo de vida, tão comum neste país”, sendo chamados, esses que votaram contra, de “inimigos do povo”. Esses votantes desfavoráveis foram as bancadas da UDN e do PSD (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/03/1964).

Em um contexto nacional, o Jornal seguiu as diretrizes de seu partido, demonstrando apoio às alianças entre PSD e PTB. Dentre esses, no início de 1960, no pleito para a presidência nacional, afirmava que “Compacta massa popular aplaudiu delirantemente Lott e Tancredo: Oradores do monumental comício de ontem- firme posição nacionalista dos candidatos” (FOLHA DE ITUIUTABA, 04/06/1960), e, também, “Porque a preferência do nosso povo por Lott, Jango e Tancredo?” (FOLHA DE ITUIUTABA, 24/09/1960). Durante toda a trajetória que estudamos do Jornal, podemos dizer que a *Folha* sempre apoiava as medidas e as ideias do pessedista Juscelino

Kubitschek, desde sua gestão como governador do estado de Minas Gerais, na corrida presidencial, sua passagem como presidente, até depois de seu mandato presidencial.

Apesar do apoio e da filiação de seus jornalistas ao PSD, a afinidade do Jornal com as políticas dos trabalhistas foram aumentando gradualmente, até que, na década de 1960, a *Folha de Ituiutaba* aproximou-se intimamente das medidas tomadas pelo PTB na região, apoiando muitos de seus projetos políticos que se diziam em defesas dos trabalhadores em Ituiutaba. O PTB veio dentro de um movimento de conquistas, nas políticas institucionais da microrregião, desde os anos 50⁸¹, saindo de um partido com poucos candidatos e limitada representatividade, para uma legenda que, em 1962, conseguiu eleger, além da maioria, no Legislativo municipal tijucano⁸², emplacar o cargo de Prefeito e Vice. Em várias das notas do Jornal, vemos como, primeiramente, os trabalhistas tiveram aumento de cadeiras no legislativo tijucano, na metade dos anos de 1950, até que, em 1963, conseguiu compor, além de maioria na câmara, o domínio da mesa legislativa e os cargos no executivo de Prefeito e vice⁸³.

A aproximação do Jornal com o PTB local se manifestou de maneiras diferentes nas páginas do impresso tijucano. O apoio a medidas e propostas dos trabalhistas locais no legislativo e executivo era uma das que mais se destacam. Dentre essas temos as propostas da bancada petebista, a favor da “Semana Inglesa”, que se referia a um modelo no qual visava diminuir a jornada de trabalho no comércio e na indústria local. Esse novo modelo previa a execução total de 44 horas semanais de trabalho, distribuído em 8 horas, de segunda a sexta-feira, e 4 horas durante o sábado, reservando o período da tarde de sábado e o domingo todo (além dos feriados) para descanso dos trabalhadores. Foi uma

⁸¹ Em 1950, na notícia “Comício dos trabalhistas desta cidade”, afirmava que, no evento “comparecimento foi relativamente numeroso, contando-se, entre os presentes, os verdadeiros getulistas, simpatizantes e curiosos, que atingiram um número aproximado entre 600 e 800 pessoas”. Entre os componentes do diretório local, no momento, não havia nenhum trabalhista que conhecemos na nossa trama, demonstrando como o diretório local modificou seus integrantes ao longo desses anos. A nota ainda afirmava que os oradores teceram “severas críticas” a UDN, ao governo Dutra e a constituição “dizendo que ‘prefere a ditadura de Getúlio a essa porcaria que anda por ai’ [referindo-se ao regime democrático]” (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/07/1950).

⁸² Em 1962, o PTB elegeu 6 cadeiras no legislativo tijucano, enquanto a UDN, 5 cadeiras, e o PSD 3 cadeira, por fim, o PSP fez apenas uma cadeira. A UDN ainda perdeu mais força na Câmara, quando um de seus vereadores, logo que assumiu o cargo, declarou seu alinhamento e voto junto à bancada petebista, como afirmou em carta publicada no Jornal intitulada como “Ao povo de Ituiutaba” (FOLHA DE ITUIUTABA, 20/02/1963).

⁸³ Podemos ver esse movimento em “Com os partidos principais a direção da Câmara: O PTB passou a fazer parte da mesa do legislativo” (FOLHA DE ITUIUTABA, 11/02/1956); “Com os partidos principais a direção da câmara: O PTB passou a fazer parte da mesa do legislativo do município” (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/11/1956) “Maior Legenda: PTB – Menor: PR” (FOLHA DE ITUIUTABA, 11/10/1958); “Eleição da Mesa:- Os trabalhistas assumem o comando da Câmara!” (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/25/1961).

das promessas políticas do PTB local na corrida eleitoral de 1962, mas essa discussão vinha desde a década anterior, não sendo aprovada anteriormente nas reuniões do legislativo. Segundo Barbosa (2015), essa foi uma das principais pautas propostas pelos trabalhistas no legislativo tijucano, no ano de 1956, sendo que o projeto sofreu resistência, principalmente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Ituiutaba (ACIAPI), enquanto a Associação dos Trabalhadores e Empregados do Comércio enviou um ofício para a Câmara Municipal favorável, pedindo implementação da semana, sendo que o projeto não foi aprovado nesse primeiro momento⁸⁴.

Durante os anos de 1950, o Jornal evitou apresentar uma posição sobre a *Semana*, mas, logo ao início de 1963, o Jornal publicou um escrito curto e destacado em sua primeira página, com letras maiores que as comuns, que dizia, simplesmente, que: “A Semana Inglesa vem aí!” (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/02/1963).

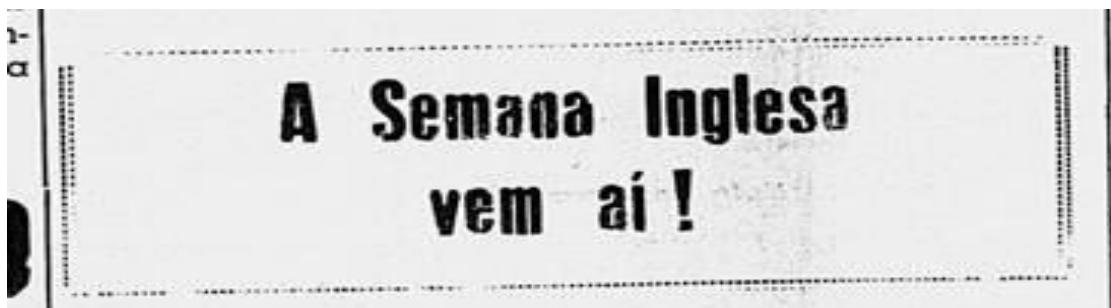


FIGURA 6: Escrito sobre a Semana Inglesa.

FONTE: Folha de Ituiutaba, N.1237, ano XXII, Ituiutaba (MG), 06 de fev. 1963.

Tempos depois, ainda havia uma cobrança nesses mesmos formatos de escritos do Jornal, dizendo: “Ituiutaba quer a Semana Inglesa!” (FOLHA DE ITUIUTABA, 23/02/1963). E, por fim, com a vitória da proposta na casa legislativa, o Jornal anunciava: “Câmara aprovou instituição da ‘Semana Inglesa’!-” (FOLHA DE ITUIUTABA, 13/03/1963). Nesse escrito afirmava que “foi recebida com a maior satisfação pela classe comerciaria, o fechamento do comércio e da Indústria nos sábados às 12 horas”, referindo-se aos trabalhadores do comércio, pois, como veremos, a frente à ACIAPI (Associação do Comercial, industrial e Agropecuária de Ituiutaba), se posicionou com críticas ao projeto ao longo dos anos.

⁸⁴ Nas edições da *Folha*, encontramos a proposta da semana, em 1956, quando é apresentado pelo então vereador petebista Daniel Freitas Barros (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/04/1956). A discussão da semana Inglesa apareceria novamente nas páginas do Jornal, em 1962, em “Aprovado projeto instituindo a ‘semana inglesa’ na cidade” (FOLHA DE ITUIUTABA, 25/04/1962).

Outra proposta petebista, partindo do executivo em que o Jornal se alinhou, foi para a aprovação de um novo código tributário para o município. No novo modelo, os impostos seriam proporcionais ao tamanho das propriedades e bens. Um dos arquivos DOPS, ao falar sobre o prefeito, fala também sobre a proposta de uma nova forma de tributos:

Aliás mesmo sendo grande latifundiário sempre pronunciou a favor das reformas, contrariando a maioria de seus colegas fazendeiros. Há tempos já como prefeito, quando a Câmara estava reunida para aprovar o Novo Código Tributário, aumentando os impostos sobre os latifundiários. (APM-Fundo DOPS/MG, rolo 008, pasta 0078-im.188-189)

O Jornal, em 1963, trouxe em “Legislação Trabalhista (salário-mínimo, etc.) para os trabalhadores municipais”, uma entrevista com o novo prefeito José Arcênio (petebista eleito no município, no final de 1962), no qual o recém-empossado afirma suas propostas para a população, dando ênfase sobre seus ideais de caráter trabalhista, e apontado sobre novo código tributário para a cidade em que era favorável (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/02/1963).

Essa pauta buscava reformular o antigo código tributário da cidade, originário de 1938, que, segundo os vereadores, já estava obsoleto e necessitava de modificações devido à expansão pela qual a cidade passava nos últimos anos. As bancadas se distinguiam em relação aos projetos para o novo código, em que as mais conservadoras (UDN e parte do PSD) se mostravam contrárias com relação ao aumento na tributação das propriedades rurais, afirmando que os proprietários de terras seriam os grandes prejudicados com o novo projeto. A votação do novo código foi adiada diversas vezes ao longo de 1963, devido a vários ofícios da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Ituiutaba (ACIAPI)⁸⁵, sendo aprovada no final do ano, com várias emendas, sendo conquistada por meio de votos dos petebistas junto a um dos pessedistas na Câmara (BARBOSA, 2015).

A votação do novo código, em 1963, é noticiada como: “‘Refifi’ no legislativo: Votação do Código tributário provocou renúncia do presidente” (FOLHA DE ITUIUTABA, 28/08/1963). Afirmava que a “bancada do PTB não manteve coesão” e também denuncia a artimanha de alguns vereadores udenistas e pessedistas para barrar a votação, pedindo vista no projeto do novo código de tributos. O termo usado “refifi” se

⁸⁵ O jornal transcreveu o “Parecer da ACIAPI ao projeto do Código Tributário”, em que afirmam que são “favoráveis ao novo código”, porém, é dever “apontar os defeitos e omissões” do projeto, “sugerido o cancelamento de alíquotas referentes as emprêsas de serviço de utilidade pública” (FOLHA DE ITUIUTABA, 31/08/1963)

refere à agitação que deu o encontro do legislativo, em outras palavras, o Jornal descreve como “clima agitado”. O encontro levou o chefe da mesa a renunciar o posto.

Em outra edição do impresso, Manoel Agostinho, na sua coluna, com o título de “Poucos decidem para tantos”, fazia uma chamada para a população em favor da aprovação do novo código de tributos, em que afirmava: “VAMOS todos, independente de coloração partidária, ajudar o chefe do Executivo nesse seu esforço para dotar Ituiutaba de uma justiça tributária” (FOLHA DE ITUIUTABA, 04/09/1963).

Apesar da aproximação com os políticos petebistas nos anos de 1960, e a defesa de direitos trabalhistas, a *Folha* se dizia oposição ao PTB local, chamando-os de “adversários”, entretanto, apoiava as ações quando seus interesses se cruzavam. Em uma de suas últimas edições, no editorial intitulado “Nós e o plano de obras da Prefeitura”, o Jornal se posicionava dizendo:

Não votamos, no último pleito municipal, com as correntes que levaram o PTB ao poder em Ituiutaba. Temos conôscio, todavia, um princípio que insistimos em defender e aplicar: proclamados e empossados os eleitos, ainda que sejam adversários nossos, temos de desejar-lhes uma administração feliz, pontilhada de grandes realizações, para abreviar a solução de problemas que não são apenas dos vencedores, mas de toda a comunidade. E esta tem sido nossa posição com o PTB de Ituiutaba, dêle, como de quem quer que seja, em qualquer ocasião, jamais recebemos espórtula. E jamais permitiremos que alguém insinuasse apenas a oferta de uma propina. Julgamos, contudo, ser um dever da imprensa, não apenas registrar um plano de realizações em perspectiva, como também encorajar, estimular a execução desse plano para grandeza de Ituiutaba. Assim procedemos com administrações anteriores, sem nunca, como no caso em tela, de abdicar também de nosso direito de crítica, feita sempre de caráter sistemático, mas com objetivo construtivo. E essa, parece, é também a posição dotada pela maioria do povo, sobretudo pelos contribuintes que confiam em que o PTB, guindando pela primeira vez à direção do município, deixe, ao término de sua administração, concluídas e entregues à população as grandes obras que têm programadas. Reservado ao direito de fiscalizar essas obras, que é seu dever, a própria oposição, como parcela que é do legislativo, e, consequentemente, da administração, dará sua contribuição a esse esforço pela solução dos problemas mais cruciantes que nos afligem. (FOLHA DE ITUIUTABA, 29/02/1964)

Em diversos momentos, a *Folha* trazia entrevistas e relatos sobre as ações do prefeito petebista, com o intuito de demonstrar ações positivas e legitimar a sua gestão. Dentre essas a “Mensagem do Prefeito José Arcênio de Paula aos seus municíipes”, na qual o empossado prefeito descreve, para a população tijucana, sobre o seu encontro com o Governador do estado, o udenista Magalhães Pinto, junto ao seu conterrâneo e companheiro de legenda, o Dep. Estadual Daniel de Barros, cobrando a transferência do colégio municipal Machado de Assis para a responsabilidade do Estado, junto da criação

de uma nova escola rural, além da cobrança da pavimentação da estrada que liga Ituiutaba ao trevo de Monte Alegre de Minas (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/06/1963).

Ou, também, em “Pela Reforma na constituição: Vigoroso pronunciamento do Prefeito”, o Jornal transcreve uma carta do prefeito em favor das medidas de João Goulart sobre as Reformas de Base. Nela o Jornal faz uma apresentação antes, afirmando que:

Revelando estar perfeitamente identificado com os postulados do seu partido – PTB – bem assim com os justos anseios da grande massa sofredora, de que se processe, sem demora, uma reforma na arcáica estrutura em que vegeta o nosso País, o sr. José Arcénio de Paula, prefeito dêste município, acaba de endereçar ao Presidente João Goulart um vigoroso pronunciamento favorável às reformas preconizadas pelo Chefe da Nação, inclusive da constituição. (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/06/1963)

A *Folha* via, nesse momento, tanto o PTB quanto o prefeito tijucano, como representantes de ideais, das vontades expressas na palavra “anseio”, em favor do que eles chamam de “massa sofredora”, referindo-se aos trabalhadores. Nesse sentido o Jornal alinhava-se a essas políticas que se firmavam como favoráveis a esses trabalhadores, se tornando porta-voz de ideias na região dos que diziam representar as políticas dos trabalhadores.

Ainda é possível citar o apoio à medida do prefeito interino em 1964 (Arsênio havia se afastado por 3 meses para tratamento de saúde), também eleito pelo PTB, Rodolfo Leite, junto aos vereadores, em torno do momento inflacionário, em que o então “Prefeito e vereadores iniciam luta contra a carestia”, afirmando que suas ações foram “uma providência concreta e elogiável”⁸⁶ (FOLHA DE ITUIUTABA, 25/03/1964).

Como nos aponta Barbosa (2015), o PSD, em aliança local com a UDN, representava os interesses das elites rurais latifundiárias na microrregião, tendo dominado o pleito eleitoral durante a década de 1950, elegendo os prefeitos em Ituiutaba, em 1954 e 1958, além de terem maioria no legislativo do município, no início dos anos 1950. Entretanto, com as modificações na região, advindas do surgimento de novos sujeitos políticos, reivindicando direitos, - a exemplo, o grande número de trabalhadores do arroz, muitos originários da região nordeste do Brasil –, o surgimento de novos atores políticos, e de problemas e questionamentos de privilégios, o PTB passou a crescer, conquistando novos eleitores, e se apresentando como um defensor dessas lutas, vencendo o pleito

⁸⁶ A aproximação com os trabalhistas também é notável na Câmara Legislativa do município, quando o vereador petebista, Germano Laterza, mandou um projeto na casa decretando que “A *Folha* é serviço de utilidade pública”, sendo sancionado pelo Prefeito Arsênio de Paula (FOLHA DE ITUIUTABA, 03/07/1963).

municipal para o executivo no ano de 1962, onde são eleitos, por sufrágio, o Prefeito José Arsênio de Paula e o vice Rodolfo Leite de Oliveira, além de também elegerem a maioria na câmara legislativa do município.

Com o golpe de 1964, na região, a aliança civil-militar, com o baixar do Ato Institucional, instaurou o IPM de ação local (IPM número 70 - APM-Fundo DOPS/MG, Rolo 001, Pasta 0005), e, por meio dele, tirou do poder municipal legislativo e executivo municipal todos esses políticos ligados ao trabalhismo, e, em seu lugar, foram colocados políticos udenistas e pessedistas. Essas ações arbitrárias foram executadas pelos militares, com grande apoio entre a UDN local e parte do PSD, partido que ficou dividido perante os acontecimentos: os mais velhos do partido apoiaram e se beneficiaram da tomada do poder local, enquanto a ala mais jovem e progressista se posicionou contra (FERREIRA, 2017a).

Dentre os principais argumentos descritos no dossiê, registrado no IPM, sobre as atividades subversivas no Pontal do Triângulo Mineiro, a principal acusação aos gestores municipais é que o prefeito (com a ajuda dos vereadores petebistas), além de que “engrossavam o processo vermelho em marcha nesta cidade”, aplicaram a “delapidação do dinheiro público”, em que “não estabeleciam a diferença entre o bem público e bem particular”, afirmando que o chefe do executivo fez o uso de carros oficiais para coisas particulares, utilizando de serviços de operários da prefeitura para sua fazenda, além de abastecer seus automóveis de passeio com combustível da prefeitura do município. O dossiê feito pelos militares dizia que o Prefeito:

Fez vários pronunciamentos públicos no jornal *Folha de Ituiutaba*, nos quais preconizava especialmente pelas reformas de base, na linha tão reclamada pelo governo de então.

Deixou agasalhar-se sob sua sombra elementos nitidamente comunistas, sendo de destacar o redator do citado jornal, Geraldo Sétimo Moreira, sagaz e inteligente, que, por, isso mesmo, dava maior ênfase aos pronunciamentos de indicado, com muito maior realce que nele na verdade devia conter. (APM-Fundo DOPS/MG, rolo 049, pastas 3882-im.3)

Como afirma Benevides (1981), o envolvimento de udenistas com chefes militares era intenso desde 1962, sendo que, em sua primeira nota oficial, logo após a deposição de Goulart, a UDN se congratulava com os militares. No Pontal do Triângulo Mineiro, configurou-se uma ação de deposição e desmantelamento das políticas trabalhistas na região, e, em seu lugar, foi posta uma oposição que defendia o mantimento de privilégios dos latifundiários e donos de indústrias.

Como nos afirma Hippolito (2012), o PSD, dentro de suas contradições, era formado, grosso modo, por duas alas que entraram em conflito nos últimos anos de partido. A Ala Moça do PSD foi uma das fundadoras da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), o que criou conflitos internos no partido, devido às outras alas ligadas à oligarquia rural (o que a autora chama de raposas), principalmente, em embates em torno das Reformas de Base de João Goulart. Com o advento do golpe de 1964 a legenda se dividiu entre os apoiadores e os não apoiadores, sendo que os “raposas” apoiaram, em sua maioria, a destituição de Goulart.

Assim podemos afirmar que os redatores e jornalistas da *Folha* estavam, de modo direto, alinhados politicamente à chamada “ala moça” do PSD, junto de outros partidários locais, por defenderem, em suas páginas, as políticas “nacionalistas”, muitas delas, em favor dos trabalhadores locais, fazendo oposição aos posicionamentos de políticas conservadoras e elitistas na microrregião (expostas nas propostas dos udenistas e de alguns pessedistas ligados aos privilégios de proprietários rurais), e sendo a favor de lutas que se diziam por direitos e conquistas de trabalhadores locais. Sem abandonar o seu partido, os jornalistas da *Folha*, muitas vezes, criticavam posições pessedistas, fazendo quórum com medidas do PTB local.

As notas do Jornal nos demonstram como havia um racho dentro do PSD local, nas duas décadas, se agravando em 1960. A ação que depôs os vereadores petebistas e o prefeito da cidade foi a mesma ação que fechou o Jornal. Essas ações tiveram apoio de parte dos pessedistas mais conservadores, enquanto os mais jovens do partido se posicionaram contra a tomada do poder e o empastelamento do Jornal em 1964.

Quanto aos trabalhistas, como nos afirma Delgado (1989), em nível nacional, o PTB incorporou como parte de suas políticas públicas:

[...] como um de seus principais objetivos, as bandeiras do reformismo econômico e social, que se caracterizava pelos seguintes pontos: distributivíssimo salarial e de benefícios sociais; ampliação da participação político-eleitoral, através da extensão do direito de voto aos soldados e analfabetos; reforma agrária com desapropriação das grandes propriedades improdutivas e crédito especial do Estado aos pequenos produtores; política tributária de favorecimento às empresas nacionais, especialmente as de pequeno e médio porte; nacionalismo econômico através do controle de remessa de lucros; estatização econômica, através do controle pelo Estado das indústrias de bens de capital, especialmente dos setores energéticos e, finalmente, ao nível da política sindical-trabalhista, manutenção do corporativismo oficial colorido por mobilizações reivindicativas ampliadas. (DELGADO, 1989, p. 297)

Segundo Ferreira (2017b), o PTB, no Pontal do Triângulo, se manteve firme na proposta trabalhista em sua gestão, lutando não por direitos e interesses dos trabalhadores assalariados regionais e também do pequeno produtor rural, tentando propor uma resposta, por meio da política distinta dos outros partidos locais, para os problemas que surgiam em meio a modificações da cidade e da região, - tanto da estrutura fundiária quanto da recente industrialização e da expansão da cidade.

Para Chartier (1990), as *representações* demonstram uma construção do mundo social, sendo chaves dos discursos e das práticas grupais. Portanto, compreender as *representações* é buscar entender como o mundo é construído socialmente por meio de quem representou. Os grupos e os sujeitos criam representações de si próprios, de outros sujeitos e de outros grupos, fundamentando suas visões de mundo sobre as experiências históricas. As lutas de *representações* se realizam dentro dos discursos, Chartier (1990) enfatiza que “discernir a posição de quem fala” é essencial para a compreensão do que e do por que se luta, pois, nas sociedades, há diferentes grupos, que manifestam, em seus interesses, diversas visões de mundo, no qual

(...) as lutas de *representações* têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 1990, p. 17)

De acordo com as concepções de Chartier (1990), as *representações* são compreendidas como classificações e divisões, que organizam a assimilação do mundo como categoria de apreensão do real. Desse modo o ausente é substituído por uma imagem que, por sua vez, se constituirá em uma memória. As percepções do real criam estratégias e práticas que tentam impor uma autoridade, legitimar um projeto ou justificar condutas. Logo entendemos que, por meio das representações, ocorrem as lutas simbólicas. Assim as representações devem ser pensadas sempre no campo das concorrências e competições, por hegemonia, poder e dominação (CHARTIER, 2002, p.75). Os textos, como representações, inscrevem-se, em suas próprias estruturas, as expectativas e as competências do público que buscam, organizando, particularmente, uma representação social.

A *Folha*, ao representar a sua realidade, reafirmava as posições políticas dos grupos de interesse aos quais estava alinhada. Assim as páginas do Jornal indicam que o periódico tijucano, apesar de suas oscilações políticas, nos seus anos finais, saiu em defesa das propostas que se dizia em favor dos trabalhadores da região, ao longo de sua

trajetória, ao trazer seus escritos, representando o real, trazia as visões de um certo grupo político que via uma agenda de modernização por meio de maior participação social, porém, suas decisões seguiam mais que uma linha específica, dentro da ala partidária progressista do PSD, sendo que, aos poucos, o Jornal encarnou a bandeira dos trabalhistas, se voltando mais à luta por condições mais justas aos trabalhadores.

Outras elites políticas que visavam à manutenção do *status quo*, tanto da propriedade privada quanto de direitos dos trabalhadores, viu, no golpe de 1964, o momento de tirar de campo a *Folha*, que era o principal porta-voz político dos que se diziam em favor dos trabalhadores. O porta-voz político dessa outra elite ressurgiu com o fechamento da *Folha*, sendo esse o *Correio do Triângulo*.

2. 2 – O “Panorama político da região”: Relação da *Folha* com deputados e eleitos pela região

Como afirma Ribeiro (2000), a ideia construída de que ocorreu uma modernização gráfica, editorial, linguística e empresarial dos jornais cariocas, de circulação nacional, na década de 1950, apresentou a imprensa como espaço oficial de informação, conferindo-lhe um lugar institucional, que enunciava as “verdades” dos acontecimentos, como um registro factual por excelência, fazendo os impressos se firmarem como fala autorizada em relação à constituição do real. Nesse momento, o discurso jornalístico se revestiu em produção de autoridade, mediante a afirmação de fidelidade dos eventos, o que conferiu certo poder simbólico. Os jornalistas, ao implementar um discurso de intérpretes neutros e objetivos do mundo social, constituídos junto à modernização da imprensa e à idealização da profissão perante o papel social que afirmavam ter, conferiam autonomia ao campo jornalístico frente ao campo literário. Essa modernização, autoafirmada pelos próprios jornalistas, nada mais foi do que sedimentação de uma série de implementações, que já vinham se acontecendo desde o início do século XX. Portanto, transformar as notícias em aura de neutralidade e objetividade era, então, uma estratégia de poder.

Os jornais tijucanos se apresentaram nas décadas de 1950/60 como empresas e produtos que passaram, nesse período, por uma série de mudanças em seu formato e em seu quadro. Impressão colorida, novo estabelecimento, aumento na produção, – passando a circular mais de uma vez na semana -, aquisição de aparelhagem, contratação de novos profissionais, sem contar que, em 1959, havia, pelo menos, três impressos diferentes

circulando na região. Os jornalistas desses periódicos, ao citar outros, - mesmo que concorrentes -, teciam elogios referentes ao meio profissional⁸⁷.

Mas o que chama atenção é atentarmos para os escritos não optativos da *Folha*, principalmente, os de caráter noticioso sobre mudanças e implementos na região. No subcapítulo que abordamos sobre a região, e como era descrito, de diversas maneiras, a *Folha*, ao trazer informes sobre mudanças estruturais, atribuía essas ações aos de gestões políticas, que foram eleitos pela região do Pontal. Dentre esses, alguns nomes se destacam pelas páginas do Jornal ao longo desses anos. Gostaríamos, aqui, de nos debruçar um pouco mais sobre.

Um deles é o überlandense Rondon Pacheco. Pertencente à UDN, venceu o pleito para deputado federal, em 1950, ao assumir a cadeira, integrou a comissão de justiça da Câmara Federal. Foi reeleito diversas vezes ao cargo (1954, 1958, 1962 e 1966), sendo em 1960 e 1961, líder do partido dentro da Câmara. Nesse último ano, foi nomeado pelo então governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto (UDN), como secretário do interior do estado. Em 1964, com o golpe civil-militar, construiu uma relação íntima com o governo, em que fez parte do bloco de sustentação à política do novo governo militar, desempenhando papel importante dentro da nova ditadura, sendo um dos fundadores da ARENA (Aliança Nacional Renovadora), partido governista dentro do bipartidarismo decretado com o AI-2. Em 1967 assumiu a chefia do Gabinete Civil da Presidência da República⁸⁸.

Em 1970 Pacheco foi escolhido pelos militares como Governador biônico de Minas Gerais. Segundo o relatório da Comissão da Verdade do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (2017), Rondon foi redator e revisor do AI-5, e compôs o alto escalão do governo militar até o seu final, dando sinais de apoio aos militares até 1984, quando a ditadura já estava em seus últimos suspiros. Dentre as atrocidades de Rondon como

⁸⁷ Nas páginas dos impressos, há diversos elogios aos jornalistas e a profissão. Entre eles, no aniversário de dois anos do *Correio do Pontal*, a *Folha* chama o jornal de “Vitorioso desde sua aparição tanto no aspecto gráfico como no conteúdo combativo” (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/01/1957). Na estreia do *Correio do Triângulo*, a *Folha* afirmava que era “dirigido pela experiência jamais desmedida de Benjamin Dias Barbosa e redatoriado pela reconhecida e proclamada cultura de Jayme Gonzaga Jayme, o novo bim-semanário ituiutabano” (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/02/1959). O *Correio do Triângulo* elogiava Jayme, dizendo que é um “jornalista por vocação e idealismo, poeta consagrado, que tem produzido obras admiráveis, cronista de grandes méritos e possuidor de estilo que encanta pela correção e riqueza dos vocábulos” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 09/08/1964).

⁸⁸ Dados biográficos retirados do verbete do sítio online da FGV-CPDOC (Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). Para ver mais: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pacheco-rondon>
Acesso em 04 de mai. 2020.

governador do Estado, o relatório destaca dois. Um deles foi a transferência violenta dos Krenak, povos originários, para a Fazenda Guarani, desligando-os de suas terras que ocupavam, desde tempos imemoriais, nas margens do Rio Doce. No período houve a descoberta de uma mina de mica na área dos Krenak, portanto, havia pressão de interesses de posseiros sobre a região. Outro ato do governador biônico foi a desocupação de povos, na região do Vale do Jequitinhonha, comunidades tradicionais camponesas, que praticavam a solta de gado, agroextrativismo de frutos nativos, plantas medicinais e madeiras para lenha, em um sistema de saberes tradicionais acumulados ao longo de gerações. A área era especulada para a produção de monocultura de eucalipto para carvão vegetal siderúrgico, e, para isso, o campesinato foi expropriado, culminando na tomada de terras por violência legalizada pelo monopólio do Estado, por meios jurídicos, facilitado pela ausência de documentos de comprovação de posse pelas comunidades locais.

Notícias que o Jornal publicava, principalmente, nos anos 1950, traziam Pacheco como um agente político em favor do desenvolvimento da região do Pontal. Como em “Associação de Proteção a maternidade e à infância de Ituiutaba”, afirmava que haviam conseguido “50 mil cruzeiros no mistério da justiça pelo Deputado Rondon Pacheco” (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/10/1956), ou ainda “Energia elétrica de Cachoeira Dourada para os municípios triangulinhas”, por meio de “uma emenda do deputado Rondon Pacheco ao orçamento da República visando consignar verba para o custeio de linha de transmissão” (FOLHA DE ITUIUTABA, 20/07/1957). Ainda havia outros projetos do deputado como “Crédito de 40 milhões de cruzeiros para Ituiutaba e outros municípios da região assolados pelas enchentes” (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/03/1958). Também, em “Verbas do deputado Rondon Pacheco em benefício da região”, para a “execução de serviços públicos na comarca de Ituiutaba” (FOLHA DE ITUIUTABA, 22/11/1958), “30 milhões de cruzeiros para asfaltamento da BR-71 até Ituiutaba. Emenda apresentada ao orçamento da União pelo dep. Rondon Pacheco” (FOLHA DE ITUIUTABA, 08/08/1959) e também “Emendas do dep. Rondon Pacheco em benefício da região” (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/08/1960).

Outros feitos também são apontados na década de 1960, como “Criada a Faculdade de Engenharia de Uberlândia: Dep. Rondon Pacheco será homenageado pela influência que teve na criação da escola” (FOLHA DE ITUIUTABA, 04/02/1961); “Rondon inaugurou escola normal” (FOLHA DE ITUIUTABA, 22/03/1961). Na nomeação de Rondon para o cargo de Secretário do Interior, no governo estadual, o Jornal

afirmava em manchete que “A nomeação foi recebida com júbilo nesta região” (FOLHA DE ITUIUTABA, 26/04/1961). Em outras notas trazidas pelo jornal, se afirmava que “Mais verbas para a BR-71: 160; Telegrama do dep. Rondon Pacheco ao prefeito” (FOLHA DE ITUIUTABA, 26/01/1963)⁸⁹. Ainda, em 1963, “Emendas ao orçamento da União; Verbas do dep. Rondon Pacheco em benefício de Ituiutaba”, que descreviam as várias emendas propostas pelo deputado no ano (FOLHA DE ITUIUTABA, 21/09/1963), além de “Verbas para o Aeroporto e prédio dos Correios e telégrafos: Vitoriosas na Câmara emendas do dep. Rondon Pacheco” (FOLHA DE ITUIUTABA, 20/11/1963).

A *Folha* também decidiu transpor um escrito do jornal *Correio Católico*, intitulado de “Figura do Momento”, em que:

Em Rondon Pacheco o Triângulo Mineiro já aprendeu a reconhecer um de seus mais poderosos homens públicos. Deputado por duas vezes, em vias, bem provavelmente, de exercer o posto por mais um quadriênio, este representante da UDN na Câmara Federal tem procurado com senso de justiça e equidade, beneficiar igualmente todos os municípios de sua região.

Ainda há poucos dias CORREIO CATÓLICO divulgava notícia de mais uma realização de Rondon Pacheco. Conseguiu, aquela deputado, a aprovação de uma emenda, no Parlamento, que fixa em 30 milhões de cruzeiros a verba federal destinada à construção de uma rede de transmissão entre a Usina de Cachoeira Dourada e o Triângulo Mineiro

Esta realização será de grande alcance econômico para esta região daí a razão do Deputado Rondon Pacheco ser a figura do momento.

[transcrito do “*Correio Católico*” de 13 de novembro de 1958]. (FOLHA DE ITUIUTABA, 22/11/1958)

Nesse último momento citado, o Jornal escolheu transcrever por completo um escrito elogioso sobre o deputado estadual, que, em um primeiro momento, faz juízo sobre o “senso de justiça e equidade” de Pacheco, em vista de “todos os municípios da região”, perpassando por notícias sobre verbas conquistadas em seu papel de parlamentar, passando para a conclusão que dá o título a nota, de que Pacheco é a “Figura do momento”.

A *Folha*, ao noticiar sobre esses projetos, dava a autoria ao tal deputado, creditando a ele, como uma força de mudança, em prol do progresso da região, sempre dando um ar de melhorias e modernização do espaço. E como meio de informação, ao fazer esses escritos, levava a notícia aos seus leitores, com base no caráter objetivo da informação jornalística, mas, por fim, afirmava o feito político do deputado. O periódico fazia um trabalho de mediador e divulgador de ações desses agentes políticos.

⁸⁹ Há uma notícia de 1963 que afirma que Rondon conseguiu “Verba de 500 mil cr\$ para a Associação Rural de Ituiutaba” (FOLHA DE ITUIUTABA, 10/08/1963). O verbete do CPDOC, que, acima citamos, afirma que Pacheco fez suas bases políticas e eleitorais no Triângulo Mineiro, por defender os interesses de produtores rurais, principalmente, de criadores de gado.

O Jornal também fez esse mesmo papel com outros deputados, agora, na Câmara legislativa do estado de Minas Gerais. Gostaríamos de começar falando sobre o advogado tijucano Omar de Oliveira Diniz. Diniz foi eleito chefe do executivo de Ituiutaba por indicação do governador em 1947. Foi eleito a deputado estadual pelo PSP, em 1954, exercendo o cargo na 3^a legislatura, que se findou em 1959. Em 1958, antes de terminar o seu mandato estadual, tentou o pleito a deputado federal para a 41^a legislatura da casa, não conseguindo vitória. Em 1962, tentou o pleito na casa nacional novamente, não tendo êxito mais uma vez (FOLHA DE ITUIUTABA, 27/10/1962). Mesmo exercendo apenas um mandato como deputado no estado, o advogado foi um dos nomes de homens públicos que mais apareceu no impresso nesses anos de circulação que analisamos.

Em “Panorama político da região”, o Jornal afirma que houve uma grande movimentação política no Pontal do Triângulo, com “a participação de próceres ligados a várias correntes políticas”, percorrendo as cidades que compõem a região. Dentre eles estava Omar Diniz, como representante do PSP, além de Mario Palmério, deputado federal pelo PTB, e Alcides Gomes Junqueira, da UND (FOLHA DE ITUIUTABA, 04/10/1952). O uso do substantivo “prócer” reflete sobre a importância, dada pelo Jornal, sobre o papel político desses sujeitos. Omar Diniz era visado pela influência partidária que tinha na região, e pelo cargo que havia ocupado no executivo tijucano anos antes, importante, também, é pensar que já pleiteava o cargo de deputado no estado de Minas nesse momento.

Em 1955, prestes a assumir o cargo na casa legislativa estadual, o Jornal assinava notícias como “De malas prontas o deputado Omar de Oliveira Diniz”, afirmado que o advogado estava de mudanças para a capital, onde, em “Breve será ouvida a voz de Ituiutaba na Assembléia Legislativa do Estado”, e que “desta forma, Ituiutaba, através da voz do Dr. Omar de Oliveira Diniz que representa também o Pontal do Triângulo Mineiro, será ouvida naquela Casa legislativa” (FOLHA DE ITUIUTABA, 22/01/1955). Ao assumir o cargo “Na assembleia legislativa o Dep. Omar de Oliveira Diniz”, o periódico trazia que “tomou assento naquela Casa Legislativa o representante de Ituiutaba e do Pontal do Triângulo Dr. Omar de Oliveira Diniz” (FOLHA DE ITUIUTABA, 05/02/1955). O impresso referenciava o político como a “voz” da região, levando, como informação, a ideia de que Diniz representava não só a população da cidade de Ituiutaba, mas todo o Pontal do Triângulo.

E durante sua gestão, na assembleia estadual, havia, no Jornal, várias notícias que enfatizavam “seus” feitos. Dentre esses “O primeiro trabalho do Dep. Omar de Oliveira

Diniz”, afirmando que “foi pedido o reparo da estrada de Monte Alegre de Minas a Ituiutaba” (FOLHA DE ITUIUTABA, 29/02/1955). Ao longo do primeiro ano de sua gestão, outras notícias se seguiram com teor parecido, como “Desdobramentos da Coletorias Estaduais que arrecadam mais de vinte milhões – interessante projeto do dep. Omar Diniz” (FOLHA DE ITUIUTABA, 16/06/1955); “Distribuição de verba pessoal do deputado Omar Diniz”, essa notícia trazia uma fotografia do deputado ao lado do escrito, algo que não era muito comum em edições do Jornal (FOLHA DE ITUIUTABA, 24/12/1955).

No ano seguinte, o impresso passava a registrar uma aproximação do político pessepista com algumas instituições tijucanas. Em “Conferencia do dep. Omar Diniz na Associação dos Trabalhadores: construção de casas populares, tema a ser abordado na próxima segunda feira”, se discutia sobre um futuro encontro em que, segundo o Jornal, Diniz era:

Autor de várias gestões apresentadas na Assembléia Legislativa sobre esta justa reivindicação dos Ituiutabanos, o dep. Omar Diniz dispõe de elementos para ministrar aos associados da ATI todos os esclarecimentos necessários, eis porque sua conferência vem despertando o maior interesse. (FOLHA DE ITUIUTABA, 26/05/1956)

A *Folha* tinha um papel importante em meio a agremiações, movimentos sociais e associações locais. Com seus escritos, o Jornal fazia uma ponte entre esses grupos e os agentes políticos, pensando em um elo feito pelo meio de comunicação entre o público e o poder político. Temos que ter em mente também que Diniz já visava ocupar um cargo na Câmara Federal, e, para isso, precisaria de votos. Em 1957 outras notas se seguiram como “Instituições de Ituiutaba aquinhoadas pelo Dep. Omar Diniz”, afirmando que “310 mil cruzeiros do orçamento estadual de 1957 distribuídos entre 14 entidades”, dentre essas, a Associação dos trabalhadores, o Ituiutaba clube, a Banda de Música do Município, e grupos escolares (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/01/1957). Outras notícias publicadas pelo Jornal, ao longo dos anos, enfatizavam a ações de Diniz no parlamento como em “Oportunas indicações do dep. Omar Diniz na Assembleia” (FOLHA DE ITUIUTABA, 30/03/1957) e “As instituições beneficiadas pelo deputado Omar Diniz” (FOLHA DE ITUIUTABA, 27/11/1957).

No primeiro ano que Diniz concorreu ao pleito no legislativo nacional, foram publicados no Jornal “O Dep. Omar Diniz reivindica melhoramentos para esta região” (FOLHA DE ITUIUTABA, 15/01/1958), “Auxilio estadual de 20 milhões aos municípios afetados pelas enchentes: Projeto de lei apresentado na Assembléia legislativa pelo

deputado Omar Diniz” (FOLHA DE ITUIUTABA, 08/03/1958), “Verba pessoal do dep. Omar Diniz para a Associação dos Trabalhadores” (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/12/1958). E, na beira das eleições, “Ao povo do Pontal do Triângulo: atuação do Dep. Omar Diniz”, em que o Jornal elencava em 31 pontos os “trabalhos parlamentares – Benefícios conseguidos e indicações aprovadas”. O Escrito era destinado ao “povo”, como afirma seu título, que, no caso, se referia ao público da *Folha*. Ao finalizar o texto, o Jornal enfatizava “que o povo da região faça seu julgamento nas próximas eleições” (FOLHA DE ITUIUTABA, 26/07/1958).

Diniz não conseguiu emplacar o pleito para deputado federal em 1958. Seu mandato, na casa legislativa mineira, terminou nos fins de 1959, e, nesse tempo, os fazeres do político tijucano praticamente desapareceram das notícias do Jornal.

Em 1960, o Jornal trazia “A verdade nua” que se afirmava como uma “sessão política, transitória, bisbilhoteira e implicante”, que “apenas registrará verdades incontestáveis”. No escrito de difícil leitura, pelo estado do documento, o Jornal faz uma imagem diferente da que fazia anteriormente do político, ao especular sobre sua nova tentativa, em 1962, para o cargo na Câmara Federal, e também para prefeito. Em certo momento do escrito, ali afirma que:

Consta que o Dr. Omar Diniz desiludido de tentar aglutinar em torno de seu nome o conjunto de fôrças que – inutilmente – o apoiaria para deputado federal espalhaventou de vez a mosca azul do Congresso Nacional e pensa também em tentar a prefeitura, como candidato do PSP, contudo, talvez, com o apoio da UDN. E é forçoso reconhecer que o chefe ademarista, apesar do desgaste[ilegível] a que vem se submetendo, não deixa de ser um candidato perigoso [...]. (FOLHA DE ITUIUTABA, 21/09/1960)

Ao final do escrito, o Jornal afirma seu rompimento com Omar Diniz, ao apontar os seus candidatos a ocupar a Presidência da República e a Governador do Estado de Minas (ambos PSD), nas eleições daquele ano, sendo eles, respectivamente, o Marechal Henrique Teixeira Lott e Tancredo Neves. Nas palavras do Jornal:

Meu candidato, dr. Omar, é Lott[ilegível] e Tancredo Neves, mais que em nossos próprios nomes, estamos vivamente interessados é na eleição do Marechal. Por isso politicamente estamos rompidos. (FOLHA DE ITUIUTABA, 21/09/1960)

A imagem criada pelo jornal de Diniz, pela derrota no pleito anterior, é de alguém “desiludido” que “espalhaventou” o cargo que pretendia. Mas, ainda assim, era “perigoso” em relação ao pleito municipal. O recorte também nos apresenta um candidato

sem apoios, solto e sem alianças, inclusive do Jornal, que, anos antes, trazia seus feitos constantemente, em reafirmação de seu papel de político.

No ano seguinte, apresentava-se o nome de Omar Diniz em “Alterações na política municipal: desvincula-se o PSP do situacionismo – Acôrdo com o PTB e candidatura de Omar Diniz para deputado federal”, afirmando que Omar pleitearia novamente o cargo na Câmara Legislativa federal em uma chapa junto aos trabalhistas locais (FOLHA DE ITUIUTABA, 08/07/1961). A chapa foi vitoriosa em 1962, o legislativo tijucano teve maioria trabalhista, bem como o prefeito e o vice. Quanto ao cargo no legislativo federal, Diniz novamente experimentou a derrota.

Ao noticiar o evento da “Marcha da vitória”, acontecida em 3 de abril, em Ituiutaba, o impresso *Correio do Triângulo*, em sua primeira edição, afirma que Diniz, no evento, entre outros, “dirigiu a palavra a multidão” e “em vibrante improviso”, primeiramente em frente à *Rádio Platina*, e, posteriormente, em um palanque improvisado no centro da Rua 20 (CORREIO DO TRIÂNGULO, 07/04/1964). Segundo Geraldo Sétimo, na sua narrativa, nesse dia, na versão local da passeata da “família com Deus pela liberdade”, em que “foi sugerido o apedrejamento da *Folha de Ituiutaba*”, “defronte à Rádio Platina, falaram alguns oradores, dentre eles o dr. Omar Diniz”⁹⁰. Pelo que se percebe, Diniz se tornou opositor da *Folha* nos anos de 1960.

A *Rádio Platina*, local onde se agrupou a marcha e os oradores no movimento da passeata, em 1964, era propriedade de Luiz Alberto Franco Junqueira e Alcides Gomes Junqueira, desde 1961, apesar de ter sido fundada em 1946 (FOLHA DE ITUIUTABA, 18/01/1961). Luiz Junqueira também foi parlamentar na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), por quatro mandatos. Trabalhava como advogado e jornalista (foi da redação do *Correio do Pontal* até 1957). Seus dois primeiros cargos na ALMG foram durante a 4^a e 5^a legislatura (1959-1963; 1964-1967), pelo PSP⁹¹. A primeira aparição que encontramos do nome de Junqueira nas páginas da *Folha* se deu em 1954, quando o Jornal publicava que “Líder estudantil se solidariza com a *Folha*”, em relação ao processo sofrido pelo Jornal, ao transpor propaganda do Partido Comunista. No escrito afirmava

⁹⁰ Os outros oradores da marcha, segundo o Jornal *Correio do Triângulo*, além do Diretor da *Rádio Platina*, Alcides Gomes Junqueira, foram Marlene Demétrio, Dalton Chaves Villela e José de Andrade. O escrito ainda afirma que “o desfile, patrocinado pela União Estudantil Ituiutabana, foi espetacular. Jamais se registrou tamanho entusiasmo e vibração cívica em nossa terra. Orações, intercaladas de hinos e vivas” (CORREIO DO TRIANGULO, 07/04/1964).

⁹¹ Dados biográficos da vida política de Luiz Alberto Junqueira foram retirados do site oficial da ALMG. Disponível para consulta em: https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2014/06/23_obituario_luiz_junqueira.html Acesso em 11 de mai. 2020.

que Junqueira era líder de movimento estudantil⁹² em Uberaba, sendo presidente de centro acadêmico (FOLHA DE ITUIUTABA, 24/07/1954). Nesse ano Junqueira havia se candidatado ao cargo no legislativo do estado, pelo PTB, não vencendo pleito⁹³ (FOLHA DE ITUIUTABA, 09/10/1954).

Em 1958, a mesma chapa política local de Omar Diniz, agora como candidato a Deputado Federal, coloca no pleito Luiz Junqueira como deputado estadual (também pelo PSP), além de lançar o prefeito David Gouveia (UDN) e vice Samir Tannus (PSD), formando a chamada “Coligação Municipal”. Excluindo Diniz, todos os citados acima venceram.

Com a derrota de Omar Diniz, no processo eleitoral de 1958, e o fim de seu mandato como deputado estadual, no início do próximo ano, o nome de Luiz Junqueira (junto, também, do petebista Daniel de Barros) vai tomando o espaço, como homem público, nas páginas do Jornal, que ocupava antes Diniz, como um político benfeitor em favor da região.

Em “Entre nós o deputado Luiz Alberto” (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/05/1959), ao noticiar a primeira visita do deputado ao município de Ituiutaba, após assumir o cargo e passar a residir em Belo Horizonte, o Jornal afirma que:

Temos assinalado que tem sido uma das mais destacadas a atuação do Dep. Luiz Alberto Junqueira na Assembléia Legislativa do Estado, através de cuja representação vem evidenciando esforços no sentido de contribuir da melhor forma possível para a solução de problemas do município e da região.

Ainda recentemente conseguiu ele junto a Secretaria de Saúde cerca de 700 doses de Vacina Salk para o combate a poliomielite entre nós, e agora trouxe 250 doses de vacina anti-difterica para serem aplicadas em nossas crianças. (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/05/1959)

O impresso trouxe outras notícias que envolviam movimentações de verbas para estaduais que tinham a frente o nome de Junqueira como “Quatro milhões para a Ponte do Salto” (FOLHA DE ITUIUTABA, 22/08/1959), e “Notável discurso do dep. Luiz

⁹² Franco (2020), em um trabalho que analisou diversos jornais produzidos no Triângulo Mineiro, nas décadas de 1950 e 1960, voltando para reflexões sobre o olhar desses perante o movimento estudantil, nos afirma que a *Folha de Ituiutaba* era um jornal entusiasta do movimento dos estudantes na região, em que demonstrava apoio às reivindicações políticas realizadas por estudantes no contexto da época no qual a: “(...) *Folha de Ituiutaba*, durante os anos de 1950 e início de 1960, demonstrava um perfil político progressista, sempre divulgando, em suas páginas, a necessidade de engajamento político dos jovens tijucanos” (FRANCO, 2020, p.170) e “ressalta-se a especificidade encontrada referente ao jornal *Folha de Ituiutaba*, de cunho mais progressista condizente com os interesses relacionados às lutas do movimento estudantil hegemônico no país até 1964” (FRANCO, 2020, p.299).

⁹³ Luiz Alberto F. Junqueira também, em 1958, era presidente do Jóquei Clube de Ituiutaba, como nos aponta a *Folha* em notícia sobre a “Construção da sede própria do Jóquei Clube”, afirmado que o presidente tinha como missão “concretizar a antiga aspiração dos joqueanos” (FOLHA DE ITUIUTABA, 21/06/1958).

Junqueira na assembleia legislativa: levantando o véu da federalização de Cachoeira Dourada, o jovem representante da região provoca providencias governamentais” (FOLHA DE ITUIUTABA, 08/08/1959).

E também, em “Criado o 6º grupo escolar em Ituiutaba”, afirmava que foi “por indicação do deputado Luiz Alberto Junqueira, aprovada pela Assembléia legislativa” (FOLHA DE ITUIUTABA, 05/12/1959) e “Grupo Ildefonso Mascarenhas vai ter prédio próprio”, em que dizia que a “obra esperada por mais de 10 anos somente agora poderá ser construída – trabalho do dep. Luiz Junqueira para a solução do problema” (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/07/1960). Outros escritos sobre construções de grupos escolares envolviam o nome de Junqueira como “Instalação dos ginásios independente da doação de prédio”, afirmando que era um “oportuno projeto do dep. Luiz Junqueira alterando a lei 2.334” (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/08/1961).

Em outras notícias como “Construção do Correio vai prosseguir”, o Jornal dizia que esse era um “esfôrço do dep. Luiz Junqueira junto à alta administração do DDT” (FOLHA DE ITUIUTABA, 31/03/1962), e, também, “Centro de Saúde e Cadeia Pública: obras vão prosseguir”, em que foram “coroadas de êxito as gestões do dep. Luiz Junqueira” (FOLHA DE ITUIURABA, 24/07/1963). Descreviam o papel de Junqueira como sujeito ativo nas conquistas em prol do município, um protagonista das mudanças⁹⁴.

Em uma de suas últimas publicações, o Jornal trazia um noticiário sobre o projeto de construção de uma universidade estadual no município. Na nota o Jornal afirmava a importância de Junqueira nesse processo:

Uma grande vitória, sem dúvida, vem de ser alcançada pelo deputado Luiz Junqueira, cuja projeto criando a Universidade do Triângulo Mineiro, com sede nesta cidade, assunto sobre o qual temos dado noticiário pormenizado, foi sancionado pelo governador Magalhães Pinto.

Transformado em lei, através dêsse ato do governador, levando o número 2.915, o projeto do sr. Luiz Junqueira, teve dois vetos iniciais que, segundo informação do jovem representante, não alteram sua estrutura. (FOLHA DE ITUIUTABA, 13/11/1963)

Outros escritos, publicados no Jornal, traziam elogios ao papel de deputado de Junqueira na câmara legislativa de Minas gerais. Em “Luiz Junqueira: melhor deputado da semana; A classificação foi feita por ‘Última Hora’”, a Folha reafirmava suas ideias perante o deputado tijucano para seus leitores, como ele, sendo “o melhor”, com um

⁹⁴ A Folha fazia o mesmo papel em enfatizar o trabalho de Junqueira, ao noticiar sobre outras cidades da região, como em “Verbas para Cadeias em 3 municípios da região”, em que “Comendador Gomes, Prata e Iturama beneficiadas com o proveitoso trabalho do dep. Luiz Junqueira” (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/11/1963).

“expressivo tanto em sua curta, mas brilhante carreira política” (FOLHA DE ITUIUTABA, 08/07/1961). Interessante pensarmos que, ao citar um trecho de outro jornal, a *Folha* tenta passar uma ideia de neutralidade, apontando que um outro impresso, de circulação nacional, reconhece o deputado como um parlamentar ativo, sendo o “melhor”. Devemos pensar que o ato de publicar o transposto é uma escolha política em si, e, ao fazer isso, a *Folha* tinha suas intenções.

Em “Reeleito o Dep. Luiz Junqueira”, os jornalistas da *Folha* finalizam o escrito afirmando que “auguramos ao deputado Luiz Junqueira mais quatro anos de luta e de vitórias em prol das causas deste município e da região do Triângulo Mineiro”. O uso de frases como “causas deste município” e “da região do Triângulo Mineiro”, se assemelham ao *slogan* que a *Folha* usou por anos (FOLHA DE ITUIUTABA, 17/11/1962).

Mas os elogios eram executados em via de mão dupla: o deputado estadual também teceu admirações ao periódico, em um telegrama público, publicado em íntegra no Jornal, sob o título de “*Folha de Ituiutaba – Legítimo porta-voz de nossa gente*”; Mensagem do deputado Luiz Junqueira à direção deste jornal”, em que o parlamentar elogiava o papel do Jornal em noticiar sobre a criação da Universidade no município. Assim, “A você [Ercílio Domingues] e seu brilhante redator-chefe jornalista Geraldo Sétimo Moreira fico devendo essa prestimosa colaboração de noticiar todos os atos referentes”, no mesmo escrito, o periódico dá seu parecer ao telegrama, afirmindo, em meio ao tom noticioso, em reafirmação de neutralidade, que “a *Folha* nada mais fêz que exercer seu papel e sua função, de divulgar e enaltecer as grandes iniciativas em benefício deste município e da região” (FOLHA DE ITUIUTABA, 27/11/1963).

A *Folha* levava essas notícias, atribuindo as mudanças positivas a esses gestores políticos, para a população que consumia os escritos do impresso na sua região de circulação, divulgando como seus feitos, não só com intenções de informação, mas também de reafirmar posições e dar crédito.

Em muitos desses escritos, afirmavam que as notícias eram recebidas por meio de telefonemas, cartas e telegramas, enviados por esses mesmos gestores políticos, informando as leis e as mudanças, o que demonstra constante contato entre o Jornal e esses agentes. Apesar de revestirem de informação, com intuito de demonstrar isenção, esses escritos justificavam ações desses sujeitos, visando ao acúmulo de capital político (muitas vezes, com um olhar voltado às reeleições, ou no intuito de conquistarem outros cargos).

Entretanto, junto com Luiz Alberto Franco Junqueira, houve outro candidato local, que venceu o pleito para deputado estadual em 1958. Fora da “Coligação Municipal”, apoiada pelo impresso, durante a corrida, Daniel Freitas de Barros foi eleito como parlamentar na Câmara Legislativa mineira pelo PTB (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/12/1958). Da mesma maneira que os dois outros deputados estaduais da região eleitos, Daniel de Barros também era advogado, mas também era fazendeiro, sendo que, em 1964, possuía 793 hectares de terra no Triângulo Mineiro, que, segundo ele, era “utilizado na lavoura de cereais” (FOLHA DE ITUIUTABA, 25/03/1964).

Anteriormente, ele havia exercido cargo de vereador no legislativo tijucano, sendo eleito em 1954. Nesse momento, o Jornal destacou desempenho no papel do então vereador petebista na proposta de implementar a “semana inglesa no município”⁹⁵.

Mas o nome de Barros começou a aparecer em destaque, após sua empreitada, na tentativa da eleição ao legislativo estadual. Em 1958 o Jornal, em manchete, afirmava que o “Candidato a deputado estadual o advogado Daniel de Freitas Barros” pelo PTB local era apoiado por 20 diretórios da região, chamando-o de “ilustre causídico militante da comarca e eminente prócer trabalhista ituiutabano” (FOLHA DE ITUIUTABA, 14/06/1958).

Após a eleição e a vitória, Barros assumiu no ano seguinte, e a partir de então o Jornal repetia o mesmo tipo de notícias que fazia com os outros dois deputados tijucanos: noticiar as mudanças locais, instituindo a ele a autoria ou reclamação de projetos, apresentando o agente político como um sujeito modificador (para melhor) da realidade regional. Entre as primeiras, encontramos, em manchete, com uma foto do então parlamentar tijucano, sob o título “Focalizado na Assembléia o fechamento do Ginásio de Capinópolis”, em que, tanto o Jornal quanto o deputado, eram contra a interdição do espaço. O Jornal afirma que:

Fazendo há dias sua estreia na tribuna da Assembléia Legislativa, o dep. Daniel de Barros, um dos representantes desta região naquela casa, profligou energeticamente a recente decisão da Inspetoria Seccional do Ensino Secundário, órgão do Ministério da Educação, promovendo o fechamento do Ginásio de Capinópolis. (FOLHA DE ITUIUTABA, 25/04/1959)

⁹⁵A primeira menção ao projeto e o empenho de Daniel de Barros aparece em “Formado o bloco das oposições coligadas – o edil Dr. Daniel Freitas de Barros iniciará a batalha pela semana inglesa” (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/04/1956).

Impressiona a vista, que o escrito demonstra uma potência do deputado, que recém havia assumido, ao usar palavra como “energicamente” e “profligou”, a última, sendo usada no sentido de abater e vencer.

Esses tipos de notícia seguem as edições dos anos seguintes como em manchete “Projeto do dep. Daniel de Barros aprovado pela Assembléia legislativa e sancionada pelo governador Bias Fortes” (FOLHA DE ITUIUTABA, 29/08/1959). Também encontramos “Ituiutaba terá finalmente sua Praça de Esportes Estadual”, sendo essa uma “Promessa do Governador Bias Fortes ao dep. Daniel de Barros” (FOLHA DE ITUIUTABA, 26/09/1959).

Importante vermos como, ao elevar os nomes dos deputados estaduais, o Jornal contrapõe o poder executivo estadual, demonstrando uma eficiência desses sujeitos no legislativo contra uma ineficácia do executivo em Minas Gerais. Nesse momento o governador do Estado era Bias Fortes (PSD).

De 1960 até o fim dos dias do impresso, as notícias que enfatizavam o trabalho no legislativo de Barros seguiram nas páginas do Jornal tijucano. Como em “Instituições privilegiadas pelo dep. Daniel Barros”, dizia que era “Cr\$ 1.473.513,50 a verba conseguida da Secretaria da Saúde, sendo Cr\$ 800,000,00 para o Hospital São José, cujo pagamento já foi efetuado pelo próprio representante triangulino” (FOLHA DE ITUIUTABA, 14/03/1960).

Outras dessas foram: “Construção da Ponte Raul Soares; Participação do dep. Daniel de Barros na elaboração do processo” (FOLHA DE ITUIUTABA, 14/03/1960), “Será instalado, nos próximos dias, o Posto de Saúde – Comunicado do dep. Daniel de Barros”(FOLHA DE ITUIUTABA, 25/01/1961) “Quase dezesseis milhões de verbas orçamentarias para Ituiutaba e toda região”, em que detalhava ponto a ponto as “emendas apresentadas ao orçamento do Estado pelo deputado Daniel de Barros” e “como foi feita a distribuição” de “Quatro milhões da verba pessoal do Dep. Daniel de Barros” (FOLHA DE ITUIUTABA, 23/12/1961). Também, no Jornal, ao noticiar que foi “aprovado pela CERAE a emancipação dos distritos de Gurinhatã e Ipiaçu”, o impresso apontava que “a Comissão Especial de Revisão Administrativa do Estado emitiu pareceres favoráveis à emancipação dos distritos”, afirmando que “o deputado Daniel Freitas de Barros que é o relator da referida comissão” (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/06/1962).

Em 1962, Daniel de Barros conquistou a reeleição ao cargo no legislativo do Estado, e, no ano seguinte, ao reassumir o cargo, se tornou o líder da bancada trabalhista na Assembleia legislativa de Minas Gerais. Após esse momento, notícias sobre os fazeres

do deputado diminuem das páginas do Jornal, publicando algumas notícias sobre o deputado, como no descrito sobre o ““Bang-bang” na Assembléia Legislativa”, no qual Barros, em um embate com um correligionário na ALMG, sacou uma arma de fogo e desferiu tiros ao chão:

Grave incidente verificou-se na Assembléia Legislativa de Minas, quinta-feira última, pondo o plenário em polvorosa. Ao que se sabe o dep. Daniel de Barros encontrava-se na tribuna revidando ataques de seu colega de bancada dep. Waldomiro Lobo. A certa altura Waldomiro avançou para Daniel que, sacando do revólver, deu dois tiros para o chão no rumo do seu contendor, o qual, estacando, abriu o paletó e mandou que seu antagonista atirasse no peito. Ambos, porém, foram contidos pelos seus pares encerrando-se o “bang-bang”, decorrente, ao que se informa, de divergência no processo da escolha do líder da bancada petebista, que recaiu no deputado ituiutabano. (FOLHA DE ITUIUTABA, 09/02/1963)

O Jornal também trouxe, logo após o pleito de 1962, em transscrito, um embate entre Barros e o diretor da Rádio Platina. Em edição, o Jornal publicou na coluna “a pedidos”, uma nota de Daniel de Barros chamada “Desmentindo a Rádio Platina”, a mesma que havia sido adquirida, anos antes, pelo também deputado estadual Luiz Junqueira, mas endereçada ao outro proprietário Alcides Junqueira (pertencente à UDN). No escrito Barros afirmava que:

Tomando conhecimento notícia facciosa divulgada sua emissora, colocando-me 2º suplente da bancada do PTB, informo-lhe e sua Rádio, fui tranquilamente reeleito somando 8890 sufrágios. Nesta oportunidade estou enviando denúncia junto ao Ministério da Justiça contra sua Rádio. (FOLHA DE ITUIUTABA, 12/12/1962)

Na edição seguinte, o Jornal trazia, na mesma coluna, a resposta de A. Junqueira, direcionada a Barros, afirmando que a “Direção dessa emissora desconhece assunto vinculado”, e que “somente mencionou seu nome uma vez, por atividades parlamentares, transcrevendo notícias de jornais belorizontinos classificando-o como deputado mais faltoso” (FOLHA DE ITUIUTABA, 15/12/1962).

O Jornal se aproximou de Barros durante sua primeira gestão, na casa legislativa, a ponto de o deputado tijucano tecer elogios em favor da *Folha de Ituiutaba*, proferida na Assembleia Legislativa do estado de Minas Gerais (ALMG), em que Barros apontava elogios como “Órgão orientador da opinião pública em Ituiutaba e no Pontal do Triângulo Mineiro” (FOLHA DE ITUIUTABA, 25/04/1959). Essa fala de Barros foi publicada integralmente, em edição do Jornal, junto a uma nota de agradecimento dos jornalistas ao político tijucano. Isso refletia uma aproximação das duas partes durante o período. Na edição seguinte, o Jornal trazia “Novamente focalizada na Assembléia o aniversário da

Folha. Consignado em Ata”, em que Daniel de Barros parabenizava o Jornal mais uma vez (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/08/1959).

Em “A verdade nua” (FOLHA DE ITUIUTABA, 21/09/1960), ao mesmo tempo que o Jornal se opunha à empreitada de Omar Diniz, na tentativa de emplacar o pleito a deputado federal, anteriormente citada, trazia que, tanto Barros quanto Junqueira, tinham probabilidades de reeleição ao cargo de deputados estaduais, mas não conseguiram se tentassem um cargo no legislativo nacional:

Há um sinal vermelho piscando forte para os eventuais candidatos a deputado estadual por Ituiutaba. Daniel de Barros e Luiz Junqueira, cujo comportamento na Assembléia vem agradando plenamente a seus correligionários, vão tentar a reeleição, com tôdas as possibilidades de sucesso. Em síntese, um terceiro homem não teria chances, e nem Daniel nem Luizinho seriam trouxas de tentar a deputado federal. (FOLHA DE ITUIUTABA, 21/09/1960)

O último escrito do Jornal, em relação a Daniel de Barros, que encontramos, está na última edição do Jornal, em que afirmava que o parlamentar mineiro havia se alinhado com as reformas de base, principal proposta do Governo de João Goulart. Em uma entrevista, sob o título “Deputado Daniel adere às teses reformistas”, na introdução, o periódico afirmava que Barros “deixou de lado a posição que adotara anteriormente, para aderir de corpo inteiro às teses reformistas que constituem a bandeira de seu partido e da imensa maioria do povo Brasileiro” (FOLHA DE ITUIUTABA, 25/03/1964). A *Folha* tratava as reformas de base como a vontade do “povo brasileiro”, elevando esses posicionamentos favoráveis a tais políticas.

Barbosa (2010), na esteira do pensamento de Ribeiro (2000), ao falar sobre a grande imprensa, na metade do século XX, afirma que:

O que se procurar construir naquele momento é a autonomização do campo jornalístico em relação ao literário, fundamental para a construção da legitimidade da própria profissão. Assim, as reformas dos jornais da década de 1950 devem ser lidas como o momento de construção, pelos próprios profissionais, do marco fundador do jornalismo que se fazia moderno e permeado por uma neutralidade fundamental para espelhar o mundo. A mítica da objetividade – imposta pelos padrões redacionais e editoriais – é fundamental para dar ao campo lugar autônomo e reconhecido, construindo o jornalismo como a única atividade capaz de decifrar o mundo para o leitor. (BARBOSA, 2010, p.150)

A *Folha de Ituiutaba*, ao noticiar as ações desses sujeitos, reafirmava o papel deles como agentes ativos da mudança, em um momento e um espaço social onde desenvolvimentismo e modernidade eram as palavras de ordem, apresentando-os em suas notícias, com tons de objetividade e neutralidade, como transformadores decisivos do

meio. O Jornal apoiava esses sujeitos quando os seus interesses se alinhavam. Em outros momentos, em que não os interessava, o periódico criticava, o que, de certa maneira, se tornou fatores de criação de desavenças com personagens dessas elites políticas locais.

2.3 - “Vai começar a sindicalização rural”: A *Folha*, os trabalhadores e as associações

A relação da *Folha de Ituiutaba* com os trabalhadores locais e movimentos sociais se fez presente em diversas publicações, sendo que, nos últimos anos do Jornal, se tornou mais notória, principalmente, com a entrada de Ivanildo Santos no quadro jornalístico, e a formação do Sindicato dos Trabalhadores de Ituiutaba. Como parte do jogo político e do confronto, o Jornal não somente demonstrava e apoiava as políticas e ações desses sujeitos e seus movimentos, mas, muitas vezes, agia na organização, noticiando, informando-os e trazendo, nas suas páginas, notas sobre direitos e luta de grupos de trabalhadores. Podemos pensar, por um lado, que as publicações se faziam favoráveis aos trabalhadores e aos movimentos sociais, entretanto, isso também caracteriza um artifício de relacionamento político, em que o Jornal se apresentava como um coordenador e aglutinador, ao fazer alianças com esses movimentos, enquanto os trabalhadores visavam, com esse pacto, às melhorias trabalhistas.

Um movimento social é uma organização coletiva dentro da sociedade civil, com objetivos de conquistar mudanças, por meio da luta e do debate político, em um determinado contexto político e cultural. Esses grupos estão em constante confronto por representatividade política, contra a exclusão social e por direitos, atuando em frentes de pressões, em movimentos reivindicatórios, por exigências imediatas, e buscando apoio da população em suas causas. Para Tarrow (2009), os movimentos sociais devem ser entendidos como:

(...) desafios coletivos baseados em objetos comuns e solidariedade social numa interação sustentada com as elites, opositores e autoridades. Esta definição tem quatro propriedades empíricas: protesto coletivo, objetivo comum, solidariedade social e interação sustentada (TARROW, 2009, p. 21)

É importante levarmos em consideração que a microrregião do Pontal do Triângulo mineiro passava por diversas mudanças desde os fins da década de 1940, e as publicações do Jornal não eram somente reflexos dessas mudanças e da ascensão de novos atores, no jogo político e na luta por direitos, mas, também, o Jornal era um agente em favor dos que se diziam representar esses novos grupos, assim, visando levar uma

mensagem desses para seus leitores, bem como em trazer projetos e propostas para o seu meio.

Essas modificações, no seio social da região, se deram, em primeiro momento, devido à produção, em grande escala, de arroz, na região, e a ascensão da rizicultura como principal produto econômico na microrregião, impulsionando a migração entre as décadas de 1950 e 1970. Nesse momento a economia do Pontal Triângulo Mineiro se inseriu na produção nacional de alimentos, Ituiutaba e as cidades do entorno vivenciaram um forte crescimento econômico, atrelado ao aumento da população urbana e rural, junto ao êxodo de trabalhadores vindos de outras regiões, à urbanização e ao ascendente incremento da produção da rizicultura, que era atada à industrialização, para beneficiamento desse produto, dentro do perímetro urbano. A localidade possuía rios, solos férteis e clima ideal para o plantio, sem contar o desenvolvimento de setores macroeconômicos, como a infraestrutura rodoviária e hidrelétrica, em que a construção de Brasília conferiu à região posição estratégica, articulando as regiões centro-oeste e sudeste (MATEUS, 2013).

Nessa conjuntura a região passou a ser uma grande fornecedora, que abastecia, em partes, o interior dos estados e as capitais de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Políticas públicas e econômicas de incentivo à produção, como a adoção de preços mínimos, empréstimos, créditos e subsídios, facilitados por instituições bancárias (principalmente, pelo Banco do Brasil) – e o estímulo ao incremento para a produção agrícola, influenciaram o processo na microrregião. Assim, nas duas primeiras décadas da segunda metade do século XX, o arroz se tornou o principal produto da região, onde as elites econômicas e detentoras dos meios de produção regional começam a denominar o município de Ituiutaba como a “capital do arroz”⁹⁶. (MATEUS, 2013). Nesse período a produção de alimentos, na região, passou por um processo modernizador, com processos de manejo, baseados na derrubada indiscriminada e no latifúndio, ocasionando divergências dos latifundiários com os trabalhadores rurais e os pequenos produtores. De fato, houve lucro e benefícios com esse sistema produtivo, entretanto, não foi usufruído por muitos, pois houve concentração de capital na mão de poucos (GIAVARA, 2019).

⁹⁶ Segundo Oliveira e Ribeiro (2017), o auge da produção de arroz, na microrregião do Pontal do Triângulo Mineiro, se deu na década de 1950, e, a partir da década de 1970, a rizicultura foi perdendo espaço na produção para outro grão, o milho, que se tornou a principal atividade agrícola na região, em 1980, perdendo espaço, na década seguinte, principalmente, para a plantação de cana-de-açúcar. Para Muniz (2014), essa desarticulação da plantação de arroz no Pontal iniciou-se na metade da década de 1970, findando-se no início da década de 1980, com a formulação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, que desmonta a produção especializada por município ou regiões, propondo ocupar o cerrado e tornar as terras produtivas para grãos e pecuária extensiva para exportação. Introduziu-se aí, além do gado de corte, soja, cana-de-açúcar e café.

A produção do arroz era algo dispendioso, requeria cuidados especiais para o cultivo, além de grande número de pessoas para trabalhar na adubação e correção do solo, no plantio, na colheita e no manejo do produto, nos centros de armazenagem e no beneficiamento do arroz, que se localizavam no perímetro urbano. Nesse contexto, como não havia um número efetivo de trabalhadores na região, para suprir a demanda, entra em cena uma forte migração de trabalhadores vindos da região norte de Minas Gerais (principalmente, da região do Vale do Jequitinhonha), e, em maior número, do norte e nordeste do Brasil. Como afirma Silva (1997), em um estudo sobre o choque entre diferentes culturas na região, durante esse período, muitos desses trabalhadores deixaram sua terra natal em busca de condições melhores de vida e oportunidade de trabalho, promovidos por forte propaganda, na época, feita por agenciadores, principalmente, por meio do boca a boca (forma de transmissão de informações por via de comunicação oral):

Nas décadas de 1950 e 60, os trabalhadores nordestinos chegaram em massa, à procura das novas e promissoras oportunidades que haviam sido anunciadas. Espalharam-se por essa vasta região trazendo seu modo de vida, sua linguagem, estabelecendo diferenças, que deram origem a interpretações variadas, gerando explicações, conceitos e preconceitos. (SILVA, 1997, p. 8)

Esse trabalhadores eram trazidos de suas terras pelos “gatos” (apelido dado aos agenciadores, devido à esperteza que lhes era atribuída) em carretas “pau de arara”, em precário arranjo, condições irregulares e desumanas, em que o meio de locomoção é um caminhão improvisado para o transporte de passageiros. Na carroceria do veículo, são colocadas tábuas de madeira para servir como assento, e, geralmente, uma lona como cobertura para proteger os passageiros do sol e das chuvas, e percorriam uma longa distância em situação precária e arriscada para a vida dos passageiros. Esse trabalhadores, ao chegarem à região, eram altamente explorados, nos trabalhos que exerciam, nas plantações locais, e, nas indústrias de beneficiamento, recebendo salários irrisórios, que, na maioria das vezes, ficavam devendo aos patrões, para custear a alimentação e a moradia, além do transporte, ficando presos ao trabalho por endividamento crescente devido às condições, sempre determinadas pelo proprietário da terra (SILVA, 1997).

Após a contratação para exercer as funções nas plantações, esses trabalhadores recebiam uma quantia diária, em geral, pelo serviço, sendo descontadas a alimentação, a moradia e uma parcela do seu transporte de vinda de suas terras natais, que havia sido paga pelo patrão. Também era comum, na região, o trabalho de “meia”, do qual os trabalhadores, chamados de “meeiros”, recebiam uma gleba da terra dos proprietários

rurais para se ocuparem de todo o trabalho, em que sua parte, na produção, era a mão de obra, enquanto o proprietário rural cedia a terra, o preparo e o patrocínio financeiro, o produto final era dividido, quase de maneira igualitária, entre o proprietário da terra e o meeiro (SILVA, 1997).

Poucos desses trabalhadores se tornaram arrendatários de terras, alguns até adquirindo pequenas propriedades, porém, a grande maioria desses, junto com os outros trabalhadores migrantes, com a estagnação e a posterior decadência da produção de arroz, nas lavouras, no início da década de 1970, mudaram-se para as periferias no meio urbano, ocupando-se nos mais diversos subempregos, como pedreiros, serventes, boias-frias, chapas, carroceiros, vigias, empregadas domésticas, entre outros. Como apontou Mateus (2013), o codinome adotado pelos moradores de Ituiutaba, como a “capital do arroz”, muito glorificado pela sociedade da região, serviu para mascarar e esconder uma série de problemas sociais que vieram junto à produção do arroz, desde o desenvolvimento de um sistema de trabalho semiescravo, nas lavouras, marcado pela exacerbada exploração de migrantes, com jornadas extensas de trabalho, em condições insalubres, e com salários irrisórios, até problemas com o agravamento da infraestrutura da cidade, sobretudo pela falta de planejamento urbano e de políticas públicas para os recém-chegados.

Segundo Grynszpan (2006), durante as décadas de 1950 e 1960, o que passou a ser identificado como a grande origem dos problemas do meio rural, e, consequentemente, do país, foi a grande propriedade agrícola baseada na monocultura: o que conhecemos como “latifúndio”. O termo, que designa, muito mais, que uma grande extensão de terra se ampara em um sistema de dominação, na base da força de grandes proprietários, que exercem o controle de seus poderes, pelos recursos sobre aqueles que dependem de suas terras, criando, assim, uma rede de sociabilidade e dependência. O trabalhador do campo estava sujeito ao latifúndio e ao seu dono, preso em uma série de obrigações e dívidas. Segundo o autor, na metade do século XX, com a participação popular na vida política do país, radicaliza-se, em parte da sociedade brasileira, a ideia de que era preciso promover mudanças no agrário do nosso país, sendo essa a principal maneira interna de modificar as desigualdades sociais. Nesse momento, os trabalhadores rurais despontam como atores, reivindicando espaço pela terra, – se organizando em sindicatos, ligas camponesas e associações, entre outros.

Como afirma Barbosa (2015), nos fins da década de 1940, com a ascensão da produção rizicultura na região, emerge, no Pontal do Triângulo Mineiro e nas regiões vizinhas, movimentos, ligas, sindicatos e associações de trabalhadores rurais, que trazem,

em seu bojo, aspirações políticas de reivindicação de direitos sobre as terras. Grande parte dos conflitos, em torno das propriedades rurais, na localidade, estava vinculada à relação entre a exploração dos trabalhadores, dos pequenos proprietários de terra, dos meeiros ou dos arrendatários em choque com os interesses e privilégios dos grandes proprietários rurais, latifundiários.

Podemos afirmar que o jornal *Folha de Ituiutaba*, ao longo dos anos, se alinhou politicamente ao grupo que dizia defender as causas desses trabalhadores e desses movimentos organizados para reinvindicações políticas e sociais, seja dos homens do campo ou do meio urbano. Nesse sentido, o Jornal se tornou um espaço de reivindicações e propostas políticas, além de informativo sobre leis e de arregimentação desses grupos.

Desde o final dos anos 1940, os jornalistas publicavam diversas notas sobre questões sindicais e de trabalhadores da região, e, também, referentes a pagamento de impostos, fazendo cobranças aos empregadores. Como exemplo, há uma série de notas sobre Imposto Sindical. O primeiro que encontramos, ainda, na década de 1940, afirmava que os empregadores deveriam pagar até o final de janeiro de 1949, em que “recolhimento é feito ao estabelecimento ou correspondente bancário, já indicado para esse fim”, e que, “para a obtenção da ‘patente de registro’ por parte dos contribuintes do imposto consumo, é indispensável a prévia apresentação da quitação do imposto sindical” (FOLHA DE ITUIUTABA, 08/01/1949). O mesmo aviso se repetiu nas páginas do impresso em anos seguintes⁹⁷. Em outra edição, o Jornal trazia uma notícia em manchete sobre “Útil e proveitoso trabalho: procedida a identificação e entrega de cadernetas profissionais aos trabalhadores de Ituiutaba” (FOLHA DE ITUIUTABA, 23/10/1952), demonstrando um trabalho de registro de trabalhadores, na microrregião, como maneira organizativa por categoria, ao entregar carteiras de identificação.

No final dos anos 1950 e início dos 60, o impresso publicou vários escritos sobre a questão de estabelecimento de pisos salariais, para os trabalhadores municipais, e movimentações em favor de salário-mínimo e de seu aumento, trazendo publicações como “Inconformados os trabalhadores locais com o salário-mínimo decretado para o município” (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/01/1959), afirmando que era injusto o que foi estabelecido. Dois anos depois, o Jornal publicava “Operários da Prefeitura pedem aumento de salário”, afirmando que eles foram “premidos pela alta crescente no Custo da Vida” (FOLHA DE ITUIUTABA, 28/01/1961). Em abril os trabalhadores municipais

⁹⁷ Ver em: FOLHA DE ITUIUTABA, 20/01/1950; FOLHA DE ITUIUTABA, 09/01/1952.

iniciaram um movimento reivindicatório sobre o valor desse salário, sendo noticiado e apoiado pelo Jornal: “Operários municipais querem salário mínimo: movimento é justo e merece as simpatias gerais” (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/04/1961), e “Concentração operária dia 1º de maio nesta cidade”, em que “foram efetuadas reuniões preparatórias quinta-feira e ontem – Solidária a Associação dos Trabalhadores com os operários municipais na luta pelo salário mínimo” (FOLHA DE ITUIUTABA, 29/04/1961).

Quase um ano após, o Jornal voltava a trazer notícia sobre os funcionários da prefeitura local, que desencadearam uma greve em “Vitoriosa a greve dos operários da Prefeitura”, em que os operários da limpeza do município paralisaram seus serviços “pleiteando o salário-mínimo” (FOLHA DE ITUIUTABA, 04/04/1962). Dois meses depois, o impresso trazia “Salário-Mínimo para os operários municipais”, dizendo sobre “alta incessante do Custo da Vida” (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/06/1962). Em julho de 1962, o periódico dizia que os “Operários da prefeitura entram em Greve!”, afirmando que:

Entraram em greve ontem, depois de manterem contacto com o Prefeito, que não atendeu suas reivindicações, os operários da Prefeitura. É a segunda vez que os trabalhadores municipais entram em greve no corrente ano, em ambas coberto de tôda a razão, pois lutam apenas pelo modesto salário mínimo de 8.512 cruzeiros, vigente na região. (FOLHA DE ITUIUTABA, 28/07/1962)

Na edição seguinte, o Jornal informava sobre o fim da greve em “Terminou a greve na Prefeitura”, afirmando que o “movimento paredista dos operários municipais teve caráter pacífico e ordeiro, pondo à mostra a consciência da causa que lutavam ao desencadearem a parede” (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/08/1962).

Devemos lembrar que o ano de 1962 era ano de eleição para o legislativo e o executivo local. O impresso, ao apoiar esse movimento dos trabalhadores da prefeitura, se revestia em criticar a gestão do executivo local (de caráter udenista), enquanto se aproximava das categorias de trabalhadores locais e apoiava projetos que diziam defender os direitos trabalhistas. Em 1963 encontrava-se, nas páginas do periódico, sobre o título “Legislação Trabalhista (salário mínimo, etc.) para os trabalhadores municipais”, uma entrevista com o então eleito prefeito José Arcêncio de Paula (PTB), em que ele afirmava suas propostas para os trabalhadores do município, dentre essas, havia a temática em favor do aumento do piso salarial, além da ideia trabalhista do 13º salário para funcionários públicos, indo de encontro com as propostas dos trabalhadores durante a greve no ano anterior (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/02/1963).

No início de 1964, na gestão petebista, é anunciado, no Jornal, que “13º Salário: Prefeitura começou a pagar”, em que o Jornal noticiava que se iniciou o pagamento do 13º salário relativo ao ano de 1963, por determinação do prefeito interino em exercício, Rodolfo Leite de Oliveira, afirmando que a medida agradou “sobretudo o proletariado que sofre de forma mais aguda as consequências da carestia” ⁹⁸ (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/02/1964).

Em uma de suas últimas edições, uma notícia anunciava que “Nôvo mínimo saiu com Ituiutaba na 1^a sub-região: 42 mil Cr\$: história dessa grande conquista dos trabalhadores ituiutabanos – a lei vigorará também no campo” (FOLHA DE ITUIUTABA, 26/02/1964), que discorria sobre a promulgação do decreto, instituindo novos níveis de salário para o território nacional. Assim:

Essa conquista dos nossos trabalhadores, porém exigiu luta, da qual poucos tomaram conhecimento, razão, por que oferecemos abaixo – na base de documentos irrefutáveis – a verdadeira história da incursão de Ituiutaba na 1.^a sub-região do nosso Estado. (FOLHA DE ITUIUTABA, 26/02/1964)

Em seguida, nesse escrito, com o subtítulo de “Os Generais da Batalha”, o impresso dá os créditos de tais conquistas não apenas aos trabalhadores:

Timidamente por força de desunião entre os trabalhadores ituiutabanos, essa luta foi ganhando contorno, extravasando-se depois em pedidos a chefes políticos e em notas dêste jornal. Ultimamente, todavia, a sindicalização começou a dar aos trabalhadores maior consciência de seus direitos e, principalmente os setores mais esclarecidos das massas, começaram a procurar o melhor caminho para atingir a meta almejada (FOLHA DE ITUIUTABA, 26/02/1964)

O Jornal atribuiu a ele mesmo e a “chefes políticos” uma parcela da conquista desses direitos, afirmando que os trabalhadores eram desunidos antes, e que o trabalho de sindicalização deu aos trabalhadores “maior consciência” de seus direitos. O uso da palavra “generais” reflete o sentido de liderar a luta (batalha) pelos tais direitos. Como veremos, a *Folha* foi um importante órgão na construção de sindicatos e associações de trabalhadores na região, nesse período.

⁹⁸ Em outro texto do período, sobre o 13º salário, temos ainda nas páginas do impresso tijucano, que a “Prefeitura de BH vai pagar 13º salário a seus servidores”, em que o jornal afirmava que esse direito deveria servir como exemplo a ser seguido por prefeituras dos outros municípios (FOLHA DE ITUIUTABA, 05/09/1962). E, ainda, o periódico publicou que o “13º não pode ser descontado”, informando aos trabalhadores sobre o seu direito perante o recebimento do salário (FOLHA DE ITUIUTABA, 22/12/1962).

O impresso também trouxe chamadas e convocatórias de encontros e reuniões de trabalhadores, agindo na organização desses por meio dos eventos⁹⁹. O periódico fazia o papel de ser um informativo sobre ações e medidas que eram tomadas por essas associações e outros grupos de trabalhadores de Ituiutaba. Essas notas saiam como uma maneira de aglutinar os trabalhadores e tomarem ciência das discussões, principalmente, após as reuniões e as deliberações, além de noticiar os acontecimentos desses encontros junto aos anúncios dos próximos que aconteceriam. Ao tomar essa frente, o Jornal se tornava um veículo informativo para os trabalhadores, talvez, com o intuito de ganhar a adesão política desses, dentro do jogo político¹⁰⁰.

Publicações como “Acima da expectativa o êxito da conferência dos lavradores e Trabalhadores agrícolas”, relatava pontos das reuniões, como que, nesse caso, foram discutidos temas como “crédito para labouristas” e a “instalação de máquinas do ministério da agricultura em várias cidades possibilitando o preparo das lavouras e diminuindo o custo da produção”, “Reforma agrária”, “melhoria no sistema rodoviário para o escoamento dos produtos” e a “criação de postos de saúde” (FOLHA DE ITUIUTABA, 29/09/1956)¹⁰¹.

⁹⁹ Dentre esses, temos as publicações dos anos de 1950, como o do “Comício dos trabalhadores dessa cidade” (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/06/1950), convocando para o encontro político, e, em outra edição, “Eleição da Associação dos Trabalhadores: importante reunião programada para amanhã” (FOLHA DE ITUIUTABA 15/12/1957), anunciando o encontro e pautas que seriam trabalhadas no evento, e “O 1º de maio: Passado e presente” (FOLHA DE ITUIUTABA, 28/04/1956), falando sobre as luta dos trabalhadores e do dia que, segundo o Jornal, deveria ser comemorado como um dia de conquistas pelos trabalhadores, além de “Vae reunir-se a Associação dos Trabalhadores: Marcado para segunda feira o debate das ocorrências do 1º de maio” (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/05/1956). Ainda, com esse papel de agente, dentro da organização de reuniões e encontros dos trabalhadores regionais, temos, no Jornal, notas como “Amanhã na câmara municipal: Grande assembleia dos lavradores e trabalhadores agrícolas do triângulo mineiro” (FOLHA DE ITUIUTABA, 15/07/1956) e os “Primeiros frutos da conferência dos Lavradores e trabalhadores Agrícolas do Triângulo Mineiro” (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/02/1957).

¹⁰⁰ Entre os assuntos que sempre apareciam nas páginas do jornal, quando a referência eram movimentos de trabalhadores, era recorrente falar sobre o “aumento no custo de vida” e “carestia”, vários escritos desde a metade dos anos de 1950 trazem os temas como em “Movimentam-se os trabalhadores contra a alta crescente do custo de vida” (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/01/1956). Em “Colhe a Associação dos Trabalhadores os primeiros frutos de sua campanha” (FOLHA DE ITUIUTABA, 25/02/1956), em que, após pressão da Associação, a Câmara legislativa do município começou a discutir um tabelamento de preço de “produtos básicos” para a cidade de Ituiutaba e demais distritos do município, frente aos problemas econômicos, por meio da organização de uma cooperativa de consumo como uma frente dentro da Associação dos Trabalhadores de Ituiutaba.

¹⁰¹ Até o final da década de 1950 e início da década seguinte, seriam publicados outros como: “I Congresso Sindical de Minas Gerais: Conferência preparatória para Minas Gerais” (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/11/1957), afirmando que haveria um encontro prévio regional como ensaio para o encontro estadual. Encontra-se, também, nas folhas do Jornal: “T.R.T. define os direitos do trabalhador rural” (FOLHA DE ITUIUTABA, 24/10/1959), informando sobre direitos trabalhistas voltados ao meio rural e “A greve (confirmada a unidade dos trabalhadores)” (FOLHA DE ITUIUTABA, 14/12/1960) afirmando uma paralização no setor da prefeitura no ano, e também, “Manifestação dos trabalhadores contra carestia: Numerosos trabalhadores compareceram ao saguão da prefeitura”(FOLHA DE ITUIUTABA, 10/01/1959), além de “Registrada todas as associações de trabalhadores locais”(FOLHA DE ITUIUTABA, 16/09/1960).

Importante afirmamos que a *Folha de Ituiutaba* também foi fundamental em noticiar a movimentação, a formação e a organização de associações, grupos e cooperativas dos trabalhadores. Ao longo de suas publicações, encontram-se várias notas, nesse sentido, como: “Organizada a Cooperativa dos trabalhadores de Ituiutaba: Arquivados os documentos da sua constituição” (FOLHA DE ITUIUTABA, 21/04/1956) e “Eleita a nova diretoria da Associação dos Trabalhadores de Ituiutaba” (FOLHA DE ITUIUTABA, 09/05/1959). Em 1956, a Associação dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba e o Jornal fazem uma troca de elogios, que é publicada em meio à nota “Aplausos da Associação dos Trabalhadores a essa *Folha*” (FOLHA DE ITUIUTABA, 03/03/1956). Dentro da nota, afirmava que a moção foi aprovada em reunião extraordinária na entidade, e que, no encontro, também se discutiram novos estatutos da cooperativa. Assim o Jornal emitia que:

[...] aprovou unanimemente uma moção de aplausos a esta *Folha*, por haver prestigiado a recente campanha daquela entidade classista contra a alta do custo de vida. Relembamos os trabalhadores, na oportunidade, numa atitude das mais simpáticas para nós, todas as campanhas movimentadas por este jornal, cujas vidas se voltam sempre para os magnos problemas coletivos. (FOLHA DE ITUIUTABA, 03/03/1956)

A *Folha de Ituiutaba* se apresentava como divulgador desses grupos e movimentos, publicando, em suas páginas, recados e informes de várias associações, e, apoiando ações em favor de causas trabalhistas. Com o título “Ao povo de Ituiutaba: Posição das Associações e Sindicatos Locais em face da política nacional e municipal”, o Jornal registrava, em uma nota assinada por diversos líderes dessas organizações, dentre esses, Ivanildo Francisco dos Santos (que também era colunista da *Folha*), líder do Sindicato dos Alfaiates de Ituiutaba, e também do Sindicato dos trabalhadores de Ituiutaba, Antônio de Assis, assinando pelo Sindicato dos trabalhadores do Comércio, Sebastião Francisco da Silva, assinando em nome do Palmeira Clube (clube popular local, voltado para os negros e trabalhadores em contraposição ao *Ituiutaba Club*, que era um clube voltado para as elites da região), também assinado por Mario Campos, pela Associação dos Bancários de Ituiutaba, Ribamar Nunes pela Associação dos Nordestinos de Ituiutaba, e, também, por fim, por Renato Brandão, pela Associação de Imprensa e Rádio. No escrito, o posicionamento dessas entidades afirmava que eram “em defesa das liberdades democráticas e pelas Reformas de Base”, elencando pontos positivos do executivo local, - tendo à frente um político petebista -, que “Vem procurando o Sr. Prefeito aplicar a política do salário-mínimo, atendendo as necessidades dos servidores

públicos” (FOLHA DE ITUIUTABA, 16/11/1963). Apresenta-se aí, entre essas lideranças de grupos, um apoio às medidas do executivo trabalhista, e o Jornal fazia essa mediação de levar essa informação à população.

Também é importante apontarmos que, no ano de 1958, surge na *Folha a Coluna do Trabalhador*, coluna que, periodicamente, trazia assuntos sobre os direitos e as conquistas dos trabalhadores como: “Aprovado na câmara dos deputados o substitutivo referente ao direito de greve” (FOLHA DE ITUIUTABA, 08/03/1958), ; “T.R.T. [Tribunal Regional do Trabalho] define os direitos do trabalhador rural” (FOLHA DE ITUIUTABA, 24/10/1959) e “A greve [confirmada a unidade dos trabalhadores]” (FOLHA DE ITUIUTABA, 14/12/1960). No início da década de 1960, essa coluna desaparece, dando lugar, nos anos seguintes, à outra coluna com teor próximo.

No início da década de 1960, surge a *Coluna Sindical*, essa com a assinatura de Ivanildo Francisco dos Santos (que também escrevia para o Jornal a coluna *Legislativo em Foco*, sobre os embates e as votações e leis da Câmara municipal de Ituiutaba), que trabalhava com alfaiataria e presidia o Sindicato dos Alfaiates na cidade de Ituiutaba, indo, futuramente, presidir o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba, após sua fundação no início de 1964. A *Coluna Sindical* de Ivanildo dos Santos se configurou como uma ferramenta de mobilização dos trabalhadores na região, nos anos que se seguiram, afirmando, logo em sua primeira coluna, que:

Consciente da imperiosa necessidade desta coluna, aqui estamos para informar e orientar o trabalhador, sobre às leis que regulam os seus direitos e deveres como empregado. O trabalhador tem pela frente um grande dever à cumprir. Cerrar fileiras em torno de seus Sindicatos e partir para a luta em defesa de seus direitos (...). Abrir uma frente de luta contra a alta galopante do custo de vida, porquanto sabemos insustentável e de extrema penúria à situação de chefes de família quem vêm na amarga continência de assegurar a subsistência dos que lhes são caros, com o salário atual, irrisório, convenhamos (FOLHA DE ITUIUTABA, 18/08/1962).

Na ala escrita pelo alfaiate, na *Folha de Ituiutaba*, encontramos várias explicações voltadas para os trabalhadores, informando sobre conquistas, direitos e seus funcionamentos, ou ainda atualizando-os em questões das leis recém-adquiridas. A coluna, também, trazia mensagens de diretrizes em favor de união, afirmação e mobilização de luta para esses trabalhadores¹⁰². A coluna do sindicalista alfaiate, durante

¹⁰² Como em “Das Férias” e sobre o “Repouso semanal Remunerado” (FOLHA DE ITUIUTABA, 12/09/1962) “Nova Lei que regula a dispensa de empregados” (FOLHA DE ITUIUTABA, 26/09/1962), “Aprovado novos níveis salariais” (FOLHA DE ITUIUTABA, 12/12/1962) ¹⁰² “União, a Grande Arma” (FOLHA DE ITUIUTABA, 27/10/1962) e, também, “Trabalhador amigo organiza-te” (FOLHA DE ITUIUTABA, 21/11/1962). “regulamentação definitiva do salário mínimo” e o “13º salário foi igualmente

diversas edições de 1963, também anunciou a greve dos trabalhadores da prefeitura no movimento por melhores salários:

Como é de conhecimento do público leitor o trabalhador da prefeitura, isto é, os modestos trabalhadores braçais, são os que recebem os piores salários. É com profundo pesar que, servindo-me do espaço dêste jornal, que me é generosamente cedido, tenho de usá-lo hoje para anunciar a deflagração da greve, mas tudo indica que os trabalhadores retornarão às atividades, tão logo sejam atendidas suas reivindicações. (FOLHA DE ITUIUTABA, 23/01/1963)

O escrito nos leva ao entendimento de justificar a greve para seus leitores, em vista do árduo e mal remunerado serviço, informando que quanto mais cedo o executivo ceder às pressões dos trabalhadores, mais cedo eles retornariam os trabalhos. Dessa maneira o sindicalista ganhava aproximação com as categorias de trabalhadores, ao mesmo tempo que justificava essas lutas para os consumidores do Jornal.

Ivanildo, em sua coluna, na *Folha de Ituiutaba*, agiu não só na tentativa de orientar os trabalhadores da região, mas também articulou, por meio dos seus escritos, junto a outros escritores do Jornal, como o redator-chefe Geraldo Sétimo Moreira, na formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba, a partir de 1963, em que o impresso foi um importante espaço de informação e divulgação sobre os encontros: divulgando os locais, dias e o horário em que aconteceria.

Antes da formação do sindicato, o jornalista Geraldo Sétimo tinha proximidade com a Associação dos Trabalhadores Rurais. Tanto que, na eleição e posse de diretoria da Associação, em 1962, Geraldo Sétimo se elegeu como Presidente da entidade de classe, como noticia o jornal em edição (FOLHA DE ITUIUTABA, 24/02/1962). No ano seguinte, foi a vez de Ivanildo Santos ocupar o cargo: em abril de 1963, ao ser “Eleita a nova diretoria da Associação dos trabalhadores”, passava a ter “na presidência o sr. Evanildo Francisco dos Santos” (FOLHA DE ITUITUABA, 27/04/1963).

Na edição de 6 de abril, o alfaiate apresentou, em sua coluna, com o título “Problemas do Campo”, o fato de que estavam em suas mãos a documentação que era necessária para criar e funcionar um novo sindicato voltado para os trabalhadores rurais na região, tentando convencer sobre a necessidade da criação de um movimento que fosse unificado, legalizado, e que defendesse as reclamações e direitos da classe trabalhadora

objeto de consulta em reais possibilidades de aprovação” para os trabalhadores do município (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/01/1963), “Útil e proveitoso trabalho: Procedida a identificação e a entrega de cadernetas profissionais aos trabalhadores de Ituiutaba” (FOLHA DE ITUIUTABA, 22/10/1962); “Esclarecimentos sobre o salário mínimo” (FOLHA DE ITUIUTABA, 16/01/1963); “Da aposentadoria por invalidez” (FOLHA DE ITUIUTABA, 13/03/1963).

na região, devendo os interessados o procurarem para, dessa forma, iniciar a organização (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/04/1963).

Em outra edição, o periódico trazia que: “Vai começar a sindicalização rural”, afirmando que já haviam agrupado um bom número de trabalhadores, o suficiente para criar um sindicato. Com isso, a notícia afirmava que o redator-chefe, Geraldo Sétimo Moreira, também dispunha de instruções para a formação do Sindicato na cidade de Ituiutaba, e quem tivesse interesse, poderia procurá-lo no estabelecimento do Jornal (FOLHA DE ITUIUTABA, 24/08/1963).

Dentro desse mesmo projeto, novamente, na *Coluna Sindical*, é publicado o “Convite aos Trabalhadores”, convocando-os para uma reunião conjunta que ocorreria no dia 15 na Câmara Municipal de Ituiutaba, onde seriam tratados vários assuntos como “o salário-mínimo, abono-família, aposentadoria, entre outros”. Esse encontro serviu para agregar operários e lavradores que fariam parte do que seria o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/12/1963).

Em 1964, na sua primeira edição anual, em nota destacada, o periódico trazia a notícia de que havia sido fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba, informando que aconteceu, em assembleia dos trabalhadores, no dia 19 de janeiro, na Câmara Municipal de Ituiutaba. Como o Jornal afirmou, o evento contou com cerca de 500 trabalhadores do campo, sendo os trabalhos secretariados e organizados por Mario Campos, presidente da Associação dos Bancários de Ituiutaba, e por Ivanildo dos Santos, junto de “outros líderes operários”. A notícia ainda fazia um informe sobre a segunda reunião do sindicato, que também já havia acontecido, no dia 26 de janeiro, esse contando com mais de 800 homens (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/02/1964).

A coluna, voltada ao trabalhador, desaparece junto com o Jornal, em abril de 1964, e com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, poucos meses após a sua fundação. Na mesma ação que destituiu do poder público os trabalhistas e fechou o impresso, Ivanildo Francisco dos Santos e Mario Campos, que estavam à frente do sindicato, também foram presos, e, da mesma forma que os jornalistas, foram tachados de “comunistas” e membros do “credo vermelho”¹⁰³ (APM – Fundo DOPS, rolo 018, pasta 0269 - im.310; 365). Desse

¹⁰³ Em uma de suas descrições, nos documentos do DOPS, encontra-se como “Reconhecidamente comunista, Ivanildo Francisco dos Santos, que escrevia a coluna sindical e registrava os embates no legislativo na *Folha*” é “apontado como agitador sindical e autor intelectual de manifesto que se solidarizava com o Presidente da República. Presidente do Sindicato dos Alfaiates, também tomou a frente na sindicalização rural dos trabalhadores do município.” (APM-Fundo DOPS/MG, rolo 049, pasta 3882-im.13)

modo, junto ao Jornal, e aos agentes políticos que se moviam em favor do trabalhismo, também foi desmantelado o recém-criado grupo de aglutinação dos trabalhadores, que se dizia em favor de suas reivindicações.

Outro ponto importante em que o Jornal teve notável participação, tanto na fundação quanto na sua movimentação, é quando o fotógrafo e migrante nordestino Cristovam José de Ribamar Nunes se dedicou em agrupar uma “colônia nordestina” em 1961. Na nota dizia:

Comunico a todos os nordestinos o desejo de organizar em Ituiutaba a Associação da Colônia Nordestina, entidade que visa defender os interesses dos migrantes nordestinos neste município.

Para maior sucesso do nosso empreendimento é escusado dizer que conto com a indispensável colaboração de todos os nordestinos residentes nessa cidade e zona rural. (FOLHA DE ITUIUTABA, 08/04/1961)

Na edição seguinte, o periódico dava seguimentos nas chamadas com “Arregimenta-se a colônia nordestina local”, dizendo que se esboçava um “movimento em prol da arregimentação da numerosa colônia nordestina na região”, afirmando que a organização desse grupo se volta para que os migrantes “tenham suas aspirações fortalecidas e interesses de seus membros defendidos com maior segurança” (FOLHA DE ITUIUTABA, 12/04/1961). No mês seguinte, o Jornal publicava a “Organização da Associação da Colônia dos Nordestinos de Ituiutaba: Convite aos interessados” (FOLHA DE ITUIUTABA, 20/05/1961), com uma chamada de reunião de inauguração da associação, que aconteceria no dia primeiro de junho daquele ano, e que haveria a escolha de diretoria provisória da entidade. O grupo foi fundado nesse mesmo ano e batizado com o nome de *Associação Recreativa dos Nordestinos*.

Dois anos após, foi publicado na *Folha de Ituiutaba*, em edição comemorativa do aniversário do município, uma carta dessa associação em agradecimento ao Jornal, a Cristovam José de Ribamar Nunes, ao legislativo municipal e ao Prefeito municipal José Arcêncio de Paula (PTB), por ajudar na organização e legalização da associação¹⁰⁴ (FOLHA DE ITUIUTABA, 16/09/1963). Esse escrito nos leva a refletir sobre um vínculo

¹⁰⁴ Anos antes da fundação da Associação da Colônia dos Nordestinos de Ituiutaba e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba, o Jornal também noticiou a organização de outros grupos, como a da Associação dos Motoristas da cidade nos fins dos anos 50, afirmado em nota com “Reorganizada a Associação de Motoristas e Mecânicos de Ituiutaba”, essa tendo à frente como presidente o pessedista e nacionalista Samir Tannus (FOLHA DE ITUIUTABA, 12/03/1958). Pode-se encontrar outras notas sobre a associação em “Empossada a diretoria da Associação dos Motoristas e Mecânicos” (FOLHA DE ITUIUTABA, 26/03/1958) e também ao se tornar sindicato em “Motorista de Ituiutaba já contam com sindicato” (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/07/1962). Outro grupo noticiado em “Será criado a Associação de Rádio e Imprensa de Ituiutaba” (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/10/1961), onde Ercílio foi o primeiro vice-presidente da entidade de categoria.

entre a colônia e os poderes executivo e legislativo local, nesse momento, que era ocupada pelos trabalhistas, junto da participação do Jornal. Nesse ano Ribamar Nunes era vereador do município, eleito pela UDN, mas havia migrado para o PTB no início do mandato. Nesse sentido podemos pensar a ação do Jornal em organizar esses grupos como uma estratégia de articulação dessas lideranças políticas com os movimentos sociais.

O impresso também transmitiu várias notas em nome dessa associação, assinadas sempre por Ribamar Nunes como presidente. Cristovam José de Ribamar Nunes teve uma trajetória interessante na vida política tijucana nos anos de 1960. Era fotógrafo profissional, e, no início da década, auxiliava migrantes nordestinos sem documentação a fazerem os seus registros gerais e carteiras de identificação. Em 1962, Ribamar Nunes consegue se eleger como vereador de Ituiutaba pela legenda da UDN, partido no qual não fez coro durante todo o seu curto mandato, migrando logo que assumiu, no início de 1963, para o PTB (FERREIRA, 2017). Nunes foi um dos vereadores locais do grupo trabalhista, que foram depostos de seus cargos em 1964. O fotógrafo nordestino ainda tentou novamente a eleição para vereador no município em 1966, – pela legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) -, perdendo o pleito, e, em seguida, mudando-se também da cidade.

Mas, para além de notas sobre organizações e movimentos de trabalhadores, a *Folha* também noticiava sobre a fundação e organização de outros grupos da região. Um desses foi a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Ituiutaba (ACIAPI), grupo formado por produtores rurais de pequeno e médio porte, pequenos empresários e comerciantes locais. A *Folha* noticiou sobre a ACIAPI em diversas vezes, que, inclusive nos seu último ano, chegou a ter uma coluna no Jornal a “Coluna da ACIAPI”.

As publicações sobre e da ACIAPI foram variadas: desde publicidade para afiliação (FOLHA DE ITUIUTABA, 28/05/1955) até chamada de reuniões, eleições, posses de diretoria e suas ações (FOLHA DE ITUIUTABA, 15/01/1955; 22/02/1955; 29/01/1955; 25/02/1956; 23/02/57; 19/02/1958; 08/03/1961). Outras notas se referiam ao posicionamento da associação frente a leis, principalmente, as que refletiam diretamente em aumento de impostos ou nas relações com os empregados¹⁰⁵. Vale, aqui, nos falarmos sobre dois desses.

¹⁰⁵ Dentre essas o jornal trouxe “Reage a ACIAPI contra a abusiva elevação de tributos pelo Estado” (FOLHA DE ITUIUTABA, 10/03/56) “Reajustamento de valor das propriedades rurais: preocupados os fazendeiros com a medida que virá a onerar grandemente suas terras – debatido o assunto pela ACIAPI”

A já mencionada Semana Inglesa foi um dos principais pontos políticos da ACIAPI. Dentre essas foram publicados no Jornal que “Contrária a ACIAPI à criação da semana inglesa”, em que a associação enviou um ofício à Câmara municipal contra o projeto trabalhista (FOLHA DE ITUIUTABA, 26/09/1959). O projeto não foi aprovado no momento. Anos depois, para a próxima legislatura, o projeto voltou a correr na casa, e, novamente, o Jornal traz a posição da ACIAPI, que agiu em barrar o projeto em aprovação, afirmando que ela entrou com mandado de segurança contra a lei, afirmando que:

A constitucionalidade da lei que efetivou a Semana Inglesa em Ituiutaba levou a ACIAPI à promoção de uma movimentada reunião, ontem, quando foram estudados todos os ângulos negativos da Lei nº 753, de 12 de março de 1963.

Em face aos êrrros de elaboração da medida e a sua instituição sem consulta prévia à classe patronal, chegando mesmo a estabelecer uma arbitrarria discriminação em que a zona suburbana foi privilegiada, não chegando até ela os rigores da lei, comerciantes decidiram impetrar Mandado de segurança contra o estabelecimento do monstrinho, Lei da Semana Inglésa, o que deverá ocorrer nos primeiros dias da próxima semana. (FOLHA DE ITUIUTABA, 16/03/1963)

Ao mesmo tempo que, antes, o Jornal afirmava que “A Semana Inglesa vem aí!” (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/02/1963), aqui, ela chama de “inconstitucional” e “arbitrária”. Mas o que mais nos chama atenção é o uso do substantivo “monstrinho”, para descrever a lei. “Monstro” nos leva a entender algo desforme e ameaçador, anomalia e deformidade, porém, seu uso se faz no diminutivo, como algo que incomoda e perturba. Talvez, o uso de tal palavra demonstre a ironia de quem deveria noticiar algo, mas que ia na contramão das suas ideias.

O outro projeto em que o Jornal noticiou o papel contrário da ACIAPI foi a reestruturação do Código tributário municipal. Em “Parecer da ACIAPI, ao projeto do Código Tributário”, em que o Jornal trazia um ofício da associação apresentado ao legislativo, em que o grupo dizia:

Somos, pois, inteiramente favoráveis ao Código tributário e o defenderemos com os mesmos interesses com que sempre batemos em favor das grandes causas de nossa terra. Todavia, contrariamos a norma que desde o início vimos seguindo. Se concordássemos com a aprovação do aludido projeto sem emendas que fazem necessárias para que a Câmara Municipal venha oferecer ao povo de Ituiutaba uma lei justa e humana. (FOLHA DE ITUIUTABA, 31/08/1963)

(FOLHA DE ITUIUTABA, 11/02/1956) Debatida na ACIAPI a sobretaxa de iluminação pública: queixam-se os comerciantes do pesado tributo” (FOLHA DE ITUIUTABA, 03/03/1956).

A ACIAPI era favorável, no momento, ao novo código, porém, exigia emendas na proposta. Duas edições após, Manoel Agostinho, no artigo “Poucos decidem para tantos”, registra sua posição em favor do novo código de tributos para o município, convocando “todos, independente de coloração partidária, ajudar o chefe do executivo nesse esforço para dotar Ituiutaba, de uma justiça tributária” (FOLHA DE ITUIUTABA, 04/09/1963).

Inclusive Agostinho e outros jornalistas da *Folha* fizeram parte da diretoria ACIAPI até 1963. Em 1957, Eurípedes Alves Freitas era presidente da associação, e, no momento, era diretor do Jornal (FOLHA DE ITUIUTABA, 23/02/1957), no ano seguinte, mantendo o cargo na ACIAPI, mas já não assinava mais o impresso. Manoel Agostinho passa a integrar o Conselho da associação em 1958 (FOLHA DE ITUIUTABA, 18/01/1958). Em 1959 Ercílio Domingues era secretário da associação, Eurípedes Alves Freitas passa para o conselho executivo, e Lincoln Ávila Borges se torna consultor jurídico (FOLHA DE ITUIUTABA, 24/01/59). Ercílio continua na diretoria como 2º tesoureiro, em 1963, e Manoel Agostinho, no conselho deliberativo junto com Eurípedes Freitas (FOLHA DE ITUIUTABA, 18/05/1963). Da metade dos anos 1950 até 1963, o único jornalista da *Folha* que não aparece nos registros sobre a diretoria da ACIAPI é Geraldo Sétimo. A relação dos jornalistas com a associação nos leva a refletir sobre a intimidade de grupo de comerciários e pequenos produtores com o Jornal. E também nos leva a pensar na posição de alguns desses jornalistas, como no caso de Agostinho, em favor da reestruturação do código tributário, que vai de encontro à posição da associação que eles pertenciam, mostrando que as posições, dentro da própria associação, não eram uniformes.

Como já apontamos, em agosto de 1963, a associação passa a ter uma coluna no *Folha de Ituiutaba*, chamada “Coluna da ACIAPI”, que se dedicava a trazer sobre as medidas, reuniões e pautas do grupo, sendo um meio de divulgação das ações da entidade (FOLHA DE ITUIUTABA, 10/08/1963). Em 1964, a *Folha* desaparece, mas a “coluna da ACIAPI” dá continuidade no *Correio do Triângulo*, com o mesmo nome (CORREIO DO TRIÂNGULO, 19/04/1964)¹⁰⁶. Em 1965, nenhum dos jornalistas da *Folha* constavam na diretoria da associação, a não ser o udenista Eurípedes Alves Freitas, que

¹⁰⁶ A versão do *Correio do Triângulo*, em que citamos, em um dos subcapítulos anteriores, que circulou em 1964/65, logo após a derrocada da *Folha de Ituiutaba*, em quase todas as edições tinha uma coluna exclusiva da ACIAPI, como esse mesmo nome “Coluna da ACIAPI”, e também trazia notícias dos encontros e tomadas de decisão do grupo, praticamente, a mesma finalidade de antes, no outro impresso.

havia saído da *Folha* em 1957 (CORREIO DO TRIÂNGULO, 22/01/1965). Houve um expurgo dos demais jornalistas da frente da associação junto aos acontecimentos de 1964.

Ainda havia outra associação no Pontal, que aparece nas páginas da *Folha*, com uma constância menor: A Associação Rural Regional do Pontal do Triângulo Mineiro, que foi fundada em 1956, formada por “um grupo de fazendeiros, visando à fundação, em Ituiutaba, de uma entidade representativa da classe dos produtores rurais do Pontal do Triângulo Mineiro” (FOLHA DE ITUIUTABA, 30/06/1956). Assim o grupo contava com elites de proprietários de terras e empresas, sendo esses latifundiários grandes produtores rurais e donos de indústrias voltadas para o beneficiamento de arroz.

O Jornal trouxe poucos sobre o grupo, entre essas foram publicadas notas como “Associação Rural Regional do Pontal do T. Mineiro”, uma chamada de assembleia (FOLHA DE ITUIUTABA, 27/11/1957), “As lavouras dessa região exigem mais tratores: apelo neste sentido dirigido pela Associação Rural ao Presidente da República” (FOLHA DE ITUIUTABA, 28/02/1959), e também, “Associação Rural calculou o custo da saca de Arroz em 910 cr\$” (FOLHA DE ITUIUTABA, 18/03/1961). É importante pensarmos que o silêncio é um indício de uma posição política: não dar visualização é não propagar e diminuir a importância.

Com o fim da *Folha*, a Associação Rural foi um importante instrumento na reestruturação do *Correio do Triângulo*, sendo que a sede do Jornal se encontrava dentro da Associação, quando ele foi lançado ligeiramente, com o fim do concorrente (CORREIO DO TRIÂNGULO, 07/04/1964). Dentre os acionistas do *Correio do Triângulo*, havia vários integrantes da Associação Rural, sendo um deles o udenista Geraldo Gouveia Franco, que era o presidente da Associação Rural de Ituiutaba em 1963 (FOLHA DE ITUIUTABA, 05/01/1963), e ascendeu como prefeito do município com os eventos de 1964.

A relação do Jornal com movimentos sociais foi intensa, principalmente, nos anos 1960, em que o Jornal não apenas se aproxima delas, como quem escreve no Jornal são agentes fundamentais no processo de formação e liderança, criando um vínculo entre o Jornal e essas associações. Ao mesmo tempo que agia em favor dessas organizações, o impresso aproximava-as de certas lideranças políticas trabalhistas regionais. Assim a alternativa de cooperar na organização desses trabalhadores em associações mostra-se como uma artimanha de criar vínculo entre o grupo político e os trabalhadores.

Mas a relação dos jornalistas também era próxima com a ACIAPI, sendo que quase todos os jornalistas da *Folha* estavam no quadro da direção do grupo, entretanto,

alguns interesses não eram os mesmos entre a associação e os jornalistas, demonstrando uma contramão nas ideias da ACIAPI com o Jornal em relação às políticas públicas locais.

2.4 – “Arbitrariedades policiais”: A *Folha* entre denúncias e a segurança pública

A *Folha*, várias vezes, voltou seus escritos para as atuações de policiamento e de segurança pública na região. Dentre esses escritos, havia diversas denúncias de abusos e violências físicas praticadas por parte dos policiais e militares, principalmente, contra pessoas pobres e trabalhadores na região. A polícia era subordinada do Estado de Minas Gerais, assim, o Jornal, ao fazer essas publicações, trazia uma via dupla: criticava políticas estaduais públicas, e, ao mesmo tempo, se aproximava dos trabalhadores e dos mais vulneráveis, ao apontar que violências aconteciam com sujeitos desses grupos.

Essas notas, em sua maioria, vinham acompanhadas do teor sensacionalista, que já foi descrito anteriormente, algumas das vezes até trazendo foto-imagens do ocorrido, como maneira de aumentar o choque emocional do leitor. Essas tinham uma serventia como crítica das ações das autoridades locais.

O primeiro que encontramos, em 1954, afirmava uma “Monstruosidade da polícia em Capinópolis”, em que se vê um “Lavrador massacrado e morto por um policial do destacamento local”, o escrito primeiro descrevia a cidade e sua população como “ordeira e laboriosa”, afirmindo que, nesse momento, foram “dias de apreensão e justa revolta”, devido ao crime “praticado justamente por aqueles que têm o dever de zelar pela ordem e segurança pública”. A nota dizia que um trabalhador do meio rural foi espancado até a morte por um policial que estava em momento de folga, sendo que só foi “recolhido por populares humanitários” (FOLHA DE ITUIUTABA, 20/11/1954). O desfecho do julgamento do soldado também foi noticiado pela *Folha* em “Ex-soldado da polícia mineira condenado a 21 anos e 1 dia de reclusão” (FOLHA DE ITUIUTABA, 14/05/1955).

No ano seguinte, a matéria “Arbitrariedades policiais na Cachoeira Dourada” afirmava que policiais locais espancaram um “homem de cor” (termo utilizado para fazer referência às pessoas pretas ou pardas, e que, atualmente, é considerado pejorativo), relatando um ato de violência com um operário que trabalhava na construção da usina no distrito. Segundo a nota, a ação policial acabou por “provocando a indignação de todos os moradores da vila” (FOLHA DE ITUIUTABA, 13/08/1955).

No outro ano, em “Operário morto por um soldado”, o Jornal trouxe que um soldado local desferiu seis tiros contra um trabalhador da cidade. Segundo o periódico, também foi aberto um inquérito contra o morto, “por desacato e ofensas físicas contra o soldado”, onde a população estava indignada em “uma onda de repulsa formou-se contra o militar”, que fugiu do município logo em seguida do crime (FOLHA DE ITUIUTABA, 17/11/1956).

Nesses escritos é interessante atentarmos para o fato de que o Jornal mostra a sociedade local sempre em revolta contra essas ações de truculência dos policiais/militares, demonstrando essa sociedade como o agente em favor dos que sofreram, apontando que há uma falta de ações públicas contra os abusos, sendo necessário a população fazer esse papel. Tem-se aí, na visão do Jornal, um embate entre polícia/militares e a população local.

Em 1957, inicia-se uma enxurrada de denúncias contra as autoridades policiais na região. Encontramos notas como: “Abortada a passeata dos motoristas” (FOLHA DE ITUIUTABA, 13/04/1957). Segundo a notícia, a categoria de trabalhadores, em ato de reivindicações, “visava o movimento protestar contra as más estradas do município e da região; cerceada pela polícia a liberdade de expressão de pensamento assegurada pela constituição”. O escrito dizia que o Delegado local negou a solicitação de uma passeata organizada pelo Movimento dos Motoristas de Ituiutaba, que protestaria contra o “péssimo estado de conservação em que se encontram as estradas do município”. E, ainda, nessa mesma edição: “Protesto do vereador Diógenes de Souza contra ato do Delegado de Polícia proibindo passeata dos motoristas”, afirmando que o vereador petebista, em reunião do legislativo, proferiu um discurso, em que reclamou contra a ação do Delegado do município. O Jornal transcreveu a fala completa do vereador, em seguida, o impresso se posiciona na nota, afirmado que:

Eis porque está ameaçada de cerceamento, em Ituiutaba, a liberdade de expressão de pensamento segurada pela Constituição, ante cujo o estado de coisas a imprensa livre não pode calar-se, sob pena de fugir às suas precíprias finalidades de defender os direitos líquidos e certos da coletividade. (FOLHA DE ITUIUTABA, 13/04/1957)

Em outra edição “Métodos inquisitoriais adotados pela polícia local”, o Jornal trazia a notícia de que “depois de impiedosamente seviciada a vítima foi abandonada a própria sorte”, na qual o impresso publica uma narrativa sobre um lavrador empregado de um fazendeiro, que, ao vir à cidade para tratar de uma doença, foi preso por acusação de roubo. Na cadeia foi torturado para confessar o crime, foi conduzido até a fazenda de

uma família tradicional da cidade, onde novamente foi espancado com “maior fúria”, inclusive fazendo-o comer o capim, logo, em seguida, sendo abandonado sem nenhum cuidado. Em seguida os seus parentes o internaram na Santa Casa do município de onde narrou em entrevista aos jornalistas da *Folha* sobre a tortura sofrida (FOLHA DE ITUIUTABA, 27/04/1957).



FIGURA 7: Reprodução de foto de trabalhador espancado até a morte pela polícia local, que figurou em edição especial de aniversário da cidade.

FONTE: *Folha de Ituiutaba*, N.836, ano XVI, Ituiutaba (MG), 16 de set. 1957.

Em edições posteriores, também foram publicadas as notas: “Repercute na Assembleia Legislativa o espancamento do lavrador Timóteo pela polícia local” (FOLHA DE ITUIUTABA, 11/05/1957), dando seguimento à nota que citamos acima, o Jornal afirma que o ocorrido noticiado no Jornal foi lido e denunciado por Omar Diniz, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), apontando a violência da polícia local,

solicitando enérgicas providências ao governador, e ao secretário de segurança do estado contra os abusos de autoridade que vinham acontecendo no município.

No mês seguinte, “Outro ato de selvageria da polícia local: Derrubado pelo soldado, o trabalhador fraturou o crânio e faleceu”, afirmando que há uma “horrenda folha de registros de violência e arbitrariedades policiais na região”, em que um “humilde trabalhador, que nenhum crime praticara, vítima de um homem investido de autoridade, julgando-se, por certo, com direito de vida e morte sobre seus semelhantes”, o Jornal narrava que um soldado da cidade agrediu um trabalhador que estava embriagado em bar, e ao empurrá-lo, ele caiu e fraturou a cabeça, pelo choque com o solo (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/06/1957). Em 16 de setembro de 1957, o Jornal retorna com tal notícia, agora, em destaque, dentro de uma edição especial de aniversário da cidade, sendo uma das edições com maiores prestígio e notabilidades durante o ano, com um total de 12 páginas. O escrito vem sob o título de “Obra da polícia local”, afirmando que elementos da polícia local vêm causando uma “série de desatinos”. Logo abaixo da notícia, encontra-se uma foto-imagem do cadáver de Manoel Gonçalves Rosa “vítima da truculência do Soldado João Gomes dos Santos” (FOLHA DE ITUIUTABA, 16/09/1957). Ainda se encontram no Jornal notícias sobre o desfecho judicial do caso, publicado no mês seguinte, em “Destino do soldado homicida João Gomes dos Santos”, em que foram “fixadas a pena no grau máximo, ou seja, doze anos de reclusão” (FOLHA DE ITUIUTABA, 05/10/1957).

Em outra notícia, o Jornal traz “Brutal assassinato praticado por um soldado do destacamento local” (FOLHA DE ITUIUTABA, 13/07/1957), em que, com base nos depoentes, “não houve nenhuma razão plausível que justificasse o condenável procedimento do acusável. Matou por motivo fútil”. A nota afirmava que o soldado foi policiar um baile na zona rural entre Ituiutaba e Ipiaçu. Em um bar, antes de chegar à festa, o soldado avistou um homem armado e decidiu abordá-lo. O homem fugiu a cavalo e o soldado, mais à frente, disparou a arma contra o homem, atingindo-lhe a nuca.

O Jornal traz também que “Recusando ser caloteado pela polícia, o charreteiro foi preso arbitrariamente”, em que afirma que o trabalhador, além de não ter recebido seu pagamento pelo serviço de ter prestado, de levar dois soldados, foi preso por reclamar (FOLHA DE ITUIUTABA, 31/08/1957). Na edição seguinte, é publicado um esclarecimento desse ocorrido por parte da “autoridade local”, afirmando que o charreteiro havia cobrado, primeiramente, um preço comum para levar dois soldados e uma mulher até a delegacia local, ao chegar no destino, o charreteiro aumentou o preço

que cobraria de modo exorbitante. A nota afirma que o charreteiro desacatou a polícia local, “motivando seu recolhimento por algumas horas” (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/09/1957).

Também, em 1957, o Jornal traz uma série de escritos sobre “O caso de espancamento Maria das Dores Alves”, afirmando que, após boatos na cidade, sobre o espancamento de uma senhora cega e pobre, por elementos da polícia local, a “reportagem saiu a campo no propósito de esclarecer devidamente os fatos”, e, após localizar a residência da mulher “muito pobre”, o Jornal afirma que, no dia do ocorrido, ela estava no centro da cidade, pedindo esmolas quando dois homens colocaram-na à força em um carro, sendo conduzida até um bairro afastado da cidade. Já, na viagem, foi esmurrada e ferida na mão direita, com uma “arma cortante”, ao chegar ao bairro periférico, foi atirada para fora do carro em velocidade e novamente espancada. Lá foi deixada, sendo socorrida por moradores do bairro. Os jornalistas ainda procuraram testemunhas que moravam no bairro, e que relataram ter visto o ocorrido, afirmando que um dos espancadores “é um elemento ligado à polícia e exerce a função de carcereiro”, e que esses espancadores “estavam em missão policial” (FOLHA DE ITUIUTABA, 21/09/1957).

Outra nota, sob o título de “Selvageria policial na zona boêmia”, afirmava que um “Operário barbaramente espancado por soldados do destacamento local” (FOLHA DE ITUIUTABA, 17/05/1958), denunciava, mais uma vez, ações das autoridades locais contra os trabalhadores na região. Após um período de pausa nos atos de violência, se afirma, o destacamento policial voltou a agredir sujeitos, chamando essas ações como a “norma”, ou seja, a violência arbitrária era o comum da polícia local. Segundo o Jornal:

Depois de uma trégua salutar na utilização dos métodos de violência como norma no exercício de suas funções, pausa que era acolhida como toda simpatia pela população, soldados do destacamento local, em serviços de patrulhamento na zona boêmia retornaram ôntem ao desumano e condenável processo de espancamento dos infelizes que lhe caíam às mãos. (FOLHA DE ITUIUTABA, 17/05/1958)

Na nota “Pólicia continua espancando: Velho sexagenário e pacato barbaramente seviciado”, o Jornal afirmava que um senhor, com mais de 60 anos, “tranquilo e pacato”, foi espancando sem motivos aparentes por dois elementos da polícia local, que o “deixaram prostrado até altas horas da noite”. A nota ainda afirma que o acontecimento se deu a mando de um comerciante e dono de uma indústria local (FOLHA DE ITUIUTABA, 27/02/1960).

No período da segunda metade dos anos 1950, outras notas do Jornal não demonstravam agressões, mas afirmavam a ineeficácia do trabalho da polícia no município, e cobravam ações enérgicas das autoridades. Dentre essas notas, o Jornal trouxe que um morador de Ituiutaba foi “Assaltado por dois desconhecidos”, sendo uma “advertência às nossas autoridades”, a nota termina dizendo que “Fatos como este constituem uma séria advertência às nossas autoridades e demonstram a insuficiência do nosso policiamento” (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/04/1955).

Em um editorial, em publicação, a *Folha* elenca os “Inimigos do Povo e do progresso”. Esses, para a *Folha*, eram as pessoas que depredavam o patrimônio municipal de Ituiutaba. O Jornal traz elevações ao trabalho dos administradores municipais frente ao plantio de árvores no perímetro urbano, em contraposição, traz uma crítica ao final, a falta de “policimento”, fazendo com que os cidadãos tomassem a iniciativa de vigilância:

É inconcebível que certos indivíduos, em sã consciência, sejam capazes de destruir um bem público, que é de todos, e não de um só ou de grupos. Em Ituiutaba, porém, isso acontece. É o caso da destruição das árvores dos logradouros públicos por inimigos do povo e do progresso.

Desde quando se iniciou a arborização da cidade que maus elementos, sorrateiramente, procuram destruir uma obra que vem sendo realizada com o sacrifício da municipalidade e do próprio povo, já que o mencionado empreendimento urbanístico é executado às dispensas dos que contribuem para os cofres municipais. Muitas árvores foram destruídas e ainda agora os vândalos se voltam contra as recém-plantadas, inutilizando-as

O vandalismo que se perpetra contra o patrimônio do povo, contra uma de suas maiores riquezas, que nos dá um dos elementos da vida – o oxigênio – é um caso de polícia. Mas, não dispondo a cidade de uma guarda-noturna, e sendo escasso o nosso policiamento, cumpre a cada Ituiutabano de bem e amante do progresso constituir-se numa sentinela vigilante, velando permanentemente pela preservação das árvores. (FOLHA DE ITUIUTABA, 22/09/1956)

Em outro escrito, ridicularizam o policiamento local em “Malandros zombam de autoridades”, afirmando que houve um “roubo espetacular de um carro em pleno centro da cidade”. A nota afirma que “a cidade está mesmo infestada de malandros da pior estirpe”, e termina com uma cobrança em que “cumpre, pois, a polícia manter maior vigilância contra os aventureiros para os laboriosos habitantes de Ituiutaba” (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/06/1958).

Outras publicações dos anos de 1958, como “Bárbaro espancamento de menor na Rua 38”, em que “teria havido omissão por parte da autoridade policial, segundo declarações da progenitora da vítima”, afirmando que um garoto de 10 anos foi espancado por uma cidadã da cidade e “havendo registrar queixa na polícia. Contudo sua afirmação, porém, a autoridade policial, por motivos que ignora, não levou avante as providências” (FOLHA DE ITUIUTABA, 12/07/1958).

As denúncias de agressões de policiais na região e a falta de segurança pública e policiamento tinham, dentre as suas finalidades, criticar o Delegado Regional de Polícia, por desavença política com o partido dos jornalistas, o PSD. O delegado Austen dos Santos era, pelo menos, desde 1955, o delegado da região¹⁰⁷. Sabe-se de um embate entre o prefeito local, Antônio Martins (PSD), e o então delegado da polícia local em 1958. No episódio o Jornal registrou em nota que o delegado foi “destituído daquele cargo a pedido do Diretório local do PSD, que assumiu, publicamente, a responsabilidade do ato”, entretanto, o ex-delegado atacou publicamente o Prefeito da cidade, em transmissão ao vivo, na Rádio Platina, “em têrmos, julgado por todos como ofensivos à dignidade do Prefeito”¹⁰⁸ (FOLHA DE ITUIUTABA, 30/09/1958). Esse tipo de escrito, em que criticavam as ações de policiamento, se atenuou nos anos de 1957/1958, como maneira direta de atingir a participação do delegado no seu ofício. Entretanto, se fosse apenas um embate com o Delegado, essas notas se extinguiriam com a saída de Austen dos Santos do Cargo.

Nos anos seguintes, ainda aparecem essas críticas, de maneira menos constante. Dentre essas verificamos em “Repercute na Câmara a onda de assaltos verificada na cidade”, afirmando que Câmara legislativa municipal enviou um “ofício ao Delegado de Polícia, solicitando providências enérgicas para conter a onda de assaltos que intranquiliza a população” (FOLHA DE ITUIUTABA, 27/05/1959).

Na década seguinte, em “Misterioso desaparecimento de um labourista; Espôsa do lavrador acusa fazendeiro de culpa pelo sumiço”, apesar do péssimo estado do documento, comprehende-se que a esposa do lavrador faz um “Apêlo ao Delegado Geral do Estado”, em que o Jornal, apontando a ineficácia do policiamento da região no caso (FOLHA DE ITUIUTABA, 03/02/1962). Ainda, em fevereiro de 1962, o Jornal afirma que um adolescente foi baleado e encontrado em estado de coma, quase 40 horas depois do ocorrido, narrando, sensacionalmente, o estado em que foi encontrado e vindo a falecer

¹⁰⁷ A primeira nota que encontramos no Jornal com o nome de Austen dos Santos, data de 1955, sendo um aviso da delegacia local sobre “coibição de abusos que se verificam no tocante ao desrespeito de sinais e outras infrações”, sobre crimes de trânsito (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/10/1955).

¹⁰⁸ Austen dos Santos foi signatário de um dos documentos DOPS sobre a *Folha*, essa era sobre a mudança de município de Sétimo em 1957, em que ele afirma que o jornalista havia “Professando abertamente Ideologias extremistas” e, sobre a *Folha*, que o “Jornal em referência é também francamente partidário do credo moscovita”, esse documento foi enviado por telegrafo, marcado como “urgente” (APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 068, Pasta 4684-im. 6). Dentre todos os documentos sobre a *Folha*, que encontramos no DOPS, essa é a única com assinatura de Santos. Outro documento do DOPS, que cita diretamente o nome de Austen, é um pedido direto do Chefe do DOPS-MG, em 1956, para que o delegado regional fizesse um relatório sobre a “Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Rurais do Triângulo”, que ocorreu na cidade, segundo escrito no telegrama (APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 068, Pasta 4684-im. 2).

horas depois. Afirma-se, ainda, que a “delegacia apurou ser um policial o autor dos disparos” (FOLHA DE ITUIUTABA, 28/02/1962).

E, por fim, em 1964, o Jornal traz uma nota sobre “Visitantes queixam-se de arbitrariedades da polícia local”, afirmando que a redação do Jornal recebeu dois moradores do Município de Dourados, no Mato Grosso, que vieram ao município para comprar um caminhão, e queixaram-se de ter sido alvos de arbitrariedades da polícia local, onde receberam voz de prisão de um policial, sendo acusados de vadiagem. A narrativa reforça a ação da polícia com truculência, mostrando que os visitantes:

Estupefatos, quiseram saber dos motivos que justificasse a violência, mas os policiais não aceitaram explicação alguma e conduziram à cadeia em seguida, por ordem do delegado, foram trancafiados no xadrez, onde parram 24 horas submetidos às piores humilhações. (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/02/1964)

A nota ainda aponta o delegado como complacente de tais atos. O Jornal tinha ganhado um novo inimigo no papel desse delegado, como era Austen dos Santos? Entendemos que um segundo viés de crítica do Jornal se encontra direcionado à participação do governo do estado na segurança pública do município, que era o responsável. Nesses períodos José Francisco Bias Fortes era o governador do estado mineiro (1956 até janeiro de 1961), e, apesar de ser do mesmo partido dos jornalistas da *Folha*, Bias Fortes não era bem visto pelo Jornal, como falaremos especificamente à frente. Após a gestão de Fortes, quem se elegeu e assumiu o cargo foi Magalhães Pinto (1961-1966), que também era alvo de críticas do Jornal. Criticar a segurança pública local, responsabilidade do Estado Mineiro, era, de certo modo, criticar as gestões do governo estadual.

Se o Jornal demonstrava uma cidade em desenvolvimento, pelas suas construções, elegendo-as como um reflexo de seu “progresso”, por outro lado, demonstrava que havia a falta de um correspondente referente à segurança pública no município: a cadeia. A cidade tinha uma cadeia nos anos 1950, mas o Jornal a descrevia como uma prisão ineficaz e frágil, onde ocorreram diversas fugas. Manchetes como “Nove detentos escaparam da cadeia local”, publicada em 1956, afirmavam que os “fugitivos arrombaram as celas dominaram a guarda e puseram-se ao largo” (FOLHA DE ITUIUTABA, 30/06/1956). Nesse mesmo ano, o ocorrido se repete em “Mais uma fuga da cadêia de Ituiutaba”, afirmando que “não causam mais espanto as fugas da cadeia local, tão comuns vão elas se tornando”, e que:

Queixas e mais queixas têm sido encaminhadas à Secretaria de Segurança do Governador do Estado contra a insegurança em que se acha o presídio local, sem que nenhuma previdência tenha sido tomada até hoje. Diante de tanta inércia, nada nos resta a fazer senão conformar com o estado das coisas. (FOLHA DE ITUIUTABA, 03/11/1956)

Nesse sentido, as cobranças ao poder estadual são constantes perante a construção da cadeia, chamando-o de “inerte”. No início do ano seguinte, a *Folha*, em manchete, novamente traz “Ituiutaba - Capital do Arroz é campeã das fugas de presos” afirmando que a “cadêia publica é uma vergonha para o Estado”, em que “a cadeia pública, se assim podemos denominar aquelas ruínas (...) tem ocupado sempre posição de realce nos apelos endereçados aos poderes públicos de Minas Gerais” (FOLHA DE ITUIUTABA, 26/01/1956).

No início dos anos 1960, a *Folha* engaja uma campanha para construção de uma cadeia na cidade, como uma iniciativa das autoridades judiciais do município, junto dos civis locais. Iniciando em “Campanha pró construção da cadeia pública” (FOLHA DE ITUIUTABA, 28/10/1961), afirmava que essas pessoas estavam “cansadas de esperar pelo Estado, deliberaram empreender uma campanha financeira visando à construção do prédio destinado a instalação da cadeia pública local”. Até o final de 1962, o Jornal ainda traz nota sobre a tal construção, com o mesmo tom em “Obras da cadeia (construída pelo povo) tiveram início ontem” (FOLHA DE ITUIUTABA, 22/11/1961), “Cadeia Pública: Obras em ritmo acelerado” (FOLHA DE ITUIUTABA, 29/11/1961), “Quase pronta a cadêia pública municipal” (FOLHA DE ITUIUTABA, 28/04/1962) e, por fim, “Concluído o prédio da cadeia nova” (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/06/1962).

Esses documentos nos levam à reflexão de que o Jornal criticava e cobrava ações da polícia local e de segurança pública, essas que eram, por sua vez, responsabilidade do Estado de Minas Gerais, levando aos seus leitores críticas feitas aos administradores estaduais, uma vez que havia, segundo denúncia, além de violência policial, uma ineficácia de policiamento na região, pedindo maior segurança. Criou-se, com o Jornal, um desconforto entre esses representantes do poder do estado e executores da segurança pública na região, levando esses a registrarem uma série de documentos nos arquivos DOPS, com a pretensão de controle e de punição do Jornal por tais atos.

Em uma das pastas do DOPS, referentes à imprensa do Triângulo Mineiro, com vários documentos produzidos entre 1937 e 1959, além das fichas que denunciavam os jornalistas da *Folha*, e informações de vários outros impressos, há uma série de edições da *Folha de Ituiutaba* arquivadas, junto da troca de telegramas que informavam sobre

reuniões de trabalhadores e vigilância política¹⁰⁹. Dentre essas há duas edições que estão registradas na pasta, mas sem apontar motivos para arquivamento. Uma é a edição de 16 de setembro de 1957, de aniversário do município, citada acima, que traz as denúncias de agressões e homicídios praticados pelas autoridades policiais locais, junto à imagem de um falecido acometido pelas tais arbitrariedades. A outra notícia recortada, essa sem a data e nem número de edição, traz a manchete “transformou-se Ituiutaba a meca dos ladrões”. No escrito jornalístico, dizia que o aumento de roubos e homicídios no município se dá pela falta de iluminação junto “ao escasso policiamento”, cobrando que as autoridades policiais aumentem suas patrulhas e seu contingenciamento local (APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 068, Pasta 4684, im.21; 39-45)¹¹⁰.

O órgão, que se tornou conhecido como DOPS-MG, foi criado no estado de Minas Gerais, no ano de 1927, primeiramente, sob o nome de Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Política e Social de Minas Gerais, seguindo a proposta de órgãos semelhantes, com variados nomes, nos outros estados do País, no período. Era o setor da polícia responsável por investigar os movimentos sociais, como associações, sindicatos, greves, produzindo inquéritos, relatórios, fichas e prontuários, também investigavam sujeitos tidos como “perigosos” contra a ordem. A criação desses departamentos de polícia política estava intimamente ligada ao medo do Estado de sublevação revolucionária, principalmente, em um momento que o mundo vivia instabilidade econômica e social, vindas de contextos da Primeira Grande Guerra, da Revolução Russa e de eventos nacionais, como a Semana de Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista do Brasil

¹⁰⁹ O assunto da pasta no site da APM afirma, em sua descrição, que o documento trata de “Correspondências policiais, recortes de periódicos”; “documentos processuais”; “relatórios policiais”; “material de propaganda”; “lista de nomes sobre publicação do programa do partido comunista em Jornal local”; mobilização de lavradores e trabalhadores agrícolas, greves de operários e formação de ligas camponesas”; “edições de jornais comemorativas do 56º aniversário da cidade”; “Informam sobre vigilância de indivíduos suspeitos”; “visita do secretário da agricultura à centralina e fechamento do núcleo do partido comunista local”, “apresenta transcrição de discurso de Luiz Carlos Prestes proferido na cidade”. Nos descritos constam “Comunismo; Greves; Imprensa; Ligas Camponesas; Partidos Políticos; Políticos; Trabalhadores Rurais” (APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 068, Pasta 4684). Para ver mais <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=4684> Acesso em 02 de jun. 2020.

¹¹⁰ Nessa mesma pasta do DOPS, há também edições registradas de 1957 do jornal *Correio do Pontal*, também, sem nenhuma referência do motivo pelo qual foram arquivadas (APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 068, Pasta 4684-im. 9-15; 23-39). A primeira, referente ao dia 7 de fevereiro, que chama atenção pelo convite para o dia 27 do mesmo mês, sobre um encontro com o então Ministro da Agricultura na cidade de Centralina, convocado em uma Assembleia da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Triângulo Mineiro, para debater problemas da região (CORREIO DO PONTAL, 07/02/1957). E em 16 de setembro tem uma notícia referente a “Reclamações – espancamento”, que denunciava, da mesma maneira que a *Folha* fez, uma ação de espancamentos físicos de membros da polícia local contra uma mulher pobre e cega, afirmando que “alguns elementos da delegacia local (*ilegível*) contra Maria Alves, cega, pobre, pedinte” (CORREIO DO PONTAL, 16/09/1957).

e a Revolta do Forte de Copacabana, criando uma sensação de ebulação política nos anos 1920 (MOTTA, 2006c).

Situado nas capitais, esses órgãos se amparavam em delegacias locais para o controle do interior do Brasil. Assim as Delegacias de Ordem Social e Política eram as instituições responsáveis pela manutenção da ordem por meio de repressão política nos seus respectivos estados. No caso da delegacia mineira, com seu aprimoramento em 1956, veio a se transformar em Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS-MG). Como mantedora da ordem, essa polícia teria como obrigações coibir e vigiar qualquer coisa que considerasse distúrbio contra a ordem vigente. O departamento ficou responsável pela vigilância e repressão de caráter político-social, com o claro objetivo de prevenção (MOTTA *et al*, 2003). Essas delegacias políticas, inicialmente modestas, ampliaram seus tamanhos e corpo policial, sendo expandidas durante a Quarta República, principalmente, pelo medo revolucionário das esquerdas durante com a Guerra Fria, visando ao “combate à esquerda revolucionária” (MOTTA, 2006b, p. 61).

Com o Golpe de 1964, as polícias políticas estaduais reorientaram suas atividades, passando a colaborar com o complexo das agências centrais de informação e inteligência da nova ditadura. Com a institucionalização do Estado de Segurança Nacional e o decreto do AI-1, os agentes do DOPS/MG participaram da coerção e perseguição dos que consideravam opositores do regime, tudo em nome do que diziam ser a “segurança nacional”. Os militares se viam como os defensores da democracia contra o “regime totalitário dos comunistas”, que queria abalar a segurança nacional, e, para tanto, perseguiam e vigiavam qualquer ato que fosse considerado subversivo, utilizando os DOPS como instrumentos de repressão e controle (MOTTA *et al*, 2003).

Documentos da polícia são, de maneira geral, relativos à ação repressora do Estado, em que, nas mais diversas ações, os sujeitos são investigados, capturados, julgados e presos. Uma constatação importante, que ajuda a entendermos os arquivos DOPS, é que esses documentos eram produzidos diariamente de forma rotineira. Temos em mente que, nos arquivos da polícia política, predominam informações nominativas, apreciações e julgamento de valores sobre os sujeitos explicitamente designados, as informações procedentes desses registros, não raro, são inexatas e enganadoras, muitas de cunho pejorativo (CAMARGO, 2002, p. 4).

Desse modo, o historiador deve manter, via de regra, uma atitude prevenida de suspeição em relação a essas fontes. Tendo em vista que uma fonte histórica nunca é neutra, podemos dizer, então, que a atividade da polícia política documentada:

Enquanto atividade estatal encarregada de ajustar a liberdade e a propriedade dos indivíduos aos chamados interesses coletivos, o poder de polícia (preventiva ou repressiva) se caracteriza por um sentido essencialmente negativo que, por extensão, atinge também os produtos residuais de seu funcionamento. É o que ocorre com os documentos resultantes das ações persecutórias empreendidas por serviços de inteligência durante os períodos totalitários, alimentando sistemas de informação (sobre pessoas, grupos e organizações) que acabam por se transformar em mecanismos de auto-sustentação do próprio regime. (CAMARGO, 2002, p. 2)

Esses registros no DOPS são indícios sobre o descontentamento com a *Folha de Ituiutaba*, por parte dessas autoridades responsáveis pela região, em que a polícia tijucana repassava essas informações sobre o Jornal para DOPS, em Belo Horizonte, durante esses anos, informando sobre o Jornal, pelas críticas à ação do estado de Minas Gerais, na administração e execução da segurança pública local.

Boa parte dessas denúncias do Jornal se concentrava em atos arbitrários acometidos contra pessoas pobres e trabalhadoras, às vezes, em situação de embriaguez, na maioria delas, pessoas em estados vulneráveis, em termos financeiros e sociais. Com o intuito de causar apelo popular e indignação nos leitores, frente às ações, ao mesmo tempo, esses escritos agiam no sentido de deslegitimar o trabalho de policiamento na região, culpabilizando não só os responsáveis locais, mas também o estado de Minas Gerais pelas ações.

**3 - “Independente e de convicção democrática”: Guerra Fria, revolução e
comunismo**

“Comunista”. Esse estigma dado pelos adversários e perseguidores à *Folha de Ituiutaba*, nos leva a refletir sobre o momento histórico de polaridade ideológica da Guerra Fria. Mas, também, traz, no seu bojo, uma série de relações históricas que o Brasil vivenciou antes, desde a formação do PCB, do Estado Novo e do apavoro das classes médias e das elites, que viam na revolução a destruição de seus costumes e valores, medos que vinham desde os anos anteriores, e que ganhavam outra roupagem nesse período.

A *Folha* não fugiu de noticiar e falar sobre temas internacionais e nacionais, que abarcavam o embate entre o comunismo e capitalismo, além da revolução: trabalhou com assuntos como o conflito EUA e URSS, e as suas influências, além da Revolução Cubana e dos comunistas brasileiros.

Por mais que fossem notícias com temas de amplitude nacional e internacional, esses contextos ecoavam, nos escritos do impresso, com um caráter voltado para a “região”, ou seja, o periódico sempre buscava publicar, independente do teor do escrito, pensando que, quem iria recepcionar tais notícias, seriam as pessoas da região, portanto, as matérias e notícias eram produzidas com particularidade, com vista para um público de proximidade.

3.1 - “EE. UU X URSS – cifras pela conquista do cosmo”: Escritos sobre a Guerra Fria

Se pensarmos no contexto histórico, político e econômico internacional, no período das edições que analisamos da *Folha de Ituiutaba* (1949-1964), o mais notável evento que marca esse momento é o que é conhecido como a Guerra Fria (1945-1991).

Na nossa sociedade, umas das principais marcas históricas da segunda metade século XX, se não a principal, foi a polarização ideológica criada com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), repartindo o mundo em dois distintos blocos de modelos econômicos e ideológicos, marcando o período em um conflito entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (USSR) e os Estados Unidos da América (EUA), dividindo o mundo em uma “Cortina de Ferro”: uma briga econômica, tecnológica e ideológica do sistema capitalista, representado pelos EUA, contra o comunismo do bloco soviético. Apesar de diversos autores atribuírem que o embate ideológico entre comunismo e o capitalismo já se demonstrava com a Revolução Russa de 1917 e sua declaração de caráter comunista, os acontecimentos da década de 1940 foram decisivos para o conflito, em vista que os dois países (EUA e a URSS) foram os grandes vitoriosos

da Segunda Guerra Mundial, sendo que a rivalidade foi impulsionada em 1947, pela proclamação da Doutrina Truman, pelo Plano Marshall, e pelo discurso do dirigente soviético Zadanov, que afirmou ser irredutível o embate entre os dois sistemas. Assim o confronto se tornou formal nesse ano, construindo um particular ambiente recíproco de ameaça e embates, que caminharia para uma terceira grande guerra, algo que nunca se concretizou (HOBSBAWM, 1995).

A Guerra Fria, para o ocidente, teve como base a crença de que uma era de catástrofe não havia terminado na Segunda Grande Guerra, e de que o capitalismo seguia ameaçado junto aos valores ocidentais, enxergando o comunismo como um perigo. Os países latino-americanos se tornaram um dos palcos de disputa desses dois distintos projetos políticos e econômicos. O conhecido como “Primeiro Mundo” era formado pelos países capitalistas desenvolvidos, e “Segundo Mundo”, pelos países desenvolvidos comunistas. O “Terceiro Mundo” eram os países pobres economicamente, hoje, conhecidos como subdesenvolvidos.

O Brasil se enquadrava no que era denominado como um país de “Terceiro Mundo”. O Terceiro mundo se diferenciava, em seu todo, em um aspecto fundamental, do Primeiro Mundo e do segundo mundo: formava uma zona mundial, iminente ou possível, de revolução recém-realizada. Foram poucos países do Terceiro Mundo, de qualquer tamanho, que atravessaram a Guerra-Fria sem revoluções ou golpes de Estado, para suprir, impedir ou promover revolução, ou alguma outra forma de conflito interno (principalmente armado), assim, tornando esses países espaços em constante disputa. Desde o início da Guerra Fria, os norte-americanos e os soviéticos partiram para o combate contra a influência, um do outro, no Terceiro mundo, seja com ajuda econômica, com propaganda ideológica ou até promovendo guerras, fazendo alianças com os regimes ou ditaduras locais, ou comprando, se necessário, mesmo sem o apoio local. O Terceiro Mundo, nesse contexto, era um palco de combate por essas influências e alianças (HOBSBAWM, 1995).

Como sabemos a *Folha de Ituiutaba* não tinha nenhum impacto direto em termos do contexto da política nacional, e, menos ainda, no contexto internacional, pois, como já afirmamos, era um Jornal restrito à sua localidade, – ou seja, dialogava e tinha influência apenas com leitores de região. Mas, se levarmos em consideração o que era produzido, o Jornal não deixava de se posicionar e conduzir suas ideias perante as mudanças e os contextos que o mundo vivenciava, compreendendo que esses processos atingiam diretamente o cotidiano das pessoas da região, algo em que a *Folha* tinha mais interesse

propriamente: no diálogo e na influência com os seus leitores locais, agindo na opinião pública, na região em que circulava.

Na *Folha* há escritos referentes aos dois principais países que lideravam a tensão geopolítica. Direta ou indiretamente, esse tema permeava praticamente todo o debate político internacional da época, sendo assim, a Guerra fria era o evento motriz, na política e na economia, e que desencadeou outros eventos e outros contextos em diversos níveis.

Entretanto, em termos comparativos diretos, entre EUA e URSS, encontramos poucas notas publicadas pela *Folha*. Uma dessas intitulada como “EE. UU X URSS – cifras pela conquista do cosmo”¹¹¹, trazia uma notícia, feita com base em outra do Jornal, carioca *Última Hora*, sobre um comparativo entre os voos espaciais de Yuri Gagárin, cosmonauta da URSS, e do astronauta norte-americano Alan Shepard. O comparativo, originalmente organizado pelo *Paris-Sour*, – órgão de imprensa francês, – fazia um paralelo, por meios numéricos. Assim o Jornal apresenta “Eis, por tanto, em cifras, os detalhes do cortejo técnico-científico entre os soviéticos e os norte-americanos, pela conquista do cosmo”, trazendo esses números abaixo dos escritos. Mesmo a nota sendo uma transposição de outros impresso, sendo ela o terceiro a requerer a nota, ela nos aponta que o Jornal acompanhava e alimentava a ideia de oposição entre os dois países, simbolizados, aqui, pela corrida tecnológica e espacial (FOLHA DE ITUIUTABA, 13/05/1961).

Em relação aos Estados Unidos, à URSS e à China comunista, na metade da década de 1950, foram escritas e publicadas, nas páginas do Jornal, notas como “Senador Lourival Fontes: Contra a submissão aos Estados Unidos” (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/05/1955), afirmando que, em discurso, o político petebista, ligado ao movimento nacionalista,

(...) advogou o reconhecimento da República Popular da China e o imediato restabelecimento de relações comerciais e diplomáticas com a URSS e demais países do campo socialista.

O Sr. Lourival Fontes mostrou a necessidade de nos livrarmos dos métodos, das práticas e dos engodos da política norte-americana. (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/05/1955)

Em outro escrito, desse mesmo ano, o Jornal noticiava que “Padre negro impedido de celebrar missa”. Nesse, o Jornal trazia uma crítica aos EUA, afirmado sobre sua situação racista no país, “ainda muito em voga”. A nota dizia que:

¹¹¹ Várias vezes a *Folha de Ituiutaba* se referia aos Estados Unidos da América como “E.E.U.U.”, termo utilizado na língua espanhola para se referir ao país. Por vezes o Jornal usava também a sigla na língua inglesa de “USA” (*United States of America*), além do habitual em Português “EUA”.

Segundo noticiam os jornais, um fato estranho e chocante mesmo nos tempos atuais ocorreu recentemente em Nova Orleans (EE. UU), quando um padre negro foi impedido de celebrar a missa. Aí está uma prova evidente do racismo intolerante e prepotente ainda muito em voga na América do Norte. (FOLHA DE ITUIUTABA, 29/10/1955)

As críticas à influência dos norte-americanos não cessaram aí. Manoel Agostinho, ainda quando não assinava como redator do Jornal, escreveu, em sua coluna opinativa, “Tudo em poucas linhas” sobre “O ensino primário e normal de Minas vai ser controlado pelos Americanos”. No escrito o farmacêutico assinala que foi publicado no *Diário Oficial da União* um acordo firmado entre o Ministério da Educação e Cultura do Governo de Minas Gerais e o “*U. S. Brazilian Assistance to Elementary Education*”, onde estavam:

(...)objetivando a formação de um quadro de instrutores de professores de ensino normal para diversas escolas normais importantes do Brasil; elaborar, publicar e adquirir textos didáticos, tanto para as escolas normais como para escolas elementares de professores do ensino normal e primário. (FOLHA DE ITUIUTABA, 25/05/1957)

Ao início, o farmacêutico traz uma explicação sobre o acordo, porém, mais adiante, no texto, Agostinho dá seu parecer sobre. Nesse trecho transparece o medo da influência norte-americana na educação, como um fator que destruiria a personalidade e as tradições mineiras:

Tudo isso, pasmem os senhores leitores, para introduzir no Brasil o método de ensino norte-americano. Vão abolir os atuais métodos pedagógicos mineiros, suas tradições, seu amor por tudo que é nosso, troca de um sistema novo, de um revolucionário sistema adotado nas escolas normais e primárias norte-americanas.

Este acôrdo é a confissão tácita do fracasso de nossas instituições livres. Já não somos um povo capaz de organizar seu próprio ensino. Necessitamos importar técnicos estrangeiros para nos ensinar a esquecer as tradições da nossa velha e querida Minas Gerais, para metodizar a formação da nossa juventude, moldá-la ao sabor americano do Norte. (FOLHA DE ITUIUTABA, 25/05/1957)

Também o Jornal publicou uma manchete com o título “Brecada a exportação dos minerais atômicos” (FOLHA DE ITUIUTABA, 08/09/1956), em que noticia que, após uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), o Presidente Juscelino Kubitschek assinou um decreto que proibiu a exportação de minerais atômicos brasileiros. Ainda afirma que, na CPI, “concluiu-se que a nossa política atômica – se é que podemos chamar de brasileira essa política – tinha atendido mais às conveniências norte-americanas que propriamente ao interesse nacional”, afirmando que a onda “entreguista” (termo pejorativo, em vista de entregar as riquezas naturais do Brasil aos EUA) estava, nesse momento, contida, contra a vontade da grande imprensa e da publicidade, que, segundo o Jornal, agia contra a

soberania do país, e, por isso, alinhava-se ao bloco capitalista. Ao final, o Jornal, em apoio à medida, afirma que:

A medida tomada pelo Governo da União, proibindo a exportação de minerais atômicos, veio, pois, de encontro dos reclamos da imensa corrente nacionalista no país, tratando-se assim de uma providência patriótica, digna de aplausos gerais da nação brasileira. (FOLHA DE ITUIUTABA, 08/09/1956)

No ano de 1957, é transposta, em íntegra, uma notícia de um jornal maçônico denominado de *O Malhete*. Sob o título de “Liberdade para Porto Rico!” (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/03/1957), afirma que os EUA impõem uma escravidão ao povo de Porto Rico, partindo da ideia sobre a simbologia democrática “deformada” e “bifronte” da estátua da Liberdade, que oculta o “espectro da Escravidão”. A matéria faz uma comparação dos EUA com a atuação de outros países, afirmando que eles escravizam povos da mesma forma que a URSS, e outros como Inglaterra e França:

A estátua da Liberdade, que com tanta ostentação invocam os norte-americanos, não passam de uma deformada simbologia democrática, porque ela outra coisa não é, senão uma triste figura bifronte, - aparentando a imagem da Liberdade, de um lado; e de outro ocultando o espectro da Escravidão. Os pregueiros da liberdade, os progenitores da democracia, os pregadores do Evangelho de Cristo, este são os atuais verdugos dos povos fracos! Combate a Rússia Soviética pelos seus êrros, mas conscientemente, praticam os mesmos atos. Invocam a liberdade para si mesmos, mas escravidão para outros povos! São verdadeiros lobos, com peles de carneiros. Assim é, também, a Inglaterra; assim é, também, a França. O que os comunistas fazem, eles imitam. E, depois, levantam o mundo contra a Rússia. (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/03/1957)

A escravidão, que o escrito se refere, é a influência e dependência econômica e política que os países tidos como terceiro mundo tinham, tantos dos países de Primeiro mundo, como Inglaterra e França, mas, principalmente, os EUA, também criticando a influência e dominância exercida pela URSS, algo que esses países criticam, mas “praticam os mesmos atos” (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/03/1957).

Em “Fernando de Noronha – Símbolo de uma diretriz nociva ao Brasil” (FOLHA DE ITUIUTABA, 30/03/1957), o Jornal narrava que o nosso governo deu a cessão do arquipélago aos americanos para a instalação de uma base de foguetes teleguiados. A nota dizia que a população e o Congresso brasileiro estão em desacordo com a medida. Ainda o periódico diz que a condição que temos, de aliados aos EUA, não tem trazido nenhum lucro para o país, pois os “ianques” não cumprem com os acordos e tratados, tomando posse das nossas coisas, – como no caso da ilha nordestina, criticando a aliança brasileira com os norte-americanos. Na nota do Jornal, afirma-se que:

Seremos cobâias e o nosso país o laboratório numa eventual guerra atômica, porque os homens que orientam a nossa política exterior, toda ela de bastidores, entendem que há um determinismo histórico inelutável a impedir a neutralidade do Brasil nas decisões entre americanos e russos (...) não poder o Brasil, de forma alguma adotar uma posição mais inteligente, que é neutral, de preferência se projetando como mediador entre os dois blocos, o capitalista e o comunista. Por pertencermos territorialmente ao continente americano, há que impor ao Brasil a triste posição de eterno caudatário do ‘*State Department*’ olvidando voluntariamente que a Índia, conquanto possuindo uma extensa linha fronteiriça com a União Soviética, nem por isso se submete a qualquer exigência dos Russos, adotando, ao contrário, uma viril posição neutral que lhe tem valido, inclusive, o crescente destaque com que atua no cenário internacional, como a mais poderosa força pacificadora das crises entre as grandes potências. (FOLHA DE ITUIUTABA, 30/03/1957)

Já, na década posterior, em artigo opinativo no impresso, de orientação nacionalista, o Jornal aponta “As ‘profundas afinidades’ entre o Brasil e os EE. UU.” (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/08/1960). O periódico tijucano afirma que a grande imprensa do eixo Rio-São Paulo, – principalmente, jornais como *Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã*, junto às classes dominantes e aos círculos econômicos e políticos, forçam uma “afinidade” entre o Brasil e os EUA, como uma maneira de “perpetuar a condição de subalterno do Brasil perante os Estados Unidos”, divulgando que esses órgãos têm interesse econômicos na aliança do Brasil com o bloco capitalista¹¹², e que eles lucrariam financeiramente com isso. De tal maneira, o Jornal enumera as “afinidades” criadas por esses com o Brasil, para se legitimar a aliança com os norte-americanos. A nota é finalizada de maneira irônica, com vistas a afirmar a inexistência dessa “afinidade”:

Como se nota, temos com os Estados Unidos as mesmas e profundas afinidades da panela de ferro com a panela, ou, então, aquela semelhança entre a língua espanhola e a portuguesa, muito bem explorada numa peça de Artur Azevedo e citada por Gondin da Fonseca em “Que sabe vocês sobre o petróleo?”

Na cena, um personagem, Lola, afirma a Eusébio que espanhol é tal e qual português. Então pergunta-lhe Eusébio:

- Como se diz chapéu em espanhol?
- Sombrero.
- Ah, muito parecido – retruca ele, e guarda-chuva?
- Parádagras.
- Parecidíssimo. E cadeira?
- Silla.
- É muito parecido. E janela?
- Ventana.
- É, tal qual português... (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/08/1960)

¹¹² Sotana (2014) analisa os primeiros anos de Guerra Fria (1946-1949) nos editoriais de jornais da grande imprensa brasileira como *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*. Afirmando que esses jornais, aos poucos, foram se posicionando ao lado dos interesses do bloco capitalista. Entretanto, eles divergiam em várias ideias sobre os eventos. Apesar do consenso sobre o apoio ao bloco liderado pelos EUA, estes jornais estão num campo de concorrência e competições entre pessoas e grupos que tentam impor seus valores e visões de mundo social.

Em outro artigo denominado “Os empréstimos norte-americanos”, de autoria do colunista Tomaz de Aquino Petraglia, ele condenava os empréstimos financeiros dos EUA ao Brasil, e a dívida, vendo aí um modo de dependência econômica, ao afirmar que: “Uma boa maneira de os Estados Unidos se assegurarem de nosso apôio à sua política e aos seus trustes é precisamente nos concederem empréstimos”. No escrito Petraglia ironiza, chamando os EUA de “generosos”, ao emprestar dinheiro para o Brasil: “Generosos, generosos sim, com suas emprêssas!” (FOLHA DE ITUIUTABA 06/04/1963).

Quanto à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o Jornal também trouxe algumas publicações ao longo da década de 1950 e 60. Um dessas foi, curtamente noticiada, “Em Moscou, vários jornalistas mineiros” (FOLHA DE ITUIUTABA, 23/06/1956), onde o jornal extraiu uma notícia do *Diário de Minas*¹¹³, jornal belo-horizontino, afirmando que, na capital da URSS, encontram-se diversos jornalistas mineiros para noticiar variados eventos no país, referindo-se à cobertura de uma série de movimentos que o país vivia desde as denúncias dos crimes stalinistas por parte do governo soviético, no que ficou conhecido como Relatório Kruchtev¹¹⁴.

Poucas edições após, outra nota na *Folha*, escrita a partir de uma publicação do periódico carioca, *O Jornal*, com base em uma entrevista dada pelo deputado pessedista Getúlio Moura, que havia, então, visitado vários países da “Cortina de Ferro”,¹¹⁵ junto a outro deputado Newton Carneiro, com o título “O cruzeiro vale mais na Rússia do que o dólar”. No subtítulo da nota, o Jornal resume a fala do entrevistado:

¹¹³ O jornal belo-horizontino *Diário de Minas* circulava desde 1949 sobre propriedade de Otacílio Negrão de Lima. Na época que iniciou sua circulação, Lima era prefeito da cidade de Belo Horizonte. Em 1956, o dono do Jornal exercia o cargo de Deputado Federal (1955-1949), eleito pelo PSD.

Informações retiradas de <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lima-otacilio-negrao-de> Acesso em 08 de jun. 2020.

¹¹⁴ O “Relatório Kruschev”, também conhecido como “Relatório Secreto”, foi um documento apresentado em 1956, no XX congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), pelo então secretário geral do partido, Nikita Kruschev. O documento referia-se à Era Stalin (1922 -1953) e ao culto à personalidade criada em torno de seu líder de Estado, Josef Stalin, por ele mesmo, aparelhando o Estado Soviético. O documento acusava-o de agir de forma tirânica, por meio de uso indiscriminado da violência, execuções, expurgos, processos fraudulentos contra seus adversários políticos e perseguições de Estado, violando as legalidades humanas e revolucionárias. O documento causou grande crise e cismas no movimento comunista mundial, inclusive no contexto brasileiro. Para ver mais, procurar em Ferreira (2002).

¹¹⁵ Cortina de Ferro é uma designação que se dava para a divisão dos países da Europa Ocidental e do leste europeu, durante o período da Guerra Fria (1946-1991), sendo a primeira alinhada economicamente e politicamente ao bloco capitalista, liderado pelos EUA, e a segunda, ao bloco socialista/soviético, liderado pela URSS. A expressão também se apoia como uma metáfora sobre a influência soviética na Europa oriental e o sistema separatista que existia entre a região e a economia capitalista.

Situação da URSS e da China comunista – Produção algodoeira equiparada à do Brasil – Não foi alvo de coação o deputado Newton Carneiro - Os Russos têm pavor à guerra e usam a pompa da paz na lapela – Stalin, homem mau – Declarações dois deputados parlamentares a O JORNAL. (FOLHA DE ITUIUTABA, 21/07/1956)

Tanto o escrito de *O jornal*, quanto a transposição pela *Folha*, tem como teor a tentativa de veicular uma outra visão sobre os países tidos como “comunistas”, uma alternativa ao que era convencional. Ainda, nessa entrevista, o deputado afirma que “O que mais me entusiasmou nesta viagem foi o crescimento da China de Mao Tse Tung. O aumento da produção em determinadas regiões alcançou 700 por cento”. Quanto à Rússia, o entrevistado afirmou que:

Os russos são por demais hospitaleiros ao contrário do que se afirma. Contesto integralmente o que se noticiou em vespertino dessa capital, no qual minhas cartas estariam sendo censuradas e minha liberdade restringida. Andei a vontade pela Rússia, visitei lindos lugares e vi um povo antes de tudo feliz e trabalhador. (FOLHA DE ITUIUTABA, 21/07/1956)

Para o entrevistado, os soviéticos são “pacíficos” e consideram Josef Stalin um “homem mau”, entretanto, “respeitam Lenin”. Outro ponto que chamou atenção do Deputado foi o valor do cruzeiro na Rússia, que, segundo ele, era mais valorizado que o dólar americano (FOLHA DE ITUIUTABA, 21/07/1956). Apesar de a nota ter sido escrita a partir de uma entrevista feita por outro jornal, tal aspecto demonstra uma tentativa de dar outra visão sobre os dois países comunistas para o público leitor da *Folha*.

Em outra nota, com o título carregado de ironia, de “Relações com a URSS: - Um absurdo” (FOLHA DE ITUIUTABA, 22/01/1958), o Jornal falava sobre o reatamento das relações do Brasil com a URSS, afirmando dos “perigos” de se fazer novamente negócios econômicos e diplomáticos com os soviéticos. Usando termos como “parvoíce”, indicando imbecilidade e “insânia”, para loucura e demência em relação ao ser contra acordo, a nota diz que:

Se há uma parvoíce tridimensional, dessas que se aproximam da insânia, é incontida aspiração de muita gente, talvez da maioria dos brasileiros, incluindo estadistas, parlamentares e outras personalidades de prôa em nossa vida pública, de reatamento das relações com a Rússia. (FOLHA DE ITUIUTABA, 22/01/1958)

Também aproveita para criticar a relação do Brasil com os EUA, nesse mesmo sentido sarcástico, afirmando que:

Existe o perigo eminente de recebermos carregamentos de comunismo enlatado de mistura com gasolina, ensacado com trigo, empacotado com material científico, ou disfarçado no interior das almofadas de automóveis,

caminhões e máquinas agrícolas (...). Se não bastassem êstes argumentos, perguntaríamos: e os norte-americanos, tão bonzinhos em suas relações conosco, será que se conformariam com os extremos dessa felonía? (FOLHA DE ITUIUTABA, 22/01/1958)

Dentro, ainda, da discussão sobre as relações do Brasil com os soviéticos, é publicado que “Seriam reatadas as relações com a URSS” (FOLHA DE ITUIUTABA, 12/03/1958), em que se afirma que os grupos desinteressados no desenvolvimento do Brasil são contra os negócios econômicos com os países da Cortina de Ferro, principalmente, no que se refere à exportação de café, afirmado que o Brasil tem 20 milhões de sacas do produto sem mercado, e que os países socialistas estão dispostos a consumir e comprar, assim, afirmado, que temos que “saudar a efusão” que irá reabrir os portos do Brasil para esses países, abandonando a “submissão colonial” que teríamos com os EUA, ao assumir o destino da nação e seguir nossos verdadeiros interesses.

No ano seguinte, dando prosseguimento no assunto, a *Folha* publica uma notícia, em manchete no Jornal, com o título “Brasil afirma acordo comercial com a URSS” (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/12/1959), em que o periódico afirmava a existência de um pacto comercial entre os países, sendo que o impresso dizia que foi bem recebido pelos brasileiros:

Satisfazendo a expectativa geral, a Missão Comercial do Brasil assinou, dia 9 corrente, o pacto que estabeleceu o intercâmbio comercial do Brasil com a URSS. Este documento que foi recebido com entusiasmo pelo povo brasileiro, é o primeiro dessa natureza assinado desde o ano de 1947. (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/12/1959)

Ao final da nota, o Jornal traz sua posição em um subtítulo do escrito “Justificando nosso ponto de vista”, no qual afirmam sempre terem sido a favor do comércio com os países comunistas, afirmando que sua vontade também era a do “povo brasileiro”:

Conforme nossos leitores se recordam, o nosso jornal sempre se bateu para o estabelecimento do comércio entre nosso país e os demais países da Cortina de Ferro. Não nos era possível calar quando víamos a economia brasileira caminhar celebremente para o caos, prêsa a interesses estranhos e manietada por preconceitos arcaicos.

Por fim, ouvindo a voz do bom senso, a opinião pública brasileira apoiou irrestritamente a ideia e o governo, bem inspirado, tratou de concretizar o reatamento das relações comerciais. (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/12/1959)

Dois anos após, o Jornal traz novamente uma nota sobre a relação entre o Brasil e URSS, dessa vez, na parte da diplomacia com “Brasil e URSS reataram relações diplomáticas”, afirmado que “foi reatada anteontem as relações diplomáticas entre o Brasil e a União soviética, rompidas ainda no governo Dutra”. Segundo o Jornal, mais uma vez, essa era a vontade do povo brasileiro, tendo sido “saudada com efusão pela

maioria dos brasileiros, recebendo apenas a reprovação dos setores direitistas” (FOLHA DE ITUIUTABA, 25/11/1961).

Ainda, nos anos 60, o Jornal trazia “Convênio comercial Brasil x Rússia”, afirmando que poderia “ser assinado um novo convênio comercial de cinco anos entre o Brasil e a Rússia, declarou o sr. Victor Azov, chefe da delegação permanente de Comércio da União Soviética no Brasil” (FOLHA DE ITUIUTABA, 03/04/1963). No mês seguinte, “S. Paulo: URSS faz vultuosa compra de algodão”, dizendo que “pagou 100 pontos acima do preço fixado pela Bolsa de Nova Iorque”, e que os russos compraram nosso algodão por um preço maior que a bolsa nova iorquina. Ao fim o Jornal termina chamando de “gorilada” os que se negaram em fazer comércio com os russos: “E lembrar que a gorilada negou e continua negando qualquer vantagem em comerciar com os russos...” (FOLHA DE ITUIUTABA, 15/05/1963).

A *Folha* se posicionava em favor de um comércio direto com os países da Cortina de Ferro, em especial, com a URSS, apontando sempre que essa sua vontade também era um querer popular, do “povo brasileiro”. Importante de notarmos é que o Jornal não defendia particularmente um posicionamento em favor dos soviéticos na condição de política, porém, defendia sempre uma política contra a influência e a dominação exercida pelos norte-americanos no Brasil, sendo o comércio com os países tidos como comunistas uma alternativa. Os jornalistas viam na política de influência e dominação dos EUA, o “imperialismo”¹¹⁶, como um grande problema que precisava ser expurgado de alguma maneira, e, para eles, a solução seria o nacionalismo.

No ano seguinte, o Jornal publicava a nota “EUA retiram foguetes da Itália e Turquia” (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/02/1963), trazendo sobre o embate bélico entre as duas principais potências mundiais da época. Afirmando que, após a crise dos mísseis em Cuba no ano anterior¹¹⁷, os EUA retiraram seus foguetes dos dois países, que eram a

¹¹⁶ Wood (2004), ao estudar a relação do “Imperialismo dos EUA”, afirma que o país é o primeiro estado nacional a impor sua dominação por meios econômicos, além dos meios dos outros impérios anteriores que o faziam via domínio jurídico, militar e político. Sendo um de seus principais pilares a influência sobre seus aliados, os EUA usam de seu maciço poder para dirigir a economia mundial, que é amparada por uma ameaçadora superioridade militar. Contudo, a autora afirma que os EUA não construíram seu poder militar simplesmente para embates das grandes guerras, ou para conter a URSS durante a Guerra Fria, ao longo de todo o século XX, mas também para alcançar superioridade frente a outros estados-nações, manter a ordem social e criar condições para acúmulo de capital.

¹¹⁷ O evento histórico, conhecido como Crise dos mísseis cubanos, é considerado um dos momentos mais tensos dentro da Guerra Fria, em que os EUA e a URSS ficaram à beira de deflagarem um conflito nuclear. Após 13 dias de tensão, a crise teve seu fim em 28 de outubro de 1962. Os EUA instalaram cerca de 30 mísseis na Turquia e na Itália, direcionados à URSS. Enquanto URSS instalou cerca de 42 mísseis em Cuba. A resposta norte-americana foi um bloqueio naval à ilha caribenha, contra o envio de mais armamentos.

base de seu sistema ofensivo norte-americano no mediterrâneo. No escrito, sobre o conflito, o Jornal enuncia:

Como se sabe, na crise das Caraíbas, quando o mundo andou à beira de um conflito atômico de proporções imprevisíveis. EUA e URSS chegaram a um acordo para liquidar a tensão existente mediante a retirada de Cuba, pela URSS, de seus mísseis e aviões "T12, procedendo os EUA da mesma forma com relação aos foguetes que mantinha em território italiano e turco. (FOLHA DE ITUITABA, 06/02/1963)

Uma crítica que encontramos no Jornal em relação à União Soviética é sobre controle cultural e religioso, em um escrito na *Coluna Católica*, sob o título “O povo Russo acredita ainda em Deus” (FOLHA DE ITUIUTABA, 12/02/1958), afirmando que, apesar do governo soviético ter abolido as religiões, e ter dado um tom ateu oficializado ao Estado, o cristianismo sobrevive dentro do “sentimento cristão”. A ideia da escrita foi baseada em outra, publicada dentro do semanário do *Vaticano*, como aponta na nota.

Sempre que trazia escritos sobre os EUA, a *Folha*, geralmente, abordava a sua relação de exploração com o Brasil e fazia críticas às políticas de domínio e controle por parte dos norte-americanos, tanto na exploração estrangeira de riquezas nacionais, como também por um viés de controle por meios econômico, acreditando que essas relações de alinhamento com o bloco capitalista aumentariam a subserviência durante esse período de Guerra Fria. As críticas às políticas de influência dos EUA sobre o Brasil permeavam as páginas do Jornal tijucano, e era comum, na época, um sentimento anti norte-americano, construído pelo movimento nacionalista, o que discutiremos adiante.

Quanto à URSS, muitas vezes, o Jornal trazia, por notas escritas e entrevistas, e também publicadas em outros jornais, tentando mostrar outra visão sobre, e apontando que desconhecíamos a realidade soviética (e chinesa, às vezes), que tínhamos uma visão deturpada do que realmente acontecia por lá (no olhar dos jornalistas). Quanto à economia, a *Folha* nos apontava que era um bom caminho se tivéssemos relações com os países da Cortina de Ferro, no sentido de preços e de quebra do domínio econômico dos EUA. O Jornal não elogiava, concretamente, as ações dos soviéticos, mas também não trazia críticas às políticas dos países comunistas, nem contra a influência soviética, vendo o país como um possível amigo de negócios e uma alternativa contra o domínio norte-americano. As críticas se baseavam mais propriamente na relação do Brasil com os EUA do que de apoio à URSS.

Segundo Hobsbawm (1995, p.226), no período, durante a crise dos mísseis, a principal preocupação dos dois lados era impedir que gestos belicosos fossem interpretados como medidas efetivas para a guerra.

Segundo Reichel (2004), nos anos iniciais da Guerra Fria (1947-1955), os jornais de grande imprensa identificavam o comunismo como o principal inimigo, que deveria ser combatido pelas sociedades ocidentais. Assim, com discursos demonizantes, as notícias publicadas nos jornais de circulação nacional contribuíam para que a influência comunista se tornasse objeto de conflitos sociais e políticos. Os jornais foram fundamentais em uma concepção negativa em relação ao comunismo no imaginário coletivo. Assim:

Os jornais divulgavam representações que reforçavam os valores sociais dos setores dominantes e o medo dos inimigos reais ou imaginários da ordem vigente. Contribuíam, frequentemente, para produzir a realidade objetiva, promovendo comportamentos e visões de mundo que reproduziam as representações que descreviam. Concebida dessa forma, a imprensa mostrou fatos a partir de uma versão, permitindo, assim, verificar como a guerra fria e a luta ideológica que ela pressupunha foram dadas a perceber ou foram concebidas por grupos da sociedade. (REICHEL, 2004, p.194)

A *Folha* se apresentava fora desses padrões entoados pela grande imprensa, descritos por Reichel (2004), tentando demonstrar uma alternativa de realidade da URSS, de um modo distinto do que era comum nesses jornais. Mas, pelos problemas que tiveram em 1954, a *Folha* se distanciava de um discurso favorável, elogioso e corrente dos soviéticos, apresentando as notas sobre a URSS de maneira tímida.

3.2 – “O exemplo de Cuba”: Representações da Revolução Cubana na *Folha*

Outro ponto que chama nossa atenção, nas páginas da *Folha de Ituiutaba*, é a forma como tratavam Cuba, e como foi visto com entusiasmo o processo revolucionário que aconteceu dentro na ilha caribenha em 1 de janeiro de 1959.

Nos fins da primeira década 1950, um movimento relativamente pequeno, atípico e bem-sucedido, colocou a estratégia de guerrilha rural como umas das principais notícias mundiais do momento: a Revolução liderada por Fidel Castro tomou a ilha caribenha de Cuba, o maior Estado insular das Caraíbas, no primeiro dia do ano de 1959, e, depois de vários avanços dos guerrilheiros, o então ditador cubano, Fulgêncio Batista, fugiu da ilha que foi ocupada pelos revolucionários. Os rebeldes latino-americanos, inevitavelmente, se viram recorrendo à retórica de seus libertadores históricos, e também à tradição anti-imperialista e social-revolucionária das esquerdas. Em março do ano seguinte, os Estados Unidos já haviam decidido tratar Cuba como um país comunista, e a CIA (Agência Central de Inteligência) foi autorizada a providenciar a derrubada de Fidel do poder. Em 1962, pressionado pelo embargo político e econômico norte-americano, e por atentados

falhos de retomada da Ilha, Cuba se alia formalmente ao bloco soviético. Devemos entender a Revolução Cubana, não apenas como o evento que tomou o país no primeiro dia de 1959, e sim como um processo contínuo de luta política e a econômica, em conjunto da construção da identidade nacional do povo da ilha caribenha (GOTT, 2006).

Dentro desse contexto, os EUA aumentaram sua atenção para possíveis revoluções, em outros países da América Latina, dentro da lógica da bipolarização ideológica que vivenciava o mundo. Os Estados Unidos buscavam apoio entre os elementos mais conservadores do Terceiro Mundo, amparando uma onda de regimes militares, de posicionamento de direita, que inundou a América do Sul a partir da década de 1960. Esse modelo de golpe de Estado começou com a tomada do poder no Brasil, em 1964, em que as Forças Armadas, junto a setores das elites econômicas, agiram antidemocraticamente contra “os herdeiros do grande líder populista brasileiro Getúlio Vargas (1883-1954), que se deslocavam para a esquerda no início da década de 1960 e ofereciam democratização, reforma agrária e ceticismo em relação à política americana” (HOBSBAWM, 1995, p. 429). Esse modelo golpista ainda se expandiu em outros países do continente, cada um com sua especificidade, como na Argentina, no Chile, no Uruguai, entre outros.

Quando se tratava de Cuba, o assunto foi recorrente nas páginas do Jornal, e estava, majoritariamente, na primeira página, mas também poderia estar entre a segunda ou a quarta, nas publicações do impresso tijucano, inclusive, em artigos, escritos opinativos e de colunistas, para além das notícias jornalísticas. Mas, de fato, o país de Cuba, como tema, começou a aparecer nas páginas do Jornal após a tomada da ilha pelo grupo liderado por Fidel Castro.

Logo, em uma das primeiras edições do ano de 1959, poucos dias após a revolução na ilha, saiu, no Jornal, sob o título de “O exemplo de Cuba” (FOLHA DE ITUIUTABA, 10/01/1959), um escrito do colunista Tomaz de Aquino Petraglia, dizendo que a revolução significava que os países “subdesenvolvidos, oprimidos pelas finanças internacionais, emperrados em seu desenvolvimento econômico por fôrças estranhas compreendem no momento sua capacidade de mudança”. Com o título de “exemplo”, sendo usado no sentido positivo, o autor elegia a Revolução Cubana como uma vitória do povo cubano contra o imperialismo, dando um caráter nacionalista ao movimento, em que, para Petraglia, “Cuba é grande exemplo de nacionalismo latino-americano, que nos empolga, que busca uma ordem social e política progressista, mais justa e mais humana” (FOLHA DE ITUIUTABA, 10/01/1959).

O autor do escrito atribui um caráter nacionalista à revolução cubana, elevando-o como libertador de um sistema de exploração por parte dos EUA. Os demais escritos sobre Cuba seguem esse padrão, pois, ao afirmar o caráter nacionalista da revolução e das mudanças na ilha, o Jornal também reafirmava sua posição política para as mudanças no Brasil, em que ansiavam: a ruptura com as políticas “imperialistas” norte-americanas, sendo esses eleitos como o inimigo externo, e com o *status quo* da dominação interna brasileira, representado, muitas vezes, pelo latifúndio e por um sistema agrário arcaico. Também ansiavam por estatizações e autoexploração de riquezas nacionais, além de se fechar para o capital estrangeiro.

No ano seguinte, o Jornal publica a nota “Cuba e a OPA e ‘otras cositas’” (FOLHA DE ITUIUTABA, 16/07/1960), afirmando que a relação do país caribenho com os EUA tem piorado com as decisões de Fidel, dentre elas, o início da reforma agrária, eliminação do analfabetismo, nacionalização dos bancos, desapropriações de grandes propriedades privadas, estatizações e encampações, entre outros, medidas essas que, segundo o Jornal, beneficiaram o povo cubano. O escrito ainda chama Fulgêncio Batista de “ditador”, e que as empresas norte-americanas “exploravam o povo cubano”:

A situação entre os Estados Unidos e Cuba, tensa desde a derrubada do ditador Batista, agravou-se bastante nos últimos dias, como piora sempre que o governo revolucionário de Fidel Castro adota qualquer medida que beneficiando seu país, não atende, contudo, aos interesses das empresas norte-americanas que exploram o povo cubano. (FOLHA DE ITUIUTABA, 16/07/1960)

O Jornal segue afirmado que a retaliação norte-americana veio na forma de embargo econômico e comercial, na exportação de açúcar, principal produto da ilha, tentando forçar a abdicação da liberdade econômica dos cubanos, sem contar que as ameaças de invasão da ilha são eminentes por parte dos EE.UU. O impresso tijucano afirmava ainda que a grande mídia esconde o conflito que ocorre entre os países, mas a opinião pública dos latino-americanos apoia a ilha caribenha de Fidel:

Fora de dúvida, todavia, em que se pese a influência da grande imprensa e das poderosas emissoras de rádio e televisão, é que a opinião pública de toda a América Latina não esconde sua simpatia por Fidel Castro, hoje um líder de dimensão continental, em cujo sucessos, emancipando a economia cubana, depositamos a mais fundadas esperanças de desenvolvimento harmônico é de felicidade de todas as nações situadas abaixo do Rio Grande¹¹⁸ (FOLHA DE ITUIUTABA, 16/07/1960)

¹¹⁸ O “Rio Grande” a que o Jornal se refere é, um rio norte-americano que percorre a Fronteira entre o EUA e México, desaguando frente ao mar do Caribe.

Importante notarmos como o Jornal via que a população latino-americana tinha “simpatia por Fidel Castro” e pela revolução cubana de 1959. Nessa parte final do escrito, acima citada, além de tecer elogios ao líder revolucionário, o Jornal vê a revolução cubana como “esperança” de “emancipação” contra a exploração norte-americana.

Ao início do ano seguinte, é publicado os artigos “Estados Unidos, Cuba e nós” e “Cuba: 200 mil pessoas em armas”, ambos na mesma edição (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/01/1961). O primeiro texto discorre sobre o agravamento da situação da ilha e uma possível invasão norte-americana, chamando os EUA de intolerantes com as reformas políticas e econômicas vindas da revolução castrista. Ao final o Jornal traz um trecho transscrito do jornal carioca *Última Hora*, nela se repete o tom elogioso a Fidel Castro, ao povo cubano, e, por fim, compara a exploração da ilha pré-revolução com a condição brasileira:

É a propósito dessa grave conjuntura, que ameaça envolver todo o planeta em uma guerra que julgamos oportuna a transcrição de trecho de artigo de Dorian Jorge Freire, publicado no “Última Hora”, de 5 do corrente. Sob o título em epígrafe, tece abalizado jornalista os seguintes comentários:

'Os Estados Unidos perderam a esportiva. O 'far play', o senso de humor. Não quisera entender que um dia é da caça e o outro do caçador. Que as piores opressões, também terminam e que o povo, no fim, alcança sempre a vitória. Por anos negros e longos transformaram Cuba no maior e mais excêntrico bordel para seus "trust-men" e fuzileiros navais. Apoiados na boçalidade corrupta de um sargentão, usaram Cuba para as piores coisas. Mas da podridão nasceu a revolta e na crista desta, a figura generosa e ativa de Fidel Castro. Cuba encontrou o seu destino. Encontrou-se. Tôdas as táticas foram utilizadas para quebrar o movimento redentor: apelos, promessas, corrupção, boicote econômico, ameaças. O cubano fidelista, porém, é duro na queda. Resistiu só como só os bravos resistem. A decisão de não permitir uma nova Guatemala, está no coração de um por um dos cubanos limpos. Desesperados, os "States" rompem as suas relações com a ilha heroica. Golias sua, treme, e chora, e esperneia, diante de um David abusado. O povo brasileiro, como de resto os povos livres de todo mundo, está com o povo cubano. Somos irmãos de uma mesma causa, sócios numa mesma luta' (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/01/1961)

A segunda nota, que se encontra ao lado da supracitada, dividida apenas por um fio horizontal, descreve sobre uma invasão norte-americana como tentativa de retomada de Cuba. A seguir, o Jornal, novamente, dá um tom de heroísmo ao povo da ilha, no intuito de demonstrar adesão popular à causa, e de defender a revolução castrista:

Aguardando a anunciada invasão partida da Flórida, nos Estados Unidos, o Exército cubano, bem assim as milícias populares, totalizando aproximadamente 200.000 pessoas, entre homens e mulheres, velhos e jovens, encontram-se de armas na mão desde o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países. Segundo o noticiário da rádio, a capital cubana apresenta aspecto impressionante, com ninhos de metralhadoras espalhados em quase todo o prédio e com os embasamentos de artilharia espalhados por todos os pontos estratégicos. (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/01/1961)

Ainda, no mesmo mês, sai no Jornal “Amigos, amigos... negócios à parte” (FOLHA DE ITUIUTABA, 14/01/1961), essa trazendo uma crítica de um artigo do economista Garibaldi Dantas, publicado em *O Jornal*, em edição de 28 de dezembro do ano anterior. O escrito da *Folha* examina a situação do mercado mundial de açúcar, chegando à questão da quota de açúcar cubano, e a posição dos EUA em sufocar economicamente a ilha caribenha por meio de embargo, com a ideia de que:

Desejando esmagar pela fome o regime de Fidel Castro, os americanos cancelaram a importação de Cuba, forçando os revolucionários a ir buscar novos mercados na Cortina de Ferro. E foi aquela corrida louca dos demais países produtores, para ganhar o quinhão maior na substituição de Cuba como exportadora para os Estados Unidos. (FOLHA DE ITUIUTABA, 14/01/1961)

Alguns meses depois, a ilha caribenha voltou às notícias das páginas do Jornal com “Cuba: Fidel Castro domina a situação” (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/04/1961), informando que Fidel controlou uma tentativa de invasão de Cuba por parte de um grupo de mercenários remanescentes de Fulgêncio Batista, que ansiavam retomar a ilha caribenha para depô-lo, no evento que ficou conhecido como Invasão da Baía dos Porcos¹¹⁹. “Acusado de comunista, simplesmente, porque, tendo os Estados Unidos recusado a adquirir seus produtos, entrou em negócios com a União Soviética e com a China o regime castrista [...]. Vemos que nesse momento, a preocupação do jornal, é de realmente afirmar que tanto a revolução, quanto Castro, não tinham como projeto se alinharem aos comunistas, nem a questão soviética, mas que foram praticamente obrigados devido as sansões econômicas impostas pelos EUA (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/04/1961).

Dando seguimento em noticiar sobre a invasão da baía, na edição seguinte, é publicado sobre as “Composição das forças anti-castristas” (FOLHA DE ITUIUTABA, 22/04/1961), informando que a tentativa de tomada da ilha estava amparada pelo governo dos EUA, junto a outros grupos, incluindo uma falange do ditador espanhol Francisco Franco:

Pelos que anunciaram o rádio na manhã de hoje, o grosso das forças anti-castristas operou de base situadas na Guatemala e na península da Flórida. O material utilizado, quase é todo moderníssimo, era de fabricação norte-

¹¹⁹ A invasão da Baía dos Porcos foi uma tentativa frustrada de invasão pelo sul de Cuba de um grupo paramilitar de cubanos exilados anticastristas entre os dias 17 e 19 de abril de 1961. O principal objetivo era derrubar o governo revolucionário de Fidel Castro e retomar a ilha caribenha, iniciando pelo sul da ilha. O grupo foi treinado pela CIA, com o apoio das Forças armadas norte-americanas. A ação que durou dois dias fracassou completamente, com 114 mortos e 1.200 invasores capturados. Pouco tempo depois, o Presidente Norte Americano John F. Kennedy admitiu a participação dos EUA na organização na operação (FARIAS, 2008).

americana, enquanto a composição humana dos derrotados invasores e Cuba incluía remanescentes do exército de Batista, aventureiros de várias nacionalidades, com muito norte-americanos no meio e principalmente elementos da Falange espanhola de Franco. (FOLHA DE ITUIUTABA, 22/04/1961)

No mês seguinte, retomando o tema sobre a invasão à Cuba, a *Folha* publicava um “Importante documento de repulsa à invasão de Cuba: Manifesto apoia Fidel Castro subscrito pela nata da intelectualidade brasileira” (FOLHA DE ITUIUTABA, 13/05/1961), afirmando que, em abril do mesmo ano, vários intelectuais brasileiros assinaram e distribuíram um manifesto repudiando a invasão da ilha, trazendo, no escrito, o nome de vários desses. Assim: “Com data de 20 de abril de 1961, foi distribuído a nação um vigoroso manifesto repudiando a invasão de Cuba por tropas mercenárias a serviços dos trusts”. Se referindo às empresas e cartéis dos EUA, que tinham monopólio e dominação econômica na Cuba pré-revolucionária (FOLHA DE ITUIUTABA, 13/05/1961).

Ainda, no mesmo mês, o Jornal transcreve um “Agradecimento da embaixada de Cuba aos trabalhadores de Ituiutaba” (FOLHA DE ITUIUTABA, 27/05/1961), em que a embaixada cubana, no Brasil, indicada do governo revolucionário, escreve em agradecimento à manifestação de solidariedade, por parte da Associação dos Trabalhadores de Ituiutaba, contra a agressão sofrida pela tentativa de invasão da ilha caribenha, se referindo à tentativa de invasão na Baía dos Porcos. O texto de agradecimento foi publicado integralmente em linha espanhola, nas páginas do periódico tijucano, tentando demonstrar uma aproximação entre a luta dos trabalhadores da região com as causas Cubanias, e, por consequência, de libertação dos países latino-americanos.

Nessa mesma edição, o Jornal publica “A luta de Cuba”, novamente, pela coluna do colaborador Tomaz de Aquino Petraglia (FOLHA DE ITUIUTABA, 27/05/1961), em um artigo grande, ocupando metade da página. Nele o advogado tijucano discorre sobre a tentativa de invasão da ilha por grupos paramilitares, apontando os EUA como o país que alimentou a revolta contra o governo revolucionário. O texto ainda contém as ideias de que a luta de Cuba é uma luta contra a dominação dos EUA:

A invasão de Cuba, feita recentemente pelos mercenários e latifundistas cubanos exilados, veio demonstrar que estamos certos ao dizer que os Estados Unidos são um país dirigido e dominado pela plutocracia mais reacionária e perversa.

Esta o que ambicionada não pode ser e não é a democracia, a liberdade, a convivência pacífica, mas, pelo contrário, a ditadura, a guerra, o triunfo da iniqüidade.

(...)

O engraçado é que essas fôrças totalitárias vêm colocar-nos um dilema: democracia ou comunismo.

Os que estabelecem êste dilema, por absurdo que pareça, dizem-se democratas, e de casa pregação democrática por parte dêles só podemos sair como naquela Mrs. Homewart de um romance de Sinclair Lewis deixava que saíssem aquêles a quem pregava: inteiramente convencidos de que a democracia, na qual, até antes da pregação democrática acreditávamos, não é senão uma coisa desumana terrível, da qual só podemos nos afastar.

Por outro lado, aqueles que não acreditam no comunismo e vêem nele um monstro bíblico, basta ouvirem a pregação anticomunista dos kennedys e dos lacerdas para se convencerem de que o comunismo não é tão ruim assim, sendo mesmo um bem. (FOLHA DE ITUIUTABA, 27/05/1961)

No final da coluna, Petraglia questiona a “democracia” dos norte-americanos, chamando de “coisa desumana e terrível”, em vista da uma imposição de valores políticos e econômicos do país frente aos demais, e, por outro lado, também, pondo a questão do combate ao comunismo vindo dos EUA, expressado pelos “kennedys”, em referência ao então presidente do país, e, também, aos anticomunistas brasileiros, representados pelo nome de “lacerdas”, em referência ao líder udenista brasileiro Carlos Lacerda, no momento, governador do estado da Guanabara.

Ainda, nos idos de 1961, o Jornal trouxe que ““Che’ Guevara não é comunista” (FOLHA DE ITUIUTABA, 26/04/1961), sobre uma das figuras mais notórias da revolução Cubana, o médico, guerrilheiro e revolucionário argentino Ernesto “Che” Guevara. A nota afirmava que a mãe do revolucionário, Celia de la Serna de Guevara, estava na cidade do Rio de Janeiro, participando do II Encontro de Mulheres Latino-Americanas e para o impresso *O Jornal*¹²⁰, “(...) declarou à imprensa que seu filho não é e nem nunca foi comunista”. A Folha transpôs parte da entrevista, em que dizia que ela frisou “enfaticamente”:

- *Meu filho “Che” Guevara não é comunista e nunca estêve filiado a qualquer agremiação vermelha. Ele é um socialista avançado que luta contra o imperialismo colonialista dos Estados Unidos. Eu, pessoalmente, também não sou comunista, mas uma mulher socialista que luta pela emancipação dos países latino-americanos.* (FOLHA DE ITUIUTABA, 26/04/1961)

A preocupação desse último trecho, a todo custo, é tentar distanciar a imagem do revolucionário (e, por consequência, da revolução cubana), do comunismo. Ser comunista era algo mal visto socialmente, e o Jornal fazia questão de distanciar a revolução cubana

¹²⁰ O periódico *O Jornal* era um impresso carioca que, nesse momento, fazia parte do grupo de imprensa *Diário Associados*, pertencentes ao empresário e jornalista Assis Chateaubriand. *O Jornal* foi oposição ao governo Vargas em 1951-1954, se manifestava contra as reformas de Base de João Goulart e foi apoiador do golpe de 1964. O Jornal foi extinto em abril de 1974. Informações retiradas do verbete da FGV (Fundação Getúlio Vargas). Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JORNAL,%20O.pdf> Acesso em 15 de fev. 2020.

do ideário do comunismo, e aproximá-la das ideias nacionalistas que o Jornal seguia, voltando mais a crítica para o “imperialismo” norte-americano, frente à dominação, dando ao evento um exemplo para os outros países latino-americanos.

Ainda, no ano de 1961, o Jornal noticia, em um curto escrito, que havia sido “Che Guevara condecorado por JQ” (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/08/1961), em que o ministro da economia do país caribenho foi condecorado pelo então Presidente da República do Brasil, Jânio Quadros, com a Gran Ordem do Cruzeiro do Sul, até então, a maior comenda brasileira. Na nota o Jornal chama o ministro da ilha de “herói de Sierra Maestra”. Na íntegra:

O Ministro da Economia de Cuba, o médico argentino, Ernesto “Che” Guevara, mestre universalmente famoso na técnica de guerrilhas, chegou em Brasília ontem às 23 horas, procedente de Buenos Aires, mantendo hoje pela manhã conferência de 30 minutos com o presidente Jânio Quadros. Na oportunidade o Chefe de Governo conferiu ao herói de Sierra Maestra a Grã Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, que é nossa mais alta comenda. “Che” Guevara, que esteve em Punta del Este chefiando a delegação cubana à conferência econômica realizada no Uruguai, regressou hoje a Havana. (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/08/1961)

Ainda, nessa mesma edição, a *Folha de Ituiutaba* faz uma chamada de evento com “Hoje na Câmara: Palestra do dep. Hernani Maia sobre a Revolução Cubana”, em que o deputado estadual petebista, “uma das vozes mais combativas da Assembléia Legislativa de Minas”, em viagem à região, iria proferir uma palestra sobre a revolução e a guerrilha de Fidel Castro e a “realidade cubana” (FOLHA DE ITUIUTABA, 13/05/1961).

Em 1962, a ilha caribenha voltava a ser assunto no periódico tijucano, sendo os principais holofotes voltados para a Conferência de Punta del Este¹²¹. O enfoque se deu primeiramente em “Castro, Cuba e os crocodilos” (FOLHA DE ITUIUTABA, 17/01/1962). Esse editorial visava criticar um outro publicado no jornal *Correio da*

¹²¹ A Conferência de Punta del Este, ocorrida no Uruguai, no final de janeiro de 1962, foi um encontro de Ministros das Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos (OEA). A conferência se focava em discutir o contexto político de Cuba, no qual o líder Fidel Castro havia declarado a adesão ao marxismo-leninismo. O encontro teve por finalidade discutir os impactos e efeitos da Revolução Cubana no hemisfério, sendo que os resultados da conferência foram a declaração da incompatibilidade do comunismo com os princípios americanos, a suspensão de Cuba da Junta Interamericana de Defesa (JID) e da OEA, sendo que essa última não contou com votos favoráveis de parte dos Estados Latino-Americanos. A posição do Brasil, segundo Franchini (2005), foi “A delegação, liderada por Francisco Clementino de San Tiago Dantas, opôs-se às sanções contra Cuba e, junto com Argentina, México, Chile, Bolívia e Equador, absteve-se da resolução que suspendia o governo cubano da OEA” e que “San Tiago Dantas tornou-se uma das principais figuras da reunião, defendendo firmemente a inoperância e ilegalidade de sanções, cujo resultado (na visão de San Tiago), seria a consolidação da influência soviética”(FRANCHINI, 2005, p.2). Entretanto, se o ministro das relações exteriores, San Tiago Dantas, se posicionou contrário à expulsão da ilha governada por Fidel da OEA, por quais motivos o Brasil se absteve da resolução ao invés de votar contra? Segundo Franchini (2005, p. 21), a política externa brasileira, exposta perante a propostas de Punta del Este, foi a de se afastar do conflito ideológico com vistas a se abrir espaço para o desenvolvimento.

Manhã, de circulação nacional. Na descrição o Jornal carioca é visto como “tradicionalmente conservador, que em sua longa vida, jamais manifestou a menor hostilidade para a politizar exterior dos Estados Unidos”. Segundo a *Folha*, o editorial do Jornal carioca afirma que “articulistas, sob a influência visível de grupos de pressão, estão procurando exacerbar a opinião pública às vésperas da Reunião de Punta del Este”. O impresso tijucano rebate a ideia:

É muito interessante o editorial do “*Correio da Manhã*”, exatamente pela insuspeição ideológica de que se reveste.
Ela impõe que seja tecida algumas considerações sobre a posição da maioria dos demais órgãos de imprensa do País. Eles andam cheios: “Cuba é perigoso para o mundo livre”, “denunciam os Estados Unidos”, ou “Os Estados Unidos vão conceder a Fidel 30 dias do prazo para romper com os países comunistas” etc. e tal. E nossa imprensa trustificada bate palmas, que afinal segundo seus donos, que jamais passaram de cavalos de aluguel dos ianques, é preciso empreender a cruzada santa contra Fidel e o povo cubano. (FOLHA DE ITUIUTABA, 17/01/1962)

Apesar de transpor e citar muitos outros jornais de grande imprensa, a *Folha* se via como uma imprensa alternativa frente essas, sendo que se mostrava combativa em relação à defesa de Cuba e da revolução, trazendo, em escritos, como o último, seu posicionamento frente ao dos grandes jornais, sendo que via esses como “cavalos de aluguel dos ianques”.

Ainda, no início de 1962, é publicado “Posição do Brasil em Punta Del Este: contra a agressão econômica ou militar à Cuba!” (FOLHA DE ITUIUTABA, 17/01/1962), na qual, em conferência no Uruguai, o ministro das relações exteriores do governo João Goulart, San Thiago Dantas, afirmou que não apoiará qualquer ato contra Cuba, seja militar ou econômico. Segundo o Jornal, o evento se deu como uma maneira dos EUA pedir apoio aos demais países americanos, e “justificar seus planos agressivos contra o povo cubano”, entretanto, segundo a nota, os EUA não contavam com a resistência de países como o Brasil, afirmando que, logo, haveria uma nova invasão à ilha caribenha. O impresso apoiou a posição do ministro, afirmando que:

Definido publicamente a posição do Brasil na próxima conferência dos chanceleres americanos em Punta del Este, no Uruguai, o ministro San Thiago Dantas frisou que o nosso País vencerá qualquer resolução propondo uma agressão contra Cuba, seja ela militar ou econômica.
A conferência de Punta del Este, como se sabe, embora convocada pela Colômbia, constitui uma tentativa dos Estados Unidos de conseguir cobertura das nações latino-americanas para justificar seus planos agressivos contra o povo cubano. (FOLHA DE ITUIUTABA, 17/01/1962)

Em seguida, depois de dez dias de discussões da OEA, o Jornal, em outra edição, publica “Cuba expulsa da OEA” (FOLHA DE ITUIUTABA, 31/01/1962), afirmando que, após o Congresso em Punta del Este, no Uruguai, os EUA conseguiram expulsar Cuba da OEA, sendo votos, 14 favoráveis, um contra (da própria Cuba) e 7 abstenções, dentre esses último, o Brasil. A nota afirma que a saída de cuba da OEA não foi significativa, pois, segundo o Jornal, a organização é um órgão tradicionalmente submisso aos interesses norte-americanos. O Jornal ainda afirmou estar orgulhoso do posicionamento do Brasil em face da abstenção na expulsão da organização. Importante pensarmos que a Conferência de Punta del Este marcou como o momento derradeiro que levou ao alinhamento da ilha caribenha com o Bloco Soviético¹²².

Necessário, também, prestamos atenção ao fato de que muitas das notas sobre Cuba e a revolução eram escritas pelo advogado Tomaz de Aquino Petraglia, que, nesses artigos, saía em defesa do papel de nacionalizar as riquezas do Brasil, usando a Revolução Cubana como um exemplo e trazendo sempre uma comparação entre a situação dos dois países.

Petraglia volta a falar sobre a ilha caribenha em 1963, em sua coluna com “Compreendamos Cuba!”. Ali o advogado inicia afirmando que “Cuba! Fidel Castro! Ah! Tema proibido de ser discutido”, explicando que Cuba foi “a que nacionalizou os trustes, a que libertou os camponeses, a que se libertou dos Estados Unidos, a que nasceu em 1959”, e ainda afirma que “passou a sofrer uma campanha tremenda logo que começou a realizar suas reformas de base” (FOLHA DE ITUIUTABA, 23/02/1963).

No mês seguinte, em uma pequena nota, sob o título de “Sérgio, Cuba e Lacerda” (FOLHA DE ITUIUTABA, 30/03/1963), o Jornal afirmava que o deputado federal Sérgio Magalhães (PTB) estava liderando um “Congresso de Solidariedade a Cuba”, na Guanabara, onde o governador do Estado, Carlos Lacerda, proibiu o evento, afirmando que governador da Guanabara tem atitudes típicas “fascistas” para “agradar os norte-americanos”. Na nota:

¹²² Martins (2015), ao analisar a Revolução Cubana, em jornais de grande imprensa, em específico, no *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, o primeiro carioca, e o segundo paulista, afirma que havia em comum, nos dois jornais, uma forte rejeição às intervenções militares norte-americanas contra Cuba, porém, os dois jornais divergem na maioria das ideias. Enquanto o periódico paulista rejeitou o papel do Brasil na conferência no Uruguai, o Jornal produzido no Rio de Janeiro assumia a defesa, demonstrando, assim, um embate de ideias políticas divergentes também nas grandes mídias. Apesar de, no futuro, os dois criticarem o sistema implantado em Cuba, o *Estado de S. Paulo* defendia um alinhamento com os EUA, enquanto o *Jornal do Brasil* sustentava a posição em defesa de princípios básicos, que norteava a Política Externa Independente.

O dep. Sérgio Magalhães, membro proeminente da Frente Parlamentar Nacionalista, está liderando um movimento para que o Congresso da Solidariedade seja efetuado na Guanabara, como fôra programado anteriormente. Como se sabe, o sr. Carlos de Lacerda, numa atitude típica de seu temperamento fascista, pretendendo naturalmente agradar mais ainda os norte-americanas, proibiu a realização do Congresso na AIB, ameaçando céus e terras com sua polícia. Sérgio Magalhães, que foi adversário de Lacerda nas eleições para governador, perdendo por uma diferença mínima, contudo frisou em declaração à imprensa, focalizando a questão: ‘O governo da União precisa intervir na Guanabara, pois não é mais possível a existência de dois presidentes da República, um em Brasília e outro no Rio, no caso o Sr. Carlos de Lacerda’. Salientando que o ato do governador é contrário a Constituição que garante o direito de reunião, acrescentou:

‘Além do mais, é necessário dar fim à cadeia de crimes contra a população da Guanabara, que vem sendo levada a efeito pelo nazista Carlos Lacerda, acobertador do escândalo da sucata, do jôgo do bicho do cel. Ar dovino e do mata-mendigos Cecil Borer, entre outras monstruosidades praticadas’ (FOLHA DE ITUIUTABA, 30/03/1962)

Ao que tudo indica, o Congresso ocorreu e foi noticiado em “Mineiros no Congresso pro-Cuba” (FOLHA DE ITUIUTABA, 03/04/1963), que afirmava que um “congresso continental de Apôio a Cuba” se realizou em Niterói e em São Paulo, e que contou com diversos políticos mineiros.

Petraglia foi um dos principais columnistas do Jornal, em relação à situação cubana, durante e pós a revolução na ilha caribenha. Como quem acompanhava os eventos e as mudanças durante o período, trazia essas nos seus escritos e opinava sobre nas páginas da *Folha de Ituiutaba*. Dando seguimento no encontro em favor de Cuba, outro artigo intitulado “Congresso pró-cuba”, o advogado tijucano discorre sobre o Congresso Continental de Solidariedade à Cuba e a tentativa do Governo da Guanabara¹²³ de impedir o acontecimento do evento, afirmando que: “Não pode ser esquecido, por exemplo, o ato do governador da Guanabara, que proibiu a realização, naquele Estado, do referido congresso, sob o pretexto de que tal reunião era de comunistas”. O autor segue atestando ser favorável às causas do país caribenho, chamando a revolução de 1959 de “experiência libertadora”, enquanto afirma que a relação dos EUA, tanto com Cuba quanto com o Brasil, e com toda a América Latina é de opressão. No trecho final:

Cuba se livrou de uma nação poderosa que opprime ao Brasil e demais países da América Latina, motivo por que nos obriga a considerá-la valoroso aliado, a vér em sua experiência libertadora uma ótima lição para a nossa própria experiência, que já tarda, mais virá (FOLHA DE ITUIUTABA, 11/05/1963).

¹²³ Durante esse período, o governador do estado da Guanabara era Carlos Lacerda (UDN), ocupando o cargo durante os anos de 1960 até 1965. Veremos, mais à frente, qual era o tratamento que o Jornal dava ao líder udenista.

Já, em seus últimos momentos de circulação, em 1964, há um texto na *Folha* com o título: “Nova agressão à Cuba” (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/02/1964), assinado com o pseudônimo de XXX, afirmava que os EUA estavam investindo em uma nova ação contra a Revolução Cubana, e que, após o encontro dos ministros das relações exteriores em Punta del Este, a “desprestigiada” OEA se tornou definitivamente um instrumento da política de dominação norte-americana, quase dois anos após o evento, e que a CIA continua se empenhando para derrubar o governo de Fidel Castro. O texto termina dizendo que:

Cuba está tranquila. Nem organismos desprestigiados como OAE, nem ditaduras vendem pátrias, nem a agressão imperialista torcerão o caminho da Revolução Cubana: - Cuba não está só, com ela estão todos os povos realmente livres do mundo. (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/02/1964)

Importante apontarmos que, após a conquista da Revolução Cubana, marcada pela tomada da ilha pelo grupo castrista, em 1º de janeiro de 1959, ocorreram diversos acontecimentos na ilha, que repercutiram internacionalmente, para além do evento inaugural da revolução. Podemos apontar, já citadas aqui, a Reforma Agrária decretada pelo governo de Fidel, em maio de 1959, o rompimento de relações diplomáticas e comerciais entre Cuba e Estados Unidos, em janeiro de 1961, a tentativa de invasão da Baía dos Porcos, por dissidentes cubanos apoiados pela CIA, a declaração do caráter socialista da Revolução, em abril de 1961, o episódio da crise dos mísseis, em 1962, a aproximação de Cuba com URSS, logo, em seguida, a expulsão de Cuba da OEA, entre outros. Esses eventos foram acompanhados, noticiados e opinados pelos jornalistas da *Folha*, ao longo de cinco anos (1959-1964). Em todos eles, o Jornal se mostra em favor da ilha de Castro.

Reis (2010) afirma que o movimento revolucionário cubano, em seu primeiro momento, não carregava a fagulha do comunismo, pois, no momento vitorioso sobre o governo de Fulgencio Batista, tratava-se de um movimento nacional-democrático, direcionado contra a ditadura de Batista e o domínio norte-americano imperialista. A adesão ao bloco soviético veio em 1962, – de maneira gradual, - após a tentativa de invasão da Baía dos Porcos, e, também, devido ao isolamento econômico aprovado na Conferência de Punta Del Este, direcionado pelos Estados Unidos.

Concordamos com Cruz Neto (2016; 2019), que, ao analisar os reflexos sobre a Revolução Cubana, nas páginas de alguns jornais produzidos no Triângulo Mineiro, – abrangendo o recorte temporal de 1959 até 1964 –, aponta que a *Folha de Ituiutaba*, em suas páginas, demonstrava admiração pela revolução e a defendia como um evento

libertador para o país caribenho, a partir do arquétipo nacionalista de triunfo revolucionário, sendo que Aquino Petraglia foi um grande exaltador da Revolução Cubana nas páginas do periódico tijucano.

Desse modo a *Folha* e seus escritores se mantiveram, durante sua trajetória, alinhados ao pensamento nacionalista, defendendo a Revolução Cubana por esse ponto de vista político, elevando o caráter contra a dominação norte-americana da ilha caribenha, como um evento libertador, um exemplo a ser seguido pelos outros países da América latina, de se livrar da dominação econômica dos EUA. Ao mesmo tempo, o Jornal tentava desvincilar a visão comunista da revolução cubana, enquadrando-a dentro da visão próxima da tradição nacionalista brasileira. Se distanciar do comunismo era algo fundamental para o Jornal, principalmente, por questões de sobrevivência, vide o processo de 1954.

3.3 - “Um esclarecimento”: A relação da *Folha* com o comunismo e os comunistas

Ao atentarmos para as edições da *Folha de Ituiutaba* e seus escritos, há algumas poucas que se referem diretamente aos comunistas e ao Partido Comunista do Brasil,¹²⁴ (PCB) – no qual mudaria seu nome, em 1961, para Partido Comunista Brasileiro -, legenda que vivia na clandestinidade desde o início da Quarta República. O partido tornou-se uma força política de grande expressão, com o reestabelecimento do regime democrático, em 1945, garantindo a quarta maior votação nas eleições daquele ano, mas teve seu registro cancelado em maio de 1947, e a cassação dos mandatos eletivos vieram em 1948, em meio a um decreto do governo Dutra, e pelo texto da nova Carta Magna que ofereceu base legal para desligamento do registro do PCB. Entretanto, apesar da ilegitimidade formal da legenda, o partido continuou agindo de maneira clandestina, não era incomum os comunistas usarem de outras siglas de partidos de esquerda para concorrerem aos pleitos (SANTANA, 2001)¹²⁵.

¹²⁴ Não confundir com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), esse fundado em 1956, por dissidentes do PCB, vindos da ruptura causada, principalmente, com as denúncias do stalinismo.

¹²⁵ Segundo Santana (2001), o PCB, apesar de viver a maioria de sua trajetória de modo ilegal, foi o partido que mais alcançou longevidade na história do Brasil. Foi fundado em 1922, no *boom* socialista, causado pela Revolução Russa de 1917, e encerrado em 1992, por seus próprios militantes, em seu X Congresso. O partido viveu muitas dificuldades ao longo de seus 70 anos de existência, sendo perseguido e tido como clandestino em alguns momentos, além de crises e cisões internas. Segundo o autor, o registro do partido fora aceito na justiça eleitoral apenas nos anos de 1945 a 1947, e na fase da pós-abertura política, – 1980, – até seu fechamento. Posteriormente, um novo PCB foi registrado em 1996, reivindicando herança do antigo partido do mesmo nome.

Insistimos, novamente, em apontar que a *Folha de Ituiutaba* foi fichada em 1954, e o dono processado com base na Lei de imprensa, por conta da publicação de uma nota do Partido Comunista do Brasil (PCB). Nesse processo o Jornal foi acusado, como vemos nos arquivos DOPS-MG, por ter transposto, de outros jornais, uma publicação de propaganda paga do “Projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil” (APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 068, Pasta 4684-im. 3-4; 7.). Geraldo Sétimo Moreira e Ercílio Domingues foram conduzidos à Delegacia Local para dar esclarecimentos, tidos como reesposáveis pela propaganda do PCB, afirmando que a tal notícia foi paga para ser publicada no Jornal. O processo foi arquivado ainda no mesmo ano¹²⁶.

Posto isso, nas edições seguintes, da publicação em questão, nas páginas do Jornal, são relatados os eventos em “Grave ameaça à liberdade de pensamento”. Ali o Jornal descrevia que Sétimo e Domingues foram conduzidos até a Delegacia Regional de Polícia, no dia 6 e 7 de abril de 1954. Ao prestarem depoimento: “As declarações solicitadas versaram em torno da recente transcrição dessa folha em “Secção livre”, como matéria paga que foi, do Projeto do Programa do Partido Comunista do Brasil”. A nota ainda afirma que eles acreditavam que a denúncia partiu de pessoas do município, propondo que: “Depois, investiguemos a origem da medida. Para muitos trata-se de mistério insondável. Nós, entretanto, temos fundadas razões para crer na origem local do interrogatório policial. Ela partiu dos meios mais obscurantistas da cidade”, terminando o trecho com uma suposição de que a nota que havia sido publicada foi, provavelmente, uma ação de adversários locais do Jornal (FOLHA DE ITUITABA, 10/04/1954).

Nessa mesma edição, em um pequeno editorial, com o título “Um esclarecimento”, o Jornal se dirige à população da cidade, em vista dos boatos pelos acontecimentos. Ao afirmarem distanciamento da causa dos comunistas, citando que outros jornais, inclusive “conservadores”, também publicaram a nota, os jornalistas, ostensivamente, asseguram que o escrito foi de caráter mercadológico, sem nenhum nexo ideológico com o Jornal. Na íntegra:

Visto ter esse jornal ter aceito recentemente, em suas colunas, a transcrição do ‘Projeto do Programa do Partido Comunista do Brasil’, alguns leitores têm-se mostrados impressionados ante nossa atitude, surgindo daí, entre os mais afoitos, comentários desencontrados a respeito da nossa linha de conduta. Para dissipar quaisquer dúvidas e juízos apressados sobre nossa orientação, convém lembrar que se trata de uma simples transcrição de matéria já amplamente divulgada por outros jornais conservadores do País, entre os quais o ‘Diário de

¹²⁶ Infelizmente não conseguimos encontrar a edição, nem nota original publicada sobre a Propaganda do Partido Comunista na *Folha de Ituiutaba*.

São Paulo' de iniciativa e responsabilidade de terceiros, com a qual não nos obrigamos a estar solidários.

Nosso jornal é um órgão apolítico independente e de convicção democrática. E tem sido outra a orientação que lhe vimos imprimindo no seus já doze anos de existência. Como tal, vem emprestando todo o apoio às autoridades constituídas, desde que ajam com justiça e se propugnem realmente pela defesa de nossas instituições democráticas; respeitando o regime, acatando as leis vigentes no País. Bate-se constantemente pela solução dos problemas de reconhecido interesse público afeto aos responsáveis pelos destinos de nossa Pátria, do que prova o nosso próprio arquivo.

Com estes esclarecimentos, queremos ressalvar nossa responsabilidade em relação a publicação acima referida, pela qual não tivemos nenhum interesse, senão uma transação puramente comercial.

A DIREÇÃO. (FOLHA DE ITUIUTABA, 10/04/1954)

Importante pensarmos como a designação de comunista apregoou o Jornal e os jornalistas, vide a nota que, buscando justificar que o “jornal é um órgão apolítico independente e de convicção democrática”, e terminam afirmando que a nota anterior do PCB foi “de transação puramente comercial”. A intencionalidade, nesse momento do jornal, foi de se distanciar politicamente do PCB e da denominação de comunistas que lhes foi posta, se afirmando como um jornal que não era comunista (FOLHA DE ITUIUTABA, 10/04/1954). Os dois escritos dessa edição também foram recortados e registrados na pasta do DOPS, sobre a imprensa tijucana, antes citado (APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 068, Pasta 4684-im. 4-5). Ao longo de 1954, o impresso ainda trouxe várias notas sobre apoio de civis e de instituições, que se mostraram contra os atos que atingiram o Jornal pela publicação¹²⁷.

O documento produzido pela Delegacia Regional de Polícia, e enviado ao DOPS, afirmava que a nota do PCB, na *Folha de Ituiutaba*, “como está claro, a servir de boletim para ampla e vasta propaganda. Desde logo está evidente a má fé por parte de quem é responsável pelo jornal”, creditando o escrito à linha editorial do impresso. O documento ainda solicitava a vinda de dois investigadores para o município a fim de inquirir o Jornal e sua atuação. O processo, que pode ser visto nos arquivos DOPS-MG, incriminava, como responsáveis pela publicação, o dono do Jornal junto ao comunista überlandense Roberto Margonari, quem fez o pedido comercial pela nota no Jornal. O parecer do Juiz foi a

¹²⁷ Dentre esses temos, nas páginas do impresso tijucano: “Novas e vibrantes manifestações de solidariedade a esta fôlha”, vindo do diretor do jornal *Direitos do Homem*, editado no distrito federal no momento (Rio de Janeiro), sobre a perseguição em 1964 (FOLHA DE ITUIUTABA, 05/06/1954); Em “*Folha de Ituiutaba* continua recebendo manifestações de apoio”, afirmava que dois generais do exército enviaram um telegrama em favor do Jornal, e também um advogado local se solidarizou com o Jornal e também repercutiu o ocorrido na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/06/1954); Em “Pleno apoio e irrestrita solidariedade da Câmara Municipal de Ituiutaba a êste jornal”, afirmava que foi: “Aprovada pela unanimidade dos nossos vereadores a Moção n. CM/1/54, repudiando a tentativa de cerceamento da nossa liberdade” (FOLHA DE ITUIUTABA, 26/07/1954).

prescrição da ação criminal e o arquivamento dela (APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 068, Pasta 4684-im. 7-9)¹²⁸.

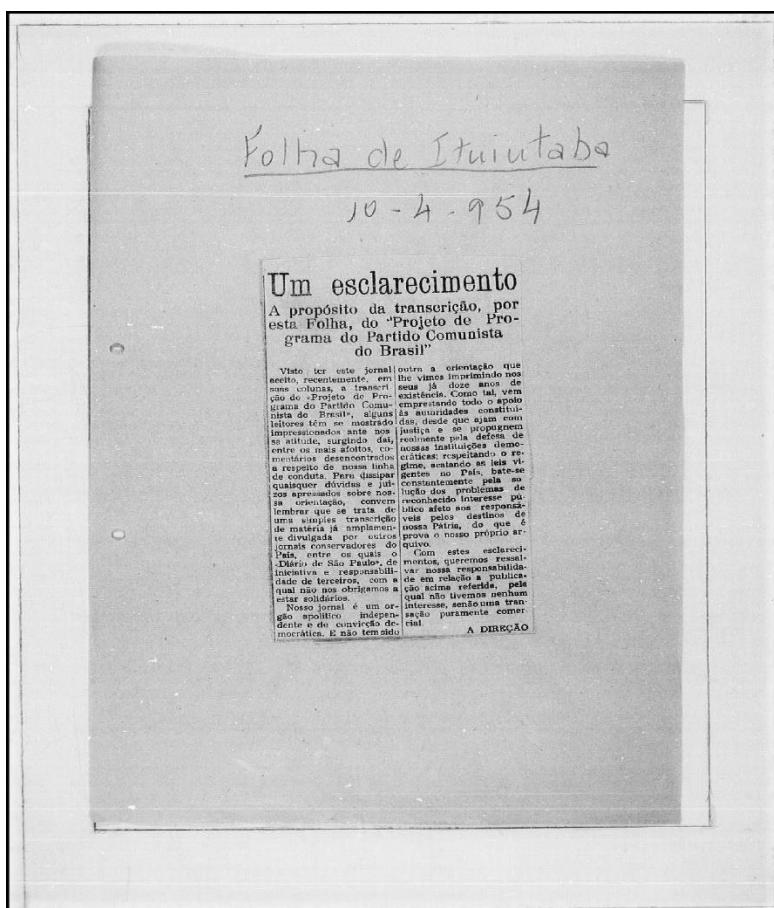


FIGURA 8: Recorte do escrito “Um esclarecimento” da *Folha de Ituiutaba*.
FONTE: APM - Fundo DOPS/MG. Rolo 068. Pasta 4684-im 4

¹²⁸ Nessa mesma pasta do DOPS, há um recorte de um escrito no Jornal “O Diario – Minas”. Nele há uma reportagem escrita de Ituiutaba, pelo tijucano Petrônio Chaves, chamada “Cresce no Vale do Paranaíba a infiltração vermelha” (O Diário – Minas, 22/02/1953), a nota vem com uma ilustração de uma cédula monetária, onde há o desenho da foice e do martelo ao meio, na legenda diz “Cédula emitida pelo PCB para sua campanha financeira, encontrada em poder dos comunistas de Capinópolis”. O escrito dizia que a intensão de “relatar um acontecimento muito significativo na vida pacata do *hinterland*, já agora invadido também pelos asseclas moscovitas”, e que estavam “empenhados na sublevação de trabalhadores rurais, simples e bons cidadãos de ilimitada bôa fé, propícios por sua ingenuidade, acompanhar cegamente os agentes da desordem”. Em seguida o autor traz um trecho de fala do Capitão Raul Gomes, delegado especial de polícia, afirmando que ““Consegui desarticular uma grande infiltração comunista no município de Ituiutaba””, dizendo que o capitão desmontou uma vasta ação de “agitadores extremistas” em todo o Pontal do Triângulo Mineiro, e na região do Vale do Paranaíba, onde se situam as lavouras de arroz, milho e algodão. Ainda afirma que os comunistas “voltaram-se suas vistas para o município de Ituiutaba, notadamente o distrito de Capinópolis” com “maior densidade demográfica e povoado por uma massa de trabalhadores assalariados, emigrados do Nordeste e de outras zonas sem características de fixação, magnífico fermento para agitação dos agentes vermelhos”. O escrito ainda fala sobre ações do PCB em Uberlândia., onde, na Câmara Municipal, foram eleitos “vereadores de Prestes”, sendo um desse Roberto Margonari (APM-Fundo DOPS/MG, Rolo 068, Pasta 4684, pag. 54 -56).

Entre os partidos e os movimentos das esquerdas, se tornou uma tradição terem seus próprios jornais, que eram porta-vozes e representantes de suas orientações políticas. Desse modo, por meio de um veículo de comunicação, o partido ou o movimento expressava sua linha política, veiculava mensagens enaltecedoras, convocava à militância, entre outras atividades, com seus olhares voltados para doutrinação (FERREIRA, 2011; 2013). Não podemos afirmar que o jornal *Folha de Ituiutaba* era um “instrumento do credo vermelho”, como apontavam a polícia política. Apesar do impresso trazer, em alguns raros momentos, reportagens e notas sobre os comunistas, o partido e os dirigentes, não tinham, também, como característica, ser um impresso oficial de algum partido ou movimento político, mesmo sendo seus jornalistas partidários e pertencerem ao movimento nacionalista da época.

A *Folha de Ituiutaba*, em termos de perfil, se diferenciava, especificamente, dos periódicos oficiais de partidos de esquerda (como o dos comunistas), que eram produzidos e circulavam no mesmo período¹²⁹. O Jornal estava mais propriamente preocupado em noticiar e falar sobre e para o regional, em vista de seus leitores, sua circulação, e, na influência que tinha, buscando o lucro por meio de publicidade e das vendas de suas edições.

E apesar do arquivamento do processo de 1954, dez anos após, quando o Jornal foi fechado, com o golpe baseado em um Inquérito Policial Militar (IPM), os militares reativaram a acusação feita nos anos 50, como uma maneira de reafirmar a ação e de denunciar o Jornal. A principal denúncia contra a *Folha* era a de que seus jornalistas eram “comunistas” e “subversivos”, e usavam o Jornal como um instrumento de inflar os movimentos sociais na região. A ficha do Inquérito Policial Militar (IPM) de número 70 (APM-Fundo DOPS/MG, Rolo 001, Pasta 0005) trazia como assunto principal a apuração de “atividades subversivas registradas no município de Ituiutaba”, e foi produzida sobre

¹²⁹ Houve vários jornais dos comunistas que circularam no período de vigor da *Folha*. Segundo Ferreira (2011; 2013) tínhamos o *Tribuna Popular* e o *Classe Operária*, que circulavam a partir de 1945(o segundo teve uma versão anterior ao Estado Novo) – ambos foram fechados com a decretação da ilegalidade do PCB em 1947. Em 1949, surge o *Voz Operária*, sendo acusado pelo Comitê Central, na década de 1950, por adotar uma linha reformista. Em 1956, com as denúncias do stalinismo, *Voz Operaria* e o *Imprensa Popular*, se desdobra em discussões sobre o “Relatório Kruchtev”, com isso os dirigentes fecharam os jornais por meio de força física. Em 1959 surge o *Novos Rumos*, e, por assim, era o porta voz das orientações políticas do PCB. O periódico iniciou suas publicações no primeiro mês do ano de 1959, com sua última edição em março de 1964. O Jornal trazia uma nova linha de orientação política com a denominada “Declaração de Maio de 1959”, – que nada mais era que os “novos rumos” que partido tomou. Com o golpe de 64, o *Novos Rumos* deixou de existir, e, consequentemente, circular. Segundo Ferreira (2011; 2013) esse último Jornal foi um veículo oposicionista ao governo Jango, que exigia a decretação imediata das Reformas de Base e a construção de um governo exclusivamente montado pelas esquerdas.

encomenda para a Delegacia de Vigilância Social (DVS) 046. Após recorrerem, o processo ter seu desfecho em 1966 no STF¹³⁰, onde os jornalistas foram absolvidos. No relatório do promotor de Monte Alegre, ao apresentar a denúncia, afirmava que:

Sobreleva ainda notar-se que a publicação do programa do PCB, numa edição de 1954, Ercílio Domingues foi processado, muito embora também houvesse transscrito tal programa de diversos jornais, inclusive o Diário de S. Paulo [segundo seu depoimento]. E pela lei de imprensa, que resultou em arquivamento. (STF, recurso criminal Nº 1.070, 07/12/1966)

Grupos conservadores viam a revolução comunista como a destruição de suas tradições, costumes e valores, de tal maneira, elegendo os comunistas como agentes de grande risco para a nação. No Brasil, o medo contra o “perigo vermelho” e a “ameaça revolucionária” se tornou central durante quase todo século XX, com alguns momentos mais intensificados, outros de maneira residual. Geralmente, a radicalização do fenômeno anticomunista está ligada ao crescimento do PCB ou das esquerdas. O anticomunismo, na tradição brasileira, se ancora em três matrizes: o liberalismo, o cristianismo e o conservadorismo de direita, identificado como a imagem do “mal” pelas alas conservadoras, que encaravam o comunismo como um destruidor da moral e do *status quo*, e viam a revolução ou reformas políticas como algo que destruiria a família, a propriedade privada, a pátria e a religião (cristã). O anticomunismo foi um dos principais argumentos para se justificar e causar intervenções autoritárias durante o período republicano brasileiro. Nesse sentido, o anticomunismo forneceu o argumento principal para a desestabilização política e perseguição de vários sujeitos, a urgência em combater a “ameaça vermelha” convenceu diversos setores da necessidade de rompimento da normalidade institucional em nome da luta contra um “inimigo maior”. O terror comunista foi insuflado, visando à obtenção de ganhos no plano político (MOTTA, 2002).

O PCB foi fundado em 1922 e ganhou força política expressiva durante a década seguinte, quando ocorreu a aceleração do processo de industrialização e do crescimento urbano brasileiro, principalmente, o aumento de trabalhadores assalariados urbanizados. De inspiração no modelo bolchevique revolucionário russo, em um primeiro momento,

¹³⁰ Esse documento encontra-se aberto para a pesquisa na página virtual do STF. Segundo Barcellar (2010), por meio dos documentos jurídicos, podemos entender não só acerca do seguimento do processo, mas também quais foram às acusações e os motivos descritos pelos denunciadores. Os arquivos do poder judiciário são aqueles que se referem a inventário e testamentos, processos civis, e, nesse caso, a processos crimes. Esses arquivos são fontes abundantes, pois neles podemos encontrar a voz de diversos segmentos sociais; desde os que estão sendo acusados de crimes quanto os de acusadores, e, também, de quem relata. Para encontrar o processo judicial referente à *Folha de Ituiutaba*, basta acessar o site <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfAcervoArquivo>. Acesso em 22 de out. 2019.

os comunistas acreditavam no socialismo como a única forma de libertação do Brasil da miséria e da exploração social, e não viam outra forma de se alcançar esses resultados, se não pela revolução. Posteriormente, com grossos esforços na organização sindical, e, em lutas, visando a melhorias de condições de trabalho, foram tendo uma progressiva identificação com atividades reformistas. Os vínculos internacionais do PCB com o Partido Comunista da URSS e com a Internacional Comunista (IC), entidade fundada em Moscou, em 1919, com objetivos de estimular revoluções pelo mundo, criavam temor nas classes conservadoras brasileiras, que viam ali uma conspiração internacional devotada ao estabelecimento de um “Império Vermelho”. Assim, o temor despertado pelo PCB se devia a dois elementos básicos: era acusado de atentar contra a ordem interna, provocando subversão social, por meio de greves e manifestações, e, por outro lado, era visto por uma suposta conspiração de dominação mundial sediada em Moscou (MOTTA, 2008).

Por ter sido processada nos anos 50, por conta da propaganda do PCB, em suas páginas, a *Folha de Ituiutaba* trouxe, nesses anos que seguiram, poucas publicações sobre os comunistas e sobre o Partido Comunista. A timidez do Jornal em falar sobre os comunistas ou sobre o PCB se encontrava na raiz da sobrevivência do Jornal. Há uma possibilidade de que o Jornal se autocensurou diversas vezes, depois da coerção sofrida em 1964.

Darnton (2016), ao analisar a censura em três casos, em tempos e lugares distintos, nos demonstra que o controle de informações que alimentam ideias nas sociedades humanas é uma atividade de grande valia para a manutenção do controle e da ordem imposta, apesar de que, muitas vezes, não são capazes de alcançar, de maneira plena, esses objetivos. Assim, a censura é uma poderosa ferramenta de controle da produção da informação e da circulação de ideias em diferentes contextos, sendo chave de manutenção de poder e domínio social, exercendo controle sobre a sociedade, ao longo da história, por parte de diversos modelos políticos. Dessa maneira a pressão da censura influencia e molda a literatura e o que é escrito e publicado¹³¹. Podemos pensar que, por mais que é impossível controlar o que é escrito ou lido, os escritores se abstêm de fazer muitas coisas por causa da censura, ao mesmo tempo que são obrigados a ser criativos para burlá-la, reinventando formas.

¹³¹ Darnton (2016) também chama atenção para que, muitas vezes, o papel dos censores são prestígio em seus meios sociais, sendo que, em alguns lugares, para ocupar tal cargo, era necessário possuir não somente extrema erudição, mas sobretudo estar alinhado a preceitos do sistema político.

Quando há escritos sobre os comunistas, a grande maioria se referia ao líder dos comunistas brasileiros e secretário-geral do PCB, o militar Luís Carlos Prestes. A primeira citação que encontramos, do líder comunista na *Folha*, foi de uma transcrição do Jornal uberabense, *Jornal de Uberaba*, com o título “A plataforma de Prestes”, em que trazia a posição de Luís Prestes sobre as eleições que aconteceram em 1955. Ao final a *Folha* dá seu parecer sobre a nota, afirmando que:

O Povo que um Governo que, mesmo sem alterar a fisionomia do regime, seja capaz de atender a uma série de reivindicações de uma nação ansiosa por evoluir, como defesa da nossa soberania, proteção da indústria nacional e barateamento do custo de vida.

E isto, apesar de constar do conteúdo da Plataforma Prestes, em absoluto é comunismo. Pelo contrário, traduz em muitos sentidos as próprias reivindicações do capitalismo nacional, cujas iniciativas no campo industrial são quase sempre afogadas pelo “dumping” exercido pelos trustes imperialistas. (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/05/1955)

O Jornal mostra as afinidades com a defesa do bem público nacional e com a luta contra o “imperialismo” norte-americano, que tinha em comum com o movimento comunista, vendo, na plataforma do líder, iniciativas de industrialização. Ao mesmo tempo, sabia que não eram bem vistas socialmente tais concepções ligadas ao comunismo, dizendo que essas não eram, em absoluto, ideias comunistas.

A *Folha*, apesar de sempre tomar distância, ainda se simpatizava, de certo modo, com os comunistas. Por exemplo, em 1958, ela publica “Revogada a prisão preventiva contra Prestes: Entrevista coletiva do líder comunista à imprensa e rádio” (FOLHA DE ITUIUTABA, 28/03/1958), afirmando que o Juiz José Monjardim Filho, da terceira vara criminal da Capital da República, após estudos com “sólida base jurídica, decidiu revogar a prisão preventiva decretada há 10 anos contra o Sr. Luiz Carlos Prestes”. Essa primeira parte da nota termina com um elogio ao Juiz, dizendo que ele colocou “em evidência não só a sua cultura jurídica como um grau de isenção e independência que honra a magistratura brasileira” (FOLHA DE ITUIUTABA, 28/03/1958).

A segunda parte se refere propriamente a uma entrevista com o líder do PCB, em que Prestes dá um parecer sobre a economia e o governo de Juscelino Kubitschek, destacando que o político mineiro “conclamou todas as forças políticas nacionais para uma coalizão contra os trustes internacionais” (FOLHA DE ITUIUTABA, 28/03/1958). A *Folha*, como veremos à frente, era uma apoiadora, tanto da gestão de JK (1956-1961) quanto de medidas tidas de autoexploração e contra a intervenção do capital estrangeiro no Brasil. Então era interessante do Jornal afirmar que JK unia frentes contra a dominação norte-americana, agrupando, no mesmo bojo, até a liderança dos comunistas.

No mês seguinte, o Jornal traz uma notícia que “Prestes derrota americanos numa competição financeira”, afirmando que Prestes iria “morar em um elegante palacete em botafogo, no Rio de Janeiro, segundo a imprensa carioca”, e afirma que “para conseguir a moradia, o líder vermelho teve de concorrer com funcionários da Embaixada Americana, também interessados pela mesma casa” (FOLHA DE ITUIUTABA, 26/04/1958).

No ano posterior, o Jornal retorna a falar sobre o líder comunista brasileiro, quando ele estava em caravana pelas cidades do Triângulo Mineiro, e, assim, passando por Ituiutaba. O Jornal registra “Visitará Ituiutaba o Sr. Luiz Carlos Prestes” (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/05/1959), informando que o ex-senador iria se reunir com vários políticos locais. Na edição seguinte, já informando que estava “Na cidade o ex-senador Prestes” (FOLHA DE ITUIUTABA, 09/05/1959), dizia que haveria uma palestra que discorreria sobre temas como a Coluna Prestes, e que aconteceria no salão do Jóquei Club local, logo após o encontro com as lideranças políticas.

Em edição de poucos dias depois, descrevia a estadia de Carlos Prestes no município. Acompanhando sua comitiva, o Jornal informava a hora que chegou ao município, o lanche que comeu junto de companheiros e com as “autoridades locais” – dentre esses, alguns “membros da imprensa local”. Logo após, o líder comunista visitou a instalação da *Folha* e conversou com os redatores do Jornal. Seguindo, visitou indústrias locais, depois foi à casa de Saúde e ao Educandário Ituiutabano. Após a palestra, foi a um banquete no Hotel Tiradentes, indo embora na manhã seguinte. Essa visita foi relatada pelos jornalistas, sob o título de “Festivamente recebido na cidade o Sr. Luiz Carlos Prestes” (FOLHA DE ITUIUABA, 16/05/1959).

Ainda, no mesmo mês, o Jornal sai com a nota em destaque sobre “Desautoradas pelo governo as medidas policiais contra Prestes” (FOLHA DE ITUIUTABA, 23/05/1959). A notícia afirma que coações foram adotadas por autoridades policiais na visita de Prestes ao Triângulo Mineiro, e que tiveram uma péssima repercussão para a região. Ainda afirma que Prestes relatou ao governador Bias Fortes o excesso de medidas repressivas contra ele durante os eventos.

Luiz Carlos Prestes, também conhecido como o “Cavaleiro da Esperança”, era uma figura extremamente popular na política Brasileira. Filiou-se ao PCB em 1934, na década anterior, foi líder da “Coluna Prestes” e projetou-se nacionalmente pelo movimento, sendo mitificado pela imprensa. Nesse momento Prestes era cortejado por diversos partidos, e, ao aderir ao PCB, atraiu milhares de admiradores, principalmente,

das forças armadas (RODRIGUES, 1996). Segundo Motta (2008), o PCB foi extinto durante o Estado Novo, e, ao retornar, em 1945, tornou-se uma força política de grande expressão, explorando a imagem de Prestes com um martírio da Ditadura Vargas, tempo em que havia ficado preso por 9 anos, além de ter tido a sua esposa grávida deportada para a Alemanha nazista, onde foi executada em uma câmara de gás. Com a Guerra Fria, e a ocorrência de inúmeras greves de trabalhadores entre 1945-1947, foi retomado o temor de revolução nos grupos dominantes. Em 1946 foi decretada uma lei pelo presidente Dutra, que forneceu uma base legal de cancelamento da legenda, nela determinavam a suspensão de partidos cujo programa contrariasse os princípios democráticos, e que recebesse orientação ou qualquer forma de auxílio do exterior, sendo o Partido Comunista cassado em 1947, junto aos seus parlamentares eleitos. Sem alternativas o PCB voltou a clandestinidade.

Mas, as citações aos comunistas no Jornal não ficaram restritas ao líder nacional do PCB. Outra liderança comunista notória, dessa vez, em termos, mais próximo de Ituiutaba, é do dentista überlandense Roberto Margonari. O mesmo que foi citado no processo junto com Ercílio, em 1954, pela nota do PCB, nas páginas da *Folha*, e que, em nome do PCB, fez o pedido e pagamento pelo escrito na publicação do Jornal¹³².

Margonari, que era dentista, foi um militante comunista überlandense com grande influência na política em todo o Triângulo Mineiro¹³³. Em 1947, Margonari e outros três comunistas, conseguiram se eleger como vereadores no município de Uberlândia, mas tiveram seus mandatos interditados pelas questões da cassação do registo do PCB. Em 1950, somente um comunista foi eleito na câmara do município, por outra legenda, cedendo o cargo a Margonari, a pedido da diretoria do Partido Comunista Brasileiro, demonstrando, assim, sua força e dominância dentro do diretório local da legenda clandestina. Margonari teve grande importância na organização e movimentação dos

¹³² Em um dos documentos DOPS, sendo uma certidão, afirma que “moveu aos denunciados Ercílio Domingues da Silva e Roberto Margonari no referido processo”, em que “o artigo incriminado foi publicado na *Folha de Ituiutaba* no dia 6 de março corrente” (APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 068, Pasta 4684-im. 9). Apontando que o pedido de publicação foi feito por Margonari, como representante do PCB.

¹³³ Segundo o relatório da Comissão da Verdade do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (2017), a cidade de Uberlândia era conhecida durante os anos 1940 e 1950 como a “Moscou Brasileira”, devido à influência e expressividade de entidades comunistas organizadas na região, sendo que o PCB da cidade era formado por um grupo plural: homens e mulheres de diversas classes socioeconômicas e formações educacionais, inclusive a participação de mulheres no movimento é um dos destaques do relatório. Há um pequeno trecho que fala que, em Ituiutaba, foi fundada uma agremiação do PCB local, em 26 de agosto de 1945, não encontramos mais informações sobre a formação ou participação da legenda nas terras tijucanas durante esse período.

comunistas, e de parte da esquerda no Triângulo Mineiro, pois liderava mobilizações e comitês municipais. Foi importante, dentro da organização de trabalhadores rurais, na região, na formação de pelo menos uma liga camponesa, além de associações de trabalhadores e sindicatos (LEPERA, 2003).

Encontra-se na *Folha* uma chamada para uma palestra em: “Impressões de uma viagem à União Soviética”, em que Margonari, que havia, então, visitado a União Soviética, comunicou à reportagem da *Folha* que iria proferir uma palestra “onde ia expor a impressões da grande viagem que realizou” (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/07/1963). Na edição seguinte, a nota dá sequência em: “Na Câmara: Palestra de Margonari na 2ª feira”, em que confirmava o local da palestra, sendo essa o recinto da Câmara legislativa de Ituiutaba, e que relataria sua ida à União Soviética e a outros países do leste europeu da “Cortina de Ferro”, onde, segundo a nota, ele ficou visitando por semanas (FOLHA DE ITUIUTABA, 13/07/1963).

Em um dos documentos encontrados nos arquivos DOPS, há um relato sobre uma reunião, no recinto municipal de Ituiutaba, o mesmo evento em que fundou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, acontecido em 19 de janeiro de 1964, em que Margonari falou para muitos trabalhadores. O arquivo policial afirma que:

Roberto Margonari falou sobre a necessidade da Reforma Agrária no que foi entusiasticamente aplaudido por mais de 600 trabalhadores do campo, que lotando o salão da prefeitura local tendo gente até na praça local de tão cheio que estava. (APM-Fundo DOPS/MG, rolo 008, pasta 0078-im.188-189)

Esse evento é o mesmo que foi noticiado na *Folha*, em sua primeira edição do Jornal, em 1964. No escrito do Jornal sobre a fundação, não noticia sobre a presença de Margonari, ocultando o que nos aponta no documento DOPS, apenas afirmando que, nos trabalhos do encontro, estiveram presentes “outros líderes operários”:

(...) secretariado pelo Sr. Mario Campos, presidente da Associação dos Bancários de Ituiutaba, o presidente da Associação dos Trabalhadores de Ituiutaba, sr. Ivanildo Francisco dos Santos e outros líderes operários. (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/02/1964)

Kaysel (2019) afirma que o nacionalismo e marxismo, apesar de serem ideologias concorrentes, são plasmados do universo ideológico latino-americano das esquerdas políticas. No Brasil essas ideologias surgiram em conflito, mas tiveram alianças na década de 1960. O marxismo, sendo entendido como uma vertente tributária da cultura política da Internacional Comunista, vinculada ao leninismo, enquanto o nacionalismo se baseia em posturas anti-imperialistas e de dominação estrangeira, e, no caso brasileiro, contra a

dominação oligárquica, em defesa de reformas políticas que integrassem os trabalhadores em um processo democratizador.

Os movimentos tiveram conflitos nos anos 1950, sendo que o PCB, de orientação marxista/leninista, fez oposição ao segundo governo Vargas, levando os nacionalistas a considerar o partido como antinacional, enquanto o líder comunista Luís Carlos Prestes, devido à cassação do registro do partido, afirmou que todos os concorrentes à eleição de 1950 eram pró-imperialistas. Mas, ainda nos anos 50, depois das denúncias dos crimes do stalinismo, em 1956, o Comitê Central do PCB passou a reconhecer o caráter progressista do desenvolvimento capitalista, integrando-se na ampla frente “nacional-democrática”, em prol de reformas estruturais que consideravam necessárias. Assim iniciou-se uma aproximação entre os dois grupos ideológicos, principalmente, após as pautas das chamadas “Reformas de Base” do governo de João Goulart, em que os comunistas se interessavam pelas propostas (KAYSEL, 2019)¹³⁴.

Em 1962 o Jornal publica “Guerrilhas: Miniatura do ‘Plano Cohen’ em Minas Gerais?” (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/09/1962). Nela o Jornal trazia que:

Um jornal de Belo Horizonte alarmou dias atrás todo o Estado, ao denunciar a existência de bandos guerrilheiros atuando no vale do Rio Doce. Pouco depois de desmentida a notícia, que não passava de um boato alarmista, eis que surge uma nova denúncia, agora de que guerrilheiros estariam funcionando no Triângulo, em nossa zona, portanto. (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/09/1962).

O boato se voltava a dizer que havia guerrilhas revolucionárias, que lutavam pela implantação do comunismo. A *Folha* afirmava que a serventia de espalhar tais boatos, “(...)presta-se, às mil maravilhas, aos objetivos norte-americanos, de estimular na América latina toda a espécie de repressões violentas ao clamor popular por melhores dias de vida”, e, mais à frente, afirmava que serve à “(...) oferecer aos defensores do imperialismo ianque as almejadas chances de instaurar o terror, sufocar as garantias democráticas e truncar a onda emancipacionista que varre o país de norte a sul”, com a intensão de “impedir qualquer veleidade reformista e abrir caminho para a consolidação do domínio imperialista” (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/09/1962).

A *Folha* via esses boatos como forma dos favoráveis ao imperialismo do Estados Unidos alimentarem um discurso contra as esquerdas, se apoiando nos temores das elites em relação à perda de seus valores. Assim, esses grupos reprimiam qualquer onda que

¹³⁴ Essa ideia vai de encontro à concepção de Ferreira (2004) sobre a participação das esquerdas perante o governo de Jango. Para o autor o papel dos comunistas foi decisivo no processo de desestabilização do então Presidente, ao criticar seu papel conciliador, de moderação, e de fazer alianças com alas conservadoras da política como o PSD.

fosse das esquerdas, mesmo as não revolucionárias. O Jornal apontava também que esse tipo de boato alimentava o temor contra os comunistas e uma paranoia contra a revolução e as mudanças.

Em outro momento, o periódico publicou uma nota transposta do Jornal comunista, *Novos Rumos*, esse que era o porta-voz oficial do PCB desde 1959 (FERREIRA, 2011; 2013), com um escrito contra o senador Othon Mader, chamado de “Um troglodita” (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/12/1962). Publicado na primeira página, adjetivava o senador udenista de conotações, tidas como negativas, como “um dos senadores mais reacionários e medíocres”; “ideologicamente fascista”; “Banqueiro, grande latifundiário”. Mader, como descreve a nota, era membro do Instituto de Ação Democrática Parlamentar (IBAD), e era “um representante típico dêsse lúgrube mundo de traições a pátria, de privilégios anti-sociais, de escabrosa negociatas e falcatrusas e golpes sórdidos contra o povo” (FOLHA DE ITUTIUTA, 01/12/1962).

Apesar do Jornal não ser um impresso comunista, como de fato era o *Novos Rumos*, ao traspor a tal nota, cruzava os mesmos interesses (da mesma maneira que fazia, ao transpor de outros jornais) com os comunistas, ao criticar ações de políticos, empresas e, principalmente, o papel de dominação norte-americana, uma das principais bandeiras de luta política encarnadas nas páginas do Jornal.

Poucos meses antes de seu fechamento, o impresso trouxe uma nota sobre o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), com o título de “Nação Estarrecida! IBAD, maior máquina de corrupção política da América latina – Revelações impressionantes feitas à Comissão Parlamentar de Inquérito” (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/17/1963). Nela afirmava que, após uma comissão parlamentar de inquérito (CPI), no qual investiga as ações do IBAD, chegaram a concluir que o instituto era uma grande máquina de corrupção no continente, agindo com o argumento de combate ao comunismo, mas, na realidade, eram contra a emancipação política do Brasil, e, para isso, estava usando dos meios de comunicação e de subornos a políticos. René Armand Dreifuss (1981) estudou, minuciosamente, a participação da sociedade civil e do empresariado brasileiro no golpe de 1964, que, para ele, foi mais que um golpe político, foi um “movimento de classe”. Demonstrando como uma elite econômica e política brasileira de caráter empresarial desestabilizou o governo Goulart, por meio do complexo do Instituto de pesquisa e Estudos Sociais (IPES), junto ao IBAD, que, financiadas pelo capital externo norte-americano, atuaram diretamente em propaganda para fortalecer políticas conservadoras contrárias ao governo de João Goulart, de maneira que essa

conspiração conquista o Estado em decorrência da desestabilização popular de Jango (DREIFUSS, 1981).

Ainda, no seu penúltimo ano de circulação, a *Folha* publicou: “Este Padre é Comunista” (FOLHA DE ITUIUTABA, 27/03/1963), uma outra transposição de escrito, dessa vez, do Jornal de orientação religiosa, *Lar Católico*, produzido em Juiz de Fora, em um escrito assinado pelas siglas de P. L., em que afirma que um padre, ao pregar uma novena sobre injustiças, e, ao falar sobre a diferença de salários e exploração de trabalho, foi acusado como “- esse padre é comunista!”. Ao trazer o escrito, o impresso tijucano pretendia fazer uma alegoria sua, reafirmando como ele se via tratado: dado que, somente por questionar a realidade social, já era um motivo para ser tachado de “comunista”. Era assim que o Jornal se olhava, sendo acusado de uma posição que não era a dele. Ao mesmo tempo, nos demonstra como o ser “comunista” era algo mal visto, sendo necessário distanciar-se disso para a sua sobrevivência.

Em outro escrito, que também foi transposto de um Jornal católico, o *Correio Católico*, traz a *Folha* em sua primeira página ““Indústria Hipócrita”: bispo católico denuncia a indústria do anti-comunismo” (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/02/1964), em uma nota provinda da sessão “Prá seu governo”, em que o bispo da cidade de Sete Lagoas, também de Minas Gerais, endereça aos trabalhadores denúncia de que há uma indústria disfarçada de anticomunismo, agindo de modo obscurantista. A *Folha*, em uma breve introdução à nota, afirma que isso era uma ação de notórios ibadianos:

Por julgarmos êsse pronunciamento dos mais oportunos, maximé quando se nota uma onda crescente de deturpação dos fatos, dentro da linha de provocação de notórios ibadianos, chamamos a atenção dos prezados leitores para a referida notícia do insuspeito “*Correio Católico*”, que temos o prazer de transcrever abaixo. (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/02/1964)

A descrição da fala do padre, feita pelo Jornal cristão, e transposto no impresso tijucano, afirmava que:

D. José criticou as pessoas que lhe insultaram e mandaram cartas anônimas, em que o acusam de comunista, dizendo que nada se consegue reduzir seu entusiasmo diante das causas dos operários e seus protestos contra privilégios. Acrescentou que defender a justiça não é provocar o conflito de classes, mas pelo contrário, estabelecer condições para o diálogo e o entendimento. (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/02/1964)

No final da nota, a *Folha* traz um pequeno questionamento: “E a gente pergunta: será que vão acusar o “*Correio Católico*” também de comunista?” (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/02/1964). Esse escrito foi publicado em uma das últimas edições do

Jornal, pouco tempo antes de ser fechado. Era imperioso para o impresso tijucano e seus jornalistas, nesse momento, afirmar que havia uma diferença grande entre o ser comunista e apoiar medidas de trabalhadores. A relação da *Folha de Ituiutaba* com o movimento comunista, seja em nível regional, nacional ou internacional, apesar das poucas citações encontradas, tinha certa proximidade, sobretudo, quando os interesses ideológicos se cruzavam. Se aproximando, às vezes, e em outros momentos, se distanciando quando necessário, principalmente, para sua sobrevivência, em vista da ilegalidade do PCB.

A *Folha* apoiava os comunistas, quando suas ideias comungavam, principalmente, no que refere a críticas à dominação norte-americana e políticas ligadas a movimentos conservadores, sobretudo udenistas, o que não quer dizer que o Jornal em si era comunista, tanto que o impresso fazia questão de se distanciar do comunismo, afirmando não serem ligados à ideologia, nem a nenhum movimento revolucionário e muito menos ao PCB.

A *Folha* não era um periódico “comunista”, como é identificado nos documentos do DOPS, ou como seus jornalistas eram estigmatizados, mas o Jornal era um impresso que plasmava do universo das esquerdas e agia de acordo com seus interesses e suas tensões, enquanto estava engajado dentro das políticas nacionalistas, como discutiremos mais adiante.

Na leitura de Bobbio (1995), quando nos referimos à política, as esquerdas carregam a ideia de luta pela prioridade pela igualdade social, vendo a desigualdade como algo historicamente construído, enquanto as direitas acreditam que a desigualdade é da natureza humana e não solucionável. O que difere, em base, as direitas das esquerdas, são as visões sobre igualdade social e posicionamentos sobre mudanças históricas, enquanto as esquerdas buscam promover e lutar por critérios de igualdade, as direitas creem que a desigualdade é intrínseca às sociedades humanas, por isso se apegam em tradições e ordens sociais postas. Os regimes totalitários, tanto de direita quanto de esquerda, levaram essas ideias a extremos perturbadores e distorcidos.

O Jornal acumulava, em suas páginas, notas de crítica contra a ação dos EUA em relação aos países latino-americanos, e também se posicionava favorável a medidas reformistas, entrecruzando seus interesses com os de outros grupos das esquerdas, tanto no campo das políticas na região, como vimos anteriormente, quanto nas políticas nacionais (como veremos a sua relação com as chamadas Reformas de Base no governo Jango). Assim o Jornal trazia consigo um perfil reformista em relação às políticas. Bobbio (1987) afirma que, quando se fala de reformismo entre as esquerdas, se faz referência a

reformas políticas, econômicas e sociais no interior do processo político das sociedades. A tradição reformista nas esquerdas se fez não somente na contraposição ao conservadorismo político, mas também em relação à tradição revolucionária do movimento trabalhador, vendo uma mudança gradual via processo histórico prolongado, enquanto o revolucionarismo acredita em uma busca ruptura com o sistema político para uma transformação radical. Porém, tanto o reformismo quanto o socialismo, compartilham a ideia de supervalorização do elemento político, tendo em vista que somente a ação política promoverá a mudança social.

Geraldo Sétimo, na narrativa que escreveu sobre o Golpe de 1964, dando sua visão e registrando sua experiência naqueles dias, logo após 1 de abril, com a “passeata da vitória” -, versão local da Marcha da Família com Deus pela liberdade -, em um trecho, o jornalista afirma que: “A esta hora os elementos de esquerda, procuraram refugiar-se, desde que ameaças pairavam no ar. Cada qual tomou seu rumo” (MOREIRA, 1964). Em outro trecho do escrito, Sétimo afirma que:

Os “vencedores” estavam eufóricos. Diziam que a democracia e a liberdade haviam sido restabelecidas no país. O terror e a intranquilidade dos outros poucos lhe incomodava. Gente de esquerda para êles era como se fosse bicho do mato, não fazendo jus a qualquer espécie de comiseração.

(...)

Contou-me o Ercílio, quando estive na *Folha*, que, durante a passeata, algumas pessoas, inclusive senhoras, dirigiram seus foguetes na direção da sua residência, nos altos da livraria, enquanto que outros fizeram-nos espoucar no corredor que separa as oficinas do jornal da livraria. (MOREIRA, 1964)

Ser de esquerda, segundo Geraldo Sétimo, em 1964, era qualquer pessoa que foi perseguida pelos que estavam à frente das mudanças impostas pelo golpe de 1964, tratados como “bicho do mato”. Ser de esquerda era não estar entre os “vencedores”, como ele destaca com parêntese. E, nesse bolo, que era os de “esquerda”, cabiam vários: desde comunistas revolucionários até nacionalistas, trabalhistas, reformistas, sindicalistas, entre outros.

4 – “Em jôgo os destinos democráticos do Brasil”: Presidência e oposição

O período em que Geraldo Sétimo mudou-se para Ituiutaba e começou a trabalhar na *Folha de Ituiutaba* como redator coincidiu com a retomada de Getúlio Vargas a presidência do Brasil (1951). Dessa vez Vargas assumiu o cargo do governo por vias democráticas, do voto direto decidido por meio do processo eleitoral do ano anterior. Além de Vargas, a *Folha*, a partir daí, presenciou o mandato de outros presidentes até ter sido fechada: Juscelino Kubitschek (1956-1961)¹³⁵, Jânio Quadros (1961) e, por fim, João Goulart (1962-1964).

Nesse tempo, o Jornal não se absteve de noticiar, opinar e se posicionar sobre os movimentos políticos de amplitude nacional: desde as eleições e as plataformas eleitorais, os processos conturbados e crises políticas, as manobras, as posses, as deposições, golpes, suicídio e, também, as oposições e os agentes oposicionistas. Tão importante quanto pensar o que o Jornal noticiava, também temos que nos atentar para quem ele noticiava e como, e qual era sua intenção ao fazer.

4.1 – Getúlio Vargas: “Um exemplo marcante de nacionalismo puro e honesto”

Getúlio Dornelles Vargas foi um militar, advogado e político brasileiro, nascido no Rio Grande do Sul. Foi Senador pelo seu estado, Deputado Federal, Deputado Estadual, Ministro da Fazenda e Governador antes de concorrer, pela oposição, à presidência da República em 1929. Derrotado no processo eleitoral, liderou um movimento contrário às eleições no mesmo ano, que acabou vitorioso e o levou à chefia provisória do país em 1930. Foi eleito constitucionalmente, por via indiretas, para o cargo de Presidente, quatro anos depois. Em 1937, fechou o congresso e implantou uma ditadura que ficaria conhecida como Estado Novo, dando continuidade a uma agenda de construção de um Estado de caráter nacionalista e intervencionista, se tornando extremamente popular. Mesmo assim, em 1945, foi deposto. Em 1950 foi eleito diretamente por sufrágio e voltou a ser Presidente da República pelo PTB em 1951, governo que viveu sobre forte oposição da UDN. Diante do acirramento político e de uma possível deposição política, novamente, deu cabo a própria vida em 1954, deixando uma

¹³⁵ Antes de Juscelino Kubitschek assumir seu mandato, em 1956, o cargo de Presidente da República se manteve instável devido às conturbações políticas pós-suicídio de Vargas em 1954, sendo que, em menos de 2 anos, tivemos três presidentes interinos, sendo eles, Café Filho, que assumiu como vice, se afastando por problemas de saúde, Carlos Luz, que assumiu, pois era presidente da Câmara Federal, e foi afastado pelo Movimento de 11 de novembro de 1955, e Nereu Ramos, vice-presidente do senado, que assumiu até a posse de Kubitschek em 1956 (SKIDMORE, 2010).

carta testamento que causou comoção popular. Mesmo morto, foi importantíssimo, nas eleições seguintes, principalmente, no pleito vitorioso de Juscelino Kubitschek, pela aliança entre as legendas do PSD e PTB, sem contar os seus herdeiros políticos que se destacaram no cenário político nos anos que se seguiram (FERREIRA, 2004)¹³⁶.

A principal marca do segundo governo Vargas (1951-1954) foi o que ficou conhecido como trabalhismo, adotando políticas nacionalistas, de bem-estar social, e de forte apelo em favor de causas operárias, propondo também a industrialização do país dentro de um viés de controle de estado. Durante os anos 1950, instaurou-se, no Brasil, um grande conflito em torno do modelo de desenvolvimento econômico nacional. Parte da sociedade civil acreditava que a saída era a postura nacionalista, que defendia a ausência de influência do capital estrangeiro no país, sendo que o desenvolvimento econômico seria encaminhado pelo Estado e pelo capital de empresas nacionais, enquanto isso, grupos oposicionistas ao governo Vargas, principalmente, vinculados a UDN, defendiam a influência do capital estrangeiro dentro da nossa economia, vendo-o como um combustível para o desenvolvimento (SKIDMORE, 2010).

Getúlio Vargas, apesar de tentar conciliar essas duas agendas, durante esse seu governo, acabou por se inclinar ao ideário nacionalista de desenvolvimento, sendo um de seus principais projetos, a criação de estatais, como a Eletrobrás e a Petrobrás, o que, de certo modo, incomodou empresas internacionais que agiam no Brasil, como a Standard Oil e a Light and Power Co. (SCHWARCZ; STARLNG, 2015).

Durante o governo Vargas, nos anos 1951-1954, apesar de escassas, as edições desses anos que temos em mãos, encontramos alguns escritos que se referem ao ex-

¹³⁶ Segundo Marieta Ferreira (2006a), a memória sobre Vargas e seu governo é algo em disputa constante desde sua morte, sendo visto o golpe em 1964 como a queda do getulismo e de seus herdeiros políticos – tanto que esses herdeiros políticos foram perseguidos pela ditadura instaurada. Nos anos 1970, Vargas foi lembrado, pela ditadura militar, como um ditador do Estado Novo que cerceava as liberdades com censuras, prisões políticas e ações repressoras, odiado por aqueles que defendem a liberdade de expressão e as democracias. Nos anos 80, com a abertura política, Vargas foi relembrado por meio do trabalhismo e do nacionalismo, vista da reestruturação dos partidos de maneira positiva, lembrando-o como democrático, onde os novos partidos procuravam buscar essa herança, ao enfatizar os ideais do nacionalismo, herdeiros políticos de Vargas como Tancredo Neves e Leonel Brizola faziam dela seu legado. Na década de 1990, o posicionamento foi mais crítico em relação a Vargas, principalmente como parte do distanciamento do modelo econômico: 1994 acontece a abertura da economia junto a privatizações de empresas estatais, redução de ações do Estado e reajuste fiscal. Na década de 2000, o interesse por Vargas surge com grande vigor, com um grande boom midiático, pois a vitória para Presidente de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 colocou em cena a retomada de ideais relacionados ao nacional-estadismo e a política econômica de Vargas, ligada a uma demanda nacional que propiciavam a volta ao crescimento econômico e a diminuição das desigualdades sociais no país, assim a busca de referências no passado recente poderia se tornar uma via de acesso para a discussão. O segundo governo de Vargas (1951-1954) foi um período de crescimento econômico, implantação de políticas industriais que estimularam o aumento de empregos, possibilitando maior inclusão social, tudo por meio das normas democráticas, diferente do primeiro governo do presidente Gaúcho.

ditador e sua gestão. Apesar da filiação ao PSD dos jornalistas da *Folha*, que era um dos principais partidos que reivindicavam diretamente a herança getulista, e estava intimamente ligado ao estadista em sua formação (MOTTA, 2008), em muitos momentos do segundo governo de Vargas, o Jornal se apresentou como crítico da gestão, se apresentando com um tom de desconfiança, e lembrando de seu papel como ditador durante os anos 1930/40.

Dentre as referências sobre o político gaúcho, temo alguns escritos no Jornal, como na nota “Salário mínimo”, onde afirmava que o então Presidente da República havia decretado um novo salário mínimo, e que esse foi dividido, no Estado de Minas Gerais, de três maneiras, e que “o critério de agrupamento das cidades não correspondem à realidade, salta a vista de qualquer leigo” (FOLHA DE ITUIUTABA, 05/01/1952). O Jornal via uma insuficiência no valor decretado, afirmando que, em regiões como a do Triângulo Mineiro, a quantia era pouca e não fazia jus ao “custo de vida”. O impresso faz uma crítica, dizendo que o valor do salário-mínimo não cobre os gastos dos trabalhadores do interior do Brasil, criticando também a ausência do poder público federal em lugares afastados das capitais. Ao final da nota, o Jornal novamente opina sobre, afirmando que

E a conclusão que se chega é que os homens que legislam no Brasil andam pelo litoral, inteiramente divorciados da nossa hinterlândia¹³⁷, ou visam, com o estabelecimento do salário mínimo em bases algo mais elevadas, tão somente propiciar um desconto maior nas magríssimas rendas auferidas pelos trabalhadores. (FOLHA DE ITUIUTABA, 05/01/1952)

Ainda, no início do governo Vargas, o Jornal publicava “Os anseios do Povo”, abordando sobre um discurso de Vargas e do então ministro da Guerra Estillac Leal (que seguia a linha política nacionalista, segundo o Jornal), em um banquete das Forças Armadas. A nota se iniciava com uma crítica à aliança de Vargas, com Estados Unidos no período, enquanto elevava a posição do ministro, fazendo um alarde sobre a relação do Brasil com os norte-americanos e o interesse deles em nosso “ouro negro” (FOLHA DE ITUIUTABA, 12/01/1952), afirmado que os países “imperialistas” tinham interesses na exploração do petróleo brasileiro:

O sr. Getúlio Vargas reafirmou a política de “tradicional aliança” aos E.E.U.U., enquanto que o General Estillac Leal, da corrente nacionalista do petróleo, fez alarde de sua alergia aos trustes internacionais do “ouro negro”. E até hoje, a imprensa, grande e pequena, tubarões e lambaris, abre espaços a novos comentários sobre as duas orações, revelando-se apaixonadas tendências, principalmente aquelas esposada por certa corrente de jornalistas nacionais,

¹³⁷ O uso do substantivo *hinterlândia* era costumeiro ao se referir às cidades afastadas do litoral e dos centros metropolitanos. Em outras palavras, se referiam ao conjunto de cidades do interior.

que, maldosamente, vê o ônibus de Moscou em todos os movimentos de nacionalização de nossas riquezas e de uma atitude pacífica do nosso País em face da situação internacional. (FOLHA DE ITUIUTABA, 12/01/1952)

Em seguida o Jornal afirmava que a solução para o problema da interferência da exploração norte-americana e de seus trustes é a tese do “monopólio estatal”, ou seja, a exclusiva atividade produtiva e de exploração de serviços, e gerenciamento de produtos (nesse caso, o mais destacado e visado, o petróleo), exclusivamente por empresas do Estado brasileiro livre de concorrentes, nas palavras do Jornal:

Para a solução do problema do petróleo temos a tese do “monopólio estatal”, do General Horta Barbosa, ilustre Presidente do Clube Militar, que é, por sinal, o princípio defendido pelo General Estillac Leal. Nada de participação estrangeira numa riqueza que é nossa e que pode, perfeitamente ser explorada por nós. (FOLHA DE ITUIUTABA, 12/01/1952)

Durante essa gestão, uma das principais propostas envolveu a criação de empresas estatais para promover a autoexploração de recursos nacionais, como energia e petróleo. Ao propor a criação de empresas para promover tais ações, Vargas era fortemente atacado pelos seus opositores políticos, que queriam barrar a criação de indústrias estatais como a Petrobrás e a Eletrobrás. A Petrobrás foi criada em 1954. Quanto à empresa que seria responsável pela energia elétrica, o governo Vargas não conseguiu completar os procedimentos que eram necessários para a estatal, mas alicerçou a infraestrutura e o suporte financeiro, capaz de promover a ampliação da capacidade de energia na década seguinte, levando o projeto da Eletrobrás a cabo somente em 1962. Udenistas argumentavam que essas medidas nacionalistas do governo Vargas eram parte de um projeto que levava à revolução e subversão, que queriam implantar uma “república sindicalista”, em que o estado estaria controlando tudo, tirando a liberdade, principalmente, econômica. Essa oposição, constantemente, fazia propaganda da figura de Vargas como ditador do Estado Novo, que queria, novamente, retomar o poder ditatorial, o que causava temor nas elites nacionais, e, principalmente, na classe média (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Quanto à posição da Associação dos Trabalhadores de Ituiutaba frente ao líder trabalhista, ainda, em 1952, no impresso tijucano, saiu a notícia que foi “Eleita diretoria efetiva da Associação dos trabalhadores de Ituiutaba”, destacando, no subtítulo da notícia, que foi “Recusada a proclamação do Sr. Getúlio Vargas como presidente de honra da entidade” (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/06/1952), afirmado que a sociedade dos trabalhadores negou a proposta de ter Getúlio Vargas como presidente de honra da

direção, narrando que o presidente de honra devia ser o “trabalhador desconhecido”. O Jornal publicou a notícia:

Franca palavra, houve uma proposta do sr. Getúlio Vargas para presidente de honra da instituição, ao que objetou um associado, argumentando que se deveria manter a entidade alheia à participação na política. Sugeria ainda que se proclamassem o presidente de honra o “trabalhador desconhecido”, no que foi aprovado por todos os presentes. (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/02/1952)

Mas o posicionamento da Associação de Trabalhadores locais oscilava entre a crítica e o apoio ao líder trabalhista. Nesse mesmo ano, ainda é publicado “Associação dos Trabalhadores de Ituiutaba e a instalação da Caixa Econômica Federal: expressivos telegramas daquela entidade de classe ao Presidente da República, ao Governador do Estado e ao Dr. Moura Costa” (FOLHA DE ITUIUTABA, 08/03/1952), em que o Jornal, junto à entidade, agradece o esforço do Presidente Getúlio Vargas e do então Governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, e do então presidente da Caixa Econômica Federal, José Alexandre de Moura Costas, pela instalação da agência do banco estatal no município, com a qual veio junto a autorização de créditos aos trabalhadores do município, para a construção, em primeiro momento, de vinte casas populares.

Dois anos depois, o Jornal publica uma nota opinativa, sob o título de “Brado de Alerta!...” (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/05/1954), essa com a assinatura do pseudônimo Ponta de Lança. O texto inicia com elogios ao papel jornalístico “já tradicional” da *Folha*, descreve sobre a futura eleição para o executivo e legislativo local, apontando que esse era o terceiro pleito após o fim do Estado Novo de Vargas. O escrito segue aproveitando o momento para chamar o governo anterior de “Ditadura Vargas”, e que é dever dos homens da política local lutar em favor da democracia contra regimes como o do ex-ditador.

Nessas poucas notas publicadas, encontradas durante o governo Vargas (1951-1954), o Jornal vê com suspeitas as políticas do estadista do sul-rio-grandense, olhando para ele e seu governo com desconfiança em relação às políticas trabalhistas, às alianças com os EUA, e trazendo críticas, de cunho nacionalista, sobre a atuação de Vargas, e, às vezes, relembrando-o como um ditador que implantou o Estado Novo. Entretanto, se essa era a visão nesses anos, com o suicídio de Getúlio Vargas, o Jornal traz outro olhar sobre o político gaúcho e sobre suas medidas no período. Isso se deu porque o Jornal apoiou seus herdeiros políticos, inclusive os partidos de orientação varguista, nos anos seguintes. Essa mudança começa no momento imediato ao seu suicídio.



FIGURA 9: Edição da *Folha de Ituiutaba* que noticiava a morte de Getúlio Vargas e trazia sua carta testamentária.

FONTE: *Folha de Ituiutaba*, N.677, ano XIII, Ituiutaba (MG), 28 de ago. 1954.

Quando ocorreu a morte de Vargas, em 1954, a notícia é o assunto na primeira página do Jornal, na edição de 28 agosto, com “O suicídio do presidente Vargas: assumiu a chefia do Governo o Sr. Café Filho – considerações em torno dos dramáticos acontecimentos do dia 24 do corrente” (FOLHA DE ITUIUTABA, 28/08/1954), a nota trazia um pouco sobre os eventos que antecederam e desaguraram no suicídio, como o

*Atentado da Rua Toneleiro*¹³⁸ até o desfecho do tiro contra o próprio coração, dado por Vargas, apontando também a crise política que englobou tais eventos:

A séria crise em que, de a muito, se debate a nosso país agravada com o Atentado da Rua Tonelero, em que perdeu a vida um jovem oficial da FAB, culminou no dia 24 corrente, com a auto-eliminação do Presidente da República, sr. Getúlio Vargas, que desfechou um tiro de revolver contra o próprio coração. (FOLHA DE ITUIUTABA, 28/08/1954)

A notícia segue com considerações sobre Café Filho, que assumiu o Executivo nacional com a morte, afirmando que seu gabinete agrupa vários elementos de diferentes linhas partidárias, em uma tentativa de coalização, para suavizar o momento de intenso embate e polarização política. O escrito ainda apresenta outras considerações, afirmando que Vargas escreveu uma carta testamento contra os “trustes internacionais”, e que deixou um espaço vago, pelo menos pessoalmente, na política brasileira:

Se para a massa trabalhadora vinculada ao trabalhismo desaparece, pelo menos em sua forma pessoal, ao vivo, o polo de suas atenções, o símbolo de suas lutas, é fato também que para os adversários de Getúlio, para os que se habituaram a situá-lo como objetivo preferido de suas certeiras flechadas, desapareceu o alvo predileto, restando em seu lugar um vazio imenso que deve ser preenchido a todo trâns. (FOLHA DE ITUIUTABA, 28/08/1954)

Ainda, na mesma edição e na mesma página, a carta testamento redigida pelo presidente, horas antes do suicídio, em 24 de agosto de 1954, e endereçada ao povo brasileiro, é colocada, na íntegra, no Jornal, dando ênfase em um pequeno trecho da carta, como título para a transcrição “... decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos financeiros internacionais’.... integra da carta redigida pelo Sr. Getúlio Vargas antes de suicidar-se” (FOLHA DE ITUIUTABA, 28/08/1954).

Um ano antes, o Jornal anunciava que havia uma falsa notícia circulando entre os jornais da imprensa paulista. No escrito “Rebate falso da imprensa paulista”, afirmando que “noticiaram os jornais de São Paulo a morte do Sr. Getúlio Vargas”, dizendo que o

¹³⁸ O *Atentado da Rua Tonelero* foi uma tentativa de assassinato, de viés político, do jornalista e político udenista Carlos Lacerda, principal adversário e oposicionista do governo Vargas no período da Quarta República. Acontecido em 5 de agosto de 1954, em frente à residência de Lacerda, na rua que deu nome ao atentado. Apesar da falha no assassinato do udenista, culminou na morte de um aviador e no ferimento de um guarda municipal. Após investigações, chegaram ao nome de Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Vargas, como mandante do atentado. O evento desencadeou uma crise política, por parte da imprensa, os militares e a oposição liderada por Lacerda, que agigantou a onda contra Vargas, culpabilizando-o pelo atentado, pedindo renúncia imediata, crise que levou Vargas à decisão de tirar a própria vida. Após o suicídio, Lacerda fugiu do país com medo de represálias populares. Segundo Skidmore, “Getúlio provavelmente não sabia do plano de Fortunato para matar Lacerda, mas com certeza sabia que seu palácio estava fora de controle” (SKIDMORE, 1998, p, 194).

ato foi a “maior cincada jornalista de que se tem notícia nos últimos tempos” (FOLHA DE ITUIUTABA, 20/06/1953).

Após a sua morte, para a *Folha*, Vargas não era mais Ditador, era apenas o “Presidente”. O Jornal se alinhou às concepções de Vargas, pois apoiava a candidatura da chapa que aglomerou PTB e PSD, junto de outros partidos menores, como o PR, em 1955, que tinha à frente herdeiros do líder trabalhista, Juscelino Kubitschek e João Goulart, chamada de Chapa JJ.

Em “Juscelino e Jango: candidatos do Movimento Nacional Popular trabalhista”, o Jornal faz a referência à Vargas como um pioneiro no movimento de reformas sociais que os candidatos ao executivo nacional traziam em suas propostas junto ao movimento que os apoiava. Assim o Jornal publicou que:

O Movimento Nacional Popular Trabalhista, organização que há um núcleo neste município, reunindo em todo o país os líderes sindicais, várias entidades classistas, inclusive de funcionários públicos e o contingente mais forte da massa operária em torno da reivindicação que vão da defesa democrática até às reformas de base mais preconizadas para o progresso e emancipação econômica do Brasil, principalmente aquela iniciadas pelo Presidente Getúlio Vargas, realizou a 6 e 7 do corrente, em São Paulo, a grande convenção Nacional. (FOLHA DE ITUIUTABA, 13/08/1955)

Ainda, nesse ano de pleito eleitoral, o Jornal traz uma transcrição de uma fala de rádio de Alzira Vargas, filha de Getúlio, em que pedia votos para a chapa presidencial JJ, em nome da “continuação da obra que ele deixou incompleta pelas circunstâncias reveladas em sua carta”, e que “só poderá ser mantida e acabada por aqueles que se propõem, com coragem e honestidade, a continuar trabalhando pelo povo”. Ao final o Jornal traz um curto escrito em apoio, dirigido aos trabalhadores:

TRABALHADORES!
AMIGOS DE GETÚLIO VARGAS!
É seu dever atender ao apelo de ALZIRA VARGAS, elegendo a 3 de outubro
Juscelino e Jango
Continuadores da obra de Getúlio Vargas. (FOLHA DE ITUIUTABA,
01/10/1955)

No ano seguinte, na data de aniversário da morte do líder trabalhista, a *Folha* publicava um escrito sob o título apenas de “Getúlio Vargas”, trazendo que o político foi responsável pela execução, no país, de um dos mais avançados estatutos trabalhistas do continente, e pela implementação de indústrias de base, sendo esses feitos os responsáveis pela sua popularidade sem similar na política nacional. Sua morte [...] sacudiu toda a Nação, repercutindo dolorosamente nas camadas populares e no seio do operariado, de cujas reivindicações se fizera denominador comum”, terminando a nota com “este

registro outro fito tem sinão o de prestar à sua memória a reverência que faz jús” (FOLHA DE ITUIUTABA, 20/08/1955).

Dias depois do aniversário do suicídio do líder político, o Jornal traz, na sua primeira página, destacado em manchete, que a “Eliminação de Getúlio foi tramada em maio de 1954!” (FOLHA DE ITUIUTABA, 27/08/1955), transpondo uma nota publicada no jornal *Estado de São Paulo*, que fez a cobertura de um congresso anti-comunista¹³⁹, em que o almirante Pena Boto, comandante do governo de Café Filho, anticomunista convicto (inclusive, que havia afirmado, tempos antes, que havia um “exército vermelho” se organizando no Triângulo Mineiro, segundo a nota), afirmou que a eliminação de Vargas foi decidida meses antes do suicídio, no mês de maio, em um encontro no México, e que não aconteceu porque o estadista tirou a própria vida antes. A nota termina com o Jornal afirmando que Juscelino e João Goulart são, no momento, os principais alvos desse mesmo grupo:

Esse crime, que se processa sob a capa do anti-comunismo, em verdade é mais um capítulo da conspiração internacional que, com participação aberta de numerosos brasileiros, promove a submissão total do país a dominação dos trustes.

Que nosso povo tome conhecimento disso, porque Juscelino e João Goulart são agora o alvo predileto mesma quadrilha. (FOLHA DE ITUIUTABA, 27/08/1955)

Mas as citações, na *Folha*, em torno do estadista gaúcho, no seu pós-morte, não serviam somente para apoiar os projetos dos tidos como seus herdeiros, mas também para criticar os rivais deles. Em escritos como “Adhemar de Barros na opinião de Getúlio Vargas”, trazia a fala do senador pessedista Cesar Vergueiro, que “reproduziu as seguintes declarações do saudoso Presidente Getúlio Vargas”, em que Vargas disse para o senador: “- Vergueiro, bem sabes que conheço profundamente o Adhemar, como também o conheces. Não é possível que seja eleito presidente da República. É UM HOMEM DESONESTO, RANCOROSO E MAU!” (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/10/1955). O Jornal ainda trazia que apoiadores locais de Adhemar de Barros querem reivindicar a herança do líder suicida, sendo falsa, pois que um líder “ademarista” na região comemorou quando da morte de Vargas. Em recorte, no escrito:

No entanto, os ademaristas de Ituiutaba andam apregoado por aí que Adhemar é o candidato de Getúlio, como se o povo fôsse desmemoriado e já tivesse esquecido de que a única manifestação pública de regozijo pela morte de Getúlio Vargas, em todo o Triângulo Mineiro, foi um intenso foguetório

¹³⁹ O Jornal afirma que esse congresso não era um encontro anticomunista e sim “anti-operário, atuando como vanguarda dos trustes e monopólios internacionais em seu empenho de dominação dos povos” (FOLHA DE ITUIUTABA, 27/08/1955).

promovido em Campina Verde pelo próprio líder do ademarismo nesta cidade. (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/10/1955)

Em 1958, o futuro redator do Jornal, Manoel Agostinho, escreve, em sua coluna, *Tudo em poucas linhas*, sobre as “Cartas que abalaram a opinião pública”, tece elogios ao político e estadista suicida e elege sua carta-testamento como um marco contra os trustes, sendo um “exemplo marcante de nacionalismo” que era “puro e honesto”, e foi uma ruptura na política social e econômica:

A carta-testamento de Vargas, denunciando os grilhões dos trustes estrangeiros, legando à posteridade um exemplo marcante de nacionalismo puro e honesto, foi um desses documentos que mudam o curso pensante de uma nação e traça novos rumos à sua política social e econômica.

Haja visto o impulso que tomou a bandeira nacionalista (bandeira aqui se refere ao grupo de homens que resolveu desbravar o sertão do nacionalismo, quebrando tabus e refreando os apetites dos escravocratas internacionais), depois daquela célebre manhã de agosto, quando as mãos firmes e decididas de um grande líder do povo punha sua assinatura na carta que passará a história como legítimo testamento de um bravo. (FOLHA DE ITUIUTABA, 21/06/1958)

No escrito Agostinho elogia não só o posicionamento político e os rumos econômicos e sociais que o “grande líder do povo” encaminhou ao dar cabo da própria vida, mas também denuncia a intervenção estrangeira na economia brasileira, reafirmando a posição nacionalista que o Jornal seguia, usando termos como “escravocratas internacionais”, demonstrando, nessa palavra, o emprego do atraso atrelado à exploração econômica.

Na mesma coluna, tempos depois, Manoel Agostinho escreve em “A identidade de uma causa”, novamente, tecendo comentários e opiniões entorno do Nacionalismo. E, mais uma vez, retomando à carta-testamento, afirma a posição de Vargas, em que acreditava, em que ele lutava contra a dominação estrangeira, usando novamente a questão da escravidão: “Getúlio Vargas, no seu testamento histórico, desmascara o capital escravizador ao mesmo tempo que confessa ter sido ele impotente, naquela contingência, para dominá-lo ou reduzi-lo” (FOLHA DE ITUIUTABA, 30/08/1958).

Dois anos depois, o periódico tijucano trazia outra nota de aniversário do suicídio do político Gaúcho em com “24 de agosto: 6º aniversário da morte de Getúlio” (FOLHA DE ITUIUTABA, 31/08/1960). Nessa nota o Jornal apontava que Vargas acumulou inimigos e admiradores, “esses últimos conquistados por seus feitos em favor da classe operaria à qual legou inegavelmente uma legislação avançada”. O artigo ainda trazia um histórico dos governos de Getúlio Vargas, em seu período ditatorial, e durante o período constitucional, fazendo um balanço e uma avaliação ao fim do escrito: Agostinho vê

Vargas mais positivamente do que negativamente. Apesar de não negar suas ações como ditador, para ele, “seus atos de defesa do interesse nacional” se sobrepõem:

Transcorreu ao 24 de agosto último o 6º aniversário do trágico passamento do Presidente Getúlio Vargas, cujo suicídio levou a Nação inteira a um estado de comoção inenarrável. Figura das mais discutidas da nossa política, Vargas, soube conquistar inimigos irreconciliáveis como admiradores incondicionais, este principalmente no seio da classe operária, à qual legou inegavelmente uma legislação avançada.

Guinado ao poder em 1930, através de uma luta armada, depois de haver perdido as eleições para o sr. Júlio Prestes, Getúlio Vargas manteve-se no governo por 15 anos, mediante a [ilegível] de golpes desconcertantes. Excluindo numerosos atos desse período ditatorial e avaliando sua carreira de estadista também pelos seus atos de defesa do interesse nacional, muitos dos quais adotados no período constitucional de governo em que sucumbiu, não há dúvida de que os aspectos positivos se sobrepõem aos negativos na vida de Vargas, que deixou muito mais amigos a pranteá-lo que inimigos a escarnecer sua memória. Uma prova disto são as manifestações de pesar que se repetem anualmente junto as hermas, monumentos e à sua sepultura, tributadas tanto por intelectuais, como por estadistas e por numerosas representações das camadas mais humildes da população..... (FOLHA DE ITUIUTABA, 31/08/1960)

Em relação a Getúlio Vargas, o Jornal teve duas visões distintas ao longo do percurso em que analisamos: em um primeiro momento, durante o governo presidencial de Vargas (1951-1954), o Jornal trouxe algumas críticas ao estadista gaúcho, olhando com desconfiança sempre seu posicionamento perante as políticas públicas e sua relação com países tidos como “imperialistas”, principalmente os EUA, questionando o perfil autoritário do ex-ditador. No momento de morte e pós-morte, ele é tido como um estadista que beneficiou os trabalhadores e a nação brasileira, por meio das suas políticas trabalhistas, ligando-o ao nacionalismo e ao trabalhismo que os partidos getulistas defendiam, em especial, o PSD e o PTB.

Para Bourdieu (2017) um grupo social é definido tanto pelo seu “ser” quanto pelo seu “ser percebido”, ou seja, como ele se vê e como os outros o veem. Para o sociólogo, existe uma realidade da representação (como um elemento concreto), e a representação da realidade (essa em disputas materiais e/ou simbólicas que moldam a percepção da realidade), a busca pela dominação simbólica, se realizam de várias maneiras, seja pelos discursos e suas estratégias, ou pela superioridade versus a inferioridade. O Jornal firmava seu grupo político pelo poder simbólico de informação. Quando classifica alguém ou um grupo, fazia como marcas de distinção, exprimindo identidade social. Além do mais, o Jornal liderava a luta por hegemonia informativa na região, tendo domínio sobre.

Ao reforçar o papel de Vargas, o Jornal se exprimia no grupo dos herdeiros varguistas, que se diziam lutar por políticas trabalhistas. Essa posição de representação

da realidade feita pela *Folha de Ituiutaba* no pós-morte de Getúlio Vargas se deu, porque o Jornal, que desconfiava do líder trabalhista anteriormente, apoiou, nos anos que se seguiram, os seus herdeiros, não só Juscelino Kubitschek, João Goulart e Leonel Brizola, mas também trabalhistas e nacionalistas da região, que também reclamavam a herança do estadista.

O importante aqui é prestarmos atenção em como o Jornal representava a imagem do falecido líder, como uma maneira de afirmar as posições de que se diziam seus herdeiros, além de reclamar essa herança, frente a outros grupos. Ao agir assim, o Jornal fazia de seu grupo os legítimos herdeiros das políticas nacionalistas empregadas na gestão de Getúlio Vargas do período democrático, mas, ao mesmo tempo, faziam questão de se afastar da herança da ditadura do Estado Novo.

4.2 – Juscelino Kubitschek: O “maior presidente do Brasil”

As relações que a *Folha de Ituiutaba* construiu com Juscelino Kubitschek teve um percurso bem distinto da que o impresso teve com o estadista gaúcho, de modo que, dessa vez, não houve oscilação de posição, pelo contrário, o Jornal foi fiel ao líder mineiro ao longo de todo seu percurso. Juscelino (também conhecido como JK, letras iniciais de seu nome) era um dos principais herdeiros de Vargas, tanto de propostas, quanto de corrente política e do cargo na presidência. Entretanto, não pertencia ao mesmo partido. Getúlio, durante o período democrático, foi filiado ao PTB, enquanto o político mineiro era filiado a outro partido, também de orientação getulista, o PSD, mesmo partido do dono da *Folha*.

Juscelino Kubitschek de Oliveira foi um político, médico e, também, um oficial da política militar do mesmo estado onde nasceu, Minas Gerais. Antes de vencer o pleito para chefe de Estado, cargo pelo qual ficou mais conhecido, havia sido prefeito de Belo Horizonte, capital mineira (1940-1945), deputado federal por duas vezes (1935-1937; 1946-1951) e governador do estado de Minas Gerais (1951-1955). Durante a Quarta República, JK foi um dos nomes mais influentes dentro da política partidária do PSD. Venceu o pleito, em 1955, para Presidente da República (João Goulart da mesma chapa também venceu para vice-Presidente, em vista que a eleição era feita por cargo), e assumiu, no ano seguinte, com diversos desafios, entre suas promessas eleitorais: governar dentro dos limites constitucionais, acelerar o desenvolvimento econômico, implantar novas indústrias e integrar a nacionalidade, construir a nova capital, – Brasília, - e estradas que convergiam até ela, que se localizaria no Planalto Central do Brasil. Por

mais desafiador que fosse, JK foi bem sucedido dentro dessas tarefas. Segundo Moreira (2004), o projeto social nacional-desenvolvimentista de JK teve uma inter-relação com outros dois projetos importantes do período: o ruralista, marcado pelo seu caráter autoritário e conservador, e o nacionalista econômico, reformista e abertamente popular.

O projeto desenvolvimentista de JK começou quando ele ainda era prefeito de Belo Horizonte, e, gradualmente, foi se consolidando enquanto era Governador do Estado mineiro. Na sua campanha para presidente, esse projeto se tornou a sua principal bandeira econômica e social. Mais conhecido como o Plano de Metas, esse dividia-se em trinta metas distribuídas entre os setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. A construção de uma nova capital, Brasília, entraria, posteriormente, em seus planos, e se tornaria a grande prioridade. Em outras palavras, o Plano de Metas visava aprofundar o processo de industrialização do Brasil (MOREIRA, 1997; 2004).

Antes de JK se tornar presidente, o Jornal já trazia algumas notas de apoio sobre o político mineiro quando ocupava o cargo de Governador do estado. Quando era noticiado algo sobre JK, o Jornal sempre enfatizava o político mineiro dentro de um projeto de desenvolvimento que visava a obras estruturais. Como exemplo, na primeira nota que encontramos, vê-se no título que “Enumerou – o governador Juscelino Kubitschek, em sua palestra radiofônica do dia 7, os traçados das novas rodovias do Triângulo” (FOLHA DE ITUIUTABA, 20/01/1951).

Dentre essas também temos “O governador Juscelino Kubitschek visitará Ituiutaba em agosto.” (FOLHA DE ITUIUTABA, 18/07/1951), afirmando que estaria na cidade para a criação de uma agência da Caixa Econômica Federal e um posto de saúde. Na nota dizia que o então presidente do PSD local, Camilo Chaves, havia voltado de Belo Horizonte, onde se encontrou com o então Governador, para tratar assuntos do município de Ituiutaba, onde foi feito um convite para visitar a cidade, sendo a vinda do governador para discutir em nome do “progresso”. Dentro da vinda do Governador em visita ao município, é publicado “O governador Juscelino Kubitschek de Oliveira em Ituiutaba: Um convite”, que saiu em anexo na *Folha*, em uma pequena página, que dava um quarto do tamanho do papel do Jornal, convidando a sociedade regional para a chegada de JK no dia 28 de agosto em 1951, no afã de executar o plano rodoviário que ligaria a cidade de Ituiutaba à cidade vizinha de Uberlândia. O escrito ainda convida para uma passeata em homenagem ao Governador no dia, além de publicar a agenda completa da visita. No final segue a assinatura de diversos líderes políticos, desde o prefeito, os líderes dos

demais partidos locais, o juiz de direito, promotor de justiça e o delegado adjunto do município (FOLHA DE ITUIUTABA, 04/08/1951).

No dia 30 de agosto de 1951, sai, na *Folha*, em manchete “Salve o Governador Juscelino Kubitschek!”. Nessa edição uma parte da primeira página do Jornal se dedicou a descrever a visita do governador. A *Folha* havia adiantando, em um dia, a sua produção e circulação da edição do Jornal devido ao evento (FOLHA DE ITUIUTABA, 30/08/1951). Afirmando que, depois de muito tempo sem receber um governador na cidade (segundo o jornal desde 1927), - no dia, o município estava recebendo JK, com “honra”, pois o “governador Juscelino Kubitschek vem conhecer de perto os nossos problemas e estudar conosco a sua solução”. Ao terminar a nota, o Jornal se posiciona como apoiador dos “ideais de progresso e amôr”:

E na oportunidade de tão honrosa visita a “*Folha de Ituiutaba*” que comunga com essa laboriosa população os mesmos ideais de progresso e amôr ao torrão natal, faz também suas, as carinhosas manifestações de simpatia que o ilustre visitante recebe do povo tijucano. (FOLHA DE ITUIUTABA, 30/08/1951)

Nessa mesma edição, também é publicada a nota “A propósito da visita governamental”, afirmando que, nesse ano, de 1951, é para a cidade “marca definitiva de sua projeção como célula prospera e civilizada”, apontando a notoriedade e o destaque que a cidade vinha ganhando com a economia, visualizada na importância da visita do Governador mineiro. No texto:

Ora, há de se concordar que o Sr. Juscelino Kubistchek em que visita, no momento, uma das mais prospertas regiões do Brasil, bastando que lance as bases do ciclópico cometimento, para que os capitais afluam em proporções, possivelmente, superiores aos de outras empresas, de vez que a falta de energia constitui básico comum e doloroso de todas as células do Triângulo mineiro. (FOLHA DE ITUIUTABA, 30/08/1951)

Em manchete, na edição seguinte, o Jornal publica “Delirantemente aclamado, em Ituiutaba, O governador Juscelino Kubitschek!” (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/09/1951), trazendo, em uma manchete, que ocupava metade de toda a primeira página do Jornal, enfatizando a visita do então Governador, e dizendo o passo a passo do visitante por Ituiutaba, afirmando que a cidade apresentava “aspecto festivo” para encontrar o “ilustre governador”, seguido do desfile de automóveis, passeata de civis e militares do município, principalmente, do Tiro de Guerra, seguidos de discursos políticos e de um almoço, esse último, mais restrito, com “autoridades”. Após, o governador foi para uma reunião com os líderes dos partidos locais, em seguida, foram entregues pedidos de melhorias para a região nas mãos do Juscelino. A nota termina dizendo que JK está

“definitivamente interessado na solução dos problemas que mais afligem nosso povo” (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/09/1951). Importante pensarmos que o Jornal toma todo o seu apoio ao então governador como se fosse o “povo”, afirmando essa ser a vontade coletiva regional.

O impresso elevava JK de diversos modos. Em comemoração ao aniversário de vida do Governador mineiro, o Jornal cumprimentava o político pessedista, em uma nota, com uma fotografia em retrato, em “Aniversaria no dia 12 o governador Juscelino Kubitschek”, firmando que o “acontecimento merece um registro especial no calendário da vida social das Alterosas”, pois, em Juscelino “pousam no momento as maiores esperanças do povo montanhez, para a conquista de dias melhores” (FOLHA DE ITUIUTABA, 09/10/1952).

A relação da *Folha de Ituiutaba* com JK sempre foi de apoio às políticas desenvolvimentistas propostas, em que, na maioria dos escritos do jornal referente, Juscelino Kubitschek sempre está relacionado às visões de progresso da região por meio de obras de infraestrutura, como a criação de estradas e geração de energia, – propostas que viriam a ser uma das bandeiras principais do político nacionalista para o desenvolvimento do interior do Brasil, usada em seu ao pleito como programa presidencial. O interesse nessas melhorias para a região é sempre citado, quando dos encontros dos políticos locais com JK, visando à construção de rodovias, indústrias de base e meios de criação de energia elétrica.

Após o suicídio de Vargas, o contexto político Brasileiro continuou conturbado em meio a polarização do cenário. O projeto do segundo governo do estadista gaúcho (1951-1954), desde o início, encontrou grande oposição, principalmente, do quadro político da UDN. Com a morte do líder trabalhista, a comoção tornou os adversários políticos de Vargas como alvos de fúria popular. O vice e sucessor, Café Filho, implantou uma política conciliatória, distribuindo cargos para os udenistas, mas, ainda assim, as propostas de anulação presidenciais e a imposição de um governo passaram a ser defendidas fortemente pelos udenistas e parte da oposição. Essas medidas defendidas pelos antagetulistas iam contra a legalidade da Constituição Brasileira, temiam uma possível chapa PSD/PTB para as eleições, - o que foi confirmado, ainda em 1955, em aliança partidária ao pleito, com JK (PSD), como presidente, e João Goulart (PTB) como vice (MOREIRA, 2004).

Durante esse período, a *Folha de Ituiutaba* saiu em defesa da chapa PSD/PTB. Seja com o uso de propaganda política para a eleição, seja denunciando a vontade dos

opositores em barrar o processo eleitoral, e, posteriormente, a posse da chapa dos nacionalistas, levando essa mensagem aos seus leitores. Assim a *Folha* se firmou, no momento, como um veículo de informação, que era favorável à chapa presidencial JJ na região.

Um pouco antes de oficializar a chapa, ao início do ano de 1955, o Jornal publicava, sobre a escolha do PSD em colocar JK como candidato para as eleições presidenciais em “Será resolvido o destino da candidatura de Juscelino Kubitschek” (FOLHA DE ITUIUTABA, 15/01/1955), afirmando que o PSD, no mês seguinte, faria uma reunião nacional para decidir sobre a candidatura de JK. O Jornal trazia que “espera-se que seja confirmada a candidatura, dado que a maioria dos Estados já se pronunciaram favoravelmente ao Sr. Juscelino Kubitschek” (FOLHA DE ITUIUTABA, 15/01/1955).

Ainda, em janeiro de 1955, Antônio Abraão escreve sobre a campanha de JK com o título “Chegou nossa vez”. Nela o escritor afirma que vem acompanhando a propaganda política de JK, em excursão pelo Brasil, tecendo grandes elogios como “Campanha elegante, tão própria a seu espírito de homem equilibrado, sem ameaças, pressões que possam ferir a seus inimigos, usando da palavra clara, cristalina e eloquente”, dizendo que, como moradores do estado de Minas Gerais, a população deve “é fazer força por nosso candidato, não somente como conterrâneos, mas porque de fato reconhecemos nele homem dinâmico, empreendedor” (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/02/1955).

Com a homologação partidária da candidatura de JK, o Jornal comemora, em suas páginas: “Exemplar lição de civismo e democracia: Homologada a candidatura Juscelino Kubitschek à presidência da República”, saindo em manchete, na primeira página, com uma foto do político mineiro abaixo, dizendo que a escolha:

Conforme era esperada, a candidatura de Juscelino Kubistchek à Presidência da República foi homologada na momentosa convenção do PSD, realizada no dia 10 corrente na Capital Federal.

Os debates em torno do importante assunto, em que estavam em jôgo os destinos democráticos do Brasil, da fórmula de escolha de candidato.

Esse resultado é bem o reflexo da grande aceitação que vem alcançando em todo o território brasileiro o nome do Governador Juscelino Kubitschek para suprema magistratura do País. Em Ituiutaba, não obstante o adiantado da hora, a notícia da vitória do candidato pessedista foi comemorada com estrondoso foguetório. (FOLHA DE ITUIUTABA, 12/02/1955)

Nesse mesmo período, de pré-eleições, em um escrito com o título de “Utopia”, Manoel Agostinho afirmava a necessidade de transferência da capital política do Brasil para o centro do país, e que melhorias viriam com a tal mudança, principalmente, de “saneamento no âmbito do funcionalismo federal”, porém, o jornalista não acreditava na

possibilidade de mudança da capital administrativa, pois dizia que os políticos, por conveniência, não iriam aceitar mudar da região privilegiada que viviam, no Rio de Janeiro, pois, o planalto central não ofereceria a vista ao mar nem a rotina de uma cidade grande (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/05/1955).

Meses depois, agora, já dentro da corrida do pleito presidencial, e nas vésperas das votações, o Jornal publica “Juscelino e Jango vibrantemente aplaudidos: O que foi o ato do MNPT”, trazendo detalhes sobre um ato público no Cine Teatro de Ituiutaba, em favor da chapa de JK e Jango, pelo Movimento Nacional Popular Trabalhista de Ituiutaba (MNPT), contando, segundo o Jornal, com mais de 200 pessoas das mais diversas classes sociais e profissões, nele, “vários oradores fizeram o uso da palavra, condenando as soluções golpistas”, se referindo às posições udenistas e dos demais opositores contrários ao processo eleitoral (FOLHA DE ITUIUTABA, 03/09/1955).

Dentro desse processo eleitoral, um outro escrito do impresso tijucano nos chamou atenção, em que afirma que “Juscelino Kubitschek nenhum compromisso tem com os Comunistas” (FOLHA DE ITUIUTABA, 10/09/1955), ao reportar que os adversários estão acusando o candidato ao cargo de Presidente da República de ser comunista, em vista que vários comunistas declararam voto ao político mineiro. No escrito:

O repertório da calunia e do ódio não é muito variado. Costumam apelar para as mesmas armas em épocas diferentes. No Brasil, por exemplo, uma das armas desleais e odientes de que se servem os adversários de um bom candidato a um alto cargo é acusá-lo de comunista, “porque os comunistas vão votar nele” (FOLHA DE ITUIUTABA, 10/09/1955).

Mais uma vez, vemos a problemática do comunismo nas páginas do Jornal, que sempre aparece em reafirmação de distanciamento. O Jornal fazia questão de distanciar também o seu candidato do rótulo de comunista. Sabiam que era necessário, para sua sobrevivência, demonstrar que não havia relação direta entre JK, com tal ideologia, e que, portanto, o Jornal não apoiaava um candidato “comunista”.

No último mês, antes da eleição, o Jornal lançava um editorial, se posicionando sobre o apoio à chapa dos herdeiros dos Vargas. Com o título “Posição definida: Pela vitória de Juscelino e Jango nas eleições de 3 de outubro!”, afirmava que, nas páginas do periódico, o apoio era aos candidatos do PSD/PTB nesse pleito:

Em várias oportunidades temos deixado transparecer pelas colunas dêste jornal a nossa simpatia pela candidatura de Juscelino Kubitschek e João Goulart, respectivamente à Presidência e Vice-presidência da República no pleito que se avizinha, como em todos os momentos, dênde o último funesto 24 de agosto de 1954, manifestamos de público nossa repulsa pelas soluções extra-legais insistentemente preconizados pelos semeadores de ódio e confusões.

Essa posição, que jamais visou auferir qualquer espécie de vantagem material, direta ou indireta, impunha-se desde o primeiro instante, como conduta rotineira de um órgão que tem se colocado sempre na linha de frente em defesa da legalidade e preservação das garantias constitucionais contra o ferrenho néo-fascismo abjeto e ameaçador. (FOLHA DE ITUIUTABA, 17/09/1955)

Ao dizer “neofascista”, o Jornal se refere às oposições que pediam intervenção política e Estado de exceção, no momento. As mesmas que levaram a crise política que desaguou no suicídio do líder, e agora faziam oposição à eleição da chapa PSB/PTB, sendo representada por udenistas, principalmente, no papel de Carlos Lacerda. Ao terminar o editorial, o Jornal reafirma, em letras com fonte maior que o texto, e em negrito “Pela vitória de Juscelino e Jango nas eleições de 3 de outubro!” (FOLHA DE ITUIUTABA, 17/09/1955).

Nesse processo o Jornal, também, publicava “Liga de defesa da legalidade: Um novo e auspicioso fator na luta pela garantia das liberdades democráticas”, afirmando que estava em ordem uma liga de legalistas se organizando na capital da República (no Rio de Janeiro até então), para agir em defesa das “liberdades democráticas”, e contra os “pregoeiros do golpe e remanescente fascistas”, que estavam em setores do atual governo (se referindo ao governo de Carlos Luz), sendo essa liga formada em setembro e, posteriormente, se espalhado pelo Brasil. Ao final o Jornal reafirmava seu posicionamento:

[...] queremos deixar consignado o nosso mais caloroso aplauso aos fundadores da Liga de Defesa da Legalidade, aos quais tributamos a nossa modesta homenagem e transmitimos o nosso mais decidido e leal apôio. (FOLHA DE ITUIUTABA, 17/09/1955).

Na edição seguinte, o Jornal trazia outro editorial, em continuidade, na declaração de seu apoio público à chapa nacionalista/trabalhista, em “Razões de uma Atitude”, afirmando que o impresso jamais havia declarado antes seu posicionamento, até então, e que não trabalham exclusivamente para um partido ou linha política, e sim em favor da região. Para o periódico, seu posicionamento se deu pelo momento crítico que o país vivia, em frente a outros candidatos antidemocráticos, e em “defesa da constituição”, sendo que a vitória da chapa nacionalista representava, para o Jornal, a “libertação nacional, a sobrevivência do regime e das liberdades democráticas” (FOLHA DE ITUIUTABA, 24/09/1955).

Ainda nessa mesma edição, o Jornal trazia “Como votar em 3 de outubro” (FOLHA DE ITUIUTABA, 24/09/1955), nele explicando o processo de votação, desde os locais, os documentos que precisavam, a rubrica do mesário, a entrada na cabine, o

preenchimento da cédula eleitoral: um passo a passo. Logo, em seguida, nas páginas da *Folha*, havia uma imagem ilustrativa da cédula eleitoral, na qual estavam preenchidos os nomes de Juscelino Kubitschek e João Goulart para presidente e vice.

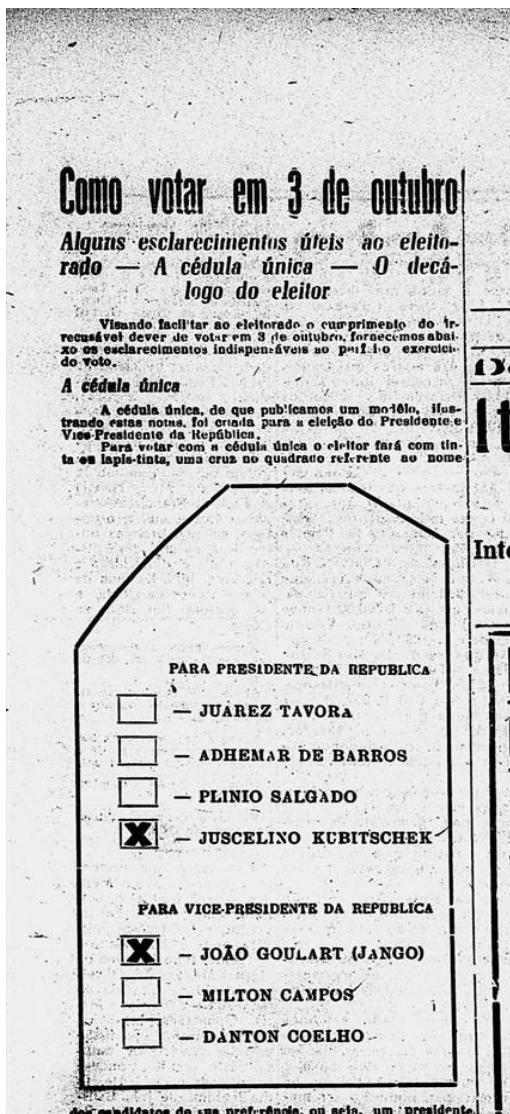


FIGURA 10: Reprodução do jornal com cédula eleitoral de 1955 preenchida.
FONTE: *Folha de Ituiutaba*, N.733, ano XIV, Ituiutaba (MG), 24 de set. 1955.

Também, nessa mesma edição, o Jornal lançava uma nota sobre uma visita, em propaganda eleitoral, dos seus candidatos ao município, marcando o retorno de JK ao Pontal do Triângulo, com “De braços abertos! Ituiutaba receberá hoje Juscelino Kubitschek e João Goulart” (FOLHA DE ITUIUTABA, 24/09/1955), afirmindo que JK e João Goulart são os “candidatos da resistência democrática”, em contraposição aos posicionamentos antidemocráticos propostos pela oposição na época. O Jornal ainda

afirmava que estarão na cidade os “já vitoriosos candidatos da resistência democrática” para um comício, com outras personalidades de destaque nacional dentro do PSD/PTB. Seguindo a notícia, a *Folha* afirmava que os dois candidatos detiveram, com sua candidatura, uma onda golpista no Brasil, mesmo antes da eleição, garantindo a constituição e as liberdades individuais dos brasileiros. Importante notarmos o primeiro título da nota em que o Jornal expressa a sua vontade como se ela fosse a mesma da população local em receber “de braços abertos” os dois candidatos.

Na edição seguinte, o Jornal trazia que “O povo conduziu Juscelino ao triunfo: recebeu o candidato da Resistência Democrática as maiores homenagens que os ituiutabanos já tributaram a um homem público”, afirmando que a visita, apesar de ter sido anunciada apenas algumas horas antes, foi “o maior espetáculo cívico registrado nos anais políticos” da região, dizendo que a comitiva foi acompanhada pela população, ao chegar até a ala onde começou o comício, no qual nomes locais do PTB e do PSD discursaram em favor da chapa dos herdeiros do getulismo, – dentre esses, o redator-chefe da *Folha*, Geraldo Sétimo, falou em nome dos operários e da imprensa em favor da chapa da “Resistência Democrática”. Ainda a nota descrevia o discurso de Juscelino à população local, e também afirmava que a chapa JJ era a “legítima herdeira das lutas e conquistas do governo Vargas” (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/10/1955).

A chapa composta pelos herdeiros getulistas venceu o pleito. A UDN que, mesmo não concordando com o processo legal, concorreu apresentando como presidenciável o general Juarez Távora. A derrota de Távora para Juscelino enfureceu ainda mais os udenistas, que, instantaneamente, defendiam um Golpe de Estado contra a posse de JK/Jango, impondo um “governo de emergência”, com apelo aos militares, sendo que o coronel Jurandir Mamede defendeu abertamente a tomada do poder para impedir a posse da chapa vitoriosa. O discurso chamou atenção de outro militar, nacionalista ferrenho e legalista, com enorme influência dentre as forças armadas, o então Ministro de Guerra Marechal Henrique Lott passou a exigir da presidência punição ao general Mamede pela fala. O então Presidente Carlos Luz (Café Filho havia se afastado por problemas com sua saúde), um dos grandes defensores da proposta golpista, recusou o pedido de Lott, fazendo com que General nacionalista se demitisse do ministério. De tal maneira, vendo uma possível ação contra a posse da chapa de JK/Jango, Lott decide agir organizando o que ficaria conhecido como o *Golpe preventivo de 11 de novembro de 1955*, em que as tropas lideradas por ele tomaram o controle das unidades militares e invadiram os prédios governamentais no Rio de Janeiro, além das rádios e jornais, anunciando a deposição do

interino Carlos Luz, sendo a Presidência da República assumida por Nereu Ramos devido à linha de sucessão, em vista de seu cargo no Congresso Nacional como vice-presidente da casa. Dias depois Café Filho tentou reassumir, sendo barrado pelo Congresso Nacional. Ao entregar o poder ao Congresso, Lott confirmou a posse de JK no início do ano seguinte (SKIDMORE, 2010).

Na edição de 8 de outubro¹⁴⁰, após as eleições que aconteceram cinco dias antes, o Jornal enfatizava a vitória de Juscelino, que teve maioria dos votos no município, em “Auspíciosa vitória de Juscelino em Ituiutaba”, afirmado que, apesar das artimanhas dos concorrentes (e principalmente de Adhemar de Barros), Juscelino Kubitschek superou todos, pois “estava realmente no coração do Povo” e “empunhado a bandeira da legalidade e da Resistência Democrática”. Nessa mesma edição, o Jornal também trazia que “Não falharam os mineiros”, afirmado que as eleições no estado de Minas Gerais foram ordeiras e dentro da legalidade, terminado a nota com a afirmação de que a maioria dos moradores de Minas Gerais votaram em JK, demonstrando, assim, seu “espirito de independência impregnado de ideais de liberdade democrática” (FOLHA DE ITUIUTABA, 08/10/1955).

Após as eleições, o Jornal passou a denunciar constantemente as tentativas de ação contra a posse de Juscelino e Jango, publicando diversas notas como “Voltam os rumores de golpe”. Nesse o impresso seguia afirmado que os perdedores no processo eleitoral, não satisfeitos com o resultado que foi uma “vitória do povo”, agiam contra, propondo uma solução “extra-legal”. Dentre esses sujeitos, o Jornal acusava os udenistas Pedro Aleixo e Carlos Lacerda de estarem à frente do movimento:

Definida as posições de todas as correntes políticas e das figuras de maior prestígio junto às massas ante as candidaturas à Presidência e Vice-presidência da República, a onda golpista até então pregada pelos menos avisados contra as instituições foi substituída por um desusado interesse pelo pleito que se aproximava, tendo essa trégua prosseguido por mais alguns dias de expectativa pelos resultados das urnas.

O programa foi bem sucedido: ganhassem os partidários do golpe, as eleições teriam sido realizadas com perfeita lisura, apesar da pressão de toda sorte exercida contra candidatos contrários, a posse dos eleitos seria pacífica: vencessem os adversários, entretanto, teria havido fraude, teria havido burla. Tudo indica, porém, que os resultados das urnas ser-lhes-á adverso, e tal como foi esquema traçado nas eleições já não correspondem a vontade da maioria. Não podemos ser governados por homens eleitos por uma massa ignorante e de mãos calosas, cujo direito ao voto lhe devia ser cassado. Pelo menos é essa a interpretação que damos às atitudes de uma minoria que ainda alimenta a esperança de uma solução extra-legal.

¹⁴⁰ Infelizmente não conseguimos encontrar as edições próximas do dia 11 de novembro de 1955, para compreendermos, nas páginas do jornal, as atividades políticas em torno do Golpe preventivo do General Lott. Sendo que a edição mais próxima que encontramos é de 05/11/1955 e de 29/11/1955.

E volta assim uma nova onda de golpe que começou com um discurso proferido há três dias pelo Sr. Pedro Aleixo e reforçado, a seguir, por outro do Sr. Carlos Lacerda na Câmara Federal. (FOLHA DE ITUIUTABA, 22/10/1955)

O Jornal também trouxe, sobre o posicionamento do poder legislativo da cidade frente à onda, tida como golpista pelo Jornal, em: “Contra o Golpe a Câmara municipal de Ituiutaba”, em que o poder legislativo de Ituiutaba definiu a moção por unanimidade. Nessa mesma edição, saia no Jornal sobre a “Intromissão aberta na vida interna do Brasil! Onde se localizam as raízes da onda golpista: a imprensa americana dispensou os subterfúgios ao traçar normas aos seus lacaios nacionais”, afirmando que a imprensa dos EUA, ligada ao mercado financeiro, inflava os opositores da chapa JJ, levando-os a articular um golpe de Estado desde o suicídio de Vargas, se atenuando após as últimas eleições desse ano (FOLHA DE ITUIUTABA, 29/10/1955).

Já, no ano seguinte, o Jornal anunciava a posse de JK e dos demais em “Terça-feira a posse dos eleitos: Diplomados os Srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart”, trazendo que, após a acalorada e exaustiva campanha política, assegurando a constituição e instituições políticas, seriam, por fim, empossados, o Presidente da República e o Vice-presidente, no dia 31 do mesmo mês, seguindo com a ideia de que, assim, a chapa dos herdeiros varguistas devia “cumprir com o magnífico programa econômico e social traçando antes das eleições”, se referindo ao programa nacional-desenvolvimentista proposto durante a campanha (FOLHA DE ITUIUTABA, 28/01/1956).

Na edição seguinte, o Jornal trazia “Festa do povo a posse de Juscelino: reafirmou o presidente a sua disposição em cumprir à risca a plataforma eleitoral – repercussão das solenidades de Ituiutaba”, afirmando que o evento da posse foi aclamado com fervor popular, pois se distinguiu das demais campanhas políticas, sendo que, também, na cidade de Ituiutaba, foi comemorada em um bar da cidade, com fogos de artifício, diversos oradores e a “população festiva” (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/04/1956).

O projeto de JK, conhecido como nacional-desenvolvimentismo, se baseava em realizações de incentivo ao progresso econômico, por meio da industrialização e de construções estruturais. Durante sua gestão, JK evitou conflitos com diversos setores políticos. O projeto de JK tinha como base o nacional-desenvolvimentismo, fomentado por meio de interesses do desenvolvimento interno do país, e buscando a integração nacional. A aliança com intelectuais garantia sua plataforma política. Assim um dos setores intelectuais que guiavam o governo JK era o Instituto Superior de Estudos

Brasileiros (ISEB), que foi um grande difusor do ideário nacionalista no período. Esse grupo:

Diante da supostas resistência dos setores sociais “arcaicos” ao processo de industrialização, os isebianos pregavam a necessidade de uma “revolução democrático-burguesa”, isto é uma aliança dos “setores sociais dinâmicos” (burguesia, proletariado, camponeses e nova classe média) sobre a direção da “burguesia nacional”, para fazer face aos interesses “arcaicos” [leia-se agrário-exportadores e anti-industriais]. (MOREIRA, 2004, p.162)

Os isebianos tinham uma íntima relação, não apenas com JK e seu governo, mas também eram fortes dentro do que era conhecido como Ala Moça do PSD. A sustentação do governo JK se baseou na aliança entre o seu partido, o PSD, e o PTB do vice João Goulart, o PSD, de perfil mais conservador e ruralista, e o PTB, mais voltado aos interesses trabalhistas, dando ao governo um aspecto de “centro”, pois combinava os setores com seus mais diversos programas, tendo apoio do que ficou conhecido como “Grupo Compacto”. A principal legenda opositora ao governo JK era a UDN, apesar de que algumas das vezes a ala do partido, conhecida como “Bossa Nova”, composta por, em sua maioria, jovens, de orientação um pouco menos conservadora, faziam coro com o governo JK e com a frente nacionalista (MOREIRA, 2004).

Uma outra ala de apoio de JK eram os Ruralistas, frente política que atuava em defesa dos privilégios dos grandes proprietários rurais. O apoio dos ruralistas ao governo JK se deu, principalmente, devido à construção de Brasília e à “Grande Meta de Integração Nacional”, que veio com o cruzeiro rodoviário para escoamento e alavancamento da produção agrária e industrial no interior do país, aliviando pontos de estrangulamento do desenvolvimento rural. “A operação Brasília interessava à oligarquia rural, sobretudo porque sua implementação significava a oportunidade de ampliação das fronteiras produtivas do setor” (MOREIRA, 2004, p.183).

Dessa maneira, as políticas de JK agiram expandindo a produção e o latifúndio no interior do Brasil, sendo que a industrialização se atrelou ao modelo oligárquico, conforme afirma a autora, ampliando as fronteiras produtivas do setor, expulsando pequenos produtores, trabalhadores rurais e indígenas que ocupavam muitas dessas terras, sendo que, nesse momento, 70% da população viviam em zonas rurais. Assim a agenda nacional-desenvolvimentista de JK teve uma profunda relação com o projeto ruralista, que buscava uma articulação, preservação e ampliação dos interesses rurais durante o processo de industrialização.

É aí que o contexto tijucano se enquadra dentro do projeto de Juscelino Kubitschek, de desenvolvimento do Brasil central. Ituiutaba e outras cidades do Triângulo Mineiro se desenvolveram significativamente no período, devido à expansão no sistema de transportes e energia, proporcionados pelo Plano de Metas. A criação de Brasília aumentou a produção no Brasil central, expandindo fronteiras, estradas e o escoamento de produtos, inclusive grãos como no caso do arroz. Assim, houve também um aumento no investimento em financiamentos em lavouras, compra de maquinário e de silos para armazenagem de produtos (GIAVARA, 2019). Esse fenômeno impulsionou profundas transformações sociais que implicaram na sociabilidade. Assim:

A construção de Brasília conferiu à região uma posição estratégica na economia regional, articulando as regiões centro-oeste e sudeste e tornando-se, nessa conjuntura, grande fornecedora de alimentos como carne fresca, derivados de leite e grãos, especialmente milho e arroz (item de maior relevância da economia regional) para o abastecimento de São Paulo capital e do interior, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Contudo, as contradições desse processo de modernização deixaram marcas profundas na região revelando o lado mais perverso dessa exploração. (GIAVARA, 2019, p.184)

A *Folha* se manteve como apoiador do governo JK durante, praticamente, toda sua gestão presidencial (1956-1960), expressando, ainda mais, suas afinidades com o projeto desenvolvimentista no ano final do mandato do político mineiro. Mas, antes mesmo de assumir o mandato presidencial, o Jornal informa que “Regressou o Sr. Juscelino Kubitschek – Presidente eleito entrou em contato com governantes e industriais de numerosas nações”, noticiando que JK estava em viagem pelos EUA, e, em alguns países da Europa, com o “objetivo de levar à prática o programa administrativo que tem em mira” (FOLHA DE ITUIUTABA, 28/01/1956).

Destacamos, mais uma vez, que, no Jornal, durante a gestão JK, tudo era sempre noticiado em torno de construções de rodovias, energia elétrica e outras construções infraestruturais. No primeiro ano de gestão JK, saía no Jornal que “Vultosa verba destinada à usina de Cachoeira Dourada”, afirmado que o Presidente lavrou a autorização ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, para a criação de usina hidrelétrica na região (FOLHA DE ITUIUTABA, 11/08/1956). Em 1958, é destacada a notícia que “JK inaugurou importante trecho da rodovia Santos-Brasília”, afirmado que o chefe de Estado estava cumprindo sua proposta de ligar o interior do Brasil, construindo a nova capital do país, e que isso seria um grande benefício para a região (FOLHA DE ITUIUTABA, 15/11/1958).

No início do ano seguinte, o Jornal trazia que “Inaugurou-se hoje o 1º estágio da usina de Cachoeira Dourada”, com a presença de JK no evento, o impresso terminava afirmando que o Juscelino “presidiu ainda a inauguração de vários melhoramentos em Goiânia, entre os quais a Penitenciária Agrícola do Estado, o Hospital de tuberculosos e o edifício sede das Centrais Elétricas de Goiás” (FOLHA DE ITUIUTABA, 24/01/1959).

No mesmo ano, o Jornal publicava que “Eletrificação do Vale do Paranaíba deve ser transformada em Meta de JK”, sobre a região vizinha e o processo de levar força elétrica para a região (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/02/1959).

O Jornal olhava para o governo JK como um período de progresso político e econômico, por suas construções na área de infraestrutura, principalmente, no que se refere à construção de estradas e rodovias e de criação de energia. No ano final de sua gestão (1960), essas manchetes aumentariam na *Folha*, principalmente, com a conclusão e a entrega da nova capital política do país, e como um balanço dos últimos três anos de governo.

Assim, o Jornal publicava, “BRASILIA – nova Capital dentro de 12 dias” (FOLHA DE ITUIUTABA, 09/04/1960), sobre a entrega da cidade, em que o Jornal afirmava que, depois de diversas divergências sobre o ritmo da construção e das mudanças, JK, de modo impressionante, conseguiu terminar em tempo, alegando que a nova cidade-centro mudaria a dinâmica do interior do Brasil.

No mês seguinte, o Jornal trazia um balanço em “O Brasil de hoje: sua maior vitória” (FOLHA DE ITUIUTABA, 28/05/1960)¹⁴¹, iniciando com a descrição de uma nova linotipo, que a gráfica da *Folha* havia adquirido, usando como exemplo sobre as melhorias financeiras que os brasileiros estavam vivendo. Assim o escritor reflete sobre o “intenso progresso que invade irresistivelmente todos os setores da vida nacional”, falando que o desenvolvimento equipara o Brasil a países europeus, seguindo com a ideia de que essas conquistas se deram com as construções de usinas hidrelétricas, rodovias e indústrias, nos últimos anos, pela política desenvolvimentista.

Nesse momento, progresso era a palavra de ordem no Brasil, e era transposta na forma do desenvolvimentismo e da modernização, vislumbrada em construções de cidades, rodovias e produção de energia elétrica. O projeto de JK pretendia modernizar o

¹⁴¹ Anteriormente ainda foram publicadas outras notas sobre a compra da nova linotipo da *Folha* em “*Folha* vai instalar a primeira linotipo do Pontal do Triângulo Mineiro” (FOLHA DE ITUIUTABA, 23/01/1960). e “Chegou a Linotipo da *Folha*: A primeira a ser instalada no Pontal” (FOLHA DE ITUIUTABA, 20/04/1960).

Brasil, e os jornais brasileiros também seguiam esse ritmo e se apressavam em se transformar, construindo o momento como um marco fundador de mudanças tecnológicas e intelectuais de produção dos impressos (BARBOSA, 2010). Adquirir a linotipo mais moderna do Pontal do Triângulo configura um projeto de modernização do Jornal e de profissionalização, mas também, para o Jornal simbolizava o desenvolvimento não só da técnica, mas também da economia e do social.

Em “JK, o reformista”, escrito na coluna *Tudo em poucas linhas*, de Manoel Agostinho, já assinando o Jornal como redator (FOLHA DE ITUIUTABA, 03/08/1960), iniciava-se com uma reflexão sobre a necessidade de se fazer a Reforma Agrária no país, passando pelas Ligas Camponesas, e afirmando que o governo JK estava fazendo diversas modificações na vida dos brasileiros, faltando iniciar a Reforma Agrária, sobre a qual o presidente prometia enviar um anteprojeto ao congresso. Agostinho torcia para que tal projeto fosse apresentado e aprovado:

No Brasil, tôdas as conquistas se realizaram sem derramamento de sangue, demonstração eloquente do nosso amor à paz e acatamento à Lei: Não seria nesta etapa da nossa vida econômica e de política desenvolvimentista que viesse uma transição pacifista.

JK nos promete enviar um ante-projeto ao Congresso, propondo a decantada Reforma Agrária. Permita Deus seja o nosso fabuloso Presidente bem iluminado para nos apresentar um estudo sério, robusto, saneador e prático que comporte uma solução imediata do intrincado problema. (FOLHA DE ITUIUTABA, 03/08/1960)

A Reforma Agrária seria uma das principais bandeiras políticas, em termos de projetos nacionais, da *Folha*, nos anos seguintes, durante a gestão de João Goulart.

No término do mandado de Kubitschek, o Jornal publicava uma “Mensagem do Presidente da República à direção da *Folha*: O diretor dêste jornal recebeu ontem do Sr. Juscelino Kubitschek, Presidente da República a seguinte mensagem” (FOLHA DE ITUIUTABA, 11/01/1961). A notícia trazia uma mensagem, na íntegra, de JK, em seu último mês, ocupando o cargo de Presidente da República, escrita já na nova capital política do país: Brasília. A carta foi endereçada ao dono do Jornal, Ercílio Domingues da Silva, e nela o político mineiro afirmava o seu “reconhecimento pelo trabalho patriótico, apoio a luta que travei para conduzir a pleno êxito a causa do desenvolvimento nacional”, agradecendo a *Folha* e a sua redação pelo trabalho em conjunto.

Em 1962, já se passado um ano desde o término da gestão de JK como Presidente do Brasil, ele visitou o município de Ituiutaba. Naquela ocasião, o Jornal relatava que o político mineiro iria receber um título local em “JK cidadão honorário de Ituiutaba”, por meio de um projeto de lei do vereador petebista Rodolfo Leite de Oliveira, que foi

aprovado e apoiado por maioria dos vereadores na câmara municipal de Ituiutaba (FOLHA DE ITUIUTABA, 05/09/1962). Na edição seguinte, é publicado que “JK recebeu anteontem o título de cidadão Ituiutabano” das mãos do poder municipal, título outorgado pelo legislativo local (FOLHA DE ITUIUTABA, 08/09/1962).

Podemos afirmar que a *Folha de Ituiutaba*, ao longo do período que analisamos, se manteve como uma fiel apoiadora de Juscelino Kubitschek, seja quando ele era Governador do Estado de Minas Gerais, durante, e na vitoriosa campanha presidencial, junto com o vice João Goulart, ou mesmo, na gestão como Presidente da República, e, também, posterior ao fim do cargo. O Jornal fazia a defesa às políticas desenvolvimentistas, por meio de propagandas elogiosas e enaltecedoras em favor da eleição de JK, noticiando construções infraestruturais, ligando-as ao político mineiro. Também não encontramos nenhuma crítica direta à gestão do pessedista, além do mais, o Jornal teve, de certa maneira, uma relação íntima com o político, visto que JK visitou a cidade em algumas ocasiões conhecendo os redatores, e, ao final do seu mandato, enviou uma carta de agradecimento direta ao dono/diretor do Jornal.

O Jornal foi fiel em sua trajetória de aliança em favor de JK e de suas políticas. O dono da *Folha*, Ercílio Domingues, manteve seu posicionalmente favorável ao político mineiro ao longo dos anos, sendo, na entrevista feita, décadas depois do fim do jornal, em 1995, o jornalista tijucano afirma ainda os seus apoios, ao falar sobre a perseguição política durante a ditadura militar, se referindo ao papel de Juscelino Kubitschek:

Tem e até vou dizer mais o seguinte, essa perseguição tornou-se na época, com o correr do tempo, com o passar do tempo, é não deixa de ser um trunfo, porque foram perseguidos também até o ex-presidente da República, Juscelino foi também perseguido, foi preso foi exilado, e muitos senadores, ex-governadores, deputados que não comungavam com o pensamento militarista da época né, então tornou-se uma honra para esses que foram perseguidos, porque nós tínhamos do nosso lado um ex-presidente da República, que foi o maior presidente do Brasil até hoje que foi o Juscelino Kubistchek. (SILVA, 1995)¹⁴²

¹⁴² Nesse trecho da entrevista, Ercílio, ao comparar-se com a perseguição de JK, usa palavras como “trunfo”, indicando vitória e “honra” como virtude e conduta de caráter, isso com o “passar do tempo”. Apesar de ter sido derrotado politicamente, no momento da entrevista, ele se vê como vitorioso. Demonstra uma memória idealizada, que justifica o seu papel no período, apontando uma espécie de triunfo perante o passado e uma autoabsolvição. Para Ricouer (2012) a memória manipulada, que é inserida em um nível prático, é instrumentalizada em favor de uma identidade, coletiva ou individual, que se dá através do fenômeno da ideologia. Assim essas manipulações da memória “devem-se à intervenção de um fator inquietante e multiforme que se intercala entre a reivindicação de identidade e as expressões públicas da memória” (RICOUER, 2012, p.95). Através dos recursos de variação narrativa oferecidos, é que se torna possível a ideologização da memória.

4.3 – “‘Lacerdinhos’ infestaram a cidade”: A *Folha* oposicionista

Em 1960, com a gestão JK chegando ao fim, iniciou-se uma nova corrida eleitoral e um novo Presidente da República foi escolhido, visto que a constituição de 1946 vetava a reeleição. Chegava ao cargo, em janeiro de 1961, Jânio da Silva Quadros, eleito democraticamente pelo voto direto no ano anterior.

Jânio Quadros era mato-grossense, e, em 1947, disputou a vereança na capital São Paulo, se elegendo pelo Partido Democrata Cristão (PDC), em seguida, foi ascendendo de cargo político, sendo eleito como Deputado Estadual (1950) e, posteriormente, a Deputado Federal (1959), Prefeito de São Paulo (1952), Governador de São Paulo (1954) e Presidente da República (1960). Por várias das vezes, à escalada política de Jânio foi atribuída seu papel de “populista”: terno amassado, barba malfeita, sotaque peculiar, entre outros instrumentos empregados, com os quais buscava se aproximar das classes populares para “manipular” o eleitorado¹⁴³. Entretanto, Jânio destacava que, em sua concepção de Estado, havia uma diferença de outros políticos da época (tais como Getúlio Vargas, e, principalmente, Adhemar de Barros): Quadros afirmava que combatia, publicamente, o apadrinhamento político e práticas de corrupção, - tanto que seu símbolo era uma vassoura que varreria tais elementos da política -, propondo uma administração impessoal de Estado. Em outras visões analíticas, que vão de frente com essa concepção de “populismo”, acredita-se que Jânio ganhou capital político por defender melhores condições para trabalhadores, em sua ação como legislador, advogando condições de vida melhores para a população mais pobre. Mas, além dessas, a sua projeção política, ao contrário de seu discurso, se deu, também, pelas alianças e mobilizações partidárias, defendendo relações política tradicionais, além de apoio do empresariado e representantes do capital estrangeiro (QUELER, 2014).

Nas páginas da *Folha de Ituiutaba*, em relação a Jânio Quadros, antes de ser eleito como Presidente, encontramos uma citação ao político mato-grossense. O escrito “O retrato de Dorian Gray”, título inspirado no nome do romance de Oscar Wilde, Manoel Agostinho falava, em sua coluna, sobre o então Governador do estado de São Paulo, afirmando, em tom de elogios, primeiramente, que, em “seus primeiros atos como

¹⁴³ Entre os intelectuais que propõem essa concepção de populismo, temos trabalhos de destaque como o de Weford (1978). Em contraposição, outra visão sobre Jânio, que destaca a sua relação bem sucedida com as classes populares, sendo visto não somente como um político excêntrico, mas como alguém que defendia, constantemente, melhores condições de vida para os trabalhadores em suas atuações, pode-se ver em Benevides (1987). Discutiremos melhor a questão do populismo nos momentos finais deste trabalho.

governador da cidade que mais cresce no mundo, predeterminava uma linha de conduta exemplar, um governo de austeridade, correção e, sobretudo, moralizador” (FOLHA DE ITUIUTABA, 12/07/1958), dizendo que teria expurgado funcionários públicos que recebiam sem aparecer nas repartições públicas, incluindo um campeão olímpico famoso chamado Ademar Ferreira da Silva. Entretanto, Agostinho afirmava que, agora, Jânio, fazia o oposto, pois oferecia, para os craques paulistas, um emprego no meio público:

O que teria acontecido ao austero dr. Jânio Quadros da Silva? Teria o moço mato-grossense esquecido do caso Ademar Ferreira?
Isso é o Brasil, assim são nossos homens públicos. Tais cometimentos é que levaram ao descrédito as figuras de realce do cenário político do país. E pena! (FOLHA DE ITUIUTABA, 12/07/1958)

Jânio Quadros concorreu ao cargo de Presidente do Brasil em 1960, pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), e teve apoio da UDN, sendo seus principais adversários o Marechal Henrique Teixeira Lott (PSD) e Adhemar de Barros (PSP). A *Folha*, durante o período, se mostrou favorável à candidatura do militar pessedista, ou seja, foi oposicionista à candidatura de Jânio Quadros. No escrito “Será homologada a candidatura Lott”, afirmava que Lott era o “nome imposto pela vontade popular, por certo o seu nome movimentará o Brasil de norte a sul e o pôvo vibrará de justo contentamento” (FOLHA DE ITUIUTABA, 15/07/1959).

Em “Posições definidas” (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/08/1959), na sua coluna, Manoel Agostinho apontava as candidaturas para o cargo do executivo nacional, isso, um ano antes da eleição. Ali descrevia Jânio e Lott, e os comparava. Usando as seguintes palavras para o Primeiro:

Homem combativo, habilidoso, possuindo todas as nuances do político sagaz, êle representa o papel de acordo com o ambiente nacional. Negar seu valôr como líder, como revolucionário em certa época é deixar-se envenenar pelo sectarismo político, é fugir criminosamente da realidade dos fatos. Governando S. Paulo, confessamente o maior Estado da União, êle teve alguns lances convincentes, em que pese uma enorme áurea demagogia que cerca e que o embala. (FOLHA DE ITUIUTABA 01/08/1959)

Se, para Agostinho, Jânio era envolvido em “áurea demagógica” de “alguns lances convincentes”, Lott era elogiável, de várias formas:

Saído das fileiras do exército nacional, ajustado no ministério da Guerra por quase um lustro, legalista de fato, extra-partidário, amante da unidade pátria, defensor intímorato da Petrobrás, honesto e disciplinado e [ilegível] de guerra tem contra si apenas o fato de nunca ter ocupado cargo administrativo frente de um Estado, “handicap” que poderá suscitar dúvidas quanto a sua capacidade no mais alto comando da nação. (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/08/1959)

Agostinho via um único “defeito” em Lott: a inexperiência com cargo de Estado, sendo que foi “ajustado” como ministro. Entretanto, as virtudes do candidato nacionalista se sobressaiam como características.

No ano em que ocorreu o pleito, o Jornal publicou escritos que registraram e comentaram a visita dos dois candidatos à cidade de Ituiutaba. Primeiramente em “Estêve na cidade o sr. Jânio Quadros”, ainda em janeiro de 1960. Ali afirmava que a visita foi em conjunto com Magalhães Pinto (UDN), candidato a governador do Estado de Minas Gerais, descrevendo a chegada de avião e sendo recebido na cidade por líderes políticos udenistas, a curta nota dizia que: “Dirigiram-se em longo cortejo até a praça Municipal, onde teve lugar concorrido comício de propaganda de sua candidatura. Presente grande massa popular” (FOLHA DE ITUIUTABA, 09/01/1960).

Meses depois uma publicação diz que foi “Confirmada a vinda do Mal. Lott”, em que atestava a visita do marechal à região para um comício que se realizaria, junto ao vice da mesma chapa, João Goulart, e outros políticos (FOLHA DE ITUIUTABA, 28/05/1960). Na edição seguinte, o Jornal, em manchete, afirmava que uma “Compacta massa popular aplaudiu delirantemente Lott e Tancredo”, em uma “firme posição nacionalista dos candidatos”, Tancredo Neves (PSD) era candidato a governador do Estado de Minas Gerais. A nota descrevia o passo a passo da visita, desde a chegada de avião, passando por um “extenso cortejo de veículos”, indo à praça central onde “acumulou-se uma multidão calculada em cinco mil pessoas”, seguido do discurso que “foi uma verdadeira profissão de fé nacionalista”. Ainda dizia que Lott “bem encarna os verdadeiros ideais nacionalistas, defendendo a Petrobrás, nossas reservas minerais, enfim a soberania nacional contra a ganância dos trustes” (FOLHA DE ITUIUTABA, 04/06/60).

Em setembro de 1960, na primeira página do Jornal, havia uma propaganda política destacada com letras grandes, com apenas uma frase: “Jânio está com os cobres. Lott está com os Pobres” (FOLHA DE ITUIUTABA, 21/09/1960). Demonstrando, em oposição à palavra “cobre”, no sentido do dinheiro, a palavra “pobres”, que se empregava no intuito de dizer que Lott era popular e estava em favor do povo brasileiro.

A vontade do Jornal se mostrou frustrada, apesar de seu esforço regional (que não foi tão acentuado quanto na eleição anterior com a chapa JJ). Lott perdeu o pleito naquele ano, ficando em segundo lugar, e, logo em seguida, em terceiro, ficou Adhemar de Barros.

O vencedor da corrida eleitoral para a Presidência da República foi Jânio Quadros, entretanto, o vice presidente eleito foi João Goulart (lembrando que as eleições

para os dois cargos eram feitas de maneira separada e não por chapa). Jânio recebeu o maior número de votos para Presidente até então registrado, mas essa não foi a única novidade do pleito: pela primeira vez, um candidato opositor ao Presidente ocupava o cargo de vice. Em sua gestão, Jânio obteve êxito em renegociar as dívidas internacionais, lançando um programa completo de combate à inflação. Jânio também se deu bem em conduzir uma política externa independente: reformulou o alinhamento do Brasil com os interesses norte-americanos e estabeleceu vínculos diplomáticos e comerciais com os países do bloco socialista (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Entretanto, foi um mestre em exacerbar o atrito com a oposição: bateu de frente com o congresso, com a imprensa e com o vice-presidente, também rompeu com a UDN durante seu curto mandato, isso o fez se isolar na presidência, centralizando suas decisões. Seu mandato não durou 7 meses: renunciou ao cargo em 25 de agosto de 1961, afirmando que não poderia governar sem o apoio do congresso. Não se sabe bem o que Jânio pretendia com a renúncia, uma das principais hipóteses era que o mato-grossense pretendia causar uma comoção nacional que o levasse a uma volta triunfante ao cargo, com poderes presidenciais aumentados (e sem o congresso para incomodá-lo). Se esse era o plano, deu tudo errado: O povo não se mexeu e nenhum político o defendeu, sendo que, em poucas horas, o congresso aceitou sua renúncia (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

No início de 1961, o Jornal publicava sobre as “Perspectivas de Ituiutaba com a instalação do novo Governo”, em que dizia que “Jânio prometeu conclusão da BR-71 e a Realização do Serviço de Abastecimento de Água”. O Jornal queria uma continuidade na proposta de investimento em construções infraestruturais, como foi na gestão de JK (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/01/1961). No mês seguinte, o Jornal noticiava que “O Sr. Jânio Quadros assumiu ontem a suprema magistratura”, em que afirmava, agora, com entusiasmo, que, em seu discurso de posse, Jânio “reiterava sua posição anti-colonialista de governo” (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/02/1961), aproximando-o das ideias nacionalistas:

Proferiu o Nacionalismo – tão defendido em sua campanha – mas abriu uma clareira de esperança ao abordar a posição que pretende adotar para o Brasil no plano internacional, acentuando que nossos portos serão franqueados a todos os povos que queiram comerciar conosco e que a nossa conduta será de simpatia, apoio e aproximação com os povos da Ásia e da África que se libertam ou pretendem se libertar das garras do colonialismo (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/02/1961).

Em outro escrito, o Jornal retomava sua posição crítica a Jânio Quadros de antes de assumir o cargo de Presidente, em “Ministério do novo Governo; decepcionou até alguns setores janistas” (FOLHA DE ITUIUTABA, 04/02/1961). No escrito, após apontar nome por nome dos novos ministros indicados por Jânio, e o descontentamento de apoiadores com as indicações, o Jornal discutia sobre a proposta política de Jânio, que vinha se mostrando oposta da que afirmava durante sua campanha, fazendo a política de modo tradicional:

O novo ministério que, na melhor acepção do termo, mais tem de velho que de novo, causou deceção até em alguns setores janistas, provocando inclusive uma defecção de monta, a do sr. João Dantas, diretor-proprietário do “*Diário de Notícias*”. Isto porque, pelo que traz de conservador na mentalidade de numerosos de seus integrantes, representa ele a negação mesmo da tão anunciada renovação dos métodos administrativos. Portanto, a menos que o sr. Jânio Quadros venha a adotar, pessoalmente, as decisões mais importantes de cada pasta – uma hipótese muito provável – a crença geral é de que gorou, pelo menos de início, a melhor parcela das esperanças de seu imenso eleitorado. Ou então – outra hipótese perfeitamente viável – este ministério seria um típico gabinete experimental, para ser queimado na primeira oportunidade. (FOLHA DE ITUIUTABA, 04/02/1961)

Em “O discurso do Presidente”, o Jornal noticiava sobre um discurso televisionado feito por Jânio. Ali o impresso afirmava que a transmissão estava com a qualidade péssima, cheia de ruídos e interferências que prejudicaram quem assistia e ouvia a fala oficial. Assim a *Folha* foi buscar o discurso na imprensa carioca e paulistana. Afirmava que a fala foi entorno de uma resolução que aprovou o aumento da gasolina e derivados do petróleo, do trigo e do papel usado na imprensa, tendo em vista que o “Governo vai adotar medidas severas para punir a ganância dos tubarões”, mas o Jornal via contradições na medida, dada a composição do governo. O Jornal finalizava com seu ponto de vista sobre Jânio:

E embora estimado que o Presidente leve a bom termo essa determinação que devolveria a tranquilidade aos brasileiros, temos de confessar que é com ceticismo que aguardamos as anunciadas providencias contra os abusos do poder econômico. Afinal seu governo foi composto sob a égide da livre iniciativa e o abuso de poder econômico é essência mesmo da livre iniciativa. Como sair dessa contradição? (FOLHA DE ITUIUTABA, 08/04/1961)

Seguindo a discussão em torno desses aumentos no preço, entre abril e março de 1961, o periódico trouxe uma série de críticas a Jânio, sob o título de “Quadros e Quadras”, assinado, geralmente, por “Zé Vassourinha”, fazendo uma sátira com o símbolo da campanha de Quadros, que era uma vassoura. Sempre, ao final do escrito, trazia um pequeno poema. A ala se inclinava a criticar a alta na economia, refletida no

“custo de vida”, principalmente, nos alimentos e em seus preços, junto também de críticas às alianças tidas como tradicionais na “velha” política de apadrinhamento que Jânio dizia que combateria durante sua campanha (FOLHA DE ITUIUTABA, 12/04/1961; 15/04/1961; 19/04/1961; 22/04/1961; 26/04/1961, 29/04/1961; 06/05/1961). Dentre esses, destacamos um:

O industrial (moinhos de trigo) Selmi Dei, que participou ativamente da campanha eleitoral de JQ, segundo consta, amealhou uma fortuna fabulosa apenas com a valorização dos estoques do produto decorrente da adoção da instrução 204, da SUMOC. Não se discute se houve ou não intenção de beneficiar o citado industrial, mas...

Selmi Dei, o rei do trigo,
Com bilhões de uma fornada,
Há de repetir consigo: -
-Isto é pão ou marmelada?
ZÉ VASSOURINHA. (FOLHA DE ITUIUTABA, 22/04/1961)

Em uma das últimas notícias sobre Jânio Quadros, ainda como chefe do executivo nacional, o Jornal trazia sobre “Che Guevara condecorado por JQ”, a pequena nota, na íntegra, dizia que:

O Ministro da Economia de Cuba, o médico argentino Ernesto “Che” Guevara, mestre universalmente famoso na técnica de guerrilhas, chegou a Brasília ontem às 23 horas, procedente de Buenos Aires, mantendo hoje pela manhã conferencia de 30 minutos com o Presidente Jânio Quadros. Na oportunidade o chefe do Governo conferiu ao herói de Sierra Maestra a Gra Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, que é a nossa mais alta comenda. “Che” Guevara, que estêve em Punta del Este chefiando a delegação cubana à conferência econômica realizada recentemente no Uruguai, regressou hoje a Havana. (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/08/1961)

No final de julho de 1961, Jânio enviou o vice-Presidente João Goulart em missão diplomática para chefiar a primeira visita comercial brasileira na China comunista, o que não foi bem visto pelos grupos políticos mais conservadores brasileiros. Enquanto Jango estava na missão, Jânio causou um escândalo político ao conceder a mais alta condecoração brasileira para Ernesto “Che” Guevara. A Revolução Cubana dividia opiniões e causava temor nas classes médias. O resultado foi a indignação da UDN, antes aliada a Jânio, sendo que o líder udenista Carlos Lacerda proferiu ataques ao então Presidente em rede de rádio e televisão, afirmando que havia em curso a trama de um golpe de Estado (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Na edição seguinte da *Folha de Ituiutaba*, após a da condecoração, o Jornal noticiava a queda de Jânio, em “Renunciou o Presidente Jânio Quadros!” (FOLHA DE ITUIUTABA, 26/08/1961). O Jornal usava termos como “surpreendido” e “inesperado”

pelo ato do já ex-chefe de Estado, o tom de surpresa é seguido por elogios sobre a gestão de Jânio, afirmando que:

É que em sua administração, num balanço geral do seu meio ano de transcurso apresentava, sem a menor dúvida, saldo positivo, com o Presidente cumprindo rigorosamente suas promessas de candidato, um comportamento raro nas democracias latino-americanas. E talvez seja essa a chave do problema, pois a rigorosa observância por JQ das premissas que estabeleceram em sua plataforma na execução da política externa, não apenas assustou, mas desagradou vivamente determinados setores do País, muito embora fôsse do inteiro agrado do povo. (FOLHA DE ITUIUTABA, 26/08/1961)

No mês seguinte, o Jornal retornava a falar sobre a renúncia de Jânio Quadros, em manchete, trazendo uma justificativa em “As causas fundamentais da “renúncia” do Sr. Jânio Quadros”, afirmando que ele fez uma “Honesta execução, tanto no plano interno como externo, das reformas básicas anunciada na campanha eleitoral”. Para o Jornal tijucano, “(...) o Presidente foi “renunciado” precisamente por haver ensaiado os primeiros passos para a execução, tanto no plano internacional como na esfera interna, das reformas básicas que anunciou” (FOLHA DE ITUIUTABA, 09/02/1961). O Jornal preferia entender que Jânio foi levado a renunciar do seu cargo devido às ações que ele visava tomar.

É interessante pensarmos nas posições do Jornal perante Jânio Quadros. Não aparece que havia uma posição uníssona entre os jornalistas. Para Manoel Agostinho, o político mato-grossense emergia com a ideia de ser um demagogo em suas propostas, que prometia se livrar de uma política paternalista tradicional, mas fazia o oposto. Durante o pleito, em 1960, o Jornal apoiava a candidatura pessedista de Lott, em contraposição a de Quadros e de Barros. Após Jânio ser eleito, há escritos que elevam o papel de Jânio frente às políticas internacionais e no combate ao capital externo, que dava a ele um teor nacionalista, enquanto, ao mesmo tempo, satirizava suas ações políticas em meio a um ambiente de inflação contínua. Após sua renúncia, havia uma visão de que ele seria um reformista e, por isso, foi levado a renunciar.

A inconstância nas ideias sobre Jânio mostra como as vozes do Jornal também destoavam, não só quanto por quem escrevia, mas também pelo momento em que escrevia. Em alguns momentos, apoiavam, enquanto em outros viam com críticas.

Mas, se o jornal oscilou em relação à figura pública de Jânio Quadros, a postura de crítica com outros homens públicos se fez de maneira incondicional. Em geral, os mais destacados udenistas não eram bem vistos pela *Folha de Ituiutaba*. Mas as críticas não eram restritas a esses: alguns pessedistas também entraram na lista de adversários do

Jornal. Dentre os correligionários de partido dos jornalistas responsáveis pela *Folha*, um “inimigo” do Jornal era o Governador de Minas Gerais dentre os anos de 1956 até 1961, Bias Fortes.

José Francisco Bias Fortes foi um dos mais influentes políticos brasileiros do século XX. De família tradicional oligárquica, seu pai também foi governador de Minas Gerais. Fortes ocupou diversos cargos políticos durante sua vida e uma das marcas de sua trajetória política foi a defesa de interesses de classe ligadas ao latifúndio, grandes produtores rurais, de orientação conservador -, se encaixando dentro do quadro pessedista conhecido como raposas (HIPPOLITO, 2012).

Ao início da gestão de Fortes como governador, em 1956, o Jornal, em editorial, reclamava maior participação da região do Triângulo Mineiro nas decisões do Estado mineiro, afirmando que era uma importante região econômica para o Estado, mas tudo conquistado por iniciativa própria da região. O escrito retomava um antigo movimento separatista ocorrido no Triângulo Mineiro, que se pretendia um novo Estado, como solução para autonomia. Finaliza criticando Fortes por não conceder um espaço para a região dentro de seu secretariado:

O Triângulo esquecido

Com uma população com mais de um milhão de habitantes, o Triângulo Mineiro é hoje uma das mais importantes zonas geoeconômicas do Estado. Contribuindo de forma apreciável para os cofres estaduais e federais, deve o seu desenvolvimento quase que exclusivamente a iniciativa particular. Poucos são os melhoramentos com que os governos retribuem ao esforço dos triangulinos em prol do progresso do Estado e do País. Sómente do governo do Sr. Juscelino Kubitschek a esta parte é que sofremos certa influência do Palácio da Liberdade, que se viu então compelido a acenar-nos com algum benefício, tentando assim abafar os pruridos separatistas.

Não estamos ameaçando o governo com uma nova campanha divisionista. Mas reivindicamos um tratamento em nível de igualdade com as demais regiões do Estado. Queremos participar dos conselhos estaduais porque somos uma parte integrante do Estado. Temos um eleitorado em número suficiente para nos julgarmos com o direito de fazer exigência, e mais do que isso, homens capazes de desempenhar as mais elevadas funções do governo. Infelizmente, porém, os homens chamados para governar Minas Gerais não têm sabido ou não querem compreender essa situação. Lembram-se dos triangulinos somente em véspera de eleições, quando lhes fazem as mais doces promessas. Ainda na última campanha eleitoral vimos o Sr. Bias Fortes prometer espontaneamente, em discurso feito em praça pública que reservaria uma secretaria do seu governo para o Triângulo. E o que vimos na formação do seu secretariado? O Triângulo esquecido, completamente alheio ao poder central. Entretanto, o oeste de Minas foi regiamente aquinhoados com três pastas.

Diante de tal injustiça, os triangulinos não podem esconder a sua decepção ante o governo que se inaugura em Minas Gerais! (FOLHA DE ITUIUTABA, 04/02/1956)

Nesse momento, o Jornal expunha a região do Pontal do Triângulo mineiro como uma área de progresso, mas jogada ao léu, sem a presença de ações do estado de Minas Gerais. Uma região que se desenvolveu por conta própria, isto é, para o impresso, pela ação das suas elites locais. Em escritos como “Retrato (sem retoques) de um município esquecido”, o Jornal trazia reivindicações em forma de cobranças à gestão Bias Fortes, afirmando que a cidade necessitava de: “Pôsto de Higiene – Instituto Agronômico– Prédio dos Correios – Cadeia Pública – Praças de Esportes – Colégio Estadual – Escola de Tratoristas – Comissão de preços – Pontes sobre o rio da Prata – Grupos escolares e rodovias”, descrevendo “o que foi alcançado (ninharias) e o que está irremediavelmente perdido” (FOLHA DE ITUIUTABA, 27/10/1956).

Entre outros escritos sobre a gestão de Bias Fortes, o Jornal dizia sobre “Omissão e desleixo do governo mineiro”, afirmando, por meio de notícia, que “repercute na Assembléia, a desídia do Governador das Alterosas quanto ao aproveitamento da cota de energia elétrica destinada a Minas na Cachoeira Dourada” (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/06/1957). Em outra notícia, o Jornal trazia que “Mais uma peça prega-nos o governo do Estado: autorizou o funcionamento do grupo escolar ‘Governador Clovis Salgado’ mas não deu prédio, nem móveis... nem nada” (FOLHA DE ITUIUTABA, 22/06/1957).

Em “Governo prejudicial aos interesses de Minas Gerais”, o Jornal reclamava a construção de uma rodovia entre Uberlândia e o canal de São Simão, afirmando que, em quase dez anos de obras, iniciadas pela gestão de Juscelino Kubitschek, “quase nada progrediu deste depois disto”, o Jornal dizia que: “o Estado de Minas age sempre como o pai perdulário, que gasta milhões na orgia deixando seus filhos na miséria”, e ainda que:

Seria essa previdência uma forma de reparar a incúria do governo mineiro como próprio Estado, principalmente para com esta região que é a maior produtora agrícola de Minas Gerais e a que menos atenção tem merecido da parte do Sr. Bias Fortes. (FOLHA DE ITUIUTABA, 10/01/1959)

Parecido com o posicionamento frente à gestão de Bias Fortes, críticas e cobranças também eram feitas ao sucessor dele no poder do executivo mineiro. Com o final do governo estadual de Bias Fortes, foi eleito um novo governador, agora um udenista. O advogado José de Magalhães Pinto foi um dos principais nomes da UDN, advogado e banqueiro, configurava como membro do grupo udenista que Benevides (1981) chama de *liberais nos estados*, grupos de oposição liberal identificados fortemente em correntes estaduais, especificamente, no Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais, tradicionalmente, antitetelistas.

Em março de 1962, o Jornal trazia, na íntegra, que havia sido escrito e encaminhado um “Memorial de Ituiutaba ao Gov. Magalhães Pinto”. Nele trazia uma série de cobranças feitas pela “assistência judiciária, investigadores, delegacia de capturas e assistente social”. Esse memorial era referente a reivindicações à segurança pública local (FOLHA DE ITUIUTABA, 14/03/1962).

O Jornal trouxe cobrança ao então governador em “Lembrête ao Governador MP: Obras dos grupos ainda nos alicerces”, que afirmava que “cheques para o Centro de Saúde, Cadeia e pontes do Salto não foram pagos”, em que dizia que essas construções, já, há quatro meses, estavam no alicerce, “o que infunde já na opinião pública a descrença no Governo Estadual, principalmente considerando o alarde com que tais edificações foram anunciadas”, falando diretamente para Magalhães Pinto:

Por isto, os ituiutabanos, estamos aguardando medidas enérgicas de V. Excia., determinando que seus auxiliares façam cumprir o que o Governo, com tanta ênfase, prometeu-nos em praça pública. (FOLHA DE ITUIUTABA, 13/06/1962)

Em “DOPS de Magalhães prende intelectuais”, o periódico afirmava que ficaram presos, por dez dias, o escritor Aldo Sagaz e o pintor Vicente Abreu, o primeiro, por estar escrevendo “um livro em favor da reforma agrária, pela revolução antiimperialista e antifeudal e o segundo por haver desenhado a ilustração da capa do livro”, a nota dizia que, ao ser questionado pela imprensa sobre o ocorrido, Magalhães Pinto “não demonstrou o mínimo interesse pela questão, o que vale pela consagração em nosso Estado de um clima de intranquilidade e insegurança”, apontando um teor autoritário na prisão política dos dois artistas (FOLHA DE ITUIUTABA, 08/09/1962).

Em 1963, o Jornal publicava em manchete “Mais um mercado de abastecimento na capital – E nós?”, afirmando que foi entregue pelo Estado de Minas Gerais um novo “mercado de abastecimento” em Belo Horizonte, que “foi construído em tempo recorde pelo governo”, porém, o escrito critica a gestão estadual, dizendo que a região do Pontal, apesar de ser uma das maiores produtoras agrícolas do estado, não há nenhuma política pública para a construção de um mercado na região (FOLHA DE ITUIUTABA, 20/02/1963).

Em outros escritos sobre “Obras da BR-71 foram mesmo paralisadas”, afirmavam que “o sr. Magalhães Pinto não ofereceu até agora esperança alguma de suprimento de verba, indispensável ao prosseguimento dos trabalhos” (FOLHA DE ITUIUTABA, 29/06/1963). Na edição seguinte, o Jornal retomava sobre a obra, afirmando que, em

“Clima explosivo: revoltada a opinião pública com a paralisação da BR-71”, dizendo que a “Câmara Municipal foi palco ontem de movimentada reunião – severamente criticado o Governo estadual” (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/07/1963).

Magalhães Pinto foi um dos principais articuladores do golpe de 1964. No depoimento de Geraldo Sétimo, ele afirmava que, logo, na noite de 31 de março, o destacamento policial local havia se recolhido na cidade de Uberaba, e questiona: “Com que intuições estaria Magalhães a recolher a Polícia militar”, em seguida, ao se encontrar com os o prefeito em exercício, Rodolfo Leite, e alguns vereadores petebistas, “uma breve análise da conjuntura levou-nos a uma única conclusão, Magalhaes liderava um golpe contra Jango” (MOREIRA, 1964).

Nesse dia, aconteceria uma movimentação civil-militar em nível nacional, que culminaria na deposição do então Presidente da República, João Goulart, mas as movimentações e conspirações precedem esse momento. João Goulart teve sua gestão marcada por efervescência e instabilidade política em meio a uma polarização. As direitas políticas, formadas por liberais e por alas conservadoras da sociedade¹⁴⁴, combatia fortemente Jango, em aliança com parte da grande mídia, pois João Goulart juntou às políticas trabalhistas com a preocupação do reformismo social para a transformação da realidade, marcado pelo projeto das Reformas de Base. João Goulart era visto pelas alas sociais mais conservadoras como um corrupto, amigo dos comunistas: um populista que prometia mais do que poderia dar, e um incompetente em relação a ações políticas (FERREIRA; GOMES, 2014).

Antes de março de 1964, essas elites conservadoras clamavam por intervenção política, o que foi se intensificando em atividades conspiratórias, entre a alta cúpula dos militares, empresários e políticos que vinham alimentando um programa de desestabilização do governo de Jango. O golpe dependia da iniciativa dos militares, e eles esperavam uma iniciativa ilegal de Goulart para unificar as grandes unidades militares no afã de agir contra o presidente. Antes disso, o general Olympo Mourão Filho e sua tropa iniciaram precocemente a marcha em 31 de março, saindo de Juiz de Fora, em aliança com o governador do Estado, Magalhães Pinto. A marcha foi ganhando adesão das demais forças militares. Frente à ofensiva, o presidente caiu sem resistência, exilando-se no Uruguai após perder seu mandato. Auro de Moura Andrade (PSD), presidente do Senado,

¹⁴⁴ Dentre eles, destacam-se a União Democrática Nacional (UDN), setores das forças armadas, algumas alas da Igreja católica conservadora, proprietários rurais, a maior parte do empresariado nacional e investidores internacionais.

em 2 de abril, formalizou a declaração de vacância do cargo de Presidente da República e nomeou o “Comando Supremo da Revolução”, formado pelos líderes militares, que escolheu, no dia seguinte, o novo Presidente da República, o General Castelo Branco, assumindo o cargo no dia 15 daquele mês (FICO, 2014).

Um dos principais articuladores do golpe entre os políticos foi Carlos Lacerda. O udenista Carlos Lacerda era jornalista e foi fundador do jornal *Tribuna da Imprensa*, em 1949, na cidade do Rio de Janeiro, onde arregimentou vários acionistas (mais de 4 mil) para o empreendimento, o Jornal lhe servia como um instrumento de ação contra seus opositores (BARBOSA, 2010). Foi um grande oposicionista dos Presidentes durante a Quarta República, e esteve engajado em diversas crises instauradas no período: sendo contra a presença de Vargas no pleito de 1951, sofreu um atentado de homicídio em 1954, que levou à crise e ao suicídio de Vargas, foi contra JK assumir o cargo, esteve à frente das críticas a Jânio Quadros (depois de apoiá-lo à eleição em 1961), foi opositor de João Goulart e um dos articuladores do golpe em 1964.

Lacerda não era bem visto pela *Folha*, principalmente, durante os anos 1960. Mas algumas poucas notas aparecem sobre Lacerda, durante os anos de 1950, nas páginas da *Folha de Ituiutaba*, a maioria, notícias ou transposições de outros jornais. Dentre esses, em 1953, o Jornal afirmava que estava “Na cidade o jornalista Carlos Lacerda: Sua conferencia de ontem no Ituiutaba Club – O diretor da *Tribuna da Imprensa* paraninfará os licenciados do Marden” (FOLHA DE ITUIUTABA, 10/03/1953).

Em 1955 o Jornal trazia que “Asilado em Cuba o Sr. Carlos Lacerda”, em que afirmava que “o sr. Carlos Lacerda que se mostrou tão *valente* durante a pregação golpista e a consequente subversão da ordem constitucional, asilou-se definitivamente em Cuba”, o Jornal faz questão de frisar ironicamente a palavra “valente” usando itálico (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/11/1955). Ali a *Folha* se referia às ações de Lacerda perante o suicídio de Vargas e a eleição da chapa JJ em 1955. Com o *Atentado da Rua Toneleiro*, Vargas se confinou no Palácio do Catete, a opinião pública impulsionada pelos jornais exigia sua renúncia, quase todos seus ministros haviam entregado o cargo, enquanto Lacerda vociferava acusações contra o Presidente. Com o suicídio de Vargas, a situação se reverte em comoção, uma multidão se reúne no centro do Rio de Janeiro, arrancando propagandas udenistas e apedrejando a fachada da embaixada norte-americana, da redação de *O Globo* e da *Tribuna da Imprensa*. Lacerda se refugiou na embaixada americana, sendo resgatado de helicóptero posteriormente. Quanto à vitória de JK no pleito em 1955, Lacerda foi um dos principais opositores da posse, deflagrou um

movimento para impugnar a eleição, com base no falso e escandaloso argumento de que a vitória não teve a maioria absoluta dos votos (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Se as críticas contra Carlos Lacerda, no impresso tijucano, foram acentuadas, isso se deu mesmo durante os anos 1960. Nesse ano Lacerda havia vendido o jornal *Tribuna da Imprensa* em outubro, e exercia o cargo, eleito, de primeiro governador do recém-fundado estado da Guanabara, após a mudança da capital política-administrativa para Brasília.

Escrevia sobre Carlos Lacerda, nesse ano, Geraldo Sétimo, em um artigo opinativo chamado de “O Homem das Penas”. Ali Sétimo trazia um longo texto sobre um sujeito de uma pequena cidade que espalhava boatos, e fez isso com uma “filha da terra” a quem tentou namorar, tendo sido desprezado. Ao espalhar maldosos rumores sobre a mulher, desgraçou a vida dela e de toda a sua família. Logo, ao início, Sétimo descreve o propalador de mentiras: “sujeito era dêsses boateiros inveterados. Se narrava um conto acrescentava logo dez, cem, mil pontos diferentes. A vida alheia então, sofria o diabo na sua língua do trapo”. Ao final do conto, o jornalista trazia uma nota em negrito em que afirmava: “Qualquer semelhança entre o principal personagem da história e certa figura influente nos setores golpistas, por ser intencional, deixa de ser mera coincidência” (FOLHA DE ITUIUTABA, 09/02/1961). Sétimo se referia ao papel de Lacerda na movimentação opositora a Jânio Quadros, em vista da recente renúncia, e também à crise estabelecida, uma vez que impediam Jango de assumir o executivo. Lacerda, apesar de apoiar a candidatura de Jânio, se tornou seu opositor ainda no primeiro ano de exercício do executivo. O governador da Guanabara, com a condecoração de “Che” Guevara, e com o envio do vice-presidente à China comunista, em agosto, em uma cadeia de rádio e televisão, atacou o Presidente, chamando Jânio de irresponsável, acusando-o de estar tramando um golpe de Estado junto com o seu ministro da justiça (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Já, em 1962, parte das críticas se dirigiram a atos autoritários do então governador da Guanabara. Entre esses, o Jornal publicou “Sindicatos contra Lacerda”, afirmando que os sindicatos paulistanos estavam organizando uma manifestação de repúdio às “tentativas do governador (fracassado) da Guanabara de tentar um golpe militar no País” (FOLHA DE ITUIUTABA, 14/02/1962). Ainda, nesse mesmo ano, a *Folha* trazia outros escritos que apontavam atos autoritários de Lacerda, como em “Guanabara sob ameaça de greve geral: mais de 200 motoristas presos pela polícia de Lacerda”, em que afirmava que:

Contrariando a própria constituição, a polícia do governador Carlos Lacerda, o famigerado DOPS da Guanabara, prendeu arbitrariamente mais de 200 motoristas de ônibus e lotações, que pretendiam entrar em greve lutando por melhores salários. (FOLHA DE ITUIUTABA, 11/07/1962)

Ainda, nessa mesma edição, o Jornal afirmava que “Lacerda continua perseguindo jornais”, sendo que o periódico tijucano o chamava de fascista em dois momentos. Na íntegra, o texto afirmava que:

Numa atitude tipicamente fascista, de acôrdo, aliás, com a sua formação, o governador Carlos Lacerda, do Estado da Guanabara, determinou ontem o fechamento do diário “*Luta Democrática*” de propriedade do dep. Tenório Cavalcanti. Repete, pois, Lacerda, as tropelias cometidas em agosto de 1961. Contra Diversos órgãos da imprensa carioca, fatos tão graves, foram levados ao conhecimento da Sociedade Internacional de Imprensa, onde, apesar de se defender com todos os recursos lícitos e ilícitos, acabou repreendido. E é este o homem que anda aí a pregar a liberdade de imprensa. O mesmo que falou tanto em “mar de lama” e em moralidade administrativa, para na primeira oportunidade que teve como administrador, mergulhar até o pescoço no lodaçal de propinas do “jôgo do bicho” e do “escândalo da sucata”. Perseguidor de estudantes e operários, Lacerda começa agora a ganhar notoriedade de fechador de jornais que têm a ousadia de criticar seu governo de podridão, no mais puro estado nazista. E sempre fantasiado de democrata... (FOLHA DE ITUIUTABA, 11/07/1962)

Em uma das últimas edições desse ano, o Jornal imprimia, em sua página, que “Lacerda arquiteta um novo Plano Cohen”, afirmando que o primeiro-ministro denunciou um plano de golpe de Estado de Lacerda, que “segundo o qual estaria em marcha uma revolução armada em âmbito nacional, que explodiria no curso do próximo mês de janeiro” (FOLHA DE ITUIUTABA, 22/12/1962).

Quanto a 1963, uma das principais questões em torno do governador carioca, nas páginas da *Folha de Ituiutaba*, dava conta de noticiar que ele estaria mandando espancar e matar moradores de rua na Guanabara. Em “Governo Nazista da Guanabara assassina mendigos!”, afirmava que, após o depoimento de uma mendiga sobrevivente, e o encontro de diversos corpos nos rios da Guarda Guandu e S. Francisco, levaram à conclusão de que “policiais de confiança de Lacerda” perpetravam um massacre para extinguirem a mendicância da Guanabara. A nota dizia que os mendigos eram conduzidos a delegacias de polícia e “abatidos a tiros e lançados aos rios, ou simplesmente afogados, numa operação típica de nazistas” (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/02/1963).

A nota ainda teve uma continuação em “Lacerda e a ‘Operação Mata-mendigos’”. Nela a *Folha* elevava seu próprio papel como informativo, agindo na tentativa de denunciar Carlos Lacerda aos seus leitores. Ao mesmo tempo que o Jornal agia politicamente, desqualificando Lacerda, se vestia de denúncia e de portador da verdade:

Vez por outra divulga êste jornal alguns desmandos do sr. Carlos Lacerda, governador da Guanabara. Damos guarida a essas notas porque, do ponto de vista jornalísticos nos interessa. Mais ainda, em casos como esse, recente, do mais bárbaro assassinatos de indefesos mendigos, trata-se de noticiário que precisa ser difundido, para que pessoas incautas não tenham a respeito de Lacerda essa falsa concepção insistentemente disseminada por certo círculos, de que se trata de um político digno de algum apreço. (FOLHA DE ITUIUTABA, 27/03/1963)

A designação de nazista foi constante nas páginas no Jornal, ao se referir a Lacerda e sua polícia no Rio de Janeiro, durante os anos 1960, pela *Folha*, como em “Na campanha Lacerda 65, polícia da Guanabara reedita processos do campo de concentração nazistas”. Esse documento, que temos em mãos, está com o texto (que é bem extenso) ilegível, porém, ao subtítulo, afirmava que “Torturas medievais (*ilegível*): impressionante relato do advogado e jornalista Claudio dos Santos Moraes à comissão Parlamentar de Inquérito que investiga os crimes da polícia carioca” (FOLHA DE ITUIUTABA, 24/08/1963).

Em sua penúltima edição, o Jornal trazia que “A bandeira do candidato da Presidência; ‘Delícia dos homens de negócio americanos’ e ‘defensor da bandeira dos EUA’, – Carlos Lacerda descrito pela imprensa brasileira e norte americana”. Na nota publicada na primeira página, iniciava afirmando que tudo e todos que criticam Lacerda, para ele e para as direitas políticas, são atribuídos à influência comunista. Por esse motivo, o Jornal reuniu opiniões de outros impressos para falar sobre Lacerda. Primeira o *Correio da Manhã*, que afirmava que, tanto Lacerda quanto seus militantes, usam essa tática para “encorajar uma minoria agressiva” à “radicalização do País para a extrema direita”. A outra posição foi publicada no Jornal norte-americano *New Republic*, que chamava Lacerda de “delícia dos homens de negócio americanos”, sendo que ele estaria recebendo contribuições do empresariado estrangeiro em sua campanha. A *Folha* finalizava a nota dizendo que “E não vamos descer a comentários, deixando aos próprios leitores o julgamento desse candidato à presidência” (FOLHA DE ITUIUTABA, 14/03/1964).

Ao longo dos anos 1960, o Jornal se posicionava praticamente como oposição a Carlos Lacerda e suas atuações política, sabendo que ele pretendia concorrer à eleição no ano de 1965. O impresso tijucano não só criticava Lacerda, como também seus apoiadores. Uma nota em 1963, em tom irônico, comparava os seguidores e militantes da região de Carlos Lacerda a uma praga invasora da cidade. Em ““Lacerdinhas” infestaram a cidade: impõe-se uma imediata dedetização”, o escrito, no canto superior direito da primeira página, confundia os leitores, entre a informação de uma praga que infesta a cidade, com a disseminação do lacerdismo, em que só uma “brizolitização”, – se referindo ao líder nacionalista Leonel Brizola, - resolveria:

Acha-se a cidade, de uns dias pra cá, inquietada por uma tremenda invasão de lacerdinhos, pequeninos insetos que proliferam nos “fícos” da arborização e que se despejam sobre transeuntes, incomodando terrivelmente e causando dores insuportáveis, principalmente em crianças, sempre atingem o globo ocular. Dizemos “lacerdinhos”, porque essa foi a denominação consagrada para a praga, quando proliferou no Rio de Janeiro, mas a intensão do registro é apelar para a Prefeitura, no sentido de que estude um meio de promover a dedetização rápida de todas as árvores de nossos logradouros. Uma dedetização ou uma “brizolitização”, como sugere a ironia popular. (FOLHA DE ITUIUTABA, 15/09/1962)

Criticar Carlos Lacerda, além de construir uma péssima imagem do futuro candidato para os seus leitores que iriam votar, se destinava também como uma crítica aos udenistas locais e alinhados às políticas udenistas, mostrando como o Jornal se alinha a outros grupos que eram oposição ao de Lacerda e do udenismo.

Carlos Lacerda, durante toda a gestão de Goulart, turbinou a campanha de desestabilização do Presidente, se atenuando em 1963. No ano seguinte, Lacerda e Magalhães Pinto estariam na frente, como civis do golpe de Estado que derrubou Jango, sendo vitoriosos na campanha. Entretanto, não tiveram nenhuma fatia do bolo: Ambos sonhavam com a cadeira de Presidente da República, mas foram colocados de escanteio pelos militares. Com o decreto do AI-2, em 1965, que levou à extinção do pluripartidarismo e da eleição direta, Lacerda foi devolvido à oposição em grande estilo: passou a criticar o governo militar, encabeçando uma Frente Ampla junto com seus dois antigos inimigos, João Goulart e Juscelino Kubitscheck. Com o decreto do AI-5, em 1968, Lacerda foi cassado e preso, e jamais conseguiria retomar sua vida pública (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

4.4 - O “gigante acelerou a marcha”: O governo João Goulart – Parlamentarismo, Plano Trienal, Reformas de Base e Reforma agrária

O gaúcho João Belchior Marques Goulart, também conhecido como Jango, foi um dos principais nomes políticos, dentro das esquerdas progressistas brasileiras, durante a Quarta República. O petebista havia ocupado os cargos de deputado estadual do Rio Grande do Sul (1946-1950) e deputado federal (1950-1951), mas começou a ganhar destaque nacional, quando foi indicado, em 1953, ao cargo de Ministro do Trabalho, durante o governo democrático de Vargas. Sua atuação, em pouco mais de seis meses, no ministério, já foi o bastante para garantir uma galeria de inimigos da direita antigelulista, inclusive foi demitido do cargo após pressão de setores militares em 1954. Mas, mesmo

sendo expulso do governo de Vargas, Jango tornou-se um dos herdeiros prediletos do ex-ditador, sendo que uma das três cópias da sua carta-testamento foi endereçada a Goulart, que saiu fortalecido do evento, tendo, durante o pleito a vice-Presidente, em 1955, mais votos que o próprio JK, e eleito novamente a vice, em 1960 (NAPOLITANO, 2014, p. 28).

Com a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, o vice João Goulart, que ainda estava em viagem pela China, foi vetado de assumir o cargo pelos militares, sendo que o Brasil, entre o final de agosto e início de setembro, foi governado por uma junta militar formada pelos ministros de Jânio Quadros. Afirmavam que, se Jango voltasse ao Brasil, seria preso. Abria-se aí uma crise política, tanto os militares quanto a sociedade civil, se dividiram sobre o destino do país. Destacou-se duas frentes de resistência em favor da posse de Jango: uma entre os militares, tendo à frente o Marechal Lott, e outra, no Rio Grande do Sul, liderada pelo governador Leonel Brizola. O congresso encontrou uma solução conciliatória: adotar, ligeiramente, um sistema parlamentarista via emenda na constituição. Jango aceitou, por medo de um conflito maior, e assumiu o executivo com os poderes amputados em 7 de janeiro de 1961. Mas a crise não terminou aí. O País vivia inflação ascendente e um alarmante volume de dívida externa. Para governar, Jango dependia de uma sólida base no congresso: tentou uma conciliação partidária para governar, mas, durante 16 meses, Goulart governou na defensiva, tentando se livrar do sistema parlamentar, e, depois, se voltou a viabilizar suas propostas de reformas sociais (NAPOLITANO, 2014).

A *Folha* noticiou e se posicionou favorável à posse de Jango em 1961. A edição de 30 de agosto de 1961, do Jornal, é carregada de manchetes e notas sobre o ocorrido, sempre apontando ser a favor de Goulart assumir o cargo no executivo. Entre os escritos, se encontra um chamado “Nossa posição é contra o Golpe!”. Nesse editorial o impresso se posicionava diretamente sobre o momento, adjetivava como “digno” quem era a favor da posse de Jango, e os que eram contrários eram chamados de “desonestos” e “insanos”. Ainda, ao final, afirmava que jornalistas que eram contrários à posse estão em favor dos “trustes” e de “certas embaixadas”, se referindo aos EUA e suas empresas e cartéis:

Nossa posição, como de todo brasileiro digno, é contra o golpe que, em nosso entender, começou a ser perpetrado contra as instituições. E nem poderia ser outra, pois concebemos que só os desonestos e os insanos irrecuperáveis admitem ou aplaudem a instauração de uma ditadura no País.

Como homens do jornal, bem diferentes dos jornalistas que mamam nas tetas dos trustes ou certas embaixadas, nem por sombra conseguimos conciliar

regime de exceção com o exercício da função jornalística. (FOLHA DE ITUIUTABA, 30/08/1961)

Entre outros escritos dessa mesma edição: “Palácio do Piratini: cidadela da Legalidade”, se referindo à resistência montada por Leonel Brizola no sul do país. Também havia “Só uma posição para Minas: defesa da constituição”, “A igreja é pelo respeito a constituição” e “Ondas radiofônicas da Legalidade” (FOLHA DE ITUIUTABA, 30/08/1961). Todos esses escritos foram impressos na primeira página da edição.

O Jornal também se posicionou contra o sistema parlamentarista. Na edição seguinte, o Jornal trazia que “Ante um congresso agachado; deverá ser empossado segunda-feira o sr. João Goulart”, em que afirmava que “no regime parlamentarista o Presidente é simples figura decorativa”. Ao seu final, a nota dizia que o “Congresso vem se comportando estranhamente, ao retardar por tantos dias a investidura do vice-presidente na chefia da nação”, e, ainda que:

Diante de tais circunstância outra conclusão não podemos tirar: os representantes do povo se acovardaram ante os arreganhos de alguns chefes militares ou foram amaciados por poderosas e insaciáveis argumentos (\$\$\$) de bastidores. (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/09/1961)

Na edição seguinte, o Jornal também noticiaava, em manchete, que Jango havia assumido o cargo: “Em regime parlamentarista assumiu a Presidência da República o Sr. João Goulart”, ali detalhava o ritual de posse e descrevia a fala de Goulart. No último trecho, o Jornal novamente se posicionava sobre, afirmando essa não ser a ideal escolha política, mas assumindo que, para o momento, essa era a melhor maneira de dispersar a crise e evitar algo pior, como um conflito interno:

A investidura do sr. Goulart na chefia da nação veio pôr fim a uma das mais graves crises político-militar que abalou o País durante 12 dias, ameaçando seriamente as instituições democráticas. E isto somente foi possível mediante a emenda adicional introduzida na carta magna instituindo entre nós o regime parlamentarista que, se não é a solução ideal, foi pelo menos a formula encontrada para debelar a crise, evitando assim consequências mais desastrosas para a nacionalidade. (FOLHA DE ITUIUTABA, 09/09/1961)

Como nos afirma Marcos Napolitano (2014), o parlamentarismo não ganhou força durante seu primeiro ano. Grandes partidos como a UDN e o PSD retiraram seu apoio do sistema político já no início de 1962, e João Goulart começou a falar abertamente na necessidade de restaurar o presidencialismo.

Em janeiro de 1963, ocorreu um plebiscito perante o retorno do sistema político republicano. A *Folha de Ituiutaba*, enfaticamente, fez propaganda para seus leitores em

favor do fim do sistema parlamentar. Entre o final de 1962 e início de 1963, o Jornal trazia, em suas páginas, vários escritos destacados nas edições, como “Chegou a hora de dizer não!” (FOLHA DE ITUIUTABA, 12/12/62; 15/12/62; 19/12/62; 05/01/63). Tomando quase toda uma página, essas propagandas políticas contra o sistema parlamentarista traziam imagens. Na primeira edição, havia um homem com um chapéu, com a testa franzida, rosto enrugado, poucos dentes na boca, e uma enxada nas costas, representando um trabalhador rural. Na segunda e terceira edição, com a propaganda, encontra-se uma mulher branca de cabelos na altura do queixo, com a cara esbravejada, e que apontava o dedo para o leitor, representava a mulher urbana de classe média. E, no último desses, havia uma massa de pessoas, simbolizando a união das diversas classes sociais, em passeata, em manifestação, segurando cartazes em favor do retorno ao presidencialismo. Todas essas imagens eram de artes desenhadas.

No início de 1963, em 3 de janeiro, nesse plebiscito nacional, revogou-se a emenda constitucional que instituiu o parlamentarismo, retornando ao sistema presidencialista. O impresso tijucano noticiou isso poucos dias depois, em “O Povo disse não ao Ato Adicional”, afirmando que, dos votantes de Ituiutaba, 11.730 votaram pela volta do Presidencialismo, enquanto “apenas” 1.206 disseram sim ao sistema então vigente (FOLHA DE ITUIUTABA, 09/01/1963). No final do mesmo mês, o Jornal retorna a falar sobre o tema em “Ato adicional reduzido a pó”, afirmando que a Câmara dos deputados acatou a vontade popular expressa no plebiscito, devolvendo a Jango as prerrogativas presidencialistas (FOLHA DE ITUIUTABA, 26/01/1963).

Com a retomada ao presidencialismo, em 1963, João Goulart iniciou duas batalhas decisivas no campo institucional: aprovar as suas “Reformas de Base”, sobretudo a reforma agrária, e, no front econômico, controlar a inflação e retomar o crescimento: essas duas lutas foram perdidas. Para a retomada econômica, foi proposto pelo Ministro do Planejamento, o economista Celso Furtado, o Plano Trienal, que foi elaborado em dois tempos: primeiro, o controle da inflação, por meio de restrições salariais, restrição ao crédito e corte de despesas governamentais. Em segundo momento, reformas estruturais: administrativas, bancária e agrária. Muitos sindicatos foram contrários ao plano, e o empresariado industrial, que, ao início, era favorável, retirou seu apoio em abril de 1963, o que fez o plano de Furtado ir por água abaixo, sendo as propostas reprovadas diversas vezes pelo legislativo nacional (NAPOLITANO, 2014).

A *Folha* trouxe algumas notas sobre o Plano Trienal, no início, apoiando, depois, descontente com os rumos que tomava a proposta de Celso Furtado. Na primeira edição,

lançada do ano de 1963, ainda, antes do plebiscito referente ao sistema republicano, é publicado sob o nome de “Plano trienal Celso Furtado”. Ali o Jornal descreve que:

Dentre as grandes obras anunciadas no plano, duas, pelo menos, pela sua expressão, valem ser destacadas: o aproveitamento racional do Rio Tocantins, através da construção de barragens gigantescas, tornando-o naveável da voz ao centro do País, e a construção da monumental usina de Sete Quedas, da ordem de 10 milhões de quilovates.

O melhor de tudo e que, sem desprezar o capital estrangeiro que desejar de fato cooperar no nosso progresso, o plano será executado, possivelmente, com recursos internos apenas, superando, como bem disse um categorizado comentarista “a sovada tese, remanescente de formação colonial que ainda perdura em grande parte de nossa elite, segundo a qual o Brasil somente se poderá desenvolver se fôr carregado nas costas pelos Estados Unidos”.
(FOLHA DE ITUIUTABA, 05/01/1963)

No primeiro trecho, o Jornal enfatizava as grandes construções propostas pelo plano de furtado, remetendo à ideia desenvolvimentista, algo valoroso para o Jornal. Quanto ao segundo trecho, o impresso até aceitava o uso de capital estrangeiro nesse processo, algo inédito até então, nas páginas do Jornal, mas, ainda assim, afirmava que isso seria para livrar o país de uma herança colonial, que, no momento, levava à dependência do Brasil pelos países estrangeiros.

Em outro desses escritos, o periódico trazia o “Plano Trienal e os preços da economia brasileira”. Ali trazia brevemente dois posicionamentos de figuras públicas perante o plano, o primeiro era de JK, sendo favorável ao Plano Trienal, apesar de que poderia ter “modificações perante a realidade brasileira”, o outro posicionamento foi do também pessedistas José Maria Alkmin, ex-ministro da fazendo do governo de JK, que afirmava que “o plano trienal pode derrubar o Governo, pois é violentamente inflacionário e vai provocar exacerbado aumento do custo de vida” (FOLHA DE ITUIUTABA, 09/02/1963).

Meses depois, em “Plano Trienal vai à garra!”, com a clara derrocada do projeto do governo Jango, em maio, em tom de desapontamento, com os rumos econômicos do Brasil, o impresso afirmava que:

Ninguém como nós, teve considerações mais elogiosas à intensão de, através de uma equipe comandada por Celso Furtado, elaborar um plano de governo, o chamado Plano Trienal, destinado, segundo dizia e ainda se afirma, a impedir uma solução de continuidade em nossa luta contra o subdesenvolvimento e, concomitantemente, conter a inflação e estabilizar o custo de vida. Nada disso aconteceu felizmente em que se pesem as longas explanações do sr. San Thiago Dantas pela rádio e pela televisão. O custo de vida continuou sua marcha vertiginosa, o desenvolvimento começou a ser brecado (com desemprego fazendo seu ingresso no País).

Que dizer, o Plano Trienal vai à garra, desmilimando-se todo, enquanto o governo, pelos seus porta vozes mais autorizados, afirma que ele é um sucesso.

Prova disto tivemo-la esta semana, com alta, consentida pela União, de mais de 100 por cento no preço do açúcar. De 51 cruzeiros na Praça de São Paulo, este gênero, que é de consumo obrigatório em todos os lares, teve seu quilo elevado para 105 cruzeiros. (FOLHA DE ITUIUTABA, 18/05/1963)

A outra batalha travada pelo governo João Goulart foi de aprovar as suas propostas de “Reformas de Base”. Essas reformas se baseariam em diversas mudanças econômicas, políticas e sociais. Seriam elas: a reforma agrária, urbana, bancária, tributária, universitária, cambial e administrativa, além da regulamentação das remessas de lucros das multinacionais, a proposta era que todas essas fossem executadas de maneira gradual e moderada (NAPOLITANO, 2014). Essas reformas tinham em vista um estímulo desenvolvimentista da indústria nacional, em conjunto com a reestruturação da produção agrária, integrando a crescente população urbana e rural ao mercado interno. Buscavam diminuir a desigualdade social, a partir de uma melhor distribuição de riquezas, eliminando os entraves do desenvolvimento econômico brasileiro.

Ao longo da gestão de Jango, o tema das Reformas de Base foi constante e bem visto nas páginas da *Folha de Ituiutaba*. Em publicação sob o título de “Reformas (de base) naquela base”, a *Folha* destacava as reformas em três pontos que a interessava: “1. Reforma Agrária; 2. Lei Antitruste e 3. Limitação das remessas de lucros para o exterior. As demais seriam mera consequência da aplicação dessas três”, para o Jornal, o resultado dessas ações seriam também três:

1. Substancial ampliação do mercado interno e aumento imediato do seu poder aquisitivo;
2. Fixação no País, em reinvestimentos de excesso de lucros cujo envio indiscriminado para o exterior causa irrecuperável sangria na economia nacional e
3. Eliminar drasticamente a ação nefasta dos trusts, tradicional empecilho ao desenvolvimento dos países periféricos e principal obstáculo no nosso pleno desenvolvimento. (FOLHA DE ITUIUTABA, 20/01/1962)

Entretanto, o Jornal afirmava que setores de direita do congresso, que se dizem favoráveis às reformas, buscam modificá-la e aparelhá-la para uso eleitoral, onde:

E REFORMA naquela base, melhor dizendo, reforma de araque, não interessa o povo, cujo dever maior – com a instauração do parlamentarismo – é começar a escolher desde já, homens de mentalidade evoluída – comprovadamente evoluída, não dêsses arranjoamento de palanque – para candidato a deputado e senador nas próximas eleições. Queremos reformas e progresso, urge varrer os demagogos do Congresso. (FOLHA DE ITUIUTABA, 20/01/1962)

Em outro escrito sobre as reformas de base, ainda, em 1962, o periódico afirmava que “174 deputados votaram contra as reformas de base!”, ressaltando que a maioria, dentro do congresso nacional, votaram contra a nomeação de San Thiago Dantas para

Presidente do Conselho, e que a votação sofreu forte oposição dos udenistas (FOLHA DE ITUIUTABA, 30/06/1962).

No ano seguinte, a luta de Jango pelas reformas continuou a aparecer, e ser apoiada, nas páginas do impresso tijucano. Em “Reformas de Base: Mensagem ao Congresso depois de amanhã”, afirmava que uma “importante mensagem” seria enviada ao congresso pelo Presidente, contendo cinco das propostas das reformas de base. Após listar as propostas, o Jornal finalizava dizendo que “Pena é que êsses documentos não sejam amplamente divulgados para que o pôvo, antes mesmo das discussões no Congresso, dêles tome conhecimento” (FOLHA DE ITUIUTABA, 13/03/1963).

Em outro momento, em editorial, a *Folha* esclarecia seu parecer positivo frente às tais reformas, apesar de desconfiarem se realmente João Goulart queria executá-las, sob o título de “Como fazer omelete sem quebrar o ôvo”. O título se dá pela proposta de congressistas de se fazer a reforma sem mexer na constituição: coisa que o Jornal via como impossível. Ao início do escrito:

Nêsse assunto de reformas de base – de reforma agraria, sobretudo – temos nossa posição definida. Propugnamos por elas e apoiamos a campanha do Governo da União por sua consecução, muito embora, é bom que se diga, tenhamos também nossas dúvidas sobre se o sr. João Goulart deseja mesmo executá-las. Até segunda ordem, contudo, vamos admitir que tenha êle a intensão de fazê-lo. (FOLHA DE ITUIUTABA, 20/07/1963)

Na última edição desse ano, o sindicalista Ivanildo do Santos escrevia que “Reformas: única solução” (FOLHA DE ITUIUTABA, 24/12/1963). Ivanildo acreditava que as reformas de base seriam a única maneira de se resolver o problema social e econômico brasileiro, e, para isso, não havia outra forma além de alterar a constituição:

Sem a reforma agrária (e não será ela verdadeira, sem a alteração do texto constitucional no capítulo que se refere à desapropriação por interesse social) e sem reforma bancária, sem reforma tributária, administrativa, eleitoral, universitária e urbana, jamais sairemos do estado precário e de sub-desenvolvimento em que nos encontramos. (FOLHA DE ITUIUTABA, 24/12/1963)

Nas poucas edições publicadas em 1964, o Jornal noticiava que várias pessoas, grupos e associações, apoiavam as tais medidas de Jango, como em “Católicos de Belo Horizonte a favor das Reformas de Base” (FOLHA DE ITUITABA, 07/03/1964) e “Uberlândia: Entidades de classe apoiam reformas de base” (FOLHA DE ITUITABA, 07/03/1964), ou também “Sindicatos de Ituiutaba (também) defendem Reformas de Base” (FOLHA DE ITUIUTABA, 14/03/1964). Trazer essas notícias era uma maneira de demonstrar apoio popular ao projeto político de João Goulart para seus leitores, como

maneira de fomentar o apoio regional, legitimando, ao afirmar que havia grupos, principalmente, de trabalhadores, que apoiavam as tais medidas.

Mas, dentre as Reformas de Base, uma, em particular, era de grande interesse e de destaque na *Folha*: A reforma agrária. É certo que o dono do Jornal, Ercílio Domingues, era proprietário de terras no Pontal do Triângulo Mineiro, como atestou em entrevista (DOMINGUES, 1995). Entretanto, nesse momento, fomentou-se uma visão de que o latifúndio era um dos problemas chave da sociedade brasileira.

Nesse período, o latifúndio passou a ser identificado, para grande parte da população brasileira, como a grande origem dos problemas do campo, e, consequentemente, da nação. Desde os anos 1940, e aumentando-se gradativamente até se radicalizar nos anos 1960, surge, na sociedade brasileira, a necessidade de mudar, no meio rural brasileiro, e quebrar o monopólio de posses de terra. Dessa maneira os trabalhadores rurais passaram a agir como grandes atores no debate político público brasileiro, no que se refere à luta pela propriedade rural, surgindo diversas organizações, que reivindicavam a terra, como associações e sindicatos de trabalhadores rurais e ligas camponesas. Em nível nacional, nesse momento, tiveram destaque as ligas camponesas, sob a liderança Francisco Julião. O governo João Goulart se tornou uma fase de aceleração pela luta pela terra, pois se desenvolveu uma percepção dos intelectuais e políticos, frente a grupos de pressão, sobre a necessidade de equacionar a questão agrária como pauta fundamental no desenvolvimento econômico e social do Brasil. A reforma agrária ganhou legitimidade com a população, pois 72% dos eleitores das principais capitais consideravam uma mudança necessária (GRYNSZPAN, 2006).

Mas, se a proposta da reforma agrária tomou força durante o governo de Jango, essa era uma luta dos trabalhadores rurais que vinha se construindo anteriormente e ganhando força durante os anos 1940 e 1950. O impresso tijucano defendia a reforma agrária antes do governo de Goulart entrar em cena, demonstrando, em várias publicações, durante os anos 1950, reivindicações dos trabalhadores, inclusive da região, em torno do tema. Uma dessas notas dizia que houve um “Debate sobre a reforma agrária na Associação dos Trabalhadores” (FOLHA DE ITUIUTABA, 04/06/1955), afirmando que, em reunião, a associação debateu “a necessidade inadiável da adesão dos trabalhadores locais a ampla campanha que se desenvolve em todo o país em prol da reforma agraria”. O Jornal termina a nota afirmando que ela é a:

(...) única formula capaz de forçar o barateamento do custo de vida, ou seja, a extinção do latifúndio improdutivos, cujo efeito principal será o aumento da

produção e a consequente ampliação do poder aquisitivo do povo, refletindo beneficamente no mercado interno do Brasil. (FOLHA DE ITUIUTABA, 04/06/1955)

Em outra notícia, o impresso trazia que “Minas Gerais: 60 deputados assinam mensagem ao Governo pela Reforma Agrária”, além de noticiar, nessa mesma edição, sobre a “1ª Conferencia de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas” de Minas Gerais”, em que o Jornal afirmava que 60 deputados enviaram ao então Presidente da República, Juscelino Kubitschek, um pedido em favor da reforma agrária” (FOLHA DE ITUIUTABA, 09/08/1956).

Em outra edição, o periódico publicou sobre a conferência que “Instalou-se a I Conferência de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado”, afirmando que ali estavam “lançadas as bases da reforma agrária”, e que estavam “presentes no conclave representantes do nosso município” (FOLHA DE ITUIUTABA, 24/11/1956).

Em 1957 o impresso trouxe sobre “A execução da Reforma Agrária”, em que se afirmava que:

Se há problema deliberadamente procrastinado pelos nossos dirigentes, o da Reforma Agrária inscreve-se na primeira linha. Todos os homens públicos desses brasis, nas diversas esferas do poder, reconhecem a necessidade urgente de sua execução, como norma para extinguir o regime semi-feudal de produção em que vegeta a maior parcela dos brasileiros; para ampliar o mercado interno; para elevar o nível geral da vida, enfim, para abrir as comportas por onde possa deslizar caudalosa a ânsia transbordante de progresso do Brasil.

Matreiramente, admitem a gravidade do problema às vésperas dos pleitos eleitorais, poque logo se obsoletam no poder, passa a encará-lo displicentemente, ou, o que é mais comum, esquecem-no completamente.

Entretanto a questão existe e exibe-se aos olhos de todos, acrescentando-se que os fatos gravíssimos, recentemente ocorridos no Paraná, Goiás e em nosso Estado, estão a clamar por uma solução rápida aos governantes. (FOLHA DE ITUIUTABA, 25/12/1957)

A *Folha* via a questão do latifúndio como um empecilho, um atraso no desenvolvimento produtivo brasileiro, chamando-o de “semi-feudal”, em que os dirigentes assumem tal problema, mas não agem contra ele.

Um grande entusiasta da Reforma Agrária e que se expressou por meio de sua coluna no impresso foi Manoel Agostinho. Em “Responsabilidade transferida”, o farmacêutico afirmava que as categorias políticas brasileiras, da mesma maneira que foi dito no trecho recortado acima, reconheciam o problema da terra e até debatiam o assunto, mas não agiam contra ela. A nota afirma que até a Igreja católica era favorável à medida, mas, segundo ele:

O eterno medo de quebrar o velho tabu, a reação onipresente dos latifundiários que têm cadeiras nos Câmaras e daquele que lideram partidos políticos, inclusive receio dos meios oficiais de ser tomada tal reforma como inspiração

comunista, não permitiram um estudo mais amplo de complexo problema e sua real solução. (FOLHA DE ITUIUTABA, 31/01/1959)

Durante 1962, um caso específico da região foi registrado e noticiado nas páginas da *Folha*. Um embate em torno da fazenda Pirapetinga, conhecida como “fazenda dos ingleses”, por pertencer a uma empresa britânica *Southern Territories Limited*, propriedade localizada no Município de Canápolis, que vinha sendo o palco de disputa por direitos com trabalhadores rurais desde 1950¹⁴⁵. Sob o título de “Canápolis declarou guerra a um latifúndio odioso”, afirmava que estava “disposta a Prefeitura a desapropriar a fazenda Pirapetinga (dos ingleses) – A gleba (1 têrço da área municipal) será transformada em colônia agrícola, numa experiência de reforma agrária”. A nota ainda dizia que “esse latifúndio odioso exaure sua gleba generosa”, e que havia ali as “condições de trabalho mais miseráveis”. Segundo o Jornal, as terras da fazenda ocupavam um terço do município e estavam a sonegar impostos desde o final da década passada. Segundo a nota, o prefeito de Canapólis, Filóteo de Godoy, estava disposto a fazer ali uma “Reforma Agrária em miniatura”, em que as terras seriam distribuídas em glebas para trabalhadores rurais da região, que não possuíam terra, muitos desses, que já trabalharam ali (FOLHA DE ITUIUTABA, 27/01/1962).

Interessante pensarmos como a nota elevava o papel do Prefeito na ação, afirmando que a população do município era favorável à medida:

A opinião pública do vizinho município, por seu lado, pelo que nos asseverou o sr. Filóteo de Godoy, que além de prefeito é abastado fazendeiro, é tôda ela favorável à desapropriação em vista, o mesmo ocorrendo com todos os círculos políticos da comunidade. (FOLHA DE ITUIUTABA, 27/01/1962)

Poucos meses depois, o Jornal trazia a “Desapropriação da fazenda Pirapitinga”, afirmando que havia se esgotado o prazo dado pela prefeitura para que “fôsse apresentada proposta amigável de venda daquela fazenda”, mas afirmava que a “direção da fazenda já entrou em juízo com um mandado de segurança no sentido de anular a desapropriação” (FOLHA DE ITUIUTABA, 11/04/1962).

¹⁴⁵ O jornal *Correio de Uberlândia*, também de circulação regional, noticiou sobre um dos conflitos locais dessa propriedade, em 28 de fevereiro de 1950, afirmando que “Homens armados invadem a fazenda Pirapitinga para se apossarem de partes da mesma propriedade”, afirmando que a polícia local “teve a necessidade de dissolver, à força, ajuntamentos comunistas, que, sob o título ‘Liga Camponesa’, desenvolviam atividades subversivas no referido município de Canápolis” (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 28/02/1950). A nota do impresso überlandense, apesar de ter sido publicada uma década antes da que citamos da *Folha*, demonstra uma visão basicamente oposta à do jornal tijucano, em que busca demonstrar a ilegalidade das ações dos trabalhadores, caracterizando o ocorrido como violento e radical, e fruto de aliciamento de comunistas, e não como um ato de resistência e descontentamento de trabalhadores rurais com a propriedade e a exploração.

Outro escrito sobre a reforma agrária, nesse mesmo ano, foi “Impôsto territorial Rural para os Municípios: Golpe na Reforma Agrária”, que dizia que o congresso “aprovou uma ementa constitucional transferindo à esfera municipal a arrecadação do imposto territorial rural que pertencia ao Estado”. Ali o Jornal afirmava que essa era uma artimanha contra a aprovação da reforma agrária. Ao final o Jornal trazia seu posicionamento sobre a ementa, afirmando que:

Ora, ninguém mais do que nós é por uma maior equidade na distribuição de renda do País, atribuindo-se ao município uma receita que lhe possibilite realizar todas as obras indispensáveis em benefício do contribuinte. Trata-se mesmo de uma luta da qual jamais nos afastemos desde que fazemos jornalismo. Todavia, não iríamos ao extremo de sacrificar uma reforma da dimensão e da importância dessa que se propõe realizar na economia nacional apenas para defender os municípios. Acreditamos mesmo que os benefícios resultantes de uma reforma agrária bem planejada e executada influirão no revigoramento dos municípios de maneira mais concreta que a transferência para êles do imposto territorial rural. (FOLHA DE ITUIUTABA, 24/02/1962)

Em 1963 o impresso transcreveu uma nota do jornal *O Estado de São Paulo*, com o título “Começou a reforma Agrária”, em que descrevia diversas fazendas no território nacional, adquiridas pela União. Junto ao título, essa nota levava o leitor a concluir que essas fazendas entrariam no pacote que seria parte das políticas de reforma agrária (FOLHA DE ITUIUTABA, 20/02/1963).

Uma outra nota sobre, e que nos chamou atenção, foi a de que “Fazendas de Jango também vão entrar na reforma”, em que o periódico falava de uma carta de Jango enviada ao impresso *Correio do Povo*. Nela, rebatendo um editorial de *O Estado de São Paulo*, que criticava a proposta de reforma agrária do Presidente, em vista de sua condição como latifundiário. O Jornal afirmava que Goulart “entregará suas fazendas tão logo seja aprovado o projeto no congresso, para que sejam as primeiras a sofrer a reforma que a lei determinar” (FOLHA DE ITUIUTABA, 24/08/1963).

Jango travou uma batalha pela reforma agrária em 1963, sabendo que havia um abismo entre a reforma desejada pelos movimentos sociais e a possível negociação institucional. Por mais que muito criticado no momento, o latifúndio era uma realidade na vida de grande parte dos parlamentares, sendo que o projeto sofreu várias críticas e correções, principalmente, no referente ao pagamento em títulos de dívida, o que favorecia a especulação. O último projeto de reforma agrária, escrito pelo PTB, em outubro desse ano, foi rejeitado pela Câmara. Com a luta perdida na casa parlamentar, Jango se voltou às ruas no ano seguinte, em propaganda popular, em favor de suas reformas (NAPOLITANO, 2014).

Em 1964, apesar do impresso tijucano ter apenas dois meses de produção e circulação, o discurso sobre a reforma agrária também apareceu nas suas páginas, principalmente, com a visível decretação da Superintendência de Política Agrária (SUPRA). O tom das publicações do Jornal sobre o tema se mostrou mais enfáticos também pelo momento de conflito eminente e a polarização política que a situação brasileira vivia. A SUPRA, criada pelo governo de Jango, tinha como função a desapropriação de terras e a ação de planejar e promover a reforma agrária. Essa foi uma medida para conter pressões que ocorriam em torno do direito à terra, e que se acirraram durante os anos 1960, como diversos saques de armazéns por famintos em Pernambuco, assassinatos de lideranças camponesas (a mais famosa dessas de João Pedro Teixeira, dirigente da Liga Camponesa de Sapé) e a ocupação de terras no Maranhão, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Bahia (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

No editorial “Trama sinistra”, o Jornal afirma que:

DÊSDE que se falou no projeto da SUPRA, desapropriando terras sem cultivar (note-se: terras sem cultivar) situadas às margens dos eixos rodoviários federais, das ferrovias e dos açudes construídos pela União, que se desencadeou por todo o País uma onda de agitação e de boatos sem precedentes. A raiz de tudo talvez nem seja bem o decreto da SUPRA, mero pretexto capaz de sensibilizar determinadas áreas, mas a sansão da lei que regulamentando a remessa de lucros.

Partindo da preposição da Superintendência da Reforma Agrária, porém, se processa a insidiosa campanha, toda ela baseada em mentiras, tentando lançar o nosso povo numa guerra fraticida que nem os provocadores sabem a quem lucrará, dêsde que o mesmo risco que corre o pau corre o machado! (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/02/1964)

Em “SUPRA: só áreas de mais de 100 hectares serão desapropriadas”, o impresso afirmava que:

O decreto da SUPRA desapropriando áreas cultiváveis abandonadas pelos proprietários ao longo dos eixos rodoviários federais, das rodovias e dos açudes, que já se encontra nas mãos do Presidente da República, para ser sancionado, só atingirá as áreas superiores a 100 hectares que, oferecendo possibilidades de produção, não foram utilizadas por seus donos. Desta forma, as propriedades de menos de 20 alqueires de 80 litros situadas naqueles locais, ainda que sem cultivar, não serão objeto de cogitações da parte da Superintendência da Política Agrária. (FOLHA DE ITUIUTABA, 29/02/1964)

Deve-se prestar atenção nos escritos do Jornal para o tema que apontava a desapropriação de “terrás improdutivas” e de “grandes propriedades”, referindo-se ao “latifúndio”, sendo que o impresso frisava essas expressões. Isso se destinava às elites locais produtoras, que, assim como Ercílio, eram proprietárias de terras, mas produziam

e não eram donas de grandes extensões. Informava, com o intuito de acalmar essas classes, ao esclarecer que suas propriedades não corriam risco.

Em sua penúltima edição, o Jornal noticiava que o “Gigante acelerou a marcha: Jango assinou o decreto da SUPRA!”, em sua primeira página, em letras destacadas das demais em negrito. Em um trecho, o periódico notificava que nenhuma área regional entraria na reforma:

Por ocasião do monumental comício de ontem na Guanabara, realizado apesar das provocações e da guerra psicológica desencadeada pelo famigerado coronel Borges, secretário de segurança de Lacerda, o presidente João Goulart assinou o decreto elaborado pela SUPRA (Superintendência da Política Agrária), tornando passíveis de desapropriação as glebas sem cultivar situadas ao longo das rodovias e ferrovias federais, bem assim em torno de açudes construídos pela União.

De acordo com a lei firmada pelo Presidente da República, serão atingidas as terras situadas até 10 quilômetros de cada lado das rodovias e ferrovias, por extensão, superior a 500 hectares. Destarte, esta zona fica praticamente excluída do decreto ontem assinado. (FOLHA DE ITUIUTABA, 14/03/1964)

O comício ao qual o impresso tijucano se referia foi o chamado “Comício de 13 de março da Central do Brasil”. Jango estava politicamente isolado em 1964, sem apoio do congresso para suas reformas, sofrendo forte oposição de grande parte do empresariado nacional e da grande mídia, mas ainda tinha de popularidade expressiva. Jango passou a se aproximar das ruas e das organizações de esquerda: os comícios foram uma ferramenta nesse momento. Os panfletos do evento do dia 13 enfatizavam a necessidade de garantir as reformas de base. Lacerda tentou esvaziar o comício, decretando feriado no estado da Guanabara e retirando os ônibus da rua. Mesmo assim, mais de 200 mil pessoas se reuniram para ouvir o discurso do Presidente e gritar palavras de ordem. Nesse momento o PSD, fiel balança do jogo político, rombia com Jango, preocupado com suas bases eleitorais (NAPOLITANO, 2014).

O jornal defendia a reforma agrária, mas, ao mesmo tempo, fazia um sinal às elites locais fundiárias e produtoras rurais, acalmando-as ao afirmar que suas propriedades não estavam em perigo com as mudanças das propostas pelo governo. Ao mesmo tempo, convidando-as a fazer força em prol da reforma agrária, em meio à crença de democratização da terra.

Como Schwarcz e Starling (2015) nos afirma, o embate da reforma agrária, apesar do parecer da maioria da sociedade civil e das classes políticas serem favoráveis, o método que seria executada dividia opiniões. O PSD aceita discutir a reforma, contanto que fosse executada dentro da constituição: desapropriações com indenização à vista e em dinheiro ou em títulos de dívida pública, sendo essas terras improdutivas. Para parte

das esquerdas, isso não era reforma e sim negócio, o que entravou o debate pessedista. Como vimos anteriormente, o periódico tijucano se apresentava favorável à reforma e acreditava que ela só poderia ser executada mexendo na constituição, ou seja, o impresso tinha uma visão distinta da pregada pelo PSD sobre a Reforma Agrária.

Napolitano afirma que o pacto entre PSD-PTB durou até 1964, mas, no ano anterior, já dava sinais de esgotamento, esse rompimento se deu pela guinada à esquerda do PTB e pela radicalização das direitas civis e militares, criando um ambiente que não permite mais um bloco partidário conciliador, ainda que fiador de uma ordem conservadora a apresentar concessões ao reformismo político (NAPOLITANO, 2014, p. 30).

A principal virtude do Governo de João Goulart foi a de manter como perspectiva uma agenda política nacional na direção da democratização da propriedade e da cidadania, o mesmo motivo que incomodou algumas elites nacionais que desfrutavam de privilégios.

A *Folha* concordou, de várias formas, com o governo de Jango: apoiando a sua posse, o fim do parlamentarismo, o Plano Trienal, as Reformas de Base, e, especialmente, a Reforma Agrária, em que fazia propaganda em prol dela na região, mas dentro de um sistema claro de desapropriação somente de grandes propriedades, – o latifúndio, – e, essencialmente improdutivas, inclusive sendo favorável a mudanças constitucionais para que ela ocorresse. Após o 1º de abril, da mesma maneira que Goulart e seu governo, o Jornal foi um dos muitos que caíram, junto com todas as políticas reformistas desse momento.

**5 - O “veterano combatente das barricadas nacionalistas”: Nacionalismo nas
páginas de um impresso tijucano**

Como já falamos exaustivamente, os jornalistas da *Folha de Ituiutaba* foram acusados de serem comunistas/subversivos, no entanto, politicamente, o Jornal era alinhado, e os jornalistas se identificavam com outra(s) corrente(s) ideológica(s) dentro do espectro das esquerdas latino-americanas, que não era o comunismo marxista. No campo das ideias políticas do momento, o que se destaca e é declarado nas páginas do impresso é o que era conhecido no período como o *nacionalismo*, sendo que, em várias edições, os jornalistas assumem e defendem tal postura política.

O nacionalismo como política era a ideia que atravessava o Jornal em um todo, e era o que fazia a união dos jornalistas como concepção de mudança econômicas, sociais, políticas e culturais. Entretanto, dentro do ideário do nacionalismo brasileiro dos meados do século XX, existiram diversas linhagens e correntes que, às vezes, divergiam nas ideias, e, nas páginas da *Folha*, não foi diferente: as noções, às vezes, conflitavam dentre as várias vozes que ali escreviam. No entanto, é importante pensarmos em um nacionalismo regional em que a *Folha* era um divulgador de suas ideias.

Adiantamos, aqui, quais eram as bandeiras defendidas pelo nacionalismo nas páginas da *Folha de Ituiutaba*:

- 1 - Assiduamente, eram em favor da autoexploração dos recursos do Brasil, principalmente, do petróleo, mas também de outros minérios e energia;
- 2 - Eram favoráveis à encampação e estatização de empresas;
- 3 - Se mostravam em favor de disciplinar as remessas de lucros que eram enviadas para o exterior;
- 4 - Acreditavam que o latifúndio era um dos grandes problemas estruturais brasileiros, que impedia o processo de industrialização e era a fonte da desigualdade social no meio rural. Essa crença era muita cara ao Jornal, em vista da situação produtiva da região ser voltada, principalmente, para a monocultura do arroz;
- 5 - Viam as Reformas de Base, em especial, a reforma agrária, como um processo democratizante da sociedade, entretanto, afirmavam que a reforma agrária apenas ocorreria em grandes propriedades e em terras improdutivas;
- 6 - Tinham como os grandes inimigos do desenvolvimento nacional, além do latifúndio, os trustes internacionais, os países tidos como imperialistas, os políticos “entreguistas” e a grande imprensa;
- 7 – Acreditavam no desenvolvimento nacional pela “cultura”, isto é, na alfabetização.

Importante constarmos aqui que grande parte dos escritos nacionalistas aparecem destacados no Jornal, geralmente, na primeira página: alguma das vezes, há mudança nas fontes, como o uso de itálico e negrito, ou caixa alta, demonstrando, assim, como o tema era de importância para os jornalistas.

5.1 - “Irrompe de forma irresistível”: Folha de Ituiutaba e o nacionalismo à tijucana

Grosso modo, o nacionalismo, como ideologia moderna e ocidental, segundo Bresser-Pereira (2008):

[...] nacionalismo é a ideologia que une a nação, é sentimento de destino comum que garante a coesão necessária à nação para que ela se assegure de um território, organize um Estado e forme, assim, um estado-nação. É a ideologia da autonomia, da segurança e do desenvolvimento econômico nacional. A nação, por sua vez, é o grupo social razoavelmente homogêneo que partilha um destino comum e dispõe ou tem condições de vir a constituir um estado-nação – a unidade político territorial em que está dividida politicamente a humanidade no capitalismo. O nacionalismo é uma ideologia originalmente burguesa, mas com uma conotação popular, já que só faz sentido quando capitalistas, trabalhadores e classe profissional superam de alguma forma seus conflitos internos, partilham um destino comum e se solidarizam na competição com as demais nações. (BRESSER-PEREIRA, 2008, p.172)

Entretanto, sendo mais específico, o que era conhecido como ideário nacionalista da metade do século XX, no Brasil, segundo Moreira (1998), era uma corrente política, cultural e ideológica dos anos 50 e 60, que modificou o movimento e ação de políticos, intelectuais, sindicalistas, trabalhadores, estudantes, padres, jornalistas e outros. Apesar disso, o ideário teve diversas linhas políticas, e teve seu epicentro em duas correntes dominantes durante o período: primeiramente, o *nacional-desenvolvimentismo*, que era centrado na autossustentabilidade econômica e mergulhada no caráter liberal, mais preocupada com a modernização e a industrialização do país por meio da autoexploração de seus recursos, expressada, principalmente, pelo governo JK e sua intelectualidade. A outra corrente era o *nacionalismo econômico*, que era a vertente mais voltada para as esquerdas políticas, ligada aos interesses populares, que conciliava, em suas características, interesses de socialistas e trabalhistas, na maioria, apoiados em políticas reformistas, como a reforma agrária e demais pontos das Reformas de Base¹⁴⁶.

¹⁴⁶ Essas duas concepções de nacionalismo eram expostas em grupos intelectuais distintos nos anos de 1950 e 1960. Os nacionalistas econômicos, grupo mais à esquerda, difundia ideias por meio da *Revista Brasiliense* (1955-1964), tendo como seus colaboradores mais frequentes Caio Prado Junior, Heitor Ferreira Lima, Florestan Fernandes, Rui Guerra entre outros. Enquanto o movimento, em sua vertente liberal, o nacional-desenvolvimentismo, era representada por membros do Instituto Superior de Estudos Brasileiros

Encontramos, nas páginas da *Folha*, ideias dessas duas concepções de nacionalismo como linha de pensamento político, em momentos, mais alinhado a perspectivas desenvolvimentistas, em outros, mais inclinado às ideias nacionalistas das esquerdas. Na realidade não há em si uma mescla dessas concepções em cada um dos escritos, pois teria aí contradições, mas cada escritor tinha sua concepção de nacionalismo. Sendo assim, cada autor tinha uma perspectiva do que via como mudanças econômicas e sociais, mas como, via de regra, se enquadravam, de alguma maneira, nos pensamentos nacionalistas da época.

O nacionalismo, segundo Moreira (1998), como ideologia de Estado, que foi característico no Brasil, ao longo de todo esse período, se ancorou nas políticas trabalhistas concebidas na segunda gestão de Getúlio Vargas (1951-1954) e também ao desenvolvimentismo do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), e ao reformismo social, com tendências voltadas para as Reformas de Base de João Goulart (1962-1964), sendo uma constante construção ao longo desse período. Para os nacionalistas, “defender o desenvolvimento autossustentado significava, em primeiro lugar, criticar o modelo econômico agrário-exportador e, por extensão, a classe social a ele ligada: a oligarquia latifundiária” (MOREIRA, 1998, p. 4). A opção do ideário nacionalista se revelou como a criação de uma economia autocentrada, voltada para o mercado interno. O vilão social interno seria a elite agrária fundiária, e que tinha sua produção voltada para o mercado externo, porém, também julgavam como um grande problema as políticas nacionais que eram vistas como entregadoras dos bens naturais e econômicos do País aos países estrangeiros, principalmente, para os EUA. A corrente nacionalista liberal definiu a burguesia urbana como um novo herói, que tinha como missão, industrializar o Brasil em uma revolução democrático-burguesa por meios de reformas na política.

Nos movimentos nacionalistas, principalmente, os mais voltados para as esquerdas, cresceu um forte sentimento de antiamericanismo, que identificava os interesses econômicos dos Estados Unidos como “imperialistas”, que visavam o domínio de outros países por meios de exploração de recursos e mercado, além da influência política.

Portanto, nessas correntes, o inimigo interno seria o latifúndio, visto como atrasado, e o inimigo externo seria os países imperialistas que dominavam o terceiro mundo pelo viés da influência econômica. Ser nacionalista significava, por tanto, ser

(ISEB), afinados com as ideias presidenciais de JK, e que também reunia intelectuais influentes como Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Cândido Mendes, Álvaro Guerreiro Pinto, entre outros (MOREIRA, 1998).

favorável ao país tornar-se autossustentável, elegendo a oligarquia agrária e os aliados dos EUA como os representantes internos da exploração e do atraso. O imperialismo norte-americano era também compreendido como o fator externo que explicava a exploração econômica e política. Os nacionalistas econômicos apontavam para a necessidade de disciplinar a remessa de lucros, os *royalties*, limitar a intervenção de empresas estrangeiras em assuntos nacionais, e viam no projeto político das Reformas de Base (entre essas, principalmente, a reforma agrária) como um meio de recuperação, compensação social e econômica para camadas populares, visando, majoritariamente, aos trabalhadores rurais (MOREIRA, 1998; 2004).

Os nacionalistas se agruparam e se organizaram, na década de 1950 e 60, em dois partidos: o PTB e o PSD, apesar desse último também conter personalidade conservadoras contrárias às tais perspectivas. O bloco nacionalista agregava também componentes de outros partidos, inclusive udenistas da ala chamada Bossa Nova, grupo menos conservador dentro do partido. Segundo Hippolito (2012), grande parte da chamada Ala Moça do PSD, muitos favoráveis ao governo de JK, e que defendiam a renovação dos métodos políticos do partido, dentro das ideias de modernização e industrialização, se alinharam à orientação nacionalista durante a segunda metade dos anos 1950.

O nacionalismo, mais do que apenas um ideário, foi um movimento amplo, estruturado e pluralizado que tomava força durante a Quarta República. Como nos aponta Moreira (1998), Caio Prado Jr., bem acautelado com o momento vivido em 1955, comparava o nacionalismo com outros movimentos políticos de destaque anteriores, “(...) a campanha nacionalista já hoje se situa no mesmo plano da luta pela independência e da campanha pela abolição” (PRADO, 1955, p.82 *apud* MOREIRA, 1998, p. 01). Mas, se o nacionalismo crescia e se fortalecia, também se tornava clara a sua imprecisão e diversidade ideológica. E, nesse contexto, a *Folha* e seus jornalistas desenvolveram um nacionalismo próprio, que seguia essas ideias em geral, mas tinha seus “interesses” voltados para a “região”.

Os jornalistas da *Folha* se posicionavam como nacionalistas em seus escritos, em praticamente toda a trajetória que analisamos, sejam os redatores, o dono ou os colunistas. O teor do Jornal carregava a ideia do nacionalismo com proposta de libertação da dominação, tanto interna quanto externa -, sendo contra a influência econômica dos Estados Unidos, para além de criticarem o latifúndio e a relação com os trabalhadores

rurais. Ao mesmo tempo, o impresso se alinhava a grupos regionais que viam o desenvolvimento nacional e regional com esses processos.

Além do posicionamento nas notas do Jornal, a participação desses jornalistas da *Folha*, dentro do movimento nacionalista, de impacto regional, era vista nas suas militâncias. Nas eleições locais de 1958, Geraldo Sétimo, ao concorrer no pleito para vereador de Ituiutaba, pela legenda do PSD, usou como *slogan*: “Candidato Nacionalista – Candidato independente”. Além disso, na segunda metade dos anos 1950, na organização da Frente Nacionalista de Ituiutaba, assumiram a diretoria, o dono da *Folha*, Ercílio Domingues, como tesoureiro e como secretário, o redator, Manoel Agostinho.

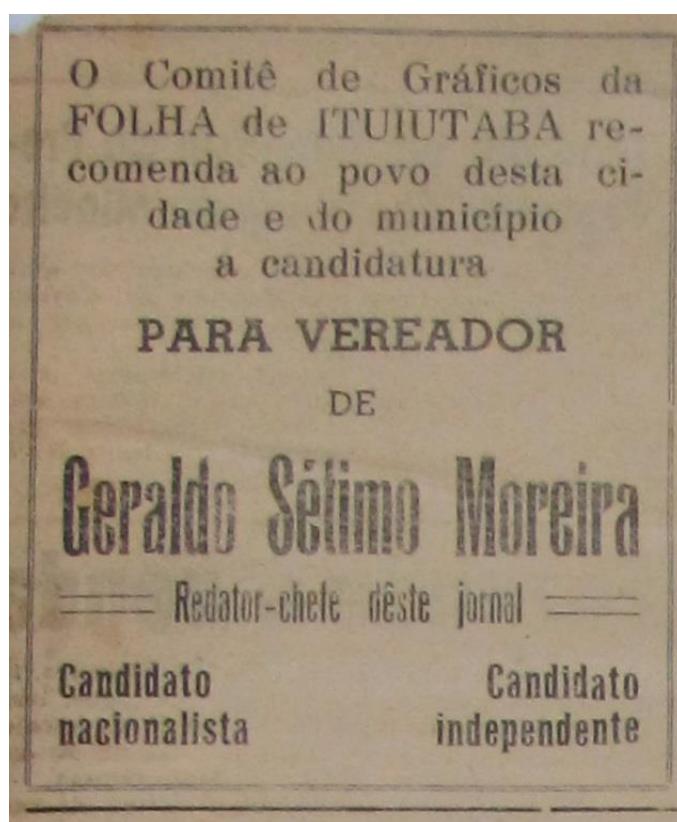


FIGURA 11: Reprodução de imagem de campanha eleitoral de Geraldo Sétimo.
FONTE: *Folha de Ituiutaba*, N.904, ano XVII, Ituiutaba (MG), 19 de ago. 1958.

Segundo Hippólito (2012), a Ala Moça do PSD foi um dos fundadores da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), grupo de Legislaturas que agiu entre o início dos anos de governo de JK (1956) e seguiu até o golpe de 1964, perdendo força em seus últimos anos. A Frente reunia diversos deputados de vários partidos políticos, comprometidos com a defesa de políticas nacionalistas, dentro do parlamento nacional, propondo soluções para os problemas que impediam o desenvolvimento econômico e social do Brasil. A criação e articulação parlamentar da FPN alimentou conflitos internos no PSD

devido à posição de deputados que eram ligados às oligarquias rurais, que discordavam rigidamente das propostas nacionalistas e de caráter progressista. Ituiutaba teve filiados pessedistas que integraram uma versão local da Frente Nacionalista, apoiando as políticas desses parlamentares¹⁴⁷. Como afirma Motta (2008), os diversos embates políticos no Congresso nacional foram um forte ingrediente para a crise que desaguaria no golpe. Nos anos de 1960, o parlamento se dividiu profundamente entre os que se opunha às reformas de base e aos favoráveis, levando a criação de estruturas suprapartidárias: ao mesmo tempo que a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) tomava a luta em favor das reformas, a Ação Democrática Parlamentar (ADP) se formava na contraposição das propostas reformistas. Segundo o autor, apesar dos esforços dos nacionalistas da FPN, não conseguiram atrair a maioria do parlamento.

Segundo Delgado (1994, p.63), formalmente fundada em 1956, a FPN:

[...] objetivava levar o Congresso Nacional a aprovar projetos de lei cujo conteúdo fosse nacionalista/reformista. Trata-se da Frente Parlamentar Nacionalista que agregou deputados e senadores de diferentes partidos políticos, comungando o objetivo comum de lutar pela implementação de políticas públicas nacional/reformistas. (DELGADO, 1994, p.63)

Nesse momento de fundação, o primeiro manifesto da FPN apresentava como propostas a:

(...) revisão de acordos internacionais de comércio, procurando acrescentar clausuras que atendessem aos interesses nacionais; controle da remessa de lucros; defesa dos estoques financeiros e das jazidas de minerais do país; defesa da indústria nacional; defesa das organizações estatais de monopólio já constituídas; esforços para a constituição de empresas de monopólio; defesa da cultura brasileira; estímulo ao cinema nacional, dentre outras. (DELGADO, 1994, p. 65)

Ao leremos as propostas da FPN, vemos que a *Folha* defendia essas mesmas ideias, quando o tema eram as políticas públicas (com exceção do estímulo do cinema nacional, que não encontramos nenhum escrito que se referia ao tema). Entretanto, segundo Delgado (1994), a FPN veio a encampar as propostas das reformas de base, em especial, a reforma agrária, nos anos de 1960, enquanto, de modo distinto, a *Folha* defendia a reforma agrária desde meados dos anos 1950, como vimos na última parte do capítulo anterior.

¹⁴⁷ Dentre esses podemos citar o dono da *Folha de Ituiutaba*, Ercílio Domingues, o proprietário rural e motorista de caminhão, Samir Tannus, e o então estudante de engenharia civil Fued Dib, que afirma, em entrevista sobre sua atuação, ainda no movimento estudantil, na década de 1950: “era através das entidades nossas estudantis, eu tive a honra de participar ativamente do movimento brasileiro nacionalista né, da ação nacionalista brasileira” (DIB, 2009).

A região do Pontal do Triângulo Mineiro não ficou de fora das organizações nacionalistas. No periódico, em 1955, é noticiado que foi “Organizado em Ituiutaba o Movimento Nacional Popular Trabalhista” (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/08/1955). Dizendo que, em reunião, na cidade, foi formado um grupo de lideranças sindicais locais, organizando um núcleo no Pontal do Triângulo Mineiro, de atuação embasada nas questões dos trabalhadores e do nacionalismo, mas se voltando, também, para a defesa do processo eleitoral e democrático, em vista das ameaças de golpe durante o processo eleitoral daquele ano que levou a chapa JJ à vitória. Dentre a organização, havia vários personagens da cidade, dentre eles, o jornalista e petebista Pedro Lourdes de Moraes, do *Correio do Pontal*, mas nenhum deles pertencia ao quadro de escritores da *Folha*.

Na edição seguinte, é publicado, com destaque na primeira página: “Juscelino e Jango: Candidatos do Movimento Nacional Popular Trabalhista” (FOLHA DE ITUIUTABA, 13/08/1955), afirmando que a chapa é resultado do movimento de nível nacional, em torno de políticas trabalhistas e nacionalistas, e que foi homologada a candidatura de JK como presidente, e a de Jango como vice. A *Folha* afirmava que o movimento nacionalista toma corpo nacional, enfatizando que a cidade possuía um grupo ligado a tal movimento: “organização que há um núcleo neste município”

No ano seguinte, já eleita a chapa presidencial JJ, o Jornal publicava “A Frente Parlamentar Nacionalista e a independência econômica do Brasil” (FOLHA DE ITUIUTABA, 24/11/1956), afirmando que a Frente, como maneira de assegurar a democracia brasileira, o progresso social e a independência financeira do Brasil, proclamou, na Câmara Federal, um gama de recomendações, como revisão de contratos contra questões nacionais, criação de indústrias de base, intervenção estatal necessária sobre o crescimento econômico, amparo à indústria brasileira, defesas de controle de exploração, combate a monopólios privados, proteção ao patrimônio cultural brasileiro, entre outros. Segundo o periódico, os objetivos da Frente também eram os “interesses da Nação Brasileira”:

Visando defender os interesses fundamentais da Nação Brasileira, cuidando da preservação do regime democrático e desejando promover e assegurar o progresso social e a independência econômica do País. (FOLHA DE ITUIUTABA, 24/11/1956)

Dois anos depois da formação do grupo nacionalista na região, o tema de formação de uma outra Frente Nacionalista no Pontal passava a ser notícia no jornal. Publicada em manchete, se diferenciando dos demais escritos pela letra, que, dessa vez, estava em

ítálico, dizia que “Ituiutaba desfraldará também a bandeira nacionalista” (FOLHA DE ITUIUTABA, 30/07/1958), afirmando que esses eram os “primeiros passos do grande movimento, que, acima dos partidos, congregará destacadas figuras da sociedade local”. Esse escrito renegava a formação de um grupo nacionalista anterior na região, como se a cidade nunca antes tivesse um movimento que lutasse por tais ideais, como foi noticiado no impresso, em 1955. Talvez isso se deu pelo fato de que esse novo grupo, que tinha novos sujeitos, inclusive jornalistas da *Folha*, queria se desvincular do grupo nacionalista de três anos antes. A *Folha de Ituiutaba* saúda, na nota, o novo grupo, e escreve que:

A exemplo do que ocorre por todo o Brasil, em que a Campanha Nacionalista irrompe de forma irresistível, conquistando adesões mais valiosas e popularizando o interesse geral das populações, maiores interessadas na preservação de nossas riquezas e na emancipação econômica do país, Ituiutaba desfraldará proximamente a bandeira de nossa redenção.

(...)

Com a permanente ronda dos trustes as nossas riquezas, bem assim considerando a inegável projeção deste município que, de forma alguma, poderia omitir a sua definição de um pronunciamento da maior parcela do povo brasileiro, este jornal, veterano combatente das barricadas nacionalistas, saúda com o maior calor a organização da Frente Nacionalista de Ituiutaba, cujo órgão diretor deverá ser festivamente organizado nos próximos dias. (FOLHA DE ITUIUTABA, 30/07/1958)

O uso de algumas palavras chama atenção no escrito:

- 1) Irromper: Verbo demonstra ímpeto ao surgir e se apresentar com força;
- 2) Irresistível: Além da sedução, da paixão, aqui o nacionalismo se mostra como algo que não se pode dominar e nem se reprimir, no sentido de destino;
- 3) Desfraldará: dá o sentido de soltar, de se abrir, do novo e da emancipação;
- 4) Redenção: palavra que remete à libertação cristã, referenciado, aqui, como a salvação para o Brasil e sua sociedade, que se livraria da exploração e do atraso;
- 5) O Jornal se intitula como “veterano combatente das barricadas nacionalistas”: as três primeiras palavras remetem à guerra: veterano/combatente/barricada. Indica, além de ser um lutador, no sentido de embate, que ele, o Jornal, é antigo no meio, se autoafirmando como uma autoridade nacionalista, por isso, ele saúda e dá boas-vindas ao novo que está desfraldando: a Frente Nacionalista de Ituiutaba.

Nesse trecho, mais uma vez, o Jornal afirmava que as propostas nacionalistas são “interesse geral das populações” (brasileiras) e essas seriam a “preservação das nossas riquezas” e a “emancipação econômica do país”, e, também, trazia quem é o grande inimigo dos nacionalistas: os “trustes”.

Seguindo a ideia de que, na cidade, formou-se um novo grupo da Frente, o Jornal também publicava “Nacionalismo – divisionismo e entreguismo” (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/08/1958), afirmando que, no movimento, estavam “os numerosos nacionalistas locais”, e que o “município, em verdade, não poderia ausentar-se dessa luta patriótica”. E, o grupo nacionalista, para o jornal,

Reúne hoje a maioria esmagadora da intelectualidade e estudantes, uma ponderável parcela de parlamentares, todos os setores da imprensa independente, a totalidade do operariado brasileiro e o mais forte e esclarecido núcleo das Forças Armadas. (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/08/1958)

O Jornal, para justificar a participação da região no movimento, em tom parecido com o de Caio Prado Jr, apontado anteriormente, compara o movimento nacionalista de sua época com outros movimentos, tidos como libertadores, e destacados na história do Brasil:

Se fossemos permanecer à margem dessa batalha decisiva para os nossos destinos, seria o mesmo que cruzar os braços nas lutas de Independência, deixar de cerrar fileiras junto aos abolicionistas, na longa refrega pela Abolição da Escravatura no Brasil ou alheiar-se ao movimento pela Proclamação da República. (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/08/1958)

A justificativa da luta nacionalista ainda segue no escrito, trazendo, novamente, alguns inimigos eleitos pelo nacionalismo: os “trustes internacionais” e os “entreguistas”. Ainda aponta que há infiltradores dentro dos nacionalistas, com o intuito de dividirem em dois o movimento, sendo que os nacionalistas da região deveriam ficar atentos a esses:

Hoje, a luta é contra os trustes internacionais e seus testas-de-ferro no país, em defesa do monopólio estatal contra o roubo dos minerais atômicos, contra o monopólio da carne pelos frigoríficos estrangeiros, contra as grosseiras manipulações nos preços do café e contra a criminosa exploração dos lucros das empresas para o estrangeiro. E pelo comércio com todos os povos que queiram comprar e pagar bem pelos nossos produtos, pela solução pacífica de divergências [*ilegível*].

E que os nacionalistas tijucanos se mantenham alerta, evitando que as manobras divisionistas esboçadas pelo entreguismo, tentando dividir o movimento em duas correntes, possam mesmo de longe arranhar a sua coesão patriótica. Essas manobras já foram desmascaradas na Câmara pelo deputado mineiro Gabriel Passos. O nacionalismo é um só, e os que pretendem arguir distinções em seu meio, estejamos certos, sonham apenas enfraquecê-lo e desmoralizá-lo.

Muita cautela, pois a indíciosa infiltração divisionista, que esconde realmente os desígnios mais vis (*ilegível*). A tese contrária parte sempre de membros disfarçados ou ostensivos de outra corrente, do famigerado cordão entreguista. (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/08/1958)

Na edição seguinte, o Jornal noticiaava, em manchete, que havia sido “Constituída a Diretoria provisória da Frente nacionalista de Ituiutaba” (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/08/1958), informando que, no encontro, houve vários oradores, sendo que “todos

exaltando os princípios que nortearam a organização da Frente e deixando transparecer mais vivo entusiasmo pela causa, que é a própria causa do Brasil” (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/08/1958). O Jornal representava os nacionalistas, que, por sua vez, acreditavam que representavam a vontade dos brasileiros. Ao descrever a diretoria, o Jornal nos trazia a informação de que jornalistas da *Folha* assumiram alguns dos cargos dentro da Frente: Manoel Agostinho, como secretário, e Ercílio Domingues, como tesoureiro, Eurípedes Alves de Freitas era vice-Presidente, o grupo também contou com outros participantes que constituíam a política local, na sua maioria, pessedistas e petebistas.

Nos escritos da *Folha*, de cunho nacionalista, os assuntos centrais, geralmente, giravam em torno dos recursos naturais (principalmente, minérios, como o petróleo) e a exploração estatal como uma maneira de enriquecimento interno, se posicionando contra a interferência do capital estrangeiro. Com o movimento “O petróleo é nosso”, e a mobilização popular, que resultou na criação da Petrobrás, em 1953, pelo governo Vargas, a exploração do petróleo se tornou uma das grandes bandeiras dos nacionalistas (MOREIRA, 1998).

Assim, no ano de 1954, o Jornal publicava “Por patriótica unanimidade! A Assembléia Legislativa de Minas Gerais tomou posição contra a entrega da Petrobrás” (FOLHA DE ITUIUTABA, 30/10/1954), afirmando e vangloriando que a Câmara dos Deputados do Estado de Minas Gerais repudiou a atitude do então presidente Café Filho:

A negativa do Sr. Café Filho, através do seu ministério da fazenda, de proporcionar a Petrobrás 260 mil dólares ao câmbio oficial, para contratar técnicos que afirmavam ser possível aumentar rapidamente para 30.000 barris diários de produção petrolífera dos campos da baía (...). Entretanto, numa lição de patriotismo que enche os olhos do mais justificado orgulho, o povo brasileiro repudia as medidas que visam a alienação de nossas riquezas pelos trustes. (FOLHA DE ITUIUTABA, 30/10/1954)

Ao início do escrito, o impresso falava sobre “conduta do atual governo no tocante a exploração de nossas riquezas” que “tem afinidade com o entreguismo”. A *Folha* tomava para si o dever de fazer denúncias sobre as relações nacionais e exteriores, vendo negativamente as ações do governo com outros países como na entrega dos recursos internos do Brasil. Dentro dessa lógica, qualquer interferência estrangeira era vista como uma maneira de dominação e apropriação das riquezas brasileiras, principalmente, sobre a Petrobrás. Assim, o impresso afirmava sua luta pelo monopólio estatal do petróleo, que o Jornal chamava de “ouro negro”, visualizando, nessas palavras, a riqueza financeira na exploração do produto natural.

Martins (2015), ao analisar a documentação de fundação da Petrobrás, no governo Vargas (1951-1964), afirma que a empresa de economia mista foi criada dentro de um complexo econômico de diretrizes nacional-desenvolvimentista. Assim, no projeto inicial da empresa, era possível a participação do capital estrangeiro, mesmo que, de modo limitado, não sendo um total o monopólio do governo brasileiro. Esse projeto de Vargas sofreu críticas da sua base aliada, composta de defensores do monopólio estatal, só sendo aprovado após a exclusão da proposta de participação de capital estrangeiro. A empresa foi fundada em 1953, sobre lei que instituiu o monopólio estatal da exploração e do refino do produto.

Nas páginas do impresso tijucano, dois anos depois da fundação da empresa estatal, é publicado “No clube militar do Rio: Patriótica manifestação em defesa do petróleo” (FOLHA DE ITUIUTABA, 10/01/1955), no qual afirmava que, no clube militar da então Capital, houve uma “impressionante manifestação” de oficiais das forças armadas, onde “debateram os problemas da energia e, em particular, da defesa do petróleo, contra a voracidade dos trustes norte-americanos”. O Jornal elogiava o papel das forças armadas em defesa da Petrobrás e da exploração estatal do produto dentro desse episódio.

Nesse mesmo ano, impulsionado pela candidatura de Juscelino Kubitschek para o cargo de Presidente da República, saía no Jornal “O Povo rejeita qualquer candidatura entreguista”. A nota vinha de uma reescrita da fala do deputado federal petebista Aarão Steinbruch, dada à imprensa carioca, afirmando que o povo não elegeria candidatos que têm a intenção de entregar as riquezas naturais do Brasil para os estrangeiros, principalmente, o petróleo, referindo-se aos adversários do presidenciável mineiro. O periódico seguia com a fala do deputado, em que “o essencial para qualquer candidatura realmente popular é o combate intransigente aos trustes internacionais que asfixiam nossa economia e que procuram cada vez mais, escravizar nossa gente”, e ainda sentenciava que “o povo é nacionalista e abjurga tôda e qualquer candidatura que tenha o mais leve traço de entreguismo” (FOLHA DE ITUIUTABA, 30/04/1955).

Nessa mesma linha, é publicado que “Sem o monopólio estatal o petróleo ficará com o estrangeiro” (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/07/1955), afirmando que, em Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), na Câmara Federal dos Deputados, criada para investigar a exploração do petróleo, o deputado Plínio Cantanhede afirmou que o Brasil não podia renunciar à extração do Petróleo, pois as empresas e países estrangeiros estavam de olho na exploração do minério. Segundo a fala, trouxe a afirmação de que os

técnicos brasileiros eram competentes para o trabalho, e que as refinarias eram capacitadas, uma vez que “já deram demonstrações concretas desta capacidade em que a refinaria de Manguinhos, por exemplo, foi toda construída sob a chefia de técnicos nacionais”, indo contra os argumentos dos EUA, que estavam interessados no produto, usando da justificativa de que o Brasil não tinha condições técnicas de construção, exploração e tratamento do produto.

A *Folha de Ituiutaba*, dentro de suas ideias de nacionalismo, via a exploração interna de minérios e bens naturais do Brasil, principalmente, do petróleo, como uma das maiores maneiras de enriquecimento do país, e sabiam que havia interesses dos norte-americanos em apropriar essa exploração, principalmente, voltados para a estatal que extraia o petróleo. Assim o Jornal publicava que “O Brasil está envolvido pela teia pegajosa *da Standart Oil*” (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/04/1957), trazendo uma transcrição de um escrito feito por uma loja maçônica de Belo Horizonte, que foi enviado ao deputado federal pessedista Adolfo Gentil, sobre a pretensão de exploração do petróleo brasileiro por empresas estrangeiras, havendo a “inconveniência da propositura do projeto de lei de sua autoria visando terminar o monopólio estatal do petróleo exercido pela Petrobrás”, e ainda a assertiva de que “nenhum brasileiro esclarecido desconhece a cobiça dos americanos pelas riquezas naturais do nosso Brasil, principalmente o petróleo”, sendo a empresa de exploração dos EUA, *Standard Oil*, perspicazmente, interessada em se apropriar da exploração do minério. No final do escrito, no Jornal, destacado em caixa alta, para reafirmar a imperiosidade, é pedido que:

INCINERE ESSE MAL ASSINADO PROJETO DE LEI E LANCE SUAS
CINZAS AOS VENTOS PARA QUE DELE NADA MAIS RESTE. AJUDE
COM O SEU TRABALHO, O CRESCIMENTO DE NOSSO BRASIL,
DANDO-LHE O LUGAR QUE MERCE NO SEIO DAS NAÇÕES
VERDADEIRAMENTE LIVRES! (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/04/1957)

No mesmo ano, o Jornal publicava uma notícia de “Aplausos da Assembléia Legislativa à Petrobrás” (FOLHA DE ITUIUTABA, 26/10/1957), afirmando que, no encontro da câmara estadual de Minas Gerais:

Na sessão de 3 de outubro do corrente, foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais um importante requerimento de congratulações e aplausos ao Presidente da República e ao Presidente da Petrobrás pelos inegáveis êxitos da grande emprêsa na exploração do petróleo. (FOLHA DE ITUIUTABA, 26/10/1957)

Já, nos anos 1960, a *Folha* transpunha, na íntegra, um editorial da revista oficial da Petrobrás. Sob o título de “Um salto histórico”, o editorial apresentava, via estatísticas,

o desenvolvimento da empresa estatal de mesmo nome da revista desde sua criação. A *Folha de Ituiutaba* inseriu uma introdução, em um parágrafo, para apresentar, e trouxe, depois, o editorial, em que o Jornal tijucano afirmava que:

Sob o título e reportando à ilustração de sua capa, contendo bem feito gráfico estatístico, demonstrativo do progresso alcançado pela empresa estatal nos 7 anos de pesquisa e extração de petróleo do subsolo brasileiro, a revista PETROBRÁS, em sua edição de junho último, insere o seguinte e interessante editorial: (FOLHA DE ITUIUTABA, 29/07/1961)

O editorial, após descrever os números estatísticos de produção, durante os anos, trazia a posição da Revista:

Com milhares e mesmo milhões de barris produzidos diariamente, aí estão várias nações com tradição já secular na pesquisa e lavra do petróleo: algumas, nababescas em suas reservas conhecidas... Conhecidas, sim, mas alienadas, entregues que foram à exploração desenfreada e ao usufruto dos grandes consórcios internacionais em detrimento dos respectivos povos, êstes ainda hoje atingidos pelos males do subdesenvolvimento e da miséria.

(...)

Em seis anos apenas de operação efetiva, a PETROBRÁS projetou o Brasil a uma situação que o futuro imediato expandirá e consolidará.

Éramos ausentes, até-bem pouco, das estatísticas mundiais, em cujo mapas petrolíferos figurávamos tão-somente como mercado consumidor, avidamente disputado por supridores tradicionais que não toleram concorrentes, sobretudo quando indóceis a normas impostas por um “império do petróleo” em que poucos mandam e desmandam de forma irrecorrível.

A PETROBRÁS traz consigo o ônus do atraso histórico com que o país se lançou à batalha pela sua redenção econômica. Nessa luta, porém, em que o petróleo é o mais vital dos fatores, a PETROBRÁS compre sua missão, superando dia a dia as dificuldades inerentes a tão complexa indústria.

Que diga, como testemunho, o salto que registramos como júbilo e augúrio dos êxitos maiores. (FOLHA DE ITUIUTABA, 29/07/1961)

O editorial buscava demonstrar uma efetividade produtiva e lucrativa da empresa estatal, mesmo afirmando que havia um “atraso histórico” nesses meios, justificando a posições de estatização e de autoprodução do Brasil. Vários escritos da *Folha* eram transpostos de outros meios ou eram de posição de terceiros. Desse modo é importante pensarmos o que levou o Jornal a trazer e publicar essas opiniões e ideias. A questão não era o Jornal somente concordar com tais ações políticas e de outros meios, mas levar as tais ideias aos seus leitores, reafirmando posições. Publicar escritos e falas de outros é um processo de seleção e escolha, acima de tudo, pois, assim, o periódico, ao fazer isso, levava as tais informações aos seus leitores da região, reafirmando essas posições e justificando essas ideias.

Em “Falta de gasolina: culpa dos trustes” (FOLHA DE ITUIUTABA, 13/10/1962), o periódico tijucano culpabilizava as empresas estrangeiras de petróleo pela falta de gasolina em diversas regiões do Brasil, que, segundo o Jornal, se devia à

“irregularidade em apréço” e à deficiência em distribuição por parte dessas empresas em entregar os derivados de petróleo, apontando uma ineficiência do trabalho estrangeiro. Essa nota foi escrita com base em mensagem publicada pelo diretor da Petrobrás. O escrito ainda afirmava a necessidade de estatizar completamente a entrega do produto como maneira de sanar tais problemas, pois o monopólio da Petrobrás não se estendia à distribuição, essa se encontrava, na maioria, nas mãos de empresas ligadas ao truste da *Standart Oil*, como a *Esso*, *Shell*, *Texaco* e *Atlantic*.

Quando o Jornal se referia aos grupos econômicos e às suas relações de exploração econômica brasileira, é comum encontrarmos o substantivo “truste” como designação. Truste refere-se a uma fusão empresarial ou coligação financeira, que já controlam grande parte do mercado e se unem para assegurar e aumentar ainda mais esse controle, por meio de estabelecimento de preços, visando maior margem de lucros, e, ainda, por meio do monopólio de produção mercadológico. Segundo Vilarino (2011), em um estudo sobre o petróleo e os trustes, os grandes cartéis do petróleo emergiram entre 1860-1880, (dentre essas estavam a estadunidense *Standard Oil Company*), sendo que o monopólio foi fundamental na construção de uma economia imperialista, no qual a concentração de produção, a condução de controle de matérias-primas, o desenvolvimento bancário e resultado de políticas coloniais foram fundamentos básicos das suas construções. Em 1928 aconteceu a formação do cartel internacional do petróleo por parte das 7 maiores empresas de exploração de petróleo mundiais (sendo 5 norte-americanas e 3 ligadas às empresas *Rockefeller* do grupo *Standard Oil*), em que definiram pontos em comum para assegurarem a produção e, consequentemente, os preços e os lucros, dividindo mercados, fontes de produção e distribuição, o que perduraria até o final dos anos de 1950.

Mas o uso e a designação da palavra “truste” pela *Folha* tomam um caminho à mais do que o explícito de cartel e monopólio, acima exposto. Toma como característica pejorativa, do que se refere ao imperialismo norte-americano e suas empresas, de dominação econômica e de sua vontade de poder sobre as riquezas naturais dos brasileiros, sendo incorporado dentro da lógica nacionalista: o truste não eram apenas as empresas monopolistas de cartel, eram também os que tinham interesse em explorar os países considerados de terceiro mundo, sempre sendo visualizados como gananciosos e exploradores.

Nas páginas do jornal ituiutabano, a questão da defesa das riquezas nacionais não ficou somente voltada para o petróleo e para a Petrobrás. Em “15.000 km² da Amazônia em poder dos norte-americanos” (FOLHA DE ITUIUTABA, 27/05/1959), o impresso

tijucano afirmava que “um sindicato norte-americano o ‘Pan American Piorner Sindicate’ adquiriu uma firma paraense”, em “uma área da bacia amazônica”. Na “área em questão, além de madeiras, imensos seringais e castanhais e outras riquezas vegetais, existem ainda jazidas de bauxita e manganês, com forte indícios da presença de petróleo”.

Outro exemplo fora da questão do petróleo, mas ainda sobre a exploração de bens nacionais, o periódico publicava sobre “Nacionalistas de Ituiutaba saúdam Leonel Brizola” (FOLHA DE ITUIUTABA, 08/07/1959), em que um grupo de nacionalistas tijucanos enviaram uma carta de apoio ao então governador gaúcho, em torno do ato de encampação da Companhia de Energia Elétrica Rio-grandense (CEERG), subsidiária da norte-americana “*Bond and Share*”, que, segundo o Jornal, “explora e estorva o progresso brasileiro”. Brizola, ao alegar ineficiência da empresa e prejuízo no estado do Rio Grande do Sul, anunciava a expropriação e a criação de uma estatal para assumir as atribuições. Entre os signatários da carta de apoio e saudação estavam os membros da *Folha*, Ercílio Domingues e Manoel Agostinho.

Outra publicação, com o tema da expropriação, foi “A encampação da Cia. Paulista e o nacionalismo”, escrita por Jaime de Moraes Teixeira, afirmando que “uma obra de autêntico nacionalismo acaba de ser posta em prática pelo governo do Estado de São Paulo. Trata-se da encampação da Cia. Paulista de estradas de Ferro”, sendo essa a tomada de posse, pela administração pública, da Companhia de Estradas de Ferro. O escrito ainda salientava ter sido um ato em favor dos operários e servidores daquela via, que lutavam, há tempos, para a estrada se tornar do poder estatal, melhorando, segundo a nota, suas condições de trabalho e de salário:

Foi, sobretudo, uma vitória dos operários e demais servidores daquela ferrovia, pois, há tempo vinham batalhando para aquela organização passasse ao domínio do poder estatal. Constitui para os seus servidores uma grande e merecida vitória, de vez que terão agora em diante melhores salários e maiores garantias: para si e suas famílias. (FOLHA DE ITUIUTABA, 22/07/1961)

Portanto, a ação de estatizar e nacionalizar empresas e serviços de exploração era vista como um ato dentro do ideário nacionalista da *Folha*, e que, como consequência, esses melhorariam as condições de vidas dos trabalhadores, sendo que, então, o seu oposto, de privatizar ou colocar empresas particulares e estrangeiras para gerir e controlar serviços nacionais, era o grande inimigo econômico e de desenvolvimento do Brasil.

Com essas ideias, o Jornal voltava sua atuação para uma aplicabilidade à realidade regional, pois, ao afirmar tais concepções nacionais de estatização e de autoexploração, o Jornal pretendia fazer cobranças ao poder público para agir em seu espaço. Cobrando dele

responsabilidade no desenvolvimento da região e no ato de em construir e explorar, voltando seus lucros para a localidade.

Outro tema importante, dentro das ideias nacionalistas, era a relação com a necessidade de disciplinar a remessa de lucros. Segundo Loureiro (2016), o início dos anos 1960 foi marcado por forte desequilíbrio nos balanços de pagamentos do Brasil, causado pelo endividamento durante a administração de JK, que levou a uma crescente saída de recursos, sob a forma de juros, lucros e dividendos, sendo que o valor das exportações se reduziu na metade durante os anos 1950. Foi viabilizado um debate, nesse momento, sobre a redução de importações, como maneira de diminuir as dificuldades nos balanços de pagamentos. Nesse contexto ganhou força o debate em torno de impor limites às remessas de lucros e dividendos de capitais estrangeiros no Brasil, sendo aprovada a lei de limitação das remessas de lucro, no congresso nacional, em setembro de 1962. A aprovação da lei gerou protestos de investidores estrangeiros. Segundo Loureiro, um dos fatores fundamentais para a aprovação da lei foi a pressão exercida por setores nacionalistas do empresariado sobre o Parlamento, principalmente, por parte de grupos organizados, tendo à frente a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) que, inclusive, tinham representantes políticos no congresso nacional. O empresariado “nacionalista” se apresentava como aquele que tinham pouca ou nenhuma participação do capital estrangeiro em seus negócios, em contraposição ao empresariado “estrangeiro”, – representado por aqueles que tinham fortes vínculos com investidores de fora do país.

A luta pela disciplina da remessa de lucros também foi uma bandeira levantada pelos jornalistas da *Folha*. Em 1961, o Jornal, em relação às leis que limitavam o lançamento de lucro de empresas estrangeiras para o exterior do Brasil, trazia em manchete que “Câmara aprovou decreto disciplinando remessa de lucros para o exterior”, também trazendo que “difícil, contudo, sua aprovação pelo Senado – de qualquer forma, trata-se de uma grande vitória para os nacionalistas” (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/12/1961). O impresso tijucano noticiava a aprovação, em tom comemorativo, mas receoso e descreditado de que a proposta do projeto no Senado tivesse aprovação, em vista de que os nacionalistas, na casa, apesar de constituírem um grupo expressivo, não eram maioria, além de que, apesar da aprovação, o projeto sofreu bastante resistência na Câmara dos deputados:

E se não foi das mais fáceis a aprovação da lei disciplinando a remessa de lucros na Câmara, no Senado, segundo observadores dificilmente obterá ela aprovação, pois terá contra si e não apenas a mentalidade conservadora da Câmara Alta, mas esforços redobrados do sr. Amaral Peixoto, Tancredo Neves

e Horácio Lafer. Isso sem contar com a pressão que começa a ser exercida contra a lei pelos órgãos também conservadores da chamada gente grande imprensa nacional, toda ela preocupada em que os trustes sofram o mínimo de aranhões em seus interesses. (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/12/1961)

A *Folha* sabia que seria difícil a aprovação da lei, como nos afirma Loureiro (2016), apesar da aprovação do projeto em 1962, a bancada nacionalista era minoria no momento. Ainda, no mesmo mês, o Jornal anunciava que “Senado contrário ao projeto disciplinando remessas de lucros”, afirmando que o Senado federal, em quase sua totalidade, foi contra o projeto nacionalista, que iria ser revisto. O impresso, decepcionado pela ação, afirmava que o senado “põe a mostra sua mentalidade ultra-conservadora, para não dizer extremamente reacionária da maioria dos seus membros avessos a qualquer alteração do status-quo” (FOLHA DE ITUIUTABA, 16/12/1961). Ao final o Jornal não escondia sua desesperança perante a tal aprovação e seu descontentamento com parlamentares, além das possíveis mudanças no projeto de lei, criticando a participação de parte do empresariado da FIESP. Segue o trecho:

Depois, ainda há quem alimente esperanças de que o País realize as tão faladas reformas de base. Se concorrer simplesmente contra a sangria do Brasil voracidade das empresas estrangeiras que daqui arrancam anualmente lucros às vezes superiores ao capital que aplicaram através de um projeto que, de tão liberal, mereceu aprovação até da federação das Indústrias de S. Paulo, êsses homens/[ilegível], que esperar deles quando legislarem sobre alterações de fato na estrutura econômica interna? (FOLHA DE ITUIUTABA, 16/12/1961)

Ou seja, a *Folha* não via com bons olhos o nacionalismo do empresariado, representado pela FIESP, acreditavam que a intromissão desses no projeto de lei da remessa de lucro modificaria em favor deles. Assim, o nacionalismo da *Folha* tinha um teor mais incisivo no que diz respeito a remessas e nacionalização. Segundo Moreira (1997):

Mas era justamente em relação ao “*imperialismo*” que nacionalistas liberais e de esquerda mais se desentendiam, sobretudo quando se discutia o papel do capital estrangeiro no processo de industrialização nacional. Enquanto a esquerda buscava um controle rígido sobre o ingresso de recursos estrangeiros, dando clara preferência aos empréstimos de governo a governo, os liberais apoiavam a política desenvolvimentista de JK que implementava o Plano de Metas prioritariamente com investimentos diretos de capital externo. Essas disputas não foram equacionadas dentro do amplo e heterogêneo movimento nacionalista, mas serviriam para dividi-lo irremediavelmente. (Moreira, 1997, p, 116)

Ou seja, se pensamos na relação da *Folha* perante a limitação das remessas de lucros para o exterior, o Jornal se comportava mais ao posicionamento nacionalista adotado pelas esquerdas, sendo contra a interferência do capital estrangeiro internamente. A limitação da remessa de lucros fez parte do Plano Trienal de Celso Furtado, e, nela,

previa um controle da inflação que acometia o Brasil de modo crescente no período. O impresso apoiava, vendo nela uma forma de melhorar o “custo de vida” no meio tijucano, que sofria com o aumento de preços no momento.

Outro tema destacado entre as frentes políticas dos nacionalistas, principalmente, nos anos 1960, era a reforma agrária. Como já discutimos no capítulo anterior, foi também um assunto de extrema importância para a *Folha de Ituiutaba*, que já se mostrava presente durante os anos 1950, dando seguimento, na década seguinte, com as propostas do governo de João Goulart, junto às Reformas de Base. Como afirma Moreira (1998), os nacionalistas acreditavam que a precariedade econômica vinha da nossa dependência de exportações. Deveria, então, ser forjado um desenvolvimento autossustentado nacional, e tinham como dever criticar o modelo agrário-exportador e a classe a ele ligada: a oligarquia fundiária e seus setores “arcaicos”. A oligarquia agrária representava, para os nacionalistas, o latifúndio improdutivo ou pouco rentável, avesso a novos interesses industriais e democráticos, mantenedora de um sistema agrário ultrapassado. A reforma agrária era vista como a modernização da agricultura, formando um mercado interno produtivo e consumidor, por consequência, industrializado. Os nacionalistas responsabilizavam a concentração fundiária pelas péssimas condições de vida da população do campo e a incapacidade do país de produzir os alimentos necessários para a sua sociedade, sendo o latifúndio um entrave para o desenvolvimento de um mercado interno produtor e consumidor. Por tais motivos, começou-se a fomentar, no movimento nacionalista, a necessidade de democratização da terra.

Mas, se era consenso entre os nacionalistas que a Reforma Agrária era uma necessidade para o processo de desenvolvimento econômico e social do Brasil, o modelo pelo qual ela seria executada dividia os grupos. Os nacionalistas, mais inclinados ao liberalismo, defendiam que os proprietários deveriam ser indenizados pela terra, por parte do Estado, o que estava na constituição, enquanto o movimento das esquerdas nacionalistas acreditavam que pagar pela propriedade não era reparação histórica e sim abono, crendo que a maioria do latifúndio era propriedade provinda de grilagem, cercamento, expulsão violenta de camponeses e de indígenas, além de que previam, junto à distribuição da terra, assistência governamental de crédito e tecnológica aos trabalhadores, junto a um Estatuto do Trabalhador rural (MOREIRA, 1998).

A *Folha* não entrou diretamente nesse debate sobre indenizar ou não os proprietários perante o confisco de terras; se isentar dessa discussão foi uma posição política de não se comprometer com os grandes proprietários rurais da região. Entretanto,

alguns jornalistas demonstravam sua predileção em mudanças constitucionais para a execução da reforma agrária. Como impresso nacionalista, ela era favorável à reforma agrária, contanto que fosse feita somente em grandes propriedades rurais, e, também, improdutivas, refletindo, assim, como o Jornal representava um certo grupo de elite regional que era favorável à reforma, pois suas propriedades não seriam afetadas por ela, e acreditava que isso alavancaria o desenvolvimento industrial e social do seu meio.

Os escritos na *Folha*, que partem dos ideais nacionalistas, geralmente, saem em defesa das empresas estatais e de autoexploração de riquezas naturais do Brasil, seguindo de críticas ao imperialismo norte-americano e da intervenção estrangeira por meio da economia. O Jornal, quando via mudanças políticas tidas como positivas, geralmente, deslocava as ideias para o ideário do nacionalismo, foi assim com a revolução cubana, com as medidas de Jânio Quadros, a criação da Petrobrás, entre outros. A *Folha*, em seu todo, seguiu, em conjunto, essa linha de pensamento. Ao alimentar tais ideias aos seus leitores, o periódico justificava intenções de seu grupo político, ao mesmo tempo que cobrava maior participação do estado no desenvolvimento regional.

5.2 - “Nacionalismo “versus” Entreguismo”: Os inimigos do nacionalismo pela *Folha*

Para a *Folha*, um de seus inimigos, e, por consequente, do povo brasileiro, eram chamados de “entreguistas”. Esses eram quem ajudava os países tidos como imperialistas, facilitando e “entregando” o acesso às riquezas do país, e também por serem contra políticas internas nacionalistas e reformistas, eram tidos como “impatriotas”. Então eram considerados “entreguistas” aqueles brasileiros, ou instituições brasileiras, que queriam entregar os bens nacionais para outros países, que, na tese nacionalista, explorava e atrasava o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Além dos EUA, tido como imperialistas, junto de seus trustes, também eram apontados como inimigos do nacionalista, e da *Folha*, alguns políticos brasileiros e empresários alinhados aos interesses estrangeiros. Outra ala que o Jornal encarava como “entreguista” era a grande imprensa brasileira. A *Folha* se dizia um impresso “independente” (da mesma maneira que Geraldo Sétimo afirmava sobre sua candidatura em 1958), isso como maneira de se distinguir e de se contrapor à grande imprensa, que, a seu ver, era dependente do capital estrangeiro.

Se pensarmos na ação nacionalista, anos antes da formação da frente, em nível nacional, o Jornal já mostrava essa vocação, por isso se dizia um veterano. No início dos

anos de 1950, nas folhas do impresso tijucano, em notas como “Incapacidade ou... conveniência?” (FOLHA DE ITUIUTABA, 30/01/1952), o Jornal afirmava que havia intenção “impatriótica” de jornalistas e da imprensa brasileira, movida “à base de sofismas” sobre a capacidade do povo brasileiro, e que esses jornais pregavam que, para resolver problemas do Brasil, o único modo seria a intervenção estrangeira. Segundo a periódico tijucano, essa era uma campanha contra o progresso do país, em um surto de difamação do povo brasileiro, em que há claras intenções dos países estrangeiros em que:

As expressões “povos inferiores”, “ingenuidade nacionalista”, “Influência comunizante” e quejandas, se derramam em artigos choromingantes, advogando aberta e cinicamente que abdiquemos do que é nosso, entregando “de mão beijada”, aos “povos superiores”, toda a riqueza do sólo e sub-sólo do Brasil.

[...]

O que existe, em resumo, não nos iludamos, é um desejo irreprimível de incutir no pôvo brasileiro, sob pretextos inconfessáveis, a esdrúxula concepção de que, sendo ele capaz de fabricar trilhos, de instalar e dirigir frigoríficos, de organizar uma notável indústria têxtil, de fazer locomotivas, vagões e impressoras tipográficas, tornou-se subitamente, “incapaz” e “inferior” quando se trata de petróleo e outras riquezas que afloram por aí, e em torno das quais se preparavam as negociatas mais escusas.

Trata-se evidentemente de uma incapacidade curiosa, essa que descobriram, repentinamente, em nosso povo. (FOLHA DE ITUIUTABA, 30/01/1952)

Ainda, na década de 50, o Jornal publicava sobre a “Intromissão aberta na vida interna do Brasil!” (FOLHA DE ITUIUTABA, 29/10/1955), denunciando um movimento em que ele chamava de “golpista”, que vinha, particularmente, da imprensa norte-americana, impulsionada pelos círculos financeiros, discutindo e decidindo abertamente sobre “questões internas” do Brasil, afirmando que esse tipo de participação da imprensa norte-americana, na política brasileira, vinha crescendo desde o suicídio de Vargas, e ganhando adeptos na grande imprensa brasileira. Segundo o Jornal, os norte-americanos estariam de olho nos bens naturais do Brasil.

[...] as insinuações dos jornais de maior prestígio da América do Norte vão ganhado numa clareza meridiana, demonstrando os propósitos que alimentam, de subjugar completamente êste país, impondo-lhe a viva força, uma economia tipicamente colonial e impedindo o seu inevitável surto industrial, para que a Pátria brasileira se eternize como produtora de matérias primas e importadora de bugigangas manufaturadas. (FOLHA DE ITUIUTABA, 29/10/1955)

Dois anos após, é publicado um editorial, na mesma linha de ideia, sob o título de “Um confronto melancólico”, – afirmando que “toda a chamada grande imprensa do Brasil” se “nutre avidamente das sobras do imperialismo, para, em detrimento dos supremos interesses do país em que se edita, defender exclusivamente os interesses, diretos e indiretos dos Estados Unidos” (FOLHA DE ITUIUTABA, 12/01/1957).

Nos anos de 1960, um pequeno trecho, em negrito, da *Folha*, era dedicado ao jornal carioca de circulação nacional, *O Globo*. Afirmando que o impresso da Guanabara havia feito críticas à *Folha*, em defesa do governador do Estado, em que o jornal de grande mídia era produzido e editado, Carlos Lacerda. Isso devido a escritos de crítica ao governador, produzidos pelo jornal de imprensa do interior. O pequeno escrito dizia que:

SOUBEMOS há dias que “O Globo”, ou “*The Globe*”, como já foi apelidado pelos nacionalistas, um dos grandes órgãos do entreguismo com E grande no País, queimou-se com críticas dêste modesto jornal interiorano ao governo Catanga guanabarina, e andou descendo a lenha na *Folha*. É pra ver: até “*The Globe*” desce sua arrogância e se apressa em defender Lacerda. (FOLHA DE ITUIUTABA, 28/08/1962)

A *Folha* faz o uso da palavra “queimou-se”, no sentido de inflamar-se, como expressão para ação do periódico de grande circulação, que teria ficado bem irritado com os escritos do jornal tijucano, destinado ao governador da Guanabara. A *Folha*, nesse escrito, afirmava que os nacionalistas chamam o jornal carioca, pejorativamente, de “*The Globe*”, usando do inglês para afirmar o papel de “entreguista” do Jornal, além de expressar o “E” maiúsculo no adjetivo, visualizando a ação do jornal do Rio de Janeiro como subserviente aos interesses dos EUA.

É interessante vermos como o Jornal se posicionava com críticas frente à imprensa estrangeira norte-americana, e, principalmente, à grande imprensa do Brasil, visualizando-as sempre como apoiadoras e alinhadas ao imperialismo norte-americano, sendo usadas como instrumento para desmoralizar o Brasil e suas instituições, inclusive a Petrobrás, para, a partir do sucateamento, abrir as empresas estatais para o capital estrangeiro, e entregar bens do Brasil para outros países ou para o meio privado.

Ao mesmo tempo em que tecia essas críticas à grande imprensa, a *Folha* reafirmava-se no valor de ser uma imprensa que se apresentava como alternativa contra esse tipo de jornalismo e produção de informação, correndo à margem, ao ser um “jornal interiorano”, mas que, apesar de “modesto”, acreditava que incomodava os grandes como Lacerda e *O Globo*.

A ideia de se apresentar como uma alternativa à grande imprensa, como um jornal que corre pela margem, um diferencial, também se mostra como uma artimanha mercadológica. Se dizer diferente desses jornais apresenta uma estratégia de vendagem, ao afirmar que, ali, o Jornal vai falar sobre temas e assuntos que essa imprensa nacional não faz ou não pode fazer. Portanto, a *Folha* não só queria vender um produto com um diferencial de temas sobre a regionalidade, mas também um Jornal que se mostrava

distinto da mídia de circulação nacional, ao abordar outros temas e fazer outras críticas e outras posições que esses jornais não fazem ou não deixam seus jornalistas fazerem.

Mas não era só a grande imprensa brasileira que era vista como entreguista pelo jornal tijucano. Brasileiros que enviavam seus lucros para o exterior também entravam nessa lista. Uma manchete no impresso trazia que o “Capital de maus brasileiros depositados no exterior daria para resolver os problemas do País” (FOLHA DE ITUIUTABA, 08/12/1962), afirmando que o primeiro-ministro da Alemanha Ocidental disse que os investimentos dos brasileiros na Alemanha são mais que o necessário para o desenvolvimento econômico do Brasil. No escrito, o impresso trazia uma fonte jornalística que fez tal publicação, chamando-o de “insuspeito”, como maneira de reafirmar a ideia. Ainda aponta que esses brasileiros que depositam seu dinheiro fora do país são “impatriotas”, que têm “desamor à sua terra” e, também “desprezo pelo nosso progresso”, e são “uma minoria que domina e infelicitá o Brasil”. Segundo o Jornal:

Essas informações foram divulgadas no Brasil em primeira mão pelo insuspeito repórter Jéan Mellé, demonstrando o grau de impatriotismo, de desamor à sua terra e de desprezo pelo nosso progresso revelado por essa minoria que domina e infelicitá o Brasil desde sua descoberta; Essa elite apodrecida constituída de argentários sem escrúpulos, que só é brasileira por explorar os filhos autênticos do Brasil, mas que sempre se revelou apátrida quando toca a sua vez de concorrer para nosso desenvolvimento e para nossa emancipação econômica. (FOLHA DE ITUIUTABA, 08/12/1962)

No ideário dos nacionalistas, havia um embate entre a corrente por eles defendida, e uma tida como oposta denominada como “entreguista”, criando, assim, uma dicotomia política. Pejorativamente, “entreguismo” ou “cosmopolitismo”, como também chamavam, se baseava em uma prática política e ideológica de entregar os recursos naturais de uma nação, no caso, o Brasil, para empresas e entidades de outro país, para o capital estrangeiro e privado, promovendo desnacionalização da indústria, por meio da transferência do controle industrial para nações e empresas estrangeiras. Assim, posteriormente, a remessa de lucros decorrente do controle estrangeiro, que seria enviada a outros países, empobreceria o país produtor ou dono da riqueza natural. Como nos explica Bresser-Pereira (2008), ao relacionar a diferença entre os nacionalismos em países desenvolvidos e os tidos como subdesenvolvidos:

O nacionalismo nos países centrais tem como contrapartida o internacionalismo; já nos países periféricos ou em desenvolvimento, a contrapartida do nacionalismo é o cosmopolitismo ou a mentalidade colonial. O nacionalismo é a ideologia daqueles que reconhecem a relação de competição existente entre os estados-nação, definem como obrigação de seu governo defender o interesse nacional, ou seja, o interesse do trabalho, do

conhecimento e do capital nacional, acreditam que o desenvolvimento econômico deve ser alcançado por meio de investimentos financiados pela poupança interna, e julgam que as decisões governamentais voltadas para o interesse nacional devem ser tomadas de acordo com critérios nacionais. Esse conceito de nacionalismo é válido tanto para os cidadãos dos países em desenvolvimento ou periféricos quanto para os países ricos ou centrais. (BRESSER-PEREIRA, 2008, p.179)

A *Folha* via como “entreguista” uma ideologia que era o avesso do progresso e em favor do atraso, que se expressa em tornar o Brasil dependente economicamente de outro país, no caso, os EUA. Declarava como inimigo do Brasil aqueles brasileiros que apoiavam a participação de países estrangeiros na exploração do petróleo e demais bens naturais brasileiro, encarando-os, assim, como os “entreguistas”, seguindo essa ideia dicotómica de embate com os “nacionalistas”. De certa forma, ao fazer isso, excluía o embate e o conflito com outros espectros políticos do momento.

No artigo de 1954 “Os números desmentem os entreguistas” (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/11/1954), o impresso afirmava que há políticos brasileiros que querem “sabotar e liquidar” a Petrobrás. O Jornal demonstrava números de produção de barris de petróleo produzidos pela estatal e consumidos, com base em publicação do Ministério da Fazenda, afirmando que teve um aumento interno desde os últimos dois anos antes da publicação da edição, e que se aumentou também a exportação. Segundo o impresso tijucano, havia políticos brasileiros usando de “cálculos mentirosos” como meio de desmoralizar a Petrobrás em “benefício da *Standard Oil*”.

Seguindo da ideia, nas páginas da *Folha*, entre a exploração nacional e a influência e abertura para o capital estrangeiro, o impresso tijucano publicava, em edição comemorativa de Natal, sobre o “Nacionalismo ‘versus’ entreguismo” (FOLHA DE ITUIUTABA, 25/12/1957), ali, o Jornal esclarecia que, na sociedade brasileira, havia o choque entre duas correntes de pensamentos:

Já não constitue segredo para ninguém que, acima das legendas partidárias, ou, em termos mais claros, provocando mesmo perigosas cisões no seio das mais poderosas agremiações políticas do país, agrava-se a cada instante o choque entre duas correntes de opinião – uma pretendendo a equação de nossos problemas básicos mediante à arregimentação de nossas próprias forças, prestigiadas pelo capital estrangeiro que deseja sinceramente contribuir para o desenvolvimento nacional, inclusive reinvestindo os seus lucros, abstendo-se de imiscuírem nossos negócios e de influir na administração do Brasil, - e a outra advogando o franqueamento dos nossos portões a toda espécie de capital, de preferência o dos trustes, com acesso facilitado a todas as riquezas, como petróleo, energia elétrica, transportes, minerais raros, etc., pouco se incomodando que essa tremenda força econômica venha a sugar a última gota do nosso sangue, reduzindo a colônia uma nação livre, com 60 milhões de habitantes.

A primeira dessas correntes é a *nacionalista* e a segunda é a *entreguista*. (FOLHA DE ITUIUTABA, 25/12/1957)

Nesse trecho o Jornal, além de dividir em apenas dois campos de ideários sobre o político, nos aponta não só o que é cada uma, mas, a seu ver, as consequências de cada. A primeira, o nacionalismo, contribuiria para o desenvolvimento nacional, enquanto a outra sugaria as riquezas internas que levaria o Brasil ao subdesenvolvimento, exposto como uma “colônia”. Vemos a diferença de progresso e atraso em cada uso que o Jornal fazia dessas ideias. O nacionalismo, que via no investimento de lucros interno o crescimento do país, e o outro, o “entreguismo”, que visava abrir os portões do país para o capital estrangeiro, dando a eles o acesso às riquezas nacionais como o petróleo, a energia elétrica, minerais, e que levaria à pobreza pela exploração.

Individualmente vemos que Manoel Agostinho compartilhava das ideias contrárias à exploração do petróleo, e outras riquezas nacionais, por parte dos estrangeiros, – principalmente dos EUA. Em um texto sobre a Petrobrás e o interesse de empresas estrangeiras no petróleo brasileiro, em “Sob a luz da verdade” (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/04/1958), há a admoestaçāo para que:

Sejamos brasileiros. O petróleo é nosso. Defendamo-lo. Não capitularemos perante o invasor estrangeiro que nos quer vencer com dólares, comprando nossa imprensa venal e estrangulando nosso café. Lutaremos. Melhor morrer, fazendo do nosso sangue o protesto contra a invasão do sub-sólo brasileiro, do que entregar a nossa riqueza petrolíca nas mãos dos trustes do além-mar. (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/02/1958)

A *Folha*, enquanto um impresso nacionalista, elegia como os grandes causadores das mazelas, a exploração estrangeira de recursos naturais e econômicos, no que chamava de “imperialismo”. Dentro desse panorama, os Estados Unidos da América eram tidos como o grande explorador dos outros países.

No início dos anos 60, a *Folha* seguia com seus escritos de teor anti-EUA¹⁴⁸. Em “Coisas do império do dólar: Nem tudo são flôres na América do Norte” (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/07/1960), o Jornal afirmava que os Estados Unidos ostentam um grande nível de vida, entretanto, isso se dava pela forma com a qual exploram o terceiro mundo, “mantendo bombas de sucção de riquezas por toda a parte, queiram ou não os povos explorados”. O uso de “bombas de sucção” faz referência à extração do Petróleo, mas, ao

¹⁴⁸ Apesar do nacionalismo brasileiro da metade do século XX não adquirir um caráter xenófobo, típico dos nacionalismos europeus, como os nazifascismos, ele desenvolveu atitudes hostis de enfrentamento contra os “inimigos da nação”, principalmente, nas esquerdas, que se criou uma forte aversão aos EUA e aos seus interesses. Entretanto, essa aversão aos EUA era, antes de tudo, uma resposta à dominação dos países latino-americanos pelas grandes corporações econômico-financeiras norte-americanas (MOREIRA, 1998).

mesmo tempo, faz analogia com o “sugar” as populações, no sentido de deixar exauridos os países que são explorados.

Em uma coluna escrita por Lázaro Moraes de Andrade, com o título “O Ocaso do Colonialismo”, lemos um conto do fabulista grego Esopo, no qual contava que, obrigado a escolher entre a escravidão e a morte, optou pelo último, pois somente ali encontrou dignidade. Assim, o autor da nota fazia um comparativo com a luta de libertação de países de terceiro mundo, afirmando que os países da América Latina, da Ásia e da África viviam o mesmo dilema, em que “todos os países deviam ser livres”, porém, viviam sobre o domínio dos EUA, que vendem produtos industrializados e querem as matérias-primas desses países, controlando os países subdesenvolvidos por meio do mercado de “contrôle internacional e arbitrário de preços”. No título do escrito, ao falar sobre colonialismo, via a exploração dos EUA perante os países tidos subdesenvolvidos como a fonte do atraso social e econômico (FOLHA DE ITUIUTABA, 14/01/1961).

A posição anti EUA da *Folha*, que identificava o país como imperialista, se demonstrava de diversos modos. Uma delas, sobre um dos principais líderes nacionalistas do PTB, e um dos herdeiros de Getúlio Vargas, e então Governador Gaúcho, Leonel Brizola, o Jornal publicava, “O Americano quis gozar Brizola: o tiro saiu pela culatra” (FOLHA DE ITUIUTABA, 14/04/1962), em que afirma:

O chamado “embaixador do cinema norte-americano” no Brasil, Harry Stone, figura obrigatória nas fotos que fixam as orgias do “society” carioca, irritado, naturalmente, com a encampação da *“Internacional Telegraph and telefone Co.”*, concessionária do serviço telefônico de Pôrto Alegre, tentou ridicularizar o governador gaúcho, Sr. Leonel Brizola, dizendo pela imprensa e pela televisão que, devido à cara de mau do chefe do executivo do Rio Grande do Sul, ia convidá-lo para fazer o papel de pistoleiro numa dessas fitas americanas de “bang-bang”.

A piada fraca, porém atrevida, deve ter provocado gargalhadas da “entourange” do ianque e de todo o “high society”, tradicionalmente, entreguista, mas Brizola não se deu por achado, respondendo ao pé da letra. E Harry Stone, como na velha história, foi buscar lá mas saiu tosquiado, pois o bravo ocupante do Palácio Piratini convidou-o para “office-boy” (garoto de recados) exatamente da emprêsa desapropriada. E não fez por meios indiretos, mas por carta [...]. (FOLHA DE ITUIUTABA, 14/04/1962)

O Jornal afirma que Harry Stone, importante lobista da indústria cinematográfica hollywoodiana, foi tentar fazer uma piada com Brizola, chamando-o de “pistoleiro”, mas acabou sendo ridicularizado pela resposta do governador nacionalista. O que chama atenção na nota é como são usadas as palavras em inglês, em tom de deboche, para demonstrar a relação de Stone com a elite da sociedade carioca, – tida como “entreguista” -, e também para desqualificá-lo como um “garoto de recados”.

Também o impresso trouxe que haveria “4.000 espiões norte-americanos no Brasil!” (FOLHA DE ITUIUTABA, 23/06/1962). O escrito feito a partir de notícia do jornal *Última Hora* denunciava a existência de um grande número de agentes do FBI no Brasil, “para observar os movimentos populares e fornecer informação aos EUA”. Ainda a *Folha* afirmava que, apesar da notícia não citar a nacionalidade desses espiões, há a possibilidade de brasileiros estarem entre eles: “não fala o colunista da nacionalidade desses agentes e deve haver até brasileiros no meio”. Segundo o escrito, esses espiões estavam voltados para o estudo de uma possível intervenção armada no Brasil, caso a solução para os problemas do Brasil viesse pelo viés das esquerdas. A *Folha* ainda dizia que são “apoiados numa imprensa, rádio e televisão (referimo-nos aos grandes centros) inteiramente vendidos aos trustes”. Aí há a descrição do que seriam dois grupos entre os que o Jornal chamava também de “entreguistas”: brasileiros a favor dos EUA e a grande imprensa. Para o Jornal, além do perigo externo, haviam os de dentro, que estavam em favor do “inimigo”.

Nessa mesma linhagem de raciocínio, o Jornal trazia que “A 5º coluna norte-americana: Brizola denuncia” (FOLHA DE ITUIUTABA, 27/10/1962). Na nota o impresso relatava que um discurso proferido pelo então Governador do Rio Grande do Sul, via uma grande cadeia de emissoras de rádios, denunciava a presença de “uma poderosa quinta-coluna norte-americana denomina eufemisticamente de ‘voluntários da paz’”, e que “se trata de uma atrevida preliminar de dominação direta que se avizinha”, em que “esses elementos, que já se contam aos milhares, penetram no Rio Grande”. Como na nota anterior, o Jornal buscava denunciar, por meios de outros vias, a infiltração norte-americana com interesses de tomada de poder político no Brasil.

Em outro escrito, o impresso tijucano trouxe a informação: “Trustes querem dominar o congresso nacional”, afirmando que a imprensa inglesa denunciou que os EUA, pelo governo de John Kennedy, estavam investindo 50 milhões de dólares em favor de candidatos nas eleições de 1962, para o legislativo da união no Brasil. O Jornal denunciava um ato de controle da política, tendo em vista que essa era uma forma de

[...] barrar de qualquer forma nosso ímpeto emancipacionista, mediante a eleição de 100 deputados-teleguiados, que no congresso engrossaria a caudal dos entreguistas gratuitos, para impedir qualquer projeto prejudiciais a seus interesses [...]. (FOLHA DE ITUIUTABA, 25/04/1962)

A *Folha* via, nesse momento, dos anos 1960, uma gradual infiltração norte-americana, com o intuito de dominar a política brasileira, engrossando o bloco

“entreguista”. Há, nas páginas do impresso, diversos artigos que viam os EUA como um conspirador contra a soberania nacional, como “Conspiração contra JK na embaixada americana: Tubarões reunidos sobre a presidência do sr. Lincoln Gordon articulam maior apôio a Carlos Lacerda”, curta notícia, publicada na primeira página, afirmava que:

Causou natural estupefação em todo o país, a notícia divulgada há dias pela imprensa, rádio e televisão que havia sido realizada uma reunião na residência do embaixador dos Estados Unidos, sr. Lincoln Gordon com a presença de inúmeros homens de negócio brasileiros e norte-americanos, aqueles ligados a interesses ianques no País, ocasião em que foram traçados planos para o início de um processo de sabotagem à candidatura do sr. Juscelino Kubitschek à Presidência da República em 1965 e de apoio, principalmente financeiro, ao nome do sr. Carlos Lacerda ao mesmo posto.

Dissipando qualquer dúvida a respeito da veracidade da notícia, sabe-se que um dos primeiros a divulgá-la pela televisão, através do *Repórter Esso*, foi o locutor Heron Domingues, que é, como se sabe, conhecido serviçal da embaixada dos EUA em nosso País.

A representação norte-americana, como não poderia deixar de ocorrer, apressou-se a desmentir a notícia, mas acabou por fazê-lo de forma tão pouco convincente que seu desmentido mais valeu por uma confissão da conspirata. (FOLHA DE ITUIUTABA, 17/08/1963)

Nesse escrito, há duas informações de quem eram representantes dos norte-americanos em terras brasileiras pelo Jornal: Carlos Lacerda, que seria o candidato representante dos EUA, que, se vencesse o pleito para Presidente do Brasil, entregaria os bens e as riquezas brasileiras a eles; E o Repórter Esso, representando a grande mídia brasileira. O *Repórter Esso* era um destacado programa jornalístico, primeiramente, de rádio, depois, transposto para a televisão, na década de 1950, pela TV Tupi. O noticiário tinha esse nome devido ao seu patrocinador, a ESSO, ligada ao grupo norte-americano de petróleo *Standard Oil Company*.

Portanto, para a *Folha*, os inimigos do nacionalismo eram: O imperialismo Norte-americano e suas políticas de domínio sobre os países de terceiro mundo; os trustes, principalmente, da exploração do petróleo, que objetivavam o controle sobre as riquezas naturais de outros países; o latifúndio, que era visto como mal da desigualdade social e o atraso da industrialização; Os entreguistas, que eram políticos, a grande imprensa e cidadãos brasileiros, que tinham como objetivo entregar as riquezas nacionais aos países estrangeiros, em troca de lucro pessoal, dentre esses, se destacavam os políticos membros de partidos como da UDN. Ao fazer esse último apontamento, o Jornal atacava a legenda em nível regional, afirmando que os representantes do partido, na região, eram tão entreguistas quanto a alta cúpula do partido como Carlos Lacerda.

Anderson (2013) nos traz como o capitalismo editorial é fundamental na criação, na noção de um “nós”, e como é identificado com a questão de sentimento de nação, em

que, para ele, mais que inventadas, essas comunidades são imaginadas politicamente. Seus membros trazem, em suas mentes e corações, uma imagem de afinidades mútuas, mesmo que, muitos deles, nunca irão se conhecer. Assim, para o autor, a condição nacional se criou ligada à questão da linguagem, inclusive impressa, e da propriedade privada, na qual o mercado editorial, no século XIX, ajudou a configurar as consciências nacionais. As identidades nacionais estão intimamente ligadas ao processo da linguagem.

Nas palavras do autor,

A língua não é um instrumento de exclusão: em princípio, qualquer um pode aprender qualquer língua. Pelo contrário, ela é fundamentalmente inclusiva, limitada apenas pela fatalidade de Babel: ninguém vive o suficiente para aprender todas as línguas. O que inventa o nacionalismo é sua língua impressa, e não uma língua particular em si. (ANDERSON, 2013, p.190)

Dutra (2005), ao estudar o *Almanaque Brasileiro Garnier* (1903-1914), revista publicada por uma das mais tradicionais e prestigiadas livrarias e casas editoriais do Rio de Janeiro, durante a Primeira República, afirma que os homens das letras e da cultura que o produziam, buscavam difundir ideias e valores como um “vetor cultural”, com o intuito de instruir e civilizar o povo da nova nação, ainda desprovida de escolas e livros, no afã de construir uma identidade nacional. Tratava-se de uma espécie de instrumento que difundiria um projeto político e intelectual voltado para ideais republicanos, como sistema de governo, ao mesmo tempo que criticava práticas implementadas pelas elites que estavam no poder, defendendo um sentido de nacionalidade.

A *Folha*, mediante as suas publicações, e, ao levar os seus escritos, buscava difundir ideais entre seus leitores, buscando propagar seus valores políticos empenhados no nacionalismo (como ideologia política), criando inimigos comuns dos seus projetos de desenvolvimento social e econômico, ao mesmo tempo que tentava criar consenso sobre questões de problemas sociais, apresentando propostas de melhorias para a região, ao mesmo tempo que reafirmava posições de grupo com o olhar voltado para os pleitos.

5.3– “Crítica da crítica do nacionalismo”: Os colaboradores nacionalistas

Ao falarmos no nacionalismo, é importante apontarmos que, ao longo da trajetória do Jornal, apareceram vários colunistas e colaboradores que falavam sobre as tais ideias no periódico, além dos redatores. O próprio Manoel Agostinho, antes de assinar a redação do Jornal, discorria sobre o nacionalismo em suas colunas. Dedicamos essa parte em fazer uma leitura sobre os escritos de quatro desses. Selecionamos esses, possibilitando ter uma

visão sobre o que cada um acreditava como nacionalismo, e em distintos momentos de circulação do Jornal.

O primeiro desse é J. L. Martins. Apesar de não conseguirmos encontrar nenhuma descrição de quem era esse autor, suas colunas estiveram presentes no Jornal na metade da década de 1950. No escrito opinativo “Nacionalismo e Cosmopolitismo” (FOLHA DE ITUIUTABA, 18/12/1954), o autor afirmava que “Penso que deveríamos ser nacionalistas apenas na prática das nossas atividades materiais”, e seguia com a ideia de que os brasileiros deveriam desenvolver mais intelectualidades e criações voltadas internamente para o Brasil, usando da razão para o bem da nação brasileira, pois o que se via, segundo o autor, era um falso “patriotismo e nacionalismo no terreno das ideias, das ciências, das artes e da literatura” e “que sejamos beneficiados com os “segredos” científicos da energia nuclear”, sendo a sua ideia a de usar as criações científicas e intelectuais como maneira de alavancar a economia brasileira, sendo essas voltadas para a produção de riquezas internas e o desenvolvimento do Brasil (FOLHA DE ITUIUTABA, 18/12/1954).

No ano seguinte, por J. L. Martins, saía, nas páginas do Jornal, a nota “O nacionalismo estatal versus nacionalismo plebeu”, (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/02/1955). O escrito apontava que chegaria um momento em que a sociedade não precisaria mais de líderes, pois ela vinha se modificando, e os líderes políticos não estavam acompanhado essas mudanças. A nota dizia que os governantes eram eleitos pela maioria, porém, defendiam apenas os interesses de um grupo particular, sendo contra questões nacionais, como as empresas estatais, que trariam o enriquecimento do país. Seguindo da ideia de que é normal às pessoas:

(...) defenderem seus interesses comuns, como no caso da Petrobrás, da Eletrobrás, dos transportes e da alimentação. Isso é o que entendemos como “Patriotismo” em relação à vida interna e “nacionalismo” relativo à política externa. O que não podemos entender é o porquê da reação contra empreendimentos tais como nomeados acima, quando todos os brasileiros são implícita, explicita e igualmente interessados no mesmo objetivo, sem nenhuma possibilidade de contradições, diferença de posições que possam fazer dividi-los, nem criar divergências entre nós. (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/02/1955)

Logo, para o colunista, o verdadeiro nacionalismo era um nacionalismo popular, que devia ser aderido por um conjunto nacional, identificando-se como sociedade. Em contrapeso, o pseudo-nacionalismo, de caráter falso, se mostrava na demagogia de políticos e de empresários brasileiros que diziam defender o Brasil, mas, segundo ele, entregavam os bens nacionais aos países estrangeiros. Devemos pensar que esses escritos

de Martins (1954-1956) se fizeram em um momento conturbado, entre a criação da Petrobrás, o suicídio de Getúlio e a crise política, até que JK assumisse em 1956, Martins estava com seus olhos voltados, tanto para a autossuficiência científica brasileira no que tange à exploração mineral, quanto para o papel popular no processo político em favor dos trabalhistas.

Outro nacionalista que contribuía para a *Folha* era o bancário Alberto Monteiro. Também, sem muitas informações sobre quem era, além de sua profissão no Banco do Brasil, na agência de Ituiutaba, Monteiro passou a escrever esporadicamente, a partir de 1963, em artigos sobre questões agrícolas, algo comum no Jornal, na maioria, em teor técnico, entretanto, em momentos, esses escritos se moviam para o campo de discussão político e social¹⁴⁹. Os escritos de Alberto Monteiro eram extensos no Jornal, ocupando, algumas das vezes, a metade de uma página do impresso.

Devemos pensar que, ao falar sobre questões técnicas de produção e cultivo no Jornal, Alberto Monteiro acumulava grande ar de autonomia, tanto do jornalismo quanto do mundo rural, isso o revestia de autoridade perante o mundo agrário e conferia a ele poder e credibilidade para falar sobre temas, para além de ter conhecimento sobre o plantio, impactando diretamente uma região, pois sua economia se voltava à produção rural. Esses escritos técnicos impulsionavam a crença de que ele detinha o saber também sobre o meio social rural.

Um de seus destacados artigos são “Monocultura do arroz ameaça a economia do Triângulo Mineiro” (FOLHA DE ITUIUTABA, 04/09/1963). Ali o bancário trazia que a rizicultura era a principal produção industrial do Pontal do Triângulo, sendo a “viga mestra da estrutura socio-econômica regional”, entretanto, afirmava que o mau uso do solo e as práticas técnicas de motorização, junto à falta de planejamento, vindas de proprietários de grandes terras (latifundiários), estavam destruindo o espaço rural, “traduzida em uma monocultura desorientada, desajustada e anti-técnica”. Havia uma crítica sobre os latifundiários e seus meios produtivos na região, nesse artigo, visualizando o atraso na técnica que leva à destruição desse espaço.

¹⁴⁹Dentre os diversos escritos técnicos de Monteiro, no Jornal, trouxe discussões como a “Erosão e conservação do solo” (FOLHA DE ITUIUTABA, 11/09/1963), “Pragas, doenças e falta de chuvas ameaçam nossas lavouras de nova frustração” (FOLHA DE ITUIUTABA, 30/11/1963), “Máquinas agrícolas manejadas irracionalmente estão arrazando os solos da região” (FOLHA DE ITUIUTABA, 14/12/1963) e “A cultura da mamona do ponto de vista técnico e econômico” (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/02/1964).

Totalmente voltada à questões políticas, no caso trabalhistas, uma de suas publicações foi “Leis trabalhistas para o Trabalhador Rural” (FOLHA DE ITUIUTABA, 30/10/1963), em que Monteiro discutia melhorias nas condições de trabalho de trabalhadores do campo, com a transformação em lei do Estatuto do Trabalhador Rural naquele ano, em que se tornava obrigatória a concessão de carteira profissional, jornada de 8 horas, direito ao aviso prévio, estabilidade empregatícia, além de salário mínimo de acordo com a região. Monteiro acreditava que a lei era uma quebra de um sistema de trabalho ultrapassado, “ficam abolidos velhos costumes, as tradições e os sistemas empíricos de trabalho predominantes no meio rural”, em que via a relação de exploração dos trabalhadores pelos proprietários de terra como sinônimo de atraso, e ainda “tudo que se fizer para as massas campesinas, que no campo jurídico, social ou econômico, trará, sem dúvidas, resultado fecundos para esta Nação”. Ainda o bancário acreditava piamente que essa “velha ordem”, representada pelos fundiários, estava ruindo, ao afirmar que:

A ordem social individualista estremece em seus alicerces e com ela vai ruindo por terra todo o arcabouço obsoleto que rege os sistemas empíricos de desenvolvimento nacional.

Em bases concretas, ergue-se novo edifício social modelado por uma geração temperada em ferro e fogo, que conheceu a paz e a guerra, a qual exige pela força da realidade, sejam mudadas a realidade as estruturas que contém as relações humanas. (FOLHA DE ITUIUTABA, 20/10/1963)

Novamente, há uma visão de atraso social, nas relações de trabalho e produtividade do latifúndio. Essas novas leis seriam, para o autor, mudanças em uma velha estrutura que se abria para a industrialização.

Em outro artigo, Monteiro discutia diretamente sobre a questão da reforma agrária e os contrários à proposta em “Reforma Agrária e Gorilas Conservadores”, em que o bancário comparava alegoricamente os oposicionistas, que se moviam contra as medidas reformistas, ao mamífero primata¹⁵⁰. A metáfora do símio, usada largamente pelas esquerdas nesse período, remetia à imagem de atraso e reação, representando, através do rebaixamento grotesco, o inimigo como um ser de força e ignorância, uma síntese entre a brutalidade e estupidez: a interpretação de que a direita encontrava sua força no atraso

¹⁵⁰ Segundo Motta (2007), a figura do gorila entrou para o vocabulário político brasileiro na década de 1960, com intensidade crescente entre 1963 e 1964, sendo utilizada de várias maneiras, desde escritos e desenhos, na maioria das vezes, caricaturas. Usada, principalmente, pelas esquerdas, a imagem servia como popularizador de críticas dirigidas contra as forças de direita, sendo esse os inimigos das reformas sociais e de projetos tidos como de emancipação do povo brasileiro. Em 1964 a imagem do gorila foi usada também para denunciar o golpismo dessas alas.

(MOTTA, 2007). Nas palavras de Monteiro, eram defendidas as categorias reformistas em contraposição aos conservadores, que são chamados de egoístas e difamadores:

A reforma agrária bem como outras reformas, discutidas em tôdas as camadas do país, constituem hoje, a preocupação dos grupos conservadores que não encontrando outros meios para defender seus interesses egoísticos, se apegam em calunias, acusando injustamente o Governo, o clero, os órgãos de classe e o povo enfim, taxando-os de comunistas, de agitadores e outras coisas difames. (FOLHA DE ITUIUTABA, 03/07/1963)

Em outro trecho, Monteiro defendia que deveria ser feita a reforma agrária, mas essa teria que ser feita “democraticamente” e “cristã”, para que “não fosse realizada radicalmente pelas forças revolucionárias dos extremismos”, e em “defesa desses princípios, levantaram-se o clero, os bispos brasileiros, deputados e senadores justos, governadores e representantes de classe e todo o brasileiro democrata e cristão” (FOLHA DE ITUIUTABA, 03/07/1963). Ou seja, as mudanças políticas pretendidas por Monteiro se caracterizam em uma reforma cristã, e, acima de tudo, dentro do capitalismo, de modo ordeiro. Em outro trecho, reafirma que o Brasil é “um país de latifúndios improdutivos, onde predomina ainda processos agrícolas empíricos e rotineiros. Nossas propriedades agrícolas não atingiram ainda a fase capitalista de sua evolução”, ou seja, para o autor do artigo, a evolução econômica e social estava na industrialização, dentro do sistema capitalista de produção.

Outro artigo do bancário, vinha falar diretamente sobre o ideário nacionalista. Em ““Nacionalismo’ é realidade social econômica e política brasileira” (FOLHA DE ITUIUTABA, 30/03/1963), afirmava, em tom agressivo, que “não estará longe o dia que essa maligna horda estrangeira será banida para sempre do solo brasileiro”, se referindo aos países tidos como “imperialistas”, especialmente, os EUA. Ainda diz que:

Todos os estudiosos de nosso desenvolvimento não ignoram as dificuldades insuperáveis com que o país tem lutado durante séculos para se libertar da dominação estrangeira sobre aspectos políticos, cultural e econômico. Essa luta tem sido penosa em virtude do baixo índice de desenvolvimento cultural do povo. (FOLHA DE ITUIUTABA, 30/03/1963)

Na visão de Monteiro, um dos motivos da exploração do Brasil acontecer era pelo seu “baixo desenvolvimento cultural do povo”. Ao falar em “cultura”, se referia à alfabetização, acreditando que, no Brasil, havia uma “cultura” inferior (baixa) em contraposição a uma alta “cultura”, que seria dos letrados. Na sua visão, os nacionalistas e o Nacionalismo (N maiúsculo, como ele se refere) eram os libertadores do povo

brasileiro e tinham como dever desenvolver a “cultura” brasileira, e, portanto, sua missão era agir politicamente pelos que tinham o baixo desenvolvimento “cultural”.

Em outro trecho, Monteiro trazia sobre os nacionalistas e o seu dever de libertação das mazelas brasileiras, como um grupo que conduziria a nação brasileira à grandeza de seu destino:

Acreditamos na libertação econômica, social e política deste país, pois as forças vitais nacionalistas se empenham na luta de conquista das mais legítimas aspirações do povo brasileiro. “O Nacionalismo” – realidade de que o Brasil clama para assegurar, resguardar e soerguer nossas riquezas, proteger nossos direitos e valorizar nosso trabalho: consolidar nossa democracia e propiciar tranquilidades sociais: criar um Brasil brasileiro, que possa erguer sua voz e impor sua soberania de nação livre perante os demais povos da terra, sob o esplendor do cruzeiro do sul. (FOLHA DE ITUIUTABA, 30/03/1963)

Outros escritores nacionalistas, que tiveram destaque com suas publicações no jornal tijucano, foram dois jovens advogados: Humberto Teodoro Júnior e Tomaz de Aquino Petraglia. No dossiê sobre as atividades subversivas no Pontal do Triângulo Mineiro, é descrito sobre a relação do Jornal com os dois advogados, em que:

Como excelente órgão de divulgação nessa região, prestava-se ao trabalho de exposição do material específico do processo esquerdista, e da sua disseminação, salientando-se, neste particular os trabalhos dos doutores HUMBERTO TEODORO JÚNIOR e TOMAZ DE AQUINO PETRAGLIA, advogados locais, que alimentavam o jornal com artigos perniciosos ao regimem (APM-Fundo DOPS/MG, rolo 049, pastas 3882-im.3).

Nesse mesmo documento do DOPS, afirmava que Petraglia não mantinha residência fixa em Ituiutaba, alternando com São Paulo, e também dizia que ele é “veemente defensor das idéias expendidas pelo ex-deputado federal Leonel Brizola, cuja linha de conduta ele seguia com ardor e entusiasmo”. O documento ainda trazia que os dois, por terem formação superior, seus artigos “exerciam enorme influência, principalmente na classe trabalhadora da região” (APM-Fundo DOPS/MG, rolo 049, pastas 3882-im.3). Quanto a Alberto Monteiro e J. L Martins, não encontramos nenhuma citação aos nomes deles nos arquivos da polícia política.

Tomaz Petraglia iniciou seus estudos em Direito e Ciências Sociais, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP). Mas, antes de iniciar o ensino superior, Petraglia já morava na capital paulista, onde fez o “curso clássico” no Colégio Bandeirantes. A *Folha* dedicou, em edição, uma parte de sua primeira página para noticiar o fato de sua aprovação no vestibular da universidade, e o início do curso superior em 1959 (FOLHA DE ITUIUTABA, 21/03/1959).

Os textos de Petraglia começaram a aparecer na *Folha* no mesmo ano em que ele iniciou o curso superior. O primeiro artigo dele que encontramos no Jornal é “O sentido do Nacionalismo” (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/04/1959). Nele podemos compreender o que era o nacionalismo para o jovem estudante, no qual afirmava que “é uma tomada de consciência política que exige para a nação a iniciativa na organização de sua política e economia”. Diferente de Monteiro, que acreditava que os nacionalistas, como movimento político e intelectual, tinham o papel de agir pela mudança política, para modificar a vida dos “de baixa cultura”, Petraglia acreditava que o nacionalismo era um movimento coletivo de toda a população brasileira, ou seja, as demais camadas populares deveriam ser inseridas e cooptadas no bojo nacionalista, a fim de agir em conjunto com os nacionalistas. Em outro trecho, ele reafirmava essa posição: “As características nacionalistas são, portanto, as que indicamos: mobilização do povo para a industrialização, liderança do Estado na consecução deste objetivo” e “o nacionalismo é um movimento atualíssimo, natural, de base popular e democrática, o único capaz de dar ao povo melhores dias”. Para ele, os nacionalistas tinham como dever mobilizar a população, inserindo-as dentro do projeto de luta política.

No escrito ele também dizia que o nacionalismo “reivindica, primeiro, a independência política, depois a econômica”, entretanto, “como não se pode ter uma independência política sem independência econômica, a independência política que se adquire primeiro é apenas nominal”. Aí havia uma crença de que, sem efetiva emancipação econômica, não haveria independência nacional, de nenhuma forma. Em outras palavras, ser autossustentável significava, para ele, independência em relação aos interesses do capitalismo internacional, e, para alcançar a independência, seria:

Necessário uma economia industrializada, abandonando o país a sua velha estrutura econômica colonial, deixando o papel de simples exportador de produtos nativos e campo aberto à expansão das sobras industriais das grandes nações industrializantes. (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/04/1959)

Portanto, a industrialização seria um rompimento com um Brasil atrasado. Em outro artigo, sob o título de “Estados Unidos do Brasil ou Brasil dos Estados Unidos”, Petraglia, em favor da lei de limitação de remessas de lucros para o exterior, defendia a ideia de que o “nacionalismo sustenta, dentre outras teses, a seguinte: o Brasil não é que precisa do capital estrangeiro, mas o capital estrangeiro que precisa do Brasil”, afirmando que “torna-se evidente que o capital dito “estrangeiro” vem operando com capital nacional, obtendo lucros sobre o capital nacional, enviando êstes para o estrangeiro como

se fossem obtidos sobre capital oriundo do estrangeiro," FOLHA DE ITUIUTABA, 01/02/1961).

Em 1962 Petraglia retornava suas reflexões perante o Brasil e o capital estrangeiro, em "Crítica da crítica do nacionalismo" (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/02/1963). O curto artigo, na íntegra:

Tudo o mais que os nacionalistas desejam realizar tem por modelo aquelas obras, motivo por que repelem o capital estrangeiro.

Essa repulsa ao capital estrangeiro promete ou não promete melhores dias para nossa coletividade tão sofrida, espinhezada pela fome, acatada pelo analfabetismo, assaltada pelas endemias?

Respondam os fatos. A Inglaterra, no século XVII, desejando industrializar-se, fechou suas portas ao capital da Holanda.

A Alemanha, no século passado, certamente seguindo o conselho do economista *List*, desejando também industrializar-se, fechou suas portas ao capital da Inglaterra.

Os Estados Unidos mesmo, desejando industrializar-se, também fecharam suas portas ao capital de outros países.

Tudo isso nos relatam os estudiosos de economia como o norte-americano Leo Huberman, no seu livro "História das Riquezas do Homem".

O que fizeram esses países é o que também devemos fazer, para que o Brasil se industrialize-se e se torne assim a grande potência que pode ser, livre de dominadores estrangeiros, como o desejava Tiradentes, o Apóstolo da Independência; livre de dominadores nacionais, como o desejava Rui Barbosa, o Apóstolo do Direito.

Eis o que prega e tem realizado o nacionalismo.

Perguntamos: isso é comunismo? Defender isso é ser comunista?

Se é, então, a Inglaterra, a Alemanha, os Estados Unidos mesmo eram países comunistas, quando estavam procurando industrializar-se, o que é absurdo. (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/02/1963)

Petraglia queria dizer, no escrito, que a principal crítica que dirigem aos nacionalistas, principalmente, por parte das forças conservadores de direita, é o de alcunhar ao movimento o título de comunista, como artimanha de desqualificação, por defenderem a ideia de fechar o país ao capital estrangeiro, que, para os nacionalistas, era uma das principais ações para industrializar e desenvolver o país. A crítica de Petraglia, dirigida aos que criticam o nacionalismo, ia na direção de afirmar que os países capitalistas se desenvolveram fechando seu capital. Assim o advogado tentava apontar a crítica que fazem ao nacionalismo como uma falácia. E, também, mais uma vez, vemos como era imprescindível ao Jornal e aos nacionalistas, distanciarem-se do comunismo, apesar de que esses dois espectros da esquerda se aproximaram, em suas lutas políticas, no Brasil, nos primeiros anos da década de 1960 (KAYSEL, 2019).

Em "Compreendamos Cuba!" (FOLHA DE ITUIUTABA, 23/02/1963), Petraglia discutia sobre a Revolução Cubana, vendo, na estatização de empresas da ilha caribenha, um ar nacionalista que estava libertando a sua população da exploração norte-americana,

inclusive usando o termo “reformas de base”, pertencente, e, em alta, no vocabulário da política brasileira com o governo Jango:

Sim, porque Cuba, a de Fidel, a que nacionalizou os trustes, a que libertou os camponeses, a que se libertou dos Estados Unidos, a que nasceu em 1959, a que passou a sofrer uma campanha tremenda logo que começou a realizar suas reformas de base, não pode motivo de uma discussão, porque se estabeleceu um dogma – não religioso, mas profano; não divino, mas diabólico segundo a qual quem a defende é comunista. (FOLHA DE ITUIUTABA 23/02/1963)

Em outro artigo, Petraglia discutia sobre “Os empréstimos norte-americanos” (FOLHA DE ITUIUTABA 06/04/1963), em que afirmava “que uma boa maneira de os Estados Unidos se assegurarem do nosso apôio à sua política e aos seus trustes é precisamente nos concederem empréstimos”. Mais uma vez, o advogado via a dependência brasileira atrelada ao dinheiro vindo do estrangeiro.

Muitos desses escritos eram defendendo o papel de nacionalizar a produção do Brasil, tomando o exemplo cubano de estatização das empresas e exploração de bens nacionais. Como Cruz Neto (2016; 2019) nos afirma, Petraglia foi um grande exaltador da Revolução Cubana, nas páginas do periódico, apesar de os jornalistas salientarem que não eram comunistas e sim nacionalistas, portanto, aproximavam as ideias de uma plataforma nacionalista e anti-imperialista.

Um último artigo de Petraglia nos chama atenção. Em “Frente Única das Fôrças Progressistas”, o advogado via como a única saída a junção das alas de esquerda em torno de um projeto de mudança social (que seriam as Reformas de Base) que combateria a influência estrangeira de exploração do país, alavancando a economia. Assim Petraglia afirmava que:

Vai ganhando as camadas mais ponderáveis da população brasileira o desejo irreprimível de conduzir o País, sem demora, para sua destinação histórica de grande potência, onde deverá viver um pouco feliz, verdadeiramente livre; de nação capaz de banir a miséria de seu território, e de assegurar um mínimo conforto compatível com a dignidade humana a todos os seus filhos.
Por isto, as fôrças progressistas – e se denominam progressistas exatamente aquelas fôrças não comprometidas com o atraso, - fazem neste momento um esforço hercúleo, em prol da esquematização de uma Frente Única capaz de prevalecer ideais e princípios autênticos de emancipação econômica do Brasil. (FOLHA DE ITUIUTABA, 08/02/1964)

Petraglia, assim como outros nacionalistas, acreditava que o Brasil estava destinado a se tornar uma grande potência, e que, no momento em que escrevia, o tempo urgia nessa direção, entretanto, conclamava para uma aliança das esquerdas em favor de mudanças. O período era turbulento entre os nacionalistas, parte do grupo se dividiu, principalmente, entre alguns partidários do PSD mais conservadores, que, vendo a

aproximação do PTB com outras alas de esquerda, como os comunistas, tomaram parte como oposição ao Governo de Jango, junto com os udenistas (MOTTA, 2008).

O outro jovem advogado que escrevia para o Jornal, Humberto Teodoro Júnior, havia colado grau em Direito pela Faculdade do Triângulo Mineiro em Uberaba no final de 1961. Na ocasião do evento, enviou um convite aos redatores e para o dono da *Folha*, a fim de que participassem da cerimônia, como atesta o Jornal, em publicação (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/12/1961).

Teodoro Júnior, durante a primeira metade dos anos 1960, era bancário e advogado da Associação dos Bancários de Ituiutaba¹⁵¹. Também, logo após se formar, abriu um escritório de advocacia no município, em 1962, que se localizava na esquina da av. 13 com rua 20, fazia anúncios de seu espaço profissional e de serviços na *Folha* nos dois últimos anos do Jornal (FOLHA DE ITUIUTABA, 31/03/1962).

Humberto Teodoro Júnior começou a ter participação e escrever no jornal nos anos 60. Após se graduar no final de 1961, na Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro de Uberaba (MG), voltou a residir na cidade de Ituiutaba, e dedicava parte do seu tempo para os artigos que eram publicados no impresso. Durante toda a década de 1950 e 1960, nas páginas da *Folha*, aparecem anúncios de um outro Humberto Teodoro (algumas vezes, ainda aparecia o sobrenome Gomes ao final), que vendia assinaturas de vários jornais de grande imprensa, principalmente, impressos cariocas e paulistas, e que também exercia a profissão de escrivão de polícia do município. Esse era pai do advogado.

Entre seus escritos, vale destacarmos o artigo “A alvorada de uma nação”¹⁵². Nele, de maneira parecida com Petraglia, Teodoro acreditava em uma mudança política que abarcasse a população, e que a representasse, mas, para isso, ela também teria que ser protagonista do jogo político:

[...] A possibilidade de sermos uma nação honrada, digna e respeitada, de termos um governo que represente efetivamente a vontade das massas e que

¹⁵¹ Humberto Teodoro Júnior tornou-se um reconhecido jurista e acadêmico, hoje, magistrado aposentado. O advogado foi desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e professor na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Formou-se em 1961 pela Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro e se tornou doutor pela UFMG em 1987. Tornou-se uma referência na área de direito processual no Brasil.

¹⁵² Nesse artigo, em certa altura do escrito, Teodoro Jr. tece elogios ao companheiro de ideologia e profissão, afirmando que, ao ler o artigo de Petraglia, “vieram, a nosso ver, revelar um comentarista amadurecido e consolidado digno de configurar nas páginas de um grande diário de nossas metrópoles” (FOLHA DE ITUIUTABA, 09/03/1963), por sua vez, Petraglia retribuiu o elogio à Teodoro no rodapé de “Os empréstimos norte americanos”, afirmando que o “brilhante artigo ‘Alvorada de uma nação’, em que se evidencia o seu espírito altivo e lúcido em defesa da grande causa nacionalista” (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/04/1963).

tenha como meta e preocupação primeira a realização do bem estar dessas mesmas massas já foi compreendida pelo povo.

Não adiantou ao dono da terra, ao proprietário do luxuoso edifício, ao senhor da grande indústria, ao capitalista frio, ao covarde trunfo internacional e ao infiel governo que os representa a todos, até hoje, manter deliberadamente povo humilde e trabalhador de nossa Pátria mergulhado no abismo sombrio de um dos índices mais elevados de analfabetismo do mundo.

O Povo, o operariado, está por si, e pelo sentimento já invencível do nacionalismo, apreendendo a ler a própria cartilha, na cartilha dos brios nacionais, da reivindicação da Justiça Social, do respeito à soberania nacional, a verdadeira dignidade humana, e à única e efetiva igualdade: a de identidade de oportunidade a todos os nacionais em qualquer setor, mormente na cultura. (FOLHA DE ITUIUTABA, 03/09/1963)

Vemos aqui, também, que ele acreditava que uma maneira de libertação do “povo humilde e trabalhador” seria a “cultura”, se referindo à alfabetização. O jovem advogado apontava quem seriam os exploradores de povo: sendo esses a oligarquia agrária, o capitalista “frio”, os trustes internacionais e alas do governo tidas como “entreguistas”, que mantinham a exploração da população.

Afirmava que o “Proletariado conta com o grande apoio das verdadeiras elites intelectuais, dos homens de pensamento livre e de real valor, daqueles que se não corrompem diante do poderio avassalador do dólar e da libra” (FOLHA DE ITUIUTABA, 03/09/1963). Teodoro Jr., também acreditava em uma aliança da intelectualidade nacionalista com as classes populares, para daí fazerem a reforma política que democratizaria o País. Para além da libertação econômica e política, um outro fator era primordial, democratizar o conhecimento por meio da alfabetização.

Também de Teodoro Jr. encontramos o texto “Pensamento de um ‘brasileiro’”, que reflete sobre o que seria para ele o “entreguismo”:

Aquêles que se alinham em posição de permanente agressão aos interesses nacionais, não deixam escapar a menor oportunidade para realizar alguns serviços ao seu estimado “patrão”, os grupos econômicos estrangeiros, que só se preocupam com a manutenção do nosso estado de subdesenvolvimento. (FOLHA DE ITUIUTABA, 23/03/1963)

“Patrão”, no caso, seriam os países tidos imperialistas, principalmente, o EUA e os trustes. Entre esses entreguistas, Teodoro aponta o “Governador da Guanabara”, Carlos Lacerda, como “o mais legítimo representante do interesse alienígena em nossa Pátria” (substitua alienígena por estrangeiro). No título do artigo, o uso do substantivo entre aspas, como sinal gráfico, serve para realçar que esse “brasileiro” não é um brasileiro genuíno, é um falso brasileiro, pois, ao apoiar medidas de exploração econômicas e minerais do Brasil por países estrangeiros, se mostraria como um falso, no sentido de

traidor e subserviente. Portanto, o verdadeiro brasileiro seria o que era a favor da autoexploração econômica: a nacionalista.

No texto “Nacionalismo, democracia, comunismo e outras coisas”, Teodoro discutia a alcunha de “comunista”, dada por “uma certa facção político-cultural brasileira”, aos sujeitos que questionam qualquer coisa do *status quo*. Para ele:

Não se refutam em termos aceitáveis as premissas e conclusões dos que retratam e diagnosticam nossos males com sinceridade. Apenas e tão somente classificam-nos como representantes de Moscou e dão por encerrado o debate, sem nem ao menos iniciado, como se caso fosse simplesmente de considerar-se mais nocivo o servilismo ao Kremlin do que a Wall Street (FOLHA DE ITUIUTABA, 03/04/1963).

No escrito Teodoro Jr., mais uma vez, explicava sua concepção do que é nacionalismo:

Em conclusão, nacionalismo, dentro da nossa concepção democrática, é a legítima defesa adotada pelos que querem um Brasil realmente grande, econômica e politicamente merecedor inconteste dos respeitos das demais nações como um País Independente, Soberano e Justiceiro para seu Povo, malgrado aqueles que insistem em conservar a injustiça e a veleidade da situação atual. (FOLHA DE ITUIUTABA, 03/04/1963)

Mas também fazia questão de distanciar do nacionalismo o espectro político do comunismo, representado no marxismo-leninista, que, para ele, não é uma ideologia democrática, e, diferente do seu nacionalismo, teria pouco adeptos:

O marxismo-leninismo, contando com poucos adeptos em nosso meio, repugna à consciência democrática e republicana do povo brasileiro, da mesma forma que qualquer outra modalidade totalitária de governo. (FOLHA DE ITUIUTABA, 03/04/1963)

O entendimento de nacionalismo de Petraglia e Teodoro se assemelhavam em diversas características, criticavam os que criticavam o nacionalismo como movimento radical e comunista, além de se distanciar desse estigma.

Em outro artigo, Teodoro falava sobre o que ele entende como “A Crise Brasileira”, se referindo ao período Jango, à polarização e à inflação. Ali o advogado recém-formado afirmava que a crise estava para mais do que apenas uma condição momentânea socioeconômica do país, sendo uma crise política que vinha desde o governo Vargas, passando por JK, Jânio Quadros, e, no momento, com João Goulart. Para ele a responsabilidade da crise era do “espírito reacionário”, apontando esses como os que se opunham às propostas reformistas:

Vivemos no Brasil momentos de crise, não há dúvidas. Crise, todavia, oriunda das nossas condições socioeconômicas de país subdesenvolvido, como

também e principalmente do espírito fortemente reacionário que se opõe intransigentemente à realização democrática e prática da reestruturação necessária de nossas instituições e de nossa política, quer interna, quer externa. (FOLHA DE ITUIUTABA, 24/04/1963)

Nesse artigo, ainda, apontava o udenista Carlos Lacerda como o maior representante dessa direita conservadora, que, segundo ele, entregava o Brasil aos interesses estrangeiros. Segundo o autor, esses tinham como “métodos tendentes a confundir o povo e facilitar a implantação de um regime ultra direitista”, tendo em vista que o advogado via nesses grupos o atraso brasileiro, portanto, para ele, devia-se:

(...) consolidar-se e vencer a reação direitista e egoísta do grupo liderado pelo Governador da Guanabara, transformando definitivamente o Governo Brasileiro em legítimo detentor daquele poder que constitucionalmente deve emanar do povo e em seu nome exercido, eliminado, de vez, do comando da nação os grupos econômicos insaciáveis, as oligarquias feudais e os traidores do povo e da Pátria. (FOLHA DE ITUIUTABA, 24/04/1963)

Da mesma maneira que Monteiro, os dois advogados, em seus papéis privilegiados com essas colunas, se revestiam de autoridade ao falar de política e do nacionalismo. Apesar de jovens, o domínio da escrita, junto à formação em curso superior de bacharelado, conferia destaque a eles no meio, legitimando o papel como colunistas. E esse destaque, essa autoridade revestida na fala, incomodava, ao ponto de que o registro no dossiê, do IPM, na região, ao falar sobre os dois advogados, os vê como influentes perante os trabalhadores na região: “Seus artigos, pela força da posição que ocupavam e do graú de cultura superior que ostentam, exercem enorme influência, especialmente na massa trabalhadora da região” (APM-Fundo DOPS/MG, rolo 049, pasta 3882, p.15).

Quem detém os instrumentos de comunicação e os exercem os tornam uma ação política, pois detém determinado tipo de saber, que permite possuir um tipo de poder, como afirma Nora (1979):

Saber é a primeira forma de poder numa sociedade de informação democrática. O corolário nem sempre é falso: quem detém o poder é tido como quem sabe. Daí uma dialética nova, própria fazer surgir nas nossas sociedades um tipo de acontecimento ligado ao segredo, à política, à conspiração, ao rumor e aos ruídos. Pois é ao mesmo tempo verdadeiro e falso que não se fala tanto para esconder o essencial, que o sistema que favorece o nascimento do acontecimento é também, mas não apenas, fabricantes de ilusões, que tantas confissões dissimulam uma falsidade. (NORA, 1979, p. 88)

Se compararmos os escritos desses quatro nacionalistas colaboradores, vemos mais do que apenas concepções de nacionalismo. Vemos preocupações e questões distintas para cada temporalidade de produção de escrita, isto é, cada um procurava

responder as questões de seu tempo e tinham diferentes visões de como conduziriam o processo de mudanças sociais e econômicas.

Enquanto J. L. Martins se preocupa em falar em favor de completar o projeto de exploração do petróleo e a consolidação da Petrobrás como uma estatal, sendo o país autossuficiente cientificamente para exercer a exploração, Monteiro tinha seu olhar voltada para questões da terra e dos trabalhadores, demonstrando como estava em alta a luta pela reforma agrária. De mesma maneira que, em Monteiro, aparece também nas discussões de Petraglia e Teodoro, a participação popular na política, demonstrando como sujeitos sociais, por meios de reivindicações, estavam se incluindo no espaço do debate político.

Outro ponto interessante, em que as ideias de Petraglia e Teodoro se cruzavam, era o de distanciar o nacionalismo da alcunha de comunista, dada pelos inimigos, demonstrando como o anticomunismo se acirrou nos anos 60, e como havia uma perseguição às esquerdas.

A *Folha*, como seus integrantes, dizia e seguia os ideais nacionalistas, não eram comunistas como foi alegado. Segundo Kaysel (2019) o marxismo de matriz comunista e o nacionalismo popular foram duas correntes ideológicas, concorrentes em determinados períodos, que plasmaram a mentalidade das esquerdas em toda a América Latina. No contexto brasileiro, segundo o autor, a relação entre essas duas correntes, durante parte dos anos 1950, foi de conflito, e, gradualmente, foram fazendo alianças em torno de projetos progressistas, principalmente, após as denúncias dos crimes stalinistas, em 1956, e com o envolvimento dos comunistas em campanhas nacionalistas, como o da criação da Petrobrás, e, posteriormente, do engajamento do PCB, nas propostas das Reformas de Base, nos anos 1960.

Como o autor afirma, o nacionalismo:

[...] se caracteriza pela combinação de posturas anti-imperialistas – oposição à dominação econômica estrangeira – e antioligárquicas, a defesa de reformas democratizantes que incorporassem os trabalhadores à cidadania política e social. (KAYSEL, 2019, p. 248)

Desse modo os nacionalistas viam um conflito fundamental entre “nação” e “antinação”, esse último representado pelo imperialismo e os seus representantes no Brasil, esses eram tidos como os “entreguistas”.

Segundo Hipollito (2012), o PSD tinha maioria na Câmara Federal, durante grande parte da década de 1950, entretanto, as duas facções (“raposas” e a Ala moça)

viveram um embate, devido às concepções progressistas da ala moça e à contraposição das políticas conservadoras e oligárquicas das “raposas”, o que contribuiu para a autofagia do Partido, encolhendo o que, até então, era o maior representante do Centro, empurrando o PSD para mais próximo da UDN, principalmente, após a renúncia de Jânio Quadros. E, como nos afirma Delgado (2001), durante a experiência da quarta república (1945-1964), o petebismo se definiu dentro de um ideário construído no nacionalismo desenvolvimentista, pautando-se em melhorias de condições de vidas aos trabalhadores, no bem-estar social e em políticas de reformas. Essas concepções que guiaram o PTB eram sintetizadas nas lutas dos dois principais líderes do partido após a morte de Getúlio Vargas: Leonel Brizola e João Goulart.

A *Folha*, politicamente, foi um Jornal afinado com as políticas nacionalistas, em suas páginas, dentro dos anos de produção em que analisamos. Posicionou-se pautada na perspectiva política de defesa dos bens nacionais, em alguns momentos, mais incisivamente, e, em outros, de modo mais modesto, entretanto, o nacionalismo foi a ideia constante no Jornal, ao longo de todos esses anos, e, politicamente, era a ideia que unia o grupo como linha de pensamento.

Durante os anos 50, os jornalistas e colunistas da *Folha* defenderam, em seus escritos, a estatização e a exploração de minérios e riquezas naturais brasileiras, dentro de um quadro de industrialização nacional autossustentado, criticando as políticas de intervenção de capital estrangeiro, e denunciando a participação de brasileiros e da grande mídia dentro dessas políticas tidas como “imperialistas”. Portanto, a *Folha* preenche os quesitos básicos para se afirmar como um jornal nacionalista.

Mas, se o Jornal seguia essas concepções básicas de nacionalismo brasileiro, ainda há uma questão que paira para reflexão, de nos perguntarmos, especificamente, qual era o nacionalismo da *Folha*, em vista de suas várias linhas políticas dentro do ideário. Nesse quesito acreditamos que é melhor nos perguntar qual é o nacionalismo de quem escreve, e não do Jornal como um todo, visto que há uma polifonia de ideias nacionalistas ali, que hora se aproxima das concepções nacional-desenvolvimentistas, voltando-se para a modernização e industrialização, principalmente, exposta nas políticas de JK, fielmente apoiado pelo Jornal. Outros momentos defendem pautas mais à esquerda, ligadas ao nacionalismo econômico, como a revolução cubana e as Reformas de Base. Em outro momento, acreditavam na burguesia urbana, como protagonista e como classe modificadora da sociedade, por meio das mudanças políticas. Mas, em outros momentos, acreditavam que a mudança viria de uma aliança dessa burguesia com as massas

trabalhadoras, para modificar a realidade por meio de reformas, formando um grande bloco de lutas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esta tese, chamamos atenção para um ponto essencial, os documentos resguardados, em especial, as fontes principais: os jornais da *Folha de Ituiutaba*. Como dito anteriormente, as edições são escassas na primeira década de vida do jornal, sendo que apenas encontramos jornais produzidos depois de 1949, esses arquivados no CEPDOMP/UFU. Outro arquivo que resguarda é Hemeroteca Digital Brasileira, tendo coleções após 1951 até 1964. E, por fim, no Arquivo Público Mineiro, há edições a partir de 1961. Portanto, temos um gradual aumento no acervo, ao juntarmos as 3 coleções, sendo quase completas as edições dos anos finais.

Isso não é acaso e sim sintoma. Essas datas representam mudanças importantes no quadro do impresso tijucano. Esses anos das coleções são anos chaves para entendermos a trajetória do periódico: 1949, foi quando Ercílio adquiriu a parte de Laroche na empresa jornalista, se tornando o único proprietário do Jornal. 1951 foi o ano em que Geraldo Sétimo foi remanejado para Ituiutaba e passou a ser o redator-chefe da *Folha de Ituiutaba*. Já 1961 tem como marca, no Jornal, uma maior guinada em direção ao trabalhismo em vista da posse de Jango.

Para Ricoeur (2012), os “rastros” estão contidos nos documentos arquivados, e o processo historiográfico advém do encontro do historiador com a “memória arquivada”, portanto, o arquivo é o lugar onde abriga o “rastro documental”. Para o autor, o lugar ocupado pelo arquivo é, ao mesmo tempo, um lugar físico e um lugar social, físico porque abriga uma espécie de rastro, e social por sua condição histórica em que se encontra abrigado, se inserindo em um contexto específico, que possibilita visualizar aquilo que foi selecionado como documento, por sua importância de ser lembrado, ou seja, nos arquivos pode-se compreender um processo histórico relacionado à memória e também ao esquecimento.

Ao pensarmos nos motivos de arquivamentos dessas fontes serem escassos, em um primeiro momento, aumentando gradativamente, tanto as edições quanto os arquivos, devemos pensar uma outra concepção de Ricoeur (2012, p. 188), a de “prova documental”, que “designa a porção de verdade histórica acessível”, esse arquivo dota o texto de autoridade, ligando a um testemunho como uma “heurística de prova”. Assim a prova documental se torna suscetível a credenciar uma pretensão de verdade. Resguardar esses jornais, em um primeiro momento, foi algo feito com a intenção de registro da “subversão” jornalística, com o intuito de provar, de dar uma verdade e justificar as ações de perseguição e fechamento. Esses documentos eram essenciais nessa ação, tanto que Ercílio afirmou, em sua entrevista, que, durante o fechamento do Jornal, em 1964, uma

das preocupações dos militares foi fazer o confisco da coleção de edições que eram arquivadas nas dependências do Jornal:

Eu não tenho a coleção completa, exatamente em virtude da perseguição política que requisitou o arquivo do jornal e eu não consegui refazer, não me devolveram, os militares não me devolveram o arquivo do jornal e eu não consegui com os números que eu ainda possuía, refazer a coleção do jornal.
(SILVA, 1995)

Inclusive há a probabilidade de que os jornais que se encontram tanto no Arquivo Público Mineiro quanto na Hemeroteca Digital Brasileira, serem dessa coleção, que pertencia à Ercílio e foi confiscado, visto que as duas têm o carimbo do APM, que se encontrava em Belo Horizonte, mesmo lugar onde eram reportadas as ações ao DOPS de Minas Gerais.

Talvez a noção de prova explique o ato de documentar e selecionar esses jornais no período, e, por esse motivo, sobreviveram ao tempo. Essa noção também pode explicar a organização desses jornais, nesses arquivos, que são crias recentes, visto os processos digitais terem sido feitos nas últimas duas décadas. O motivo recente do arquivamento se faz distinto ao inicial de documentação como prova dos militares, pois essa “memória arquivada” busca, agora, reafirmar o lugar de perseguição sofrido pelo Jornal e pelos jornalistas. Mas ainda fica uma lacuna, um processo de esquecimento, de apagamento de rastros daqueles momentos anteriores a 1949, e de outros personagens que se inseriam na trajetória do Jornal.

Outra questão importante que se apresenta aqui é que há um termo conceitual comum usado quando nos referimos às políticas do período brasileiro entre 1945 e 1964. Esse termo é o chamado “populismo”. Até aqui evitamos usá-lo, pois, além de complexo, é extremamente problemático, portanto, aqui, foi habituado, na maioria das vezes, o termo “Quarta República”, ao invés de “República Populista”, para se referir ao período.

Convencionou-se associar ao termo do “populismo”, uma conotação negativa, em que se acredita ter havido uma política inescrupulosa de manobra por parte de políticos sobre a população e as massas brasileiras. Mas, se ele é mal visto agora, segundo Jorge Ferreira (2001), o termo Populismo era pouco utilizado durante esses anos do período recortado, e quando era usado, tinha outro sentido, no qual indicava que esse ou aquele político era popular e/ou tinha apoio dos populares. Na *Folha*, um das poucas vezes que encontramos tal palavra é em um artigo de Agostinho chamado “O populismo no Brasil”, e próximo do que afirmou Ferreira (2001):

Ninguém pode negar o valor das forças populistas na atual conjuntura política brasileira. Temos assistido a tendência dos partidos conservadores em modificar radicalmente os seus obsoletos métodos e programas, no afã de se aproximarem das massas e dar cunho popular às suas campanhas.

[...]

Nesse ambiente, criado por circunstâncias alarmantes, as forças populistas conquistam terreno à larga, os partidos das massas vêm vertiginosamente o seu prestígio. Para garantir a estabilidade conquistada, é preciso que haja muita prudência e senso de responsabilidade no comando imposto gloriosamente pelos trabalhadores. (FOLHA DE ITUIUTABA, 25/01/1958)

Mas, academicamente, a concepção de “populismo” ganha força como termo acadêmico, expresso em trabalhos como o de Weffort (1978). Para ele, o “período populista” inicia-se em 1930, com a crise das oligarquias rurais, e vai até os idos de 1964. Para o autor, no populismo, surgiu um Estado consideravelmente independente da sociedade, e que passou a se impor como uma instituição, inclusive aos grupos dominantes, apoiando-se no autoritarismo do Estado Novo (1937-1945), ou no paternalismo e no carisma dos líderes de massas no pós-guerra (1945-1964). Esse Estado foi o fruto da crise das oligarquias agrárias da “República Velha” (1889-1930), junto às fragilidades das elites urbanas, que tentaram substituir essas oligarquias, e, sobretudo, do surgimento das massas no plano político brasileiro. Vargas construiu um Estado com estrutura sindical de controle, liderada por “pelegos”, criando uma legislação trabalhista para os trabalhadores, que atendia às massas em que manipulava, sem mexer nos interesses dos fundiários, estendendo, através da propaganda de Estado, criando a imagem do “pai dos pobres”. Com o período democrático, em 1945, o Estado passou a se apresentar diretamente aos cidadãos, em que as organizações importantes se colocavam como mediadoras entre o Estado e os sujeitos, como, no caso dos sindicatos e do PTB, que, através da permanência da legislação corporativa, e das lideranças “pelegas”, mantinham vínculos com o Estado. Há uma visão de entender o populismo como uma “política de massas”, caracterizada pela manipulação de aspirações populares, em que os trabalhadores não teriam adquirido uma organização, junto a um enfraquecimento das classes dominantes, com o fim da “República das Oligarquias”, que, perdendo suas referências com as classes populares, necessitaram do auxílio de um líder carismático, capaz de conquistar apoio por meio político, mobilizando as massas em seu favor.

Em uma visão distinta, Ângela de Castro Gomes (2005) desconsidera a ideia de populismo e de políticas de massa, mas vê a incorporação da classe trabalhadora dentro do cenário político brasileiro, nesse processo, dando enfoque ao caráter ativo das classes trabalhadoras e sua organização, sendo a política do período uma “reciprocidade de interesses”, em que houve um “pacto trabalhista”. Dentro da “Primeira República”, até

1934, a autora visualiza a formação de uma identidade dos trabalhadores, com fundamentos para sua ação política, em uma “lógica de solidariedade”, buscando formação e mobilização que articulava experiências e valores comuns como base de sustentação. No Estado Novo, o acesso à cidadania sofreu intervenção do Estado: em 1937-1942, em que os elementos de coerção e censura da ditadura teriam predominado como sistema, e entre 1942 e 1945, com mudanças como a entrada do Brasil na Segunda Guerra, alinhamento do Brasil com os EUA e crises do regime, em que o governo passou a buscar legitimidade por meios simbólicos, por isso, usou de meios de comunicação e programas como “A Hora do Brasil” para dialogar direto com os trabalhadores, apresentando ações relacionadas à legislação trabalhista, como se fosse doações, buscando apresentar o direito social como um favor. Além do mais, a partir de 1942, houve iniciativas que incentivavam a sindicalização, criação de imposto sindical e implementação da CLT. Essas ações foram fundamentais para constituir uma comunicação entre o Estado e os trabalhadores, criando adesão e legitimidade. A intervenção do trabalhismo e a montagem do sindicalismo corporativista, sendo completado pela fundação do PTB, foram fundamentais na incorporação dos trabalhadores na política nacional:

Assim, o processo histórico pelo qual o Estado ampliou seus poderes, intervindo na sociedade através da figura política do Executivo, foi o mesmo pelo qual a classe trabalhadora ganhou status de ator político relevante. Tal processo, portanto, tornou o Estado mediador por excelência de todos os interesses corporativamente organizados em sindicatos e politicamente representados em partidos. (GOMES, 2005, p. 301)

Ferreira (2001), na esteira do pensamento de Gomes, afirma que a visão do populismo, como um líder de Estado demagogo, o líder sindical pelego e os trabalhadores enganados, negligencia a experiência e a prática histórica dos trabalhadores¹⁵³ dentro do processo político, dentre 1930 e 1964, vendo a criação do termo em torno de “culpabilizar o Estado e vitimizar a sociedade, eis alguns dos fundamentos da noção de populismo” (FERREIRA, 2001, p.63). Para o autor, o momento diz respeito a um período da história republicana em que as relações entre o Estado e os trabalhadores se identificam por uma gama de interesses comuns, o que acabou forjando uma tradição trabalhista, em que:

¹⁵³ A concepção de *experiência* histórica e social, usada por Ferreira (2001), está ancorada nas reflexões propostas por E. P. Thompson (1981; 2011), em que ele entende que a *experiencia* é um unificador dos trabalhadores como classe social, sendo um catalizador de ação social, em que o processo de formação das classes sociais acontece, de fato, a partir das lutas, conquistas e aprendizados históricos dos sujeitos. Assim as classes sociais estão em um constante fazer-se, que remete tanto à ação humana quanto a seus condicionamentos. As classes sociais não são algo dado e pronto, mas em constante construção e prática.

No trabalhismo estavam presentes ideias, crenças, valores e códigos comportamentais que circulavam entre os próprios trabalhadores antes de 1930. Compreendido como um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais, o trabalhismo expressou uma consciência de classe. (FERREIRA, 2001, p.103)

Trouxemos essa discussão até aqui para pensarmos no contexto da *Folha*. O Jornal, ao longo de seu trajeto, divulgava e dava crédito às ações de agentes políticos de diversos cargos (Deputados, Prefeitos, Presidentes, etc.), o que levava legitimidade dessas ações para a população da região, reafirmando as posições desses sujeitos. Também traziam, em suas páginas, sobre as mudanças nas leis e nos direitos dos trabalhadores, além de defender políticas públicas de mudança, na conjuntura política e social, representando os ideais de uma elite política local que via o desenvolvimento por esses meios.

A *Folha* e seus jornalistas participaram ativamente de movimentos de trabalhadores da região, inclusive de partidos e sindicatos. Em 1953, Sétimo esteve no movimento de trabalhadores rurais, que gerou uma greve por melhores condições salariais, além de que o Jornal apoiou a paralisação de operários municipais nos anos 60. Ivanildo Santos, que era alfaiate, junto com Sétimo, liderou a formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em 1963, e, para isso, as publicações na *Folha* foram fundamentais como divulgações dos encontros e arregimentação de membros. Ribamar Nunes agiu na organização Colônia dos Trabalhadores Nordestinos, também, na década de 1960, e o papel do Jornal também foi imprescindível para a construção desse grupo. Apesar desses sujeitos serem componentes de uma elite urbana, e não trabalhadores do meio rural, suas ações e aspirações vão na direção das lutas dessas categorias, sejam na realização de greves, formações sindicais, politização, e assumindo um programa em favor da nacionalização de empresas, reforma agrária, entre outras. E esses foram um dos motivos do fechamento do Jornal: eram lutas que reivindicavam um plano de democratização social, o que ia de encontro com outro projeto contrário que visualizava a manutenção de privilégios de outras elites políticas.

Se pensarmos em uma visão unilateral do Jornal, como um manobrista, com sua frente de controle político, ao arregimentar sindicatos e grupos de trabalhadores, cairíamos no discurso usado pelos inimigos do Jornal, que, como nas descrições dos documentos DOPS, os jornalistas eram descritos como hábeis enganadores dos trabalhadores (e também dos agentes políticos). Como se os trabalhadores não tivessem a consciência, nem vontades e interesses nos jogos políticos, além de negligenciar uma tradição na sua formação como classes e sujeitos. Por mais que o Jornal tivesse uma

credibilidade como meio de informação, liderando a luta hegemônica do meio informativo regional, sendo um propagador de ideias e influenciador de opinião, gozando de prestígio e se legitimando em meio a seus escritores colunistas, boa parte com formação superior, a *Folha* também se relacionava com os trabalhadores da região, para além de ideia do Jornal apenas como um condutor da informação, mais que isso, como um instrumento de ação, que fazia uma ponte entre esses trabalhadores e os poderes públicos em um relacionamento.

Inclusive, a visão de Geraldo Sétimo como um manipulador se estendia para além dos trabalhadores. No dossiê DOPS, ao falar sobre o prefeito trabalhista José Arsênio de Paula, é descrito que “Deixou agasalhar-se sob sua sombra elementos nitidamente comunistas, sendo de destacar o redator do citado jornal, Geraldo Sétimo Moreira, sagaz e inteligente” (APM-Fundo DOPS/MG, rolo 049, pastas 3882-im.3). A descrição de Geraldo Sétimo nesse documento:

Trata-se do expoente máximo do comunismo nesta cidade. Individuo perigoso, já por sua inteligência, já porque dispunha de fácil meio de divulgação de suas ideias, por isso que era o redator chefe do jornal comunista “*Folha de Ituiutaba*”. Redige com facilidade e, até certo ponto, se lhe pode reconhecer cultura geral mediana, tanto que era o orientador político do jornal e de todos os simpatizantes da ideologia comunista. (APM-Fundo DOPS/MG, rolo 049, pastas 3882-im.12)

Essa visão também é exposta na sua relação com os demais jornalistas que estavam à frente da *Folha de Ituiutaba*, no processo que levou ao fechamento do Jornal, e que foi recorrido pelos jornalistas, e, dois anos depois, chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF). Retomamos um trecho do documento, já citado na nossa introdução, no qual o Promotor de Justiça de Monte Alegre apresentou a denúncia, e que:

Por haverem, os dois primeiros, como DIRETOR e REDATOR-CHEFE, respectivamente, do jornal – FOLHA DE ITUIUTABA – que circulava nessa cidade anteriormente ao movimento político do mês de março de 1964, permitido publicações, no referido jornal, de artigos atentatórios à nossa ordem política e social de pregação de ideias e práticas extremistas, sendo, mesmo, alguns deles, de autoria do acusado GERALDO SÉTIMO MOREIRA, transformando-o, assim, em eficiente veículo de difusão e propagação subversiva. Quanto ao acusado MANOEL AGOSTINHO, sua participação ativa não teve nos fatos, todavia, solidarizou-se com os demais acusados, prestigiou semelhante procedimento delituoso, emprestando seu nome, como colaborador, ao jornal, conforme consta dos autos.

(…)

Indiscutivelmente, seus artigos não passam de uma terrível propaganda para subverter a ordem política e social, e os leitores do semanário se viam na obrigação de tomar conhecimento daqueles artigos ou transcrições enfadonhas e anti-patrióticas.

Quanto a situação de Ercílio Domingues, se pecou o foi por omissão, por ser dono do Jornal e da oficina de impressão, e mesmo porque de há muito deveria ter despachado o seu redator-chefe.

Dentro, no entanto, daquele conceito de lei de imprensa como os artigos era de responsabilidade de Geraldo, nenhuma infração cometeu.

E no que a denúncia diz respeito a Manoel Agostinho, denunciado que foi, apenas por emprestar o seu nome como colaborador do Jornal, não podemos recebê-la. Seria injusto e injurídico nosso despacho se recebêssemos.

Sobreleva ainda notar-se que quanto a publicação do programa do P.C.B., numa das edições de 54, Ercílio Domingues foi processado, muito embora também houvesse transscrito tal programa de diversos jornais, inclusive o Diário de S. Paulo [segundo seu depoimento]. E pela lei de imprensa, de que resultou em arquivamento. (STF, recurso criminal Nº 1.070, 07/12/1966)

Podemos ver que a denúncia dos delitos dos jornalistas se enquadra como crime contra a ordem política e social. Todos os responsáveis pelo Jornal são acusados, mas é retirada a culpa direta sobre diretor-proprietário e o redator Manoel Agostinho. Com isso, mais uma vez, Sétimo é visto como o principal articulador e manipulador da “subversão”. Ercílio foi culpabilizado indiretamente por permitir que artigos de crimes de imprensas circulassem em seu Jornal, porém, aponta-se que a responsabilidade dos escritos não era sua e sim do redator-chefe do periódico. Para os acusadores, seria Geraldo Sétimo, o autor subversivo de fato, de modo que é descrito que os dois outros jornalistas haviam se deixado levar pelo redator-chefe da *Folha*.

No fim, o recurso criminal, ao chegar no Supremo Tribunal Federal, foi negado o provimento em 1966. O relator responsável votou pelo desprovimento do recurso, acreditando que não se tratava de propaganda de guerra, violência ou contra a ordem política, sendo a decisão: “não comprovada a acusação”. Mas já haviam se passado 2 anos desde o fechamento do Jornal, e o estrago já estava feito.

Outra discussão que gostaríamos de trazer aqui é sobre o caráter do golpe de 1964. Hoje, é quase consenso acadêmico que o golpe foi arquitetado dentro de um complexo civil-militar, ou seja, além dos militares, houve uma efetiva participação de civis nos atos que derrubaram João Goulart e instauraram a ditadura que perdurou até 1985. Mas, apesar dessa quase total aceitação do termo, há discussões sobre a participação dos civis no processo do golpe¹⁵⁴.

¹⁵⁴ Há uma complexa discussão historiográfica em torno do golpe de 1964 e a posição das esquerdas políticas. Essas esquerdas são representadas pelos marxistas revolucionários, os Comunistas, o PCB, as Ligas Camponesas, entre outros. Para Jorge Ferreira (2004), parte dessas esquerdas tiveram responsabilidade no quadro de desestabilização política, pois criticavam João Goulart pelo tom de “conciliação” e “moderação”, principalmente, por suas alianças com alas mais conservadoras como o PSD, além de terem um reduzido compromisso com a democracia. Com uma ideia próxima, para Konder (2004), o golpismo estava entranhado na cultura política brasileira, se manifestando também no campo da esquerda. Em contraposição Toledo (2004) questiona quais evidências esses pesquisadores tiveram para fazer tais afirmações, sendo que não há documentos reveladores sobre planos golpistas de Goulart e das esquerdas,

O golpe foi, de fato, consumado por grupos políticos e militares, dentro de um complexo de conspiração, com apoio da sociedade civil. Mas não se deve falar em apoio da sociedade ao Golpe, e sim, em apoio de parte dessa sociedade, como setores da classe média, do empresariado, da Igreja católica, da grande imprensa, que, entre outros, deram seu apoio às tais intervenções. Acreditamos que a situação local se deu assim. A versão, na cidade da “Marcha da Família com Deus pela liberdade”, marcou esse apoio às intervenções, e até prometiam destruir o prédio da *Folha*, como nos afirma Sétimo, mas não destruíram. Quem fechou, de fato, a empresa jornalística, junto dos outros atos arbitrários, foram os militares, e em conjunto com alas de políticos locais. Chama atenção uma nota pública no Jornal *Correio da Manhã*, publicado na cidade do Rio de Janeiro, com o título de “Revolução em Ituiutaba”, publicada na seção “Diálogo com o Leitor”, na data de 24 de junho de 1964:

Tenho lido constantemente o CORREIO DA MANHÃ e notado que é um dos raríssimos jornais desse nosso desbaratado Brasil que tem a coragem de alterar a verdade, informando o certo. Infelizmente, por aqui, a nossa imprensa está “abafada”. É proibido e perigoso contar a verdade. Éste o motivo pelo qual me atraí a narrar alguns fatos para esse CORREIO DA MANHÃ, do qual nos orgulhamos tanto. Ituiutaba sofreu, nestes últimos dias, várias truculências de representantes do Comando Revolucionário (com esse nome é que chegada aqui) e tudo continua como se nada houvesse nessa ex-pacata cidade. Tendo a frente o capitão Heck, sempre de “45” à cintura, acompanhado de oficiais e soldados portando metralhadoras, em poucas horas prenderam o prefeito José Arcênio de Paula (PTB), arrancaram o vice-prefeito Rodolfo Leite de Oliveira (PTB) e fizeram “renunciar” todos os vereadores do PTB. Agora, o prefeito é o Sr. Geraldo Gouveia Franco (UDN) e o vice é o Sr. Jurandir Inácio Moreira (PSD). Toda essa manobra partiu do Dr. José Feres e Geraldo Gouveia Franco (atual prefeito). Os dois, acirrados udenistas, há vários meses, antes da partida do Sr. Carlos Lacerda para a Europa, estiveram no Rio manobrando os meios políticos. Querem por toda força colocar no poder, em todos os setores, os partidários da UDN.

Osmar Vandyk. (CORREIO DA MANHÃ, 24/06/1964)

Osmar Vandyk vê uma ação de deposição de agentes políticos no Pontal do Triângulo, dentro de uma complexa conspiração dos militares com civis ligados ao UDN e PSD. Curiosamente a nota não se refere ao fechamento da *Folha de Ituiutaba*, nem a perseguição de lideranças sindicais, eventos que foram executados em conjunto com as deposições trabalhistas, como nos apresenta o dossiê preparado para o DOPS (APM-

acusando esses intelectuais de revisionismo historiográfico. Além disso, Toledo aponta exclusivamente a ação das direitas no processo de destituição de Goulart e rompimento democrático. Kaysel (2019), também vai em outra direção dos tidos como revisionistas, afirmando que partidos como o PCB foram um dos grandes derrotados no golpe, sendo eles, apoiadores de Jango, frente às políticas reformistas, em uma proposta de aproximação do marxismo com o nacionalismo, pensando uma aliança da classe operária com a “burguesia nacional”.

Fundo DOPS/MG, rolo 049, pastas 3882). A resposta do diretório local da UDN endereçada ao *Correio da Manhã* para ser publicada, assinado pelo presidente do diretório à Vandyk, saiu, também, em edição do *Correio do Triângulo*. Ali afirmava que o que ocorreu na cidade,

Foi instaurado em Ituiutaba, mercê de denúncias comprovadas, um inquérito policial-militar com o objetivo de se apurar a malversação dos dinheiros públicos e atos subversivos, fundamentado na improbidade administrativa de que fala o Ato Institucional. Todas as denúncias foram devidamente comprovadas nas conclusões e no relatório [...]. (CORREIO DO TRIÂNGULO, 05/07/1964)

Depois, o presidente do diretório udenista nega o suposto encontro no Rio de Janeiro dos membros udenistas da cidade com Carlos Lacerda:

Não foi preciso ninguém ir ao Rio de Janeiro conversar com o Governador Carlos Lacerda, pois, à maneira dos frutos excessivamente maduros (desculpe-me a irreverência), os componentes daquele malsinado governo, foram buscar na renúncia um meio pelo qual quiseram cair. É valida a assertiva: quem não deve, não teme.

[...]

Senhor redator, ainda que eu não tenha procuração para defender o ilustre Prefeito Sr. Geraldo Gouveia Franco, o mui digno Capitão Cláudio Rech e o eminente governador Carlos Lacerda, eu em nome deles e no meu próprio recebemos aquela imputação de termos sidos os demolidores dos corruptos, não como ofensa e sim como um galardão. Pois, um modesto dilettante político de província como eu, que nesta altura da vida recebe essa consagração, sente o irrefreável desejo de “dependurar as chuteiras”, posto que, atingiu assim, a sua plenitude política. (CORREIO DO TRIÂNGULO, 05/07/1964)

Por mais que o chefe udenista local apresente suas justificativas para as deposições e recuse que houve uma trama junto a outros líderes políticos, a nota nos mostra como evidencia a relação entre o grupo político e os militares, no nome do Capitão Rech, quem assinou o dossiê como responsável pela instauração do IPM local (APM-Fundo DOPS/MG, rolo 049, pastas 3882-m.17).

Outro documento, DOPS, nos mostra a participação dos civis no processo de fechamento do Jornal. Um dos arquivos, DOPS (APM-Fundo DOPS/MG, Rolo 001, Pasta 0005, im. 04-05), trazia como assunto principal a apuração de “atividades subversivas registradas no município de Ituiutaba”¹⁵⁵. O documento fazia alguns apontamentos sobre os suspeitos, contendo poucas informações, algumas confusas,

¹⁵⁵Ao fim dessa ficha, encontra-se um apontamento da polícia política local sobre qual a ação deveria ser executada: “Sugerida a cassação do registro do jornal *Folha de Ituiutaba*”, e em relação a prisões, o documento dizia que não havia a necessidade de efetuar “nenhuma” (APM-Fundo DOPS/MG, Rolo 001, Pasta 0005, im04-05). Entretanto, como já dissemos, prisões foram executadas no contexto.

chegando até a repetir nomes, trazendo como indiciados uma série de nomes, relacionando-os como “membros do Jornal *Folha de Ituiutaba*”. Os primeiros nomes da lista são os principais sujeitos do quadro do periódico, sendo Ercílio Domingues da Silva, seguido do redator-chefe, Geraldo Sétimo Moreira, e Manoel Agostinho. Também lista alguns nomes da política institucional, como o prefeito José Arsênio de Paula e o vice Rodolfo Leite de Oliveira, e os vereadores trabalhistas. Outros nomes são Mário Campos, Thomáz de Aquino Petraglia e Humberto Teodoro Júnior. Em seguida, encontramos uma outra série de nomes, dessa vez, são 32 testemunhas. Elas são desde funcionários públicos municipais, bancários, fazendeiros, tabelões e escreventes de cartórios, comerciantes, advogados e lavradores. Muitas das profissões dos indiciados são próximas das profissões dessas testemunhas. Isso nos leva à reflexão de que as tais denúncias poderiam, também, ter outros motivos para além do cunho ideológico. Poderiam ser desde desavenças pessoais até motivos de promoções e cargos no meio profissional.

Com o advento da ditadura militar, criou-se um complexo aparelho repressivo que buscava eliminar o que era considerado subversivo, e, ao mesmo tempo, reprimir, preventivamente, qualquer atividade que fosse considerada suspeita, – que pudesse vir em potencial a subverter a ordem. Além de informantes especializados, havia também informantes espontâneos, que, muitas vezes, possuíam cumplicidade com o regime e cooperavam de formas voluntárias, fosse por convicção ou para se promover no determinado cenário. A técnica consistia em suspeitar de qualquer um, coletar e arquivar informações e entregá-las por escrito à polícia. A denúncia ficava no anonimato, apenas a polícia política tinha acesso a elas. Por meio da vinculação de notícias fabricantes de medo, que apontavam um inimigo eminentíssimo, o cidadão comum era convidado a participar da comunidade de informações (MAGALHÃES, 1997).

Portanto não pode ser o papel dos civis eximido da responsabilidade dos caminhos políticos que levaram à derrocada da democracia e colocaram os militares no poder. Segundo Arendt (1985), o poder é a habilidade humana de agir em sociedade, sendo que o poder não pertence, exclusivamente, a um sujeito, e sim a uma comunidade que o apoia. Logo, quando há alguém no poder, esse alguém está por consentimento de um grupo. Nas palavras da autora:

O “poder” corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está “no poder” estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder,

por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. (ARENNDT, 1985, p. 27)

Dessa maneira, as leis e ações de um Estado são possíveis pelo consentimento de seguimentos sociais, e o poder das instituições estatais só acontece por meio de apoio de alas das sociedades. Dizer que “alguém está no poder” é equivalente a dizer que está com consentimento de um grupo de pessoas.

Os jornais foram importantes dentro do movimento que levou os militares ao poder em 1964. Grande parte da imprensa brasileira apoiou um golpe e agiu dentro do quadro de desestabilização política do Presidente João Goulart, construída ao longo de sua gestão. Segundo Abreu (2006), a imprensa foi um dos vetores de divulgação do “fantasma do comunismo”, constantemente afirmado que estava em andamento um plano revolucionário de tomada do Estado por parte de Goulart e das esquerdas. Ao mesmo tempo esses jornais exacerbavam a divulgação de notícias de caos administrativo e que era necessária uma “intervenção militar” para restabelecer a ordem. Segundo a autora, “(...) particularmente para a imprensa, o objetivo, ao apoiar o golpe, não era a implantação de um regime autoritário, mas sim o restabelecimento da ordem da hierarquia, e a eliminação do perigo comunista” (ABREU, 2006, p.126-127).

Outro ponto foi a intensificação de reivindicações dos trabalhadores e de outros movimentos sociais, que foram apreendidas pelos jornais como sublevação da ordem estabelecida. Também alimentavam a ideia de infiltração comunista nos órgãos de Estado, sendo expostos, principalmente, nos projetos, como das Reformas de Base, na aproximação de Jango com sindicatos, crescimento de greves e o não alinhamento imediato e irrestrito com os EUA em meio à Guerra Fria, além do medo das classes médias, alimentado pela Revolução Cubana (MARTINS E LUCA, 2006)¹⁵⁶. Como nos afirma Capelato (1988):

Na década de 60, conflitos sociais e políticos vêm à tona. São identificados como “desordem” provocadas pelos comunistas. O velho fantasma volta a rondar o país e os “guardiões da boa sociedade” empenham-se na articulação de um golpe para salvá-la. Nessa época, o populismo (varguismo, janguismo) e bolchevismo são sinônimos. A imprensa marca sua presença na luta pela “família, Deus e liberdade”.

No 31 de Março a “Revolução Gloriosa” livra o Brasil da ameaça comunista. A grande imprensa, em quase sua maioria, exulta. As manchetes dos jornais

¹⁵⁶ A sítio online do Observatório da Imprensa, em comemoração aos 50 anos do golpe, reuniu diversas manchetes dos jornais publicadas entre os dias 1 e de 2 de abril de 1964, afirmando que “A imprensa disse sim ao Golpe”. Dentre os vários jornais de grande imprensa, recolhidos no site, alguns poucos se posicionaram contra a deposição de Jango, como o *Última Hora*, *A Noite* e o *Diário Carioca*.

http://www.observatoriodaimprensa.com.br/marcha-do-tempo/_ed792_a_imprensa_disse_sim_ao_golpe/
Acesso em 08 de out. 2020.

expressam indignação contra o presidente, entusiasmo e otimismo quanto ao futuro. (CAPELLATO, 1988, p. 53)

Diferente de boa parte da imprensa brasileira, a *Folha de Ituiutaba* fez parte do grupo que não ajudou a desestabilizar o Presidente da República nesse período, pelo contrário, ela era uma apoiadora da gestão e das medias de Jango. Entretanto, geralmente, quando se referem ao papel de apoio ao Golpe de 1964, pelos jornais brasileiros, o grande foco se dá nos jornais que se encaixam no padrão do que é conhecido como “grande imprensa”, que são jornais de circulação, em grande parte do território nacional, com tiragem em números expressivos.

Para Sodré (2007) a grande imprensa brasileira inicia seu surgimento na virada do século XIX para o século XX, já no período republicano. Nessa passagem os jornais, que tinham estruturas simples, passaram a ser substituídos por empresas jornalísticas com estruturas complexas, beneficiadas pela tecnologia, dotadas de equipamentos gráficos sofisticados, junto a novos processos que foram sendo introduzidos, perdendo seu processo artesanal. Nesse momento a produção jornalística passou a adotar, cada vez mais, padrões estrangeiros, usando folhetins, caricaturas e ilustrações. A imprensa também se diversificava: proliferou revistas ilustradas, de críticas e de costumes, também se voltou para públicos específicos, além de ampliarem sua estrutura de reportagem, cobrindo outras áreas, para além da política e econômica, como literatura, esporte, etc. Sodré (2007) associou as mudanças na imprensa às novas condições de vida material da sociedade, como a expansão e pluralização da atividade econômica, a urbanização e o surgimento de novos interesses e de novos atores sociais. Para ele a passagem de uma imprensa artesanal a uma imprensa industrial, – que seria a grande imprensa, - estaria plenamente realizada nos anos 1950 e 1960.

Cabe apontar um pequeno trecho do trabalho de Sodré (2007), um dos poucos momentos em que ele faz referência à imprensa do interior. O autor, ao diferenciar a grande imprensa, publicada nas capitais, da imprensa interiorana, afirma que:

Continuava a existir, no interior, a pequena imprensa artesanal, sem perspectivas, reduzida a estreitos horizontes, ferozmente submetida ao latifúndio, limitada por questões domésticas e pessoais. Em certos casos, esse tipo de imprensa existia como representação de passado próximo, mesmo em capitais estaduais já com foros de civilização e progresso, remanescentes perdidos de uma época superada. (SODRÉ, 2007, p. 369)

Nessa parte, o autor está se referindo aos jornais produzidos no final dos anos 1920. Sendo assim, os jornais de grande imprensa seriam um produto profissional, industrial e objetivo, em contraposição à imprensa do interior, marcada por amadorismo,

artesã e de cunho pessoal. A *Folha de Ituiutaba* se mostra na contramão dessa ideia, apesar de falarmos de décadas de diferença. O jornal tijucano tinha, em sua redação, componentes profissionais, voltados, especificamente, para a lógica do jornalismo do Pontal do Triângulo Mineiro, dividido em atuações específicas dentro do impresso. Esses eram homens que compartilhavam com o jornalismo outras profissões: professores, advogados, recenseadores, comerciantes, farmacêuticos, alfaiates, entre outros, que exerciam um trabalho fundamental de escrita, publicidade, propaganda, notícia e opinião, voltado para uma determinada região. Em uma estrutura industrial, com quadro de funcionários, com máquinas de impressão de última geração, tiragens modestas, mas suficiente para cobrir o espaço almejado, além de ser uma estrutura organizada de divulgação de publicidade.

Darnton (1988) nos dá dicas sobre a importância de reconhecermos o papel sociocultural da imprensa, por meio de suas condições de produção, independente da sua situação empresarial e/ou profissional. Os escritos e as publicações não viabilizam uma transparência do real, mas uma obra com lógicas próprias, com base em ideias implícitas, junto de estratégias de interpretação de fatos e eventos, que circulam em meio a grupos que compartilham do mesmo universo social, em uma “estrutura referencial coletiva”. Assim, os redatores escrevem, partindo de “concepções culturais prévias”, voltando-se aos valores, significados e linguagens compartilhadas entre eles e o público consumidor, pois o primeiro espaço de constituição e diálogo do que é publicado é a própria imprensa, em que o órgão constrói e desconstrói aliança, enfrenta embates e constitui sua identidade (DARNTON, 1990).

Nessa esteira de pensamento, Cruz e Peixoto (2007) nos afirmam que:

A imprensa que não é grande - local, regional, alternativa, popular, de resistência, nanica, radical - articula-se fortemente no campo da disputa e, assim como a chamada grande imprensa, constitui-se com configurações próprias, como força ativa nos processos sociais. Ao lidar com estes procedimentos sugerimos que sejam articulados à problemática proposta e às formas históricas da imprensa no interior do campo de luta social no qual se engendram, seja ela a grande imprensa, a imprensa local ou regional, ou imprensa popular. (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p. 269)

A *Folha de Ituiutaba* se apresentava com uma proposta na contramão da grande mídia da época, criando uma imagem de ser uma alternativa contra a imprensa liberal e oligárquica, que, muitas vezes, eram vistas pelo impresso tijucano como atrelada aos interesses nos EUA, sendo “entreguista”. O uso dessa crítica pela *Folha* se mostra também como uma artimanha de vendagem para os leitores da região, ao se propor como

um outro tipo de produto jornalístico, sendo uma outra opção para além do convencional da grande imprensa.

Mesmo se dizendo modesta, por ser uma imprensa do interior, acreditava no combate à hegemonia dos impressos da grande mídia. Essas características se enquadram dentro da afirmação de Aguiar (2015) sobre o que era considerado uma imprensa alternativa, antes da “imprensa alternativa” típica dos anos da ditadura militar, sendo jornais com um discurso contra-hegemônico de ideologia liberal, dominante no Brasil. Nessa linha de pensamento, o autor cita o caso do *Última Hora*, que tinha características de grande imprensa, porém, seu discurso de “contrapor ao coro unânime da imprensa conservadora e golpista” (AGUIAR, 2015, p. 234), se mostra em oposição da maioria dos jornais de grande imprensa.

Inclusive o jornalismo do Pontal do Triângulo Mineiro se fez também dentro de uma disputa por hegemonia regional. A extinção de um impresso que representava certas políticas e a ascensão de outro jornal totalmente oposto politicamente demonstram um confronto não só pelo mercado de informação jornalística, mas às lutas simbólicas por representação. O embate entre os jornais deve ser compreendido como a ação de forças concorrentes em luta pela formulação ou conservação de uma dada visão de mundo, portanto, lutam por hegemonia, buscando conquistar o poder simbólico, por meio de seus escritos, informando e dando opiniões, que chegarão aos leitores, ao fazer ver, fazer crer e fazem reconhecer. Ao representar a realidade em seus escritos, esses jornais traziam os projetos e anseios políticos e sociais dos grupos a que os sujeitos que os produziam estavam atrelados.

Pois esses jornais construíam e referendavam discursos que se faziam de seus dizeres como arma política, usando a retórica, ao falar como portador de ideais verdadeiros, e se autoinstituam como lugar de formação de leitores, sejam em editoriais ou em notícias que produzem um sentido único para a cena política, e não comporta outras visões, além daquela compreendida pelo periódico (BARBOSA, 2010, p.181).

O fervor dos adversários da *Folha* alegava incisivamente que o Jornal era um difusor de ideias, e, por isso, ele deveria ser interditado. O Jornal era “comunista” e “subversivo”, na visão dos acusadores, mas o fechamento do Jornal não ocorreu apenas por esses motivos e sim por verem ele como propagador de visões de mundo. E depois de mais de uma década de denúncias e vigilância, o golpe de 1964 foi a oportunidade das elites políticas, inimigas daquela a qual o periódico era alinhado, de interditar sua produção e circulação. Era imprescindível barrar o maior suporte de condução de ideias

e ações desse grupo. Inclusive era também necessário colocar um “novo” difusor de ideias no seu lugar, que, agora, representava, em seus escritos, os ideais dessa elite política que ascendia, e para ocupar esse ofício, ressurgiu o *Correio do Triângulo*. Na política não há vácuo, destituído um poder, outro ocupava seu lugar como um todo, e foi isso que aconteceu.

Retornamos, aqui, um recorte que fizemos na introdução deste trabalho. A grande preocupação desses opositores, que destituíram a *Folha* de seu pódio, era, seu poder informativo e formativo, ao publicar para a região. No tal dossiê, apresentado para a instauração do IPM, assinado pelo capitão que executou as ações, afirma que:

Na parte subversiva, Ituiutaba possuía, como célula mais atuante, o jornal “*Folha de Ituiutaba*” que mantinha em seu quadro há longos anos, como redator chefe, Geraldo Sétimo Moreira, um dos mais destacados comunistas locais. Como excelente órgão de divulgação nesta região, prestava-se ao trabalho de exposição do material específico do processo esquerdista, e da sua disseminação, salientando-se, neste particular o trabalho dos doutores HUMBERTO TEODORO JÚNIOR e TOMAZ DE AQUINO PETRAGLIA, advogados locais, que alimentavam o jornal com artigos perniciosos ao regimem.

Ainda o ex-prefeito local, José Arcênio de Paula, alguns Presidentes de Sindicatos e Vereadores da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, pela expressividade de certos manifestos proclamados e que engrossavam o processo vermelho em marcha nesta cidade, foram usados pelo jornal “*Folha de Ituiutaba*”, dentro do plano de difundir, realmente, a ideologia comunista na região.

Outros elementos atuantes foram utilizados, - tais como Ivanildo Francisco dos Santos, Nestor Fernandes de Moraes, Mario Campos, etc. (APM-Fundo DOPS/MG, rolo 049, pastas 3882-im.3)

Sétimo é “um dos mais destacados comunistas locais”, tendo sua participação frente ao Jornal, ao longo dos anos, “expondo material esquerdista”. Ao citar o Prefeito, os sindicalistas e os vereadores afirmam que “engrossavam o processo vermelho em marcha”, – uso da cor vermelha evoca o perigo, enquanto marcha define o ato de caminhar, no sentido de avanço. Ao citar os sindicalistas, afirmam que eles foram “utilizados”, como quem usa uma ferramenta. O uso de termos como “excelente órgão de divulgação”, “disseminação” e “plano de difundir”, demonstra a preocupação dos agentes produtores do documento: de encerrar o veículo que produzia uma ideia e encaminha para quem iria ler, encerrando, assim, a comunicação e sua ação.

A *Folha* não foi um jornal solitário nesses 22 anos de existência. Anteriormente ao empastelamento, o Jornal convivia e combatia os concorrentes que eram alinhados a outros ideais e a outras elites em disputa. Porém, apesar do convívio, a *Folha* era um

demolidor: com o passar dos anos, se fortalecia e se aprimorava frente aos demais jornais, que não resistiam e saiam da disputa por diversos motivos. Os opositores tentaram diversas vezes interditar a *Folha*, por meio de vigilância e de denúncias na polícia política, sejam tentando enquadrá-la dentro de leis, e até usando de artimanhas para afastá-los do labor jornalístico (como foi o remanejamento de Sétimo), mas não tiveram êxito até 1964.

Com a mudança no quadro político, vindo do Golpe, essas outras elites locais, opositoras da *Folha*, alinhadas com os grupos que ascendiam, viram no decreto do Ato Institucional um terreno fértil para destituir de poder qualquer forma de oposição ao novo regime, mas não podiam fazer isso sozinhas. Para tanto convocaram uma junta militar vinda de fora, onde destituíram os trabalhistas do poder público, prenderam os sindicalistas da região, desmontando os sindicatos, e empastelaram a *Folha*, principal difusor de ideias ligadas a esses grupos. Por mais que seja um rearranjo de políticas regionais específicas do Pontal do Triângulo, os militares, ao fazer essas ações e alianças, garantiam o controle desses rincões do Brasil. Portanto, podemos afirmar que a ditadura dos militares, mesmo em seu início, desenvolveu um aparelho altamente sofisticado de controle regional.

A *Folha de Ituiutaba* tinha um projeto editorial e jornalístico em defesa de uma agenda progressista, que incorporava lutas que se diziam em favor dos trabalhadores, localmente, apoando greves em favor de melhores salários de servidores municipais, de trabalhadores rurais, e em favor de leis como a Semana Inglesa (com uma jornada de trabalho mais digna aos trabalhadores do comércio), um novo sistema tributário municipal voltado conforme o tamanho da propriedade, em favor de leis trabalhistas, como salário mínimo e férias. Apoiava medidas políticas de industrialização e desenvolvimento estrutural, como criação de estatais. Era em favor da reforma agrária, da estatização de empresas, de limitação de envio de lucros ao exterior, entre outros. Essas políticas eram alinhadas a uma elite política local nacionalista, formada por um grupo urbano, mas que também tinha pequenas propriedade rurais, que, como nos afirma Barbosa (2015), era formada por pequenos empresários, comerciantes e trabalhadores liberais.

Mas, apesar da ação política da *Folha* ser exposta nos escritos de suas páginas, como portador de ideias, o Jornal buscava mais vender do que doutrinar, isto é, procurava mais o ganho por meio de suas vendas e de sua publicidade, do que em criar consenso político, apesar de não deixar de fazer esse último, tendo em vista que era uma empresa, e, como tal, buscava o lucro. Dizemos isso porque esse aqui é um trabalho de recorte e

seleção. Selecionei muito mais os escritos de cunho político do que os que tinham outras qualidades que se sobressaem em número. Para Bourdieu (1997) uma determinada ideologia dos dirigentes do meio de comunicação não é solitária como responsável pelo que é produzido no Jornal, pois há variáveis que influenciam o campo do jornalismo, sendo, entre essas, a pressão econômica um dos principais fatores, sem contar o reconhecimento dos jornalistas pelos seus pares e pela maioria (o público leitor), buscando vendagem e lucro. Portanto, o jornalismo, apesar de exercer pressão sobre outros campos, como o da cultura, o jurídico, o literário, o artístico e o científico, o *mecanismo* do campo jornalístico está sujeito às exigências do mercado, de seus consumidores e anunciantes.

As ações persecutórias fizeram parte de um plano interligado de desmembramento e silenciamento das políticas de progressistas locais, que se diziam em favor dos trabalhadores, e a *Folha* era o principal meio de comunicação dessas lutas. A ação desmontou essa agenda política e ocupou o seu lugar com um grupo político que defendia os privilégios de latifundiários e donos de indústrias. Esse grupo conquistou a hegemonia política local em 1964. Nesse sentido interditar o Jornal e impedir sua circulação foi necessário, não apenas como maneira de interromper a condução de ideias e mensagens que o Jornal trazia semanalmente, em suas linhas, mas também de quebrar a articulação entre os gestores políticos trabalhistas e os trabalhadores. Os civis que apoiaram a ação pertenciam a diversas alas conservadoras da microrregião: católicos, burguesia urbana, proprietários rurais e donos de indústrias, que, com a ascensão dessas novas políticas e sujeitos, viam seus privilégios ameaçados.

Em 1964 as direitas locais tiveram a habilidade de se unificarem, aproveitando o momento nacional para fazer uma aliança política que buscou perseguir e neutralizar a crescente forma de reivindicação dos trabalhadores locais, derrotando esses setores das esquerdas e os que diziam defender seus projetos políticos e sociais, sendo desmontadas e desarticuladas por completo.

Mas se a *Folha* era um Jornal que lutava por maior participação política e social dos trabalhadores, em outros momentos, falhava dentro de uma maior participação de inclusão: as mulheres, os negros, os analfabetos e demais minorias, pouco ou sequer aparecem nas suas páginas, ou têm pífia participação na sua produção e escrita, sendo essa última restrita a homens, de classe média e urbanizados, muito, com formação de ensino superior, e que tinham capitais econômicos.

Estudar a *Folha de Ituiutaba* nos leva a pensar nos caminhos que ela construiu ao longo desses anos, tendo feito um trabalho profissional, engajado politicamente e articulado socialmente, sem deixar de visar ao lucro, como uma empresa que produzia e vendia. Nesse sentido, a *Folha de Ituiutaba*, apesar de suas particularidades, foi mais um produto da imprensa brasileira que, ao longo da história, foi vigiado, perseguido, fechado e impedido de exercer suas funções: informar, comunicar, se posicionar e agir.

REFERÊNCIAS

Fontes hemerográficas:**CORREIO DA MANHÃ:**

N.21.845, ano LXIV, Rio de Janeiro (RJ), 24 de jun. 1964.

CORREIO DE CAPINÓPOLIS:

N.01, ano I, Capinópolis (MG), 24 de set. 1964.

N.02, ano I, Capinópolis (MG), 24 de set. 1964.

N.03, ano I, Capinópolis (MG), 01 de out. 1964.

N.05, ano I, Capinópolis (MG), 15 de out. 1964.

N.06, ano I, Capinópolis (MG), 22 de out. 1964.

N.07, ano I, Capinópolis (MG), 29 de out. 1964.

N.10, ano I, Capinópolis (MG), 15 de nov. 1964.

N.12, ano I, Capinópolis (MG), 26 de nov. 1964.

N.14, ano I, Capinópolis (MG), 10 de dez. 1964.

N.15, ano I, Capinópolis (MG), 18 de dez. 1964.

N.18, ano I, Capinópolis (MG), 16 de jan. 1964.

N.19, ano I, Capinópolis (MG), 22 de jan. 1964.

N.21, ano I, Capinópolis (MG), 06 de fev. 1964.

N.22, ano I, Capinópolis (MG), 12 de fev. 1964.

N.23, ano I, Capinópolis (MG), 19 de fev. 1964.

N.24, ano I, Capinópolis (MG), 27 de fev. 1964.

N.25, ano I, Capinópolis (MG), 06 de mar. 1964.

N.26, ano I, Capinópolis (MG), 13 de mar. 1964.

N.27, ano I, Capinópolis (MG), 18 de mar. 1964.

N.28, ano I, Capinópolis (MG), 26 de mar. 1964.

N.30, ano I, Capinópolis (MG), 09 de abr. 1964.

N.32, ano I, Capinópolis (MG), 24 de abr. 1964.

N.33, ano I, Capinópolis (MG), 01 de mai. 1964.

N.34, ano I, Capinópolis (MG), 8 de mai. 1965.

CORREIO DO PONTAL:

N. 55, ano II, Ituiutaba (MG), 07 de fev. 1957.

N. 95, ano II, Ituiutaba (MG), 07 de set. 1957.

N. 96, ano II, Ituiutaba (MG), 15 de set. 1957.

N. 116, ano III, Ituiutaba (MG), 21 de fev. 1957.

CORREIO DO TRIÂNGULO:

N. 18, ano I, Ituiutaba (MG), 19 de mar. 1959.

N.01, ano I, Ituiutaba (MG), 07 de abr. 1964.

N.02, ano I, Ituiutaba (MG), 19 de abr. 1964.

N.03, ano I, Ituiutaba (MG), 10 de mai. 1964.

N.04, ano I, Ituiutaba (MG), 17 de mai. 1964.

N.05, ano I, Ituiutaba (MG), 24 de mai. 1964.

N.06, ano I, Ituiutaba (MG), 31 de mai. 1964.

N.07, ano I, Ituiutaba (MG), 07 de jun. 1964.

N.08, ano I, Ituiutaba (MG), 14 de jun. 1964.

N.09, ano I, Ituiutaba (MG), 21 de jun. 1964.

N.11, ano I, Ituiutaba (MG), 05 de jul. 1964.

N.12, ano I, Ituiutaba (MG), 12 de jul. 1964.

N.13, ano I, Ituiutaba (MG), 19 de jul. 1964.

N.14, ano I, Ituiutaba (MG), 26 de jul. 1964.

N.15, ano I, Ituiutaba (MG), 02 de ago. 1964.

N.16, ano I, Ituiutaba (MG), 09 de ago. 1964.

- N.17, ano I, Ituiutaba (MG), 16 de ago. 1964.
- N.18, ano I, Ituiutaba (MG), 23 de ago. 1964.
- N.20, ano I, Ituiutaba (MG), 06 de set. 1964.
- N.21, ano I, Ituiutaba (MG), 16 de set. 1964.
- N.22, ano I, Ituiutaba (MG), 24 de set. 1964.
- N.23, ano I, Ituiutaba (MG), 01 de out. 1964.
- N.25, ano I, Ituiutaba (MG), 15 de out. 1964.
- N.26, ano I, Ituiutaba (MG), 22 de out. 1964.
- N.29, ano I, Ituiutaba (MG), 13 de nov. 1964.
- N.31, ano I, Ituiutaba (MG), 26 de nov. 1964.
- N.34, ano I, Ituiutaba (MG), 18 de dez. 1964.
- N.37, ano I, Ituiutaba (MG), 16 de jan. 1965.
- N.38, ano I, Ituiutaba (MG), 22 de jan. 1965.
- N.40, ano I, Ituiutaba (MG), 06 de fev. 1965.
- N.41, ano I, Ituiutaba (MG), 12 de fev. 1965.
- N.42, ano I, Ituiutaba (MG), 19 de fev. 1965.
- N.43, ano I, Ituiutaba (MG), 27 de fev. 1965.
- N.44, ano I, Ituiutaba (MG), 06 de mar. 1965.
- N.45, ano I, Ituiutaba (MG), 13 de mar. 1965.
- N.46, ano I, Ituiutaba (MG), 18 de mar. 1965.
- N.47, ano I, Ituiutaba (MG), 26 de mar. 1965.
- N.49, ano II, Ituiutaba (MG), 09 de abr. 1965.
- N.51, ano II, Ituiutaba (MG), 24 de abr. 1965.
- N.52, ano II, Ituiutaba (MG), 01 de mai. 1965.
- N.53, ano II, Ituiutaba (MG), 8 de mai. 1965.
- N.54, ano II, Ituiutaba (MG), 14 de mai. 1965.
- N.55, ano II, Ituiutaba (MG), 22 de mai. 1965.

- N.57, ano II, Ituiutaba (MG), 04 de jun. 1965.
N.58, ano II, Ituiutaba (MG), 11 de jun. 1965.
N.60, ano II, Ituiutaba (MG), 26 de jun. 1965.
N.61, ano II, Ituiutaba (MG), 02 de jul. 1965.
N.64, ano II, Ituiutaba (MG), 23 de jul. 1965.
N.65, ano II, Ituiutaba (MG), 01 de ago. 1965.
N.66, ano II, Ituiutaba (MG), 14 de ago. 1965.
N.69, ano II, Ituiutaba (MG), 04 de set. 1965.
N.70, ano II, Ituiutaba (MG), 11 de set. 1965.
N.71, ano II, Ituiutaba (MG), 16 de set. 1965.
N.80, ano II, Ituiutaba (MG), 01 de dez. 1965.

FOLHA DE ITUIUTABA:

- N.303, ano VIII, Ituiutaba (MG), 08 de jan. 1949.
N.307, ano VIII, Ituiutaba (MG), 05 de fev. 1949.
N.323, ano VIII, Ituiutaba (MG), 28 de mai. 1949.
N.331, ano VIII, Ituiutaba (MG), 23 de jul. 1949.
N.379, ano IX, Ituiutaba (MG), 01 de jul. 1950.
N.396, ano IX, Ituiutaba (MG), 28 de out. 1950.
N.408, ano X, Ituiutaba (MG), 20 de jan. 1951.
N.435, ano X, Ituiutaba (MG), 14 de jul. 1951.
N.436, ano X, Ituiutaba (MG), 18 de jul. 1951.
N.437, ano X, Ituiutaba (MG), 21 de jul. 1951.
N.438, ano X, Ituiutaba (MG), 25 de jul. 1951.
N.439, ano X, Ituiutaba (MG), 28 de jul. 1951
N.440, ano X, Ituiutaba (MG), 01 de ago. 1951.
N.441, ano X, Ituiutaba (MG), 04 de ago. 1951.

- N.443, ano X, Ituiutaba (MG), 11 de ago. 1951.
- N.444, ano X, Ituiutaba (MG), 15 de ago. 1951.
- N.445, ano X, Ituiutaba (MG), 18 de ago. 1951.
- N.446, ano X, Ituiutaba (MG), 22 de ago. 1951.
- N.447, ano X, Ituiutaba (MG), 25 de ago. 1951.
- N.448, ano X, Ituiutaba (MG), 30 de ago. 1951.
- N.449, ano X, Ituiutaba (MG), 01 de set. 1951.
- N.451, ano X, Ituiutaba (MG), 22 de set. 1951.
- N.473, ano XI, Ituiutaba (MG), 05 de jan. 1952.
- N.474, ano XI, Ituiutaba (MG), 09 de jan. 1952.
- N.475, ano XI, Ituiutaba (MG), 12 de jan. 1952.
- N.478, ano XI, Ituiutaba (MG), 23 de jan. 1952.
- N.479, ano XI, Ituiutaba (MG), 26 de jan. 1952.
- N.480, ano XI, Ituiutaba (MG), 30 de jan. 1952.
- N.481, ano XI, Ituiutaba (MG), 02 de fev. 1952.
- N.482, ano XI, Ituiutaba (MG), 06 de fev. 1952.
- N.483, ano XI, Ituiutaba (MG), 09 de fev. 1952.
- N.484, ano XI, Ituiutaba (MG), 13 de fev. 1952.
- N.485, ano XI, Ituiutaba (MG), 16 de fev. 1952.
- N.488, ano XI, Ituiutaba (MG), 01 de mar. 1952.
- N.489, ano XI, Ituiutaba (MG), 05 de mar. 1952.
- N.490, ano XI, Ituiutaba (MG), 08 de mar. 1952.
- N.491, ano XI, Ituiutaba (MG), 12 de mar. 1952.
- N.492, ano XI, Ituiutaba (MG), 15 de mar. 1952.
- N.493, ano XI, Ituiutaba (MG), 19 de mar. 1952.
- N.495, ano XI, Ituiutaba (MG), 26 de mar. 1952.
- N.496, ano XI, Ituiutaba (MG), 29 de mar. 1952.

- N.534, ano XI, Ituiutaba (MG), 10 de set. 1952.
- N.535, ano XI, Ituiutaba (MG), 13 de set. 1952.
- N.536, ano XI, Ituiutaba (MG), 17 de set. 1952.
- N.538, ano XI, Ituiutaba (MG), 24 de set. 1952.
- N.540, ano XI, Ituiutaba (MG), 01 de out. 1952.
- N.541, ano XI, Ituiutaba (MG), 04 de out. 1952.
- N.542, ano XI, Ituiutaba (MG), 08 de out. 1952.
- N.543, ano XI, Ituiutaba (MG), 11 de out. 1952.
- N.546, ano XI, Ituiutaba (MG), 22 de out. 1952.
- N.547, ano XI, Ituiutaba (MG), 25 de out. 1952.
- N.548, ano XI, Ituiutaba (MG), 29 de out. 1952.
- N.549, ano XI, Ituiutaba (MG), 01 de nov. 1952.
- N.550, ano XI, Ituiutaba (MG), 05 de nov. 1952.
- N.551, ano XI, Ituiutaba (MG), 08 de nov. 1952.
- N.552, ano XI, Ituiutaba (MG), 12 de nov. 1952.
- N.553, ano XI, Ituiutaba (MG), 15 de nov. 1952.
- N.554, ano XI, Ituiutaba (MG), 19 de nov. 1952.
- N.556, ano XI, Ituiutaba (MG), 26 de nov. 1952.
- N.558, ano XI, Ituiutaba (MG), 03 de dez. 1952.
- N.560, ano XI, Ituiutaba (MG), 10 de dez. 1952.
- N.561, ano XI, Ituiutaba (MG), 13 de dez. 1952.
- N.562, ano XI, Ituiutaba (MG), 24 de dez. 1952.
- N.563, ano XI, Ituiutaba (MG), 27 de dez. 1952.
- N.564, ano XI, Ituiutaba (MG), 31 de dez. 1952.
- N.565, ano XII, Ituiutaba (MG), 03 de jan. 1953.
- N.568, ano XII, Ituiutaba (MG), 17 de jan. 1953.
- N.569, ano XII, Ituiutaba (MG), 21 de jan. 1953.

- N.570, ano XII, Ituiutaba (MG), 24 de jan. 1953.
- N.574, ano XII, Ituiutaba (MG), 07 de fev. 1953.
- N.586, ano XII, Ituiutaba (MG), 28 de mar. 1953.
- N.596, ano XII, Ituiutaba (MG), 09 de mai. 1953.
- N.602, ano XII, Ituiutaba (MG), 30 de mai. 1953.
- N.607, ano XII, Ituiutaba (MG), 20 de jun. 1953.
- N.618, ano XII, Ituiutaba (MG), 05 de ago. 1953.
- N.624, ano XII, Ituiutaba (MG), 29 de ago. 1953.
- N.625, ano XII, Ituiutaba (MG), 02 de set. 1953.
- N.639, ano XII, Ituiutaba (MG), 05 de dez. 1953.
- N.657, ano XIII, Ituiutaba (MG), 10 de abr. 1954.
- N.662, ano XIII, Ituiutaba (MG), 29 de mai. 1954.
- N.665, ano XIII, Ituiutaba (MG), 05 de jun. 1954.
- N.667, ano XIII, Ituiutaba (MG), 19 de jun. 1954.
- N.668, ano XIII, Ituiutaba (MG), 26 de jun. 1954.
- N.670, ano XIII, Ituiutaba (MG), 10 de jul. 1954.
- N.671, ano XIII, Ituiutaba (MG), 17 de jul. 1954.
- N.677, ano XIII, Ituiutaba (MG), 28 de ago. 1954.
- N.678, ano XIII, Ituiutaba (MG), 04 de set. 1954.
- N.683, ano XIII, Ituiutaba (MG), 09 de out. 1954.
- N.684, ano XIII, Ituiutaba (MG), 16 de out. 1954.
- N.685, ano XIII, Ituiutaba (MG), 23 de out. 1954.
- N.686, ano XIII, Ituiutaba (MG), 30 de out. 1954.
- N.687, ano XIII, Ituiutaba (MG), 06 de nov. 1954.
- N.688, ano XIII, Ituiutaba (MG), 13 de nov. 1954.
- N.689, ano XIII, Ituiutaba (MG), 20 de nov. 1954.
- N.690, ano XIII, Ituiutaba (MG), 27 de nov. 1954.

- N.693, ano XIII, Ituiutaba (MG), 18 de dez. 1954.
- N.694, ano XIII, Ituiutaba (MG), 25 de dez. 1954.
- N.696, ano XIV, Ituiutaba (MG), 08 de jan. 1955.
- N.697, ano XIV, Ituiutaba (MG), 15 de jan. 1955.
- N.698, ano XIV, Ituiutaba (MG), 22 de jan. 1955.
- N.699, ano XIV, Ituiutaba (MG), 29 de jan. 1955.
- N.700, ano XIV, Ituiutaba (MG), 05 de fev. 1955.
- N.701, ano XIV, Ituiutaba (MG), 12 de fev. 1955.
- N.702, ano XIV, Ituiutaba (MG), 19 de fev. 1955.
- N.704, ano XIV, Ituiutaba (MG), 05 de mar. 1955.
- N.705, ano XIV, Ituiutaba (MG), 12 de mar. 1955.
- N.708, ano XIV, Ituiutaba (MG), 02 de abr. 1955.
- N.709, ano XIV, Ituiutaba (MG), 09 de abr. 1955.
- N.711, ano XIV, Ituiutaba (MG), 23 de abr. 1955.
- N.712, ano XIV, Ituiutaba (MG), 30 de abr. 1955.
- N.713, ano XIV, Ituiutaba (MG), 07 de mai. 1955.
- N.714, ano XIV, Ituiutaba (MG), 14 de mai. 1955.
- N.716, ano XIV, Ituiutaba (MG), 28 de mai. 1955.
- N.717, ano XIV, Ituiutaba (MG), 04 de jun. 1955.
- N.720, ano XIV, Ituiutaba (MG), 25 de jun. 1955.
- N.721, ano XIV, Ituiutaba (MG), 02 de jul. 1955.
- N.722, ano XIV, Ituiutaba (MG), 09 de jul. 1955.
- N.723, ano XIV, Ituiutaba (MG), 16 de jul. 1955.
- N.723, ano XIV, Ituiutaba (MG), 16 de jul. 1955.
- N.724, ano XIV, Ituiutaba (MG), 23 de jul. 1955.
- N.725, ano XIV, Ituiutaba (MG), 30 de jul. 1955.
- N.726, ano XIV, Ituiutaba (MG), 06 de ago. 1955.

- N.727, ano XIV, Ituiutaba (MG), 13 de ago. 1955.
- N.728, ano XIV, Ituiutaba (MG), 20 de ago. 1955.
- N.729, ano XIV, Ituiutaba (MG), 27 de ago. 1955.
- N.730, ano XIV, Ituiutaba (MG), 03 de set. 1955.
- N.731, ano XIV, Ituiutaba (MG), 10 de set. 1955.
- N.732, ano XIV, Ituiutaba (MG), 17 de set. 1955.
- N.733, ano XIV, Ituiutaba (MG), 24 de set. 1955.
- N.733, ano XIV, Ituiutaba (MG), 01 de out. 1955.
- N.735, ano XIV, Ituiutaba (MG), 08 de out. 1955.
- N.737, ano XIV, Ituiutaba (MG), 22 de out. 1955.
- N.738, ano XIV, Ituiutaba (MG), 28 de out. 1955.
- N.739, ano XIV, Ituiutaba (MG), 05 de nov. 1955.
- N.741, ano XIV, Ituiutaba (MG), 19 de nov. 1955.
- N.742, ano XIV, Ituiutaba (MG), 26 de nov. 1955.
- N.743, ano XIV, Ituiutaba (MG), 03 de dez. 1955.
- N.744, ano XIV, Ituiutaba (MG), 10 de dez. 1955.
- N.746, ano XIV, Ituiutaba (MG), 24 de dez. 1955.
- N.747, ano XIV, Ituiutaba (MG), 31 de dez. 1955.
- N.748, ano XV, Ituiutaba (MG), 07 de jan. 1956.
- N.751, ano XV, Ituiutaba (MG), 28 de jan. 1956.
- N.752, ano XV, Ituiutaba (MG), 04 de fev. 1956.
- N.753, ano XIV, Ituiutaba (MG), 11 de fev. 1956.
- N.754, ano XV, Ituiutaba (MG), 18 de fev. 1956.
- N.755, ano XV, Ituiutaba (MG), 25 de fev. 1956.
- N.756, ano XV, Ituiutaba (MG), 03 de mar. 1956.
- N.757, ano XV, Ituiutaba (MG), 10 de mar. 1956.
- N.758, ano XV, Ituiutaba (MG), 17 de mar. 1956.

- N.759, ano XV, Ituiutaba (MG), 24 de mar. 1956.
- N.760, ano XV, Ituiutaba (MG), 31 de mar. 1956.
- N.761, ano XV, Ituiutaba (MG), 07 de abr. 1956.
- N.762, ano XV, Ituiutaba (MG), 14 de abr. 1956.
- N.763, ano XV, Ituiutaba (MG), 21 de abr. 1956.
- N.764, ano XV, Ituiutaba (MG), 28 de abr. 1956.
- N.765, ano XV, Ituiutaba (MG), 05 de mai. 1956.
- N.766, ano XV, Ituiutaba (MG), 12 de mai. 1956.
- N.767, ano XV, Ituiutaba (MG), 19 de mai. 1956.
- N.768, ano XV, Ituiutaba (MG), 26 de mai. 1956.
- N.769, ano XV, Ituiutaba (MG), 02 de jun. 1956.
- N.770, ano XV, Ituiutaba (MG), 09 de jun. 1956.
- N.771, ano XV, Ituiutaba (MG), 16 de jun. 1956.
- N.772, ano XV, Ituiutaba (MG), 23 de jun. 1956.
- N.773, ano XV, Ituiutaba (MG), 30 de jun. 1956.
- N.774, ano XV, Ituiutaba (MG), 07 de jul. 1956.
- N.776, ano XV, Ituiutaba (MG), 21 de jul. 1956.
- N.777, ano XV, Ituiutaba (MG), 28 de jul. 1956.
- N.778, ano XV, Ituiutaba (MG), 04 de ago. 1956.
- N.779, ano XV, Ituiutaba (MG), 11 de ago. 1956.
- N.780, ano XV, Ituiutaba (MG), 18 de ago. 1956.
- N.781, ano XV, Ituiutaba (MG), 25 de ago. 1956.
- N.783, ano XV, Ituiutaba (MG), 08 de set. 1956.
- N.784, ano XV, Ituiutaba (MG), 15 de set. 1956.
- N.785, ano XV, Ituiutaba (MG), 22 de set. 1956.
- N.786, ano XV, Ituiutaba (MG), 29 de set. 1956.
- N.787, ano XV, Ituiutaba (MG), 06 de out. 1956.

- N.788, ano XV, Ituiutaba (MG), 13 de out. 1956.
- N.789, ano XV, Ituiutaba (MG), 20 de out. 1956.
- N.790, ano XV, Ituiutaba (MG), 27 de out. 1956.
- N.791, ano XV, Ituiutaba (MG), 03 de nov. 1956.
- N.792, ano XV, Ituiutaba (MG), 10 de nov. 1956.
- N.793, ano XV, Ituiutaba (MG), 17 de nov. 1956.
- N.794, ano XV, Ituiutaba (MG), 24 de nov. 1956.
- N.795, ano XV, Ituiutaba (MG), 01 de dez. 1956.
- N.796, ano XV, Ituiutaba (MG), 08 de dez. 1956.
- N.797, ano XV, Ituiutaba (MG), 15 de dez. 1956.
- N.798, ano XV, Ituiutaba (MG), 24 de dez. 1956.
- N.799, ano XV, Ituiutaba (MG), 29 de dez. 1956.
- N.800, ano XVI, Ituiutaba (MG), 05 de jan. 1957.
- N.801, ano XVI, Ituiutaba (MG), 12 de jan. 1957.
- N.802, ano XVI, Ituiutaba (MG), 19 de jan. 1957.
- N.803, ano XVI, Ituiutaba (MG), 26 de jan. 1957.
- N.804, ano XVI, Ituiutaba (MG), 02 de fev. 1957.
- N.805, ano XVI, Ituiutaba (MG), 09 de fev. 1957.
- N.806, ano XVI, Ituiutaba (MG), 16 de fev. 1957.
- N.807, ano XVI, Ituiutaba (MG), 23 de fev. 1957.
- N.808, ano XVI, Ituiutaba (MG), 02 de mar. 1957.
- N.809, ano XVI, Ituiutaba (MG), 09 de mar. 1957.
- N.810, ano XVI, Ituiutaba (MG), 16 de mar. 1957.
- N.811, ano XVI, Ituiutaba (MG), 23 de mar. 1957.
- N.812, ano XVI, Ituiutaba (MG), 30 de mar. 1957.
- N.813, ano XVI, Ituiutaba (MG), 06 de abr. 1957.
- N.814, ano XVI, Ituiutaba (MG), 13 de abr. 1957.

- N.815, ano XVI, Ituiutaba (MG), 20 de abr. 1957.
- N.816, ano XVI, Ituiutaba (MG), 27 de abr. 1957.
- N.817, ano XVI, Ituiutaba (MG), 04 de mai. 1957.
- N.818, ano XVI, Ituiutaba (MG), 11 de mai. 1957.
- N.819, ano XVI, Ituiutaba (MG), 18 de mai. 1957.
- N.820, ano XVI, Ituiutaba (MG), 25 de mai. 1957.
- N.821, ano XVI, Ituiutaba (MG), 01 de jun. 1957.
- N.822, ano XVI, Ituiutaba (MG), 08 de jun. 1957.
- N.823, ano XVI, Ituiutaba (MG), 15 de jun. 1957.
- N.824, ano XVI, Ituiutaba (MG), 22 de jun. 1957.
- N.825, ano XVI, Ituiutaba (MG), 29 de jun. 1957.
- N.826, ano XVI, Ituiutaba (MG), 06 de jul. 1957.
- N.827, ano XVI, Ituiutaba (MG), 13 de jul. 1957.
- N.828, ano XVI, Ituiutaba (MG), 20 de jul. 1957.
- N.829, ano XVI, Ituiutaba (MG), 27 de jul. 1957.
- N.830, ano XVI, Ituiutaba (MG), 03 de ago. 1957.
- N.831, ano XVI, Ituiutaba (MG), 10 de ago. 1957.
- N.832, ano XVI, Ituiutaba (MG), 17 de ago. 1957.
- N.833, ano XVI, Ituiutaba (MG), 24 de ago. 1957.
- N.834, ano XVI, Ituiutaba (MG), 31 de ago. 1957.
- N.835, ano XVI, Ituiutaba (MG), 07 de set. 1957.
- N.836, ano XVI, Ituiutaba (MG), 16 de set. 1957.
- N.837, ano XVI, Ituiutaba (MG), 21 de set. 1957.
- N.838, ano XVI, Ituiutaba (MG), 28 de set. 1957.
- N.839, ano XVI, Ituiutaba (MG), 05 de out. 1957.
- N.840, ano XVI, Ituiutaba (MG), 12 de out. 1957.
- N.841, ano XVI, Ituiutaba (MG), 19 de out. 1957.

- N.842, ano XVI, Ituiutaba (MG), 26 de out. 1957.
- N.843, ano XVI, Ituiutaba (MG), 02 de nov. 1957.
- N.845, ano XVI, Ituiutaba (MG), 16 de nov. 1957.
- N.846, ano XVI, Ituiutaba (MG), 20 de nov. 1957.
- N.847, ano XVI, Ituiutaba (MG), 23 de nov. 1957.
- N.848, ano XVI, Ituiutaba (MG), 27 de nov. 1957.
- N.849, ano XVI, Ituiutaba (MG), 30 de nov. 1957.
- N.851, ano XVI, Ituiutaba (MG), 07 de dez. 1957.
- N.852, ano XVI, Ituiutaba (MG), 11 de dez. 1957.
- N.853, ano XVI, Ituiutaba (MG), 14 de dez. 1957.
- N.854, ano XVI, Ituiutaba (MG), 18 de dez. 1957.
- N.855, ano XVI, Ituiutaba (MG), 25 de dez. 1957.
- N.861, ano XVII, Ituiutaba (MG), 15 de jan. 1958.
- N.862, ano XVII, Ituiutaba (MG), 18 de jan. 1958.
- N.863, ano XVII, Ituiutaba (MG), 22 de jan. 1958.
- N.864, ano XVII, Ituiutaba (MG), 25 de jan. 1958.
- N.866, ano XVII, Ituiutaba (MG), 01 de fev. 1958.
- N.867, ano XVII, Ituiutaba (MG), 05 de fev. 1958.
- N.868, ano XVII, Ituiutaba (MG), 08 de fev. 1958.
- N.869, ano XVII, Ituiutaba (MG), 12 de fev. 1958.
- N.870, ano XVII, Ituiutaba (MG), 15 de fev. 1958.
- N.871, ano XVII, Ituiutaba (MG), 19 de fev. 1958.
- N.872, ano XVII, Ituiutaba (MG), 22 de fev. 1958.
- N.873, ano XVII, Ituiutaba (MG), 26 de fev. 1958.
- N.874, ano XVII, Ituiutaba (MG), 01 de mar. 1958.
- N.875, ano XVII, Ituiutaba (MG), 05 de mar. 1958.
- N.876, ano XVII, Ituiutaba (MG), 08 de mar. 1958.

- N.877, ano XVII, Ituiutaba (MG), 12 de mar. 1958.
- N.878, ano XVII, Ituiutaba (MG), 15 de mar. 1958
- N.879, ano XVII, Ituiutaba (MG), 19 de mar. 1958.
- N.880, ano XVII, Ituiutaba (MG), 22 de mar. 1958.
- N.881, ano XVII, Ituiutaba (MG), 26 de mar. 1958.
- N.882, ano XVII, Ituiutaba (MG), 29 de mar. 1958.
- N.883, ano XVII, Ituiutaba (MG), 02 de abr. 1958.
- N.884, ano XVII, Ituiutaba (MG), 19 de abr. 1958.
- N.885, ano XVII, Ituiutaba (MG), 26 de abr. 1958.
- N.886, ano XVII, Ituiutaba (MG), 03 de mai. 1958.
- N.887, ano XVII, Ituiutaba (MG), 10 de mai. 1958.
- N.888, ano XVII, Ituiutaba (MG), 17 de mai. 1958.
- N.889, ano XVII, Ituiutaba (MG), 14 de mai. 1958.
- N.890, ano XVII, Ituiutaba (MG), 31 de mai. 1958.
- N.891, ano XVII, Ituiutaba (MG), 07 de jun. 1958.
- N.892, ano XVII, Ituiutaba (MG), 14 de jun. 1958.
- N.893, ano XVII, Ituiutaba (MG), 21 de jun. 1958.
- N.895, ano XVII, Ituiutaba (MG), 05 de jul. 1958.
- N.896, ano XVII, Ituiutaba (MG), 12 de jul. 1958.
- N.897, ano XVII, Ituiutaba (MG), 19 de jul. 1958.
- N.898, ano XVII, Ituiutaba (MG), 26 de jul. 1958.
- N.899, ano XVII, Ituiutaba (MG), 20 de jul. 1958.
- N.900, ano XVII, Ituiutaba (MG), 02 de ago. 1958.
- N.901, ano XVII, Ituiutaba (MG), 06 de ago. 1958.
- N.904, ano XVII, Ituiutaba (MG), 19 de ago. 1958.
- N.906, ano XVII, Ituiutaba (MG), 27 de ago. 1958.
- N.907, ano XVII, Ituiutaba (MG), 30 de ago. 1958.

- N.908, ano XVII, Ituiutaba (MG), 03 de set. 1958.
- N.909, ano XVII, Ituiutaba (MG), 06 de set. 1958.
- N.910, ano XVII, Ituiutaba (MG), 10 de set. 1958.
- N.911, ano XVII, Ituiutaba (MG), 13 de set. 1958.
- N.912, ano XVII, Ituiutaba (MG), 17 de set. 1958.
- N.913, ano XVII, Ituiutaba (MG), 20 de set. 1958.
- N.914, ano XVII, Ituiutaba (MG), 24 de set. 1958.
- N.915, ano XVII, Ituiutaba (MG), 27 de set. 1958.
- N.916, ano XVII, Ituiutaba (MG), 30 de set. 1958.
- N.917, ano XVII, Ituiutaba (MG), 11 de out. 1958.
- N.918, ano XVII, Ituiutaba (MG), 15 de out. 1958.
- N.919, ano XVII, Ituiutaba (MG), 18 de out. 1958.
- N.920, ano XVII, Ituiutaba (MG), 25 de out. 1958.
- N.921, ano XVII, Ituiutaba (MG), 01 de nov. 1958.
- N.922, ano XVII, Ituiutaba (MG), 08 de nov. 1958.
- N.923, ano XVII, Ituiutaba (MG), 15 de nov. 1958.
- N.924, ano XVII, Ituiutaba (MG), 22 de nov. 1958.
- N.925, ano XVII, Ituiutaba (MG), 29 de nov. 1958.
- N.926, ano XVII, Ituiutaba (MG), 06 de dez. 1958.
- N.927, ano XVII, Ituiutaba (MG), 13 de dez. 1958.
- N.928, ano XVII, Ituiutaba (MG), 20 de dez. 1958.
- N.929, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 03 de jan. 1959.
- N.930, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 10 de jan. 1959.
- N.931, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 17 de jan. 1959.
- N.932, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 24 de jan. 1959.
- N.933, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 28 de jan. 1959.
- N.934, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 31 de jan. 1959.

- N.935, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 04 de fev. 1959.
- N.936, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 07 de fev. 1959.
- N.937, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 14 de fev. 1959.
- N.938, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 18 de fev. 1959.
- N.939, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 20 de fev. 1959.
- N.940, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 25 de fev. 1959.
- N.941, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 28 de fev. 1959.
- N.942, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 04 de mar. 1959.
- N.943, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 07 de mar. 1959.
- N.944, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 11 de mar. 1959.
- N.945, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 14 de mar. 1959.
- N.946, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 18 de mar. 1959.
- N.947, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 21 de mar. 1959.
- N.948, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 25 de mar. 1959.
- N.949, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 01 de abr. 1959.
- N.950, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 04 de abr. 1959.
- N.951, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 11 de abr. 1959.
- N.952, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 15 de abr. 1959.
- N.954, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 25 de abr. 1959.
- N.955, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 29 de abr. 1959.
- N.956, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 02 de mai. 1959.
- N.957, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 06 de mai. 1959.
- N.958, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 09 de mai. 1959.
- N.959, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 13 de mai. 1959.
- N.960, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 16 de mai. 1959.
- N.961, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 20 de mai. 1959.
- N.962, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 23 de mai. 1959.

- N.963, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 27 de mai. 1959.
- N.964, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 30 de mai. 1959.
- N.973, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 04 de jul. 1959.
- N.974, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 08 de jul. 1959.
- N.975, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 11 de jul. 1959.
- N.976, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 15 de jul. 1959.
- N.978, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 25 de jul. 1959.
- N.979, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 01 de ago. 1959.
- N.980, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 08 de ago. 1959.
- N.981, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 12 de ago. 1959.
- N.982, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 15 de ago. 1959.
- N.983, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 19 de ago. 1959.
- N.984, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 22 de ago. 1959.
- N.985, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 29 de ago. 1959.
- N.987, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 12 de set. 1959.
- N.989, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 26 de set. 1959.
- N.990, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 03 de out. 1959.
- N.990, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 03 de out. 1959.
- N.991, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 10 de out. 1959.
- N.992, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 17 de out. 1959.
- N.993, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 24 de out. 1959.
- N.997, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 28 de nov. 1959.
- N.998, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 05 de dez. 1959.
- N.1000, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 19 de dez. 1959.
- N.1000, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 19 de dez. 1959.
- N.1002, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 02 de jan. 1960.
- N.1003, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 09 de jan. 1960.

- N.1004, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 16 de jan. 1960.
- N.1004, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 16 de jan. 1960.
- N.1005, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 23 de jan. 1960.
- N.1007, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 06 de fev. 1960.
- N.1009, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 20 de fev. 1960.
- N.1010, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 27 de fev. 1960.
- N.1012, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 12 de mar. 1960.
- N.1015, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 02 de abr. 1960.
- N.1016, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 09 de abr. 1960.
- N.1017, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 23 de abr. 1960.
- N.1018, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 30 de abr. 1960.
- N.1020, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 14 de mai. 1960.
- N.1021, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 18 de mai. 1960.
- N.1022, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 21 de mai. 1960.
- N.1023, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 25 de mai. 1960.
- N.1024, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 28 de mai. 1960.
- N.1025, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 01 de jun. 1960.
- N.1026, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 04 de jun. 1960.
- N.1027, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 08 de jun. 1960.
- N.1028, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 11 de jun. 1960.
- N.1029, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 18 de jun. 1960.
- N.1030, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 22 de jun. 1960.
- N.1031, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 25 de jun. 1960.
- N.1032, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 29 de jun. 1960.
- N.1033, ano XVIII, Ituiutaba (MG), 02 de jul. 1960.
- N.1034, ano XIX, Ituiutaba (MG), 06 de jul. 1960.
- N.1035, ano XIX, Ituiutaba (MG), 09 de jul. 1960.

- N.1036, ano XIX, Ituiutaba (MG), 13 de jul. 1960.
- N.1037, ano XIX, Ituiutaba (MG), 16 de jul. 1960.
- N.1038, ano XIX, Ituiutaba (MG), 20 de jul. 1960.
- N.1040, ano XIX, Ituiutaba (MG), 27 de jul. 1960.
- N.1041, ano XIX, Ituiutaba (MG), 30 de jul. 1960.
- N.1042, ano XIX, Ituiutaba (MG), 03 de ago. 1960.
- N.1043, ano XIX, Ituiutaba (MG), 06 de ago. 1960.
- N.1044, ano XIX, Ituiutaba (MG), 10 de ago. 1960.
- N.1045, ano XIX, Ituiutaba (MG), 13 de ago. 1960.
- N.1048, ano XIX, Ituiutaba (MG), 20 de ago. 1960.
- N.1049, ano XIX, Ituiutaba (MG), 31 de ago. 1960.
- N.1050, ano XIX, Ituiutaba (MG), 03 de set. 1960.
- N.1053, ano XIX, Ituiutaba (MG), 16 de set. 1960.
- N.1054, ano XIX, Ituiutaba (MG), 21 de set. 1960.
- N.1055, ano XIX, Ituiutaba (MG), 24 de set. 1960.
- N.1059, ano XIX, Ituiutaba (MG), 15 de out. 1960.
- N.1060, ano XIX, Ituiutaba (MG), 19 de out. 1960.
- N.1061, ano XIX, Ituiutaba (MG), 22 de out. 1960.
- N.1061, ano XIX, Ituiutaba (MG), 22 de out. 1960.
- N.1068, ano XIX, Ituiutaba (MG), 26 de nov. 1960.
- N.1070, ano XIX, Ituiutaba (MG), 03 de dez. 1960.
- N.1072, ano XIX, Ituiutaba (MG), 10 de dez. 1960.
- N.1073, ano XIX, Ituiutaba (MG), 14 de dez. 1960.
- N.1074, ano XIX, Ituiutaba (MG), 31 de dez. 1960.
- N.1075, ano XIX, Ituiutaba (MG), 07 de jan. 1961.
- N.1076, ano XIX, Ituiutaba (MG), 11 de jan. 1961.
- N.1077, ano XIX, Ituiutaba (MG), 14 de jan. 1961.

- N.1078, ano XIX, Ituiutaba (MG), 18 de jan. 1961.
- N.1079, ano XIX, Ituiutaba (MG), 21 de jan. 1961.
- N.1080, ano XIX, Ituiutaba (MG), 25 de jan. 1961.
- N.1081, ano XIX, Ituiutaba (MG), 28 de jan. 1961.
- N.1082, ano XIX, Ituiutaba (MG), 01 de fev. 1961.
- N.1083, ano XIX, Ituiutaba (MG), 04 de fev. 1961.
- N.1084, ano XIX, Ituiutaba (MG), 11 de fev. 1961.
- N.1085, ano XIX, Ituiutaba (MG), 18 de fev. 1961.
- N.1086, ano XIX, Ituiutaba (MG), 25 de fev. 1961.
- N.1087, ano XIX, Ituiutaba (MG), 04 de mar. 1961.
- N.1088, ano XIX, Ituiutaba (MG), 08 de mar. 1961.
- N.1089, ano XIX, Ituiutaba (MG), 11 de mar. 1961.
- N.1090, ano XIX, Ituiutaba (MG), 18 de mar. 1961.
- N.1091, ano XIX, Ituiutaba (MG), 25 de mar. 1961.
- N.1092, ano XIX, Ituiutaba (MG), 05 de abr. 1961.
- N.1093, ano XIX, Ituiutaba (MG), 08 de abr. 1961.
- N.1094, ano XIX, Ituiutaba (MG), 12 de abr. 1961.
- N.1095, ano XIX, Ituiutaba (MG), 15 de abr. 1961.
- N.1096, ano XIX, Ituiutaba (MG), 19 de abr. 1961.
- N.1097, ano XIX, Ituiutaba (MG), 22 de abr. 1961.
- N.1098, ano XIX, Ituiutaba (MG), 26 de abr. 1961.
- N.1099, ano XIX, Ituiutaba (MG), 29 de abr. 1961.
- N.1100, ano XIX, Ituiutaba (MG), 06 de mai. 1961.
- N.1101, ano XIX, Ituiutaba (MG), 13 de mai. 1961.
- N.1102, ano XIX, Ituiutaba (MG), 20 de mai. 1961.
- N.1103, ano XIX, Ituiutaba (MG), 24 de mai. 1961.
- N.1104, ano XIX, Ituiutaba (MG), 27 de mai. 1961.

- N.1105, ano XIX, Ituiutaba (MG), 31 de mai. 1961.
- N.1106, ano XIX, Ituiutaba (MG), 03 de jun. 1961.
- N.1107, ano XIX, Ituiutaba (MG), 07 de jun. 1961.
- N.1108, ano XIX, Ituiutaba (MG), 10 de jun. 1961.
- N.1109, ano XIX, Ituiutaba (MG), 17 de jun. 1961.
- N.1110, ano XIX, Ituiutaba (MG), 24 de jun. 1961.
- N.1111, ano XIX, Ituiutaba (MG), 01 de jul. 1961.
- N.1112, ano XIX, Ituiutaba (MG), 08 de jul. 1961.
- N.1113, ano XIX, Ituiutaba (MG), 15 de jul. 1961.
- N.1114, ano XIX, Ituiutaba (MG), 22 de jul. 1961.
- N.1115, ano XIX, Ituiutaba (MG), 29 de jul. 1961.
- N.1116, ano XIX, Ituiutaba (MG), 02 de ago. 1961.
- N.1117, ano XIX, Ituiutaba (MG), 09 de ago. 1961.
- N.1118, ano XIX, Ituiutaba (MG), 12 de ago. 1961.
- N.1119, ano XIX, Ituiutaba (MG), 19 de ago. 1961.
- N.1120, ano XIX, Ituiutaba (MG), 26 de ago. 1961.
- N.1121, ano XIX, Ituiutaba (MG), 30 de ago. 1961.
- N.1122, ano XIX, Ituiutaba (MG), 02 de set. 1961.
- N.1123, ano XIX, Ituiutaba (MG), 09 de set. 1961.
- N.1125, ano XIX, Ituiutaba (MG), 07 de out. 1961.
- N.1126, ano XIX, Ituiutaba (MG), 14 de out. 1961.
- N.1127, ano XIX, Ituiutaba (MG), 21 de out. 1961.
- N.1128, ano XIX, Ituiutaba (MG), 28 de out. 1961.
- N.1129, ano XIX, Ituiutaba (MG), 04 de nov. 1961.
- N.1130, ano XIX, Ituiutaba (MG), 08 de nov. 1961.
- N.1131, ano XIX, Ituiutaba (MG), 11 de nov. 1961.
- N.1132, ano XIX, Ituiutaba (MG), 15 de nov. 1961.

- N.1133, ano XIX, Ituiutaba (MG), 18 de nov. 1961.
- N.1134, ano XIX, Ituiutaba (MG), 22 de nov. 1961.
- N.1135, ano XIX, Ituiutaba (MG), 25 de nov. 1961.
- N.1136, ano XIX, Ituiutaba (MG), 29 de nov. 1961.
- N.1137, ano XIX, Ituiutaba (MG), 02 de dez. 1961.
- N.1138, ano XIX, Ituiutaba (MG), 06 de dez. 1961.
- N.1139, ano XIX, Ituiutaba (MG), 09 de dez. 1961.
- N.1140, ano XIX, Ituiutaba (MG), 16 de dez. 1961.
- N.1142, ano XIX, Ituiutaba (MG), 23 de dez. 1961.
- N.1143, ano XIX, Ituiutaba (MG), 30 de dez. 1961.
- N.1145, ano XX, Ituiutaba (MG), 06 de jan. 1962.
- N.1146, ano XX, Ituiutaba (MG), 10 de jan. 1962.
- N.1147, ano XX, Ituiutaba (MG), 13 de jan. 1962.
- N.1148, ano XX, Ituiutaba (MG), 17 de jan. 1962.
- N.1149, ano XX, Ituiutaba (MG), 20 de jan. 1962.
- N.1150, ano XX, Ituiutaba (MG), 24 de jan. 1962.
- N.1151, ano XX, Ituiutaba (MG), 27 de jan. 1962.
- N.1152, ano XX, Ituiutaba (MG), 31 de jan. 1962.
- N.1153, ano XX, Ituiutaba (MG), 03 de fev. 1962.
- N.1156, ano XX, Ituiutaba (MG), 14 de fev. 1962.
- N.1157, ano XX, Ituiutaba (MG), 17 de fev. 1962.
- N.1158, ano XX, Ituiutaba (MG), 21 de fev. 1962.
- N.1159, ano XX, Ituiutaba (MG), 24 de fev. 1962.
- N.1160, ano XX, Ituiutaba (MG), 28 de fev. 1962.
- N.1161, ano XX, Ituiutaba (MG), 03 de mar. 1962.
- N.1164, ano XX, Ituiutaba (MG), 14 de mar. 1962.
- N.1165, ano XX, Ituiutaba (MG), 24 de mar. 1962.

- N.1166, ano XX, Ituiutaba (MG), 31 de mar. 1962.
- N.1167, ano XX, Ituiutaba (MG), 04 de abr. 1962.
- N.1168, ano XX, Ituiutaba (MG), 07 de abr. 1962.
- N.1169, ano XX, Ituiutaba (MG), 11 de abr. 1962.
- N.1170, ano XX, Ituiutaba (MG), 14 de abr. 1962.
- N.1171, ano XX, Ituiutaba (MG), 18 de abr. 1962.
- N.1172, ano XX, Ituiutaba (MG), 25 de abr. 1962.
- N.1173, ano XX, Ituiutaba (MG), 28 de abr. 1962.
- N.1174, ano XX, Ituiutaba (MG), 05 de mai. 1962.
- N.1175, ano XX, Ituiutaba (MG), 09 de mai. 1962.
- N.1176, ano XX, Ituiutaba (MG), 12 de mai. 1962.
- N.1177, ano XX, Ituiutaba (MG), 16 de mai. 1962.
- N.1178, ano XX, Ituiutaba (MG), 23 de mai. 1962.
- N.1179, ano XX, Ituiutaba (MG), 26 de mai. 1962.
- N.1180, ano XX, Ituiutaba (MG), 02 de jun. 1962.
- N.1181, ano XX, Ituiutaba (MG), 06 de jun. 1962.
- N.1182, ano XX, Ituiutaba (MG), 09 de jun. 1962.
- N.1183, ano XX, Ituiutaba (MG), 13 de jun. 1962.
- N.1184, ano XX, Ituiutaba (MG), 16 de jun. 1962.
- N.1185, ano XX, Ituiutaba (MG), 20 de jun. 1962.
- N.1186, ano XX, Ituiutaba (MG), 23 de jun. 1962.
- N.1187, ano XX, Ituiutaba (MG), 30 de jun. 1962.
- N.1188, ano XXI, Ituiutaba (MG), 04 de jul. 1962.
- N.1189, ano XXI, Ituiutaba (MG), 07 de jul. 1962.
- N.1190, ano XXI, Ituiutaba (MG), 11 de jul. 1962.
- N.1191, ano XXI, Ituiutaba (MG), 14 de jul. 1962.
- N.1192, ano XXI, Ituiutaba (MG), 21 de jul. 1962.

- N.1193, ano XXI, Ituiutaba (MG), 25 de jul. 1962.
- N.1194, ano XXI, Ituiutaba (MG), 28 de jul. 1962.
- N.1195, ano XXI, Ituiutaba (MG), 01 de ago. 1962.
- N.1196, ano XXI, Ituiutaba (MG), 04 de ago. 1962.
- N.1197, ano XXI, Ituiutaba (MG), 11 de ago. 1962.
- N.1198, ano XXI, Ituiutaba (MG), 15 de ago. 1962.
- N.1199, ano XXI, Ituiutaba (MG), 18 de ago. 1962.
- N.1200, ano XXI, Ituiutaba (MG), 25 de ago. 1962.
- N.1201, ano XXI, Ituiutaba (MG), 28 de ago. 1962.
- N.1202, ano XXI, Ituiutaba (MG), 01 de set. 1962.
- N.1203, ano XXI, Ituiutaba (MG), 05 de set. 1962.
- N.1204, ano XXI, Ituiutaba (MG), 08 de set. 1962.
- N.1205, ano XXI, Ituiutaba (MG), 12 de set. 1962.
- N.1206, ano XXI, Ituiutaba (MG), 15 de set. 1962.
- N.1207, ano XXI, Ituiutaba (MG), 19 de set. 1962.
- N.1208, ano XXI, Ituiutaba (MG), 22 de set. 1962.
- N.1209, ano XXI, Ituiutaba (MG), 26 de set. 1962.
- N.1210, ano XXI, Ituiutaba (MG), 03 de out. 1962.
- N.1211, ano XXI, Ituiutaba (MG), 06 de out. 1962.
- N.1212, ano XXI, Ituiutaba (MG), 13 de out. 1962.
- N.1213, ano XXI, Ituiutaba (MG), 20 de out. 1962.
- N.1214, ano XXI, Ituiutaba (MG), 27 de out. 1962.
- N.1215, ano XXI, Ituiutaba (MG), 07 de nov. 1962.
- N.1216, ano XXI, Ituiutaba (MG), 10 de nov. 1962.
- N.1217, ano XXI, Ituiutaba (MG), 14 de nov. 1962.
- N.1218, ano XXI, Ituiutaba (MG), 17 de nov. 1962.
- N.1219, ano XXI, Ituiutaba (MG), 21 de nov. 1962.

- N.1220, ano XXI, Ituiutaba (MG), 24 de nov. 1962.
- N.1221, ano XXI, Ituiutaba (MG), 28 de nov. 1962.
- N.1222, ano XXI, Ituiutaba (MG), 01 de dez. 1962.
- N.1223, ano XXI, Ituiutaba (MG), 08 de dez. 1962.
- N.1224, ano XXI, Ituiutaba (MG), 12 de dez. 1962.
- N.1225, ano XXI, Ituiutaba (MG), 15 de dez. 1962.
- N.1226, ano XXI, Ituiutaba (MG), 19 de dez. 1962.
- N.1227, ano XXI, Ituiutaba (MG), 22 de dez. 1962.
- N.1229, ano XXII, Ituiutaba (MG), 05 de jan. 1963.
- N.1230, ano XXII, Ituiutaba (MG), 09 de jan. 1963.
- N.1231, ano XXII, Ituiutaba (MG), 16 de jan. 1963.
- N.1233, ano XXII, Ituiutaba (MG), 19 de jan. 1963.
- N.1234, ano XXII, Ituiutaba (MG), 23 de jan. 1963.
- N.1235, ano XXII, Ituiutaba (MG), 26 de jan. 1963.
- N.1236, ano XXII, Ituiutaba (MG), 02 de fev. 1963.
- N.1237, ano XXII, Ituiutaba (MG), 06 de fev. 1963.
- N.1238, ano XXII, Ituiutaba (MG), 09 de fev. 1963
- N.1239, ano XXII, Ituiutaba (MG), 13 de fev. 1963.
- N.1240, ano XXII, Ituiutaba (MG), 16 de fev. 1963.
- N.1241, ano XXII, Ituiutaba (MG), 20 de fev. 1963.
- N.1242, ano XXII, Ituiutaba (MG), 23 de fev. 1963.
- N.1243, ano XXII, Ituiutaba (MG), 02 de mar. 1963.
- N.1244, ano XXII, Ituiutaba (MG), 09 de mar. 1963.
- N.1245, ano XXII, Ituiutaba (MG), 13 de mar. 1963.
- N.1246, ano XXII, Ituiutaba (MG), 16 de mar. 1963.
- N.1247, ano XXII, Ituiutaba (MG), 23 de mar. 1963.
- N.1248, ano XXII, Ituiutaba (MG), 27 de mar. 1963.

- N.1249, ano XXII, Ituiutaba (MG), 30 de mar. 1963.
- N.1250, ano XXII, Ituiutaba (MG), 03 de abr. 1963.
- N.1251, ano XXII, Ituiutaba (MG), 06 de abr. 1963.
- N.1252, ano XXII, Ituiutaba (MG), 24 de abr. 1963.
- N.1253, ano XXII, Ituiutaba (MG), 27 de abr. 1963.
- N.1254, ano XXII, Ituiutaba (MG), 11 de mai. 1963.
- N.1255, ano XXII, Ituiutaba (MG), 15 de mai. 1963.
- N.1256, ano XXII, Ituiutaba (MG), 18 de mai. 1963.
- N.1257, ano XXII, Ituiutaba (MG), 22 de mai. 1963.
- N.1258, ano XXII, Ituiutaba (MG), 25 de mai. 1963.
- N.1259, ano XXII, Ituiutaba (MG), 19 de jun. 1963.
- N.1260, ano XXII, Ituiutaba (MG), 22 de jun. 1963.
- N.1261, ano XXII, Ituiutaba (MG), 26 de jun. 1963.
- N.1262, ano XXII, Ituiutaba (MG), 29 de jun. 1963.
- N.1263, ano XXII, Ituiutaba (MG), 03 de jul. 1963.
- N.1264, ano XXII, Ituiutaba (MG), 06 de jul. 1963.
- N.1265, ano XXII, Ituiutaba (MG), 10 de jul. 1963.
- N.1266, ano XXII, Ituiutaba (MG), 13 de jul. 1963.
- N.1267, ano XXII, Ituiutaba (MG), 17 de jul. 1963.
- N.1268, ano XXII, Ituiutaba (MG), 20 de jul. 1963.
- N.1269, ano XXII, Ituiutaba (MG), 24 de jul. 1963.
- N.1270, ano XXII, Ituiutaba (MG), 27 de jul. 1963.
- N.1271, ano XXII, Ituiutaba (MG), 31 de jul. 1963.
- N.1272, ano XXII, Ituiutaba (MG), 03 de ago. 1963.
- N.1273, ano XXII, Ituiutaba (MG), 07 de ago. 1963.
- N.1274, ano XXII, Ituiutaba (MG), 10 de ago. 1963.
- N.1275, ano XXII, Ituiutaba (MG), 17 de ago. 1963.

- N.1276, ano XXII, Ituiutaba (MG), 24 de ago. 1963.
- N.1277, ano XXII, Ituiutaba (MG), 28 de ago. 1963.
- N.1278, ano XXII, Ituiutaba (MG), 31 de ago. 1963.
- N.1279, ano XXII, Ituiutaba (MG), 04 de set. 1963.
- N.1280, ano XXII, Ituiutaba (MG), 07 de set. 1963.
- N.1281, ano XXII, Ituiutaba (MG), 11 de set. 1963.
- N.1282, ano XXII, Ituiutaba (MG), 16 de set. 1963.
- N.1283, ano XXII, Ituiutaba (MG), 21 de set. 1963.
- N.1284, ano XXII, Ituiutaba (MG), 28 de set. 1963.
- N.1285, ano XXII, Ituiutaba (MG), 05 de out. 1963.
- N.1286, ano XXII, Ituiutaba (MG), 09 de out. 1963.
- N.1287, ano XXII, Ituiutaba (MG), 12 de out. 1963.
- N.1288, ano XXII, Ituiutaba (MG), 16 de out. 1963.
- N.1289, ano XXII, Ituiutaba (MG), 26 de out. 1963.
- N.1291, ano XXII, Ituiutaba (MG), 30 de out. 1963.
- N.1292, ano XXII, Ituiutaba (MG), 06 de nov. 1963.
- N.1293, ano XXII, Ituiutaba (MG), 09 de nov. 1963.
- N.1294, ano XXII, Ituiutaba (MG), 13 de nov. 1963.
- N.1295, ano XXII, Ituiutaba (MG), 16 de nov. 1963.
- N.1296, ano XXII, Ituiutaba (MG), 20 de nov. 1963.
- N.1297, ano XXII, Ituiutaba (MG), 23 de nov. 1963.
- N.1298, ano XXII, Ituiutaba (MG), 27 de nov. 1963.
- N.1299, ano XXII, Ituiutaba (MG), 30 de nov. 1963.
- N.1300, ano XXII, Ituiutaba (MG), 07 de dez. 1963.
- N.1301, ano XXII, Ituiutaba (MG), 11 de dez. 1963.
- N.1302, ano XXII, Ituiutaba (MG), 14 de dez. 1963.
- N.1303, ano XXII, Ituiutaba (MG), 24 de dez. 1963.

N.1304, ano XXII, Ituiutaba (MG), 01 de fev. 1964.

N.1306, ano XXII, Ituiutaba (MG), 08 de fev. 1964.

N.1307, ano XXII, Ituiutaba (MG), 15 de fev. 1964.

N.1308, ano XXII, Ituiutaba (MG), 19 de fev. 1964.

N.1309, ano XXII, Ituiutaba (MG), 22 de fev. 1964.

N.1310, ano XXII, Ituiutaba (MG), 26 de fev. 1964.

N.1311, ano XXII, Ituiutaba (MG), 29 de fev. 1964.

N.1312, ano XXII, Ituiutaba (MG), 07 de mar. 1964.

N.1313, ano XXII, Ituiutaba (MG), 14 de mar. 1964.

N.1314, ano XXII, Ituiutaba (MG), 25 de mar. 1964.

LAVOURA E COMÉRCIO:

N. 6.757. Ano XXXVI, Uberaba (MG), 23 de nov. 1934

Fontes Textuais:

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 001, Pasta 0005.

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 001, Pasta 0008.

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 005, Pasta 0055.

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 008, Pasta 0078.

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 008, Pasta 0085.

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 008, Pasta 0087.

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 018, Pasta 0269.

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 046, Pasta 3809

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 048, Pasta 3883.

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 048, Pasta 3884.

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 048, Pasta 3885.

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 048, Pasta 3886.

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 049, Pasta 3882.

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 053, Pasta 4084.

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 068, Pasta 4684.

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 097, Pasta 5489.

MOREIRA, Geraldo Sétimo. *Narrativa*. Acervo da família. 7 e 8 de abr. de 1964, 8p.

STF. *Recurso Ordinário Criminal nº 1070*. Minas Gerais. Relator Gonçalves de Oliveira. Publicado em 07 de dez. de 1966.

Fontes Orais:

BARROS JUNIOR, Cícero. *Cícero de Barros Junior*: depoimento [23 de Fev.2013]. Entrevistadores: Caio Vinicius de C. Ferreira, Iago de P. Barbosa e Tamara Coimbra. Ituiutaba-MG: 2013. Entrevista concedida ao Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal – CEPDOMP.

COSTA, Lazaro Francisco. *Lazaro Francisco Costa*: depoimento [23 de out.2011]. Entrevistador: Caio Vinicius de C. Ferreira. Ituiutaba-MG: 2011. Entrevista concedida á pesquisa Memórias da Repressão: o Golpe civil-Militar em Ituiutaba – MG (1964).

COSTA, Rui. *Rui Costa*: depoimento [14 de agos. 2008]. Entrevistadores: Caio Vinicius de C. Ferreira e Nathalia H. T. Zanco. Ituiutaba-MG:2011. Entrevista concedida á pesquisa Memórias da Repressão: o Golpe civil-Militar em Ituiutaba – MG (1964).

DIB, Fued. *Fued Dib*: Depoimento [09 de set.2009]. Entrevistador: Pedro Affonso Oliveira. Ituiutaba-MG: 2009. Entrevista concedida ao *Projeto Memória, História e Cidadania* - os sujeitos sociais e históricos e as suas relações nas e com as cidades no Pontal do Triângulo Mineiro.

FAISSOL, Afonso Arinos de Andrade. *Afonso Arinos de Andrade Faissol e Carmen Sílvia Chaves Faissol*: Depoimento [23 de mai.2012] Entrevistadores: C. V. C. Ferreira, Dalva Maria de O. Silva e Maria F. A. Ferreira. Ituiutaba-MG: 2013. Entrevista concedida ao Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal – CEPDOMP.

FAISSOL, Carmen Sílvia Chaves. *Afonso Arinos de Andrade Faissol e Carmen Sílvia Chaves Faissol*: Depoimento [23 de mai.2012] Entrevistadores: Caio Vinicius de C. Ferreira, Dalva Maria de O. Silva e Maria F. A. Ferreira. Ituiutaba-MG: 2013. Entrevista concedida ao Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal – CEPDOMP.

OLIVEIRA, José Arantes de. *José Arantes de Oliveira*: Depoimento [06 de novembro de 2012]. Entrevistadores: C. V. C. Ferreira, D. .M. O. Silva e T. Coimbra. Ituiutaba-MG: 2013. Entrevista concedida ao Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal – CEPDOMP.

OLIVEIRA, José Arantes de. *José Arantes de Oliveira*: Depoimento [19 de nov. 2015]. Entrevistador: Caio Vinicius de C. Ferreira. Ituiutaba-MG: 2015. Entrevista concedida a pesquisas de mestrado: Política, Perseguição, Imprensa Local: O Golpe De 1964 no Pontal do Triângulo Mineiro.

OLIVEIRA, Rodolfo Leite. *Rodolfo Leite de Oliveira*: Depoimento [27 de abr. 2012]. Entrevistadores: Iago de Paula Barbosa; Bárbara Quadros Macedo Riqueti. Ituiutaba-MG: 2012. Entrevista concedida para trabalho de conclusão de curso.

SILVA, Ercílio Domingues. *Ercílio Domingues Silva*: Depoimento [26 de set.1995] Entrevistadora: Dalva Maria de O. Silva. Ituiutaba-MG:1995. Entrevista concedida a pesquisas de mestrado: Memória: Lembrança e Esquecimento. Trabalhadores nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro. 1950 e 1960.

TANNUS, Sammir. *Sammir Tannus*: Depoimento [18 de nov. 2015]. Entrevistador: Caio Vinicius de C. Ferreira. Ituiutaba-MG: 2015. Entrevista concedida a pesquisas de

mestrado: Política, Perseguição, Imprensa Local: O Golpe De 1964 no Pontal do Triângulo Mineiro.

TANNUS, Sammir. *Sammir Tannus*: Depoimento [24 de out. 2011]. Entrevistadores: Iago de P. Barbosa e Leonardo S. Oliveira. Ituiutaba-MG: 2011. Entrevista concedida para trabalho de conclusão de curso.

Sites e blogs consultados:

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Arquivos da Polícia Política: dados da Pasta 4684*. Belo Horizonte (MG). Disponível em <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=4684>> Acesso em 02 de jun. 2020.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Memorial da Imprensa: hemeroteca digital do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*. Belo Horizonte (MG). Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/memorial_impressa/> Acesso em 17 de out. 2019.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. *Morre o ex-deputado Luiz Alberto Franco Junqueira*. Belo Horizonte (MG), 2017. Disponível em <https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2014/06/23_obituario_luiz_junqueira.html> Acesso em 13 de abr. 2020.

BIBLIOTECANA NACIONAL BRASILEIRA. *Hemeroteca Digital Brasileira*. Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em 17 de out. 2019.

DINES, Alberto. Empastelamento, modo de emprego. 06/11/2006. Disponível em <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/empastelamento-modo-de-emprego/>> Acesso em 01/03/2021.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). *Otacílio Negrão de Lima (Verbete)*. Rio de Janeiro (RJ). Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lima-otacilio-negrao-de>> Acesso em 08 de jun. 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). *Rondon Pacheco (Verbete)*. Rio de Janeiro (RJ), 2009. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pacheco-rondon>> Acesso em 04 de mai. 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). *O Jornal (Verbete)*. Rio de Janeiro (RJ). Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JORNAL.%20O.pdf>> Acesso em 15 de fev. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. *Panorama/Ituiutaba*. Brasil, 2017. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ituiutaba/panorama>> Acesso em 13 de fev. 2020

MAGALHÃES, Mario. A imprensa disse sim ao golpe. *Observatório da Imprensa*. 01/04/2014. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/marcha-do-tempo_ed792_a_imprensa_disse_sim_ao_golpe/> Acesso em 08 de out. 2020.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). *Acervo/Arquivo*. Brasília (DF), 2019. Disponível em <

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfAcervoArquivo>>

Acesso em 22 de out. 2019.

Bibliografia:

- ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). Marieta de Moraes (Org.). In: *João Goulart: entre a memória e a história*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.107-128.
- AGUIAR, Flávio. Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e Em tempo. In: MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tânia Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 233-247.
- ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- _____. Histórias Dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2º Ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 155-202.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. O Objeto em Fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras* (UFGD), Campo Grande, v. 10, nº 17, p. 55-67, 2008.
- ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Tradução de Clóvis Marques. Ed. Petrópolis, Vozes, 1989.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Trad. Denise Bottman, São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): O exercício cotidiano da dominação e da resistência – O Estado de S. Paulo e Movimento*. Bauru: 1ºEd. Edusc, 1999.
- ARENTD, Hannah. *Da Violência*. Trad. Maria Cláudia Drummond Trindade. Ed. Universidade de Brasília, 1985.
- ASSIS, Francisco de (Org.). *Imprensa do interior: conceitos e contextos*. Chapecó: Argos, 2013.
- _____. Por uma geografia da produção jornalística: a imprensa do interior. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVI. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* – Manaus, AM – 4 a 7/9/2013.
- BANDEIRA, Bruno Taumaturgo. *Imprensa e História: o jornal Correio do Triângulo, Ituiutaba/MG, 1959*. Monografia (Graduação) - Curso de História, Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2015.
- BARBOSA, Iago de Paula. *Entre Trabalhistas e Trabalhadores: Uma análise da composição do diretório municipal do Partido Trabalhista Brasileiro em Ituiutaba/MG (1949-1962)*. Monografia (Graduação) - Curso de História, Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2015.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil (1900-2000)*. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Mauadx, 2010.

BARCELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos Arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2º Ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 23-80.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O Governo Jânio Quadros*. São Paulo: Brasiliense, 2^a edição, 1999.

_____. *A UDN e o Udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I: Magia e técnica, arte e política*. Trad. S. P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: REMOND, René. (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha, 2^a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p.57-98.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. Trad. Marco A. Nogueira. Ed. Universidade Estadual Paulista, 1995.

_____. Reformismo, Socialismo e Igualdade. Trad. Rodrigo Naves, In: *Revista Novos Estudos*, Nº.19, p. 12-25,1987.

_____; METTEUCCI; Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política V.1*. Trad. Varrialle et. al. - Brasília: Editora da Universidade de Brasília (UNB), 13^a ed. 2016.

_____. *Dicionário de Política V.2*. Trad. Varrialle et. al. - Brasília: Editora da Universidade de Brasília (UNB), 13^a ed. 2016.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz, Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.

_____. *Sobre a televisão seguido de A influência do Jornalismo e Os jogos olímpicos*. Trad. Maria L. Machado. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1997.

_____. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Trad. Daniela Kern; Guilherme Teixeira. 2º ed. Porto Alegre, RS; Zouk, 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Nacionalismo no centro e na periferia do capitalismo. *Estudos Avançados* [online], v.22, n.62, p.171-193, 2008.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma História Social da Mídia*: De Gutemberg à Internet. Trad. Maria C. Pádua Dias. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2004.

BURKE, Peter, Abertura: a nova história, seu passado e futuro. In: BURKE, Peter. (Org.). *A Escrita da História*: Novas perspectivas. Trad. Magda Lopes, 2ºed, São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 07-38.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos da Polícia Política como fonte. *Registro - Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba*, Indaiatuba (SP), v.1, n.1, p.7-13, 2002.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CHARTIER, Roger. Introdução: Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Lisboa, 2^oed, Difel, 1990, p.13-28.

_____. O mundo como Representação. In: _____. *À Beira da Falésia: A História entre Certezas e Inquietude*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002, p. 61-80.

COMISSÃO DA VERDADE DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA "ISMENE MENDES". *Relatório II: a face civil da ditadura: o protagonismo das elites e sua dominação socioeconômica*. - Uberlândia: EDUFU: Comissão Nacional da Verdade, 2017. <http://dx.doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-461-2>

CRUZ NETO, José Fernandes da. *De farol a bastião do socialismo: uma análise das representações da revolução cubana na imprensa do Triângulo Mineiro (1959-1964; 1989-1994)*. Dissertação (Mestrado) – pós-graduação em História, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2019.

_____. *Representações da Revolução Cubana na imprensa do Triângulo Mineiro: Uma análise dos jornais Folha de Ituiutaba, Correio do Triângulo e O Repórter (1959-1964)*. Monografia (Graduação) - Curso de História, Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2016.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

DAMASCENO, Patrícia L. Design de Jornais: projeto gráfico, diagramação e seus elementos. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação (BOCC)*, v. 1, p. 1-40, 2013.

DARNTON, Robert. *Censores em ação: como os estados influenciaram a literatura*. Tradução Rubens Figueiredo. 1^o ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. *O beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. Trad. De D. Bottmann, São Paulo, 1^oEd. Companhia da Letras, 1990.

_____. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Trad. Sonia Coutinho 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

_____. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. *Revista Brasileira de História*. São Paulo/ANPUH, v.14, n.27, p.61-71, 1994.

_____. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001, p. 167-293.

DREIFUSS, René Armand. *1964 - A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República. História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

FARIAS, Déborah Barros Leal. Contextualizando a invasão à Baia dos Porcos. *Rev. Brasileira de política internacional* [online], vol.51, n.1, pp.105-122, 2008.
<https://doi.org/10.1590/S0034-73292008000100006>

FERREIRA, Caio Vinicius de Carvalho. Deposições Políticas no Pontal do Triângulo Mineiro (1964). In: *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, Uberlândia-MG, v.30, nº1, p.205-233, 2017a. <http://dx.doi.org/10.010101/XXXXX2016-X>

_____. *Memórias da Repressão: O Golpe civil-militar em Ituiutaba-MG (1964)*. Monografia (Graduação) - Curso de História, Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2013.

_____. Pequena imprensa em disputa: uma análise dos jornais Folha de Ituiutaba e do Correio do Triângulo (1964). *Revista Brasileira de História da Mídia*, Piauí, Vol.8, nº2, p.207 -225, 2019. <https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.82201957660>

_____. *Política, Imprensa Local, Perseguição: o golpe de 1964 no Pontal do Triângulo Mineiro*. Dissertação (Mestrado) – pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017b.

FERREIRA, Jairo. Mídia, jornalismo e sociedade: A herança normalizada de Bourdieu. In: *EJM – Estudos em Jornalismo e Mídia* (UFSC), Santa Catarina, v.2 n.º 1, p.35-44, 2005. <https://doi.org/10.5007/%25x>

FERREIRA, Jorge. Novos Rumos: Jornal do Partido Comunista Brasileiro. *Locus Revista de História*, Juiz de Fora, V.19, n.02, p.205-224, 2013.

_____. O Governo João Goulart e o Golpe Civil Militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática – Da Democratização de 1945 ao Golpe Civil Militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 343-404.

_____. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: ____ (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 59-124.

_____. Os Comunistas e os Novos Rumos. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, p.01-11, 2011.

- _____. *Prisioneiros do mito: Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Rio de Janeiro/Niterói, Eduff/Editora Mauad, 2002.
- _____; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2014.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *Getúlio Vargas: uma memória em disputa*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006a.
- _____(org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006b.
- FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- _____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, v.24, n.47, p.29-60. 2004. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003>
- FRANCHINI NETO, Hélio. A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. *Rev. Brasileira de política internacional*. [online]. vol.48, n.2, p.129-151, 2005. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292005000200007>
- FRANCO, Isaura Melo. *A Juventude Estudantil pelo olhar dos jornais do Triângulo Mineiro: entre a tutela e a subversão (décadas de 1950 e 1960)*. Tese (Doutorado) – pós-graduação em Educação - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. <https://doi.org/10.14393/ufu.te.2020.388>
- GALVES, Marcelo Cheche. Pequena imprensa e poder político: pensando os jornais locais como objeto e fonte de pesquisa. *Revista Outros Tempos*, São Luís - MA, v. 1, nº1, p. 66-73, 2004.
- GIAVARA, Eduardo. A dinâmica da produção do arroz em Ituiutaba (Minas Gerais, 1950-1970). *Patrimônio e Memória* (UNESP), Assis -SP, v. 15, p. 182-199, 2019.
- GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: _____. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. p. 169- 178.
- GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3^a ed. Rio de Janeiro, Editora FVG, 2005.
- GOTT, Richard. *Cuba - uma nova história*. Trad. por Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 195.
- GRYNSZPAN, Mario. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). In: *João Goulart: entre a memória e a história*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 57-77.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Trad. A. Menezes et al. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2013.

- HIPPOLITO, Lucia. *De Raposas e Reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. 2º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Trad. Marcos Santarrita, 2º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico de 1950*, Rio de Janeiro: IBGE, 1950.
- _____. *Censo Demográfico de 1960*, Rio de Janeiro: IBGE, 1960.
- _____. *Censo Demográfico de 2010*, Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- KAYSEL, André. Caminhos Cruzados: Marxismo e nacionalismo no Brasil e no Peru (1928-1964). *Lua Nova*, N. 106, p.247-275, 2019.
- KONDER, Leandro. Vaca fardada. *Margem esquerda: ensaios marxistas*, São Paulo, ed. Boitempo, nº 3, p.48-51, mai 2004.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas,; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da Imprensa Alternativa*. São Paulo, 2º Ed. Unesp, 2003.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988*. São Paulo, 1º Ed. Boitempo, 2004. 405 p.
- LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Batalha em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo; 2ºed. Contexto, 2015, p.179-205.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e Memória*. 7º Ed. Trad. Bernardo Leitão, Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p.485-492.
- LEPERA, Luciano Patrice Garcia. *Política e movimentos sociais: o P.C.B. em Uberlândia/MG: 1947-1951*. Monografia (Graduação) – Curso de História, Instituto de História Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.
- LOUREIRO, Felipe Pereira. A aprovação da lei de remessa de lucros no governo Goulart e o empresariado nacional e estrangeiro (1961-1964). *Rev. Brasileira de História*. São Paulo v.36, nº71, p.155-177, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881997000200011>
- LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). *História da imprensa no Brasil*, São Paulo: Contexto 2015, p. 149-175.
- _____. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). In: *Fontes Históricas*. 2º Ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 111-153.

MAGALHÃES, Marionildes Brephohl. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*, v.17, n.34, p. 203-220, 1997. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881997000200011>>

MARCONDES FILHO, Ciro. *O Capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza*. São Paulo: Ática, 1986.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. Introdução: Pelos caminhos da Imprensa no Brasil. In _____ (Org.) *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo; 2ºed. Contexto, 2015, p.07-19.

_____. *Extra: Imprensa e cidade*. São Paulo, 1º Ed. Unesp, 2006.

MARTINS, Luís Carlos dos Passos. Petróleo e “Nacionalismo” no segundo governo Vargas. *Revista Historiæ*, Rio Grande, v. 6, nº 2, p. 401-425, 2015.

_____; LIEBEL, Vinícius. A Revolução Cubana e suas Recepções: Imprensa e Academia. *Revista Contemporânea*, V. 2, nº 8, p.1-24, 2015.

MATEUS, Renato. *A dinâmica da agricultura no cerrado: do apogeu do arroz à modernização do campo na região de Ituiutaba/MG (1946-1974)*. Monografia (Graduação) - Curso de História, Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2013.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismo e desenvolvimento auto-sustentado. *Revista Dimensões* (UFES), Vitória - ES, v. 5, nº.5, p. 112-118, 1997.

_____. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática – Da Democratização de 1945 ao Golpe Civil Militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004., p. 155-194.

_____. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Rev. Brasileira de História* [online], vol.18, n.35, p.329-360, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A figura caricatural do gorila no discurso de esquerda. *ArtCultura*, Uberlândia – MG, v.9, nº.15, p. 195-212, 2007.

_____. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2008.

_____. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006a.

_____. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). In: *João Goulart: entre a memória e a história*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006b, p. 129-148

_____. O ofício das Sombras. *Revista do Arquivo Público Mineiro (APM)*, Rio de Janeiro, ano XLII, n. 1, p.52-69, 2006c.

_____; OLIVEIRA, Samuel; PEREIRA, Raquel; LANA, Jonas; NOGUEIRA, Emerson. República, Polícia e Direito à informação. Os arquivos do DOPS/MG. *Varia História*, Belo Horizonte, v.19, nº 29, p. 126-153, 2003.

MUNIZ, Ana Maria Alves. *Da luz da lamparina ao opaco refletor: Ituiutaba, Minas Gerais, 1950-1980*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

_____. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão bibliográfica. *Contemporanea - Historia y problemas del siglo XX*, v. 2, p. 208-217, 2011.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Trad. De Yara Aun Khoury. *Projeto História*. São Paulo: EDUC, V. 10, p. 7-28, 1993.

_____. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979, p. 179-193.

OLIVEIRA, Letícia Parreira; RIBEIRO, Vitor Filho. O desenvolvimento socioeconômico do Pontal do Triângulo Mineiro: Uma análise das atividades do campo e da cidade em Frutal (MG) e em Ituiutaba (MG). *Ateliê Geográfico*, Goiania-GO, v. 11., n.1, p.49-70, 2017. <https://doi.org/10.5216/ag.v11i1.39023>

QUELER, Jefferson José. Jânio Quadros, o pai dos pobres: tradição e paternalismo na projeção do líder (1959-1960). *Rev. Brasileira de Ciências Sociais* [online]. V. 29, nº 84, p.119-133, 2014.

REICHEL, Heloisa Jochims. O “perigo vermelho” na América Latina e a grande imprensa durante os primeiros anos da Guerra Fria (1947-1955). *Diálogos* (UEM). Maringá -PR, v. 8. Nº 1, p. 189-208, 2004.

REIS, Daniel Aarão. A Revolução e o Socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso. In: QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise (org.). *A Construção Social dos Regimes Autoritários*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 363-392.

REMOND, René. Por que a história política? *Revista Estudos Históricos*, v.7, n.13, p. 7-19. 1994.

_____. Uma História Presente. In: ____ (org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha, 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014 p.13-36.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura (Tese de doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/ECO), 2000.

RICOUER, Paul. *A Memória, a história e o esquecimento*. Trad. Alan François. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

- RODRIGUES, Leoncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: *História geral da civilização brasileira: o Brasil Republicano. Sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1996.
- SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo, Editora Global, 1982.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo, Boitempo Editorial/UFRJ, 2001. 311 p.
- SANTOS, Regma Maria dos. Espaço e memória: Representação sobre a cidade nas crônicas de Lycidio Paes. *Espaço em Revista*. V.13, Nº 2, p. 70-80, 2011.
- _____. Meios de comunicação e política: O jornal e o rádio nas eleições de 1958 em Uberlândia. In: KUSHNIR, Beatriz (org.). *Maços na Gaveta: reflexões sobre a mídia*. Niterói-RJ, EdUFF, 2009b, p.35-51.
- _____. O jornal como lugar de memória: um debate sobre a memória coletiva e a aceleração do tempo. *OPSIS*, V. 2, Nº 2, p.67-75, 2002.
- _____. Práticas Culturais: as tipografias, os jornais e as livrarias de Uberlândia (1897-1950). *História e Perspectivas*, V.1, Nº40, p. 207-226, 2009a.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SILVA, Dalva Maria de Oliveira. *Memória: Lembrança e Esquecimento. Trabalhadores nordestinos no Pontal do triângulo mineiro nas décadas de 1950 e 60*. Programa de Pós Graduação em História (dissertação de Mestrado) PUC - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.
- SKIDMORE, Thomas Elliot. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)*. Trad. Berilo Vargas, São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- _____. *Uma História do Brasil*. Trad. Raul Filker, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.
- SMITH, Joseph. *The Cold War (1945-1965)*. New York: Basil Blackwell, 1989.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- SOTANA, Edvaldo Correa. O início da Guerra Fria nas páginas da imprensa escrita brasileira (1946-1949). *Diálogos (UEM)*, Maringá-PR, v.18, nº 1, p.325-359, 2014.
- TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Trad. Ana Maria Sallum, Petrópolis: editora Vozes, 2009.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa 1: A árvore da liberdade*. Trad. Denise Bottman, 6ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- _____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia. As faláciais do revisionismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, nº19, p.27-48, 2004.

TRINDADE. Hélgio. *Integralismo: O fascismo brasileiro na década de 30*. 2^a. Ed. São Paulo: Difel, 1979.

VILARINO, Ramon Casas. Imperialismo e petróleo: a formação dos trustes e do cartel internacional. *Lutas Sociais*, nº 25/26, São Paulo, p.88-104, 2011.

WEFFORT, Francisco Correa. Jornais são partidos? *Lua Nova* vol.1 no.2, São Paulo, p. 37-40, 1984.

_____. *O populismo na política brasileira*. 1^a ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

WOITOWICZ, Karina Janz. Recortes do tempo na escrita do jornal: história e cotidiano no universo jornalístico da capital paranaense. In: *Imagem contestada: a guerra do contestado pela escrita do diário da tarde (1912-1916)* [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015, p. 47-84.

WOOD, Ellen Meiksins. Imperialismo dos EUA: hegemonia econômica e poder militar. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.19, p.49-61, 2004.